

2020. 1º SEMESTRE



# ANAIIS DO I DIA CIENTÍFICO

— DO CURSO SUPERIOR EM GESTÃO PÚBLICA —



FACULDADE DE  
**MIGUEL  
PEREIRA**

## **Apresentação**

Desde sua criação a FAMIFE – Faculdade de Miguel Pereira, tem como missão institucional promover a formação integral do ser humano e sua capacitação ao exercício profissional, através do ensino, da pesquisa e da extensão, incentivando o aprendizado contínuo para o desenvolvimento nacional, em particular da Região Sul Fluminense.

Desenvolvendo o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, desde sua fundação a FAMIFE, tem buscado formar profissionais e especialistas aptos para a inserção no mercado de trabalho e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia e da criação e difusão da cultura, e desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

Entre tantas atividades promove a cada final de semestre, o Dia Científico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, oportunidade em que os alunos tem de apresentar suas contribuições acadêmicas, sob a forma de artigo, e que é requisito parcial para a conclusão do curso.

Após alguns semestres de aprendizado, a Diretoria da Famife, lança-se neste desafio de organizar e publicar, em formato digital, os trabalhos que exigiram o esforço dos alunos em sua elaboração.

A intenção é de agradecer, premiar e incentivar a todos os envolvidos na difícil e apaixonante tarefa de formar profissionais para a vida pública.

## **Equipe Coordenadora**

### **Prof. Me. Jesimar da Cruz Alves**

Doutorando em História Socioeconômica pela UNISINOS, Mestre em Ciências Ambientais com ênfase em Gestão de Processos, Bacharel em Administração, Pós Graduação em Tecnologias Educacionais pela PUC, com MBA em Gestão de Pessoas e Licenciatura Plena pela UNISUL. Atualmente é Diretor Geral, Coordenador Acadêmico e Coordenador do Curso de Gestão Pública da Faculdade de Miguel Pereira. Atuou como Coordenador do Curso de Administração da Universidade Severino Sombra e Gestor do Núcleo de Educação a Distância (EAD) do SENAI/FIRJAN Regional I e Técnico em Educação do SENAI Resende. Atua como Consultor e Professor nos cursos de Administração, Engenharia de Produção, Engenharia Civil e Pedagogia. Atuou como Supervisor Técnico dos cursos de Pós-Graduação em marketing, Gestão de Pessoas e Finanças. Tem experiência em coordenação de curso e docência universitária e técnica e Extensão Universitária, atuando principalmente nas áreas de: Marketing, Estratégia, Educação, Meio Ambiente, Logística e Administração de Materiais e Suprimentos, Gestão de Pessoas e Comportamento do consumidor.

### **Prof. Me Paulo Cesar Pereira**

Mestre em Ciências Ambientais, pela Universidade Severino Sombra (2013). Cursa atualmente o Curso de Especialização de Enfermagem do Trabalho, pela UNINTER. É Especialista em História e Filosofia da Maçonaria, pela UNINTER (2018), Especialista em Gestão de Redes de Atenção à Saúde, pela Fundação Oswaldo Cruz (2017), Especialista em Gestão de Risco e Segurança no Cuidado ao Paciente, pelo Hospital Sírio e Libanês (2016), Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a distância, pela Universidade Federal Fluminense (2015), Especialista em Gestão de Organização Pública de Saúde, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2014), É Especialista em Docência do Ensino Superior, pela Universidade Gama Filho (2010), Especialista em Gestão Pública Municipal, pela Universidade Severino Sombra (2008) e Especialista em Administração de Serviços de Saúde, pela Universidade Estácio de Sá (2003). Graduado em Administração pela Universidade Severino Sombra (2009), graduado em Gestão de Serviços Públicos pela Universidade Severino Sombra (2007) e Graduado em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Severino Sombra (1991). É Oficial Enfermeiro da Reserva Remunerada do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, onde exerceu durante 20 anos atividades de Administração de Serviços, Educação e Treinamento Profissional e Atividades de Socorro. Atualmente é Enfermeiro, com vínculo efetivo da Secretaria Municipal de Saúde de Miguel Pereira, exercendo atividades em Vigilância em Saúde (desde 2000) e Docente da FAMIPE - Faculdade de Miguel Pereira, onde ministra as Disciplinas de Teoria Geral da Administração e Qualidade na Administração Pública, no Curso Superior em Gestão Pública, no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e no Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, nas disciplinas de Planejamento Estratégico, Projeto Aplicado II – Projetos Empresariais e Administração Pública. É membro da Comissão de Acessibilidade da Faculdade de Miguel Pereira; membro da CPA - Comissão Permanente de Avaliação, sendo representante docente da Faculdade de Miguel Pereira; é membro do Colegiado de Pós Graduação Lato Sensu da Faculdade de Miguel Pereira.

## **Orientadores**

Prof. Esp. Larissa Primo Pereira Lasneau  
Prof. Me. Paulo Cesar Pereira  
Prof. Esp. Marcelo Augusto de Souza  
Prof. Esp. José Augusto Teixeira de Lima Junior  
Prof. Me. Carlos Eduardo Granadeiro Correa  
Prof. Me. José Carlos Curty Bahia

## **Autores**

Beatriz Estefani de Oliveira Ramos

Carla Cristina Vieira

Carla Perusse Silva de Oliveira

Carlos Alberto Baldez

Delfina Paiva de Oliveira dos Santos

Elizangela Maria dos Santos

Elodir do Livramento Freitas Neto

Fabiana S. Rodrigues

Fernanda da Silva Vieira

Helenita de Melo Paes Leme

Hélio César Monsores da Silva

Jonas dos Santos Silveira

Juliana Maia Arantes

Larissa Brasil Santana

Leonardo Horacio Carvalho de Souza

Lucas de Lima Correa da Rosa

Luciano Gaspar Ramos

Magdalena da Costa Ribeiro

Marcelo Marcio Fidelis Lima

Matheus Valente da Silva Gonçalves

Patricia Silva Carvalho

Paula Roberta Portella Miranda

Rafael Constancio

Renata Mendonça Sabag

Robson Campos da Costa

Robson Granadeiro Gomes

Thais de Oliveira Maia

Vania Maria Barros Brizola Ignacio

## **Equipes de Apoio**

### **Direção Geral**

Flávia Vieira Barroso

Ragy Ferreira da Silva

### **Secretaria Acadêmica**

Renata Nascimento Martins

Leonardo Victor Carvalho da Silva

Rayani Monique Viana Brangada Barboza

Lídia Matos Afonso Costa

Mônica Pimentel de Souza Guillen

### **Biblioteca**

Maria Lucia do Val Carvalho

Eveline Carvalho Fernandes

Alex Oliveira da Costa Nascentes

### **Apoio Operacional**

Gustavo Moraes Faria (Vigilância)

João Batista Coelho Aguiar (Vigilância)

Jocimar Carvalho de Moraes (Vigilância)

Tiago Nicolau Ramires (Vigilância)

Luis Felipe de Moraes (Vigilância)

Aline Carvalho de Araújo (Zeladoria)

Luciano Cardoso Affonso (Zeladoria)

Suiane Santos das Chagas (Zeladoria)

Eliane da Costa Brasil (Zeladoria)

José Orlando Silveira Filho (Zeladoria)

Rafael Dias de Almeida (Manutenção)

Thiago Marques Caetano (Zeladoria)

### **Tecnologia de Informação**

Dener Oliveira Moura de Almeida

João Pedro da Silva Paula de Carvalho

Willian Rezende Gomes

### **Núcleo de Apoio Psicopedagógico**

Hannah Cariello Lima

Charlene Winter

## Sumário

• A Excelência na Gestão Pública Através da Qualidade.....	8
• A Necessidade da Implantação da Gestão por Processos da Administração Pública.....	18
• Educação Sustentável para o Ensino Fundamental I Observadas na Escola Municipal Santa Bárbara Município de Miguel Pereira - RJ.....	29
• Uma Avaliação da Inserção da Comunidade no Combate À Dengue no Município de Miguel Pereira/RJ39	
• Reflexões Sobre a Assistência Às Pessoas Vom Deficiência no Âmbito Familiar.....	57
• A Importância da Coleta Seletiva no Município de Paty do Alferes/RJ.....	72
• Investimento Público em Tecnologia para Combater a Sonegação: Um Estudo da Gestão Tributária de Miguel Pereira.....	84
• A Judicialização do Medicamento Revolade®: Um Estudo de Caso com Enfoque no Município de Miguel Pereira.....	95
• A Percepção dos Fiscais de Contratos Públicos.....	109
• As Vantagens da Licitação na Modalidade Pregão para A Administração Pública.....	117
• A Utilização das Licitações Sustentáveis em Prol da Preservação do Meio Ambiente.....	127
• A Implementação do Exame Processamento Auditivo Central (PAC) Como Política Pública.....	143
• O Pregão Eletrônico e Suas Funcionalidades À Luz do Decreto 10.024/2019 e da Instrução Normativa 206/2019.....	152
• “Programa Saúde na Porta” Uma Ação Empreendedora no Município de Miguel Pereira.....	164
• Avaliação do Processo de Outsourcing de Tecnologia da Informação na Administração Pública: Um Estudo de Caso.....	179
• Plano de Carreira Como Fator de Estímulo: Um Estudo de Caso da Guarda Municipal de Japeri-RJ.....	199
• A Equoterapia no Setor Público de Saúde: Um Estudo de Caso no Centro de Equoterapia em Miguel Pereira/RJ.....	215
• Licitações Sustentáveis na Administração Pública.....	226
• Tecnologia e Humanização: Uma Revisão Bibliográfica Sobre os Avanços Tecnológicos que Aproximam Usuário e Profissional .....	236
• A Importância da Educação Ambiental no Ambiente Escolar.....	244
• Clima Organizacional e Motivação no Ambiente de Trabalho.....	254
• Fatores Motivacionais no Serviço Público: Um Estudo de Caso na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Habitação de Miguel Pereira/RJ.....	264
• A Importância de Segregar os Resíduos Sólidos Recicláveis dos Resíduos de Serviço de Saúde.....	278
• A Melhoria do Clima Organizacional na Administração Pública.....	287
• Gestão de Frota de Transporte Escolar em Miguel Pereira/RJ.....	294
• Importância da Educação Fiscal na Conscientização da Arrecadação de Tributos para o Exercício da Cidadania.....	309
• A Política de Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho.....	325
• Áreas Verdes Urbanas em Miguel Pereira-RJ: Um Ensaio Sobre A Relevância do Planejamento de Arborização.....	335

# A EXCELÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA ATRAVÉS DA QUALIDADE

Beatriz Estefani de Oliveira Ramos<sup>1</sup>, Larissa Primo Pereira Lasneau (Orientador)<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Miguel Pereira (FAMIPE), Gestão Pública, biaestefane8@gmail.com.

<sup>2</sup>Faculdade de Miguel Pereira (FAMIPE), Gestão Pública, llasneau@gmail.com.

**RESUMO.** Na contemporaneidade, a busca por qualidade tem sido considerada um atrativo para as empresas, pois associasse qualidade a questões de custo, produtividade e competitividade. As empresas que utilizam deste método em seus produtos visam obter maiores resultados. Com o aumento da demanda por diferenciadas ofertas de serviços, a qualidade antes notada como desejável, passou a ser imprescindível, por ser um fator diferenciador no Processo de Atendimento as expectativas de clientes, usuários e cidadãos. Ter e manter a qualidade dos produtos e serviços é considerada uma grande vantagem competitiva, que garante o sucesso da empresa no setor de mercados e de clientes. É visível que o investimento em qualidade é uma tendência crescente, no sentido de melhora e confiabilidade do produto/serviço. Neste trabalho, analisaremos o Modelo de Gestão MEGP (Modelo de Excelência em Gestão Pública) que foi baseado no Modelo de Excelência em Gestão da Fundação Nacional da Qualidade, apresentando as mudanças ocorridas na Administração Pública, e a partir daí iremos abordar os conceitos e entender alguns fundamentos e ferramentas que auxiliam esse Modelo. O objetivo do presente trabalho é realizar uma breve revisão sobre os princípios de qualidade na Administração Pública.

Palavras-chaves: Qualidade; Ferramentas da Qualidade; Fundamentos da Excelência; Modelo de Excelência em Gestão Pública.

**ABSTRACT.** *Nowadays, the search for quality has been considered an attraction for companies, since we associate quality with issues of cost, productivity and competitiveness. Companies that use this method in their products aim to obtain greater results. With the increase in demand for differentiated service offerings, the quality previously perceived as desirable has become essential, as the expectations of customers, users and citizens are a differentiating factor in the Service Process. Having and maintaining the quality of products and services is considered a great competitive advantage, which guarantees the company's success in the market and customer sector. It is visible that investment in quality is an increasing trend, towards the improvement and reliability of the product / service. In this work, we will analyze the MEGP Management Model (Model of Excellence in Public Management) which was based on the Model of Excellence in Management of the National Quality Foundation, presenting the changes that have occurred in Public Administration, and from there we will address the concepts and understand some fundamentals and tools that support this model. The purpose of this paper is to conduct a brief review of the principles of quality in Public Administration.*

*Keywords: Quality; Quality tools; Fundamentals of Excellence; Model of Excellence in Public Management.*



Ramos, Beatriz Estefani de Oliveira

A Excelência na Gestão Pública através da Qualidade / Beatriz Estefani de Oliveira Ramos. - Miguel Pereira: 2020.  
i, 13 f. ; 29,7 cm.

Orientador: Larissa Primo Pereira Lasneau.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.  
Inclui Bibliografias.

1. Qualidade. 2. Ferramentas da Qualidade. 3. Fundamentos da Excelência. 4. Modelo de Excelência em Gestão Pública. I. Lasneau, Larissa Primo Pereira. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. Introdução

Com a Redemocratização a partir do Governo de Fernando Collor de Melo em 1990, o Modelo Gerencialista veio ganhando espaço no Brasil até se estabelecer como forma de Gestão Predominante no governo de Fernando Henrique Cardoso. A Reforma Administrativa pautada nos princípios da supremacia dos interesses públicos impôs a transformação de um sistema de Administração Pública burocrática para um sistema gerencial, apresentando como características: privilegiar a população, os direitos públicos e à obtenção de resultados. (MORAIS, 2014).

A Qualidade na Administração Pública Brasileira começou a ser percebida quando o Modelo Gerencial mudou os padrões organizacionais da administração. Esse Modelo descentralizou as decisões, demandando formas flexíveis de gestão que incentivasse a criatividade e descentralizasse funções, evitando a antiga rigidez do Modelo Burocrático criando então uma Gestão voltada para as pessoas. É o que a gestão pública democrática possibilita o acesso dos cidadãos aos processos decisórios no âmbito da sociedade política. Isso, expressa Raichelis (2000, p. 42), “permite a participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e arbitragem sobre os interesses em jogo, além do acompanhamento da implementação das decisões”.

Carvalho e Tonet (1994) as organizações se constroem ou se destroem pelo desempenho das pessoas que nelas trabalham. Acrescentam ainda que o preparo para o desempenho é fundamental, mas só isso não basta. Para se obter a qualidade é necessário instalar um “estado de qualidade” na Administração Pública. Esse “estado de qualidade” se dá a partir da mudança de uma cultura organizacional, da adoção de práticas, métodos e fundamentos de qualidade que tornem a Administração Pública excelente.

Carvalho e Tonet (1994) acrescentam que a constatação da necessidade de se imprimir qualidade nas ações realizadas pela Administração Pública conduz à questão de como proceder para tornar possível o intento. Entre as estratégias possíveis, algumas se apresentam como imprescindíveis para o que se pretende. São elas: criar cultura propícia ao estado de qualidade; adquirir e usar tecnologia adequada e avançada; investir na formação de quadros para a Gestão Pública; implantar novos Modelos de Gestão com ênfase na participação; investir na melhoria do desempenho das pessoas.

A adoção de um Modelo de Excelência específico para a Gestão Pública resgatou os princípios que regem a Administração Pública Brasileira a fim de diferenciar da gestão privada. Esse Modelo, portanto, deve estar alicerçado em fundamentos próprios da gestão de excelência contemporânea e condicionado aos princípios constitucionais próprios da natureza pública das organizações. Esses fundamentos e princípios constitucionais, juntos, definem o que se entende hoje por Excelência em Gestão Pública. Com isso, foi criado então o Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP) que foi baseado em um Modelo de Gestão de Excelência da Fundação Nacional da Qualidade. (FERREIRA, 2009; RENNÓ, 2013).

Com adoção desse novo Modelo de Gestão, a utilização de novas ferramentas e com base em fundamentos, fez-se necessária a utilização de uma administração sistêmica que gerasse produtos/serviços que atendessem às expectativas e necessidades dos cidadãos. A Qualidade da Gestão Pública tem que ser orientada para o cidadão, e desenvolver-se dentro do espaço Constitucional demarcado pelos princípios da impessoalidade, da legalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Sendo assim, passou-se a definir Qualidade como satisfação dos cidadãos. Ou seja, se o cidadão está satisfeito os serviços prestados, tem qualidade. (FERREIRA, 2009; RENNÓ, 2013).

Neste trabalho, analisaremos o Modelo de Gestão MEGP (Modelo de Excelência em Gestão Pública) que foi baseado no Modelo de Excelência em Gestão da Fundação Nacional da Qualidade, apresentando

as mudanças ocorridas na Administração Pública, e a partir daí abordar os conceitos e entender alguns fundamentos e ferramentas que auxiliam esse modelo. O objetivo do presente trabalho é realizar uma breve revisão sobre os princípios de qualidade na Administração Pública.

## **2. Qualidade na Administração Pública**

No Brasil, a preocupação com a gestão pela qualidade na Administração Pública aumentou com a necessidade de desburocratização. A qualidade eleva o nível de eficiência, torna mais participativa e transparente suas ações. Deste modo pretende-se criar uma Administração que ponha as pessoas em primeiro lugar, cortando as despesas desnecessárias, servindo os cidadãos, reforçando a capacidade de decisão dos seus funcionários, ajudando as comunidades a resolverem os seus próprios problemas e claro, estimulando a qualidade (ROCHA, 1993, p. 33).

Segundo Juran (1992) a qualidade é adequação ao uso, que resulta da combinação de um produto (bem ou serviço) das características que respondem as necessidades dos clientes e ausência de deficiências. Mais precisamente para este autor a qualidade está nos resultados, se o cliente/cidadão estiver satisfeito o produto ou serviço tem qualidade.

Moller (1992) define qualidade como o serviço prestado. Como “tudo aquilo que alguém faz ao longo de um processo para garantir que o cliente obtenha, exatamente, aquilo que deseja”. A qualidade está nos processos, portanto é necessário ter pessoas orientadas, capacitadas dentro da organização.

Segundo Coutinho (2010 apud SEGALOTE & VIEIRA NETO, 2016) a qualidade é um conceito aplicado desde processos pontuais e finais até atividades sistêmicas e estratégicas, definindo o resultado mais vantajoso para gestão. A qualidade precisa ser inserida em todas as fases da organização, engloba procedimentos, colaboradores, clientes, para assim alcançar resultados esperados.

A qualidade está associada a ideia de envolver toda a organização com o objetivo de que todos os setores planejem em conjunto e as decisões sejam compartilhadas. “A qualidade, para além de uma filosofia de gestão que dispõe de um conjunto de instrumentos, métodos e práticas, constitui um modelo de comunicação integrado, cuja importância é crucial para a prática de uma gestão moderna” (LOPES & CAPRICHIO, 2007, p. 4).

O termo qualidade é um conceito antigo, mas que cada dia se torna mais importante no dia-a-dia das organizações. As ideias principais que baseiam o significado atual da qualidade são, basicamente, as seguintes: atender às expectativas, requisitos e desejos dos clientes; executar as tarefas da melhor forma possível; preocupação constante em melhorar os processos de trabalho; não desperdiçar esforços e recursos; fazer correto o trabalho desde o princípio. (RENNÓ, 2013)

Ao longo do tempo observa-se que a qualidade passou por diversas evoluções. A primeira fase da Gestão da Qualidade foi a Inspeção, aparecendo com os fundamentos da Administração Científica de Taylor no início do século XX. Nesta era, a inspeção verificava o nível de qualidade ao final da produção, e os produtos fora dos padrões estabelecidos eram descartados sem avaliação das causas. A segunda foi a fase do Controle Estatístico da Qualidade, onde se desenvolveram diversas ferramentas estatísticas para o controle da variabilidade dos resultados dos processos, tornando a produção mais eficiente e reduzindo o desperdício. A terceira fase, da Garantia da Qualidade, recebeu contribuição, além da estatística, de conceitos de habilidades e técnicas gerenciais. Quatro movimentos fizeram parte desta era: A quantificação dos custos da qualidade, o controle total da qualidade, as técnicas de confiabilidade e o programa zero defeitos. Por fim, a quarta fase, a da Gestão da Qualidade Total, que engloba as três anteriores, traz, porém,

como foco, o cliente; o foco da qualidade se desloca para a Gestão Estratégica das Organizações, onde todos são responsáveis pela qualidade. (BROCKA, B.; BROCKA, 1994).

Além dos vários programas propostos de qualidade criados, alguns autores que ficaram conhecidos como “Gurus da Qualidade” pois contribuíram com ferramentas, princípios e conceitos essenciais para o tema em questão. O autor Shewart, foi um dos destaques quando fala-se em “Gurus da Qualidade” pois o mesmo buscou gerar uma ferramenta que possibilitasse aos administradores na identificação dos problemas em um processo que hoje tornou-se uma das ferramentas mais conhecidas e utilizadas na gestão da qualidade, o ciclo PDCA (ou ciclo de Shewart ou Deming), que auxilia o gestor na busca de uma melhoria contínua dos processos de trabalho. (RENNÓ, 2013).

Outro autor que contribui foi Deming, este autor criou 14 princípios da qualidade da qual podemos destacar três: criar uma constância de propósito de aperfeiçoamento do produto e do serviço, a fim de torná-los competitivos, perpetuá-los no mercado e gerar empregos, aperfeiçoar constante e continuamente todo o processo de planejamento, produção e serviço, com o objetivo de aumentar a qualidade e a produtividade e, conseqüentemente, reduzir os custos e adotar e estabelecer liderança. O objetivo da liderança é ajudar as pessoas a realizar um trabalho melhor. Assim como a liderança dos trabalhadores, a liderança empresarial necessita de uma completa reformulação. (JUNIOR, CIERCO, ROCHA, MOTA & LEUSIN, 2008).

A gestão da qualidade passou por diversas mudanças ao longo das últimas décadas, várias iniciativas foram propostas. Para entender um pouco do contexto histórico da implementação da qualidade e suas abordagens na Administração Pública Brasileira, Ferreira (2009apud RENNÓ, 2013) fez um breve resumo: Desde o final da década de 80 o Brasil buscou, com a abertura de mercado, mecanismos e métodos que preparassem e atualizassem as empresas e o serviço público com relação à qualidade e produtividade. Foi criado em 1990 o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), que gerou o Subcomitê da Administração Pública, o embrião dos Programas de Qualidade no Serviço Público. Em 1995, com a Reforma do Estado, foi criado o Programa Qualidade e Participação na Administração

Pública (QPAP), ainda com foco nas ferramentas e o início de um discurso voltado para a qualidade como instrumento de modernização do aparelho do Estado. Em 1999, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi criado o Programa da Qualidade no Serviço Público (PQSP), agregando toda a experiência dos programas anteriores e o foco no atendimento ao cidadão, com pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços públicos, o lançamento de Padrões de Atendimento ao Cidadão e a implementação de unidades de atendimento integrado, os Serviços de Atendimento ao Cidadão (SACs). Em 2005 o Governo Federal lançou, por Decreto (Nº 5378, de 23/02/2005), o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), unificando o Programa da Qualidade com o Programa Nacional de Desburocratização”.

Ainda segundo Ferreira (2009apud RENNÓ, 2013) “O GESPÚBLICA é uma política formulada a partir da premissa de que a gestão de órgãos e entidades públicos pode e deve ser excelente, pode e deve ser comparada com padrões internacionais de qualidade em gestão, mas não pode nem deve deixar de ser pública”.

Na área da Administração Pública a preocupação com a qualidade está relacionada com a questão de cidadania, atender as necessidades da sociedade. A função da Administração Pública é prover a sociedade dos bens e serviços de que necessita. Os cidadãos, que mantêm a máquina do governo através do pagamento de impostos, taxas e contribuições, esperam, em contrapartida, receber serviços públicos de qualidade equivalente à contribuição feita. (CARVALHO & TONET, 1994).

A qualidade ela se aplica em tudo seja em serviços, processos, tomada de decisão, produtos etc. Ela busca uma melhoria contínua de todos os elementos de um sistema organizacional. “Qualidade é sinônimo de excelência”. Talvez isso explique como a qualidade tornou-se parte da Administração Pública Brasileira. (GARVIN, 1992).

## **2.2.MEGP e fundamentos da excelência na Gestão Pública**

Os fundamentos de excelência para a Gestão Pública são valores imprescindíveis, que dão base à uma gestão de excelência. Os primeiros princípios e fundamentos foram introduzidos na Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 37:

Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (BRASIL, 1988).

Ferreira (2009apud RENNÓ, 2013) diz que a Gestão Pública para ser excelente tem que ser legal, impessoal, moral, pública e eficiente. Legalidade: estrita obediência à lei; nenhum resultado poderá ser considerado bom, nenhuma gestão poderá ser reconhecida como de excelência à revelia da lei. Impessoalidade: não fazer acepção de pessoas. O tratamento diferenciado restringe-se apenas aos casos previstos em lei. A cortesia, a rapidez no atendimento, a confiabilidade e o conforto são requisitos de um serviço público de qualidade e devem ser agregados a todos os usuários indistintamente. Em se tratando de organização pública, todos os seus usuários são preferenciais, são pessoas muito importantes. Moralidade: pautar a Gestão Pública por um código moral. Não se trata de ética (no sentido de princípios individuais, de foro íntimo), mas de princípios morais de aceitação pública. Publicidade: ser transparente, dar publicidade aos fatos e dados. Essa é uma forma eficaz de indução do controle social. Eficiência: fazer o que precisa ser feito com o máximo de qualidade ao menor custo possível. Não se trata de redução de custo de qualquer maneira, mas de buscar a melhor relação entre qualidade do serviço e qualidade do gasto.”

Segundo Reis (2011), Modelos de Excelência em Gestão são metodologias padronizadas que ajudam as empresas a atingirem o nível de excelência em sua forma de gerenciar. Assim ao se basear no Modelo de Excelência de Gestão criado pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) que é estruturado por Fundamentos de Excelência, constituindo a base de Programas de Melhoria da Gestão foi criado o Modelo de Excelência em Gestão Pública concebido a partir da premissa segundo a qual é preciso ser excelente sem deixar de ser público. Este Modelo deve estar alicerçado em fundamentos próprios da gestão de excelência contemporânea e condicionado aos princípios constitucionais próprios da natureza pública das organizações. Todos esses fundamentos e princípios constitucionais, juntos, definem o que se entende hoje por excelência em Gestão Pública. Os fundamentos que dão base a esse Modelo de Excelência em Gestão Pública são:

**1.Pensamento sistêmico:** Entendimento das relações de interdependência entre os diversos componentes de uma organização, bem como entre a organização e o ambiente externo, com foco na sociedade.

**2.Aprendizado organizacional:** O aprendizado organizacional implica na busca contínua de novos patamares de conhecimento, individuais e coletivos, por meio da percepção, reflexão, avaliação e compartilhamento de informações e experiências.

**3.Cultura da Inovação:** Promoção de um ambiente favorável à criatividade, experimentação e implementação de novas ideias que possam gerar um diferencial para a atuação da organização.

**4.Liderança e constância de propósitos:** A liderança é o elemento promotor da gestão, responsável pela orientação, estímulo e comprometimento para o alcance e melhoria dos resultados institucionais e deve atuar de forma aberta, democrática, inspiradora e motivadora das pessoas, visando ao desenvolvimento da cultura da excelência, à promoção de relações de qualidade e à proteção do interesse público. É exercida pela alta administração, entendida como o mais alto nível gerencial e assessoria daquela organização.

**5.Gestão baseada em processos e informações:** Compreensão e segmentação do conjunto das atividades e processos da organização que agreguem valor para as partes interessadas, sendo que a tomada de decisões e execução de ações devem ter como base a medição e análise do desempenho, levando-se em consideração as informações disponíveis.

**6.Visão de Futuro:** A Visão de Futuro indica o rumo de uma organização e a constância de propósitos a mantém nesse rumo. Ela está diretamente relacionada à capacidade de estabelecer um estado futuro desejado que dê coerência ao processo decisório e que permita à organização antecipar-se às necessidades e expectativas dos cidadãos e da sociedade. Inclui, também, a compreensão dos fatores externos com o objetivo de gerenciar seu impacto na sociedade.

**7.Geração de Valor:** Alcance de resultados consistentes, assegurando o aumento de valor tangível e intangível de forma sustentada para todas as partes interessadas.

**8.Comprometimento das pessoas:** Estabelecer relações com as pessoas, criando condições de melhoria da qualidade nas relações de trabalho, para que se realizem profissional e humanamente, maximizando seu desempenho por meio do comprometimento, oportunidade para desenvolver competências e empreender, com incentivo e reconhecimento.

**9.Foco no cidadão e na sociedade:** Direcionamento das ações públicas para atender as necessidades dos cidadãos e da sociedade, na condição de sujeitos de direitos e como beneficiários dos serviços públicos e destinatários da ação decorrente do poder de Estado exercido pelas organizações públicas.

**10.Desenvolvimento de parcerias:** Desenvolvimento de atividades conjuntamente com outras organizações com objetivos específicos comuns, buscando o pleno uso das suas competências complementares, para desenvolver sinergias.

**11.Responsabilidade social:** Atuação voltada para assegurar às pessoas a condição de cidadania com garantia de acesso aos bens e serviços essenciais, ancorando no princípio da igualdade de direitos e da dignidade humana, de tal maneira que a sociedade possa preencher suas necessidades e expressar o seu maior potencial no presente e ao mesmo tempo tendo também como um dos princípios gerenciais a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, potencializando a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades.

**12.Controle Social:** Atuação que se define pela participação das partes interessadas no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades da Administração Pública e na execução das políticas e programas públicos.

**13.Gestão participativa:** Este estilo de gestão determina uma atitude gerencial de liderança que busque o máximo de cooperação das pessoas, reconhecendo a capacidade e o potencial diferenciado de cada um e harmonizando os interesses individuais e coletivos, a fim de conseguir a sinergia das equipes de trabalho. (BRASIL, 2009)

É notório que o principal pensamento é alcançar a excelência, garantindo que embora a Gestão seja pública, não há razões para que não seja excelente. O Modelo de Excelência em Gestão Pública passou por aperfeiçoamentos contínuos com o propósito de acompanhar o “estado da arte” da Gestão preconizado

pelos modelos de referência que lhe deram origem e de acompanhar também as mudanças havidas na Administração Pública Brasileira. (BRASIL, 2009)

### **3.Ferramentas da qualidade**

Existem diversas ferramentas para a Gestão da Qualidade. Elas são instrumentos que facilitam o monitoramento e a melhoria dos processos de trabalho. São de simples compreensão, fácil manipulação e produzem resultados bastante compensadores. As principais são: diagrama de causa e efeito, folha de verificação, histograma, gráfico de Pareto, diagrama de correlação, fluxograma, gráfico de controle e somadas a elas temos o ciclo PDCA. Podemos destacar três ferramentas e fazer observações sobre seu uso na Administração Pública.(TOLEDO, 2014).

A falta de planejamento na Gestão Administrativa faz com que os serviços e produtos públicos entregues aos cidadãos não supram as necessidades da população. Nesse contexto, o ciclo PDCA pode ser ferramenta útil para melhorar a Administração Pública. O ciclo PDCA é considerado o marco zero da história da qualidade no Japão. As letras PDCA significam, respectivamente, as iniciais de Planejar (Plan), Executar (Do), Controlar (Check) e Agir (Action). Também conhecido como ciclo de gerenciamento da Qualidade é um processo que coordena planos, ações, percepções e ajustes (CAMPOS, 2004; SEGALOTE & VIEIRA NETO, 2016).

Nesse contexto Dall'Olio e Cerávolo(2016) em seu artigo relatam que o PDCA se apresenta como método de gestão para a utilização ótima dos recursos públicos e a racionalização dos procedimentos administrativos, diferenciando-se do tradicional ciclo orçamentário, uma vez que visa a busca constante por melhores resultados, não se restringindo a um determinado exercício financeiro, sendo, em suma, o esforço pela qualidade total e pela excelência na Administração Pública.

Segundo Dall'Olio e Cerávolo(2016):

O planejar (P) é transformar em objetivos e metas a visão de futuro da Administração. Parte-se do diagnóstico dos problemas a serem enfrentados, obtidos por meio de audiências públicas junto à população e outros instrumentos de transparência e, após delineada a situação a ser superada, são propostas ações governamentais para a consecução dos resultados, constituindo a base para a elaboração dos documentos de planejamento (peças orçamentárias e planos setoriais).

O executar (D) é colocar em prática o que foi planejado e pressupõe uma adequada estrutura procedimental, material e humana para correta operacionalização das ações governamentais (quadro de pessoal com treinamento e remuneração compatíveis com a função a ser desempenhada, bem como uma infraestrutura física e tecnológica suficiente para a obtenção dos objetivos e metas pretendidos).

O controlar (C) impõe a atuação do controle interno para verificação da compatibilidade entre as ações planejadas e aquelas executadas, abrangendo aspectos operacionais medidos em termos de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, haja vista que a ação governamental deve impactar de maneira positiva a comunidade.

O ajustar (A) envolve a adoção de medidas para correção de desvios que possam interferir na obtenção dos resultados desejados, já que é por meio da ação conjunta entre o controle interno e o gestor que a variação negativa dos indicadores das ações finalísticas governamentais pode ser corrigida a tempo, de forma a não comprometer os resultados ajustados com a população. Daí a importância de designação de responsável para cada serviço e produto a ser entregue à sociedade.

Assim, a restrição orçamentária vivenciada pelos entes federados representa oportunidade única

para que a Administração Pública aperfeiçoe sua gestão, sendo o ciclo PDCA a ferramenta perfeita para tal mister. (DALL'OLIO & CERÁVOLO, 2016).

**Diagrama de Pareto:** O Diagrama de Pareto auxilia o processo de tomada de decisão, possibilitando encontrar uma solução possível com a ajuda estatística. É convencionalmente estatisticamente que 80% dos problemas de uma organização são provocados por apenas 20% das causas. O Diagrama de Pareto é uma ferramenta gráfica e estatística que relaciona e identifica os dados de acordo com as prioridades, como pela decrescente ordem de frequência. Ao realizar este mapeamento, o gestor público pode concentrar seus esforços nas causas que causam mais problemas. (CHILESHE, 2007; SEGALOTE & VIEIRA NETO, 2016).

**Diagrama de Ishikawa:** O problema (efeito) é elaborado de forma a indicar os primeiros pontos anotados e, posterior a isso, buscando identificar as causas dos mesmos listando-os por categorias, chamadas de 6 M's: Máquina, Método, Mão de obra, Material, Meio Ambiente e Medida. O gráfico permite que o administrador público identifique as causas e promova sua ação de maneira correta. (MIGUEL, 2006)

Campos (2004) lembra que um sistema integra e considera aspectos característicos da Gestão da Qualidade, para o alcance das metas da alta gestão procurando identificar os problemas principais do processo, com o estabelecimento de um método para a solução desses problemas, envolvendo todos e dando sentido de responsabilidade a cada empregado em sua atividade. Por isso essas ferramentas foram essenciais para garantir a excelência nos serviços públicos.

#### 4. Conclusão

As organizações públicas existem para atender demandas da sociedade, que, ao sofrer mudanças em suas expectativas e comportamentos forçam o estado a mudar a sua forma de administrar para que suas necessidades sejam atendidas. Baseado no estudo feito a Administração Pública ao incorporar o Modelo Gerencial e se basear em uma Gestão de

Qualidade, descentraliza o “poder”, valoriza mais o cidadão além de integrar todas as pessoas e processos da organização.

A Administração Pública pode tornar suas técnicas mais eficientes ao adotar ferramentas que auxiliam na tomada de decisão. Quanto mais esta for coerente com as expectativas dos cidadãos, maior a probabilidade de cumprir o seu papel. Nesse sentido a implementação de ferramentas da Qualidade nos Serviços Públicos além de ajudar no controle de processos auxilia na tomada de decisão tornando o trabalho do gestor mais fácil. E a utilização dos fundamentos abordadas no texto, trazem exatamente o que a Administração Pública precisa para sua eficiência e eficácia. Além disso os fundamentos do Modelo de Excelência podem garantir conhecimentos e uma constância de propósito dentro da organização. Tornando a Gestão Pública mais transparente, atendendo todas as partes interessadas mantendo a ética e priorizando clientes. Assim obtendo a entrega de serviços e produtos de qualidade e adquirindo a excelência na sua gestão.

O presente trabalho mostrou os Princípios de Qualidade na Administração Pública, apontando seus principais Fundamentos de Excelência que quando adotados podem resultar em serviços de qualidade, além de melhorar o andamento de processos dentro da organização e auxiliar na tomada de decisão. Pode-se traduzir ainda qualidade como sendo o início, meio e fim de qualquer gestão. Principalmente para a Gestão Pública, pois essa visa a entrega, seja essa entrega de um produto final, mas seja ela também de um bom atendimento ou serviço prestado.



## Referências

- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Instrumento para Avaliação da Gestão Pública**. Ciclo 2008/2009, 2009.
- BROCKA, B.; BROCKA M.S. **Gerenciamento de Qualidade**. São Paulo: Makron Books, 1994.
- CARVALHO, M. S. V.; TONET, H. C. **Qualidade na administração pública**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 1994.
- DALL’OLIO, L. L. S.; CERÁVOLO, M. A. **G.O Ciclo PDCA e o Planejamento na Administração Pública**. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/54339/o-ciclo-pdca-e-o-planejamento-na-administracao-publica>>. Acesso em 24 de maio de 2020.
- Ferreira, A. R. (2009). **Modelo de excelência em gestão pública no governo brasileiro: importância e aplicação**. XIV Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Salvador.
- GARVIN, D. **Gerenciando a Qualidade: visão estratégica e competitiva**. Rio Janeiro: Qualitymark., 1992.
- JURAN, J. M. **Planejamento para a qualidade**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1992.
- LOPES, A.; CAPRICHIO, L. **Manual da qualidade**. Lisboa: Recursos Humanos, 2007.
- MIGUEL, P. A. C.; SALOMI, G. E. **Uma Revisão dos Modelos para Medição da Qualidade em Serviços**. Revista Produção, v. 14, n. 1, p. 12-30, 2006.
- MOLLER, C. **O lado humano da qualidade**. 5ª ed. São Paulo: Pioneira, 1992.
- MORAIS, J. J. **Princípio da eficiência na administração Pública**. 2014. Disponível em: <[https://www.eduvaleavare.com.br/wp-content/uploads/2014/07/principio\\_eficiencia.pdf](https://www.eduvaleavare.com.br/wp-content/uploads/2014/07/principio_eficiencia.pdf)>. Acesso em 26 de maio de 2020.
- RAICHELIS, R. **ESFERA PÚBLICA E CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. SÃO PAULO: CORTEZ, 2000.
- REIS, Artur. **Modelo de excelência da gestão - MEG**. Blog Prof. Artur Reis. Recife, PE. 1 dez. 2011. Disponível em: <<https://professorarturreis.blogspot.com/2011/11/modelo-de-excelencia-da-gestao-meg.html>> Acesso em: 04junho. 2020.
- RENNÓ, R. **Administração Geral para Concursos**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2013. ROCHA, J. A. O. **Para uma Administração dos Cidadãos**. Revista Administração de Dirigentes e Técnicos do Estado. Lisboa, Série III, Ano VIII, n.º 2, Abr/Mai/Jun, 1993.
- SERGALOTE, F; VIEIRA NETO, J. **MASP E ferramentas da qualidade na melhoria de processos em um Instituição Pública Federal**. Congresso Nacional de excelência em Gestão. 2016. Disponível em: <[http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16\\_330.pdf](http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_330.pdf)>. Acesso em: 25 de maio de 2020.
- TOLEDO, J.C. **Qualidade: Gestão e Métodos**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

# A NECESSIDADE DA IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO POR PROCESSOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Carla Cristina Vieira<sup>1</sup>, Paulo Cesar Pereira (orientador)<sup>2</sup>

1 Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão Pública, carlacristina19701@hotmail.com.

2 Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão Pública, prof.paulopereira@hotmail.com.

**RESUMO.** Este estudo buscou mostrar a importância da Business Process Management e os benefícios que podem ser alcançados pela administração pública, como a melhor qualidade dos produtos, redução de custo, maior compreensão das atividades na organização. Esse modelo deve ser compreendido como uma abordagem para identificar, desenhar, executar, documentar, medir, monitorar, controlar os processos de negócios para que o resultado desejado possa ser alcançado, sempre com foco na satisfação do cliente como no princípio na gestão de qualidade total. É apontada a ação sistêmica de procurar entender as necessidades informacionais de uma organização e disponibilizá-la para a solução de problema organizacionais de forma estruturada e clara. O estudo foi baseado em pesquisa bibliográfica de artigos disponíveis na internet e nas bibliografias disponíveis em biblioteca digital. A conclusão é a adequabilidade do modelo proposto, podendo sofrer algumas adaptações à administração pública, dado as características próprias, mas que certamente pode entregar maior qualidade dos serviços prestados e aproximação da busca com o modelo gerencial de administração.

Palavras-chaves: *Business Process Management*; Administração Pública; Administração Gerencial.

## THE NEED TO IMPLEMENT MANAGEMENT BY PROCESSES IN PUBLIC ADMINISTRATION

**ABSTRACT.** *This paper seeks to show the importance of Business Process Management and the benefits that can be achieved by the public administration, such as: a better product quality, cost reduction and greater understanding of the activities in the organization.*

*This model must be understood as an approach to identify, design, execute, document, measure, monitor and control business processes, so that the desired result can be achieved, always focusing on customer satisfaction as in the principle of total quality management . It points us out the systemic action of trying to understand the informational needs of an organization and making it available for solving organizational problems in a structured and clear way. The study was based on bibliographic research of articles available on the internet and bibliographies available in digital library. The conclusion is the adequacy of the proposed model, which may suffer some adjustments to the public administration, given its own characteristics, but which can certainly deliver greater quality of the services provided and approximation the search with the management model of administration.*

Key-words: *Business Process Management*; Public administration; Managerial Administration.

VIEIRA, CARLA CRISTINA  
A NECESSIDADE DA IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO POR  
PROCESSOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / CARLA CRISTINA  
VIEIRA. - Miguel Pereira: 2020.  
i, 15 f. : il. ; 29,7 cm.

Orientador: PAULO CÉSAR PEREIRA.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Faculdade de Miguel Pereira,  
2020.

Inclui Ilustrações e Bibliografias.

1. BUSSINESS MANAGEMENT; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;  
ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL. 2. undefined. 3. undefined. 4. undefined.  
5. undefined. I. PEREIRA, PAULO CÉSAR. II. Faculdade de Miguel  
Pereira. III. Título.

## 1. Introdução

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo geral de discutir a possibilidade de organizar ou buscar formas de melhorias na Gestão de Processos na Administração Pública, agilizando os processos de trabalho em busca de um resultado com qualidade, com foco no cliente e observando os preceitos do *Business Process Management* (BPM).

Ademais, tem como objetivo específico identificar como alcançar o máximo de melhorias e entendimento entre os envolvidos nos processos e nos setores, sempre buscando qualidade e tentando corresponder ao máximo as expectativas do cliente.

Pretende alcançar o máximo de melhorias e entendimento entre os envolvidos nos processos e nos setores, sempre buscando qualidade tentando corresponder ao máximo as expectativas do cliente.

Esta pesquisa foi elaborada a partir de revisão bibliográfica e na observação e vivência das divergências comuns no serviço público. Percebe-se que muitos colaboradores e setores são envolvidos em um processo, mas não se chega a uma forma prática que os façam integrar os conhecimentos e alinhar os objetivos.

Os autores consultados apontam que ocorre um avanço ao empregar a prática da BPM, e com isso tiveram vários resultados alcançando maior velocidade nas mudanças de mercado, aumento na satisfação do consumidor, melhor qualidade nos produtos, redução de custo, economia de tempo e maior compreensão sobre as atividades da organização.

A adoção de gestão de processos na administração pública pode facilitar o modelo gerencial, trazendo benefícios como maior velocidade nas melhores nas mudanças externas, maior satisfação do cliente e diminuição de expectativas.

## 2.Revisão Bibliográfica

Segundo Harmon (2010 *apud* IRITANI et. al., 2015), o BPM tem origem em três abordagens: a de gestão de negócios; a de gestão de qualidade total e a de tecnologia da informação.

A gestão de negócio BPM pode ser compreendida como uma abordagem para identificar, desenhar, executar, documentar, medir, monitorar, controlar e melhorar os processos de negócio para que os resultados desejados possam ser alcançados, e assim aumentar a satisfação do consumidor, melhorar a qualidade dos produtos, redução de custos e maior compreensão sobre as atividades da organização. (ABPMP, 2009; KOHLBACHER, 2010 *apud* IRITANI et. al., 2015).

A gestão de qualidade total segundo Garvin (1995 *apud* IRITANI et. al., 2015), é uma das origens de BPM. De acordo com o autor, ambas as abordagens têm como princípio o foco na satisfação do cliente e a melhoria contínua. É importante que a busca por qualidade não se restrinja apenas aos serviços oferecidos, e que seja utilizada como um agregador de valor ao próprio sistema de informação. Slack et al. (1997) ressaltam que um problema que acontece ao se basear na definição de qualidade em expectativas é que as expectativas podem variar para diferentes consumidores. A busca de qualidade será constante durante toda a vida útil do sistema, pois o ciclo de melhorias contínuas é parte do conjunto de atividades que relacionam ao processo de avaliação e busca por melhorias.

Valentim et al. (2005) considera uma das principais funções da gestão da informação como: “a ação sistêmica de procurar entender as necessidades informacionais de uma organização e disponibilizá-la para a solução de problemas organizacionais, de forma estruturada e clara, com conhecimento pleno de todos os procedimentos e processos da solução encontrada, garantindo assim que ela seja eficaz e repetível.”

A busca por resultados tem aqui seu caminho bem definido, porém Souto (2005) evidencia que não se mede a importância da informação pela quantidade e sim pela sua qualidade. Procura-se assim assegurar a transferência de informação entre os principais envolvidos no processo. A questão da quantidade de informação é um fator importante, priorizando-se sempre, que tipo de informação é relevante para cada usuário.

Segundo Souto (2005, p.13), nas organizações em geral, os sistemas de gestão de informação têm por finalidade fornecer informações relevantes para os tomadores de decisões. Para que isso ocorra, é importante que existam as atividades de coleta, processamento e disseminação destas informações. Evidencia-se assim a importância da informação nas mudanças, uma vez que ela está ligada diretamente ao conhecimento e ao desenvolvimento em cada área do saber, pois todo conhecimento começa por algum tipo de informação e se constitui em informação (CINTRA et al., 2002). A informação necessita de um canal ou sistema de comunicação para que possa estar disponível, e assim tornar possível sua análise. A partir disso a geração de conhecimento é resultado do uso destas informações após se analisar o que ocorre, por que ocorre e como ocorre identificação de ações futuras e a utilização das experiências passadas.

Para Siqueira (2005) “O conhecimento organizacional das equipes, tanto interno, gerados através das pessoas que formam a organização, quanto externo, tais como clientes, fornecedores, ambiente econômico e concorrência, influenciam diretamente nos seus resultados”. Esse conjunto de informações são fomentos para a busca por resultados, onde o conhecimento passa a ser o diferencial da organização. Ressalta Siqueira (2005) que boa parte do conhecimento que um profissional necessita, muitas vezes já exista na empresa, porém não se encontra acessível. A falta de mapeamento das informações e dos conhecimentos existentes, bem como com quem e onde encontrá-los, pode dificultar a execução das tarefas.

Considera-se que é difícil avaliar qual informação é necessária ao decisor, bem como atribuir valor em termos de contribuição para decisões mais acertadas. A maneira como a informação é disponibilizada ao decisor pode indicar o que é útil ou não. O tipo de informação pode ser também um complicador na hora de tomada de decisão. Para ser útil, entende-se que a informação deve ser compreendida e absorvida pelo decisor. Borges (1995) demonstra que a mesma parte de uma informação é usada de diferentes formas, em diferentes momentos e por diferentes pessoas durante o processo decisório, o que quer dizer que ocorrem interações complexas entre usuários, sua capacidade cognitiva, natureza e formato de informação. Diante de tanta complexidade, informação, conhecimento, inteligência, tornou matéria-prima essencial dentro das organizações, utilizada como modelos competitivos que são à base da formulação estratégica competitiva.

Para entender o BPM (*Business Process Management*), é necessário entender o que são os processos de negócio. Segundo o Guia BPM CBOK (2009 *apud* PRADELLA et al., 2016), um “processo” é uma lista definida de atividades ou comportamentos desempenhados por pessoas ou máquinas e tem um ou mais resultados que podem finalizar no encerramento do processo ou em uma entrega para outro processo, com o propósito de atingir uma ou mais metas. “Processo”, palavra originária do latim *processu*, significa “ato de proceder, de ir adiante; maneira pela qual se realiza uma operação, segundo determinadas normas, método, técnica” (FERREIRA, 1986, p. 1395).

Campos (1992) define processo como um conjunto de causas que provoca um ou mais efeitos. O autor entende que uma organização é um processo, sendo que dentro dela existem vários processos, tanto de manufatura como de serviço. “O controle de processo é a essência do gerenciamento em todos os níveis hierárquicos da empresa, desde o presidente até os operadores” (CAMPOS, 1992, p. 17).

Para Harrington (1993 apud IRITANI et al., 2015), processo é qualquer atividade que recebe uma entrada (input), agrega-lhe valor e gera uma saída (output) para um cliente interno ou externo.

Um processo é definido como uma atividade organizada projetada para gerar um resultado preestabelecido pelos usuários identificados, iniciando-se a partir das entradas necessárias (CONTI, 1993 apud PRADELLA et al., 2016).

Segundo Hammer et al. (1994, p. 24 apud IRITANI et al., 2015), “processo é um conjunto de atividades com uma ou mais espécies de entrada e que cria uma saída de valor para o cliente”.

## **2.1. Tipos de Processo**

Existem diferentes nomenclaturas para a classificação de processos, apresentadas por autores que as nomeiam de formas diferentes. Nesse contexto, os conceitos utilizados pela Association of Business Process Management Professionals (ABPMP) do Brasil foram o padrão utilizado.

Segundo o Guia BPM CBOK (2009 apud PRADELLA et al., 2016), há três tipos diferentes de processos de negócio ponta a ponta:

- a) Processos Primários (também referenciados como processos essenciais);
- b) Processos de Suporte;
- c) Processos de Gestão.

Os processos primários são os de ponta a ponta, multifuncionais, que direcionam as entregas de valor aos clientes. Processos primários são também denominados como processos de núcleo, pois representam as atividades essenciais que a organização desempenha para cumprir sua missão. Esses processos constituem a cadeia de valor que cada etapa soma à etapa precedente, medida pela sua contribuição para a criação ou entrega de um produto ou serviço aos clientes.

A cadeia de valor de processos de negócio da empresa descreve uma forma de focar a cadeia de processos que fornece valor ao cliente. Cada uma dessas atividades tem seus próprios objetivos de desempenho conectados aos processos de negócio de origem. Os processos primários podem fluir através das funções da organização, por meio dos departamentos ou até mesmo entre empresas e fornecem uma visão completa do valor criado.

Atividades principais são aquelas que estão envolvidas na criação física do produto ou do serviço, por meio das ações de marketing, e transferem para o comprador e para o suporte de pós-venda, denominado valor adicionado.

Já os processos de suporte são estruturados de forma a dar suporte aos processos primários, gerenciando recursos e/ou infraestrutura requerida pelos processos primários. A principal diferença entre processos primários e de suporte é que os processos de suporte não entregam diretamente o valor aos clientes, enquanto os processos primários o fazem. Exemplos comuns de processos de suporte incluem gerenciamento da TI e gerenciamento de recursos humanos. Cada um desses processos pode envolver um ciclo de vida de recursos e está fortemente associado as áreas funcionais. Porém, Processos de Suporte podem e devem ultrapassar as fronteiras funcionais.

Apesar de os processos de suporte não entregarem valor diretamente aos clientes, não significa que sejam menos importantes para uma organização. Processos de suporte podem ser críticos e estratégicos para as organizações, na medida em que permitem à organização efetivamente executar os processos primários.

Quanto aos processos de gestão, pode-se entender que são processos usados para medir, monitorar

e controlar atividades de negócios. Processos de gestão garantem que um processo primário ou um processo de suporte atinjam metas operacionais, financeiras, reguladoras e legais. Esses processos não conferem valor diretamente aos clientes, mas são necessários a fim de garantir que a organização opere com eficiência e eficácia.

A partir do alinhamento dos conceitos de classificação de processos, apresenta-se o desenvolvimento da modelagem, que na próxima seção está detalhado.

## 2.2. Modelagem de processos

Entende-se por modelagem de processos a identificação, o mapeamento, a análise e o redesenho dos processos. O objetivo da modelagem de processos pode ser definida como: melhor compreensão do funcionamento de uma organização; usar e explicitar o conhecimento adquirido e a experiência para usos futuros (lições aprendidas); otimizar o fluxo de informações; reestruturar a organização (aspecto funcional, comportamental, estrutural, entre outros), controlando-a e coordenando-a (LIMBERGER et al., 2010 apud PRADELLA et al., 2016).

**Quadro 1: Atividades do ciclo de vida do BPM**

Atividade	Descrição
Planejamento e estratégica	Envolve o desenvolvimento de um plano e uma estratégia dirigida a processos para a organização. Essa fase estabelece a estratégia e o direcionamento do processo BPM.
Análise	Incorpora várias metodologias com a finalidade de entender os atuais processos organizacionais no contexto das metas e objetivos desejados.
Modelagem	Objetiva entender o processo e avaliar os fatores ambientais que habilitam ou restringem o processo Desenho Design. Envolve a criação de especificações.
Desenho Design	Envolve a criação de especificações para processos de negócios novos ou modificados dentro de diversos contextos de processos.
Implantação	Implementa o resultado da análise interativa e o ciclo de desenho. Trata desafios de gerenciamento de mudança organizacional e está orientado à melhoria contínua e otimização de processo.
Monitoramento e controle	Fornecem a informação necessária para que gestores de processo ajustem recursos a fim de atingir objetivos dos processos.

Fonte: elaborado pelos autores a partir da ABPMP (2009)

A modelagem de processos ganha importância pela sua função de registro, padronização e documentação histórica da organização, pelo fato de o aprendizado ser construído com base em conhecimentos e experiências passadas.

Conforme Pozza (2008 apud PRADELLA et al., 2016), os enganos mais comuns para a modelagem de processos são:

- a) todos os detalhes e esquecer o objetivo final;
- b) mapear os processos sem determinar, especificamente, como serão medidos os resultados;
- c) usar as mesmas informações e fluxogramas de uma modelagem que funcionou perfeitamente em outra empresa.

Já os princípios que geram bons resultados, segundo o mesmo autor, são:

- a) determine que valores criar para os clientes do processo;

b) mapeie as ferramentas, habilidades, competências e informações e determine as métricas de medição juntamente com o processo;

c) engaje seu pessoal durante a modelagem dos processos, peça ajuda para determinar quais problemas eles enfrentam e quais as possíveis soluções.

Pidd (1999 *apud* PRADELLA et al., 2016) apresenta outros princípios de modelagem:

a) modelo simples;

b) seja parcimonioso, comece pequeno e vá adicionando;

c) dívida e conquiste, evite megamodelos;

d) use metáforas, analogias e similares;

e) não se apaixone por dados.

O autor Vernadat (1996 *apud* PRADELLA et al., 2016) indica os seguintes princípios:

a) separação de focos para reduzir a complexidade;

b) decomposição funcional;

c) modularidade;

d) razoabilidade;

e) descasamento entre processos e recursos;

f) simplicidade versus adequação;

g) rigor na representação.

Dessa forma, o aprendizado é dependente dos mecanismos institucionais usados para reter o conhecimento e a memória dos indivíduos (por exemplo, políticas e estratégias), pois a organização não pode arriscar-se a perder lições e experiências conseguidas, uma vez que as pessoas migram de um emprego para outro.

Com base em pesquisas conduzidas em uma empresa de telecomunicação, Belmiro e Reche (2003) relatam que o ganho mais importante em uma mudança para processos seria a quebra de barreiras por meio do estabelecimento da integração dos processos de comunicação internos, obedecendo ao processo de negócio.

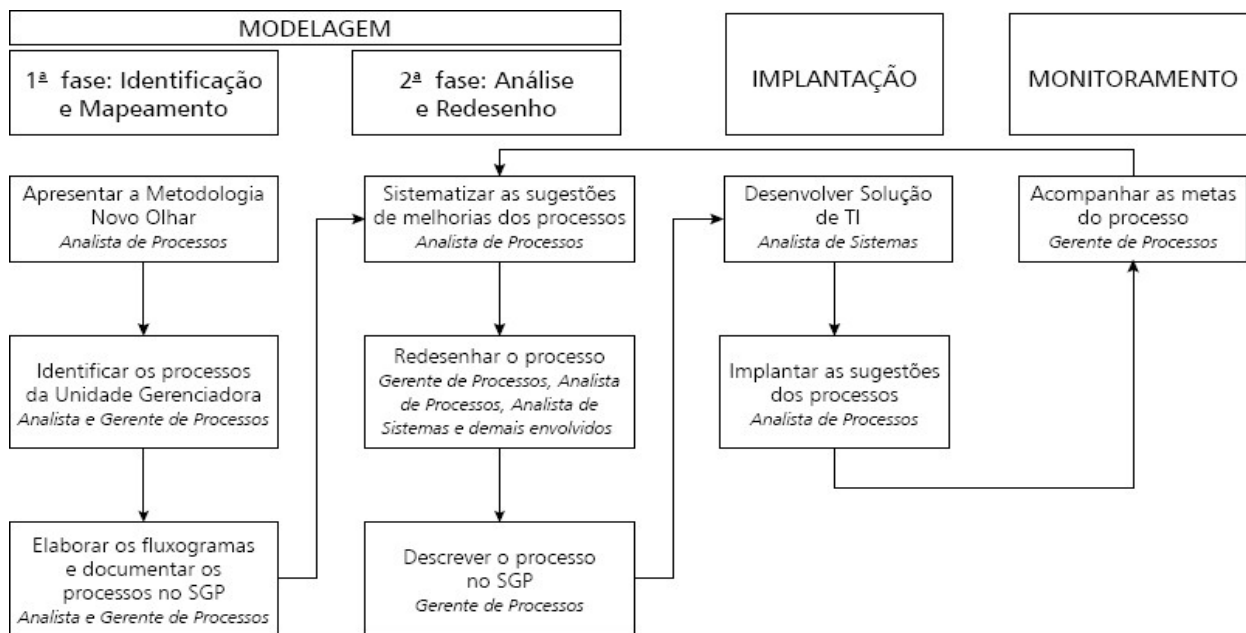
Na adoção da gestão de processos, cada integrante da equipe deve entender claramente seu papel na distribuição de suas responsabilidades de forma a garantir o sucesso do modelo.

A cultura de uma equipe é o seu aprendizado acumulado e o processo de mudança inicia quando um ou mais membros dessa equipe se transformam em líderes e estes incorporam e praticam a gestão de processos, motivando e inspirando as pessoas em relação aos objetivos e estabelecendo a visão de equipe.

A modelagem de processos pode ser dividida em fases para a sua execução. A seguir é apresentado um exemplo dessa divisão no ciclo da gestão de processos, conforme pode ser visualizado na Figura 1.



**Figura 1: Ciclo da Gestão de Processos**



Fonte: Assessoria de Desenvolvimento Organizacional, 2009 (apud PRADELLA, 2016)

### 3. Metodologia

O trabalho foi realizado através de pesquisa exploratória e bibliográfica descritiva. As pesquisas exploratórias, segundo Gil (2010), são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

De acordo com Vergara (2004) uma investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

O estudo consistiu no levantamento do conhecimento bibliográfico disponível em produções atuais sobre o tema BPM (*Business Plan Model*) e Gestão de Processos. O tema é especificamente tratado em suas relações com a prática dos trabalhos nas organizações públicas.

### 4. Discussão

É muito comum pessoas que necessitam de serviços da administração pública relatar que esta oferece serviços ineficientes e burocrático, o comodismo dos funcionários, a falta de evolução de investimento na tecnologia, escassez de investimento no RH e muitos outros fatores, que causam monotonia e falha no andamento nos processos.

É fácil imaginar que essa ideia formada, há muitos anos, está ligada as não conformidades dos processos internos na administração pública.

A direção que é nos apontada neste artigo é que os pontos indicados para a qualidade no andamento do processo, é de identificar o que se está sendo pedido, deixar claro o que é exigido, direcionar e executar informando no processo o próximo passo a ser tomado, documentar validando o processo, monitorar medindo o tempo de resolução do mesmo, controlar para ver se está em tempo hábil com ferramentas que avaliem e controlem o processo, o objetivo, qual necessidade dele para a instituição. Só com esses passos segue-se para o caminho de alcançar os objetivos com qualidade.

Com os envolvidos capacitados, entendendo o conteúdo, sabendo o objetivo deste, tem-se maior velocidade, nas mudanças de uma instituição que envolve o andamento de cada processo e de cada passo a ser dado. O processo é algo que não tem fim, e a cada passagem ele tem algo a mudar e acrescentar, pois envolve valores, custos e benefícios.

O processo só tem sentido se ele agrega valores, isso é inovação.

Através de um processo bem elaborado, resolve-se vários fatores que fazem parte da vida da instituição, qualidade no produto que na administração pública são os serviços prestados à população, menor custo porque tempo é dinheiro, melhor entendimento e compreensão das atividades. Isso tudo levará a um ponto importante que é satisfação do consumidor.

Na gestão a preocupação é grande, porque os serviços são direcionados a públicos variados, diferentes, por isso a preocupação que a qualidade não se restrinja somente a apenas um serviço oferecido, mas sistematicamente para que possa atingir a maior quantidade e índice de satisfação e para isso, é preciso agregar o sistema de informação.

Quando se trabalha na administração pública devido a essa variedade de público, é importante atentar-se nas expectativas: são diferentes clientes. Talvez demore a entender, mas não se deve parar de buscar novos caminhos e novas ideias para a melhoria dos processos.

Há uma ferramenta utilizada no trabalho de levantamento e documentação da situação atual do processo, comumente chamada de mapeamento de processos AS-IS, a qual é representada em fluxo ou diagrama. Nesta mesma oportunidade, levantam-se também os problemas ou fragilidades, bem como as oportunidades de melhoria do processo.

Consideram-se as limitações das organizações em pôr na prática o processo idealizado e suas consequências na implantação do projeto ‘aplicável’ ao momento e as condições das organizações estudadas, bem como os reflexos em sua automação. Com este corte na análise, dentro do universo e da complexidade do BPM, se faz importante esclarecer a dimensão dos reflexos do mapeamento do modelo AS-IS em relação aos resultados esperados para todo o projeto, e na premissa condicionante que a seguir se expõe: Se o mapeamento do processo existente AS-IS for elaborado de forma impecável, o que pode ser considerado satisfatório e de resultados excelentes, afirma-se que esse único fator, não serve de garantia exclusiva para que a organização/empresa tenha um produto final, implantado e ou automatizado na mesma proporção de êxito. Esta afirmação decorre dos inúmeros casos de possibilidades de falhas, que podem ocorrer ou não, nas fases que sucedem ao desenho do modelo existente.

Os manuais técnicos apontam nas possibilidades de falhas em todas as fases, além da existência de vários acontecimentos que podem ocorrer dentro de cada uma delas. Desse modo, eleva o número de prognósticos que conduzem ao insucesso, em caso de desatenção demanda cuidado para cada momento da gestão, independente do quantitativo de ciclos que o processo já tenha passado.

Em cenários de gestão por processo e submetidas nas regras de administração pública, essas falhas podem ocorrer ou não, assim como nas empresas privadas, e podem sofrer variantes pelas diversidades entre os cenários. Os relatos da consultoria apontam que na prática, introduzir gestão por processo em organizações públicas, tem sido muito mais difícil do que na iniciativa privada. Dessa feita, sob a análise das falhas descritas de forma geral, efetua-se um comparativo nas três organizações estudadas. Limitado o estudo à fase de desenho do AS-IS, o seu entorno, consequências e suas incidências. A afirmação de que há maior grau de dificuldade na introdução da técnica de BPM em organizações públicas, acarreta, por conseguinte, que há maior incidência de obstrutores, ou de variantes que levem ao agravamento na intensidade dos obstrutores por decorrência desse cenário, ou a possibilidade de existirem novos obstrutores que se revelam específicos ao se introduzir BPM em organizações públicas. São esses pontos objetos do presente estudo e análises.

São avaliados os reflexos que o mapeamento do processo existente AS-IS causa na definição e na formação do processo futuro, idealizado e desejado TO-BE, assim como ao modelo validado. Entretanto, qualquer falha, em qualquer fase, gera efeitos subsequentes que podem até vir a contaminar o projeto como um todo, se não corrigida.

A literatura afirma que a gestão por processo se aplica para qualquer empresa, de qualquer porte,

independentemente de ser pública ou privada, e trata seu foco com a visão no cliente e na formação da sua cadeia de valor.

Aspectos muito importantes que parecem que confirmam a relevância de um bom gerenciamento de processos e que devem ser considerados como elementos a serem permanentes buscados:

(1) Aumentar o valor do produto/serviço na percepção do cliente: o foco de todo processo deve ser ligado ao maior interessado, a qualidade deve ser intencionada ao cliente, o principal alvo.

(2) Aumentar a competitividade: Quando se investe em melhores serviços automaticamente se aumenta a competitividade, pois a cada avanço aumenta a procura do produto ou serviço, aí começa a busca de ser cada vez melhor.

(3) Atuar segundo a(s) estratégia(s) competitiva(s) considerada(s) mais relevante(s), que agregue(m) valor ao cliente: sempre com o foco no cliente, toda mudança ou tomada de decisão deve ser bem estruturada e direcionada a ele.

(4) Aumentar sensivelmente a produtividade, com eficiência e eficácia: De acordo com a demanda aumentar a produção, sempre muito atento a qualidade e se preocupando em atingir o resultado esperado executando da melhor maneira possível sem desperdício de tempo e dentro dos recursos disponíveis.

(5) Simplificar processos, condensando e/ou eliminando atividades que não acrescentem valor ao cliente: Atentar ao que realmente seja prioridade, agregando sempre valores, para maior satisfação, e com uma visão ampla perceber qual a expectativa do cliente e o que ele espera, não perdendo o requisito tempo com atividade que não somariam pra qualidade.

## 5. Conclusão

Esta pesquisa mostra que através da gestão de processos com qualidade pode-se aumentar o valor do produto ou/serviço, por meio da integração e do valor dado a todos os envolvidos e na estrutura em todos os níveis, e a competitividade, pois com o serviço de qualidade aumenta a demanda, através de estratégias mais relevantes, aumentando assim a sensibilidade a produtividade com eficiência e eficácia. Nesse contexto, insere-se a BPM, que mostra um caminho de simplificar processos, condensando e/ou eliminando atividades que não acrescentem valor ao cliente.

Com o BPM são maiores as chances de alcançar maior produtividade, melhores produtos e prestação de serviços de qualidade. A administração pública, seguindo as orientações citadas no BPM, conseguirá entender que o foco é o cliente, a visão é nele, e na formação na sua cadeia de valor.

Assim, através desse estudo pode-se concluir que, apesar das dificuldades existentes, pode-se aplicar a BPM na administração pública e alcançar resultados como a melhor comunicação entre os colaboradores, criar um ambiente dinâmico, e visibilizando os objetivos dos processos, com estratégias ligadas a cada necessidade.

Por fim, sugere-se a ampliação do estudo com a utilização das orientações do BPM, em um caso concreto, a fim de validar as perspectivas atuais em casos concretos da administração pública, e se necessário fazer adaptações ao modelo, dadas as próprias características do modelo administrativo nas organizações públicas.

## Referências

- ASSOCIATION OF BUSINESS PROCESS, MANAGEMENT PROFESSIONALS - ABPMP. **Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio: Corpo Comum de Conhecimento.** [S.l.], 2009.
- BELMIRO, T. R.; RECHE, J. R. F. O desafio de uma gestão por processos sob a ótica de uma telecom.

**Revista de Administração**, v. 38, n. 3, p. 260-272, 2003.

BORGES, M. E. N. **A informação como recurso gerencial das organizações na sociedade do conhecimento.** **Revista Ciência da Informação**, v. 24, n. 2, 1995. Disponível em:

<[https://brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/03/pdf\\_bb810aff14\\_0008842.pdf](https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_bb810aff14_0008842.pdf)>. Acesso em: 10 Abril. 2020.

CAMPOS, V. F. **Controle da Qualidade Total.** Rio de Janeiro: Editora Bloch, 3ª edição, 1992. CINTRA, A. M. M. **Para entender as linguagens documentarias.** 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Polis, 2002.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2 ed. Rio de Janeiro: Fronteira, 1986.

Gil, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

IRITANI, D. R.; MARIOKA, S. N.; CARVALHO, M. M.; OMETTO, A. R. **Análise sobre os conceitos e práticas de Gestão por Processos: revisão sistemática e bibliometria.** *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 164-180, 2015.

PRADELLA, S.; FURTADO, J.C.; KIPPEER, L.M. **Gestão de processos: da teoria à prática.** 4. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2016.

SIQUEIRA, M.C. **Gestão estratégica da informação.** Rio de Janeiro: Brasport, 2005. SLACK, N.; CHAMBERS, S.; HARRINSON, C.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção.** São Paulo, Atlas, 1997.

SOUTO, L. F.; FERREIRA, D. T. **O Profissional da informação em tempo de mudanças.** Campinas (SP): Alínea, 2005.

VALENTIM, M. L. P.; ALCARÁ, A. R.; CERVANTES, B. M. N.; CARVALHO, E. L.; GARCIA, H. D.; DALMAS, J. C.; MOLINA, L. G.; LENZI, L. A. F.; CATARINO, M. E.;

TOMAÉL, M. I. **Pesquisa em inteligência competitiva organizacional: utilizando a análise de conteúdo para a coleta e análise de dados.** *Transinformação*, Campinas, v.17, n.2, p.181- 198, maio/ago, 2005.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2004.

# EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I OBSERVADAS NA ESCOLA MUNICIPAL SANTA BÁRBARA MUNICIPIO DE MIGUEL PEREIRA - RJ

Carla Perusse Silva de Oliveira<sup>1</sup>, Marcelo Augusto de Souza Pena (orientador)<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Miguel Pereira, Gestão Pública, carlaperusse@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Miguel Pereira, Gestão Pública, fisc-marcelo@tresrios.rj.gov.br

**RESUMO.** Pode-se compreender a sustentabilidade como a tentativa de vencer a insustentabilidade vivida durante anos, que é viver desenfreadamente utilizando os recursos naturais sem ao menos dar chance para que esses se renovem, fato é que para a sustentabilidade realmente ocorrer é necessário colocar em prática uma vida sustentável, um jeito de existir em que os recursos sejam utilizados de maneira consciente, ou seja, sem prejudicar a natureza, o meio ambiente e assim sendo, auxiliando para a perpetuação de nossa espécie, pois sem muito dos recursos naturais não sobreviveremos, como é o caso da utilização da água. A economia de recursos e a reciclagem tornam-se necessárias para que a posteridade possa desfrutar de tais recursos. O tema é, contudo é importante inserir isto nas escolas, sobretudo nas séries iniciais. Como ponto de partida algumas ideias serão levantadas das práticas na Escola Municipal Santa Bárbara, que situa-se no Município de Miguel Pereira, Bairro Arcádia – RJ como a reutilização de água, reciclagem de materiais e plantio de horta utilizando como adubo cascas de alimentos.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Sustentável, Escola Sustentável, Gestão.

## SUSTAINABLE EDUCATION FOR FUNDAMENTAL EDUCATION I OBSERVED AT MUNICIPAL SCHOOL SANTA BÁRBARA TOWN OF MIGUEL PEREIRA

**ABSTRACT.** *Sustainability can be understood as the attempt to overcome the unsustainability experienced for years, that is living wildly using natural resources without giving them the chance to renew themselves, and for the sustainability really occurs, it is necessary to live a sustainable lifestyle, the way that the resources are used consciously, that is, without harming the nature, the environment and, therefore, helping our species to perpetuate, because without the natural resources we will not survive, the use of water is an example of it. Resource savings and the recycling are necessary for the future generation enjoying these resources. This topic is important to be included in school, specially in the initial grades. Some ideas are from Santa Barbara Municipal School, that is in Miguel Pereira, Arcádia - RJ, such as the reuse of water, recycling materials and the plating of a garden using food husks as a fertilizer.*

*Keywords: Sustainability, Sustainable, Sustainable School, Management*

Oliveira, Carla Perusse Silva de

EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I  
OBSERVADAS NA ESCOLA MUNICIPAL SANTA BÁRBARA  
MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA - RJ / Carla Perusse Silva de Oliveira.  
- Miguel Pereira: 2020. i, 13 f. ; 29,7 cm.

Orientador: Marcelo Augusto de Souza Pena.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020. Inclui  
Bibliografias e Material Anexo.

1. Sustentabilidade. 2. Sustentável. 3. Escola Sustentável. 4. Gestão. I.  
Pena, Marcelo Augusto de Souza. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. INTRODUÇÃO

Embora o assunto sustentabilidade tenha ganhado um grande espaço nas discussões mundiais, contemporaneamente, pouco se vê no plano de ação da sociedade escolar, em especial em classes de séries iniciais.

O mundo está em constante mudança, e os conceitos impregnados na sociedade também estão mudando. A sociedade moderna é culturalmente consumista e o mundo capitalista leva ao esgotamento das matérias primas, o que faz muitos profissionais se interessarem por pesquisas e surgirem vários estudos a respeito, contudo pouco se vê a respeito de estudos que foquem as crianças das séries iniciais.

A revista Super Interessante, de 26 de maio de 2012, ao relatar a respeito desse consumo e esgotamento de matérias primas e do consumo da água, diz que se forem mantidos o padrão de consumo da água, em 2025 dois terços do planeta, ou seja, 5,5 milhões de pessoas podem ter dificuldades de acesso a água potável e isso poderia chegar em 75% em 2050.

O presente trabalho, tem como objetivo específico, investigar a respeito da inclusão do conceito sustentável na Escola Municipal Santa Bárbara, município de Miguel Pereira – RJ, encontrando elementos que justifiquem a real inclusão de tal tema para essas crianças do ensino fundamental I, séries iniciais, entendendo qual a mudança comportamental isso pode ocorrer futuramente na sociedade.

O ponto inicial do trabalho foi o estudo bibliografias a respeito do tema dentro da gestão, que trouxe como diretriz literaturas estruturadas, oriundas de plataformas científicas nacionais como google acadêmico, onde relatam as especificidades do tema sustentabilidade, a importância desse desenvolvimento e o ensinamento desta na escola em classes iniciais. Logo em seguida a pesquisa, procurou-se ter uma escrita clara e objetiva, onde colocou-se na escrita as informações pesquisadas, observando as ações que ocorriam ano a ano em tal instituição e o que poderia ser modificado e os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de maneira precisa e acessível ao público.

Dessa forma, no primeiro capítulo, procurou-se especificar a respeito do que é a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, conceituando e implicando tal termo em diferentes tipos de formas explorando a respeito do seu significado e importância, onde buscou-se a respeito da visão histórica desse termo, seu conceito e surgimento.

No segundo capítulo, procura-se especificar o termo sustentabilidade dentro do âmbito escolar, buscando explicar a importância da apresentação e ensinamento deste no âmbito escolar e do valor que esse teria se fosse ensinado nas séries iniciais, da mesma forma em que é ensinado a leitura e a escrita aos mais novos e de que forma pode observar nas classes da escola em questão.

Já no terceiro tópico discorreremos a respeito das considerações finais que chegamos ao fim de nossa pesquisa a respeito do tema proposto, fazendo com que seja entendido os resultados pelos quais chegamos, pontuando os pontos essenciais da pesquisa, assim como respondendo as questões que outrora foram levantadas para a execução de tal pesquisa.

## 2– SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Através dos estudos a respeito de sustentabilidade percebe-se que esta se expressa por várias vertentes, tendo cada autor a sua definição.

Gonçalves-Dias, Herrera e Cruz (2013) dizem que o conceito de sustentabilidade tem gerado, por décadas, confusões no que diz respeito ao seu significado, pois até hoje ainda não chegou-se a uma determinação a respeito do tema, dessa forma até hoje ainda existem pesquisas no que diz a respeito dessa

definição.

Alguns autores como Jacobi, Raufflet e Arruda (2011, p. 23), definem sustentabilidade “como a capacidade de resistir e durar”. Tais autores também ao relatarem a respeito desse tema na ecologia, dizem que os sistemas se mantêm bem sucedidos e transformados. Eles dizem que as pessoas consideram a sustentabilidade como algo que pode ter um alto potencial de manutenção e bem estar a longo prazo.

Fato é que a primeira vez na história em que a expressão “Desenvolvimento Sustentável” se tornou popular foi em 1991, no Rio de Janeiro e tal termo foi utilizado em uma Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nessa conferência define-se a respeito de Desenvolvimento Sustentável como:

Aquele que procura satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras (...) tanto a tecnologia quanto à organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico. (CMMAD, 1991, p.9).

Nesta Conferência das Nações Unidas houveram muitas discussões a respeito do Meio Ambiente e Desenvolvimento. Foi bastante discutido a respeito do Desenvolvimento Sustentável e houve apoio dos governos tanto nacionais quanto internacionais, onde iniciou-se a produção do material Agenda 21, onde consta planos de ações em que procura-se ter atos que tenham uma consequência global.

Percebe-se que ao pesquisar sobre o tema que gera muita dúvida, sendo difícil especificarmos apenas uma definição do que realmente é o desenvolvimento sustentável, pois há diversas definições, visões de sustentabilidade contendo contradições e vários enfoques. Contudo, pela semântica da palavra, esta é utilizada como sentido de progresso e podemos perceber um conflito no crescimento econômico ilimitado e a finitude dos recursos ambientais.

Seguindo o entendimento da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o de Guimarães (2001), “Ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento” pode-se compreender que embora a sustentabilidade ainda seja algo a ser pesquisado e lapidado em nossa sociedade, que ser sustentável é fazer uso dos recursos que a natureza oferece para a nossa necessidade, sem esquecer que não apenas nós mesmos necessitamos daquilo, mas também as próximas gerações, compreendendo que os recursos, sejam eles materiais ou econômicos devem ser utilizados de forma a não prejudicar o meio ambiente e mantendo a sua longevidade.

Ao remetermos ao termo sustentar, quando tratamos de sustentabilidade, podemos pôr a luz as palavras de FERREIRA (2005), que conseguiu definir a partir de tal termo a sustentabilidade de acordo com o que pretendemos abordar em nosso trabalho:

Sustentar algo, ao longo do tempo - a dimensão de longo prazo já se encontra incorporada nessa interpretação -, para que aquilo que se sustenta tenha condições de permanecer por tempo, reconhecível e cumprindo as mesmas funções indefinidamente, sem que produza qualquer tipo de reação desconhecida, mantendo-se estável ao longo do tempo. Entre os inúmeros conceitos de sustentabilidade que já foram elaborados ao longo dos últimos anos, o que se pretende, enfim, é encontrar os mecanismos de interação nas sociedades humanas que ocorram numa relação harmoniosa com a natureza. (FERREIRA, p. 315, 2005).

A partir de então podemos compreender a sustentabilidade como a tentativa de vencer a insustentabilidade vivida durante anos, de forma desenfreada, utilizando os recursos naturais se ao menos dar chance para que esses se renovem, pois “acelerar os processos bio-geo-ecológicos em função da crescente



velocidade humana de consumo representa insustentabilidade” e ao contrário disso é o que precisamos buscar que é evitar a escassez e o esgotamento dos recursos naturais. (FERREIRA, p. 315, 2005).

Ainda a respeito da definição de sustentabilidade Guimarães (2001) fala dos uso dos materiais naturais que:

Por um lado, as taxas de utilização devem ser equivalentes às taxas de reposição. Por outro lado, as taxas de emissão de efluentes devem ser iguais à capacidade de assimilação dos ecossistemas em que tais efluentes são lançados. O anterior significa que as taxas de recuperação e as taxas de regeneração devem ser tratadas como capital natural”. (GUIMARÃES, p.64, 2001).

A garantia da sustentabilidade economiza recursos e perpetua a vida em harmonia com o meio ambiente, para que futuramente a posteridade possa desfrutar de recursos assim como a sociedade atual tem a oportunidade de fazê-lo.

Tal tema é muito abrangente na forma de abordar, contudo a partir do próximo capítulo o termo sustentabilidade dentro do âmbito escolar será o foco, buscando explicar a importância da apresentação e ensinamento deste no âmbito escolar e do valor que esse teria se fosse ensinado nas séries iniciais, da mesma forma em que é ensinado a leitura e a escrita aos mais novos e de que forma pode observar nas classes da escola em questão.

### **3– MIGUEL PEREIRA: UM DOS MELHORES CLIMAS DO MUNDO.**

Situada a 618 metros acima do mar, a cidade do interior tem em seus requisitos charme, belezas naturais, temperatura amena e segurança. Cidade com uma linda natureza, onde em suas belezas naturais podemos listar cachoeiras, lagos e trilhas.

De acordo com os estudos do Professor Miguel Pereira, que viveu na cidade e deu-lhe nome, o clima da cidade é “o 3º melhor clima do mundo”, expressão que até hoje é usada como propaganda turística pela administração municipal a cidade tem o terceiro melhor clima do mundo.

Miguel Pereira carrega muita cultura, história, pontos turísticos e um clima perfeito para bons passeios e muito descanso. Toda a sua história turística está voltada para os bens naturais, voltados ao seu clima ameno, a cachoeiras, lagos e trilhas.

Dessa forma, com o histórico do município que tem as belezas naturais como o carro chefe da cidade, compreende-se a importância em trabalhar-se nas escolas municipais a respeito da sustentabilidade, para que os bens naturais sejam usados de maneira educada e voltados a uma preservação ambiental.

### **4– SUSTENTABILIDADE DENTRO DA ESCOLA**

O uso consciente dos recursos é a marca da vida sustentável. O desafio é adaptar um processo que não contempla a exploração econômica sem prejudicar a natureza, o meio ambiente e assim sendo, auxiliando para a perpetuação da espécie, pois sem muito dos recursos naturais não sobreviveremos, como é o caso da utilização da água.

Vários empreendimentos valem-se da sustentabilidade, como em grandes centros comerciais onde existe uma pequena estação de tratamento de sua própria água e a reutilizam para fazer limpeza ou inserem a água que será reutilizada em descargas dos vasos sanitários, em alguns casos conseguem reaproveitar mais de 50% da água do próprio esgoto.

Esse trabalho, procurou-se ver quais seriam as possibilidades de mudanças sustentáveis para que

pudessem ser inseridas em uma escola de ensino fundamental, que oferece as séries de terceiro e quinto ano na modalidade integral, e fica no interior do Rio de Janeiro, no Município de Miguel Pereira, no bairro de Arcádia: Escola Municipal Santa Bárbara.

Importante notar o quanto o mundo sustentável é essencial e como é ainda mais respeitável se inserido já nas séries iniciais, pois assim como há grande importância em ensinar a uma criança a ler e a escrever também faz-se importante que hajam hábitos modificados, pois uma escola sustentável tem esse fim, é uma escola que enxerga além de seus muros, reduzindo o choque ambiental e fazendo com que toda a sociedade possa entender através de suas ações o que é ser sustentável. É dever da escola criar adultos letrados, ou seja, não apenas pessoas que podem dominar e decifrar os códigos, mas sim ter domínio da leitura e escrita nos diversos contextos e práticas sociais. (BRASIL, 2011-a)

Inserir esse tipo de ensinamento nas series iniciais torna-se o aprendizado importante, pois se a criança faz desse ensinamento uma prática pode mesmo depois de crescida continuar utilizando o que aprende, assim como ao aprender na escola pode colocar em prática na sua casa, pois, mesmo sendo pequena, algumas tem grande influência dentro de seu lar, fazendo com que seus responsáveis venham a aderir a prática junto a ela, da mesma forma que quando crescer é possível que continue a ser um ser humano sustentável.

Nessa fase de idade, do ensino fundamental, onde segundo o Piaget diz que ela entra na fase Operatório Concreto. Esse estágio refere-se ao surgimento da capacidade da criança de interiorizar as ações, ou seja, ela começa efetivar as operações mentalmente e não mais apenas através de ações físicas, típicas da inteligência sensório motor. (SOUZA, 2014)

A escola é um espaço de aprendizagem amplo que poderia abarcar a sustentabilidade, sendo assim podemos perceber que:

Espaço Educador Sustentável é um espaço onde as pessoas estabelecem relações de cuidado uns com os outros, com a natureza e com o ambiente. Esse espaço cuida e educa para a sustentabilidade de forma deliberada e intencional, mantendo coerência entre o discurso, os conteúdos, as práticas e as posturas. Além disso, assume a responsabilidade pelos impactos que gera e busca compensá-los com tecnologias apropriadas (BRASIL, 2012 p.14).

A escola deve se transformar em um ambiente de práticas, que vai além da teoria, não é apenas um local onde se é falado a respeito de preservação do meio ambiente, mas sim um local onde preserva-se, não é um local onde fala-se de reciclagem, mas um local onde recicla-se. Esse local não é um local onde fala-se apenas de sustentabilidade, mas é acima de tudo um local onde tenta-se ao máximo fazer com que os recursos naturais sejam preservados.

Dito isso, a investigação feita na Escola Municipal Santa Bárbara, no município de Miguel Pereira, Bairro Arcádia – RJ constatou que a escola funciona em período integral, sendo que pela manhã funcionam oficinas de artes, como trabalhos com desenhos, histórias e pinturas, e no período da tarde ocorrem as aulas tradicionais, como matemática, português e ciências, por exemplo. Os professores responsáveis em dar a aula pela tarde são diferentes dos responsáveis em dar as oficinas pela manhã. Não existe ainda escola uma matéria em que seja dedicado a ensinar as crianças a serem sustentáveis, contudo, foi possível observar alguns meios em que poderiam ser inseridos atividades com este fim.

Primeiramente seria necessário que houvesse uma prática em conjunto, onde toda escola deveria se propor a cumprir sua função dentro do ensinamento as crianças, pois sem o comprometimento de todos não seria possível fazer com que alguns serviços fossem executados. Então, todos os professores, seja

das oficinas ou das aulas tradicionais deveriam se unir, assim como as merendeiras, secretária escolar e a direção, cada um com sua função. Também é necessário em alguns casos, dependendo do tipo de trabalho que será executado o auxílio da prefeitura.

Poderia ser iniciado com as crianças como primeiro trabalho o plantio de árvore e após salsa e cebolinha que poderia ser utilizado como tempero na cozinha mais tarde e alguns pés de alface. Inicialmente seria dada aula a respeito de plantações e cada matéria dada no período da tarde poderia ensinar algo diferente. Em ciências poderia dizer a respeito da preparação do solo, de como utilizar as cascas dos alimentos como adubo, de como deve-se plantar primeiro as sementes em um local menor até ela crescer um pouco e depois colocar no solo.

Em português poderiam ser confeccionadas plaquinhas onde as crianças colocariam em cada local para indicar onde cada coisa for plantada. E em matemática, por exemplo, poderiam fazer o cálculo de quantos pés de alfaces plantariam ou a quantidade de cada semente que seria plantada e depois fazer a contagem de cada uma que iria realmente nascer.

No que diz respeito às oficinas poderia ser a parte prática, as crianças inicialmente colocariam em ação planos executados nas matérias, como plantar a quantidade de semente contada na aula de matemática, plantar primeiro em um recipiente pequeno para depois fazer os canteiros no chão onde passariam depois as mudinhas, como aprendido na aula de ciências, nomear cada coisa conforme for plantando com a professora da oficina, plaquinhas confeccionadas com a professora de português. As merendeiras ficarão responsáveis em guardar as cascas das verduras que vão servir como adubo para o que for plantado.

A separação dos materiais recicláveis também é uma prática. Mais uma vez os professores vão estar responsáveis nas aulas do período da tarde em explicar como deve ser feito. Eles necessitam informar a importância da reciclagem, o que é sustentabilidade e conservação, sendo de grande importância que isso seja explicado na linguagem das crianças, com histórias, com desenhos e principalmente com algo que é muito importante quando ensinamos aos menores, com exemplo, com a prática.

É conveniente ensinar como deve ser feita a separação dos materiais, separando o papel, do plástico, do vidro, do metal e do lixo orgânico. Será algo bem apropriado poder ensinar aos alunos também a respeito dessa separação através das cores, ensinado que as lixeiras azuis são para colocar tudo o que for de papel, nas lixeiras vermelhas são para colocar tudo o que for de plástico, nas lixeiras de cor verde para colocar as coisas de vidro, os objetos de metal devem ser inseridos nas lixeiras de cor amarelo e já os resíduos orgânicos seria colocado em uma lixeira de cor marrom.

Seria bom, para um grande estímulo para as crianças, fazer com que essas, nas aulas com as oficinas, confeccionassem cada lixeira que seria distribuída pela escola. Poderiam ser feitas em caixas de papelão ou se fosse possível que a prefeitura disponibilizasse lixeiras e os alunos apenas pintassem cada uma da cor que deveriam ser utilizadas para colocarem os materiais a serem reciclados. É necessário que eles se empenhem em fazer para que também se empenhem em jogar nos locais corretos os lixos. As lixeiras poderiam ficar nas salas de aula e no pátio. A prefeitura também teria a responsabilidade em enviar o setor responsável pela reciclagem para buscar os produtos separados.

A última ideia seria um pouco mais elaborada, mas se colocada em ação faria muita diferença e se colocasse em prática não só nessa escola, mas em todas do município, inclusive algumas que não recebem água encanada, dependem de caminhão pipa. A ideia seria que a escola tivesse um reservatório de reaproveitamento das águas da bica. Seja da água da pia do banheiro, no qual os alunos lavam as mãos, escovam os dentes e também na pia da cozinha, onde a louça é lavada, assim como na pia do banheiro dos

professores e direção.

A água levada ao reservatório deverá ser utilizada para limpeza das escolas, descargas do banheiro e para as crianças utilizarem para poder molhar suas plantações.

Podemos perceber assim que temos uma gama de ideias, não só apenas as que foram destacadas, mas diversas outras, onde pode-se tornar a escola em um ambiente sustentável que pode não apenas ensinar aos pequenos a respeito deste bem que pode nos trazer grandes benefícios de forma duradoura, mas também colocar em ação planos sustentáveis, o que faria com que as crianças aprendessem a fazer fazendo.

## **5– O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA BÁRBARA COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS PARA A SUSTENTABILIDADE**

O projeto político-pedagógico da escola é um documento no qual a escola concretizará as ações previstas na Base Nacional Curricular. Esse documento é crucial pois através dele a escola pode criar uma identidade, ligada à política educacional.

A elaboração participativa e democrática significa envolver todos os atores vinculados a escola, como: gestores, coordenadores, professores, funcionários, alunos, pais, familiares, representantes da comunidade vinculada ao processo educativo da escola, conselho escolar, associação de pais e mestres, conselho de classe e os grêmios estudantis.

É crucial que em um Projeto Político Pedagógico (PPP) primeiramente ser realmente um projeto, ou seja, que tenham realmente propostas a serem executadas e especificar um tempo para que isso ocorra. Ele também deve ser político, isto é, perceber o ambiente escolar e os indivíduos que nela está como cidadãos críticos e atuantes individuais e coletivamente da sociedade, assim como responsáveis e críticos, tendo o poder de modificar a sociedade. O PPP também precisa ser pedagógico, onde define tarefas e projetos que possam em prática ensinar o que for projetado aos sujeitos do meio escolar.

Visto isso, observou-se do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Santa Bárbara, município de Miguel Pereira – RJ a compreensão do ambiente natural, social e dos sistemas, contudo, no decorrer da leitura do PPP vigente, no item 14 que trata-se de atividades extra, que não prevê ações em que a sustentabilidade seja trabalhada na escola.

Percebe-se uma falta de atividades com os alunos e sociedade onde possa associar a política econômica que é voltada ao meio ambiente, com a política de sustentabilidade que compreende a preservação dos recursos desse meio, ensinado e motivando aos cidadãos desde sua infância para preservação.

## **6– CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao findar deste trabalho podemos perceber a grande importância que é ter toda uma modificação na utilização dos recursos naturais em nossa sociedade, na verdade é mais do que importante, faz-se realmente necessário. É imprescindível que haja uma grande mudança na forma de viver para poder conseguir que nossa posteridade possa usufruir das mesmas coisas que hoje conseguimos utilizar, pois a natureza ainda nos oferece.

Realmente deve-se ater a necessidade de ser sustentável entendendo que devemos economizar recursos, reciclando, economizando e mudando nossa forma de agir, precisamos entender e explicar aos que ainda não compreendem que é necessário fazer isso para que nossa posteridade possa usufruir dos recursos assim como nós tivemos a oportunidade de utilizá-los.

O futuro mais consciente, onde a água é reaproveitada, onde papel, plástico, vidro, metal e matérias orgânicos são reutilizados, onde árvores são plantadas, onde o consumo de matérias que demoram a degradar e poluem o meio ambiente são pouco utilizados, realmente chegando ao seu mínimo ou extinção, depende de ações públicas geridas com esse fim, passando pelas fases iniciais da educação, chegando nas posturas municipais firmadas em lei própria, peoa tratamento do lixo.

É necessário elaborar meios e métodos como esse descrito que pode ser utilizado na escola, para que a cada dia mais pessoas utilizem os nossos recursos de forma consciente, sabendo que eles não são sem fim e que se não forem utilizados de forma correta acaba.

A mudança na gestão de recursos de forma exemplar. O primeiro passo é conseguir compreender a importância de ter uma educação sustentável, inserir este ensinamento nas escolas, seja de rede pública ou privada e fazer com que a sociedade desde sua infância consigam compreender o grau de importância que é cuidar de nossos bens naturais, reciclando e sendo sustentáveis.

De grande valia foi este trabalho em minha vida, tanto pessoal como acadêmica, pois compreendo que me acrescentou muito em meu arcabouço teórico, fazendo-me compreender, como uma futura gestora que planejar e dirigir um trabalho onde leva-se um grupo de pessoas a fazer algo que não apenas ajuda a elas mesmas mas abrange de uma forma toda a sociedade é gratificante.

## **7- REFERÊNCIAS**

BARROS, D.; GRECO, A. Esgotamento dos recursos naturais. Revista Super Interessante, 2012. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/esgotamento-dos-recursos-naturais/> Acesso em: 13 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Mais Educação Passo a Passo. Brasília, DF, (2011-a). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso\\_maiseducacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf) Acesso em: 02 abril 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente. Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais. Brasília, DF, 2012.

CMMAD (1991). Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum (2ª Ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas (430 p.).

Conheça Miguel Pereira. Disponível em: <http://www.pmpm.rj.gov.br/historia.php> Acesso em: 31 de maio de 2020.

FERREIRA, L C. Sustentabilidade: uma abordagem histórica da sustentabilidade. In: BRASIL. Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; HERRERA, C. B.; CRUZ, M. T. S. Desafios e dilemas para

inserir “Sustentabilidade” nos currículos de administração: um estudo de caso. RAM, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 119-153, 2013.

GUIMARÃES, R. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N (Org.). O desafio da sustentabilidade. Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2001

JACOBI, P. R.; RAUFFLET, E.; ARRUDA, M. P. Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. RAM, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 21-50, jun. 2011.

MOURA, L. G. V. Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo. Dissertação de mestrado. Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

SOUZA, N. M.; WECHSLER, A. M. Reflexões sobre a teoria piagetiana: o estágio operatório concreto. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade. Bebedouro, SP, 2014.

# UMA AVALIAÇÃO DA INSERÇÃO DA COMUNIDADE NO COMBATE À DENGUE NO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA/RJ

Carlos Alberto Baldez<sup>1</sup>, José Augusto Teixeira de Lima Junior<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Famipe, Gestão Pública, carlosbal88@gmail.com

<sup>2</sup>Famipe, Gestão Pública, junior.jaugusto@gmail.com

**RESUMO.** A Dengue é uma doença endêmica que ainda causa sérios problemas de saúde pública no Brasil. Neste contexto, foi realizada uma pesquisa de opinião sobre o mosquito *Aedes aegypti*, na qual a população mostrou entendimento sobre as ações e o conhecimento sobre a doença. Desta maneira, este estudo teve o objetivo de avaliar as percepções, conhecimentos e comportamentos dos moradores do município de Miguel Pereira (RJ) e assim procurar identificar possíveis criadouros do mosquito nas residências, onde se possa favorecer a disseminação de focos e o aparecimento da doença. Os dados foram coletados através de um questionário via redes sociais. Os entrevistados, na sua maioria, se mostraram informados sobre a doença e que contribuem na prevenção da Dengue. Percebe-se que é muito importante que a população tenha consciência de suas ações para a contribuição e formulação de ações contínuas e eficazes para que se reduza o número de casos da doença.

Palavras chave: Conhecimento, Prevenção, *Aedes aegypti*

**ABSTRACT.** *Dengue is an endemic disease which still causes serious public health problems in Brazil. In this context, a survey was conducted about Aedes Aegypti, in which the population showed knowledge about the disease. In this way, this study had the objective of evaluating the perceptions, knowledge and behavior of citizens from Miguel Pereira (RJ) and then seek to identify possible breeding grounds of mosquitoes in residencies, where it may be more favorable for the disease to appear and the spread of outbreaks occur. The data was collected through a survey on social medias. The majority of the interviewed people are informed about the disease and say they make their contribution to the dengue prevention. Note that it is very important that the population has a conscience of their actions to contribute and form continuous and efficient ways to reduce the numbers of cases of the disease.*

*Keywords: Knowledge, prevention, Aedes Aegypti.*

Baldez, Carlos Alberto

UMA AVALIAÇÃO DA INSERÇÃO DA COMUNIDADE NO  
COMBATE À DENGUE NO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA/RJ /  
Carlos Alberto Baldez. - Miguel Pereira: 2020.

i, 24 f. : il. ; 29,7 cm.

Orientador: José Augusto Teixeira de Lima Junior.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020. Inclui  
Ilustrações, Bibliografias e Material Anexo.

1. Conhecimento. 2. Prevenção. 3. Aedes aegypti. I. Junior, José Augusto  
Teixeira de Lima. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.



## 1. INTRODUÇÃO

A Dengue é uma doença febril aguda, que se manifesta de maneira variável, podendo desenvolver-se de forma assintomática, mas também em quadros graves e hemorrágicos que devido a sérias complicações pode levar ao óbito (FUNASA, 2002). Com a ocorrência da expansão mundial da indústria naval no século XVIII e XIX, o mosquito *Aedes aegypti* e o vírus da Dengue foram se propagando em novas áreas geográficas, gerando grandes epidemias em várias partes do mundo.

Esta enfermidade tem sido uma das mais graves doenças epidêmicas registradas, levando a um grande impacto no setor econômico, social e de desenvolvimento e há estimativas de que ocorram 390 milhões de infecções por ano. (OPAS/OMS BRASIL,2019).

Ainda são encontradas muitas dificuldades para conseguir o engajamento das comunidades no combate ao *Aedes aegypti*, porém sabemos que só poderemos ter um controle mais eficaz, se a população contribuir para a diminuição de focos, fazendo vistorias diárias em suas residências onde se localizam a maioria dos criadouros.

O que mais contribui para o crescimento do número de casos de Dengue no Brasil é a expansão urbana desordenada e uma má distribuição de renda. As pessoas estão vivendo em áreas de risco, onde não se tem saneamento básico e há uma escassez de água (com isto as pessoas tem de armazenar água para o consumo, sem a devida proteção e tratamento adequados). O acúmulo de lixo é também um fator preponderante.

São usadas várias alternativas no cuidado preventivo para levar mensagens educativas as comunidades. Entre elas é possível citar alguns exemplos como a realização de ações de proteção à saúde com programas específicos, no intuito de ajudar a população e reduzir os riscos da doença, promoção de palestras em escolas, pois as crianças são os maiores multiplicadores de informação e a distribuição de panfletos nas comunidades. Assim sendo, os trabalhos educativos tem o objetivo de levar conhecimentos a população e uma reflexão para que haja uma mudança de hábito, com isto contribuindo para uma diminuição no número de criadouros do *Aedes aegypti* e diminuição da incidência da doença.

Portanto, é necessário que as pessoas compreendam a necessidade e a importância de cumprir seu papel nesse combate, não apenas entender como executar as ações preventivas, mas praticando-as, porque é notável que mesmo com a prática dessas ações há muito tempo, ainda existe um aumento significativo na proliferação do vetor.

### 1.1.Objetivo geral

Orientar e informar a população sobre as ações de combate à Dengue e assim obter uma maior participação popular no combate ao mosquito.

### 1.2.Objetivos específicos

- Levantar dados junto as comunidades utilizando um questionário com foco direcionado para a doença Dengue;
- Avaliar os resultados do mesmo identificando possibilidades de ampliação de orientação às comunidades;
- Conscientizar e mobilizar a comunidade sobre o seu papel no combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

### **1.3. Justificativa**

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de se fazer uma avaliação do conhecimento da população sobre o combate à Dengue, pois anualmente há um alto índice da doença no país, por isso deve-se ter conhecimento que a prevenção é simples e eficaz. Deve-se buscar propostas que realmente sejam efetivas e voltadas para a prevenção da doença. Grande parte da população sabe sobre a doença, mas não estão devidamente engajadas para colocar as devidas ações em prática. Nota-se que há uma necessidade cada vez maior de informar a comunidade da presença do vetor e as consequências que o mosquito pode causar a população e assim orientá-las para que realizem ações contínuas e eficientes para que se diminua a proliferação do mosquito e a manifestação da doença. Este estudo tem uma grande importância na ampliação de conhecimentos sobre a doença e assim contribuir para a diminuição dos casos de Dengue entre a população do município.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

(CHIARAVALLOTTI NETO et al. 2003), diz que é muito importante a realização de atividades com base na realidade local para discutir com a comunidade e assim executar a melhor estratégia de ação e reduzir os recipientes potenciais e com água.

(GONÇALVES et al. 2015), diz que a população deve se empoderar das políticas de saúde referentes a Dengue e assim desenvolver um sentimento de responsabilidade individual a todos, incentivando a promoção e educação em saúde o ano inteiro.

(FEITOSA, 2012), diz que é fundamental que a comunidade participe através de uma mobilização social e que ampliar os conhecimentos sobre a Dengue é muito positivo, pois reduz a incidência de casos e diminui o impacto econômico para a saúde da população. O fato de se ter conhecimento do elevado número de casos de Dengue e que as medidas são simples e eficazes para uma diminuição da doença, se torna muito importante para buscar alternativas junto à comunidade e ter propostas efetivas de combate à Dengue.

Segundo (CIRNE et al. 2016), as medidas educativas de prevenção e promoção da saúde são muito importantes para o enriquecimento de informações sobre a doença e para que a prevenção seja mais eficaz, portanto, tem de se ter um acompanhamento a longo prazo para uma avaliação da conscientização da comunidade.

(SANTOS, CABRAL e AUGUSTO, 2011), demonstram que a população tem conhecimento sobre o *Aedes aegypti*, porém suas atitudes e práticas não são suficientes.

Segundo (GONÇALVES NETO et al. 2004), a comunidade dispõe de conhecimentos sobre a Dengue e sua prevenção, mas não é o suficiente para mudar o comportamento das pessoas no combate ao mosquito, assim tornando necessário encontrar meios de estimular a comunidade para um maior envolvimento no combate ao vetor.

As arboviroses são responsáveis por um considerável impacto econômico e social no Brasil. Os custos relacionados ao seu manejo, combate ao vetor, custos médicos diretos e custos indiretos, representaram juntos, aproximadamente 2% do orçamento previsto para a saúde, no País, em 2016. O impacto à sociedade é relevante, com redução de aproximadamente R\$ 431 milhões ao ano associada à perda de produtividade decorrente das arboviroses. (TEICH, ARINELLI, FAHHAN, 2017)

Segundo (LENZI e COURA, 2004), os informativos tem uma responsabilidade de orientar as ações preventivas para a população e é de inteira relevância que vá de encontro as situações do dia a dia e

que contenham respostas das dúvidas mais frequentes de maneira correta e precisa.

A comunicação, educação e mobilização social são campos de ação fundamentais para o bom desempenho de programas de prevenção e promoção da saúde, mais pela sua capacidade de abrir espaços de diálogo e conversação entre profissionais, agentes de saúde e população, na busca de solução para os problemas que os afetam, do que pelo seu potencial de mudar comportamentos e atitudes individuais frente a riscos à saúde. (TEIXEIRA, 2008).

No manual de Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue do Ministério da Saúde diz:

O desenvolvimento das práticas educativas no SUS tem por base as ações de comunicação, imprescindíveis para fomentar os processos de mobilização. O objetivo dessas ações é a adesão das pessoas e da sociedade organizada, de maneira consciente e voluntária, para o enfrentamento de determinado problema. Tais ações podem tanto estimular a mobilização a partir de organizações sociais já existentes quanto fomentar a criação de grupos ou associações que trabalhem em ações de prevenção e controle.

Essas áreas (comunicação e mobilização) devem manter ações e atividades estratégicas e de rotina nas instituições nas quais estão inseridas, de forma articulada e complementar, de modo a potencializar a divulgação, discussão e compreensão de temas elegidos como prioritários e de relevância em Saúde Pública.

No contexto destas Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, a produção de informações oportunas, coerentes e confiáveis sobre a dengue faz parte do processo de sensibilização e mobilização da população, necessário ao fortalecimento do SUS na defesa da saúde das pessoas. (MINISTERIO DA SAUDE, 2009, p.89)

Sobre a importância da comunidade no combate ao mosquito, Ana Karine (2016) diz em seu artigo que:

É imprescindível que as pessoas compreendam a necessidade e a importância de exercer seu papel nesse combate, não apenas entender como executar as ações preventivas, mas praticando-as, pois, nota-se que mesmo praticando essas ações há tempos, ainda existe um aumento na proliferação do vetor. (ANA KARINE, 2017)

Para (FRANÇA et al. 2017), percebe-se ainda muitas dificuldades para o combate ao mosquito e sugere um maior investimento em educação permanente e uma participação mais efetiva da comunidade.

Verificou-se que os agentes de saúde têm, como principal impedimento nas atribuições de suas funções, o descaso, a falta de compromisso e a conscientização da comunidade. As barreiras que impedem o desenvolvimento e o êxito das ações de promoção e prevenção à saúde são impostas pela comunidade que, muitas vezes, se mostrou descrente e revelou uma falta de conhecimento e educação, de modo generalizado, que influencia diretamente no resultado final. A comunidade e a orientação à educação em saúde são elementos-chave para a diminuição da incidência e redução dos casos de dengue. Propõe-se, assim, maior efetivação das ações de educação em saúde junto à população. Um investimento maior em educação permanente, com palestra em escolas e igrejas, visto que existe uma deficiência nesse elo entre a comunidade e a gestão pública. As medidas precisam ser revistas e adaptadas de acordo com a necessidade de cada localidade, sobretudo, diante de uma população que se mostra resistente e incrédula diante de um quadro sem perspectivas de melhoras. (FRANÇA et al. 2017).

Segundo o Ministério da Saúde, a prevenção e a orientação da comunidade em relação à saúde envolvem todos os moradores, para que eles sejam conscientizados e adquiram conhecimentos necessários para entender o problema.

A Dengue é um grande problema de Saúde Pública, sendo assim, a participação da comunidade é fundamental para obter efeitos duradouros.

## 2.1. A Dengue

Segundo o Ministério da Saúde (2009), os primeiros registros de Dengue no mundo foram feitos no fim do século XVIII, na ilha de Java no Sudoeste asiático e na Filadélfia, EUA. Somente no século XX a Dengue foi reconhecida como doença pela Organização Mundial da Saúde. A cada ano são registrados

entre 50 milhões e 80 milhões de casos da doença no mundo. Originário da África, o mosquito transmissor é também o responsável pela Dengue hemorrágica, conhecida também como febre hemorrágica. Seu ciclo é representado por quatro fases: ovo, larva, pupa e adulto.

Segundo o Ministério da Saúde (Fundação Nacional de Saúde, 2002), a Dengue é uma doença que apresenta um quadro febril agudo, descrito por dores musculares e articulares intensas. Tem como agente um arbovírus do gênero *Flavivírus* da família *Flaviviridae*, do qual existem quatro sorotipos: DEN-1, DEN-2, DEN-3 e DEN-4. A infecção por um deles confere uma imunidade permanente para o mesmo sorotipo e imunidade parcial e temporária contra os outros. Essas enfermidades originam-se de áreas tropicais e subtropicais, devido as condições ambientais favorecerem o desenvolvimento dos vetores. Várias espécies de mosquitos do gênero *Aedes* podem servir como transmissores do vírus da Dengue.

De acordo com Tauil (2002) cerca de 2,5 bilhões de pessoas encontram-se sob o risco de se infectarem, particularmente em países tropicais onde a temperatura e a umidade favorecem a proliferação do mosquito vetor. Entre as doenças reemergentes é a que se constitui em problema mais grave de saúde pública.

O mosquito *Aedes aegypti* é a principal espécie responsável pela transmissão da Dengue. É um mosquito doméstico, menor que um pernilongo/muriçoca comum, antropofílico, com atividade hematofágica diurna e utiliza-se preferencialmente de depósitos artificiais de água limpa para colocar seus ovos. Possuem uma alta capacidade de resistir à dessecação, mantendo-se viáveis na ausência de água por até 450 dias. O *Aedes aegypti* tem mostrado uma grande capacidade de adaptação a diferentes situações ambientais consideradas desfavoráveis. (TAUIL, 2002)

A transmissão da doença se dá quando a fêmea do mosquito pica uma pessoa infectada pela Dengue, sendo que o tempo necessário para o vírus se reproduzir no organismo do mosquito é de 8 a 12 dias. Após isso, começa o ciclo de transmissão do vírus causador da doença, esse mesmo mosquito ao picar uma outra pessoa sadia, transmite o vírus para o sangue dessa pessoa. Dentro de alguns dias (3 a 15 dias), a doença começa a apresentar os primeiros sintomas. A partir daí o ciclo pode se repetir, caso essa segunda pessoa seja picada por outro mosquito *Aedes aegypti*. (BRASIL, 2009)

O Ministério da Saúde (BRASIL,2016) indica que a infecção pelo vírus da Dengue pode ser assintomática ou sintomática. Quando sintomática, causa uma doença sistêmica e dinâmica de amplo espectro clínico, variando desde formas oligossintomáticas (poucos sintomas) até quadros graves, podendo evoluir para o óbito. Três fases clínicas podem ocorrer, sendo elas: febril, crítica e de recuperação.

## **2.2.O vetor da Dengue**

A fêmea do mosquito *Aedes aegypti* é a principal transmissora de Dengue no Brasil, que se caracteriza como um inseto de comportamento estritamente urbano. As fêmeas costumam viver dentro das residências por um período de 30 dias. (AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS, 2013)

Várias espécies de mosquitos do gênero *Aedes* podem servir como transmissores do vírus da Dengue. No Brasil, duas delas estão hoje instaladas: *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. (FUNASA, 2001), manual de normas técnicas.

## **2.3.Transmissão**

A Dengue é transmitida pela fêmea do mosquito *Aedes aegypti*, após picar uma pessoa infectada com um dos quatro sorotipos do vírus (DEN-1, DEN-2, DEN-3, DEN-4) a fêmea pode transmitir o vírus

para outras pessoas (BRASIL, 2009). Vale ressaltar que a transmissão não ocorre de uma pessoa doente para uma pessoa sã através de contato, alimentos ou água.

#### **2.4. Quais as doenças que o mosquito *Aedes aegypti* pode transmitir**

O mosquito *Aedes aegypti* é transmissor de algumas doenças. É importante saber que só os mosquitos infectados transmitem a doença.

As doenças transmitidas pelo *Aedes Aegypti* são:

- Dengue
- Chikungunya
- Zika
- Febre Amarela

#### **2.5. Sintomas**

A doença pode ser assintomática ou pode evoluir até quadros mais graves, sendo a primeira manifestação febre alta (39° a 40° C) e de início abrupto, seguido de dor de cabeça ou nos olhos, cansaço, dores musculares, falta de apetite, náuseas, tonteadas, vômitos e erupções na pele. A doença tem uma duração de cinco a sete dias (máximo de 10). (AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS, 2013)

#### **2.6. Tratamento**

Não há um remédio eficaz contra o vírus da Dengue, o tratamento é realizado a base de analgésicos e antitérmicos com prescrição médica e pode ser feito no domicílio. Indica-se hidratação oral com aumento de ingestão de água, sucos. (AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS, 2013)

#### **2.7. Prevenção**

Segundo o Ministério da Saúde, a melhor forma de prevenção da Dengue é evitar a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, eliminando água armazenada que podem se tornar possíveis criadouros, como em vasos de plantas, pneus, piscinas sem uso, sem manutenção, dentre outros.

#### **2.8. Como a população deve agir para evitar o aumento do número de focos do *Aedes aegypti***

As principais ações que a população tem a fazer é procurar se informar, se conscientizar e evitar água parada em qualquer local onde o mosquito possa depositar seus ovos.

Algumas medidas de prevenção para o combate ao *Aedes aegypti* são:

- Manter as caixas d'água bem fechadas;
- Deixar as calhas desobstruídas, livres de folhas e galhos;
- Evitar o acúmulo de água sobre a laje;
- Colocar areia nos pratos de plantas ou lavá-los uma vez por semana;
- Trocar a água das plantas aquáticas semanalmente;
- Ensacar o lixo e colocá-lo em lixeira fechada;
- Deixar as garrafas de vidro de boca para baixo;
- Deixar os pneus em locais cobertos;
- Manter a piscina sempre limpa e com sua devida manutenção;
- Deixar os ralos sempre fechados;

- Encher de areia cacos de vidro em cima de muros;
- Não deixar que a água se acumule em cascas de ovos, tampinha de garrafas, folhas, cavidades dos troncos de arvore entre outros;
- Vaso sanitário em desuso que estiver na área externa deverão estar tampados e semanalmente verificar se há foco;
- Limpar a bandeja da geladeira e do ar condicionado;
- Esticar as lonas para evitar que as mesmas acumulem água;
- Evitar o acúmulo de lixo do quintal.

### **3.MATERIAIS E MÉTODOS**

O método aplicado para o levantamento de dados é uma pesquisa de opinião sobre a prevenção do mosquito *Aedes aegypti* (transmissor da Dengue), para saber se a população tem a consciência da importância das medidas de prevenção ao mosquito; pesquisa bibliográfica para levantamento e posicionamento de informações sobre o mosquito.

Este trabalho tem o intuito de analisar o conhecimento da comunidade no combate à Dengue. É uma pesquisa voltada a produção quantitativa (questionário de levantamento de dados), onde se tem por finalidade ampliar os conhecimentos a respeito de um determinado problema. A área de estudo é o Município de Miguel Pereira.

O município se situa na região Sul-Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, é uma estância climática situada a 618 metros acima do nível do mar e tem uma população estimada pelo IBGE (2019) de 25.538 hab.

Para avaliar o conhecimento da comunidade sobre a Dengue, foi elaborado um questionário com perguntas sobre as ações preventivas da doença e as principais medidas de controle a serem tomadas.

Ao realizar este estudo, prevaleceu os princípios éticos. A participação dos entrevistados foi voluntária e os dados coletados na entrevista foram confidenciais sem que os mesmos fossem identificados.

### **4.RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em um total de 138 moradores pertencentes aos três distritos do município e mais a localidade de Vera Cruz responderam à pesquisa, sabendo-se que um percentual elevado não respondeu.

Sabe-se que a eliminação de depósitos realizada pela população e pelo poder público não se mostra satisfatório para diminuição dos níveis de infestação dos mosquitos, pois os recipientes eliminados são facilmente substituídos por outros.

Atualmente a população é muito consumista e não faz o descarte destas embalagens de modo consciente, assim gerando lixo e um aumento de criadouros potenciais de mosquito e tudo isto aliado a crescente urbanização, aumentando consideravelmente o aparecimento e aumento dos casos de Dengue.

Ainda são encontrados muitos recipientes que podem se tornar possíveis depósitos para o mosquito nas residências e terrenos baldios, isto gera um grande risco de transmissão do vírus da Dengue. Na última década, houve um aumento de produção de recipientes artificiais que se tornaram locais ideais para larvas de mosquitos, são recipientes plásticos não biodegradáveis usados para consumo doméstico, pneus de automóveis inservíveis e outros recipientes artificiais que retêm água, encontrados no ambiente doméstico.

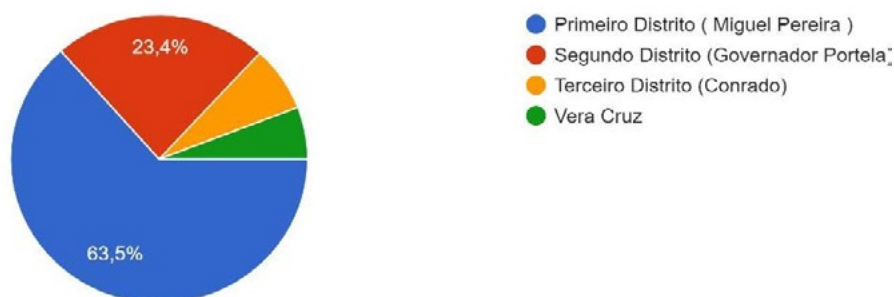
O cultivo de plantas ornamentais em vasos com água e a utilização de vasos de plantas com pratos onde ocorre a retenção de água, têm um papel fundamental nos níveis de infestação dos vetores.

Normalmente, são criadouros que apresentam um número superior aos demais. Também há uma parte da população que são acumuladores e também há uma grande produção em escala de produtos descartáveis.

Atualmente enfrentamos um grande desafio para controlar a Dengue

**Figura 1. Coleta de informação sobre o distrito da residência do entrevistado**

1 – Qual distrito você reside?  
137 respostas

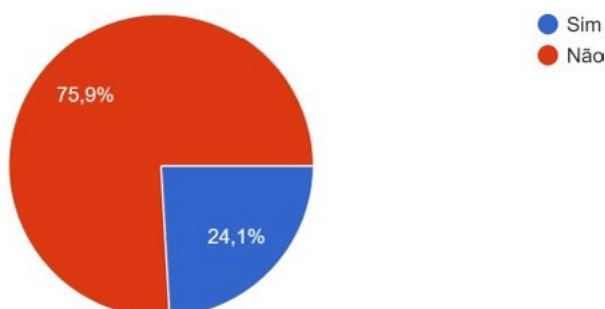


Fonte: Levantamento de dados do próprio autor. Ano: 2020

Das pessoas que responderam ao questionário, 65,5% residem no Primeiro Distrito, 23,4% no Segundo Distrito, 7,3% no Terceiro Distrito e 5,8% na localidade de Vera Cruz.

**Figura 2. Coleta de informação se alguém já teve Dengue na residência**

2 - Alguém em sua casa já teve dengue?  
137 respostas

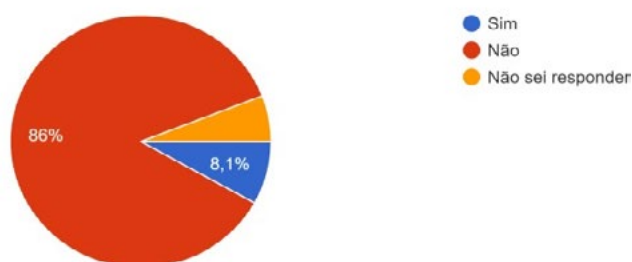


Fonte: Levantamento de dados do próprio autor. Ano: 2020

No total de pessoas que responderam o questionário 24,1% disseram já ter contraído a Dengue e 75,9% que não.

**Figura 3. Coleta de informação se uma pessoa infectada pode infectar outra pessoa**

3 – Uma pessoa infectada pela dengue pode infectar outra pessoa?  
136 respostas

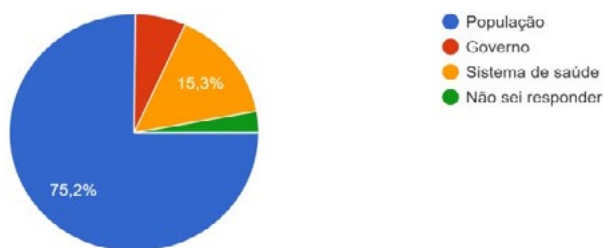


Fonte: Levantamento de dados do próprio autor. Ano: 2020

Entre as pessoas que responderam ao questionário, 86% tem ciência de que uma pessoa infectada não transmite a doença para outras pessoas, 8,1% disse que uma pessoa infectada pode transmitir a doença a outra pessoa e 5,9% não souberam responder.

**Figura 4. Coleta de informação de quem deve combater o mosquito *Aedes aegypti***

4 – Quem você acha que deve combater o mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue?  
137 respostas

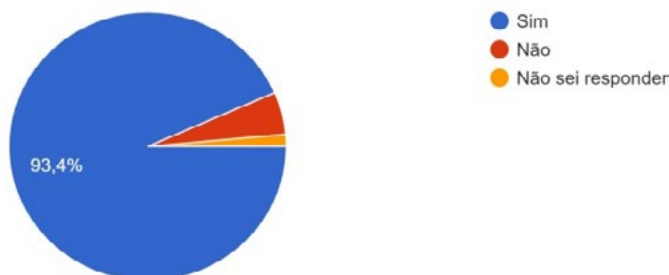


Fonte: Levantamento de dados do próprio autor. Ano: 2020

Com relação a quem eles acham que deva combater o mosquito, 75,2% responderam que a população deve combater, 15,3% acham que é o sistema de saúde, 6,6% acham que é o governo e 2,9% não souberam responder. Nesta questão, a maioria dos entrevistados entendem que a população é o principal agente neste combate, todavia o sistema de saúde se fez presente nas respostas assim como o governo em menor escala. Sabe-se que para acabar com a Dengue, não se trata de uma tarefa individual e sim de ações coletivas, pois a prevenção depende da participação e da mobilização da população junto ao sistema de saúde e governo.

**Figura 5. Coleta de informação sobre os perigos causados pelo *Aedes aegypti***

5 - Você tem noção dos perigos transmitidos pelo mosquito *Aedes Aegypti*?  
137 respostas

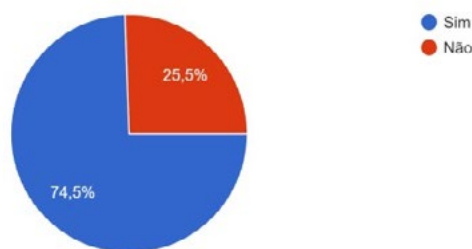


Fonte: Levantamento de dados do próprio autor. Ano: 2020

Sobre a noção do perigo transmitido pelo mosquito, 93,4% disseram ter noção sobre os perigos, 5,1% disseram não saber e 1,5% não souberam responder.

**Figura 6. Coleta de informação sobre orientações dos agentes em relação as ações que devem ser realizadas.**

6 - Você recebe orientações dos agentes de combate as endemias sobre as ações que devem ser realizadas para combater o mosquito?  
137 respostas



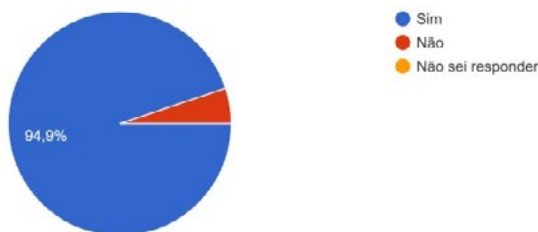
Fonte: Levantamento de dados do próprio autor. Ano: 2020

Perguntados também se recebiam orientações dos Agentes de Combate as Endemias, 75,4% disseram receber as orientações e 25,5% disseram não receber.



**Figura 7. Coleta de informações referentes as ações preventivas que devem ser realizadas**

7 - Você conhece as ações preventivas que devem ser realizadas para o combate ao Aedes Aegypti?  
137 respostas

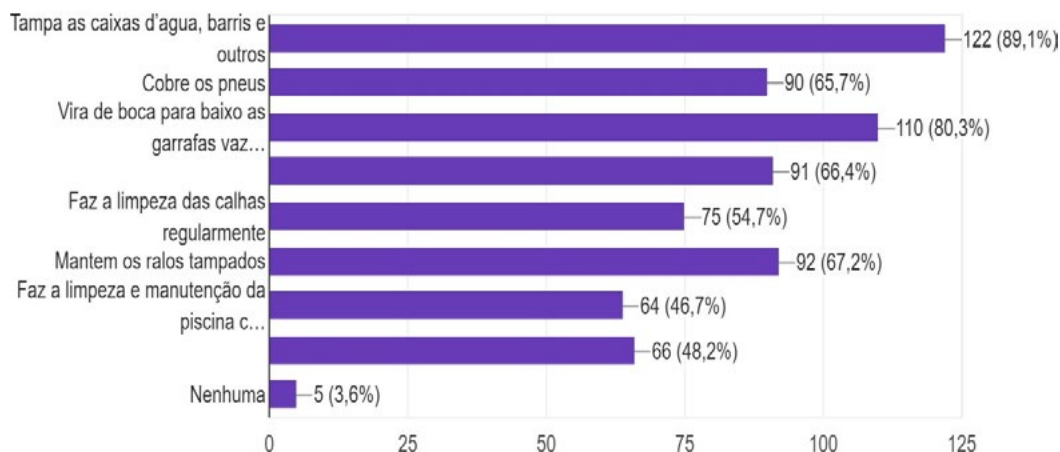


Fonte: Levantamento de dados do próprio autor. Ano: 2020

Sobre o conhecimento das ações preventivas 94,9% disseram conhecer e 5,1% disseram desconhecer tais ações.

**Figura 8. Coleta de informações sobre as ações que as pessoas realizam para prevenção do mosquito**

8 - Caso você tenha conhecimento, qual das ações de prevenção a dengue você realiza?  
137 respostas

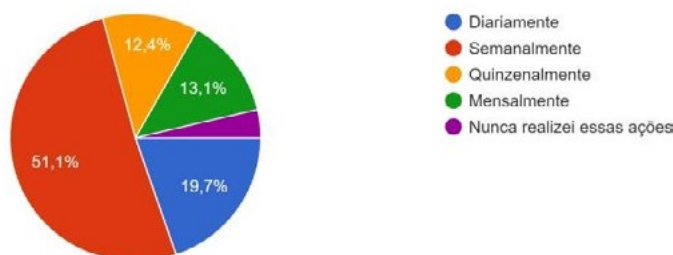


Fonte: Levantamento de dados do próprio autor. Ano: 2020

Das pessoas que disseram ter conhecimento, 89,1% deixam as caixas d'água, barris e outros tampados, 65,7% cobrem os pneus, 80,3% viram de boca para baixo as garrafas vazias, 66,4% usam areia nos pratinhos dos vasos de plantas, 54,7% fazem a limpeza das calhas regularmente, 67,2% mantêm os ralos tampados, 46,7% fazem a manutenção da piscina com frequência, 48,2% trocam a água das plantas aquáticas com frequência e 3,6% não realizam nenhuma dessas ações.

**Figura 9. Coleta de informações sobre a frequência com que se realiza as ações**

9 - Com que frequência você realiza essas ações?  
137 respostas

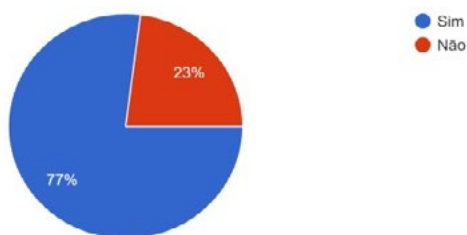


Fonte: Levantamento de dados do próprio autor. Ano: 2020

Responderam ao questionário dizendo que realizam essas ações diariamente 19,7% dos entrevistados, 12,4% quinzenalmente, 13,1% mensalmente e 3,6% nunca realizaram essas ações.

**Figura 10. Coleta de informações sobre o repasse de conhecimentos sobre a Dengue**

10 - Você repassa as informações que você sabe sobre a dengue aos seus amigos, vizinhos e conhecidos?  
135 respostas

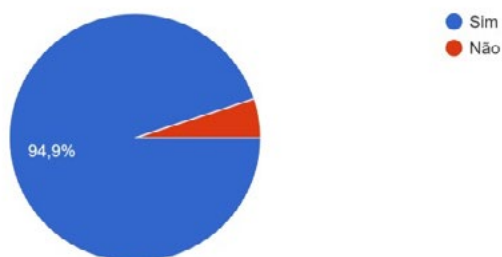


Fonte: Levantamento de dados do próprio autor. Ano: 2020

Foi perguntado também se repassam as informações que sabem para amigos, vizinhos e conhecidos, sendo que 77% repassam esses conhecimentos e 23% não.

**Figura 11. Coleta de informações sobre a importância da comunidade no combate à Dengue**

11 - Você sabe qual a importância da comunidade nas ações de combate à dengue?  
138 respostas

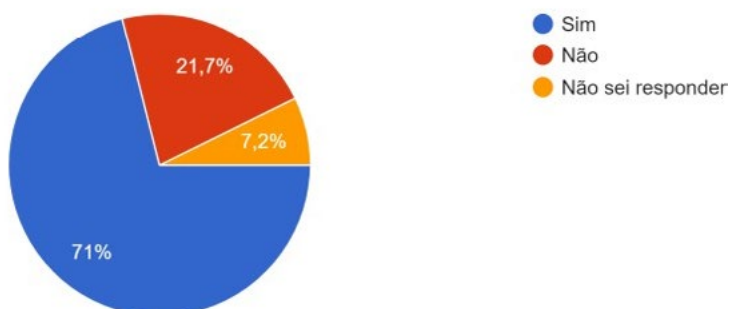


Fonte: Levantamento de dados do próprio autor. Ano: 2020

Perguntados sobre a importância da comunidade nas ações de combate ao mosquito, 94,9% responderam que a comunidade é importante nas ações de prevenção e 5,1% disseram que não sabem da importância.

**Figura 12. Coleta de informações da eficácia das campanhas educativas**

12 - Você acha as campanhas educativas para o combate à dengue eficazes?  
138 respostas



Fonte: Levantamento de dados do próprio autor. Ano: 2020

Sobre as campanhas educativas no combate ao mosquito, 71% responderam que as campanhas são eficazes, 21,7% disseram não ter eficácia e 7,2% não souberam responder.

**Tabela 1. Mapa de Controle de Amostras POSITIVAS Aedes aegypti (2018)**  
**TOTAL DE POSITIVOS Aedes aegypti (2018)**

Localidade	1°C	2°C	3°C	4°C	5°C	6°C	TOTAL	OBS.:
PRAÇA DA PONTE	10	13	08	02	00	07	<b>40</b>	Período do ciclo de trabalho é bimestral. Aqui estão relacionados todos os positivos Aedes aegypti encontrados nas localidades relacionadas ao lado. As localidades que não aparecem, é porque não tiveram focos positivos no ano de 2018.
SÃO JUDAS	05	00	00	00	04	03	<b>12</b>	
LAGOINHA	00	01	02	00	02	03	<b>08</b>	
GUARARAPES	01	02	00	00	02	00	<b>05</b>	
CENTRO	01	02	00	01	00	00	<b>04</b>	
CONRADO	02	00	00	02	00	00	<b>04</b>	
B. JARARY	00	00	00	03	00	00	<b>03</b>	
RIO DOURO	02	00	00	00	00	00	<b>02</b>	
RETIRO	00	00	00	01	00	01	<b>02</b>	
VILA SUISSA	00	00	01	00	00	01	<b>02</b>	
MANGUEIRAS	00	00	00	01	00	00	<b>01</b>	
CILÂNDIA	00	00	00	00	00	01	<b>01</b>	
PORTELA	00	00	00	01	00	00	<b>01</b>	
ARCÁDIA	01	00	00	00	00	00	<b>01</b>	
PANTANAL	00	01	00	00	00	00	<b>01</b>	
TOTAL	22	19	11	11	08	16	<b>87</b>	

Fonte:SMS/Miguel Pereira – Programa Municipal de Controle da Dengue, 2020

Este mapa indica que no ano de 2018 foram encontrados 87 focos de *Aedes aegypti* no município de Miguel Pereira, sendo que na localidade da Praça da Ponte foram coletadas 40 amostras, isso demonstra um índice de 46% de Aedes na comunidade e na localidade de São Judas Tadeu, foram coletadas 12 amostras, um total de 13.8%. Verificou-se que estas duas localidades alcançaram 59.8% das amostras positivas de *Aedes aegypti*, isso mostra que o trabalho de educação em saúde deve ser constante para a conscientização da população sobre os riscos da doença.

**Tabela 2. Mapa de Controle de Amostras POSITIVAS Aedes aegypti (2019)**

Localidade	1°C	2°C	3°C	4°C	5°C	6°C	TOTAL	OBS.:
PRAÇA DA PONTE	06	01	01	00	01	01	<b>10</b>	Período do ciclo de trabalho é bimestral. Aqui estão relacionados todos os positivos Aedes aegypti encontrados nas localidades relacionadas ao lado. As localidades que não aparecem, é porque não tiveram focos positivos no ano de 2018.
SÃO JUDAS	05	06	04	04	01	02	<b>22</b>	
LAGOINHA	02	01	01	00	01	00	<b>05</b>	
GUARARAPES	00	01	02	00	00	00	<b>03</b>	
CENTRO	05	10	03	00	00	02	<b>20</b>	
CONRADO	00	02	00	00	00	00	<b>02</b>	
B. JARARY	05	01	02	00	00	00	<b>08</b>	
RIO DOURO	00	01	01	00	00	00	<b>02</b>	
RETIRO	00	03	00	00	01	02	<b>06</b>	
VILA SUISSA	00	02	00	00	00	00	<b>02</b>	
MANGUEIRAS	00	01	00	00	01	00	<b>02</b>	
ROSEIRAL	00	01	00	00	00	00	<b>01</b>	
PORTELA	01	00	01	00	01	00	<b>03</b>	
PANTANAL	01	01	00	01	00	01	<b>04</b>	
VERA CRUZ	00	00	01	00	00	00	<b>01</b>	
CILÂNDIA	00	00	01	00	00	00	<b>01</b>	
FUTURISTA	00	00	01	00	00	00	<b>01</b>	
SANTA BRANCA	00	00	00	00	00	00	<b>01</b>	
TOTAL	25	31	19	05	06	08	<b>94</b>	

Fonte:SMS/Miguel Pereira – Programa Municipal de Controle da Dengue, 2020

O mapa do ano de 2019, demonstra que foram coletadas 94 amostras positivas de *Aedes aegypti* no município, um aumento de 9.1% de um ano para o outro, sendo 22 na localidade de São Judas Tadeu (23.4%) e 20 na localidade do Centro (21.2%), em um total de 44.6% dos focos em todo o município. Nota-se que houve um aumento de amostras na localidade de São Judas Tadeu e do Centro em relação ao ano anterior, o aumento do número de amostras coletadas no São Judas Tadeu e Centro, nos faz refletir cada vez mais que as ações devem ser contínuas e a população se conscientizar de fazer o descarte corretamente de materiais que possam vir a se tornar um possível criadouro de focos do vetor da Dengue.

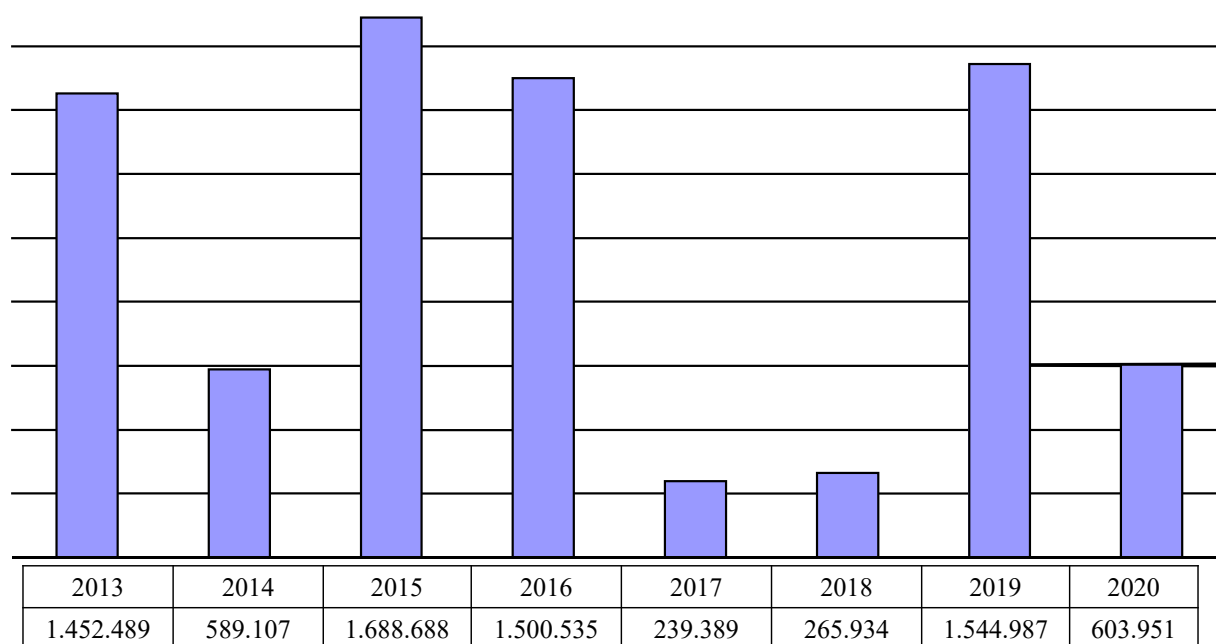
**Tabela 3. Mapa de Controle de Amostras POSITIVAS *Aedes aegypti* (2020)**

Localidade	1°C	2°C	3°C	4°C	5°C	6°C	TOTAL	OBS.:
PRAÇA DA PONTE	01	01	00	00	00	00	02	Período do ciclo de trabalho é bimestral. Aqui estão relacionados todos os positivos <i>Aedes aegypti</i> encontrados nas localidades relacionadas ao lado. As localidades que não aparecem, é porque não tiveram focos positivos no ano de 2018.
SÃO JUDAS	08	00	00	00	00	00	08	
LAGOINHA	00	01	00	00	00	00	01	
GUARARAPES	00	00	00	00	00	00	00	
CENTRO	07	02	00	00	00	00	09	
CONRADO	00	00	00	00	00	00	00	
B. JARARY	00	00	00	00	00	00	00	
RIO DOURO	01	00	00	00	00	00	01	
RETIRO	01	00	00	00	00	00	01	
VILA SUISSA	01	00	00	00	00	00	01	
MANGUEIRAS	00	00	00	00	00	00	00	
ALTO da B. VISTA	06	00	00	00	00	00	06	
ROSEIRAL	00	00	00	00	00	00	00	
PORTELA	00	05	00	00	00	00	05	
ARCÁDIA	00	00	00	00	00	00	00	
PANTANAL	00	00	00	00	00	00	00	
TOTAL	25	09	00	00	00	00	34	

Fonte: SMS/Miguel Pereira – Programa Municipal de Controle da Dengue, 2020

O mapa de controle de 2020, consta os dados até o 2º ciclo de trabalho, pois foram encontradas algumas dificuldades nas visitas domiciliares por conta do SARS-COV-2 (COVID-19), mesmo assim, pode se verificar que as localidades do São Judas Tadeu e Centro já concentram um número elevado de focos positivos do *Aedes aegypti*.

**Figura 13. Gráfico comparativo de número de casos de Dengue no Brasil**



Fonte: SVS/MS. Casos de 2020 vão de 29/12/2019 a 18/04/2020

Na comparação ano a ano (2013 a 2020), o número de casos de Dengue em 2020 supera os anos de 2014, 2017 e 2018, tendo uma expectativa para este ano de um número elevado de casos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tem como objetivo orientar e informar a população sobre as medidas necessárias para o combate ao vetor da Dengue na comunidade e como demonstrado através de pesquisa, teve um resultado positivo no Município de Miguel Pereira – RJ, a população mostrou ter um conhecimento adequado sobre as ações de combate ao mosquito transmissor da Dengue. É um conhecimento que se mostra satisfatório e que aponta que as atitudes são apropriadas quanto à prevenção do mosquito, porém a realização das ações ainda são insuficientes na prevenção do vetor no domicílio, onde ainda são encontrados um número elevado de focos positivos de *Aedes aegypti*.

A população do município foi bastante receptiva quanto ao estudo e se mostraram interessados à novas possibilidades de enfrentamento aos problemas causados pela Dengue. O reconhecimento da população é fundamental para uma aproximação inicial e deverá ser usado no direcionamento de ações mais participativas que poderão ser implementadas pelo Programa Municipal de Combate à Dengue do município.

Após a descentralização das ações de saúde, os municípios passaram a ter responsabilidades na gestão do SUS, principalmente referentes a vigilância em saúde, portanto a Dengue não deve ser só responsabilidade da saúde, mas também do governo e da sociedade. Deve-se buscar novas estratégias, como a intensificação das campanhas educativas e conhecimentos da comunidade.

É nítido que ainda existe um campo a ser trabalhado através da educação e divulgação da saúde no que se refere à coletividade da população como participante desse processo.

Conforme literatura consultada, a diminuição de casos de Dengue está voltada para a educação da população. Somente através de ações educativas poderá haver uma diminuição do impacto econômico sobre a saúde do município. Desse modo, os Agentes de Combate as Endemias tem um papel muito importante, pois eles ampliam os conhecimentos da população sobre a Dengue, o que é um fator positivo, só assim, haverá uma redução do número de casos. Considera-se que para acabar com a Dengue, a qual não se trata de uma tarefa individual e sim ações coletivas, a prevenção depende da participação e da mobilização da população.

É importante saber como a população reconhece as formas de prevenção, só assim poderá se elaborar e desenvolver ações continuadas. Para isso, é necessário a realização de outros estudos e que outros atores sociais que atuam na localidade, tais como: Profissionais da saúde, conselhos municipais, presidentes de associações, igrejas entre outros também possam se envolver.

Sobre as campanhas de prevenção da Dengue, em sua maioria, os entrevistados afirmam que as ações, informações e conhecimentos sobre a doença são eficazes. No estudo, os entrevistados disseram que colocam em prática as medidas de prevenção ao mosquito da Dengue.

As informações que a população tem sobre o mosquito, a doença e como se fazer o controle, mostra que a comunidade tem orientações sobre a Dengue, portanto, não faltando informação sobre o tema, bastando apenas praticarem tais ações com mais frequência.

Este estudo permitiu identificar que a população pesquisada apresentou um nível de conhecimento sobre as medidas de prevenção e controle da Dengue satisfatório, pode-se avaliar que este estudo oferece ao Programa Municipal de Controle da Dengue do município pesquisado, informações úteis que poderão servir de base para um planejamento de ações à prevenção da Dengue.

É de grande relevância levantar o conhecimento das pessoas para assim podermos direcionar as ações educativas, incorporando novas abordagens com a participação ativa da população e incentivar o

engajamento nas ações, assim diminuindo a distância entre informação e prática. As informações têm de ser de fácil entendimento e de alcance de toda população para transmitir de forma consistente de como é a transmissão da doença e o conhecimento do vetor.

As divulgações de informações nas mídias sobre a doença têm de ser de forma constante, tais como: índice de infestação, número de casos, entre outros, só assim a população irá se conscientizar de sua importância nas ações de controle do vetor, transformando-os em responsáveis por eliminar e tratar os possíveis criadouros do *Aedes aegypti* em sua residência.

As escolas também podem participar no combate à dengue, fortalecendo a conscientização dos alunos para a eliminação de focos em suas residências.

Deve-se conscientizar e incentivar a população para o controle biológico dos vetores, para que se haja uma diminuição de produtos químicos utilizados no combate ao mosquito e assim haver uma maior preservação do meio ambiente.

A população demonstrou através da pesquisa, ter um conhecimento das medidas a serem adotadas para eliminação do mosquito e estão conscientes dos perigos que o mosquito *Aedes aegypti* pode trazer à comunidade, no entanto, a mesma precisa se engajar na eliminação de criadouros nas residências. Como demonstra o mapa de controle de amostras referente ao ano de 2018/2019, houve um percentual de 9.1% de aumento de focos positivos do *Aedes aegypti* e no ano de 2020 até o 2º ciclo é demonstrado um índice elevado de focos positivos encontrados.

O presente trabalho traz uma fonte de informações de base para que novas pesquisas possam ser desenvolvidas com relação ao tema proposto, aumentando, assim, as propostas para que sejam consolidadas medidas cada vez mais eficientes e eficazes para combater essa enfermidade que ainda preocupa o Sistema de Saúde Pública em todas as suas esferas.

## 6.REFERÊNCIAS

- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica** / Fundação Nacional de Saúde. 5. ed. Brasília: FUNASA, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **A Sociedade contra a Dengue** / Ministério da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 24 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) ISBN 85- 334-0594-4 1. Dengue. I. Brasil. Ministério da Saúde. II. Título. III. Série.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 160 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **O agente comunitário de saúde no controle da dengue** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 36 p.: il. color. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Dengue: diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – 5. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 58 p.: il.

CHIARAVALLOTI NETO, FRANCISCO. **Conhecimentos da população sobre dengue, seus vetores e medidas de controle em São José do Rio Preto, São Paulo.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 447-453, set. 1997. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1997000300020&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000300020&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 maio 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1997000300020>

CHIARAVALLOTI NETO, FRANCISCO et al. **Controle do vetor do dengue e participação da comunidade em Catanduva, São Paulo, Brasil.** Cad. Saúde Pública [online]. 2003, vol.19, n.6, pp.1739-1749. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000600018>.

CIRNE, G. N. DE M.; MENEZES DE ARAÚJO, C. L.; SANTOS, A. DA S.; DA SILVA, J. A.; DE MENEZES, J. M.; PEREIRA GOMES, L. C.; DA SILVA, L. D.; LIMA SOARES, M. M.; MEDEIROS LOURENÇO, Y. L.; BARONI, M. P.; CACHO, R. DE O.; DE ALMEIDA

JÚNIOR, J. J. **Saúde E Cidadania: Todos juntos na corrente contra a dengue.** Revista Extensão & Sociedade, v. 5, n. 2, p. 1-9, 16 mar. 2016.

DENGUE. **Instruções para pessoal de combate ao vetor: manual de normas técnicas.** - 3. ed., rev. - Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde, 2001. 84 p.: il. 30 cm.

1. Dengue. I. Brasil. Ministério da Saúde. II Brasil. Fundação Nacional de Saúde.

FEITOSA, JULIANA APARECIDA CORRÊA NUNES. **Reflexão sobre a participação da comunidade no combate à dengue.** Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Governador Valadares, 2012. 24f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família).

FERREIRA, IRMA TERESINHA RODRIGUES NEVES; VERAS, MARIA AMÉLIA DE SOUSA MASCENA; SILVA, RUBENS ANTONIO. **Participação da população no controle da dengue: uma análise da sensibilidade dos planos de saúde de municípios do Estado de São Paulo, Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 2683-2694, dez. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2009001200015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009001200015&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 22 maio 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001200015>.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/dengue-0>. Acesso em 28.05.2020

FRANÇA, LAYS SANTOS; DE MACEDO, CAMILLA MASSARANDUBA ALVES; VIEIRA, SHEYLLA NAYARA SALES; SANTOS, ANDRESA TEIXEIRA; SANCHES, GISLENE DE JESUS CRUZ; SILVA, JAMES MELO; ALMEIDA, MILENA BAHIENSE;

SILVA, ROBERTO DE BARROS. **Desafios para o controle e prevenção do mosquito aedes aegypti.** Revista de Enfermagem UFPE on line, v. 11, p. 4913-4918, 2017.

GONCALVES NETO, VICENTE SILVA et al. **Conhecimentos e atitudes da população sobre dengue no Município de São Luís, Maranhão, Brasil, 2004.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 2191-2200, out. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2006001000025&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006001000025&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 26 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006001000025>.

GONCALVES, RONALDO PINHEIRO et al. **Contribuições recentes sobre conhecimentos, atitudes e práticas da população brasileira acerca da dengue.** Saude soc., São Paulo, v. 24, n. 2, p. 578-593, jun. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)

12902015000200578&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 maio 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200015>

IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/miguel-pereira/panorama> Acesso em 28.05.2020

INSTITUTO RENÉ RACHOU, FIOCRUZ MINAS. Disponível em: <http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/dengue/> Acesso em 28.05.2020

IOC. Instituto Oswaldo Cruz, Disponível em: <http://www.ioc.fiocruz.br/dengue/textos/longatraje.html> Acesso em 28.05.2020

ISSUU. Disponível em: [https://issuu.com/biblioteca.fainor/docs/artigo\\_ana\\_karine](https://issuu.com/biblioteca.fainor/docs/artigo_ana_karine) Acesso em 28.05.2020

LENZI, MÁRCIA DE FREITAS E COURA, LEA CAMILLO. **Prevenção da dengue: foco na informação**. Rev. Soc. Bras. Med. Trop. [conectados]. 2004, vol.37, n.4, pp.343-350. ISSN 1678-9849. <https://doi.org/10.1590/S0037-86822004000400011>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/dengue> Acesso em: 28.05.2020

MIRANDA SANTOS, MARCOS EDUARDO Et al. **Ações Educativas Para O Combate Ao Mosquito Aedes Aegypti em uma escola da região metropolitana de São Luís**. Revista Caderno Pedagógico, [S.l.], v. 14, n. 1, jun. 2017. ISSN 1983-0882. Disponível em:

<<http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/view/1317/1161>>. Acesso em: 16 maio 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-0882.v14i1a2017.1317>.

OPAS BRASIL. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5963:folha-informativa-dengue-e-dengue-grave&Itemid=812](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5963:folha-informativa-dengue-e-dengue-grave&Itemid=812) Acesso em: 28.05.2020

SANTOS, SOLANGE LAURENTINO DOS; CABRAL, ANA CATARINA DOS SANTOS

PEREIRA; AUGUSTO, LIA GIRALDO DA SILVA. **Conhecimento, atitude e prática sobre dengue, seu vetor e ações de controle em uma comunidade urbana do Nordeste**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 1319-1330, 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000700066&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000700066&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 03 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000700066>.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE / MS. Disponível em: [http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/01/dengue\\_%20guia\\_vig\\_epid.pdf](http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/01/dengue_%20guia_vig_epid.pdf) Acesso em: 28.05.2020

TAUIL, PEDRO LUIZ. **Aspectos críticos do controle do dengue no Brasil**. Cad. Saúde Pública [online]. 2002, vol.18, n.3, pp.867-871. ISSN 1678-4464. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2002000300030>.

TEICH, V., ARINELLI, R., & FAHHAM, L. 2017. **Aedes aegypti e sociedade: o impacto econômico das arboviroses no Brasil**. *Jornal Brasileiro de Economia Da Saúde*, 9(3), 267– 276. DOI: 10.21115/JBES. v9. n3.p267-76

TEIXEIRA, MARIA GLÓRIA. **Controle do dengue: importância da articulação de conhecimentos transdisciplinares**. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 12, n. 25, p. 442-444, jun. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832008000200019&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832008000200019&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 22 maio 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832008000200019>.

TRABALHOS PARA A ESCOLA. Disponível em: <https://trabalhosparaescola.com.br/dengue-2/> Acesso em: 28.05.2020



# REFLEXÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO FAMILIAR

Delfina Paiva de Oliveira dos Santos<sup>1</sup>, José Augusto Teixeira de Lima Júnior<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Miguel Pereira, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, delpaivasantos@gmail.com

<sup>2</sup> Faculdade de Miguel Pereira, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, junior.jaugusto@gmail.com

**RESUMO.** O objetivo principal foi conhecer quais são os cuidados assistenciais prestados aos pais e familiares de uma pessoa portadora de deficiência, especialmente no momento da descoberta e diagnóstico médico dessa deficiência. Como método, adotou-se a pesquisa bibliográfica. A família é uma instituição que tem um papel importante no desenvolvimento da criança, em particular nos casos onde existe uma pessoa com deficiência, nos quais existe maior probabilidade de situações adversas, de forma que o suporte profissional se torna indispensável, especialmente no diagnóstico, mas também no enfrentamento em termos sociais e de saúde. As políticas públicas desempenham papel fundamental, particularmente no que se refere às famílias de baixa renda. Esse suporte deve incluir políticas de apoio para criança e sua família, prestando-se a assistência com integralidade, o que requer articulação entre os setores dos serviços públicos. Compreendeu-se que um grande desafio é efetivar políticas públicas que articulem os diversos níveis de atenção às pessoas com deficiência do momento do diagnóstico ao tratamento ininterrupto, objetivando a integralidade por meio de uma rede de cuidados que promova suporte adequado às mesmas e a seus familiares e cuidadores.

Palavras-Chave: Pessoas com deficiência. Suporte familiar. Políticas públicas de saúde.

## REFLECTIONS ON ASSISTANCE TO PERSONS WITH DISABILITIES IN THE FAMILY

**ABSTRACT.** *The main objective was to learn about the care provided to parents and family members of a person with a disability, especially at the time of discovery and medical diagnosis of this disability. As a method, bibliographic research was adopted. The family is an institution that has an important role in the development of the child, particularly in cases where there is a person with a disability, in which there is a greater likelihood of adverse situations, so that professional support becomes essential, especially in diagnosis, but also in coping in social and health terms. Public policies play a fundamental role, particularly with regard to low-income families. This support must include support policies for children and their families, providing comprehensive assistance, which requires coordination between the public service sectors. It was understood that a major challenge is to implement public policies that articulate the different levels of care to disabled people, from the moment of diagnosis to uninterrupted treatment, aiming at integrality through a care network that promotes adequate support for them and their families and caregivers.*

*Keywords: Disabled people. Family support. Public health policies.*

Santos, Delfina Paiva de Oliveira dos  
REFLEXÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO FAMILIAR / Delfina Paiva de Oliveira dos  
Santos. - Miguel Pereira: 2-2-  
, 19 f. ; 29,7 cm.

Orientador: José Augusto Teixeira de Lima Júnior.  
Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA -  
Faculdade de Miguel Pereira, 2-2-  
Inclui Bibliografias.

1. Pessoas com deficiência. Suporte familiar. Políticas públicas de saúde..  
2. undefined. 3. undefined. 4. undefined. 5. undefined. I. Júnior, José  
Augusto Teixeira de Lima. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. INTRODUÇÃO

O nascimento de um filho representa um momento de grande expectativa, não somente para os pais, mas para toda a família, pessoas que naturalmente idealizaram essa criança em seu íntimo durante o período de gestação e esperam que ela nasça saudável e “perfeita”. Porém, quando a criança é diagnosticada com alguma deficiência, este que deveria ser um momento de alegria, pode ser marcado por intenso sentimento de frustração e sofrimento.

Diante desse cenário delicado, a maneira como os profissionais da saúde (e também do serviço social) apresentam à família a confirmação do diagnóstico da deficiência e o acompanhamento, suporte e esclarecimentos prestados são cruciais para a dimensão do impacto que a notícia terá, pois podem influenciar de maneira negativa ou positiva o seu relacionamento com os familiares, principalmente com os pais e especialmente em questões que envolvam o vínculo afetivo.

Considera-se que a família é uma instituição que tem um papel importante no desenvolvimento da criança, pois é capaz de educar, orientar condutas, consolidar valores, disseminar cultura, produzir conhecimento e estimular habilidades para a vida, além de oferecer suporte emocional e financeiro, entre tantos outros papéis. Assim, nos casos onde existe uma pessoa com deficiência, a família se torna ainda mais importante, e apresenta maior probabilidade de enfrentar situações de estresse, de forma que o suporte profissional se torna indispensável para que os relacionamentos se mantenham saudáveis.

Então, nesse estudo questiona-se qual é o papel do poder público diante do enfrentamento dos desafios e necessidades impostos às famílias de pessoas portadoras de necessidades especiais, particularmente na assistência oferecida quando a deficiência é diagnosticada e, não menos importante, quais são as orientações nos momentos que se seguem. A seguir são apresentados os objetivos dessa pesquisa bem como a justificativa que motivou o estudo

### 1.1 Objetivo Principal

- Apresenta-se como objetivo principal conhecer quais são os cuidados assistenciais prestados aos pais e familiares de uma pessoa portadora de deficiência, especialmente no momento da descoberta e diagnóstico médico dessa deficiência.

### 1.2 Objetivos específicos

- Caracterizar as pessoas com deficiência de maneira explicativa;
- Apresentar legislação específica e políticas públicas para as PcD no Brasil;
- Apresentar políticas públicas e legislação para as pessoas com deficiência no Brasil, caracterizar a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS;
- Compreender quais são as necessidades dos familiares das PcD e a viabilidade do apoio oferecido pelo poder público.

### 1.3 Justificativa

Este estudo fundamenta-se pela possibilidade de identificar as demandas, a assistência recebida e as necessidades das pessoas com deficiência nos serviços oferecidos pelo poder público, reconhecendo neste a responsabilidade de promover políticas públicas assistenciais e de certificar os direitos desses indivíduos, garantidos pelos instrumentos legais, como a Constituição Federal.

As pessoas com deficiência são seres humanos, sujeitos titulares de dignidade e, como tais, devem ser respeitados, independentemente de sua limitação funcional. Dessa forma, os profissionais da Gestão Pública precisam compreender amplamente o contexto que envolve as pessoas com deficiência, de forma que consigam contribuir através da implantação de políticas públicas específicas que realmente atinjam esses indivíduos, em sinergia com a legislação protetiva, circunstância considerada por mitos como desafiante em nosso país.

## 2 APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

Ao longo da história, principalmente nas épocas marcadas por Estados autoritários e dominadores, foram estabelecidos padrões, preconceitos e paradigmas que contribuíram para a arraigar as desigualdades, ocultando a diversidade existente na sociedade.

Essa relação de domínio dos mais poderosos sobre a parcela mais humilde da sociedade e a valorização dos indivíduos pelas características pessoais reforçavam a divisão de classes, as desigualdades e a negação da diversidade. A exemplo, cita-se a Segunda Guerra Mundial, que foi um marco de exclusão e extermínio das pessoas com deficiência (PcD). À época, como as pessoas eram consideradas objetos de produção, não havia minimamente oportunidade de inserir os indivíduos diferentes em quaisquer agrupamentos sociais (BOGO; CAGNINI; RADUENZ, 2014).

As PcD eram relegadas do convívio em sociedade e não se permitia a elas qualquer tipo de inclusão. Somente na contemporaneidade o grande desafio de respeitar a diversidade, passou a ser considerado. Após o cenário de atrocidades e graves violações aos Direitos Humanos, à dignidade e à integridade física das pessoas, surge a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 (DUDH) como forma de reação e resistência às barbaridades ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, e também pela busca de justiça e paz no mundo (BOGO; CAGNINI; RADUENZ, 2014).

A DUDH, em seu primeiro artigo, instituiu expressamente o princípio da igualdade e, no segundo, o princípio da não discriminação pelas distinções entre os seres humanos (UNIC/RJ, 2009):

Art. I. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo II. 1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (UNIC/RJ, 2009, p. 4-5).

Nesse contexto, convém mencionar a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída por meio da Portaria nº 1.060 em 5 de junho de 2002. Essa política está voltada para a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece a assistência aos familiares como essencial para a qualidade de vida da PcD.

O Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstrou que existem no Brasil 45,6 milhões de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência (visual, auditiva, física ou mental), o que corresponde a 24% da população brasileira (POLÍTICAS PÚBLICAS). Sobre os cuidados destinados à essa significativa parcela da população, os artigos 23 e 24 da Constituição Federal estabelecem as atribuições da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal através de políticas públicas e criação de legislação específica.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência; (BRASIL, 1988, p. 14-15, grifo nosso).

## 2.1 Caracterização das PcD

Como já discutido, durante muito tempo as pessoas com deficiência foram consideradas indivíduos socialmente incapazes, até mesmo um fardo para a família e para a sociedade, carregando o estereótipo de inválidos. De tantas expressões utilizadas para designar a pessoa portadora de alguma deficiência, “excepcional” foi a adotada na Emenda Constitucional de 1969, usada até 1978, trazendo ideia mais ligada à deficiência mental; e “deficiente”, utilizada de 1978 até antes da Constituição Federal de 1988, sendo mais incisiva, pois se refere diretamente à deficiência do indivíduo (FEIJÓ; PINHEIRO, 2012).

Atualmente, essa percepção evoluiu e o termo “pessoa com deficiência” passou a ser utilizado, designação conquistada às custas de movimentos sociais por diversas mundo, incluindo o Brasil (SÁ; RABINOVICH, 2006). O site do Ministério da Saúde dispõe o seguinte sobre as PcD:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (MINISTÉRIO DA SAÚDE).

Nesse cenário, Sá e Rabinovich (2006) comentam que, se por vezes, a pessoa com deficiência pode ser percebida como vulnerável e debilitada, expondo certa fragilidade, em outras situações fica mais evidente a determinação, a força de vontade e a capacidade de lidar com os desafios impostos pela sua deficiência, e de vencê-los. Seja de uma forma ou de outra, a deficiência por si só requer um grande comprometimento emocional por parte dos envolvidos, especialmente a família, que pode vir a lidar com a situação de forma mais ou menos positiva.

Pessoas com deficiência, portanto, precisam de adaptações de diversas naturezas e de acordo com suas especificidades para que possam transpor essas barreiras impeditivas e, assim, exerçam seus direitos plenos. Essas barreiras podem ser físicas ou subjetivas, como o preconceito que ainda existe e subestima as capacidades individuais. Atualmente, a realidade está se transformando e essa parcela da população está conquistando sua cidadania, podendo exercer seus direitos como todas as outras pessoas. Trabalhar, estudar e participar de uma vida social são garantias pertinentes a todo ser humano, independentemente de sua condição social, física ou intelectual, e são objetivos do movimento de inclusão.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência traz em seu texto as principais causas das deficiências (BRASIL, 2010, p. 18-19): 1) Hereditárias ou congênitas, originárias de fatores genéticos e que podem ser identificadas através do pré-natal e de outros procedimentos disponibilizados pela assistência clínica genética; 2) Ausência ou equívocos relacionados à assistência durante a gestação ou parto; 3) desnutrição, principalmente em crianças no primeiro ano de idade; 4) Sequelas de doenças infecciosas, como rubéola, sarampo, paralisia infantil e doenças sexualmente transmissíveis; 5) Consequências de doenças crônicas, como diabetes e problemas cardiovasculares e do sistema nervoso; 7) Transtornos psiquiátricos e; 8) Traumas físicos, geralmente causados por acidentes e associados à violência.

Convém ponderar que a maioria dessas causas poderiam ser evitadas se a sociedade se dispusesse a ser mais colaborativa, no sentido de respeitar a legislação, em diversas esferas, e as medidas de segurança (como no trânsito), além de seguir as orientações direcionadas à proteção e promoção da saúde da população,

a exemplo do acompanhamento pré-natal e das diversas campanhas divulgadas periodicamente, como as de vacinação e prevenção das doenças infectocontagiosas, entre tantas outras atitudes simples, podendo-se citar a mudança de hábitos alimentares, mas que se não adotadas podem ter consequências severas em termos de estabelecimento de deficiências.

Por outro lado, tem-se a carência de políticas públicas e empresariais eficientes, principalmente as direcionadas à melhoria da qualidade de vida da população mais carente, com o combate e redução da fome e da pobreza e criação de empregos e geração de renda, além de ações promotoras de educação e orientação em saúde para as comunidades cujo acesso é mais difícil, em termos geográficos, sociais e intelectuais.

## **2.2 Políticas Públicas e Legislação para PcD: da Constituição de 1988 a LBI de 2015**

Neste item será apresentado um breve histórico sobre as leis específicas e principais Políticas Públicas implementadas no Brasil para assistência às pessoas com deficiência, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Em 24 de outubro de 1989 foi promulgada a Lei nº. 7.853/89 que, entre outras providências, “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social [...] institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes” (BRASIL, 1989, p. 1). A lei baseou-se nos princípios constitucionais e nos princípios gerais do direito, valorizando a igualdade, a justiça social, o respeito à dignidade da pessoa humana e promoção do bem-estar, entre outros.

O Decreto nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999 regulamenta a Lei nº. 7.853/89, deliberando sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. A Política engloba uma série de orientações normativas direcionadas a garantir os direitos individuais das pessoas com deficiência, estabelecendo que é de competência do Poder Público, por meio de seus órgãos e entidades, assegurar principalmente o seu acesso à educação, saúde, transporte, trabalho, lazer, assistência social, amparo à infância e maternidade, entre outros (BRASIL, 1999).

Em 05 de junho de 2002 é aprovada a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência através da Portaria nº. 1.060, tendo como meta principal incluir as pessoas com deficiência em todas as redes de assistência no âmbito do SUS, e estabelece a assistência aos familiares como essencial para a qualidade de vida da PcD. Tal apoio inclui suporte psicológico e social de forma humanizada, com orientações para o enfrentamento do cotidiano e de situações peculiares que envolvam o convívio com a pessoa portadora de deficiência (BRASIL, 2010).

A coordenação dos processos relacionados à Política é de incumbência do Ministério da Saúde e compreende formular, implementar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações, com a colaboração técnica nas esferas federal, estadual e municipal. Para que se obtenha sucesso, é importante o investimento em capacitação profissional e pesquisa, além de parcerias com outras instituições, como as organizações não governamentais (ONGs) e organizações equivalentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE). Suas principais diretrizes são: 1) promoção da qualidade de vida;

2) prevenção de deficiências; 3) atenção integral à saúde; 4) melhoria dos mecanismos de informação; 5) capacitação de recursos humanos; 6) organização e funcionamento dos serviços (BRASIL, 2010).

No ano de 2008, por meio do Decreto Legislativo nº. 186, o Brasil promulgou a Convenção

sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cujo texto reafirma o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A Convenção foi a primeira coalizão de Direitos Humanos com posição equivalente à uma emenda constitucional, representando a evolução da conquista dos direitos das PcD no Brasil (BRASIL, 2014).

Compreendendo a extensão do documento e considerando não ser o foco do presente estudo, apresentam-se tão somente os seus princípios gerais:

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;
- g) A igualdade entre o homem e a mulher;
- h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade. (BRASIL, 2014, p. 41).

Compreendendo a extensão do documento e considerando não ser o foco do presente estudo, apresentam-se tão somente os seus princípios gerais:

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, denominado Plano Viver sem Limite, foi instituído a partir do Decreto nº. 7.612 de 17 de novembro de 2011, com a “finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência [...]” (BRASIL, 2011,

p. 1). O Plano estabelece o cumprimento de suas diretrizes por parte da União, com a participação dos estados, municípios e sociedade.

No horizonte das políticas públicas para as PcD, destacam-se as conferências nacionais, coordenadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). A I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência aconteceu em 2006, com o tema principal “Acessibilidade: você também tem compromisso”. A V Conferência está prevista para dezembro de 2020, e a comissão organizadora definiu os seguintes eixos temáticos para essa edição: estratégias para manter e aprimorar o controle social assegurada a participação das pessoas com deficiência, garantia do acesso das pessoas com deficiência às Políticas Públicas, financiamento das Políticas Públicas da pessoa com deficiência, direito e acessibilidade e desafios para comunicação universal (CÂMARA PAULISTA, 2020).

A Lei nº. 13.146 de 06 de julho de 2015 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que exerce o importante papel de garantir legalmente os direitos de modo inclusivo. Anteriormente, a legislação garantia certos direitos, mas não previa especificamente a inclusão. Segundo o artigo 1º:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015).

Essa lei estabelece instrumentos concentrados nos preceitos da igualdade e da não discriminação através da inclusão, garantindo os direitos fundamentais das PcD, da acessibilidade, do acesso à informação

e à comunicação, da tecnologia assistiva, do direito à participação na vida pública e política, da ciência e tecnologia, do acesso à justiça, do reconhecimento igual perante a lei e dos crimes e das infrações administrativas.

### **2.3 Assistência aos Familiares das PcD: da descoberta ao suporte profissional**

Quando nasce uma criança diagnosticada com algum tipo de deficiência, os momentos iniciais são marcados por sentimentos de frustração e preocupação, independentemente da dimensão da deficiência. É natural que os familiares, principalmente os pais, enfrentem conflitos emocionais e até mesmo se sintam responsáveis pelas condições do filho (OLIVEIRA, 2018).

No âmbito familiar, na maioria dos casos, quem mais experimenta essas emoções é a mãe, primeiramente por ter gerado o filho em seu ventre e, ainda por ser a figura que geralmente se dedica aos cuidados oriundos da deficiência, deixando em segundo plano seus interesses profissionais e pessoais. A sobrecarga está relacionada tanto à fragilidade emocional da circunstância da descoberta quanto a preocupações com a subsistência da criança e com o desconhecimento sobre os cuidados necessários (DANTAS et al., 2019).

Goitein e Cia (2011) declaram que a família passa por algumas fases de confrontação diante do diagnóstico da deficiência, quais sejam: 1º) O estágio inicial, de choque, ao tomar ciência que a criança é portadora de deficiência; 2º) O estágio de negação, onde a família questiona a veracidade do fato, impulsionada pelo sentimento de não aceitação; 3º) O estágio de reação, fase na qual a família enfrenta sentimentos adversos, como culpa, indignação e depressão, mas que levarão à próxima etapa; 4º) O estágio de adaptação, quando os familiares, em especial os pais, iniciam o processo de aceitação da deficiência e buscam auxílio e orientação para prestar os cuidados dos quais o filho necessita para se manter saudável.

Dantas et al. (2019) ponderam que cabe aos profissionais e gestores da saúde compreender as consequências emocionais (e financeiras) sobre a família, decorrentes da descoberta da deficiência da criança, pois são eles quem melhor podem oferecer suporte a essas pessoas, tanto nos momentos iniciais quanto no enfrentamento em termos sociais e de saúde.

Sobre a promoção da saúde da pessoa e sua família, o artigo XXV da DUDH de 1948 manifesta o seguinte:

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]. (UNIC/RJ, 2009, p. 13).

Porém, a realidade brasileira diverge bastante dessas condições ideais de assistência, segundo Dubow, Garcia e Krug (2018). No tocante à criança com deficiência, a insuficiência dos serviços públicos de saúde em conjunto com as dificuldades dos serviços educacionais e sociais no Brasil acabam por prejudicar tanto o seu desenvolvimento quanto o suporte familiar, pois os seus responsáveis muitas vezes não têm condições de lidar com a situação, seja financeiramente, psicologicamente, fisicamente ou mesmo por desconhecer quais são os seus direitos e como alcançá-los.

Apesar do SUS ter incorporado o direito universal à saúde para as PcD às políticas públicas no nosso país, grande parte das iniciativas se mostram em desacordo com os princípios constitucionais da integridade e equidade devido a ações isoladas que resultam na fragmentação dos serviços (DUBOW; GARCIA; KRUG, 2018).

Em conformidade, Goitein e Cia (2011) atentam que o apoio aos familiares das PcD merece mais



relevância por parte dos gestores públicos, no que diz respeito à efetividade. As mesmas mencionam que alguns estudos sugerem que programas de intervenção familiar através de grupos de apoio se mostraram eficazes, principalmente na etapa de adaptação após receber o diagnóstico que, por vezes, é transmitido de forma inconveniente.

Na maior parte dos casos, os profissionais da saúde não estão aptos a comunicar aos pais e familiares o diagnóstico da deficiência, o que acaba por complicar a aceitação e aflorar os sentimentos conflitantes, como já discutido. Esse despreparo técnico se estende à orientação e informação sobre as condições da deficiência, muitas vezes levando a acreditarem, equivocadamente, que o motivo foi a falta de cuidados durante a gestação (GOITEIN; CIA, 2011).

#### **2.4. Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS**

Com o propósito de promover uma política pública capaz de concretizar a integralidade de cuidados às pessoas com deficiência, no dia 24 de abril de 2012 foi instituída a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS (RCPCD), por meio da Portaria nº. 793 do Ministério da Saúde.

O documento reconhece a importância de se iniciar prontamente as ações direcionadas à reabilitação das pessoas com deficiência, preferencialmente logo após o diagnóstico, da prevenção de possíveis complicações decorrentes da falta de cuidados, e a necessidade da constituição de uma rede integralizada de serviços em diversos pontos do país, com coordenação de competência do Sistema Único de Saúde, de forma a prestar assistência a esses indivíduos, seus familiares e cuidadores (BRASIL, 2012).

Uma das diretrizes propostas no art. 2º, IX da RCPCD (BRASIL, 2012, p. 2) é a “[...] organização dos serviços em rede de atenção à saúde regionalizada, com estabelecimento de ações intersetoriais para garantir a integralidade do cuidado”.

Dubow, Garcia e Krug (2018) interpretam que esse cuidado direcionado às PcD deve ser feito através de Redes de Atenção à Saúde, constituídas levando em consideração as características regionais, as reais necessidades daquela população, as demandas econômicas e sociais e, ainda, as barreiras geográficas. Cogitar tais fatores se tornam imprescindíveis para que as ações sejam articuladas de forma adequada e que a assistência prestada às pessoas com deficiência (e seus cuidadores e familiares) de determinada localidade seja de qualidade, levando até elas condições dignas de saúde, aumento da qualidade de vida e terapêuticas eficazes e específicas para a sua deficiência.

Sobre os três componentes que organizam a Rede de Cuidados à PcD, contempla-se que deve haver harmonização entre eles. As ações articuladas, como versa o Parágrafo Único do art. 11 (BRASIL, 2012, p. 4), devem “garantir a integralidade do cuidado e o acesso regulado a cada ponto de atenção e/ou aos serviços de apoio, observadas as especificidades inerentes e indispensáveis à garantia da equidade na atenção a estes usuários”.

A sistematização da RCPCD no campo de atuação do SUS se dá a partir de três componentes essenciais, conforme o Capítulo II da Portaria nº. 793, segundo o portal do Ministério da Saúde (2017) quais sejam a Atenção Básica, a Atenção Especializada em Reabilitação e a Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência.

A Atenção Básica centraliza os cuidados através das Unidades Básicas de Saúde (UBS), que devem dispor preferencialmente de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e atenção odontológica. Suas prioridades estão direcionadas, principalmente, ao diagnóstico precoce da deficiência através do pré-natal, tratamento especializado das crianças diagnosticadas, aconselhamento e suporte familiar, educação em

saúde, qualificação profissional, entrosamento conjunto com a comunidade escolar, educadores e familiares, promoção da inclusão das PcD na comunidade.

Em conformidade com os estudos de Machado et al. (2018), entende-se que definir e caracterizar a comunidade, identificando e analisando as suas carências em saúde através de investigações clínicas, epidemiológicas e sociais é fundamental para as ações de Atenção Básica em Saúde. Isto porque os seus programas estão sujeitos à complementação e ajustes, buscando atender às necessidades específicas de uma população definida, situação na qual se enquadram as pessoas com deficiência.

A Atenção Especializada em Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual, Visual, Ostomia e em Múltiplas Deficiências deverá oferecer as seguintes esferas de atenção: estabelecimentos de saúde habilitados em apenas um Serviço de Reabilitação, Centros Especializados em Reabilitação (CER) e Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). “[...] devem estar articulados, mediante regulação, aos demais pontos da rede de atenção, garantindo-se a integralidade da linha de cuidado e o apoio qualificado às necessidades de saúde das pessoas com deficiência” (BRASIL, 2012, p. 5).

O site oficial do Ministério da Saúde (2019) explica que já foram implantados 228 CER em todo o Brasil, preparados para atendimento. Cada um desses centros configura um ponto de atendimento ambulatorial para reabilitação, onde realizam-se diagnósticos das deficiências e tratamento específico e especializado através de tecnologia assistiva.

No tocante à Atenção Hospitalar de Urgência e Emergência como parte integrante da Rede de Cuidados à PcD, destaca-se o seu papel articulador com os demais pontos assistenciais do programa. Sendo assim, a equipe deve dominar responsabilidades e competências que lhes possibilitem assumir os cuidados de urgência e emergência de pessoas com deficiência, o que inclui a qualificação profissional e a operacionalização das situações de hospitalização/reabilitação desses pacientes, cujo atendimento pode demandar de condições especiais (MACHADO et al., 2018).

Em termos operacionais, as competências foram distribuídas nas esferas municipal, estadual e federal. Ao Município, através da Secretaria Municipal de Saúde, caberá coordenar e instituir o Grupo Condutor Municipal, implantar e financiar os pontos de atenção dentro do seu território, como também inspecionar e avaliar as ações da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

O Estado ficará incumbido das mesmas responsabilidades em âmbito estadual, além de apoiar financeiramente a implantação dos pontos de apoio municipais. Através do Ministério da Saúde, caberá à União apoiar o financiamento, o monitoramento e a avaliação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência em todo território nacional (BRASIL, 2012).

### **3. MATERIAIS E MÉTODOS**

Como método de pesquisa para alcançar os objetivos propostos, adotou-se a pesquisa bibliográfica. Segundo Antonio Carlos Gil:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográfica (GIL, 2008, p. 50).

Orientando-se por essas proposições, procedeu-se da seguinte maneira: inicialmente foram relacionadas obras de diferentes autores e pesquisadores sobre a temática “assistência às pessoas com deficiência” e, em seguida, realizou-se a leitura sistemática e seleção das fontes bibliográficas que abordassem de forma mais abrangente o apoio oferecido aos familiares das PcD, excluindo-se aquelas que

não estivessem relacionadas com a proposta.

Dentre os instrumentos legais, foram utilizados os princípios da Declaração Universal de Direitos Humanos e da Constituição Federal de 1988, além de legislação específica e políticas públicas no âmbito das pessoas com deficiência, como a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Buscou-se informações no site oficial do Ministério da Saúde e da Câmara dos Deputados e em bibliotecas digitais de revistas científicas, preferencialmente artigos acadêmicos e notícias publicados nos últimos 10 anos no idioma português. Entre os autores e pesquisadores citados, encontram-se Bogo, Cagnini e Raduenz, (2014), Dantas et al., (2019), Dubow, Garcia e Krug (2018), Feijó e Pinheiro (2012), Goitein e Cia (2011), Oliveira (2018) e Sá e Rabinovich (2006).

Os dados foram extraídos após leitura exploratória do material selecionado, de acordo com os critérios anteriormente estabelecidos, considerando-se os trechos relevantes para o estudo e que serviram de embasamento para a construção do artigo.

#### 4.DISSCUSSÃO

A literatura explorada indicou que o momento do diagnóstico da deficiência é considerado fundamental no âmbito das relações familiares, pois a aceitação e a compreensão das condições da criança pode interferir de forma positiva ou negativa em todo o processo de cuidados que se inicia.

É frequente que a experiência inicial da família de uma PcD seja alvo da falta conhecimento e de orientações, além do distanciamento por parte dos profissionais envolvidos no momento do diagnóstico. Ao se deparar com o desconhecimento e a desinformação, os familiares, especialmente os pais, têm dificuldades de tomarem um norte em relação aos cuidados que o filho necessita, muitas vezes não achando conveniente recorrer aos serviços públicos de assistência às PcD.

As pessoas com deficiência não devem ser vistas como doentes, mas sim vivendo em situações especiais. É muito importante saber as principais causas das dificuldades, pois a partir desse conhecimento pode-se estabelecer critérios de prevenção, direcionando políticas públicas que envolvam educação, saúde, saneamento, acessibilidade e assistência social.

Atuar sobre as causas e consequências da deficiência é dever de toda a sociedade, ou seja, através da articulação que vem sendo mencionada, envolvendo o poder público, as entidades não governamentais, as instituições educacionais e de pesquisa e a iniciativa privada. A deficiência pode ser percebida não somente no momento do nascimento, mas pode ser adquirida ao longo da vida da pessoa e, de acordo com estudos da área, muitas poderiam ser evitadas ou amenizadas através de ações de proteção do indivíduo e prevenção em diferentes esferas.

Como exemplo, podem ser mencionados os acidentes de trabalho, ocorridos por motivos diferentes, mas que podem causar sérios danos à saúde e, dependendo da gravidade, provocar algum tipo de deficiência na pessoa. Então, entende-se que a prevenção da deficiência está relacionada a condutas que influenciem positivamente nas atitudes que são potenciais causadoras de deficiências ou agravantes de deficiências já existentes.

Dependendo do tipo de deficiência e da condição de saúde da pessoa acometida, muitas vezes

a família tem de arcar financeiramente com a maioria dos atendimentos, como a aquisição de órteses e próteses, terapia de reabilitação e estimulação, acompanhamento educativo especial e atendimento médico especializado, intervenções cirúrgicas e recursos tecnológicos, transportes adaptados e outros serviços, pois o sistema público não atende a todas essas demandas.

As políticas públicas desempenham papel fundamental nesse aspecto, particularmente no que se refere às famílias de baixa renda, uma vez que o atendimento especializado gera gastos muitas vezes além das possibilidades dessas famílias. Esse suporte deve incluir políticas de apoio para criança e sua família, como o direcionamento sobre os cuidados específicos para a deficiência, prevenção para a saúde do cuidador, aconselhamento psicológico, orientações sobre os direitos sociais e de assistência em saúde, entre tantas outras ações. Assim, a assistência deve ser prestada com integralidade para a PcD e família, o que requer articulação entre os setores dos serviços públicos.

A inclusão da assistência aos familiares é essencial para um atendimento humanizado, integral e eficaz, o que deveria integrar ações de apoio médico, psicológico e social, orientações para a vida cotidiana e ações de reabilitação hospitalar e domiciliar.

Tome-se a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS como uma referência de política pública para as PcD, cujos cuidados estão centralizados na Atenção Básica, através das Unidades Básicas de Saúde (UBS), elegendo a família e seu espaço social como núcleo básico de abordagem no atendimento à saúde. Porém, segundo os julgamentos dos autores pesquisados, a maioria das famílias de pessoas com deficiência encontram dificuldades quanto ao acesso integral aos serviços e ações de saúde. Assim sendo, a proposta de fato não condiz com a vivência dessas famílias, que têm seus direitos desrespeitados, apesar de preconizados pelos instrumentos legais aqui abordados no item 1.1, especialmente o direito à universal à saúde, cidadania, promoção do bem-estar e inclusão social.

Apesar dessa ampliação da cobertura da assistência em saúde para as PcD, esses indivíduos e suas famílias ainda têm que enfrentar muitos obstáculos, desde o momento do diagnóstico até ter acesso ao tratamento completo do qual necessita, para fazer valer o seu direito constitucional do acesso à saúde. As barreiras físicas estão relacionadas à acessibilidade, de forma geral, os entraves sociais estão ligados à dificuldade de adesão a programas de apoio financeiro e falta de orientação por parte do serviço social, e os obstáculos operacionais compreendem a demora no acesso ao serviço médico e tratamentos de apoio, como psicológico e terapêutico, por exemplo.

Acredita-se que muitos desses entraves poderiam ser minimizados se os profissionais estivessem aptos a instrumentalizar a família, aumentando seu conhecimento técnico para que fosse capaz de enfrentar possíveis situações estressantes, como forma de ampliar a rede de apoio já existente. O grande desafio é efetivar políticas públicas que articulem os diversos níveis de atenção às PcD, do momento do diagnóstico ao tratamento ininterrupto, objetivando a integralidade por meio de uma rede de cuidados que promova suporte adequado às mesmas e a seus familiares e cuidadores.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa possibilitou um conhecimento mais amplo sobre a questão das pessoas com deficiência no Brasil através de uma reflexão sobre os direitos que são preconizados através da legislação e das políticas públicas de assistência e o acesso que esses indivíduos, sua família e seus cuidadores alcançam na realidade.

Compreendeu-se a importância que adquirem o suporte e a orientação profissional à família, especialmente no momento do diagnóstico, assim como nas etapas a seguir, que envolvem a aceitação da deficiência a procura do suporte adequado. A falta desse apoio pode prejudicar o desenvolvimento saudável da pessoa com deficiência, comprometendo seu bem-estar e qualidade de vida, isto porque a família terá maior dificuldade de compreender as reais necessidades desse indivíduo.

Identificou-se que assistência prestada às pessoas com deficiência e seus familiares, especialmente no âmbito do SUS, se faz no nível da Atenção Básica, especificamente através da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. Sua proposta é de oferecer amparo integral de forma regionalizada, do diagnóstico à reabilitação da PcD.

No tocante a personalização das pessoas com deficiência, ao contrário do que demonstra a nossa história, inferiu-se que não devem ficar aquém da sociedade, mas o contrário, e serem considerados indivíduos que, apesar de se encontrarem em situações especiais, apresentam habilidades e capacidades ímpares e, por isso, podem contribuir para a sociedade, exercendo o seu direito à cidadania.

As necessidades das PcD e dos seus familiares e cuidadores vai muito além da mera prestação de serviço por parte do poder público. De fato, que assistência em saúde e em educação e o suporte financeiro e social são indispensáveis, mas esses indivíduos necessitam de valorização por parte da sociedade e do Estado, o que se percebe através de respeito aos seus direitos constitucionais e ao reconhecimento das suas capacidades que não podem ser ignoradas em detrimento da deficiência.

Apesar de existirem políticas públicas, programas e legislação específica para assegurar os direitos das pessoas com deficiência, a exemplo da LBI de 2015, e da ampliação da cobertura assistencial em âmbito nacional, na área da Gestão Pública, é significativo que os gestores ponderem sobre a efetividade de tais instrumentos, descobrindo e discutindo soluções plausíveis para garantir que as PcD e seus familiares, de fato, desfrutem dos serviços oferecidos, e que estes sejam disponibilizados com qualidade e equidade.

Tendo em consideração a importância e abrangência do tema, e que diversas particularidades não foram alvo do presente estudo, pondera-se a viabilidade de estudos futuros, de forma a ampliar a compreensão sobre a assistência prestada às PcD e suas famílias.

## 6. REFERÊNCIAS

- BOGO, Maria Lúcia Floriani; CAGNINI, Zenilda Vitalina de Santana; RADUENZ, Marisa. **Momento do Diagnóstico de Deficiência**: sentimentos e modificações na vida dos pais. Psicologado, 2014. Disponível em: <https://psicologado.com.br/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/momento-do-diagnostico-de-deficiencia-sentimentos-e-modificacoes-na-vida-dos-pais>. Acesso: 05 mar. 2020.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html/Constituioede1988.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/Constituioede1988.pdf). Acesso: 15 mar. 2020.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei 7853/89**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7853-24-outubro-1989-365493-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso: 11 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 3298/99**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>. Acesso: 11 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 24 p.: il. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm). Acesso: 11 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012**. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793\\_24\\_04\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html). Acesso: 13 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Novos Comentários**. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso: 11 mar. 2020.

CÂMARA PAULISTA. **CONADE prepara V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência para 2020**. Disponível em: <https://www.camarainclusao.com.br/sem-categoria/conade-prepara-v-conferencia-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-para-2020/>. Acesso: 22 mar. 2020.

DANTAS, Kaliny; et al. Oliveira. Repercussões de ter uma criança com deficiência múltipla na família. **Cad. Saúde Pública**, 2019, v. 35, n. 6.

DUBOW, Camila; GARCIA, Edna Linhares; KRUG, Suzane Beatriz Frantz. Percepções sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência em uma Região de Saúde. **Saúde Debate**, 2018, v. 42, n. 117, p. 455-467, abr.-jun.

FEIJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão; Pinheiro, Tayssa Simone de Paiva Mohana. A Convenção da ONU sobre o direito das pessoas com deficiência e seus efeitos no direito internacional e no brasileiro. **Publica Direito**, 2012. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=044a23cadd567653>. Acesso: 06 mar. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOITEIN, Paula Cruz; CIA, Fabiana. Interações familiares de crianças com necessidades educacionais especiais: revisão da literatura nacional. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, 2011, v. 15, n. 1, p. 43-51.

MACHADO et al. Integralidade na Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência. **Texto Contexto Enferm**, 2018, v. 27, p. 3.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde da Pessoa com Deficiência: diretrizes, políticas e ações**. Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-da-pessoa-com-deficiencia>. Acesso: 16 mar. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência**. Ago., 2017. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/artigos/808-pessoa-com-deficiencia/40841-rede-de-cuidados-a-pessoa-com-deficiencia>. Acesso: 20 mar. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SUS de todos: rede para a pessoa com deficiência atende todo o país**. Set., 2019. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45824-sus-de-todos-rede-para-a-pessoa-com-deficiencia-atende-todo-o-pais>. Acesso: 20 mar. 2020.

OLIVEIRA, Ágatha Lúcia Santana de. Dificuldades dos pais na aceitação da deficiência dos seus filhos frente a descoberta do diagnóstico. **Psicologia.pt**, 2018. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1202.pdf>. Acesso: 10 mar. 2020.

POLÍTICAS PÚBLICAS. **Políticas Públicas ao seu alcance**. Pessoa com Deficiência. Disponível em: [https://politicaspublicas.almg.gov.br/temas/pessoa\\_deficiencia/entenda/informacoes\\_gerais.html?tagNivel1=11388&tagAtual=11388](https://politicaspublicas.almg.gov.br/temas/pessoa_deficiencia/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=11388&tagAtual=11388). Acesso: 22 mar. 2020.

SÁ, Sumaia Midlej Pimental; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Compreendendo a família da criança com deficiência física. **Rev Bras Crescimento Desenvol Hum**. 2006, v. 16, n. 1, p. 68-84.

UNIC/RJ. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. **Declaração Universal de Direitos Humanos**. Agosto, 2009. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso: 20 mar. 2020.

# A IMPORTÂNCIA DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES/RJ

Elizangela Maria dos Santos<sup>1</sup>, Carlos Eduardo Granadeiro Correa<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Miguel Pereira, Aluna do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, elizangelamp24@hotmail.com

<sup>2</sup>Faculdade de Miguel Pereira, Professor do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, dungaeduardo40@gmail.com

**RESUMO.** O presente artigo tem como objetivo estudar a coleta seletiva no município de Paty do Alferes, bem como a importância da conscientização da população para que se tenha uma boa qualidade de vida, com mudanças de hábitos que gerem menores impactos ao meio ambiente. Na linha metodológica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias, e coletados dados através de uma pesquisa de campo. Este estudo foi realizado com os moradores do bairro Acampamento. Os dados primários foram coletados por meio de questionário estruturado com perguntas fechadas com a finalidade de verificar a percepção que os moradores do bairro Acampamento estão tendo em relação ao serviço da coleta seletiva. Os resultados demonstram que a coleta seletiva foi bem recebida neste bairro, sendo um projeto promissor que vem gerando bons resultados, esperando-se que futuramente todos os bairros do município tenham esse serviço.

Palavras-chave: Coleta Seletiva, Educação Ambiental, Resíduos.

## THE IMPORTANCE OF SELECTIVE COLLECTION IN THE MUNICIPALITY OF PATY DO ALFERES/RJ

**ABSTRACT.** *This article aims to study the selective collection in the municipality of Paty do Alferes, as well as the importance of raising the population's awareness to have a good quality of life with changes in habits that generate less impact on the environment. . In the methodological line, a bibliographic research was carried out in primary and secondary sources, and data were collected through a field research. This study was carried out with the inhabitants of the neighborhood of the Acampamento. The primary data were collected through a structured questionnaire with closed questions in order to verify the perception that the residents of the Acampamento neighborhood are having in relation to the selective collection service. The results demonstrate that the selective vest was well received in this neighborhood, being a promising project that has been generating good results, and it is expected that in the future all neighborhoods in the municipality will have this service.*

*Key words: Environmental Education, Selective Collection, Waste.*



Santos, Elizangela Maria dos

A Importância da Coleta Seletiva no Município de Paty do Alferes/RJ /  
Elizangela Maria dos Santos. - Miguel Pereira: 2020.

i, 15 f. ; 29,7 cm.

Orientador: Carlos Eduardo Granadeiro Correa.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.

Inclui Bibliografias.

1. Coleta Seletiva. 2. Educação Ambiental. 3. Resíduos. I. Correa, Carlos  
Eduardo Granadeiro. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com os dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2019), foram produzidos 79 milhões de toneladas de resíduos no Brasil. Milhões de toneladas de lixo são produzidas diariamente, logo a coleta seletiva veio pra assumir um papel muito importante no que diz respeito a preservação do meio ambiente e a vida sustentável. A sociedade é responsável pela geração da maior parte dos resíduos, no qual estes são destinados aos famosos lixões, que causam poluição ao solo, ar e água, pois ficam a céu aberto.

Ao longo dos últimos anos, o meio ambiente vem sofrendo grandes mudanças, fazendo com que os problemas ambientais se tornem mais evidentes e dessa forma os municípios têm que fazer uso correto dos recursos naturais.

No que tange a sustentabilidade ambiental, enfrentamos um problema muito sério que é a destinação final dos resíduos sólidos urbanos derivados de atividades doméstica e comercial da população, tanto como da limpeza urbana.

A importância da coleta seletiva é diminuir a quantidade de resíduos, minimizando os impactos que estes causam e proporcionando lucratividade com os materiais que são reaproveitados.

Nas cidades menores ainda não é comum a prática das pessoas separarem os resíduos, geralmente colocam em sacolas, e fazem o descarte em locais impróprios como beiras de rios, córregos e terrenos baldios.

O presente trabalho tem por objetivo geral estudar a coleta seletiva no município de Paty do Alferes, bem como a importância da conscientização da população para que se tenha uma boa qualidade de vida, com mudanças de hábitos que gerem menores impactos ao meio ambiente. Já o objetivo específico é realizar uma pesquisa no bairro Acampamento por meio da aplicação de um questionário estruturado com perguntas fechadas, para verificar a percepção que os moradores do bairro estão tendo em relação ao serviço da coleta seletiva.

## 2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Definição de resíduos sólidos

A definição de resíduos sólidos de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em sua NBR 10.004 (2004), é dada como:

Resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível (ABNT, 2004).

Além disso, segundo a Lei nº 12.305 de 02 de Agosto de 2010 (a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos) em seu art. 3º, XVI, resíduos sólidos são:

[...] material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam

para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010).

Podemos entender de uma forma mais objetiva, que os resíduos sólidos são substâncias originárias das atividades humanas, ou seja, são os restos, as sobras de qualquer substância.

## 2.2 Resíduos sólidos: classificação de acordo com a ABNT

A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, através da norma 10.004 (2004), classifica os resíduos por meio da “identificação do processo ou atividade que lhes deu origem e de seus constituintes e características e a comparação destes constituintes com listagens de resíduos e substâncias cujo impacto ao meio ambiente é conhecido” (ABNT, 2004).

Com base na ABNT – NBR 10.004, levando em consideração o risco ao meio ambiente, os resíduos ficaram classificados como: Classe I – Perigosos; Classe II - Não Perigosos; Classe II A – Não inertes e Classe II B – Inertes.

Os resíduos de Classe I – Perigosos, correspondem aos resíduos que apresentam certo risco ao meio ambiente e a saúde pública, devido as suas propriedades infectocontagiosas ou químicas e físicas.

Os resíduos de Classe II - Não Perigosos, estes são os que não apresentam risco algum ao meio ambiente e nem a saúde pública, já que sua principal característica é a decomposição com o tempo.

Os resíduos de classe II A – Não inertes, de acordo com a NBR 10.004(2004), estes resíduos correspondem aos que “não se enquadram nas classificações de resíduos classe I - Perigosos ou de resíduos classe II B - Inertes, nos termos desta Norma” (ABNT, 2004). Tais resíduos possuem algumas características como a solubilidade, a combustibilidade e biodegradabilidade.

Os resíduos de Classe II B – Inertes, segundo a NBR 10.004 (2004), são:

[...] Quaisquer resíduos que, quando amostrados de uma forma representativa, segundo a ABNT NBR 10007, e submetidos a um contato dinâmico e estático com água destilada ou desionizada, à temperatura ambiente, conforme ABNT NBR 10006, não tiverem nenhum de seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, excetuando-se aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor (ABNT, 2004).

Esta categoria de resíduos representa os que não oferecem riscos ao meio ambiente e nem a saúde pública, devido suas características específicas.

## 2.3 Resíduos sólidos: classificação de acordo com a sua origem

Em conformidade com a PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010), os resíduos sólidos podem também ser classificados conforme a sua origem como:

[...] **a) resíduos domiciliares:** são resíduos originários das atividades domésticas em residências urbanas; **b) resíduos de limpeza urbana:** são resíduos originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana; **c) resíduos sólidos urbanos:** quando compreendem os resíduos domiciliares e os resíduos de limpeza urbana; **d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços:** são resíduos gerados nessas atividades, excetuados os resíduos de limpeza urbana, os resíduos de serviços públicos de saneamento básico, de serviço de saúde, serviços de transporte e de construção civil. Se os resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços forem caracterizados como não perigosos, os mesmos podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo

poder público municipal. **e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico:** são resíduos gerados nessas atividades, excetuados os resíduos sólidos urbanos; **f) resíduos industriais:** são resíduos gerados nos processos produtivos e instalações industriais; **g) resíduos de serviços de saúde:** são resíduos gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS; **h) resíduos da construção civil:** os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis; **i) resíduos agrossilvopastoris:** são resíduos gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades; **j) resíduos de serviços de transportes:** são resíduos originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira; **k) resíduos de mineração:** são resíduos gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios (BRASIL, 2010).

## 2.4 Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída por meio da Lei nº 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010, sendo considerada um marco direcionador na gestão de resíduos sólidos no Brasil. Poucos meses depois, a lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, de 23 de dezembro de 2010, criando o Comitê Interministerial da Política Nacional e o Comitê Orientador para implantação dos Sistemas de Logística Reversa. Em seu art. 4º, a Lei nº 12.305/2010 define Política Nacional de Resíduos Sólidos como sendo:

[...] Art. 4º. o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010).

O desenvolvimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos se deu com a contribuição de experiências e conhecimentos já estabelecidos em países desenvolvidos, contudo como a realidade do Brasil é diferente, houve a necessidade de se fazer adequações que se encaixassem com as nossas especificidades. A Política Nacional de Resíduos Sólidos cria uma grande expectativa, pois o país sofre com os impactos ambientais decorrentes do grande volume de lixo gerado pela população, que conseqüentemente gera riscos à saúde.

Com o constante aumento da população é necessário produzir cada vez mais, todavia isto faz com o que haja uma maior geração de lixo, o que ameaça a natureza e conseqüentemente atinge a qualidade de vida das pessoas. O descarte inadequado de resíduos gera efeitos negativos ao meio ambiente como contaminação do solo e de rios. Todas as pessoas geram lixo, sendo assim o gerenciamento adequado do mesmo é um dever de todos.

APNRS é um avanço na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, pois permitiu o desenvolvimento da logística reversa nas indústrias, gerando um aumento da capacidade competitiva deste setor, bem como favorecer a inclusão social e expor a função do Estado na gestão dos resíduos. A temática mais debatida é a logística reversa, definida na Lei nº 12.305/2010 em seu art. 3º como:

[...] Art. 3º instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (BRASIL, 2010).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos tornou a coleta seletiva obrigatória nos municípios, conforme estabelecido na Lei nº 12.305/2010 em seu art. 36:

[...] Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:  
[...] II - estabelecer sistema de coleta seletiva; (BRASIL, 2010).

## **2.5 Coleta seletiva no município de Paty do Alferes/RJ**

Coleta seletiva é um tipo de coleta onde os resíduos são separados preliminarmente pelos geradores (cidadãos, empresas ou instituições) de acordo com suas características. Cada município é obrigado a implantar a coleta seletiva conforme estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Paty do Alferes é um município pertencente ao Estado do Rio de Janeiro, possui uma área de 318, 801 Km<sup>2</sup> e uma população, aproximadamente de 26. 359 habitantes e uma estimativa para 2020 de 26.758 habitantes, sendo administrado pelo, então atual prefeito Eurico Pinheiro Bernardes Neto desde 2017 (segundo o IBGE/ 2010). Este município divide- se em 32 bairros, onde segundo informações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a coleta seletiva já funciona em 12 bairros (Centro, Parque Barcellos, Esperança, Mato Grosso, Lameirão, Goiabal, Fortaleza, Morro do Capitão, Mantiquira, Acampamento, Recanto e Alto do Recanto).

A coleta seletiva mais comum é a coleta porta a porta e a coleta por pontos de entrega voluntária. De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a coleta seletiva porta a porta, teve início em outubro de 2018 nos bairros Centro, Parque Barcellos, Esperança e Mato Grosso, sendo expandida para os bairros Lameirão, Goiabal, Fortaleza e Morro do Capitão em maio de 2019, e posteriormente em fevereiro de 2020 para os bairros Mantiquira, Acampamento, Recanto e Alto do Recanto, o que vem trazendo resultados positivos para o município.

Toda semana, são distribuídos coletores, para que os munícipes façam a separação dos resíduos a serem recolhidos. Cerca de 11 toneladas de resíduos são encaminhadas para uma cooperativa situada no Barro Branco, onde é feito todo o procedimento de triagem e revenda. Essa cooperativa conta com 10 colaboradores, onde cada colaborador ganha em média um salário de aproximadamente R\$ 1.000,00.

O quadro a seguir demonstra o quantitativo de resíduos recolhidos pela coleta seletiva desde outubro de 2018 até abril de 2020.

Quadro 1 – Quantitativo de resíduos recolhidos pela Coleta Seletiva Porta a Porta (Outubro/2018 a Abril/2020)

Mês	Volume (Kg)
Outubro/2018	7.992
Novembro/2018	8.596
Dezembro/2018	8.899
Janeiro/2019	10.342
Fevereiro/2019	10.583
Março/2019	10.257
Abril/2019	9.994
Maio/2019	9.984
Junho/2019	9.833
Julho/2019	10.151
Agosto/2019	10.765
Setembro/2019	16.102
Outubro/2019	12.321
Novembro/2019	13.412
Dezembro/2019	11.400
Janeiro/2020	11.134
Fevereiro/2020	13.850
Março/2020	12.724
Abril/2020	11.777

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Maio de 2020

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paty do Alferes tem feito a divulgação da importância da coleta seletiva também nas escolas municipais, cuja ideia é fazer com que o serviço de coleta seletiva seja ampliado com a ajuda das crianças, fazendo com que já comecem a ter consciência da importância da coleta, pois além de diminuir o impacto ambiental, ainda diminui gastos públicos, pois quanto menos resíduos levarmos para o aterro sanitário, menos pagaremos, já que pagamos o aterro por peso.

A Lei nº 2.631, de 03 de dezembro de 2019 do município de Paty do Alferes, veio para regulamentar o serviço de coleta seletiva municipal, que passou a ser obrigatória com o advento da Lei nº 12.305/2010. Conforme a lei municipal, a coleta seletiva tem como principais objetivos:

- [...] I – promover a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, preservar o meio ambiente e reduzir custos com a limpeza urbana do município, introduzindo ações modificadoras do comportamento e cultura dos munícipes perante os resíduos que geram;
- II- incentivar o envolvimento dos munícipes, instituições comerciais e sociais com a ação de cooperativas e/ou associações, que tenham por atividade fim a promoção da coleta seletiva;
- III– Propiciar a auto sustentabilidade dos serviços de coleta, destinação correta e descarte de resíduos sólidos recicláveis domiciliares e institucionais no município.
- IV– Trabalhar pela proteção e conservação do meio ambiente e combate à poluição. V – Evitar o descarte irregular do resíduo domiciliar e comercial para melhoria das condições sanitárias tendo como resultado a excelência das condições de saúde pública no Município de Paty do Alferes.
- VI – Reduzir o volume de Resíduos Sólidos Urbanos destinados ao Aterro Sanitário. ( PATY DO ALFERES, 2019).

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias com base em legislações, reportagens, artigos disponíveis em bibliotecas virtuais, estabelecendo a fundamentação teórica. Segundo Gil (2002), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é a capacidade de se coletar uma gama de amplas informações de forma rápida, sem a necessidade de deslocamento aos locais onde os fatos pesquisados ocorreram. Os fatos históricos são exemplos, pois a única maneira de conhecer o passado é através de dados bibliográficos.

Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário estruturado com perguntas fechadas, em um dos bairros que já possui o serviço da coleta seletiva. O bairro escolhido foi o Acampamento, que possui uma população de 565 pessoas

(IBGE, 2010). Inicialmente, a intenção era aplicar esse questionário pessoalmente, contudo, devido a pandemia do Covid-19, este contato direto ficou impossível. Para contornar tal situação, entrou-se em contato com o presidente da associação dos moradores do bairro Acampamento, que se disponibilizou em repassar o questionário elaborado no Google Forms por meio do aplicativo whatsapp para um grupo dos moradores, que responderam de forma eletrônica a pesquisa, permitindo assim a coleta dos dados.

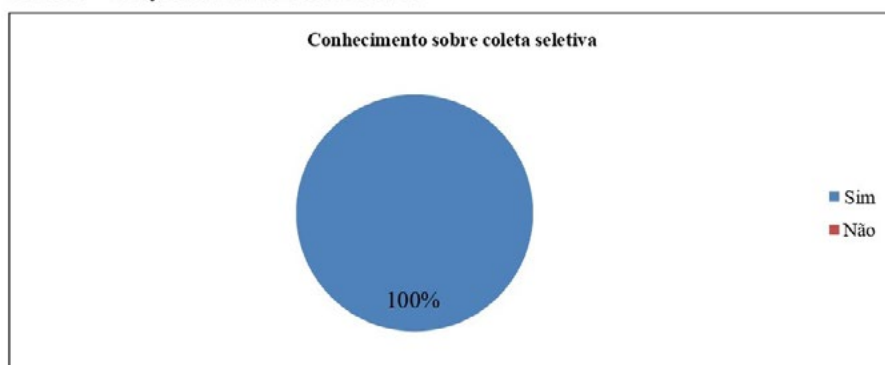
A pesquisa foi realizada de forma totalmente online entre os dias 16 e 17 de maio de 2020, contando com 46 participantes do bairro escolhido.

O objetivo da aplicação do questionário foi verificar a percepção que os moradores do bairro Acampamento estão tendo em relação ao serviço da coleta seletiva, uma vez que o mesmo tem pouco tempo de implantação.

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do questionário estão dispostos a seguir em forma de gráficos a fim de facilitar a visualização e a compreensão.

Gráfico 1 – Você já ouviu falar em coleta seletiva?



Fonte: Elaborado pela autora. Maio de 2020.

De acordo com o gráfico 1, 100% dos entrevistados já ouviram falar sobre coleta seletiva. Percebe-se que por mais que seja um serviço público novo no bairro, o mesmo já é de conhecimento geral dos moradores.

Gráfico 2 – Você costumava separar o seu lixo antes da coleta seletiva?



Fonte: Elaborado pela autora. Maio de 2020.

O gráfico 2 revela que a maioria dos entrevistados (61%) não realizavam a separação do seu lixo antes da implantação da coleta seletiva no bairro, enquanto 39% já realizavam a separação do lixo mesmo sem a existência do serviço. Este resultado mostra que antes da implantação da coleta seletiva, os moradores não eram conscientizados sobre o assunto e não sabiam da importância que é fazer a separação correta do lixo antes de descartá-lo.

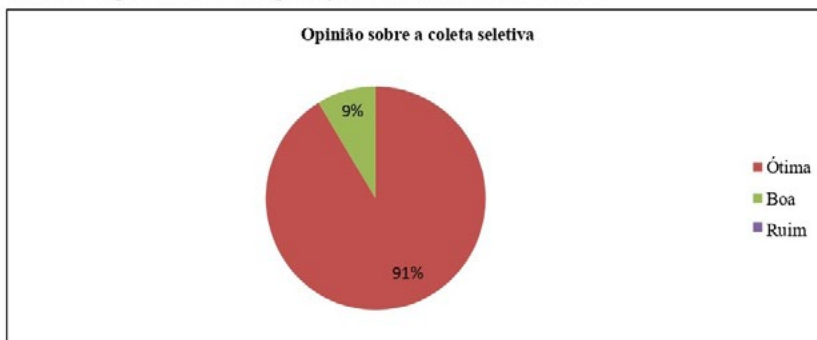
Gráfico 3 – Qual o motivo para não fazer a separação do lixo



Fonte: Elaborado pela autora. Maio de 2020.

Diante do exposto no gráfico 3, observa-se que 17% dos entrevistados não acham importante separar o lixo, 13% não separavam o lixo por não saber fazer e 70% não realizavam a separação do lixo por comodidade, uma vez que consideravam mais prático descartar todo tipo de lixo junto. Este resultado evidencia que muitas pessoas não se preocupam com os impactos que seu lixo pode causar ao meio ambiente, optando por fazer o que consideram mais prático e não o correto para a natureza, contudo não se pode generalizar, uma vez que muitos não possuem tal consciência por falta de informações.

Gráfico 4 - O que você achou da implantação da coleta seletiva no seu bairro?

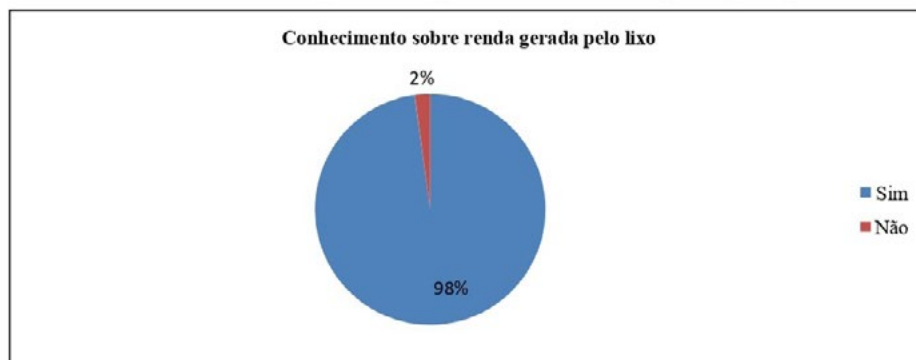


Fonte: Elaborado pela autora. Maio de 2020.



O gráfico 4 revela que a coleta seletiva foi bem recebida pelos moradores, uma vez que 91% dos entrevistados consideram ótima a implantação do serviço e 9% consideram boa. O resultado mostra que o serviço foi bem recebido pelo bairro e que está funcionando de forma satisfatória. É importante que a população crie a cultura de corresponsabilidade no que tange a preservação do meio ambiente, uma vez que uma cidade mais limpa reduz a quantidade de lixo descartado nos aterros sanitários

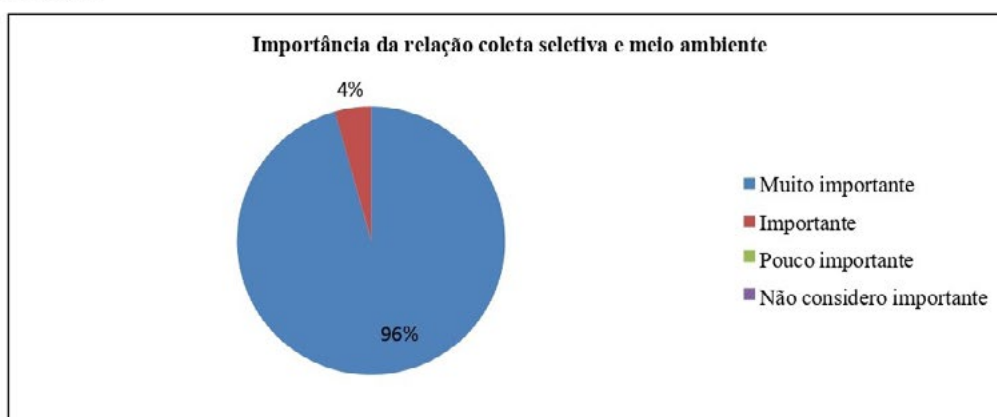
Gráfico 5 - Você tem conhecimento que o seu lixo pode virar fonte de renda para algumas pessoas?



Fonte: Elaborado pela autora. Maio de 2020.

Conforme os dados expostos no gráfico 5, constata-se que apenas 2% dos entrevistados não sabem que o seu lixo pode se tornar fonte de renda para outras pessoas. O lixo urbano é um grande desafio para os gestores públicos, visto que cada vez mais lixo é produzido pela população. Diante disso, é importante buscar parcerias que visem dar uma destinação final deste lixo através da reciclagem, de forma que se agregue valor, gere emprego e renda para os catadores. Dependendo do lixo descartado, o mesmo pode até ser transformado em matéria-prima para fabricação de novos produtos.

Gráfico 6 - Quão importante você considera a relação entre a coleta seletiva e a preservação do meio ambiente?



Fonte: Elaborado pela autora. Maio de 2020.

De acordo com o gráfico 6, 96% dos entrevistados consideram muito importante a coleta seletiva como forma de ajudar na preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo 4% consideram importante. O resultado obtido mostra que as pessoas estão se conscientizando em relação aos impactos ambientais gerados pelo descarte indevido de resíduos.

A destinação final do lixo impactará as próximas gerações, logo é importante começar de agora a promoção de ações sustentáveis que diminuam os impactos gerados pelo lixo. É fundamental a criação de projetos de educação ambiental de maneira permanente e contínua, tanto nas escolas quanto nas comunidades para que a população mude seus hábitos de consumo, criando assim uma consciência ecológica.

Gráfico 7 - Você considera interessante a expansão da coleta seletiva para todos os bairros do município?



Fonte: Elaborado pela autora. Maio de 2020.

O gráfico 7 mostra 87% dos entrevistados consideram muito interessante a expansão da coleta seletiva para todos os bairros do município, ao mesmo tempo que 13% consideram interessante. Este resultado revela que o serviço foi bem aceito no bairro Acampamento e que o mesmo deve ser implantado nos demais bairros da cidade, incentivando ainda mais a inclusão social e geração de renda, além de contribuir com a preservação do meio ambiente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a referida pesquisa, pode-se afirmar a importância da coleta seletiva na cidade de Paty do Alferes, visto que por ser uma cidade de interior, a maioria da população não tem a consciência da relevância do descarte correto de seus resíduos.

Por meio de uma pesquisa, levantou-se opiniões dos moradores do bairro Acampamento a respeito da coleta seletiva. Através dos dados coletados, ficou claro que essa política pública implantada, por mais que seja recente, vem obtendo resultados positivos perante a população.

Percebe-se que a coleta seletiva foi bem recebida neste bairro, uma vez que antes da implantação os moradores não tinham o hábito de fazer o descarte correto do seu lixo. Contudo a partir desse serviço, as pessoas começaram a se conscientizar da importância de fazer a separação correta do lixo.

Recomenda-se, que assim que possível, faça-se uma pesquisa que englobe todos os bairros onde essa política pública foi implantada, ampliando a confiabilidade dos dados, para que se tenha conclusões mais contundentes, isto não desmerecendo os resultados obtidos nesse estudo.

Conclui-se que a implantação da coleta seletiva no município de Paty do Alferes é um projeto promissor que vem gerando bons resultados, visto também que a mesma é um compromisso com a legislação. Espera-se que futuramente todos os bairros do município tenham esse serviço, incentivando cada vez mais a inclusão social e geração de renda, além de contribuir com a preservação do meio ambiente.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. São Paulo, 2019.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10004: Resíduos Sólidos – Classificação**. Rio de Janeiro - RJ, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. de 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Coleta seletiva.** Disponível em : <<https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis/reciclagem-e-reaproveitamento>>. Acesso em: 04/04/2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Elementos para a organização da coleta seletiva e projeto dos galpões de triagem.** Disponível em:< [https://www.mma.gov.br/estruturas/srhu\\_urbano/\\_publicacao/125\\_publicacao2001201103224\\_3.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/srhu_urbano/_publicacao/125_publicacao2001201103224_3.pdf)>. Acesso em: 05/04/2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Resíduos Sólidos.** Disponível em:<<https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos>>. Acesso em: 04/04/2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resíduos sólidos.** Disponível em:< <https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos>>. Acesso em: 02/04/2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@.** 2010. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paty-do-alferes/panorama>>. Acesso em: 05/05/2020.

JORNAL REGIONAL. **Prefeito Juninho amplia coleta seletiva em Paty do Alferes.** 2019. Disponível em:<<http://www.jornalregional.rio/jornalregional/noticia/buscarNoticia?id=5107>>. 2019. Acesso em: 11/04/2020.

PATY DO ALFERES. **Lei nº 2.631, de 03 de dezembro de 2019.** Diário Oficial do Município de Paty do Alferes, Rio de Janeiro, RJ, 03 dez. 2019.

PATY DO ALFERES. **Prefeitura amplia projeto coleta seletiva porta a porta.** 2019. Disponível em:<<http://patydoalferes.rj.gov.br/prefeitura-amplia-projeto-coleta-seletiva-porta-a-porta/>>. Acesso em: 11/04/2020.

PATY DO ALFERES. **Secretaria Municipal de Meio Ambiente.** Rio de Janeiro, RJ.

# INVESTIMENTO PÚBLICO EM TECNOLOGIA PARA COMBATER A SONEGAÇÃO: UM ESTUDO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA DE MIGUEL PEREIRA.

Elodir do Livramento Freitas Neto<sup>1</sup>, Marcelo Augusto de Souza Pena<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão Pública,  
elodirneto@gmail.com

<sup>2</sup> Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão Pública,  
fisc-marcelo@tresrios.rj.gov.br

**RESUMO.** A sonegação tem sido usada com o intuito de maximizar o lucro das empresas. A arrecadação de impostos é essencial para o desenvolvimento do país, possibilitando o bem-estar da população. Para tornar efetivo o planejamento tributário brasileiro é necessário investimentos em tecnologia e mão de obra qualificada, cobrando das empresas o cumprimento das obrigações tributárias, buscando fazer o controle da dívida ativa e combater a inadimplência. A partir disso foi feito levantamento de dados da prefeitura de Miguel Pereira em busca de evidenciar o quanto a emissão de notas fiscais é importante para o município, não só modernizando o setor público como também tornando efetiva a arrecadação dos tributos.

Palavras-chave: Tributo, Tecnologia, Planejamento Tributário, Inadimplência.

## PUBLIC INVESTMENT IN TECHNOLOGY TO COMBAT DAMAGE: A STUDY OF MIGUEL PEREIRA'S TAX MANAGEMENT.

**ABSTRACT.** *Tax evasion has been used in order to maximize corporate profits. Tax collection is essential for the country's development, enabling the well-being of the population. In order to make Brazilian tax planning effective, investments in technology and qualified labor are required, charging companies to comply with tax obligations, seeking to control active debt and combat defaults. Based on this, data were collected from Miguel Pereira's city hall in order to show how important the issuance of invoices is for the municipality, not only modernizing the public sector but also making tax collection effective.*

*Keywords: Tax, Technology, Tax Planning, Default.*

Neto, Elodir do Livramento Freitas

INVESTIMENTO PÚBLICO EM TECNOLOGIA PARA COMBATER  
A SONEGAÇÃO: UM ESTUDO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA DE MIGUEL  
PEREIRA / Elodir do Livramento Freitas Neto. - Miguel Pereira: 2020.

, 14 f. : il. ; 29,7 cm.

Orientador: Marcelo Augusto de Souza Pena.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em Curso Superior de Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.

Inclui Ilustrações e Bibliografias.

1. Tributo. 2. Tecnologia. 3. Planejamento Tributário. 4. Inadimplência.  
I. Pena, Marcelo Augusto de Souza. II. Faculdade de Miguel Pereira. III.  
Título.

## 1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem o objetivo de informar o quanto o investimento em tecnologia para combater a sonegação beneficia os municípios, trazendo o devido desenvolvimento e proporcionando melhor qualidade de vida para os cidadãos. O uso de tecnologia no sistema tributário em municípios é importante, pois dessa forma o monitoramento será efetivo, a emissão de notas fiscais será maior. No município de Miguel Pereira a inserção da Nota Fiscal Eletrônica trouxe desenvolvimento para o município, aumentando a arrecadação de tributos, proporcionando a modernização à Administração Pública. Para a modernização tributária é necessário investimentos na rede pública, possibilitando a inserção de ferramentas que possam atuar de forma positiva no dia-a-dia do servidor público, agilizando os processos, reduzindo gastos. Para maior eficiência é usado ferramentas como o Serpro e o SPED, que ganham destaque no território nacional em desenvolvimento e o aprimoramento em tecnologia, aliados a um grande armazenamento de dados capaz de vincular documentos de diversas áreas em um único ambiente, padronizando arquivos e facilitando o acesso. Empresas que buscavam brechas nas legislações acabam tendo que cumpri-las a partir do momento em que a sonegação se encontra cada vez mais inviável, visto que o Estado tem fornecido ferramentas como o Simples Nacional capaz de auxiliar no planejamento tributário das empresas.

O investimento em tecnologia passa a ser um dos meios de combate à sonegação. A gestão pública tributária, de forma ampla, contemplando o triplice sustentáculo da gestão, hardware, software e humanware, à guisa do controle pela qualidade ofertada por CAMOPO( 1992 ), passa por um processo de modernização contribuindo para uma eficiente gestão tributária. Não é foco desse artigo, tratar de assuntos ligados à gestão recursos humanos. Esses estão ligados intimamente nos métodos aplicados no trabalho, valendo-se do uso intensivo de tecnologia.

No desenvolvimento desse trabalho apresenta-se de início um passageiro relato histórico de controle do Estado no combate da sonegação, dispendendo mais esforço no sentido de expor as ações do Estado recente na luta da ocultação de informações.

No segundo momento faz-se menção aos benefícios com o uso da tecnologia na gestão pública, especificamente na administração fiscal, bem como uma reflexão sobre as causas da sonegação.

Em outra seção apresenta-se um estudo da mudança ocorrida no município de Miguel Pereira no momento da implementação da nota fiscal de forma eletrônica como obrigação.

Por último faz-se uma apresentação dos dados, e discute-se os resultados apresentando desafios na gestão pública de combate à sonegação.

## 2.A ATUAÇÃO DO ESTADO NO COMBATE DA SONEGAÇÃO FISCAL

Desde os tempos do Brasil colonial, quando os interesses de transferências de riquezas para a metrópole era controlado por mecanismos humanos, observa-se ações em prol do controle da atividade econômica geradora de riquezas e, conseqüente, possibilidade de manutenção do Estado. A Intendência das Minas, nessa época, era responsável por fiscalizar as atividades mineradoras no país, cobrando 20% do que se era produzido, cobrando somente a circulação das mercadorias, sem proporcionar nenhuma infraestrutura ao país, além de somente retirar a matéria prima, impedindo, naquele momento o desenvolvimento econômico e social do país. O período colonial é encerrado quando a coroa portuguesa vem para o Brasil e tornando-o independente ganhando novas constituições, alterando a forma em que os impostos seriam arrecadados.

Segundo (Barbosa ,2017) “[...]tributos e direitos fundamentais devem interpretados como institutos complementares.[...] O Estado[...] precisa despende recursos e para despendê-lo,[...] é necessário haver arrecadação prévia .”

Como essa escrita não visa um levantamento histórico, interessa-se nas modernas ferramentas tecnológicas aplicadas na Gestão Pública, mais especificamente na Gestão Tributária, busca-se falar dos dados mais recentes.

No ano de 2015 a sonegação, segundo levantamento feito pelo site de notícias Brasil de Fato, atingiu o valor superior de 500 bilhões de reais. A falta de compromisso dos empresários causa prejuízo aos cofres públicos, na forma administrativa e social, prejudicando grande parte da população.

Para o desenvolvimento na gestão, o advento da tecnologia permite avanços no controle dos dados dos contribuintes.

“O serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), criado pela Lei nº 4.516, de 1 de dezembro de 1964, empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, tem por objeto a execução de serviços de tratamento de informações e processamento de dados, através de computação eletrônica ou eletromecânica, a prestação de assistência no campo de sua especialidade.”  
( artigo 1º da Lei 8615/70 )

No ano de 2015 a sonegação, segundo levantamento feito pelo site de notícias Brasil de Fato, atingiu o valor superior de 500 bilhões de reais. A falta de compromisso dos empresários causa prejuízo aos cofres públicos, na forma administrativa e social, prejudicando grande parte da população.

Para o desenvolvimento na gestão, o advento da tecnologia permite avanços no controle dos dados dos contribuintes.

O serviço de processamento de dados pela administração pública, no Brasil, vem da década de 60 do século passado. O SERPRO atualmente tem uma estrutura com escritórios espalhados no Brasil, atuantes, principalmente, nas finanças públicas, planejamento, orçamento e gestão pública. A Gestão Pública tem como objetivo a conexão do governo com o cidadão, desde a busca pelos interesses sociais, passando pela organização e a prestação de contas das ações.

A Receita Federal do Brasil, presente no portfólio do SEPRO, mudou seu cenário de arrecadação com uso da tecnologia. O uso do ambiente digital proporciona à administração pública um efetivo controle das informações. Como parte integrante do chamado SPED, o Sistema Público de Escrituração Digital, o Estado do Rio de Janeiro, criou a Escrituração Fiscal Digital – EFD. É um documento exclusivamente digital, elaborado pelos contribuintes do ICMS e do IPI, cuja finalidade é fornecer todas as informações necessárias à apuração desses impostos, além de outras informações de interesse dos fiscos estaduais e da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Por detrás dessa tecnologia está o conceito de armazenamento de dados, que permite consultas, relatórios e análise: o Datawarehouse tem a capacidade de integrar dados de diferentes fontes, armazenando em um único ambiente de forma segura, não volátil, possibilitando análises de informações e auxiliando na tomada de decisões, proporcionando um ambiente de trabalho mais organizado, contribuindo para uma visão melhor aos gestores, possibilitando, dessa forma, verificar, portanto, que um cidadão deixou de cumprir suas obrigações fiscais tornou mais fácil para a fiscalização ao cruzar dados da DIRF, por exemplo, que é um informativo de tributos retidos pela empresa e repassado para a União, pela Receita Federal, com os dados declarados pelo contribuinte em sua declaração do imposto de renda da pessoa física. Os ilícitos são averiguados com auditorias que se tornaram digitais.

Alguns avanços no domínio dos recursos públicos, fazendo valer toda gama de princípios que

orbitam a administração pública, são oriundos de discussões acadêmicas que não poderiam prescindir da tecnologia. Os processos morosos de averiguação do cumprimento do acordo de cumprimento de regras sociais passam a ter a eficiência como foco.

Apresentam-se, a seguir, algumas iniciativas que, após discussões de longos períodos em prol da eficiência administrativa, mudaram a gestão pública, não com o intuito de fazer uma cronologia das ações mas para exposição de casos de sucesso da governança nesse sentido.

Simples Nacional, engendrado pela Lei complementar Nº 123, de 14 dezembro de 2006, é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável além de tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de pequeno porte, no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Forma simplificada na arrecadação de tributos, redução das cargas tributárias e redução dos encargos previdenciários.

A própria nota fiscal, que é o documento que registra a movimentação na economia, constituindo a base de todo sistema de acompanhamento e monitoramento por parte do governo passou a ser eletrônica. Destinada ao recolhimento de impostos, tendo obrigatoriedade da emissão ao realizar transações ou vendas, agora promove a redução de custos, integração ao sistema de gestão, velocidade de atendimento, maior transparência, incentivo ao relacionamento entre empresas, entre outros.

O SPED, criado Decreto Nº 6.022, de 22 de Janeiro 2007 assenta em um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

Observa-se que tais ferramentas possuem o mesmo princípio, a digitalização e o armazenamento, servindo como comprovantes e registros, servindo também como consultoria, coletas de dados para pesquisa, possibilitando o levantamento e análises.

No campo jurídico, a segurança vem desde aberturas dadas por ordenamentos previstos, inclusive, na constituição federal. O parágrafo único do artigo 219 da Constituição é claro ao afirmar que “O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia.”

O uso de aplicativos tem sido constantes como forma de acompanhamento das formas de empreendedorismos atuais.

### **3.BENEFICIO DO USO DA TECNOLOGIA NA GESTÃO TRIBUTÁRIA**

A égide no tratamento das informações talvez seja o grande benefício do uso da tecnologia aplicada na gestão pública. Princípios como o da isonomia são largamente ampliados com o alcance e a velocidade possibilitada pela engenharia.

De acordo com a lei da informação 12.527, de 18 de novembro de 2011, órgãos e entidades do poder público devem providenciar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação. Dessa forma a tecnologia vem como uma forma de informação da aplicação dos recursos públicos. As pessoas poderão ter acesso em tempo hábil das decisões tomadas por gestores responsáveis por proporcionar o bem estar social.

Benefícios no uso intensivo de tecnologia variam de redução de custos com matérias, pessoas,



fazendo da reforma do Estado de execução acelerada, passando pelo aumento da produtividade, em sentido sistêmico, otimizando processos, garantindo qualidade, dentre outros. Salienta-se, como produto desse assunto o aumento da arrecadação uma vez que a sonegação fiscal torna-se menos vulnerável.

O que justifica trazer à tona temas como esse é a possibilidade de melhorar nosso índice que mede o retorno de bem estar à sociedade. Esse índice, o IRBE é medidor que mede a riqueza gerada durante o mesmo período de mensuração do valor dos tributos arrecadados. No Brasil, segundo dados do IBPT, a carga tributária é alta sendo de 35,04% conforme dados de 2013, comparando o PIB de R\$ 5.157.568.000,00 com o total arrecadado com tributos, R\$ 1.807.054.000,00. São valores vultosos que carecem de um perfeito controle sobre, bem como uma melhor distribuição da arrecadação sobre a população, presando a justiça social, a progressividade presente em ambiente com renda de distribuição irregular. No ranking IRBES o Brasil ficou no 30º lugar.

Lembrando que o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, é uma maneira de comparar riqueza, o índice de alfabetização, outros na educação, expectativa de vida, natalidade, e outros, sendo tudo possível com geração de riqueza. Desenvolvimento passa pela gestão da riqueza. Combater a sonegação exige esforços para um resultado maior no desenvolvimento social. Investimento, e não despesa, no uso intensivo de tecnologia aplicada na gestão na forma de arrecadação do Estado é um caminho para garantia de direitos previstos e consensados.

#### **4. ENTENDENDO AS CAUSAS DA SONEGAÇÃO.**

Sonegação é vista como crime, prevista na lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965 e declara que:

“Prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei”.

Lembrando que o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, é uma maneira de comparar riqueza, o índice de alfabetização, outros na educação, expectativa de vida, natalidade, e outros, sendo tudo possível com geração de riqueza. Desenvolvimento passa pela gestão da riqueza. Combater a sonegação exige esforços para um resultado maior no desenvolvimento social. Investimento, e não despesa, no uso intensivo de tecnologia aplicada na gestão na forma de arrecadação do Estado é um caminho para garantia de direitos previstos e consensados.

Mesmo sendo considerado crime, empresas deixam de contribuir, já que a globalização acelera a movimentação financeira das grandes empresas, possibilitando o comércio internacional, aumentando a competição.

As leis brasileiras são muito flexíveis dando a facilidade dos sonegadores renegociarem suas dívidas, podendo não só pagar com o juro mais baixo como também parcelar as dívidas, dessa forma acaba gerando o pensamento de ser mais vantajoso, além de buscarem brechas nas legislações, procurando formas de pagar menos impostos.

Se houvesse investimentos na educação, ademais na educação fiscal a ideia do pagamento de impostos por obrigatoriedade mudaria de forma e traria a consciência de que o Estado necessita desse dinheiro para poder prestar serviços para a população, em um cenário onde a população pague tributos na maioria das vezes e não visualizam um potencial retorno, isso daria ao cidadão maior prazer, a falta de uma gestão que traga inovações também influencia no comportamento humano, deixando de criar expectativas

de melhoria e o pensamento de que pagando ou não, nada irá mudar.

## 5. A IMPLANTAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA EM MIGUEL PEREIRA.

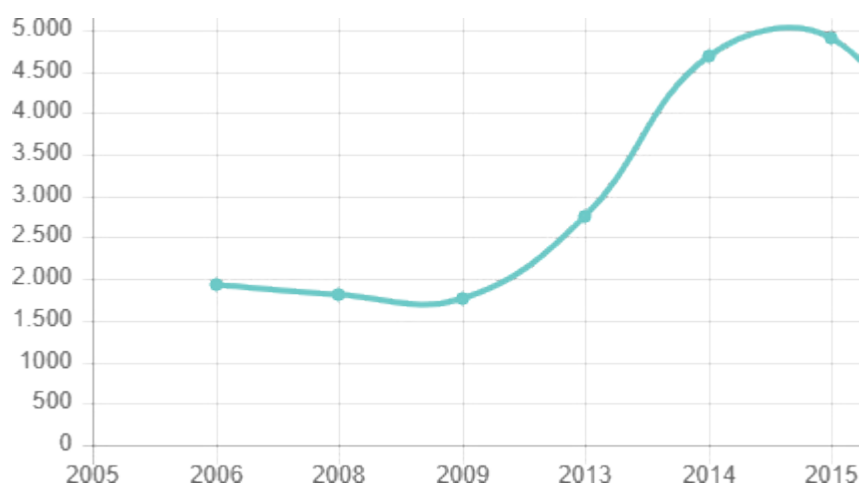
Miguel Pereira é uma cidade que possui perfil turístico contendo diversas micro-empresas, serviços de hotelarias e restaurante, com uma população de aproximadamente 30 mil habitantes, tendo como a principal atividade econômica da região o comércio.

A aplicação da nota fiscal eletrônica contribuiu para o desenvolvimento da cidade, aumentando a arrecadação de tributos, monitoramento das atividades comerciais da região, aumentando a arrecadação tributária que é essencial para um município pequeno, portando em torno de 25 mil habitantes.

Para exemplificar o amparo da tecnologia na gestão apresenta-se dados obtidos pelo município de Miguel Pereira quando da mudança no processo de controle do cumprimento das obrigações principais e acessórias, de recolhimento de tributos e de emissão de nota fiscal, respectivamente.

A nota fiscal foi implantada no ano de 2012 e em um período de 2009 á 2014 reparou-se que no último ano houve um aumento de 60% , chegando a ultrapassar os R\$ 4,0 Milhões de reais na arrecadação do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Imposto Sobre Serviços - ISS ( Unidade: R\$ x1000 )-Unidade de Miguel Pereira



Fonte: IBGE,2020

## 6.METODOLOGIA

Diante dos objetivos traçados, torna-se necessário a utilização de alguns procedimentos para o alcance objetivos propostos. Assim, essa pesquisa se caracteriza como descritiva e quantitativa. Beuren (2006) caracteriza a pesquisa descritiva como sendo aquela que consegue identificar, relatar, comparar aspectos ou comportamentos de determinada amostra analisada. Em complemento, Gil (2008) menciona que a pesquisa descritiva é aquela que tem por objeto principal a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou ainda a relação entre variáveis.

Dessa forma, este estudo, procura descrever a evolução possibilitada por maior controle social no que tange a obrigação com o Estado no uso intensivo de tecnologia na arrecadação tributária. A fim de retratar esse fenômeno, o estudo valeu-se de metodologia quantitativa na coleta de dados, para melhor apresentação dos dados envolvendo grandes números. A análise de legislações, bem como bibliografia na área de gestão, também contribuiu nesse escrito de análise de caso. O resultado auferido pela prefeitura de Miguel Pereira pós-implantação da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços é o arquétipo desse trabalho.

## 7.RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Percebe-se que de para 2014 houve uma variação de 60%, sinalizando que com o monitoramento e investimento em tecnologia, é possível maximizar a arrecadação, onde em um município pequeno foi possível obter mais que o dobro de arrecadação.

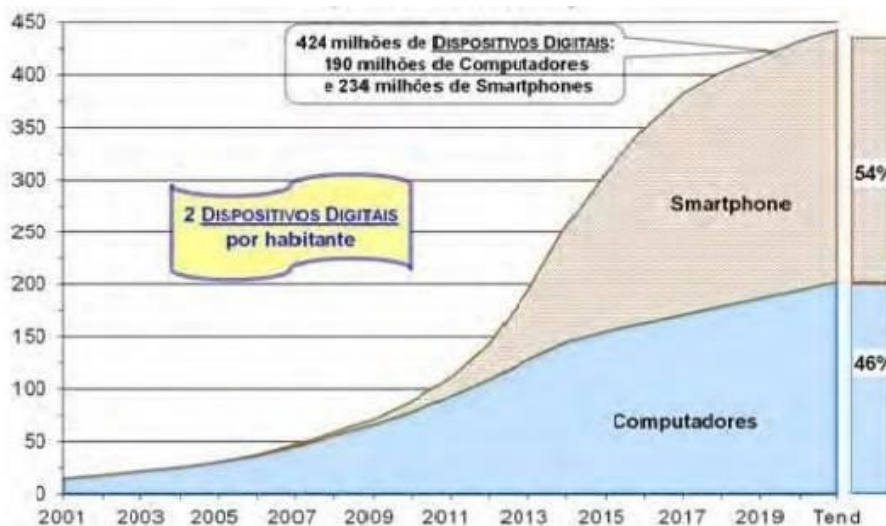
Ao exigir dos contribuintes o uso do sistema de emissão de nota fiscal eletrônica, o município já cria bases para avanço na gestão tributária.

O ponto de inflexão na arrecadação de ISSQN no município de Miguel Pereira se dá justamente na implementação da NF-e, que trouxe maior arrecadação ao município proporcionando uma melhor qualidade de vida aos cidadãos.

Cabe salientar que a tecnologia é uma aliada da gestão, não sendo a solução. O município possui um corpo de fiscais de apenas três fiscais fazendários, conforme dados da Transparência no site da prefeitura, com responsabilidades de ligadas à arrecadação de IPTU, ITBI, Taxas, ISSQN. A estrutura da gestão é composta por equipamentos necessários para o bom andamento do trabalho, que associado a uma metodologia e, obviamente recursos humanos, permitem o domínio dos dados/informações. O desafio na gestão pública é o mesmo imposto à administração privada. A tecnologia permite mudanças eficazes no método de trabalho. No universo da gestão pública o comprometimento com a prestação de contas exige investimentos em periféricos, equipamentos, softwares capazes de integrar todo sistema de gestão pública.

Certas sistemáticas, como a do Simples Nacional, de cooperação entre os entes, só são possíveis de serem realizadas uma vez que temos infraestrutura que permite tal avanço. A tecnologia, algo impensável na década de 80, sendo possível final dos anos 90, quando ainda Super Simples (precursor do Simples Nacional só em âmbito federal). O abandono da nota fiscal em papel, das declarações prestadas. A aplicação da tecnologia dependia da infraestrutura de base tecnológica, trouxe ferramentas capazes de agilizar o processo de tomada de decisões, desenvolvendo *software* e *hardware*, capazes de ampliar os meios de comunicação. Esse avanço tecnológico tem criado altos investimentos, destacando-se nos dispositivos móveis, que nos últimos anos tem ganhado desta na competição entre as empresas do setor, e aumentando seu consumo. De acordo com uma pesquisa anual da Fundação Getúlio Vargas, a aceleração digital será acelerada no ano de 2020, ano em que a pandemia exigiu o isolamento social e investimentos em TI nas empresas para o desenvolvimento de forma que levassem o consumidor para dentro da empresa sem que saísse de casa. .

### Computadores e celulares em uso no Brasil. (Milhões de Unidades)



Fonte: FGV, 2020

Dessa forma percebe-se que o desenvolvimento acelerado dos *Smartphones*, a influência da mídia, aguçou a ideia de que é preciso se obter a versão mais recente do produto, em uma sociedade capitalista, as mídias geram grandes perspectivas em relação a esses produtos, gerando grande interesse em experimentar e logo a vontade de comprar. É importante ressaltar que o uso de redes sociais ganham destaque no dia a dia do cidadão, sendo usadas como os principais meios de comunicação, gerando assim a necessidade do setor público de usar esse meio como uma forma de se comunicar com o público, mostrando suas ações e desenvolvendo a transparência.

Ao exemplo de Miguel Pereira, a mudança na relação das organizações humanas com o ente municipal, na busca pelo controle total, foi também o desafio de municípios como Três Rios. Conforme apontou PENA ( 2016 ) os benefícios da uma boa definição do processo de arrecadação são a melhoria na organização administrativa; uma comunicação clara entre os agentes dos procedimentos e responsabilidades inerentes à administração tributária; controle que proporciona transparência ao planejamento da ação de fiscalização, e segurança à relação fisco- contribuinte; ,diminuição de erros, fraudes, desperdícios e irregularidades associadas à complexidade da legislação tributária; proteção da atividade de fiscalização de tributos contra a descontinuidade administrativa e ingerências políticas. Associa-se, nesse artigo, todo esse benefício ao investimento na tecnologia, no caso, no uso reservado da a gestão tributária.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possui informações para estudos futuros, podendo servir de base para pesquisas, buscando informar quais tecnologias estão inseridas no setor público que auxiliam a gestão tributária, armazenando dados e contribuindo para uma melhor gestão,

Em primeiro momento o presente trabalho trouxe as tecnologias existentes dentro do setor público que possibilitam a gestão de dados, proporcionando a digitalização e o armazenamento de documentos, apresentando o SPED, SERPRO, a NF-e, EFD, *Datawarehouse*, ferramentas que tem como base o armazenamento e o cruzamento de dados e o Simples Nacional, que ajuda micro e pequenas empresas privadas se organizarem com os seus compromissos fiscais, proporcionando uma melhor gestão e gerando um ambiente de trabalho mais organizado.

Em um segundo momento o autor trouxe evidências de que a implementação de tecnologias contribuem para o desenvolvimento econômico. Com um estudo da arrecadação tributária do município de Miguel Pereira, percebeu-se que a adoção da Nota Fiscal Eletrônica contribuiu na arrecadação de tributos, em específico o ISS, aumentando em 60% sua arrecadação, um aumento significativo para o município.

Por último trouxe dados sobre os dispositivos digitais, evidenciando que as informações públicas precisam ser repassadas em tempo real para o cidadão, utilizando de aplicativos e redes sociais como ferramentas de divulgação, tornando fácil o acesso e se tornando ainda mais transparente, divulgando as ações públicas para o cidadão poder acompanhar da melhor forma possível as ações públicas

A tecnologia deve ser usada como uma aliada na gestão pública, a modernização visando a transparência, melhor qualidade de trabalho para os gestores, contribuindo para a tomada de decisão e inovações, proporcionando desenvolvimento para o país.

## 9. REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. C. S. Os princípios tributários e a repartição constitucional de competências tributárias. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-tributario/os-principios-tributarios-e-a-reparticao-constitucional-de-competencias-tributarias/> Acesso em 04 de Jun. de 2020.

BEUREN, I.M; LONGARAY, A.A; RAUPP, F.M; SOUSA, M.A.B; COLAUTO, R.D;

PORTON, R.A.B. Como elaborar trabalhos Monográficos em Contabilidade. 3ª edição, São Paulo, Editora Atlas, 2006.

BRASIL. lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965. Define crime de sonegação fiscal e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4729-14-julho-1965-368263-normaatualizada-pl.html> Acesso em 05 de Jun. de 2020.

Brasil. Lei Nº 8.846 de 21 de Janeiro de 1994 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8846.htm#:~:text=LEI%20No%208.846%2C%20DE%2021%20DE%20JANEIRO%20DE%201994.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20emiss%C3%A3o%20de,Art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8846.htm#:~:text=LEI%20No%208.846%2C%20DE%2021%20DE%20JANEIRO%20DE%201994.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20emiss%C3%A3o%20de,Art) Acesso em 05 de Jun. de 2020.

Brasil Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm#art88](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art88) Acesso em 05 de Jun. de 2020.

Brasil. Decreto Lei 6.022 de 22 de Jan. de 2007. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm). Acesso em 60 de Jun de 2020.

Brasil. Lei Nº 5.615, de 13 de Outubro de 1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5615.htm#art16](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5615.htm#art16). Acesso em 05 de Jun. de 2020.

Cálculo do IREBS. Disponível em: <http://ibpt.impostometro.s3.amazonaws.com/Arquivos/06%2BIRBES%2B2015.pdf> Acesso em 07 de Jun. de 2020. Campo, V. F. (1992). BLOCH EDITORA. TQC: Controle da Qualidade Total, 17-39.7.

Cidade de Miguel Pereira. Finanças Públicas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/miguel-pereira/pesquisa/21/0?tipo=grafico&indicador=28148>. Acesso em 06 de Jun. de 2020.

DataWarehouse: Tudo o que Você Precisa Saber! Disponível em: <https://www.cetax.com.br/data-warehouse/>. Acesso em 05 de Jun. de 2020.

Dec. Mun. Miguel Pereira/RJ 3.949/11. Disponível em: [http://www.fiscosoft.com.br/main\\_online.php?PID=272978&amigavel=1&home=iss&secao=1&optcase=717&flag\\_mf=&flag\\_mt=#](http://www.fiscosoft.com.br/main_online.php?PID=272978&amigavel=1&home=iss&secao=1&optcase=717&flag_mf=&flag_mt=#). Acesso em 05 de Jun. de 2020.

ESTADO.EFD Disponível em: [http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu\\_structure/servicos/navigationContribuinte/conluna1/menu\\_servico\\_icms/ICMS-SPED?afrLoop=10614735731430794&data\\_source=UCMServer%23dDocName%3A510050 &\\_adf.ctrl-state=ebeau7apf\\_9](http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu_structure/servicos/navigationContribuinte/conluna1/menu_servico_icms/ICMS-SPED?afrLoop=10614735731430794&data_source=UCMServer%23dDocName%3A510050 &_adf.ctrl-state=ebeau7apf_9)

Estudo sobre a Carga Tributária/PIB x IDH Edição Maio 2015 - com a utilização da Carga Tributária e IDH do ano de 2013. COORDENAÇÃO Dr. Gilberto Luiz Do Amaral Dr. João Eloi Olenike Dra. Letícia Mary Fernandes Do Amaral, INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO.

Finanças dos municípios Fluminenses. Disponível em: [http://www.aequus.com.br/anuarios/fluminense\\_2015.pdf](http://www.aequus.com.br/anuarios/fluminense_2015.pdf) Acesso em 04 de Jun. de 2020.

Gallo, Rogério, Governo investe em sonegação fiscal e controle dos gastos públicos. Disponível em <https://odocumento.com.br/governo-investira-no-combate-a-sonegacao-fiscal-e-controle-dos-gastos-publicos/>

Acesso em 05 Jun. de 2020

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª edição, São Paulo, Editora de Jun. de Atlas, 2008. Acesso em 06 de Jun de 2020

IBGE. Cidade de Miguel Pereira. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/miguel-pereira/pesquisa/21/0?tipo=grafico&indicador=28148>. Acesso em 06 de Jun. de 2020.

Lei Nº12.527, de 18 de Novembro de 2011 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em 05 de Jun. de 2020.

Nesse, Lugi, A reforma tributária para o século 21. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1809199904.htm>. Acesso em 04 Jun. de 2020.

O que é um data-warehouse. Amanzon. Disponível em: <https://aws.amazon.com/pt/data-warehouse/> Acesso em de Jun. de 2020.

O que é o Simples Nacional Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>. Acesso em de Jun. de 2020.

O Serpro. Disponível em <https://www.serpro.gov.br/menu/institucional/quem-somos> Acesso em de Jun. de 2020. Acesso em 04 de Jun. de 2020.

PENA, M. A. S. Mudança na relação das organizações humanas com o ente municipal: a busca pelo controle total. 2016. Artigo Especialização Gestão Pública Municipal, UFF.

Pesquisa Anual do Uso de TI Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/ensinoeconhecimento/centros/cia/pesquisa> Acesso em 07 de Jun. de 2020.

Painel Regional Centro-Sul. Disponível em [https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Sebrae\\_I NFREG\\_2013\\_CentroSul.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Sebrae_I NFREG_2013_CentroSul.pdf) Acesso em 07 de Jun. de 2020.

SECRETARIA DA FAZENDA. Receita usa alta tecnologia no combate á sonegação. Disponível em: <http://www.fazenda.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=799>. Acesso em 04 de Jun. de 2020.

SPED. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964> Acesso em 05 de Jun. de 2020.

Teixeira, Neymar de Soares Júnior. CPMF Como Ferramenta de Combate à Sonegação Fiscal e à lavagem de Dinheiro. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/54275/R%20-%20E%20-%20NEIMAR%20TEIXEIRA%20DE%20SOARES%20JUNIOR.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Para%20tentar%20combater%20a%20sonega%C3%A7%C3%A3o,mas%20o%20governo%20j%C3%A1%20se>. Acesso em 05 de Jun. de 2020.

# A JUDICIALIZAÇÃO DO MEDICAMENTO REVOLADE®: UM ESTUDO DE CASO COM ENFOQUE NO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA

Fabiana S. Rodrigues<sup>1</sup>, Paulo Pereira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Miguel Pereira, Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, bidusr@hotmail.com

<sup>2</sup>Faculdade de Miguel Pereira, Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

**RESUMO.** O direito à saúde está intimamente ligado ao direito à vida, e este é defendido desde os idos de 1948 pela ONU, em sua Declaração Universal dos Direitos Humanos. Já no Brasil, o direito à saúde foi oficialmente defendido com a defesa da criação de um SUS pela Constituição Federal de 1988. Desde então, os esforços para garantir o acesso integral e universal à saúde para todos os cidadãos foi intensificado e, com o passar do tempo, passou a contar também com a judicialização de medicamentos de alto custo tanto para aqueles ainda não sejam padronizado pelo SUS, ou para aqueles que estejam em falta na rede pública. Porém, esta não tem sido uma tarefa fácil e, apesar de contar sempre com diversos imprevistos e travas, sejam elas políticas ou orçamentárias, os esforços para que toda população tenha acesso digno à saúde devem ser reconhecidos. Desta forma, acompanhou-se a trajetória de um paciente residente do Município de Miguel Pereira, acometido por Púrpura Trombocitopênica Idiopática desde os 17 anos, em sua busca pela judicialização do medicamento Revolade®. Este medicamento custa em média R\$5.000,00 a caixa contendo 14 comprimidos, o que é suficiente para metade do tratamento de um mês. Ao final do processo, o paciente conquistou a compra do medicamento para o tratamento de um período de 3 meses. A pesquisa concluiu que o processo de judicialização de alto custo tem retornado em resultados satisfatórios para os pacientes, ainda que o processo ainda seja burocrático.

Palavras-Chave: SUS, Direito à Saúde, Judicialização de Medicamento de Alto Custo, Revolade® e PTI.

## THE JUDICIALIZATION OF REVOLADE® MEDICINE: A CASE STUDY FOCUSING ON THE MUNICIPALITY OF MIGUEL PEREIRA

**ABSTRACT.** *The right to health is closely linked to the right to life, and this has been defended since 1948 by the UN, in its Universal Declaration of Human Rights. In Brazil, the right to health was officially defended with the defense of the creation of a SUS by the Federal Constitution of 1988. Since then, efforts to guarantee full and universal access to health for all citizens have been intensified and, with the passing of of the time, it also began to rely on the judicialization of high-cost drugs, both for those not yet covered by SUS, or for those who are in shortage in the public network. However, this has not been an easy task and, despite always having several contingencies and obstacles, be they political or budgetary, efforts to ensure that the entire population has decent access to health must be recognized. Thus, we followed the trajectory of a patient resident in the municipality of Miguel Pereira, affected by Idiopathic Thrombocytopenic Purpura since he was 17 years old, in his search for the judicialization of the medicine Revolade®. This medicine costs an average of R \$ 5,000.00 a box containing 14 pills, which is enough for half a month's treatment. At the end of the process, the patient won the purchase of the drug for the treatment of a period of 3 months. The research concluded that the high cost judicialization process has returned with satisfactory results for patients, even though the process is still bureaucratic.*

Key-Words: SUS, Right to Health, High Cost Drug Judicialization, Revolade® and PTI.

RODRIGUES, FABIANA SILVEIRA  
A JUDICIALIZAÇÃO DO MEDICAMENTO REVOLADE UM  
ESTUDO DE CASO COM ENFOQUE NO MUNICÍPIO DE MIGUEL  
PEREIRA / FABIANA SILVEIRA RODRIGUES. - Miguel Pereira: 2020.  
i, 19 f. : il. ; 29,7 cm.

Orientador: PAULO PEREIRA.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA -  
Faculdade de Miguel Pereira, 2020.

Inclui Ilustrações e Bibliografias.

1. SUS. 2. Direito à Saúde. 3. Judicialização de Medicamento de Alto  
Custo. 4. Revolade® e PTI. I. PEREIRA, PAULO. II. Faculdade de Miguel  
Pereira. III. Título.



## 1. INTRODUÇÃO

Antes da criação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), o direito à saúde ainda não era garantido legalmente no Brasil e, por isto, as políticas de preservação à vida ainda eram muito vagas. Com a CF/88 o cidadão brasileiro obteve uma das maiores conquistas na saúde em toda sua história, que foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual surgiu com a promessa de oferecer saúde integral e gratuita para toda a população (FIOCRUZ,2017; BRASIL, 1988).

Mas esta, ainda nos dias atuais, não é uma tarefa simples e fácil de se garantir. Por mais que sejam feitos esforços para que o SUS realmente atenda integralmente todos os cidadãos em todas as suas necessidades particulares, fatores externos como mudanças de cargos administrativos devido à interesses políticos, por exemplo, funcionam como uma trava para que o SUS funcione como o planejado (PAIXÃO,2019; REIS, ARAÚJO e CECÍLIO, 2012).

Partindo desta premissa e admitindo que o Sistema de Saúde atual ainda não consegue atender plenamente a todos os cidadãos, em alguns casos excepcionais o paciente ainda pode recorrer a uma segunda via para garantir seu direito à vida defendido constitucionalmente, a judicialização de medicamentos.

Em tratamentos caros que contam com medicamentos de alto custo, o processo judicial é uma ferramenta comumente utilizada. Para estes casos foi criada a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), o qual tem como papel estratégico orientar que “os países devem ter uma relação de medicamentos para orientar e promover o acesso e o uso seguro e racional dessas tecnologias”. Esta lista é frequentemente atualizada e consta alguns dos medicamentos de alto custo que podem estar em falta na rede pública (PEPE,2010; MINISTÉRIO DA SAÚDE,2017).

Porém, para os medicamentos que ainda não são incorporados pelo SUS, e não constam na RENAME, o processo judicial ainda pode ser uma saída, mas a utilização do medicamento deve ser justificada mediante laudo médico que ateste a necessidade de utilização do medicamento (FIGUEIREDO, PEPE e OSORIO-DE-CASTRO, 2010).

O Revolade®, que é um agonista no tratamento da Púrpura Trombocitopênica Idiopática (PTI), é um destes medicamentos que não constam na lista do RENAME. A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), emitiu um parecer no ano de 2018 onde entendia que os efeitos nocivos à saúde com o uso prolongado do medicamento eram ainda maiores do que as respostas positivas ao tratamento, e com isto foi decidido pela não incorporação do mesmo ao SUS. Por este motivo, o paciente que necessitar do tratamento com tal medicação, deverá recorrer à judicialização do medicamento para garantir o direito ao tratamento com o remédio de maneira integral (BUSSEL, et al., 2007; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

A PTI é uma doença hemorrágica que se manifesta por meio da diminuição das plaquetas no sangue do paciente. Enquanto os níveis de plaquetas no sangue de um paciente em condições saudáveis variam entre 140.000/mm<sup>3</sup> e 450.000/mm<sup>3</sup>, em pacientes com PTI pode chegar a menos de 10.000/mm<sup>3</sup>, ocasionando hemorragias graves ou até mesmo o óbito do paciente (DELGADO, VIANA e FERNANDES, 2009).

Neste caso, acompanhou-se a trajetória de um paciente acometido por PTI, que se demonstrou refratário à tratamentos anteriores, para a conquista do novo tratamento à base de Revolade® por meio judicial no município de Miguel Pereira.

Desta forma, a pesquisa teve como objetivo principal analisar o processo de judicialização do

medicamento Revolade® com enfoque no município de Miguel Pereira, e como objetivos específicos visou-se discorrer sobre os esforços para a garantia do direito à saúde no Brasil, analisar o processo de judicialização de medicamentos de alto custo no país e realizar um estudo de caso para o município de Miguel Pereira.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1. O Direito à Saúde

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), defende que todo ser humano tenha o direito e acesso às condições dignas para assegurar a ele próprio e à sua família um padrão de vida que os possibilite garantir saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e outros serviços sociais indispensáveis. Ou seja, o direito à saúde está intimamente associado ao direito à vida, sendo assim impossível pensar em um dissociado ao outro (ONU, 1948).

No Brasil, o direito à saúde foi oficialmente conquistado com a chegada do Sistema Único de Saúde (SUS) juntamente com a criação da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Porém, ao contrário do que se possa imaginar, este direito não se restringe apenas à possibilidade de atendimento médico gratuito, ele também se estende a outros direitos básicos como educação, saneamento básico, atividades culturais e segurança (FIOCRUZ, 201?).

A CF/88 entende que o direito à saúde é um direito social, e desta forma busca assegurar o bem-estar e justiça social para todos os cidadãos brasileiros. Em seus textos, assim como no Art. 6º, onde, além da saúde, garante também o direito universal à educação, alimentação, moradia, segurança, previdência social e outros, o direito à saúde ganhou também uma seção inteiramente dedicada a ela, onde deixa claro o comprometimento e dever do Estado com a saúde da população (BRASIL, 1988).

Este comprometimento por parte do Estado pode ser exemplificado pelo recorte da CF/88 a seguir:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, Art. 196, par. 118).

A CF/88 entende que o direito à saúde é um direito social, e desta forma busca assegurar o bem-estar e justiça social para todos os cidadãos brasileiros. Em seus textos, assim como no Art. 6º, onde, além da saúde, garante também o direito universal à educação, alimentação, moradia, segurança, previdência social e outros, o direito à saúde ganhou também uma seção inteiramente dedicada a ela, onde deixa claro o comprometimento e dever do Estado com a saúde da população (BRASIL, 1988).

A partir de então, após a criação da CF/88 e do estabelecimento do SUS, o qual visava a diminuição das desigualdades relativas à assistência à saúde da população, o SUS necessitou passar por algumas fases de regulamentação. Para isto, surgiram a Lei nº 8.080/90 e a Lei nº 8.142/90, as quais estabelecem as normas para proteção, promoção e recuperação da saúde para todos.

A partir da Lei nº 8.080/90 ficaram regularizadas também as normas relativas à assistência terapêutica, a qual é garantida a seguridade até mesmo quando há falta de protocolo clínico ou de diretriz farmacêutica para a dispensação de determinado medicamento. A Lei esclarece que para estes casos, se for a âmbito Estadual, o fornecimento será combinado na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), e se for a âmbito Municipal, a responsabilidade pelo fornecimento será decidido na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) (BRASIL, 1990, Art. 19-M).

A CIT ocorre à nível Nacional, de forma paritária por representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. Neste são definidas diretrizes, estratégias, programas, projetos e alocações de recursos do SUS. Já a CIB ocorre à nível Estadual de forma paritária por representantes da Secretaria Estadual de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde, indicados pelo Conselho de Secretários Municipais de Saúde, e inclui de maneira obrigatória o Secretário de Saúde da Capital do Estado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

Já a partir da Lei nº 8.142/90, foram criados os Conselhos e as Conferências de Saúde como espaços vitais para o exercício do controle social do SUS. Um destes é a Conferência da Saúde que garante que a cada quatro anos os membros de vários segmentos sociais se encontrem e discutam para avaliar a situação do setor e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes (BRASIL, 1990, Art. 1º)

Porém, apenas a criação destas leis, ou mesmo a criação do próprio SUS, não é garantia para que o mesmo seja resguardado. É necessário que existam políticas públicas fortes e contínuas para garantir a seguridade orçamentária necessária para a validação do mesmo (PAIXÃO, 2019).

Desde sua criação o SUS enfrenta dificuldades para garantir o acesso universal e integral aos serviços de saúde e a situação vem se agravando com o tempo. Isso se deve à insuficiência encontrada para o financiamento público e à diminuição de verbas que são esperadas para os próximos anos (VIEIRA e BENEVIDES, 2016).

O subfinanciamento e as insuficiências da gestão local do SUS são algumas das dificuldades que mais impactam diretamente os profissionais que trabalham com saúde. O subfinanciamento diz respeito aos recursos que são destinados à operacionalização e financiamento do SUS, e este encontra-se muito abaixo do necessário para o pleno funcionamento de todos os atores do setor. Já o que diz respeito às insuficiências da gestão local, é relacionado à gestão municipal, a qual, embora funcione mais próximo do cidadão e, desta forma, enxergue suas necessidades mais de perto, o quadro de funcionários nem sempre possuem a formação e treinamento necessário para atender às necessidades da comunidade, o que por vezes acarreta em filas e demora na conclusão dos atendimentos (REIS, ARAÚJO e CECÍLIO, 2012)

Devido às constantes mudanças nas políticas públicas no Brasil, a sociedade pode ser impactada de diversas formas, sejam elas positiva ou negativamente, incluindo no âmbito da saúde. Como exemplo recente temos a Emenda Constitucional (EC) 95 de 2016, que ficou conhecida quando ainda estava em seu estágio de aprovação pelo Congresso Nacional Brasileiro como Projeto de Emenda Constitucional (PEC), e à época fora chamada de PEC

241. Esta EC impacta diretamente na vida dos cidadãos brasileiros por 20 anos, e que também afeta a saúde. Os defensores de referida Emenda esperam que a redução dos gastos públicos seja compensada com os gastos privados, e que a partir de então o país entre em uma rota de crescimento garantida pelo setor privado. Mas na prática a EC diminui, na verdade, a capacidade de resposta e implica em menos esforços por parte do Estado para garantia dos direitos sociais já garantidos anteriormente na CF/88, reduzindo a participação das despesas tanto em educação quanto em saúde em proporção ao Produto Interno Bruto (PIB) do país (VIEIRA e BENEVIDES, 2016).

Desta forma, a partir do aumento das dificuldades para a efetivação do direito à saúde, aqueles que dispuserem de recursos financeiros ficarão inclinados a recorrer ao mercado privado (aos planos de saúde) para atenderem suas necessidades, e aqueles que estiverem cientes dos seus deveres garantidos em lei e que possuem meios de exigi-los (possuindo recursos financeiros ou não), caminharão para o processo de

judicialização. Estudos apontam que entre os anos de 2016 e 2017 o número de processos relacionados ao direito à saúde aumentou em 50%, sendo este aumento representado apenas as demandas que foram efetivamente apresentadas ao Poder Judiciário, o que indica que o número real de solicitações pode ser ainda maior (VIEIRA e BENEVIDES, 2016; PAIXÃO, 2019).

## 2.2 O Processo de Judicialização de Medicamentos de Alto Custo

Após a criação do SUS e de sua regulamentação, o Ministério da Saúde lançou a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, onde ela, além de reforçar os direitos já garantidos em lei, serve também como ferramenta de educação e informação ao cidadão brasileiro acerca de seus direitos. A carta é baseada em seis princípios básicos de cidadania que “asseguram ao cidadão o direito básico ao ingresso digno nos sistemas de saúde, sejam eles públicos ou privado” (BRASIL, 2007).

Os seis princípios básicos fundamentais Carta são:

- 1) Todo cidadão tem direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde;
- 2) Todo cidadão tem direito a tratamento adequado e efetivo para seu problema;
- 3) Todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação;
- 4) Todo cidadão tem direito a atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores e seus direitos;
- 5) Todo cidadão também tem responsabilidades para que seu tratamento aconteça da forma adequada;
- 6) Todo cidadão tem direito ao comprometimento dos gestores da saúde para que os princípios anteriores sejam cumpridos (BRASIL, 2007, pag. 1).

Segundo o primeiro e o sexto princípios fundamentais expressos na Carta ficam claro que todo cidadão brasileiro tem direito ao acesso à saúde, e que a garantia deste direito é de responsabilidade do Estado. Isto também inclui o direito à Assistência Farmacêutica (AF), a qual foi reforçada pela publicação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) em 2004, que diz que a AF é “parte do cuidado à saúde individual ou coletiva, tendo no medicamento o insumo essencial, cujo acesso deve ser garantido mediante uso racional do mesmo” (VIEIRA, 2010).

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2004), que é veiculada à Organização Mundial da Saúde (OMS), descreve a AF da seguinte maneira:

Assistência Farmacêutica é o conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando o acesso e ao seu uso racional. Este conjunto envolve a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como a sua seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação, garantia da qualidade dos produtos e serviços, acompanhamento e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população (OPAS, 2004).

A OMS (2007, apud OLIVEIRA, BERMUDEZ e OZÓRIO DE CASTRO, 2007), também define a AF como sendo:

Um grupo de serviços e atividades relacionados com o medicamento, destinados a apoiar as ações da saúde que demanda a comunidade, os quais devem ser efetivados através da entrega expedita e oportuna dos medicamentos a pacientes hospitalizados e ambulatoriais, garantidos os critérios de qualidade na farmacoterapia (OMS, 2007, apud OLIVEIRA; BERMUDEZ; OZÓRIO DE CASTRO 2007, pag. 14).

Porém, quando a AF falha e não é possível atender às necessidades do paciente em relação à determinado medicamento, este se vê obrigado a partir para processos judiciais a fim de garantir que seu direito à saúde, já garantido prévia e constitucionalmente, seja respeitado.

Isto acontece tanto em relação à medicamentos essenciais em falta da rede pública quanto com aqueles que ainda não são incorporados pelo SUS. Porém, nestes casos, deve-se atentar para o uso racional dos medicamentos e esta tarefa fica direcionada unicamente ao prescritor do remédio, ou seja, o médico. Isto se dá pelo fato do setor judiciário não apenas não estar preparado para averiguar a integralidade das ações de assistência farmacêutica, mas como também não ter legitimidade para cumprir esta função (FIGUEIREDO; PEPE; OSORIO-DE-CASTRO, 2010).

Isto mostra que o médico é também uma figura ativa e de suma importância neste mecanismo, pois ele é o responsável direto por garantir que o uso do medicamento seja feito de forma racional. Desta forma, é ele quem carrega a obrigação de não prescrever além da necessidade do paciente e, desta forma, não utilizar recursos públicos além do necessário.

Sendo assim, para saber quais medicamentos estão disponíveis na rede pública, foi criada a Política Nacional de Medicamentos (PNM). Esta tem como objetivo a garantia do acesso à população aos medicamentos considerados essenciais, e desde então conta com a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), a qual tem sido atualizada periodicamente desde os anos 2000, seguindo a recomendação da OMS. Alguns medicamentos de alto custo também se encontram na lista e, além desta, “o sistema de saúde público brasileiro possui, em suas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal), outros elencos de medicamentos selecionados, tais como os de dispensação excepcional e os programas de distribuição de medicamentos para doenças específicas”, o que aumenta a possibilidade de cobertura farmacêutica para os medicamentos de alto custo (PEPE, 2010).

## **2.3Revolade®**

### **2.3.1 Trombocitopenia, o caso da Púrpura Trombocitopênica Idiopática (PTI)**

As plaquetas são fragmentos de células presentes no sangue, e após serem liberadas da medula óssea, elas são sequestradas pelo baço por 24 a 48 horas. O valor normal das taxas de plaqueta no sangue são entre 140.000/mm<sup>3</sup> e 450.000/mm<sup>3</sup>, e sua função está associada à hemostasia primária (série complexa de fenômenos biológicos que ocorre em imediata resposta à lesão de um vaso sanguíneo com objetivo de deter a hemorragia) e à coagulação do sangue (GUERRA, 2003; CAGNOLATI et al., 2015).

As trombocitopenias ocorrem a partir da diminuição de produção de plaquetas pela medula óssea, pelo aumento da destruição destas e por outras causas, como sequestro esplênico, que é caracterizado pela diminuição da concentração de hemoglobina comparada ao valor basal do paciente, e pelo aumento da produção das hemácias e das dimensões do baço. O aumento do número de células da medula óssea indica destruição ou consumo plaquetário, e a sua diminuição indica menor produção destas (GUERRA e CAMPÊLO, 2003; BRUNIERA, 2007).

A Púrpura Trombocitopênica Idiopática (PTI) é uma doença causada pela diminuição das taxas de plaquetas no sangue, causado pelo próprio baço do paciente, ainda por um mecanismo desconhecido, que faz com que as plaquetas se tornem desconhecidas do próprio organismo (LOPES, 2009).

A PTI é uma das doenças hemorrágicas mais comuns na infância, e ocorre previamente em crianças

sadias, entre 4 a 8 anos de idade, com uma frequência de 4 a 8 casos por 100.000 por ano (DELGADO; VIANA; FERNANDES, 2009).

Considerada em sua fase aguda, quando apresentada até os 6 primeiros meses do surgimento, e crônica após este período, a PTI, embora não tenha causa específica conhecida, está relacionada à gestação, infecções virais e vacinação (MAGALHÃES JÚNIOR, 2013).

A PTI acomete principalmente mulheres em idade reprodutiva, e quando o quadro é apresentado em gestantes, estas requerem cuidados especiais do ginecologista combinado ao hematologista, visto os riscos de hemorragias que podem levá-la a óbito (PADOVANI et al., 2012).

O diagnóstico da PTI ocorre de forma excludente, de maneira a excluir a possibilidade de ocorrência de outras doenças como câncer e lúpus. Os primeiros sintomas são o surgimento de manchas vermelhas na pele e/ou petéquias (manchas puntiformes causadas por pequenas hemorragias na pele ou mucosa) (DE LIMA; DA SILVA; RODRIGUES, 2015).

Ainda não há um tratamento específico para a PTI nem no Brasil, nem no mundo, e os procedimentos realizados dependem da gravidade do quadro do paciente. Estes procedimentos seguem desde o uso de corticoides, imunoglobulina, partindo para a esplenectomia (cirurgia de retirada de baço), caso este seja refratário aos demais tratamentos, e em caso de ainda assim não obter resposta, utiliza-se o eltrombopag (MAGALHÃES JÚNIOR, 2013).

### 2.3.2 Eltrombopag

O eltrombopag é um novo agonista do receptor de trombopoietina oralmente ativo que estimula o processo de formação das plaquetas (MCHUTCHISON et al., 2007). Como a PTI envolve a destruição de plaquetas por meio de anticorpos, além da redução da produção de plaquetas, a estimulação da produção plaquetária pode ser um tratamento eficaz para esse transtorno (BUSSEL, et al., 2007).

A bula do Revolade®, o qual a substância ativa é o eltrombopag, indica que a dose inicial do medicamento deve ser de 50mg uma vez ao dia, e que o mesmo deve ser utilizado em pacientes acima de 18 anos ou para uso pediátrico acima de 6 anos, em caso de refratariedade de tratamento com corticoides e imunoglobulina, ou para os casos de retirada de baço sem resposta significativa nas taxas plaquetárias.

É importante frisar que o tratamento com eltrombopag não tem o objetivo de normalizar a contagem plaquetária, mas sim de deixá-las a um nível em que as contagens não apresentem risco de hemorragias (SAVIGNON; MATHEUS, 2012).

Para os pacientes com a versão crônica da PTI que iniciaram o uso do medicamento, o uso diário do Revolade® (Figura 1) é indispensável para a garantia da preservação da vida destes. Este é um medicamento de alto custo, chegando a R\$5.165,21 a caixa de 50mg e R\$2.582,36 a caixa de 25mg, ambas com 14 comprimidos, sendo necessário o uso de pelo menos duas caixas por mês do mesmo para o acompanhamento do tratamento (4BIO, 2020).

**Figura 1: Revolade de 25mg e 50mg.**



Fonte: Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia

Atualmente o Revolade® não consta na lista do RENAME e sua inclusão facilitaria o acesso à tal medicamento e diminuiria a necessidade de demanda judicial para o acesso ao mesmo. Em relatório publicado em janeiro 2016, o RENAME informou que embora o uso do medicamento seja útil para o tratamento da PTI, a não inclusão do medicamento se deve às suas reações adversas graves, como a tromboembolia venosa (combinação entre trombose venosa profunda e embolia pulmonar, que causa coágulos no interior das veias profundas) ocasionada pelo uso à longo prazo, além de outras funções adversas ainda não conhecidas (RENAME, 2016).

Porém, por conta do alto custo do medicamento, e por este ser imprescindível à garantia de vida do paciente, a busca pela judicialização do medicamento não é algo incomum. Em consulta ao site Jusbrasil, observou-se um resultado de 2.492 casos recentes de demandas judiciais relativos ao medicamento em todo o Brasil (JUSBRASIL, 2020).

### **3. MATERIAIS E MÉTODOS**

O presente trabalho conta com uma revisão de literatura e um breve estudo de caso acerca de um paciente residente do Município de Miguel Pereira e, desta forma, a metodologia se desenvolveu de duas maneiras.

Para a parte relativa à revisão bibliográfica, foram utilizados artigos científicos, teses de mestrado, livros, artigos de revista e outros materiais disponibilizados pela comunidade científica pesquisadora sobre o direito à saúde, a judicialização de medicamentos de alto custo, sobre o medicamento Eltrombopag, e sobre a Púrpura Trombocitopênica Idiopática (PTI).

A pesquisa foi feita utilizando materiais disponibilizados nas plataformas Google Acadêmico, Scielo, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, a Minerva, da UFRJ, sites do governo e jurídicos. Para tal, foram utilizadas palavras chave para a pesquisa como SUS, direito à saúde, judicialização de medicamento, Assistência Farmacêutica, Revolade e PTI.

Em relação ao estudo de caso, o paciente fora entrevistado algumas vezes durante todas as fases

processuais, onde descreveu a rotina por ele realizada para a realização da aquisição do medicamento. O primeiro contato ocorreu antes da entrada do pedido frente à Defensoria Pública, onde foram apresentados todos os documentos médicos que o paciente possuía. Os contatos seguintes ocorreram no meio do processo, enquanto o mesmo entrava em contato autoridades competentes da defensoria pública e durante sua busca pelos orçamentos solicitados. Por fim, os últimos contatos foram no momento da compra do medicamento e logo após a entrega destes.

#### **4. ESTUDO DE CASO: MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA**

Como forma de analisar o processo de judicialização do medicamento Revolade® no município de Miguel Pereira, acompanhou-se o caso do paciente Gabriel Silveira Dias, hoje com 21 anos de idade, diagnosticado com PTI aos 17 anos e acompanhado desde então pela Dra. Claudia Máximo, Hematologista e chefe da Hematologia do Hemorio, hospital de referência do seguimento no Estado do Rio de Janeiro.

O paciente relatou que para conseguir o medicamento por meio da judicialização do mesmo foi necessário a abertura do processo junto à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, localizada no Fórum Municipal. Nesta ocasião, ele apresentou a documentação comprobatória da doença, os quais foram:

- Laudo médico explicando quais os sintomas e danos da doença à saúde no geral;
- Laudo médico com exames que comprovavam que ele estava acometido pela doença;
- Laudo médico explicando em que grau de risco ele se encontrava perante à doença.
- Laudo médico explicando a importância do tratamento com a utilização do Revolade®, e o porquê da utilização deste ser indispensável, e
- Apresentação de documentos comprovando que outras vias de tratamento já haviam sido testadas anteriormente, porém sem o sucesso desejado.

Após a abertura do processo, o paciente precisou recolher uma gama de orçamentos em farmácias distintas para avaliar os diferentes preços do medicamento. Porém, como se trata de um remédio de difícil acesso e com poucas opções de farmácias que oferecem a venda do mesmo, foi permitido um número menor de orçamentos para facilitar o andamento processual.

Na fase inicial do tratamento, os orçamentos foram recolhidos para períodos de tempos diferentes, como por exemplo para um, dois ou três meses de tratamento. O motivo disto é porque uma vez que ainda não se sabia quanto tempo o paciente iria necessitar da medicação, nem se esta surtiria o efeito esperado, era preferível iniciar a compra do medicamento para um período menor de tempo, e evitar assim, a compra excessiva e desnecessária do mesmo.

Com toda a documentação em mãos, a defensoria pública encaminhou o pedido para o juiz competente averiguasse a viabilidade de garantia do tratamento pelo tempo que o paciente necessitasse. No caso deste paciente, todas os processos retornaram respostas positivas pelo poder judiciário.

Na primeira compra, o paciente relatou ter conseguido autorização do necessário para apenas um mês de tratamento, mas que como o mesmo necessitou dar continuidade com a medicação, as solicitações posteriores foram atendidas para períodos maiores de tempo. Esta foi a terceira compra do medicamento que o paciente realizou e, desta vez, o pedido foi aceito para o prazo de 3 meses de tratamento.

Após a resposta positiva do juiz, este emitiu uma intimação para a farmácia da prefeitura do município de Miguel Pereira para que esta realizasse a compra do medicamento. Porém, devido ao curto



prazo disponível para a realização da compra, a farmácia não teria tempo hábil para a realização dos trâmites necessários, e sendo assim solicitou que o paciente o fizesse.

O processo então retornou para a defensoria, onde foram recolhidas as assinaturas do juiz responsável e do defensor público autorizando o procedimento. O processo foi então encaminhado para um Oficial de Justiça que acompanhou o paciente até o Banco onde o mesmo é correntista e lá foi feito um arresto junto ao CPF do paciente para que ele realizasse a compra dentro do prazo de três dias úteis a partir da assinatura do documento.

Após a realização da compra do medicamento, o paciente apresentou a nota fiscal junto ao Fórum Municipal, com os valores declarados para a realização da compra, dando assim, final ao processo. Ele ainda declarou que em caso de necessidade de nova compra, todo o processo descrito nesta seção deve ser repetido.

Todo este processo demorou em torno de um mês, desde a entrada do pedido junto à Defensoria Pública até a compra do medicamento, porém este prazo pode variar de acordo com a disponibilidade de funcionamento do Fórum. Em períodos como recessos e feriados, por exemplo, este prazo pode chegar a dois ou três meses.

## 5. DISCUSSÕES

A garantia do direito à saúde e à vida defendida na CF/88, em muitos casos ainda não se mostra suficiente para muitos cidadãos, uma vez que quando este necessita dar entrada em um processo judicial, seja por falta do medicamento na rede pública ou pela não abrangência do medicamento pelo SUS, o pedido ainda tem a chance de ser negado.

Para o caso em estudo, mesmo com a resposta do processo demorando em torno de um mês para ser divulgada, esta retornou positiva e, assim, os inconvenientes relativos à burocratização e ao prazo extenso na finalização do processo foram compensados pela conquista do direito ao tratamento adequado.

O ideal então, para que a população inteira tivesse o real acesso ao direito universal e integral às políticas públicas, seria que todas as demandas fossem atendidas plenamente, sem que sequer houvesse a necessidade de enfrentar a judicialização para estes casos.

Observou-se também que ainda há uma grande quantidade de medicamentos que não constam na lista do RENAME. Isto pode dificultar o acesso a tais remédios, caso exista alguma falha de comunicação no momento em que o paciente der entrada com o pedido na justiça ou no decorrer do processo, seja por culpa do médico (caso o mesmo não especifique corretamente a necessidade de utilização do novo medicamento) ou por culpa do juiz responsável por averiguar o caso (caso este interprete de forma equivocada a não necessidade o remédio para o paciente). No caso do Revolade®, o fato do medicamento não estar inserido na lista do RENAME não foi motivo para o impedimento da compra do mesmo.

Outro ponto importante a ser observado é o prazo do andamento processual. Este, por ficar dependente da disponibilidade dos prazos de funcionamento do Fórum Municipal, como no caso do município de Miguel Pereira, pode acarretar em longos períodos de espera, caso o paciente dê entrada no processo próximo a algum dos longos períodos de recesso constantes no calendário, como no final/início de ano e carnaval, por exemplo.

Este tempo de espera, que é praticamente apenas o período para obter a resposta positiva ou negativa do judiciário, pode ser crucial para o andamento do tratamento, caso o paciente tenha que interrompê-lo por

conta da espera de sua próxima leva de medicamentos. Além disto, há também a possibilidade de que os orçamentos recolhidos fiquem defasados, se porventura a resposta final do processo se estenda para mais de um mês desde o dia da coleta destes.

Para um paciente com PTI, em que um número de contagem plaquetária muito baixa pode significar danos graves a saúde e até mesmo custar a própria vida, todos estes contratempos ferem diretamente a garantia de seu direito à vida e expressos pela Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, onde diz que diz que “todo cidadão tem direito a atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores e seus direitos”, e isto mostra que mesmo que o processo de judicialização responda positivo ao final do processo, o direito à vida do indivíduo ficou fragilizado.

Para o paciente em estudo, o mesmo relatou que em determinada ocasião, quando precisou ficar sem medicação por um período de uma semana, as suas taxas plaquetárias baixaram a menos de 10.000/mm<sup>3</sup>, o que ocasionou em hematomas pelo corpo todo e uma pequena hemorragia craniana. Isto mostra que o tempo de espera para a garantia do medicamento para estes pacientes é fundamental e está intimamente ligado ao direito à vida.

Por outro lado, ainda que exista esta demora na resposta e o longo tempo do processo em andamento, a conquista do medicamento ao final deste é uma vitória para os pacientes que não teriam condições financeiras para custear o tratamento como necessário, como é o caso do Gabriel. Isto mostra os esforços para que o SUS funcione de maneira democrática e atenda às perspectivas constitucionais para que fora criado.

Porém, para que o cidadão tenha seus valores e seus direitos defendidos de fato, o ideal seria que houvesse uma desburocratização do setor, para que as necessidades individuais e particulares de cada paciente fossem de fato respeitadas. Isto seria possível se houvesse uma maior ampliação na lista de medicamentos amparados pelo SUS, desde os mais baratos até os mais caros. Desta forma, os pacientes não necessitariam mais ficar em filas de espera por tanto tempo, muito menos com a incerteza se irão ou não conseguir o tratamento adequado para a doença a qual estão acometidos.

## 6. CONCLUSÃO

A conquista do SUS veio para garantir o direito à saúde de maneira universal e integral para todos os cidadãos e, mesmo que esta ainda não seja a realidade do setor na prática, os esforços para que isto aconteça devem ser reconhecidos.

O processo de judicialização demonstrou-se eficaz para pacientes que necessitam de medicamentos de alto custo, uma vez que, mesmo que o remédio não conste na lista do RENAME, este ainda é possível de ser adquirido via processo judicial.

O prazo para o paciente conseguir o medicamento, sendo este desde a entrada com o pedido via processo judicial até a efetivação da compra, ainda pode acarretar em problemas para o sucesso do tratamento, pois por este não ser fixo e acumular períodos de recessos e feriados, pode colocar em risco a saúde do paciente.

Desta forma, conclui-se que apesar dos imprevistos e demoras na conclusão dos processos, a judicialização de medicamentos de alto custo, de maneira geral, funciona e é uma aliada para os pacientes que não teriam condições de garantir o custeamento de todo o período do tratamento.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Casa Civil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 20, 1990.

BRASIL, Casa Civil. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 1, 1990.

BRASIL, Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **Sistema Único de Saúde**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/sus/comissoes.php>> Acesso em: 24 Fev. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde**. 2. ed. Brasília. 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Entenda o SUS**. Para que serve a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais. Brasília. 14 Set. 2017. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/entenda-o-sus/52908-para-que-serve-a-relacao-nacional-de-medicamentos-essenciais#:~:text=Com%20papel%20estrat%C3%A9gico%20para%20as,seguro%20e%20nacional%20dessas%20tecnologias.>> Acesso em: 01 Jun. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS**. Eltrombopague olamina no tratamento da púrpura trombocitopênica idiopática (PTI). Brasília. 2018. Disponível em: <[http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatorios/2018/Relatorio\\_EltrombopagueOlamina\\_PTI\\_CP\\_27\\_2018.pdf](http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatorios/2018/Relatorio_EltrombopagueOlamina_PTI_CP_27_2018.pdf)> Acesso em: 02 Jun. 2020.

BRUNIERA, Paula. Crise de seqüestro esplênico na doença falciforme. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**, v. 29, n. 3, p. 259-261, 2007.

BUSSEL, James B. et al. Eltrombopag para o tratamento da púrpura trombocitopênica idiopática crônica. **New England Journal of Medicine**, v. 357, n. 22, p. 2237-2247, 2007

CAGNOLATI, D. et al. Hemostasia e distúrbios da coagulação. **Ribeirão Preto-SP**, p. 49-55, 2015.

DE LIMA, Thais Nogueira; DA SILVA, Joyce Beira Miranda; RODRIGUES, Aline Gritti. Púrpura trombocitopênica: auto-imune e trombótica. 2015.

DELGADO, Raquel B.; VIANA, Marcos B.; FERNANDES, Rachel AF. Púrpura trombocitopênica imune da criança: experiência de 12 anos em uma única instituição brasileira. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**, v. 31, n. 1, p. 29-36, 2009.

FIGUEIREDO, Tatiana Aragão; PEPE, Vera Lúcia Edais; OSORIO-DE-CASTRO, Claudia Garcia Serpa. Um enfoque sanitário sobre a demanda judicial de medicamentos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 20, n. 1, p. 101-118, 2010.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Direito à Saúde**. 201?. Disponível em: <<https://pensesus.fiocruz.br/direito-a-saude>> . Acesso em: 29 Fev. 2020.

GUERRA, João Carlos de Campos ; CAMPÊLO, Dirceu Hamilton Cordeiro. **TROMBOCITOPENIAS E TROMBOCITOPATIAS**. 2003.

HUMANOS, **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS**. Declaração Universal dos Direitos A Judicialização do Medicamento Revolade®: Um Estudo de Caso com Enfoque no Município de Miguel Pereira - Fabiana S. Rodrigues

Humanos. 1948.

JUSBRASIL. Revolade. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=revolade>>. Acesso em 18 Abr. 2020.

LOPES, Maria de C. S. **Púrpura trombocitopênica auto-imune**. Academia de Ciência e Tecnologia de São José do Rio Preto. 2009.

MAGALHÃES JÚNIOR, Helvélcio Miranda; **Terapêuticas, protocolo clínico e diretrizes: Púrpura trombocitopênica**. Portria nº -1.316. 22 Nov. 2013.

MCHUTCHISON, John G. et al. Eltrombopag para trombocitopenia em pacientes com cirrose associada à hepatite C. **New England Journal of Medicine**, v. 357, n. 22, p. 2227-2236, 2007.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora; BERMUDEZ, Jorge Antonio Zepeda; OSÓRIO-DE- CASTRO, Claudia Garcia Serpa. **Assistência farmacêutica e acesso a medicamentos**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Organização Mundial da Saúde.

**Assistência Farmacêutica**. Brasília. 06 Mai. 2004. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=356:assistencia-farmaceutica&Itemid=454](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=356:assistencia-farmaceutica&Itemid=454)>. Acesso em: 11 Abr. 2020.

PADOVANI, Tânia Regina et al. Púrpura trombocitopênica idiopática na gravidez. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, v. 14, n. 1, p. 22-23, 2012.

PAIXÃO, André Luís Soares da. Reflexões sobre a judicialização do direito à saúde e suas implicações no SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 2167-2172, 2019.

PEPE, Vera Lúcia Edais et al. Caracterização de demandas judiciais de fornecimento de medicamentos” essenciais” no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, n. 3, p. 461-471, 2019.

REIS, Denizi Oliveira; ARAÚJO, Eliane Cardoso de; CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira. **Políticas Públicas de Saúde no Brasil: SUS e pactos pela Saúde**. Unifesp. São Paulo. s/d. Disponível em: [http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca\\_virtual/esf/1/modulo\\_politico\\_gestor/Unidade\\_](http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_politico_gestor/Unidade_), v. 4, 2012.

RELAÇÃO Nacional de Medicamentos Essenciais. **Eltrombopag Olamina para o tratamento da Púrpura Trombocitopênica Idiopática (PTI)**. Brasília. 28 Jan. 2016.

CONSULTA em remédio. **REVOLADE: bula em pdf**. Disponível em: <https://consultaremedios.com.br/revolade/bula>. Acesso em 08 Mar. 2020.

SAVIGNON, Luiz Felipe; MATHEUS, Maria Eline. Uso do eltrombopag para tratamento da púrpura trombocitopênica imune. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 93, n. 3, p. 304- 309, 2012.

VARELLA, Drauzio. UOL. Púrpura Trombocitopênica Idiopática. 201?. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/purpura-trombocitopenica-idiopatica/>>. Acesso em: 01 Mar. 2020.

VIEIRA, Fabiola Sulpino. Assistência farmacêutica no sistema público de saúde no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 27, p. 149-156, 2010.

VIEIRA, Fabiola Sulpino; BENEVIDES, RP de S. O direito à saúde no Brasil em tempos de crise econômica, ajuste fiscal e reforma implícita do Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 10, n. 3, p. 1-28, 2016.

VIEIRA, Fabiola Sulpino; BENEVIDES, Rodrigo Pucci de Sá. **Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil**. 2016.

# A PERCEPÇÃO DOS FISCAIS DE CONTRATOS PÚBLICOS

Fernanda da Silva Vieira<sup>1</sup>; Paulo Cesar Pereira<sup>2</sup>

(1) Graduanda da Faculdade de Miguel Pereira, fernanda.vieiral6@hotmail.com

(2) Docente da Faculdade de Miguel Pereira - Orientador, prof.paulopereira.uss@hotmail.com

**RESUMO.** O trabalho de um fiscal de contratos públicos excede a esfera da garantia do cumprimento da lei, é através da sua atuação que o respeito aos cidadãos será aplicado. Estando estabelecido na Lei 8666/93, é o responsável não apenas anotar possíveis irregularidades como também determinar o que é preciso para regularizá-las, nos contratos assumidos com a Administração Pública. A sua atuação será o escopo deste trabalho que visa evidenciar não somente a importância e o funcionamento deste profissional, como também compreender que o seu trabalho é essencial para que sejam respeitadas às partes envolvidas no processo contratual, a sociedade e o próprio profissional. O trabalho foi desenvolvido através de plataformas de pesquisas confiáveis, levando em consideração sempre artigos sérios e de referência, de forma exploratória e bibliográfica descritiva. A partir da leitura dos autores das recomendações legais percebe-se que a eficiência esperada pela função de fiscais de contratos, está diretamente ligada ao grau de informação e conhecimento que ele detém sobre a própria função e que a expectativa de que tenha atuação idônea e profissional colabora para que a gestão pública tenha a legitimidade, transparência e ética que são inerentes a uma administração voltada aos seus cidadãos. Esperamos que cada vez mais a indicação de fiscais de contratos sigam estes eixos, a fim de cada vez mais aproximarmos do modelo de administração gerencial.

Palavras-chave: Fiscal de Contratos, Contratos públicos, Fiscalização.

## THE PERCEPTION OF PUBLIC PROCUREMENT INSPECTORS

**ABSTRACT.** *The work of a public tax contract exceeds the sphere of guaranteeing compliance with the law, it is through its performance and respect for citizens will be applied. Being established in Law 8666/93, it is responsible not only for possible irregularities but also to determine what is necessary to regularize them, in the contracts assumed by the Public Administration. Your performance will be as the scope of this work that aims to prove not only the importance and functioning of this professional, but also to include what your work is essential for in order to be respected or considered pieces executed in the contractual process, a society and the professional himself. The work was developed through research platforms, always considering scientific and reference articles, in an exploratory and descriptive bibliographic way. From the reading of the authors of the legal recommendations, which are optimized for the functions of tax taxes, it is directly limited to the level of information and knowledge it detects about the functions themselves and what are the expectations of those who use and identify professional collaboration so that the public management has legitimacy, transparency and ethics that are inherent to an administration aimed at its citizens. We expect that more and more tax indications will follow these axes, more and more the approximations of the managerial administration model.*

*Keywords: Contract inspector, Public procurement, Inspection.*

Vieira, Fernanda da Silva

A Percepção dos Fidejussivos de Contratos Públicos / Fernanda da Silva Vieira.  
- Miguel Pereira: 2020.  
, 10 f. ; 29,7 cm.

Orientador: Paulo Cesar Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em Curso de Tecnologia em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira,  
2020.

Inclui Bibliografias.

1. Fiscal de Contratos. 2. Contratos públicos. 3. Fiscalização. I. Pereira,  
Paulo Cesar. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. INTRODUÇÃO

O que rege um acordo entre partes que visam atingir fins públicos ou sociais é a manutenção de um contrato administrativo. A partir da feição do mesmo, as partes envolvidas, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas, ficam sujeitas às condições para um bom desenvolvimento da ação regida pelo contrato.

Para que não haja desequilíbrio entre as partes envolvidas é necessário que exista um profissional responsável por fiscalizar o conteúdo desses contratos, sendo ele o fiscal de contratos. É de sua função, por exemplo, que seja averiguado se a Administração não está recorrendo às cláusulas exorbitantes para com o contratante que, por vezes, possui menor entendimento do direito público.

É possível averiguar que quando a fiscalização falha por algum motivo, seja por erro do profissional ou do processo administrativo, vemos que as mazelas e consequências podem recair sobre quem sequer está envolvido nas partes contratuais. Exemplificando a supracitada afirmação, é o caso de situações em que erros na execução de obras públicas acabam prejudicando o bom funcionalismo da dinâmica social de alguma cidade.

Dessa forma, a figura do fiscal de contratos está oficializada na Lei 8.666/93 em seu artigo 67, caput. No dito artigo fica evidente a necessidade de fiscalização contratual por um representante da Administração, ao qual cabe não apenas anotar possíveis irregularidades como também determinar o que é preciso para regularizá-las.

O presente trabalho objetiva salientar a importância profissional do fiscal de contratos, suas competências, obrigações e no que acarretará de danoso caso estas não sejam efetivamente levadas com a seriedade que necessitam. Não obstante, será levantado também exemplificações da falta de aplicação correta do fiscal de contratos.

O trabalho justifica-se em decorrência da gama de problemas observados em diferentes localidades e esferas que acabam por prejudicar pessoas que não estão envolvidas no processo da Administração Pública. Se algo de errado acontece no planejamento de uma obra pública, por exemplo, e não é verificado no ato da fiscalização isso causará problemas para a população. Ou seja, a atuação séria, profissional e eficaz de um fiscal de contratos tem um peso muito grande para que o mesmo não aja de forma coerente com a responsabilidade que lhe é exigida.

Para a elaboração deste trabalho de pesquisa serão usadas plataformas de busca de caráter bibliográfico. Os artigos norteadores foram selecionados através de strings de busca “fiscal de contratos” no Google *Scholar*, dos quais foram escolhidos aqueles que mostravam uma maior utilização em trabalhos previamente realizados. Com relação ao caráter, esta será uma pesquisa descritiva, a fim de pormenorizar as características da atuação profissional do fiscal de trabalho, e explicativa, visando demonstrar a prática positiva e negativa do dito profissional.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Foi concluído após as leituras para realização deste trabalho que alguns apontamentos e evidências mostradas por alguns autores e leis são de extrema importância para a compreensão da temática como um todo.

Em um primeiro momento é preciso evidenciar que ao fiscal de contratos caberá o atento olhar

de cada aspecto da execução do contrato tendo de ser altamente perspicaz e conhecer a caracterização do objeto contratado para que consiga atender à sua resolução. Em 2010, depois da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), a importância da atuação deste profissional ficou em evidência:

Alterações da Súmula 331. Nova redação do item IV. Acrescenta os itens V e VI.

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE.

I— A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei no 6.019, de 03.01.1974).

II— A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III— Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei no 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV— O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V— Os entes integrantes da administração pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI— A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação.

Sendo o foco do trabalho a atuação do fiscal, cabe dizer que o fiscal não trabalha sozinho. É imprescindível que haja um profissional que responda pela parte contratada e que ambos os profissionais estejam em contento com os saberes envolvidos no contrato para a plena execução dos serviços acordados entre as partes. Esta garantia visa que os processos envolvidos na fiscalização respeitem a idoneidade e transparência de ambas as partes, como mostra o trecho a seguir:

Designa, em atenção a disposição legal contida no art. 67 da Lei no 8.666/1993, representantes da administração para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e mantenha essa designação atualizada. Aperfeiçoe os mecanismos existentes tornando-os transparentes, seguros e rastreáveis de modo a permitir verificar quantidade e qualidade dos serviços prestados e somente pague os serviços prestados na totalidade, mediante evidencia documental da realização dos serviços contratados, de acordo com a qualidade prevista no edital da licitação e após o efetivo controle dos fiscais do contrato, conforme disposto nos arts. 66 e 67 da Lei no 8.666/1993. Exija formalmente das empresas contratadas a designação de preposto a ser mantido no local dos serviços, para representá-las durante a execução do contrato de prestação de serviços, em atenção à disposição contida no art. 68 da Lei no 8.666/1993 e ao disposto no Decreto no 2.271/1997, art. 4o, inciso IV. (TCU. Acórdão 265/2010 Plenário).



**Figura 1: Lei 8666/93**

LEI Nº 8.666/93	Orientação	Estabelecer normas e diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato;
	Fiscalização	Verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmar o cumprimento das obrigações tanto no aspecto técnico quanto nos prazos de realização;
	Interdição	Paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado;
	Intervenção	Assumir a execução do contrato
	Aplicação penalidade	É dever da Administração quando verifica a inadimplência do contratado na realização do objeto, no cumprimento de prazos ou qualquer outra obrigação.

Fonte > Cadernos Enap

Analisando as lições de Hely Lopes Meirelles (1993), é possível salientar as fases inerentes ao acompanhamento do trabalho de um fiscal quando no ato de supervisionar a execução de um contrato. São elas: fiscalização, orientação, interdição, intervenção e aplicação de penalidades contratuais.

Como dito anteriormente, é extremamente necessário que esses profissionais estejam a par de conhecimentos e atualizações não apenas da parte técnica da execução, mas também estar em sintonia com todo o labor administrativo que rege a sua atuação, o que pode ser melhor compreendido com a figura a seguir:

Quando trazemos esse profissional para a esfera pública ainda é preciso esbarrar em uma outra questão: o acúmulo de funções, como bem explica Antônio França da Costa.

Considerada, na maioria das vezes, apenas mais uma formalidade a ser cumprida durante a execução dos contratos, a fiscalização dos contratos tem sido relegada a um segundo plano, colocada como uma atividade acessória que se soma a outras atividades ordinárias do servidor. Não é incomum que se nomeie o fiscal de contratos sem lhe desincumbir de outras tarefas que lhe são afetas, sem considerar que será necessário dedicar parte de seu tempo ao labor de fiscal. Outras tantas vezes, a capacidade técnica do servidor a ser nomeado é desconsiderada pela autoridade que o nomeia. (Aspectos gerais sobre o fiscal de contratos. Revista do TCU, n. 127, p.60).

Uma situação que precisa ser igualmente evidenciada é a da contratação fictícia de um fiscal de contratos. O que caracteriza, além de desonestidade, uma ilegalidade prevista no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93:

Artigo 67 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Por fim, para uma boa atuação do fiscal, é essencial que este esteja munido de todo e qualquer documento que tenha fundamentado o contrato visando que não lhe falte munições para fiscalizar todo e

qualquer processo que possa estar em desacordo com o que foi previamente estabelecido, é um trabalho minucioso de conferência a fim de que não seja danoso para as partes envolvidas e também à população.

O fiscal do contrato deve ter acesso ao processo licitatório, termo de referência, projeto básico, contrato firmado e seus aditamentos, enfim, deve ter toda documentação necessária para que tenha domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado. (PELEGRINI, 2013, p.334)

### **3. METODOLOGIA**

O presente artigo foi realizado através de pesquisa exploratória e bibliográfica descritiva. As pesquisas exploratórias, segundo Gil (2008), são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

De acordo com Vergara (2004) uma investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

O estudo consiste no levantamento do conhecimento bibliográfico disponível em produções atuais sobre a atividade dos fiscais de contratos públicos, evidenciando os conceitos relacionados. O tema é especificamente tratado em suas relações com a gestão das aquisições nas organizações públicas.

### **4. DISCUSSÃO**

Para que seja iniciada a discussão é indispensável dissociar as impressões costumeiras de que o gestor e o fiscal de contratos são postos similares. A parte de gestão de contratos é de uma incumbência administrativa, responsável por possuir caráter decisório no processo de resoluções contratuais realizadas pela Administração contratante. Este dever figura-se além do planejamento até o findar do contrato, sendo assim importantíssimo respeitar o processo de forma eficaz e sem burlar a ética, a probidade e a moralidade administrativa.

As afirmações encontradas em Garcia et al. (2011) acerca das atribuições do fiscal cabe a este profissional atuar sobre as questões de prazo contratual, a comunicação frequente e essencial entre fiscal e gestor para que não haja desconformidades na execução. Também foi apontado sobre a metodologia do trabalho como, por exemplo, anotar detalhadamente as ocorrências encontradas, averiguar de perto as notas fiscais e estar sempre a par de toda a documentação que fundamente o contrato. Fica claro, portanto, que ambos os profissionais supracitados possuem atribuições diferentes, com perfis profissionais diferentes e cada qual com suas responsabilidades.

Quando é dito que o cabe ao fiscal o acompanhamento dos pormenores contratuais está incluso nessa averiguação constante a identificação de erros e correções a serem feitas. É visto em Oliveira (2002) o caráter operacional da função do fiscal de contratos, afinal, não basta que sejam observadas falhas e/ou irregularidades. A operacionalidade do fiscal é salientada visto que muito além de notar os desvios, o fiscal precisa estar em constante comunicação tanto com os envolvidos no contrato como também estar preparado para reportar às autoridades competentes caso haja a necessidade de tal. O que exige deste profissional um saber profundo sobre aquilo que está fiscalizando.

Desta forma, o fiscal que identificar alguma desconformidade com o acordo contratual deverá reportar à autoridade competente para que a correção seja prontamente realizada. A não identificação de um erro contratual pode acarretar em prejuízo para ambas as partes, o que levanta a questão da incessante necessidade de capacitação do fiscal que precisa estar sempre em dinâmico aprimoramento pessoal para que não seja atropelado pelas frequentes mudanças legais e de jurisprudência.

Logo, o profissional que for designado para a fiscalização contratual precisa se manter atento para que as suas incumbências não sejam acúmulos descompassados que acarretarão em falhas e erros que podem vir a prejudicar não apenas as partes contratantes. Para viabilizar uma melhor condição para o trabalho do fiscal é importantíssimo que haja além da capacitação deste profissional, uma estrutura para trabalhar e também que o fiscal tenha um aparato de auxílio de outros servidores que inviabilizem o excesso de trabalho por parte do mesmo, afinal, um profissional sobrecarregado está mais sujeito a erros. O erro de um fiscal de contratos que atua na esfera pública tem uma direta relação com a sociedade ao qual está inserido o contrato/contratante, visto que um descompasso orçamentário, por exemplo, terá impacto para aqueles cidadãos que irão “perder” dinheiro que contribuíram.

Uma ferramenta que auxilia no cumprimento eficaz do fiscal é que esteja disponível a ele toda a documentação que rege o contrato. Somente em posse de toda a documentação que respalda o processo contratual o fiscal poderá averiguar as ocorrências corretas ou não que acompanharão o processo. Caso ocorram erros, munido destes documentos, será de responsabilidade do fiscal o informe ao gestor sobre tal para que haja a devida correção, caberá também ao fiscal informar as penalidades cabíveis (caso existam) caso esses erros não sejam reparados. Como vemos no artigo 69 da Lei de nº 8.666/93: “o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados”.

A atuação fictícia (seja por displicência ou por ausência do profissional) do fiscal acarreta no não cumprimento da sua essência profissional tão importante para a manutenção do respeito à ética contratual: acompanhar os processos contratuais para assegurar a conduta correta das partes envolvidas. Não respeitar a presença do fiscal de contratos é abrir mão de assegurar que os contratos serão igualmente respeitados, tendo assim precedente para que haja aplicação ineficaz e desonesta do dinheiro público. Como bem ressalta Santos (2013) “se não houver uma execução e uma fiscalização eficaz, eficientes e efetivas, há grande chance de desperdício de recurso público” (Santos, 2013, p.51).

Quando há uma falha na atuação do fiscal temos um problema que acarreta no quesito “social” da profissão que é, por vezes, ignorado. Para além do saber da dinâmica do profissional, é essencial atinar para o caráter social da ação do fiscal que é visto por Nery e Neri (2010). É muito instigante tentar reduzir a fiscalização à uma necessidade puramente orçamentária, contudo, no âmbito da Administração Pública é preciso sempre lembrar que o orçamento tem um público alvo: o cidadão. Um déficit orçamentário será um problema para a Administração pública, claro, contudo, isso irá reverberar para a sociedade. Por isso, a postura correta, fiel e idônea do fiscal frente ao minucioso exame do contrato para, por exemplo, controlar gastos desnecessários trará um ganho social muito importante para a qualidade de vida do cidadão.

Não se excetua da responsabilidade do fiscal o monitoramento do tempo de vigência do contrato, sendo de sua competência o cumprimento do prazo bem como a sinalização ao gestor caso este esteja caminhando para se exceder. Não obstante, o fiscal deverá também atentar-se para os custos que irão ser pagos pela Administração Pública a fim de que não sejam superfaturados, o que onera os cofres e sobrecarrega o planejamento orçamentário que poderia ser utilizado em outras questões de ordem pública.

## 5. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou evidenciar toda a importância da atuação correta de um fiscal de contratos públicos já que este profissional tem a responsabilidade de garantir e monitorar o processo de

execução de contratos que por vezes serão desfrutados pela população.

Este profissional carrega em sua eficiência a necessidade de trabalhar munido de muita informação documental, constante atualização de saberes e também em consonância com uma equipe que não permita que ele seja imbuído de um excesso de trabalho que poderá acarretar em algum erro que será diretamente sentido pelos cidadãos.

Sendo assim, o esperado de um fiscal de contratos é que o seu profissionalismo resulte em uma idônea execução do contrato pelas partes envolvidas a fim de que a gestão pública tenha a legitimidade, transparência e ética que são inerentes a uma administração voltada aos seus cidadãos.

## 6. BIBLIOGRAFIA

CÓDIGOS E LEIS. Disponíveis em: <[www.planalto.gov.br/legislacao](http://www.planalto.gov.br/legislacao)>. Acesso em: 29 abr. 2020.

COSTA, Antônio França da. **Aspectos gerais sobre o fiscal de contratos**. Revista do TCU, n. 127, p. 58-71, maio/agosto, 2013.

EGASHIRA, Fabiana de Possídio; FILHO, Hesler Piedade Caffé. **Capacitação de gestores e fiscais de contratos administrativos**. *Id on Line Rev. Mult. Psic.* V.13, N. 45 SUPLEMENTO 1, p. 434-452, 2019. Disponível em <<http://idonline.emnuvens.com.br/id>>.

GARCIA, J. da C.L., RODRIGUES, S. O., MIRANDA, G. de O. & LIMA, M. J. **Manual de orientações do gestor e fiscal de contratos**. [Manual] Unirio, Rio de Janeiro, Brasil, 2011. Disponível em <<http://www.unirio.br/daa/dicon/manual-do-gestor>>.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo, Malheiros, 1993.

NERY, A.A., NERI, L.J.A.L. **fiscal de contratos públicos**. Revista Do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Brasília, DF, Brasil, 2010. Disponível em <[www.tc.df.gov.br/app/biblioteca/pdf/PE500850.pdf](http://www.tc.df.gov.br/app/biblioteca/pdf/PE500850.pdf)>.

OLIVEIRA FILHO, G.B. de. **Fiscal de contrato x gestor de contratos: qual a diferença?**. Editora NDJ, São Paulo, Brasil, 2012. Disponível em <<http://gespublica.seplan.to.gov.br/index.php/fiquepor-dentro/98-fiscal-de-contrato-x-gestor-de-contrato-qual-a-diferencar>>.

PELEGRINI, Simone Aparecida. O fiscal do contrato. Revista Controle - Doutrina E Artigos. V. 11, N. 1, p. 330-336, 2013.

SANTOS, Lucimar Rizzo Lopes dos. **A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato administrativo na administração pública - artigo 67 - Lei nº 8.666/93**. Revista Digital do Direito Administrativo, vol. 4, n. 2, p. 187-199, 2017.

SANTOS, Lucimar Rizzo Lopes dos. **Fiscalização de Contratos**. Cadernos ENAP, nº 36, 82p. Brasília: ENAP/DDG, 2013.

SUÑÉ, Cristiane. **Contratos administrativos na esfera pública: uma análise do papel do gestor e do fiscal**. 2011. 62 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal)- Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Licitações e contratos: orientações básicas** — Tribunal de Contas da União. 3. Ed. Brasília: TCU/Secretaria de Controle Interno, 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

# AS VANTAGENS DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Helenita de Melo Paes Leme <sup>1</sup>, José Carlos Curty Bahia <sup>2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Miguel Pereira, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública,  
helenitamp28@gmail.com

<sup>2</sup> Faculdade de Miguel Pereira, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública,  
bahiam25@gmail.com

**RESUMO.** O trabalho ora proposto objetiva analisar a modalidade de licitação denominada Pregão, desde a sua origem até sua aplicação atualmente. Trata-se, portanto, de uma inovação ocorrida no Direito Público através da promulgação da Lei Federal de nº 10520/2002, que regula a licitação na modalidade Pregão, cujo principal objetivo foi trazer maior segurança, transparência e celeridade nas contratações de bens e serviços realizados pela administração Pública. Hodiernamente, o Pregão é a modalidade de Licitação mais utilizada pelos Órgãos da Administração. Neste presente trabalho, será realizada uma abordagem minuciosa sobre o Pregão, trazendo à análise posições jurisprudenciais e doutrinárias.

Palavras-chave: Contratos administrativos. Aquisição de bens e serviços. Administração pública.

## THE ADVANTAGES OF BIDDING IN PREACH PRACTICE FOR PUBLIC ADMINISTRATION

**ABSTRACT.** *The proposed work aims to analyze the bidding modality called the Auction, from its origin to its current application. It is, therefore, an innovation that took place in Public Law through the promulgation of Federal Law No. 10520/2002, which regulates bidding in the Auction mode, whose main objective was to bring greater security, transparency and speed in the hiring of goods and services. carried out by the Public Administration. Today, the Auction is the most used Bidding modality by the Management Bodies. In this present work, a detailed approach will be carried out on the Auction, bringing to the analysis jurisprudential and doctrinal positions.*

*Keyword: Administrative contracts. Acquisition of goods and services. Public administration.*

Leme, Helenita de Melo Paes

AS VANTAGENS DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO  
PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / Helenita de Melo Paes Leme. -  
Miguel Pereira: 2020.  
, 13 f. ; 29,7 cm.

Orientador: José Carlos Curty Bahia .

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - Faculdade de Miguel  
Pereira, 2020.

Inclui Bibliografias.

1. Licitação. Pregão. Bens e serviços comuns. Menor Valor.. 2. undefined.  
3. undefined. 4. undefined. 5. undefined. I. , José Carlos Curty Bahia. II.  
Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o pregão foi originário da Lei nº. 9.472/971, a Lei Geral das Telecomunicações (BRASIL, 1997), sendo inicialmente aplicada somente no âmbito da Agência Nacional de Comunicação (ANATEL). A mencionada lei, em seu art. 54, parágrafo único, trouxe uma modalidade nova de licitação, o pregão:

Artigo 54. A contratação de obras e serviços de engenharia civil está sujeita ao procedimento das licitações previsto em lei geral para a Administração Pública.

Parágrafo único. Para os casos não previstos no caput, a Agência poderá utilizar procedimentos próprios de contratação, nas modalidades de consulta e pregão. (BRASIL, 1997, art. 54).

Devido ao sucesso e das inúmeras vantagens e benefícios trazidos por essa nova espécie de licitação, o Presidente da República editou a Medida Provisória 2.026, em 04 de Maio de 2000, estabelecendo a figura do pregão a priori apenas para a União. Porém, com a conversão desta Medida Provisória na Lei nº. 10.520/022, o pregão passou a abranger os demais entes da Federação: Estados, Distrito Federal e Municípios.

Neste diapasão, para a esfera federal existe a modalidade eletrônica, regulada pelo Decreto nº. 5.504 de 05 de agosto de 2005, devendo cada Estado e município regulamentá-la, sendo possível, portanto, sua concretização por intermédio de utilização de recursos eletrônicos. Porém, não se trata de uma inovação licitatória e sim de uma maquiagem de algo que já existe.

Insta salientar que a Lei nº. 10.520/02 não discorre sobre todas as diretrizes necessárias para a direção de um processo licitatório e muito menos revogou a legislação anterior, somente criou uma forma de complementar, em casos específicos, a Lei Geral de Licitações.

Neste mesmo seguimento, Pereira Júnior (2005, p. 01), elucida alguns aspectos:

Significa que o pregão estará sujeito a todas as normas da Lei nº 8.666/93 que se mostrarem necessárias para viabilizar-lhe a aplicação, nos aspectos de que a MP nº 2.026/00 não se ocupou ou de que se tratou insuficientemente. Significa, também, que, sendo expressa a MP, as normas desta excluem as normas da Lei que lhe sejam eventualmente contrárias, devendo prevalecer o princípio da especialização, já que o pregão não cogita a Lei nº 8.666/93.

E, fazendo uma análise desse comentário, Joel de Menezes Niebuhr (NIEBUHR, 2005, p. 28), conclui que “no que tange ao pregão, em princípio, deve-se obedecer a Lei nº 10.520/02. Nas situações em que ela for omissa, deve-se recorrer às normas e às soluções da Lei nº 8666/93”.

Trata-se de uma modalidade nova de licitação, destinada a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com os olhos postos no art. 37, inciso XXI da Carta Magna. Destarte. Seu principal objetivo é garantir maior transparência, agilidade, desburocratização, eficiência e economicidade à Gestão Pública.

O presente trabalho tem como objetivo principal fazer uma análise sobre a licitação em sua modalidade pregão, desde o seu advento até a utilização nos dias atuais. Como objetivos específicos, apresentam-se: definir licitação e reconhecer as suas fases; caracterizar a modalidade pregão, destacando as suas particularidades; e indicar as principais vantagens do pregão para a Administração Pública.

No decorrer deste trabalho será feita uma breve abordagem sobre o pregão, analisando posições jurisprudenciais e doutrinárias. O método adotado foi a pesquisa bibliográfica, procedendo-se com a coleta dos dados através de busca sistemática em artigos acadêmicos publicados, livros que discorressem sobre o tema, como da área de Administração e Direito Administrativo, destacando-se Carvalho Filho (2018), Di

Pietro (2014), Alexandrino e Paulo (2011) e Marinela (2017) e em documentos legais, como a Constituição Federal, a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000.

## 2.LICITAÇÃO

A Licitação é um procedimento administrativo complexo, composto de fases sucessivas e preclusivas que em regra precede a formalização de um contrato administrativo entre licitante e a administração. Nas palavras de Carvalho Filho, conceitua-se licitação como:

[...] procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico. (CARVALHO FILHO, 2018, p. 240).

Segundo CARVALHO FILHO (2014, p. 137) “A Administração Pública exerce atividade multifária e complexa, e sempre com os olhos voltados para o fim de interesse público”. Logo, a finalidade principal da Licitação é atender o interesse público, cuja convocação se dará a todos os interessados, mas sempre com os olhos postos nas condições fixadas no instrumento convocatório, devendo, portanto, sempre respeitar o princípio da isonomia. Da mesma forma, o art. 3º da Lei 8666/93 (BRASIL, 1993) estabelece que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.

Sendo um procedimento anterior ao próprio contrato, permite que várias pessoas ofereçam suas propostas, e, em consequência, permite também que seja escolhida a mais vantajosa para Administração<sup>3</sup>. Portanto, após a convocação, será oportunizado aos interessados formularem propostas as quais serão selecionadas as mais vantajosas, que não necessariamente é a de menor preço, nos termos do art. 3º, da Lei 8666/93 (BRASIL, 1993). Neste sentido consignou o Supremo Tribunal Federal na ADI 3.070/RN, (julgamento em 29 de novembro de 2007), conforme o Relator Ministro Eros Grau:

[...] 3. A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso – o melhor negócio – e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração. 4. A lei pode, sem violação do princípio da igualdade, distinguir situações, a fim de conferir a uma tratamento diverso do que atribui a outra. Para que possa fazê-lo, contudo, sem que tal violação se manifeste, é necessário que a discriminação guarde compatibilidade com o conteúdo do princípio. 5. A Constituição do Brasil exclui quaisquer exigências de qualificação técnica e econômica que não sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. A discriminação, no julgamento da concorrência, que exceda essa limitação é inadmissível. (STF, apud MARINELA, 2017, p. 417).

Quanto aos princípios que regem a licitação, (CARVALHO FILHO, 2014, p. 245) preconiza que:

[...] 3. A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se Como foi instituída por fundamentos próprios, a licitação é norteada por alguns princípios, alguns dos quais expressos em lei, os quais definem os lineamentos em que se deve situar o procedimento. Não raras vezes, a verificação da validade ou invalidade de atos do procedimento leva em consideração



esses princípios[...].

Portanto, o art. 3º da Lei 8.666/934 estabelece os princípios basilares, gerais, norteadores da licitação, quais sejam, princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (BRASIL, 1993). Além desses, teremos vários outros princípios específicos do pregão, como o da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço e seletividade. Neste sentido:

De acordo com o que a própria lei apresentou, consideram-se básicos os princípios norteadores fundamentais do procedimento da licitação, expressos no art. 3º do Estatuto. São básicos os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo (CARVALHO FILHO, 2018, p. 216).

Além desses princípios mencionados, é importante destacar dois outros que são muito importantes. Um deles é o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, cuja inobservância acarretará nulidade do procedimento. Segundo (CARVALHO FILHO, 2018, p. 273):

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. Se o instrumento de convocação, normalmente o edital, tiver falha, pode ser corrigido, desde que ainda oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela. Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.

Esse princípio preconiza que todos os participantes da licitação, tanto os particulares, quanto os licitantes e a Administração Pública devem respeitar o instrumento convocatório, ou seja, o edital ou carta convite e seus anexos.

O outro princípio fundamental é o princípio da adjudicação compulsória ao licitante vencedor. DI PIETRO (2014, p. 388) prescreve que:

Com relação ao princípio da adjudicação compulsória, significa, segundo Hely Lopes Meirelles (2003:267) que a Administração não pode, concluído o procedimento, atribuir o objeto da licitação a outrem que não o vencedor. “A adjudicação ao vencedor é obrigatória, salvo se este desistir expressamente do contrato ou o não firmar no prazo prefixado, a menos que comprove justo motivo. A compulsoriedade veda também que se abra nova licitação enquanto válida a adjudicação anterior”. Adverte ele, no entanto, que “o direito do vencedor limita-se à adjudicação, ou seja, à atribuição a ele do objeto da licitação, e não ao contrato imediato. E assim é porque a Administração pode, licitamente, revogar ou anular o procedimento ou, ainda, adiar o contrato, quando ocorram motivos para essas condutas. O que não se lhe permite é contratar com outrem, enquanto válida a adjudicação, nem revogar o procedimento ou protelar indefinidamente a adjudicação ou a assinatura do contrato sem justa causa”.

Portanto, a adjudicação compulsória entrega ao vencedor da licitação o direito de não ser preterido em uma eventual contratação. Frise-se que, o vencedor não tem direito ao contrato, mas sim uma expectativa de direito.

Via de regra, a licitação possui 5 fases, descritas a seguir:

a) Publicação do edital ou envio da carta convite: nada mais é que o chamamento para participar

da licitação, ou seja, o edital propõe-se a dar publicidade à licitação, respentando-se um dos fundamentais princípios da administração pública.

b)Habilitação: essa fase visa a avaliar a qualificação de quem pode participar, observando a capacidade financeira, técnica, fiscal, jurídica, etc. Todas as regras de habilitação estarão previstas no edital. É importante frisar que na licitação na modalidade pregão há uma inversão na ordem procedimental, ou seja, primeiro vem o julgamento e a qualificação das propostas para depois vir a habilitação. Neste sentido, leciona Carvalho Filho que “Após a classificação é que o pregoeiro vai proceder à análise dos documentos referentes à habilitação<sup>5</sup>. Essa fase, no procedimento geral do Estatuto, é anterior à do julgamento das propostas. No pregão, portanto, há inversão dessas etapas” (CAVALHO FILHO, 2014, p. 318).

c)Julgamento e qualificação das propostas: observam-se os critérios para o julgamento e classificação das propostas, destacando-se que cada modalidade de licitação terá o seu critério. Existem quatro espécies de critérios: o do menor preço, o da melhor técnica, o da melhor técnica e preço, e o do maior lance. O sistema adotado pela modalidade pregão é o do menor preço.

Se for comprovado que a proposta é inexequível, o pregoeiro irá analisar a proposta seguinte de menor preço e assim sucessivamente até alcançar a proposta ideal. Insta salientar que convocado o licitante, este não precisará manter o preço da primeira.

Nesse contexto, Carvalho Filho manifesta que:

escolhido o vencedor, pode o pregoeiro negociar diretamente com vencedor no intuito de se obter preço ainda mais vantajoso. A norma, como se vê, confere significativo poder de atuação ao pregoeiro, que, no entanto, deve sempre voltar-se para o interesse administrativo que inspira o pregão. (CARVALHO FILHO, 2014, p. 318).

d)Homologação: aqui, a Autoridade Competente irá atestar a regularidade da licitação. Se estiver regular, homologa e será adjudicado, porém se houver irregularidade, será devolvida à comissão de licitação para poder sanar o problema.

e)Adjudicação: por fim, a administração pública vai atribuir o objeto da licitação, ou seja, vai indicar o licitante vencedor.

### 3. O PREGÃO E SUAS PECULIARIDADES

Tudo que foi explanado até o momento trata-se da Licitação em geral, porém o presente trabalho terá como foco a Licitação na modalidade pregão, que em alguns aspectos segue a regra geral das licitações, e em outros terão características distintas.

Neste sentido, Fernandes (2007, p. 455) entende que o pregão é:

[...] o procedimento administrativo por meio do qual a Administração pública, garantindo a isonomia, seleciona fornecedor ou prestador de serviço, visando à execução de objeto comum no mercado, permitindo aos licitantes, em sessão pública presencial ou virtual, reduzir o valor da proposta por meio de lances verbais e sucessivos.

A primeira característica marcante que diferencia o pregão das outras modalidades de licitação listadas na Lei nº. 8666/93, é que não se utiliza indiscriminadamente qualquer tipo de contratação, pois o objeto exclusivo é a contratação de bens e serviços comuns, nos moldes do art. 1º da Lei 10520/02. O parágrafo único do artigo 1º da mencionada lei definiu bens e serviços comuns como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

O termo “aquisição de bens e serviços comuns” exclui uma série de bens e serviços, como por exemplo: serviços técnicos e/ou especializados, serviços de engenharia etc. Ou seja, todos aqueles que conforme suas peculiaridades possuem uma diferença substancial em suas formas de execução.

O art. 5º do Decreto n. 3.555/00 veda expressamente a utilização do pregão nas hipóteses de contratação de serviços de engenharia, entre outras: “A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral, que serão regidas pela legislação geral da Administração.” (BRASIL, 2000, art. 5º).

A priori, o Tribunal de Contas da União (TCU) se posicionou no sentido de que a contratação de serviços de engenharia por intermédio do pregão era vedada. Porém, mudou seu posicionamento após análises futuras, fundamentando-se em dois pilares: a possibilidade de classificar os serviços de engenharia e a restrição do Decreto ser ilegal. Logo, com a edição da Súmula nº. 257 em 2010 pelo TCU, a corte pacificou o entendimento sobre a legalidade do uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia. Outrossim, o Acórdão nº. 2079/07 – Plenário

47.O fato é que a lei que disciplina a modalidade pregão não proíbe aplicá-la a serviços comuns de engenharia. E não é porque não seja expressa em aceitar o pregão nesse propósito que se deva entendê-la como proibitiva, pois, mesmo com o conceito dado pelo parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002, ‘serviço comum’ ainda é uma expressão relativamente aberta, bastando que o serviço de engenharia, para nela se enquadrar, tenha ‘padrões de desempenho e qualidade’ que ‘possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado’. Ficou para o juízo administrativo categorizar o comum e o incomum, dentro desses parâmetros.

48.Conquanto o Decreto nº 3.555/2000 tenha estatuído que o pregão não se aplica aos serviços de engenharia, cabe ressaltar que sua base normativa era a Medida Provisória nº 2.026-3/2000, que conferia ao regulamento a incumbência de dispor sobre o elenco de serviços comuns. Porém, tal poder caiu quando a medida provisória final foi convertida na Lei nº 10.520/2002. No máximo, o rol de serviços comuns ainda presente no decreto poderia funcionar como um guia para o administrador, mas não compete ao regulamento instituir vedação não sinalizada pela lei, sobretudo por ir de encontro às nítidas vantagens proporcionadas pela modalidade pregão. Note-se, a propósito, que o Decreto nº 5.450/2005, que regulamenta o pregão na forma eletrônica e é mais recente, visivelmente resolveu excluir a vedação da modalidade para os serviços de engenharia. 49. Assinalo que esse posicionamento não é nenhuma novidade no Tribunal, como mostra a ementa do Acórdão nº 2.272/2006-Plenário: ‘A Lei nº 10.520/02 não exclui previamente a utilização do Pregão para a contratação de serviço de engenharia, determinando, tão-somente, que o objeto a ser licitado se caracterize como bem ou serviço comum. As normas regulamentares que proíbem a contratação de serviços de engenharia pelo Pregão carecem de fundamento de validade, visto que não possuem embasamento na Lei nº 10.520/02.’ [...]

O TCU passou a entender como legal a utilização do pregão para a contratação de bens e serviços de engenharia, desde que sejam caracterizados como serviços comuns e que preencham duas características no mínimo, a padronização e a disponibilidade no mercado, com o objetivo de que o critério a ser adotado seja o de menor preço, assim como preconiza a legislação.

Contudo, não é fácil decifrar no cotidiano o que são bens e serviços comuns. Para melhor elucidação, SANTOS (2008) comenta que bem e serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio.

Atualmente, o pregão é utilizado para quase tudo, sustentando-se no texto do art. 4º do Decreto nº 5.450/05, que preconiza que “nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica”.

O segundo aspecto é que a limitação do pregão não está no valor, e sim no objeto, pois ele está vinculado à compra de bens e serviços comuns.

A terceira característica é que o critério a ser utilizado é o de menor valor, ou seja, posso gastar quanto quiser desde que o critério seja o de menor preço, para bens e serviços comuns.<sup>6</sup>

A quarta e última característica é a inversão da ordem procedimental, onde a fase de julgamento e qualificação das propostas se antecipa à fase da habilitação.

A licitação na modalidade pregão traz inúmeras vantagens, tanto para a Administração Pública quanto para os particulares, em virtude da desburocratização, principalmente. No presente, é o modelo mais utilizado pela administração pública, devido à sua celeridade e seu caráter menos burocrático e porque o Decreto Federal nº 5.450/05 prevê a obrigatoriedade da sua utilização nas licitações para aquisição de bens e serviços, sendo preferencial a utilização da forma eletrônica.

Em decorrência disso, considera-se o seu estudo de relevância ímpar. Apesar de diminuir a burocratização, não fez com que aumentasse o índice de fraudes, mas o contrário, houve uma diminuição, provando assim a eficiência e eficácia desta modalidade.

A primeira vantagem a se considerar é que afasta-se a modalidade convite, prevista na Lei 8666/93, e utilizada para a aquisição de matérias e serviços no valor de até R\$176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) e serviços de engenharia até o valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), o restante exigem um tempo mínimo de 15 dias entre o lançamento do edital e a abertura das propostas. No pregão, o tempo mínimo é de apenas 8 dias úteis, que conseqüentemente agiliza a realização dessas licitações, conforme o art. 4º, inciso V, da Lei 10.520/02:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

V - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;

A segunda vantagem é que, conforme explanado, há uma inversão na ordem procedimental, sendo realizado primeiramente o julgamento e qualificação das propostas para depois proceder-se à fase da habilitação. Com isso, há uma maior celeridade, pois para que vou verificar a habilitação de todos os concorrentes se somente um deles irá ganhar?

Com a inversão do procedimento, haverá um maior favorecimento à concorrência de preços em favor da gestão pública, uma vez que primeiro ocorre a abertura das propostas, para depois serem analisados os documentos de habilitação. Na fase de credenciamento, os licitantes apresentam uma declaração constando o cumprimento de todas as exigências estabelecidas na fase de habilitação, sob pena de não poder participar de outros processos por um prazo de cinco anos, uma vez que uma declaração falsa acarretaria prejuízos à Administração Pública, sendo a penalidade medida de inteira justiça.

O art. 7º da Lei nº. 10520/2002 estabelece as penalidades do licitante que não cumprir as exigências da fase de habilitação:

quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

A terceira vantagem é que no pregão há uma maior transparência no decorrer da realização dos certames. Além da obrigatoriedade dos licitantes apresentarem suas propostas digitadas e assinadas,

a abertura do balcão de negociações com o pregoeiro por intermédio dos lances torna mais cristalina a participação de todos, e aquele que tiver melhores condições de prestar o serviço ou fornecer o produto pelo menor preço será o contratado.

Outro benefício está na diferenciação em relação ao valor para as aquisições, em comparação as outras modalidades de licitações.

Pavinato (apud SANTOS, 2008) salienta que situação inovadora, a do terceiro comando, diz respeito à inexistência de vinculação do pregão a limites de valores, diversamente das demais modalidades instituídas originalmente pela Lei nº 8.666/93, excetuando-se “concurso” ou “leilão”, o critério de escolha da modalidade a ser empregada é o valor da contratação. Em síntese, no pregão o exame da contratação é qualitativo, ao passo que é quantitativo para as demais modalidades.

Também não é raro que se planeje, durante o exercício orçamentário, consumir certa quantidade de um bem, o que possibilita a adoção, por exemplo, da modalidade convite e, posteriormente, sente-se necessidade de aumentar os quantitativos acima dos 25% (vinte e cinco por cento) admitidos em lei, o que força a realização de uma nova licitação. Nesses casos, somando-se os valores do primeiro com o do segundo contrato, costuma ocorrer que se ultrapasse o limite da modalidade adotada inicialmente, no exemplo, o convite, desenhando situação cujo efeito pode redundar em acusação de fracionamento da licitação, a teor do prescrito no § 5º do artigo 23 da Lei nº 8.666/93. (PAVINATO apud NIEBUHR, 2004).

Dessa forma, o futuro contrato a ser firmado não depende de valor e sim da natureza do bem licitado, que necessariamente deve ser de bem ou serviço comum, ou seja, caso o gestor necessite realizar vários pregões para adquirir o mesmo produto, não poderá ser acusado de fracionamento de licitação, uma vez que nesta categoria não há limite de valor.

É comum utilizar o pregão para aquisições de materiais em geral, como equipamentos, materiais de informática, hidráulico, elétrico, gráfico, de expediente, de limpeza, alimentos, etc. Quanto aos serviços, os mais utilizados são para a contratação de serviços de limpeza, gráficos, fornecimento de passagens aéreas e terrestres, fornecimento de refeições, locação de veículos etc.

Outra vantagem marcante está no dinamismo do trabalho do pregoeiro e de sua equipe de apoio em relação a comissão permanente de licitação utilizada em outras modalidades de licitação, a uma que são realizados lances verbais item a item, sempre objetivando o menor preço das contratações e aquisições. A duas é que por haver maior contato dos licitantes com o pregoeiro e sua equipe, interagindo com a finalidade de economia da Administração Pública e do outro, o controle a respeito da limitação do montante eu pode ser reduzido na oferta de lances, sem afetar o valor de mercado e evitar a contratação de produtos e serviços por valores inexequíveis.

Quanto ao pregão eletrônico, este possui algumas vantagens em comparação ao presencial. Carvalho Filho (2014, p. 311) leciona que:

Primeiramente, reduz-se o uso de papel, já que os atos se produzem pela Internet. Depois, há menor sobrecarga para o pregoeiro, já que há menos documentos para analisar. Ainda: o pregão eletrônico é mais célere e eficaz quando se trata de licitação por itens ou lotes. Por fim, os recursos de tecnologia da informação aproximam as pessoas e encurtam as distâncias.

#### **4.CONCLUSÃO**

Com o intuito de diminuir a burocratização, a morosidade e os custos das licitações tradicionais, o Governo Federal desenvolveu uma nova modalidade de Licitação, o Pregão, que REprimeiramente foi

regulada por Medida Provisória, e depois transformou-se na Lei 10520/02 e foi estendida aos demais entes da federação.

O pregão tem como característica a celeridade e a transparência, e como consequência há uma ampliação das oportunidades de participação, majoração da competitividade entre os licitantes e redução dos dispêndios da Administração Pública, além da simplificação do procedimento licitatório, que propiciou maior celeridade e distanciou a ocorrência de diversas fraudes, como o dumping.

Para arrematar, por trazer inúmeros benefícios à Administração Pública, atualmente, o Pregão é a modalidade de licitação mais utilizada, e que sempre esteve com os olhos postos aos princípios contidos no Art. 37, da Constituição da República, quais sejam, Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.

## 5.REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 19. ed. São Paulo: Método, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993**. Institui normas para licitação e contratos da Administração Pública. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (LGT)**. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de julho de 1997.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**. Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de julho de 2002.

BRASIL. **Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000**. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Diário Oficial da União, Brasília, 09 de agosto de 2000.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**: revista, ampliada e atualizada até 31-12-2013. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 1285 p.

CARVALHO FILHO, José Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

NIEBUHR, Joel de Menezes, **As Vantagens da Modalidade Pregão**. Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP, 2009.

PAVINATO, Evandro. **Vantagens e desvantagens no uso do pregão como modalidade licitatória**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/vantagens-e-desvantagens-no-uso-do-pregao-como-modalidade-licitatoria/56841>. Acesso em: 11 de março de 2020.

SANTOS, Volnei Moreira dos, **A lei do pregão no município: uma visão prática e operacional** / Volnei Moreira dos Santos. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008, 232p.

# A UTILIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES SUSTENTAVÉIS EM PROL DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Hélio César Monsores da Silva<sup>1</sup>, Paulo César Pereira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduando da Faculdade de Miguel Pereira, ;

<sup>2</sup> Docente da Faculdade de Miguel Pereira - Orientado

**RESUMO.** preocupação mundial a respeito do surgimento significativo de problemas ambientais e a procura por procedimentos inseridos no mercado que estivessem intimamente ligados à sustentabilidade, se iniciou em 1972 com a Conferência de Estocolmo na Suécia. Posteriormente, em 1992 com a Eco 92, surgiu a Agenda 21, o que resultou na A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública). Com isso, a Gestão Pública foi levada a incorporar ao seu sistema de aquisição, as chamadas “licitações sustentáveis”. A ideia é influenciar a produção de bens, serviços ou produtos que tenham como finalidade, a contribuição para a preservação do meio ambiente, auxiliando assim, os poderes públicos na decisão de compras por meio de licitações que considerem não apenas o menor preço como critério único e indispensável, mas também, a minimização de impactos ambientais decorrentes das aquisições e contratações. Nessa perspectiva, o objetivo central do trabalho, destina-se a analisar como uma licitação sustentável pode promover benefícios não só para o meio ambiente, mas também, para a administração pública e as empresas que buscam soluções em sustentabilidade. Trata-se de um trabalho de cunho bibliográfico, a fim de coletar informações que deem embasamento a uma discussão coerente da temática, tendo como fonte de pesquisa, artigos, revistas on-line, trabalhos acadêmicos e sites de fontes seguras, levando em consideração a qualificação de ideias e seu amplo entendimento.

Palavras-Chave: Licitação sustentável; Preservação do meio ambiente; Gestão Pública; Sustentabilidade.

## THE USE OF SUSTAINABLE BIDDING IN PROL PRESERVATION OF THE ENVIRONMENT

**ABSTRACT.** *The global concern about the significant appearance of environmental problems and the search for procedures inserted in the market that were closely linked to sustainability, began in 1972 with the Stockholm Conference in Sweden, and later, in 1992 with Eco 92, in which Agenda 21 was derived. As a result, Public Management was led to incorporate into its procurement system, the so-called “sustainable bids”. The idea is to influence the production of goods, services or products whose purpose is to contribute to the preservation of the environment, thus assisting public authorities in the purchase decision through bids that consider not only the lowest price as the sole criterion and indispensable, but also, the minimization of environmental impacts resulting from acquisitions and contracts. In this perspective, the main objective of the work is to analyze how sustainable bidding can promote benefits not only for the environment, but also for public administration and companies seeking solutions in sustainability. It is a bibliographic work, in order to collect information that support a coherent discussion of the theme, having as source of research, articles, on-line magazines, academic works and websites from safe sources, taking into account the qualification of ideas and their broad understanding.*

*Keywords: Sustainable bidding; Preservation of the environment; Public Management; Sustainability.*

SILVA, HÉLIO CÉSAR MONSORES DA  
A UTILIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS EM PROL DA  
PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE / HÉLIO CÉSAR MONSORES  
DA SILVA. - Miguel Pereira: 2020.

i, 16 f. ; 29,7 cm.

Orientador: PAULO CÉSAR PEREIRA.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em GESTÃO PÚBLICA - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.

Inclui Bibliografias.

1. Licitação sustentável; Preservação do meio ambiente; Gestão Pública;  
Sustentabilidade.. 2. undefined. 3. undefined. 4. undefined. 5. undefined. I.  
PEREIRA, PAULO CÉSAR. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.



## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com dados apresentados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no Brasil, as compras governamentais equivalem, em média, a 13% do produto interno bruto (PIB), o que significa pelo Estado um fator de destaque no mercado consumidor nacional. (FNDE, 2017); (IPEA, 2018)

Diante disso, cabe ressaltar, que as compras governamentais no país são feitas através de licitações que optam por contratar empresas que oferecem a proposta mais vantajosa. Assim, o gestor deve agir sob a ótica do princípio da isonomia, realizando e divulgando todo o processo licitatório, avaliando todos os componentes de forma igualitária, a fim de escolher pela empresa que apresentar os menores custos.

No entanto, alguns critérios estabelecidos por meio das licitações para as compras públicas, foram reajustados, adotando a chamada “licitação sustentável”, envolvendo não apenas aspectos econômicos na escolha de seus fornecedores, mas também, sociais e ambientais.

A licitação sustentável é um processo realizado pelos poderes públicos que tem o intuito de reduzir impactos ambientais resultantes das aquisições e contratações, levando em consideração não apenas a vertente do menor preço como critério único e indispensável, mas também, a viabilização de procedimentos que contribuam para a preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, caberá aqui neste trabalho, como objetivo geral, discutir sobre a inserção da licitação sustentável nas compras governamentais, suas contribuições destinadas ao desenvolvimento sustentável, à Administração Pública e às empresas que buscam adequar meios sustentáveis em seus produtos, bens ou serviços. Adicionalmente, pretende-se analisar como uma licitação sustentável pode promover benefícios não só para o meio ambiente, mas também, para Administração Pública e empresas que buscam soluções em sustentabilidade, estudar sobre o processo licitatório e seus princípios básicos, apresentar o conceito de licitação sustentável, seus objetivos e aplicações e analisar os efeitos do uso da licitação sustentável para o meio ambiente e a Administração Pública.

Sendo assim, é possível determinar como o trabalho será construído, a partir da discussão voltada para dois tópicos de desenvolvimento: O primeiro deles apresentará a abordagem a respeito do processo licitatório e seus princípios básicos, e o segundo vai apresentar o campo conceitual e contextual da licitação sustentável, a lei que rege esse processo e suas atribuições.

Para a construção do trabalho, foi escolhida a pesquisa bibliográfica com o intuito de coletar informações que estivessem dentro do âmbito do tema abordado, incluindo ideias, opiniões e conceitos.

Sendo assim, as fontes utilizadas como base metodológica foram buscadas através do Google Acadêmico e da Scielo, optando por selecionar trabalhos acadêmicos, periódicos, revistas on-line e livros.

A pesquisa bibliográfica de acordo com Lima e Mioto (2007), trata-se de um método de pesquisa que reúne procedimentos de maneira ordenada que atuam na busca por respostas, tendo como base, a investigação do objeto de estudo e o tema a ser discutido.

Lima e Mioto (2007) mencionam também que a pesquisa bibliográfica é:

[...] um procedimento metodológico que se oferece ao pesquisador como uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa. Para tanto, parte da necessidade de exposição do método científico escolhido pelo pesquisador; expõe as formas de construção do desenho metodológico e a escolha dos procedimentos; e demonstra como se configura a apresentação e análise dos dados obtidos. Apresenta, também, um desenho metodológico de aproximações sucessivas, considerando que a flexibilidade na apreensão dos dados garante o movimento dialético no qual o objeto de estudo pode ser constantemente revisto. Enfim, postula que trabalhar com a pesquisa bibliográfica significa

realizar um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico, e que isso exige vigilância epistemológica. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 37)

Com isso, a metodologia diz respeito ao tipo de pesquisa escolhido para direcionar o trabalho, procurando delimitar seu objeto de estudo proposto, que será investigado através das fontes escolhidas, dando visibilidade aos movimentos empreendidos nessa construção.

Inicialmente, é apresentado com objetividade e clareza o objeto de estudo, seus objetivos e delimitações através da Introdução, posicionando assim, o tema da pesquisa a ser abordado. Em seguida, é sinalizado o desenvolvimento, ampliando a investigação do estudo, que vai ser dividido em partes, campo conceitual e contextual do tema, com o intuito de apresentar um melhor entendimento da análise do assunto. E assim, será apresentada a discussão dessa investigação, tendo por objetivo, apresentar a decodificação e compreensão das fontes consultadas, para alcançar respostas ao objeto de estudo proposto. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, fase concluinte da pesquisa.

## **2.REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico do trabalho vai ser construído através da análise e apresentação do sistema licitatório, todo o seu processo, concretização e seus princípios básicos. Em seguida, será apresentado o conceito de Licitação Sustentável, a lei que rege sua conduta e suas aplicações.

Assim, é possível afirmar, que o referencial teórico vai promover um estudo acerca dos autores que foram pesquisados ao longo da construção do trabalho para que o assunto abordado seja facilmente compreendido.

### **2.1 O processo licitatório e seus princípios básicos**

Em sua etimologia, licitação vem do termo latim *licitatio*, que significa vender em leilão ou por lances. No seu significado habitual, na conduta da esfera pública, a licitação significa uma concorrência feita através de um edital que estabelece a escolha da empresa que promoverá produtos ou serviços a órgãos públicos. (DICIO, S/A)

A licitação tem o intuito de eleger a proposta mais vantajosa, levando em consideração melhor custo-benefício de interesse público, com base no sistema administrativo diante dos critérios estabelecidos pela Lei Nº 8.666/93 – Lei de Licitação que dispõe sobre as normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Assim como na Constituição Federal de 1988 em seu art. 37, em que há princípios definidos, na Lei de Licitação e Contratos temos também princípios como o da Probidade Administrativa que prevê as condutas referentes aos agentes públicos e licitantes, baseadas na moral, ética, boa-fé e bons costumes. (NUNES, 2017)

Como é observado no art. 22, §1º da Lei Nº 8.666/93, a concorrência é uma das mobilidades instituídas no processo licitatório e que se destina a conceder a qualquer interessado na fase inicial de habilitação preliminar, provas de que possuem os requisitos necessários de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto. (BRASIL, 1993);

Nunes (2017) menciona que:

A licitação é comum ao direito Público e Privado. O instituto da licitação é estudado pela teoria geral do direito, o que a permite adaptar-se aos seus dois campos. A licitação Privada (pode ser dispensada e é sujeita à vontade do dominus), e a licitação pública (sujeita às leis do Estado que a coloca fora da alçada do administrador, tornando-a imperativa, exceto em certos casos). Portanto, a Licitação Pública é o procedimento concorrencial obrigatório precedente à celebração de contratos entre pessoas jurídicas públicas de um lado e privadas, sejam elas físicas ou jurídicas, de outro. (MEIRELLES, 1993 apud NUNES, 2017, p.184)

Sendo assim, o posicionamento acerca do processo licitatório e seu funcionamento é de extrema importância para o entendimento do tema abordado neste trabalho.

De acordo com Garcia e Ribeiro (2012), a licitação é um mecanismo administrativo com o intuito de contratar os mais diversos bens ou serviços que podem ser desde o fornecimento de produtos alimentares para merendas escolares e mobiliário para sedes governamentais ou obras dentro da administração pública ou empresas, com base nos princípios da economicidade (art. 70, da CF) e da eficiência (art. 37, caput, da CF).

A licitação tem o intuito de atender sempre o interesse público, a fim de escolher a proposta mais vantajosa, diante da igualdade de condições pelo princípio da isonomia, evitando privilégios a certos licitantes, ao mesmo tempo que assegura a relação vantajosa dos preços por meio da competição, bem como os demais princípios instituídos pela Constituição (1988) para esse processo.

Assim, o governo em todos os poderes e âmbitos, pode efetuar compras de acordo com sua necessidade, gerando oportunidades a grandes ou pequenas empresas e dos mais diversos segmentos, para o fechamento de ótimos negócios, comercializando seus produtos e serviços.

É instituído na Constituição Federal (1988), em seu art. 37, inciso XXI:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (BRASIL, 1988)

A Lei Nº8.666/1993 é responsável por conduzir o processo licitatório, regulamentando o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública e outras providências. (BRASIL, 1993)

Conforme estabelecido no art. 1º, parágrafo único da Lei Nº 8.666/1993:

Art. 1o. Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Cabe ressaltar, que diante da Lei de Licitações, sua aplicação é direcionada à toda Administração direta e indireta, englobando “as empresas públicas e as sociedades de economia mista”. (ALMEIDA, 2018)

Entretanto, a lei de Licitações não é mais aplicada, integralmente, às empresas estatais, já que

agora estão submetidas ao regime da Lei 13.303/2016:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos. (BRASIL, 2016)

Salienta-se, ainda, que pela lei que rege a licitação, esta deve ser mediada de acordo com os princípios constitucionais a seguir:

- **Princípio da Isonomia**

O Princípio da Isonomia diz respeito à forma igualitária pela qual os participantes do processo licitatório devem ser tratados, de maneira que não ocorram privilégios destinados a certos fornecedores, o que assegura a competição de forma correta e democrática. Afinal, como é previsto na Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º “todos são iguais perante a lei”.

- **Princípio da Legalidade**

Refere-se à conduta da Administração no processo licitatório, que deve estar dentro do que é permitido por lei. Todos os órgãos públicos durante a escolha do fornecedor na licitação, devem manter apenas decisões e atitudes que são autorizadas por lei.

- **Princípio da Impessoalidade**

O Princípio da Impessoalidade destina-se a garantir a imparcialidade dos procedimentos da licitação, garantindo que autoridades ou servidores públicos não atuem de forma subjetiva na escolha dos fornecedores, não havendo interesse pessoal.

- **Princípio da Moralidade**

O Princípio da Moralidade destina-se a levar em conta a forma de conduta tanto da Administração como dos participantes, que deve estar de acordo com a ética, sem praticar meios de má-fé, com finalidades para atingir metas jurídicas irregulares.

- **Princípio da Igualdade**

O Princípio da Igualdade está associado ao que o Princípio da Isonomia também aborda, a igualdade de direitos destinada aos fornecedores no processo licitatório. Com o intuito de não discriminar ou prejudicar nenhum dos licitantes por parte da administração pública, promovendo privilégios para uns em detrimento de outros, como cláusulas nos editais por exemplo que favoreçam alguns.

- **Princípio da Publicidade**

Diz respeito aos atos da administração que devem ser públicos no processo licitatório, fazendo com que todas as informações sejam disponibilizadas aos cidadãos, tomando conhecimento de tudo o que foi feito, atribuindo maior transparência aos atos praticados pela gestão.

Como é instituído no art.7º, §8º da Lei Nº 8.666/1993: “§8º Qualquer cidadão poderá requerer

à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada”. (BRASIL, 1993)

#### • **Princípio da Probidade Administrativa**

O Princípio da Probidade Administrativa tem indicadores parecidos com o Princípio da Moralidade, já que pressupõe também que haja ética e moral em todas as condutas da administração pública, conferindo a legitimidade e a legalidade.

A CF (1988) institui em seu art.37, § 4º que:

Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

#### • **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório:**

Dentro desse princípio, é determinada a obediência ao que está escrito no edital, onde estão todas as normas referentes ao processo licitatório, e que devem ser adotadas pela Administração. Caso haja qualquer ato contrário ao que é determinado pelo edital, este será anulado, tanto por parte da Administração como dos licitantes.

#### • **Princípio do Julgamento Objetivo**

Diante desse princípio, é estabelecida a proibição de qualquer componente, fator sigiloso ou critérios ocultos que prejudiquem a igualdade dos participantes no processo licitatório.

Como é estabelecido na Lei Nº 8.666/1993, Art. 44, § 1º: “É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.”

Além dos princípios evidentes em qualquer licitação, como os apresentados anteriormente, o uso da licitação para fins regulatórios deverá ser definido pelos princípios da proporcionalidade, eficiência e isonomia.

Segundo Cunha Júnior (2016), o princípio da proporcionalidade é uma forma de controlar condutas da Administração Pública, impondo limites às práticas e arbitrariedades do Poder Público, evitando que seus agentes, entidades e órgãos apresentem atos incoerentes e desproporcionais, evitando os excessos.

O princípio da eficiência, por sua vez, determina a função regulatória da licitação na medida em que a sua natureza é instrumental, ou seja, a licitação é uma forma de alcançar um objetivo instituído no objeto do contrato administrativo. A execução de outros valores constitucionais por meio da licitação não pode torná-la inapta e desvirtuada da sua finalidade. Portanto, a prudência é necessária na hora de conciliar a função regulatória da licitação com a eficiência fundamental que deve ser inserida a qualquer certame público.

A proposta mais vantajosa da licitação não equivale necessariamente à obtenção do menor preço,

mas também de legítimo veículo para efetivação de valores constitucionalmente protegidos. (GARCIA; RIBEIRO, 2012)

Como é o caso das licitações sustentáveis, que provocam um dever ao gestor público de examinar e avaliar acerca da melhor relação custo/benefício que o produto, serviço ou obra proporcionará ao meio ambiente.

Por tudo isso, é importante mencionar, que a Lei Nº 8.666/1993, conhecida como Lei de Licitações e Contratos, teve atualizações em sua composição pela Lei Nº 12.349/2010.

Diante das principais alterações, vale ressaltar a nova redação do caput do art. 3º que estabelece como uma das finalidades do processo licitatório, o desenvolvimento nacional sustentável, atingindo o mesmo nível da observância do princípio da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conferindo assim, a chamada Licitação Sustentável que será tratada no próximo tópico. (GARCIA; RIBEIRO, 2012)

**Assim, diante desse novo objetivo, a licitação passou a ter mais um desafio: além de escolher pela proposta mais vantajosa e respeitar a isonomia entre os licitantes, deve ainda promover o desenvolvimento nacional sustentável.**

É neste contexto que se enquadram as licitações sustentáveis, reconhecendo que o Estado assumira um custo maior na aquisição de bens e serviços, e, conseqüentemente, maior poder de compra, proporcionando assim, o controle do mercado e instalando outros valores constitucionalmente previstos. (GARCIA; RIBEIRO, 2012)

A partir de então, é possível perceber que as licitações e contratações públicas, vêm adquirindo certas atualizações de acordo com novos paradigmas. Uma delas é a mudança voltada para a aquisição estanque de produtos, serviços e obras referentes às licitações, que agora passa a exercer a função de regular o mercado, sendo empregadas como meios de instalação de políticas públicas. (GARCIA; RIBEIRO, 2012)

## **2.2 A Licitação Sustentável e suas atribuições**

A preocupação com a preservação do meio ambiente e assuntos sobre métodos que podem contribuir com a sustentabilidade, estão sendo discutidos com maior frequência atualmente, apresentando o surgimento de várias políticas públicas com o objetivo de promover a proteção de aspectos socioambientais, como os que fazem parte das compras através de licitações, que agora serão definidos também, diante de critérios que contribuam com a preservação do meio ambiente. (NUNES, 2017)

É nesse contexto que surgem as chamadas licitações sustentáveis, reconhecendo que o Estado assumira um custo maior na compra de bens e serviços. No entanto, o poder de compra do Estado será

de grande valia para a reordenação do mercado e implantação de outros valores constitucionalmente previstos. (GARCIA; RIBEIRO, 2012)

A licitação sustentável nada mais é do que um processo convencional de licitação. Embora seja um processo que considera também critérios ambientais com o intuito de promover a sustentabilidade e um desenvolvimento associado ao ambiente que não provoque tanto desgaste de recursos naturais. É sobre avaliar todos os estágios do processo licitatório levando em consideração também, as práticas dos fornecedores diante de produtos e serviços que adotem recursos menos agressivos ao meio ambiente.

Como Carvalho (2009) menciona:

A adoção da licitação sustentável é uma medida capaz de atender às necessidades gerais e específicas dos consumidores por meio da compra de bens (ecoprodutos) e prestação de serviços baseados na ecoeficiência, podendo configurar-se em uma solução integradora das muitas dimensões da sustentabilidade em todos os estágios do processo, desde a formulação do edital de compra até a assinatura do contrato entre os agentes públicos (de governo) e os fornecedores, com o objetivo de reduzir impactos sobre a saúde do ser humano, da sociedade e do meio ambiente. Ao incorporar tal procedimento, os gestores públicos contribuem para o envolvimento de toda uma cadeia de produtores, consumidores e comerciantes, educando a sociedade para a cultura da sustentabilidade. (CARVALHO, 2009, p. 133)

A partir de então, é possível perceber que as licitações e contratações públicas, vêm adquirindo certas atualizações de acordo com novos paradigmas. Uma delas é a mudança voltada para a aquisição estanque de produtos, serviços e obras referentes às licitações, que agora passa a exercer a função de regular o mercado, sendo empregadas como meios de instalação de políticas públicas. (GARCIA; RIBEIRO, 2012)

Diante disso, percebe-se o grande poder influenciador de compra de maneira consciente que os governos podem fornecer através das licitações, já que a administração pública:

- a) É uma forte compradora, usuária e consumidora de recursos naturais;
- b) Tem a capacidade de possibilitar formas inovadoras de produção;
- c) Impulsiona práticas no mercado consumidor;
- d) Multiplica os investimentos dos fornecedores em prol da sustentabilidade;
- e) Influencia a produção em grande escala;
- f) Estimula a inovação e produção dos fornecedores, o que gera grande competição no setor privado e maior procura por produtos com melhor desempenho ambiental e social, o que faz cair o preço do produto final;
- g) É de grande importância na redução de impactos socioambientais negativos gerados pela atividade pública.

Em 1993, o Ministério do Meio Ambiente criou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que tem o intuito de estimular gestores públicos do país a implantar práticas e princípios de sustentabilidade às suas atividades rotineiras, promovendo a preservação do meio ambiente por meio do uso racional dos recursos naturais em suas práticas públicas, ocasionando em benefícios econômicos e ambientais, reduzindo os gastos e favorecendo a sustentabilidade.

Diante disso, tomou por base o Capítulo IV da Agenda 21, que trata da mudança dos padrões de consumo. A ação tem cinco eixos temáticos, são eles:

- a) uso racional dos recursos;
- b) gestão adequada dos resíduos;
- c) qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- d) sensibilização e capacitação dos servidores;
- e) licitação sustentável.

Cabe ressaltar, que a licitação sustentável não acarreta grandes diferenças de uma licitação simples no que tange os critérios de decisão que dizem respeito ao vencedor da licitação, afinal, os princípios continuam sendo os mesmos.

Entretanto, nesse tipo de licitação é atribuído um valor aos cuidados que a empresa ou prestadora de serviços possui para o meio ambiente. O trabalho ou serviço voltados para objetivos em prol da sustentabilidade por parte dos licitantes ganha maior notoriedade na escolha do vencedor do processo licitatório, fazendo com que o gestor público possa avaliar e considerar a melhor relação custo/benefício que o produto, serviço ou obra fornecerá ao meio ambiente.

Portanto, é possível perceber ainda, diversas alterações legislativas de incentivo à inovação tecnológica e da inserção de critérios de sustentabilidade nas compras públicas que foram instituídas, como a Lei 12.187/2009 (Lei do Clima), que prevê certos aspectos sobre isso:

Art 2o Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I- adaptação: iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima;

II- efeitos adversos da mudança do clima: mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos;

III- emissões: liberação de gases de efeito estufa ou seus precursores na atmosfera numa área específica e num período determinado;

IV- fonte: processo ou atividade que libere na atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa;

V- gases de efeito estufa: constituintes gasosos, naturais ou antrópicos, que, na atmosfera, absorvem e reemitem radiação infravermelha;

VI- impacto: os efeitos da mudança do clima nos sistemas humanos e naturais;

VII- mitigação: mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros; [...] (BRASIL, 2009)

Portanto, é possível perceber ainda, diversas alterações legislativas de incentivo à inovação tecnológica e da inserção de critérios de sustentabilidade nas compras públicas que foram instituídas, como a Lei 12.187/2009 (Lei do Clima), que prevê certos aspectos sobre isso:

Percebe-se, então, que as mudanças constantes nos diversos âmbitos, econômico, cultural e social na sociedade em prol da sustentabilidade, têm servido para promover a inovação e comprometimento das práticas humanas com a preservação do meio ambiente, fazendo com que a sociedade, seus membros e economias, alcancem suas necessidades e manifestem seu maior potencial no presente ao mesmo tempo que preservem a biodiversidade e os ecossistemas naturais.

Assim, a utilização da licitação com o intuito de fornecer um uso mais consciente de recursos naturais, tanto em produtos como serviços pelas empresas e a administração pública, é de grande valia para os dois setores, ambiental e administrativo, contribuindo substancialmente para o poder público inserir critérios socioambientais, garantindo meios que forneçam a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. (NUNES, 2017)



Portanto, com esse novo objetivo, agora a licitação passa a ter mais um aspecto instituído: a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, além de escolher a proposta mais vantajosa e respeitar a isonomia entre os participantes do processo licitatório, evitando a ocorrência de privilégios em favor de alguns e estabelecendo a forma igualitária de avaliação.

Diante disso, é necessário mencionar, que a proposta mais vantajosa não se refere necessariamente à obtenção do menor preço, afinal, os fatores de qualidade também fazem diferença nas contratações, podendo a licitação servir de legítimo veículo para concretização de valores constitucionalmente protegidos. (GARCIA; RIBEIRO, 2012)

De acordo com Almeida (2018), a licitação será julgada objetivamente, conforme os tipos de licitação (critérios de julgamento), tais como:

- (a) menor preço;
- (b) melhor técnica;
- (c) técnica e preço;
- (d) maior lance ou oferta.

### **3.DISCUSSÃO**

O sistema capitalista vigente na sociedade contemporânea, caracteriza um processo econômico cada vez mais acentuado, proporcionando, consideravelmente, o aumento da produção e do consumo. O que acaba acarretando um uso maior de matéria-prima, dos recursos naturais, promovendo, na maioria das vezes, uma relação preocupante entre o ser humano e o meio ambiente, resultando em inúmeros problemas ambientais em nível global.

Diante disso, ocorreu uma preocupação mundial sobre os problemas que estavam surgindo em detrimento ao meio ambiente a partir da Conferência sobre Mudanças Climáticas realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Posteriormente, foi apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e registrado no Relatório de Brundtland (1987): “desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir sua própria necessidade”. Assim, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, essa percepção foi adotada. (PINTO, 2012). Importante legado da Eco 92, a Agenda 21 resultou na A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública).

Nessa perspectiva, é indispensável que organizações públicas e privadas insiram aspectos ambientais nas suas estratégias corporativas, seguindo condutas favoráveis ao desenvolvimento sustentável. O que levou a Administração pública a incorporar ao seu sistema de aquisição, as chamadas “licitações sustentáveis”, a fim de conciliar o desenvolvimento sustentável com o crescimento econômico.

O objetivo é induzir a produção de serviços ou produtos que contribuam para a preservação do meio ambiente, atingindo níveis mais elevados do uso consciente dos recursos naturais, auxiliando assim, os poderes públicos na decisão de compras por meio de licitações que considerem não apenas o menor preço como critério único e indispensável, mas também, a minimização de impactos ambientais decorrentes das aquisições e contratações.

Nesse contexto, é importante mencionar, que as contratações públicas sustentáveis são de grande valia nesse processo de potencializar a preservação do meio ambiente, admitindo a função administrativa

da licitação sustentável: o desenvolvimento nacional socioambiental. Afinal, o Brasil é um país que precisa da adoção de medidas sustentáveis através das contratações efetuadas pelo governo e em todas as esferas estatais. Reconhecendo o grande poder influenciador que o Estado é capaz de promover ao mercado, com o intuito de induzir o fornecimento de bens, serviços e obras sustentáveis. (PINTO, 2012)

A partir disso, a efetivação do processo licitatório passa a levar em consideração também, a melhor relação custo/benefício que o produto, serviço ou obra fornecerá ao meio ambiente, diante da apresentação de critérios como as especificações técnicas do objeto, os requisitos de habilitação e as obrigações da empresa contratada.

No que diz respeito a A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública), esta delimita o que foi dito anteriormente, a relação da aquisição de produtos ou serviços com a sustentabilidade, buscando integrar as ações promovidas pela Administração Pública a uma responsabilidade socioambiental maior, refletida em mudanças internas e externas nas práticas em seu sistema, como nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo Poder Público, sensibilização e capacitação dos servidores, uso adequado dos recursos naturais, e até mesmo o estímulo à melhoria da própria qualidade de vida no ambiente de trabalho. Portanto, essas práticas compõem e fundamentam os eixos temáticos da A3P. (COMPRA SUSTENTÁVEL, 2018)

A Agenda Ambiental reflete informações relacionadas ao princípio da economicidade, que está previsto no art. 70 da Constituição de 1988 e que trata da obtenção do resultado tendo como prioridade, a melhor relação custo-benefício. Cabe ressaltar ainda, que a A3P também está em conjuntura com o princípio da eficiência, que de acordo com Meirelles (2002), diz respeito à obrigatoriedade de todo agente público realizar suas atividades com presteza, perfeição e rendimento profissional, é sobre considerar sua função administrativa como um dever a ser cumprido de forma exemplar.

O surgimento da A3P se deu em 1999, que antes era vista como um projeto do Ministério do Meio Ambiente, tendo como objetivo analisar os padrões de produção e consumo e inserir novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da Administração Pública.

Em seguida, dois anos após o advento do projeto, foi criado o Programa Agenda Ambiental da Administração Pública, que tinha como intuito alertar os gestores públicos para a importância dos aspectos ambientais, proporcionando o incentivo a inserir critérios de gestão ambiental em suas atividades do cotidiano.

Foi então, que em 2002, a A3P foi reconhecida pela Unesco pelo trabalho que vinha desenvolvendo acerca de questões ambientais relacionadas com a Administração Pública e pela obtenção de resultados positivos, ganhando o prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente.

Por tudo isso, A Agenda Ambiental então, foi inserida no PPA 2004/2007 como ação integrante do programa de Educação Ambiental para Sociedade Sustentáveis, tendo continuidade no PPA 2008/2011 (COMPRA SUSTENTÁVEL, 2018). Sendo assim, a A3P foi finalmente efetivada, tornando-se um exemplo de sustentabilidade nas práticas públicas.

A partir de 2007, a A3P passou a fazer parte do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS), da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC). Assim, a A3P se tornou uma das principais ações para a apresentação e a instalação de um novo compromisso governamental perante as atividades da gestão pública, estabelecendo critérios ambientais, sociais e

econômicos as suas atividades.

Nos dias atuais, a A3P tem como principal desafio, impulsionar a Responsabilidade Socioambiental como política governamental, colaborando na inserção da agenda de crescimento econômico ao mesmo tempo que o desenvolvimento sustentável, por meio da inclusão de critérios e princípios socioambientais à Administração Pública.

Por tudo isso, infere-se, que os aspectos ambientais e sua relação direta com os critérios avaliativos destinados à licitação sustentável em seu processo, é de extrema importância para a sociedade, já que, a Administração Pública detém grande papel influenciador, a ponto de promover assim, grandes feitos à preservação do meio ambiente através da aquisição de suas compras e/ou serviços públicos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do surgimento significativo de métodos que servissem de controle e diminuição do desmatamento ambiental e minimização dos problemas que colocavam em risco a sustentabilidade, é possível mencionar, em virtude do que foi apresentado e discutido ao longo do trabalho em questão, que as licitações sustentáveis são um instrumento de extrema importância para a redução de impactos ao meio ambiente através de suas compras e contratações públicas.

Cabe ressaltar, que a licitação sustentável leva em conta critérios que vão desde à proposta mais vantajosa, a que apresente a melhor relação custo-benefício, aos critérios que envolvem aspectos sociais e ambientais, com o intuito de avaliar o produto ou serviço que mais se aproxima de ideias que buscam a preservação do meio ambiente, do uso consciente de recursos naturais.

Com isso, as aquisições públicas podem influenciar a criação de um mercado significativo voltado para negócios sustentáveis, incentivando a inovação e estimulando a competição nesse ramo, proporcionando aos produtores retornos pelo melhor desempenho ambiental de seus serviços e produtos, e assim, promover o desenvolvimento sustentável.

Percebe-se, portanto, que as compras públicas passam a potencializar os recursos públicos inserindo-os em âmbitos estratégicos e pertinentes para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Portanto, é possível apontar, que uma licitação sustentável pode promover benefícios não só para o meio ambiente, mas também, para a administração pública e as empresas que buscam soluções em sustentabilidade.

Diante disso e do que foi exposto no trabalho, foi possível analisar o processo licitatório sustentável e reconhecer seu potencial de preservação ao meio ambiente e benefícios à economia, proporcionando diversas possibilidades e inovações aos produtos e serviços através dos licitantes que precisam inserir o cuidado à sustentabilidade no meio que atuam.

Assim, a ideia neste trabalho foi concretizada a partir da discussão sobre como uma licitação sustentável pode promover benefícios não só para o meio ambiente, mas também, para a Administração Pública e empresas que buscam soluções em sustentabilidade. O intuito foi conhecer um pouco mais sobre o funcionamento da licitação sustentável e suas atribuições a fim de contribuir com mais estudos voltados para a área e posteriores trabalhos de relevância.

## 5. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Herbert. **Lei 8.666/93 – Atualizada e Esquematizada**. 29 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2018/11/19183440/Lei-8666-atualizada-e-esquematizada2.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

BRASIL. Disponível em: **Decreto Nº 7.746**, de 5 de junho de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2020

BRASIL. **Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm)>. Acesso em: 03 mai. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12. 349, de 15 de dezembro de 2010**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2020. Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1o do art. 2o da Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Boletim de Compras Públicas**. Brasília, outubro de 2018. Disponível em: <<https://compraspublicasbrasil.gov.br/portal/pdf/boletim-de-compras-publicas.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

CARVALHO, Daniela Gomes de. Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: Uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade.

**Planejamento e políticas públicas** – PPP, n. 32, jan./jun. 2009.

COMPRA SUSTENTÁVEL. **O que é a A3P?** 26 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.comprasustentavel.com.br/o-que-e-a3p.html>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

COSTA, Carlos Eduardo Lustosa da. **As licitações sustentáveis na ótica do controle externo**. Belo Horizonte, ano 14, n. 71, jan./fev. 2012. Biblioteca Digital - Editora Fórum.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 10.ed. Salvador: Juspodivm, 2016. DICIO. Dicionário on-line de Português. **Significado de Licitação**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/licitacao/>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

FNDE. **Compras Governamentais**. 28 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/acoes/compras-governamentais/sobre-compras-governamentais>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

GARCIA, Flávio Amaral; RIBEIRO, Leonardo Coelho. Licitações Públicas Sustentáveis. **RDA – Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 260, p. 231-254, maio/ago. 2012.

IPEA. **Programas visam inserir micro e pequenas empresas nas compras governamentais**. 23/11/2018. Disponível em:

<[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34435%3Aprogramas-visam-inserir-micro-e-pequenas-empresas-nas-compras-governamentais&catid=6%3Adiante&directory=1&Itemid=1](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34435%3Aprogramas-visam-inserir-micro-e-pequenas-empresas-nas-compras-governamentais&catid=6%3Adiante&directory=1&Itemid=1)>. Acesso em: 18 abr. 2020.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2002.

NUNES, Tarcila Mellisa Pereira. Licitação Sustentável. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas empresas – REGMPE**, Brasil-BR, V.2, Nº1, p. 177-214, Jan./Abr. 2017.

PINTO, Winícius Siqueira. **Licitações e contratações públicas sustentáveis: A função socioambiental do contrato administrativo**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdades Alves Faria Curso de Direito. Goiânia, 2012.

ZUCCO, Fabiano. Blog RCC. **O que é licitação sustentável?** 18 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.rcc.com.br/blog/o-que-e-licitacao-sustentavel/>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SILVEIRA, JONAS DOS SANTOS  
A IMPLEMENTAÇÃO DO EXAME PROCESSAMENTO AUDITIVO  
CENTRAL COMO POLÍTICA PÚBLICA / JONAS DOS SANTOS  
SILVEIRA. - Miguel Pereira: 2020.  
xiv, 14 f. ; 29,7 cm.

Orientador: PAULO CESAR PEREIRA.  
Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em GESTÃO PÚBLICA - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.  
Inclui Bibliografias.

1. IMPLEMENTAÇÃO. 2. EXAME PROCESSAMENTO AUDITIVO  
CENTRAL. 3. POLÍTICA PÚBLICA. I. PEREIRA, PAULO CESAR. II.  
Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

# A IMPLEMENTAÇÃO DO EXAME PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL (PAC) COMO POLÍTICA PÚBLICA

Jonas dos Santos Silveira<sup>1</sup> , Paulo Cesar Pereira<sup>2</sup>

(1) Graduando da Faculdade de Miguel Pereira,

(2) Faculdade de Miguel Pereira - Orientador

**RESUMO.** O processamento auditivo central é o conjunto de atividades necessárias para que o indivíduo detecte, analise, associe e interprete as informações sonoras ou seja, é o caminho que o som percorre desde a orelha externa, passando pelas vias auditivas centrais até o córtex cerebral, podendo ser considerados a grosso modo como a comunicação ou conversa que as orelhas fazem com o cérebro. O transtorno do processamento auditivo central (PAC) é uma dificuldade que o indivíduo tem para lidar com as informações recebidas pela audição, sendo assim, se o cérebro é incapaz de processar corretamente o que foi dito, a mensagem é perdida ou mal entendida causando assim, desvios fonológicos, dificuldade de aprendizagem, muito confundido com preguiça de aprender, dislexia, disgrafia, transtorno de déficit de atenção e distúrbios de linguagem dentre outros. Durante o processo de construção da aprendizagem, estudantes podem encontrar muitas dificuldades levando-os muitas vezes a evasão escolar, sendo assim, segundo a teoria piagetiana o indivíduo passa por fases de desenvolvimento da qual o não mais importante é no período das operações concretas que compreende a fase dos 07 aos 12 anos que as crianças alcançam a capacidade de operar mentalmente suas capacidades empíricas e abstratas. Consequentemente a avaliação do processamento auditivo central que permite estabelecer relações entre as habilidades auditivas, processos cognitivos e da memória devem ser feitos nesse período e por um fonoaudiólogo especializado nesse assunto, para tanto, também é requisito básico que este profissional esteja voltado exclusivamente no ambiente escolar, pois é este que define o perfil, as necessidades e as prioridades institucionais aos aspectos fonoaudiólogos, que possam afetar as condições da saúde e da educação. Levando em conta as determinações estabelecidas pelas normas do conselho federal de fonoaudiologia em conjunto com a lei nº 9394/96 (LDB), dando conta que o atendimento clínico não pode ser feito dentro do ambiente escolar, faz-se necessário a criação de uma política pública no sentido de contratar via concurso público para cargo efetivo, ou prestador de serviço, um fonoaudiólogo voltado à área educacional, pois é este que tem experiência voltada para o desenvolvimento da linguagem e da aprendizagem e que muito contribui para o processo educacional.

Palavras-Chave: Licitação sustentável; Preservação do meio ambiente; Gestão Pública; Sustentabilidade.

## 1. INTRODUÇÃO

É ponto pacífico que a atividade mais transformadora da sociedade é a educação. É através da frequência à escola e o conseqüente aprendizado que se forma o cidadão. Para além do oferecimento da oportunidade de ingressar na escola, é necessário que sejam identificadas, o mais precoce possível, as dificuldades individuais do aluno, para que o objetivo educacional seja alcançado, independentemente das condições próprias de cada aluno.

Uma das causas, ainda pouco discutidas, é o transtorno do processamento auditivo central. Os portadores deste distúrbio detectam os sons, mas não conseguem interpretar as informações contidas nele, o que é crucial na fase de aprendizado das crianças.

O presente trabalho tem como objeto a discussão a respeito da implementação efetiva do exame processamento auditivo central (PAC) como política pública voltada para a prevenir deficiências de aprendizado especificamente na compreensão das linguagens oral e escrita detectando, acompanhando, tratando e fornecendo tratamento terapêutico e educacional aos alunos que apresentem o transtorno do processamento auditivo, de forma que a mais curto prazo possível tenham alunos capazes de absorver e compreender facilmente os conhecimentos abordados em sala de aula e a longo prazo, tenham capacidade de atingir seus objetivos educacionais.

Para Pereira (2014), a recomendação atual é que o PAC é seja realizado em crianças a partir dos 6 anos de idade e irá permitir analisar e diagnosticar como o cérebro está interpretando a mensagem recebida, e sua realização poderá ajudar a identificar precocemente o distúrbio leva a criança a não conseguir interpretar o som, já que essa interpretação depende das habilidades auditivas organizadas e estruturadas. Segundo a teoria de Piaget, esse período é o período das operações concretas, ou seja, é nessa fase que o processo de pensar da criança alcança a capacidade de operar mentalmente por representações abstratas.

O trabalho foi desenvolvido com a consulta bibliográfica atual sobre o tema e leitura de artigos relacionados ao tema em questão. Pretende-se com o trabalho trazer a discussão e promover a reflexão sobre o F transtorno do processamento auditivo central, sinalizando para a possibilidade o desenvolvimento de política pública que permita o diagnóstico e o acompanhamento das crianças de maneira que possam desenvolverem todo seu potencial.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 O que é transtorno do processamento auditivo central ?

Uma das primeiras habilidades desenvolvidas pelos seres humanos é a habilidade auditiva, essa habilidade tem seu amadurecimento quando o indivíduo atinge os 13 anos, na medida em que se amadurece mais eficiente será ao receber estímulos. O processamento auditivo central (PAC) é o caminho que o som percorre desde o momento da recepção, passando pelas vias auditivas centrais, até o córtex cerebral. Essa comunicação sadia ocorre quando o som é processado no cérebro, se tornado em informações claras.

Segundo Pereira (2014) o processamento compreende um conjunto de atividades necessárias para que um indivíduo detecte, analise, associe e interprete as informações sonoras. Essas habilidades funcionando plenamente faz com que o sistema nervoso central discrimine diferentes sons, selecionando-os mesmo que estes estejam em ambientes ruidosos, ou seja, é como se emitíssemos dois sons ao mesmo tempo e mesmo assim o indivíduo interprete-o em separado. O transtorno se dá quando há dificuldade do indivíduo em lidar com as informações que chegam através da audição. Ou seja, o indivíduo detecta a som



perfeitamente mas tem dificuldades em interpretá-los tendo portanto dificuldade em um ou mais níveis das habilidades auditivas. Outro aspecto importante a ser levado em conta é que, escutamos com nossos ouvidos mas é o cérebro que processa e faz uso das informações que escutamos. Se o cérebro for incapaz de processar corretamente o que foi dito ou se houver algum problema na transmissão do som, a mensagem é perdida ou mal entendida produzindo dificuldades diárias no processo de comunicação oral, de leitura e escrita, incluindo o desempenho escolar. Além dos prejuízos acadêmicos há prejuízos no convívio social.

## **2.2 Causas**

Por esse motivo a maior parte dos diagnósticos é feita em crianças e idosos onde estes tem como manifestações comportamentais por exemplo: parecer não ouvir bem, mesmo tendo os padrões auditivos normais, procurar pistas visuais como auxílio no rosto dos falantes, demora ao entender ou quando recebe um chamado, dentre outros.

## **2.3 Diagnóstico**

O diagnóstico é e deve ser feito por um fonoaudiólogo que tem treinamento e habilidade na aplicação dos testes, somados a conhecimentos específicos na avaliação comportamental e na interpretação dos resultados. Mas esses exames tem que obedecer alguns requisitos, a saber, ter a criança idade maior que sete anos, níveis cognitivos suficientes para entender os estímulos como saber interpretar figuras e números. Porém por determinações estabelecidas nas normativas do conselho federal de fonoaudiologia, em consonância com a lei 9394/1996 (LDB) e com a lei nº 8.080/90 do SUS, o atendimento clínico não pode ser realizado dentro do ambiente escolar, porém o profissional deve estar voltado exclusivamente à área da educação, pois é este que tem a experiência de diagnosticar e tratar tal distúrbio, porém há outros profissionais da área da saúde e da educação que podem encaminhar o indivíduo para a realização do exame do processamento auditivo central, quais sejam, fonoaudiólogos, psicopedagogos, psicólogos, otorrinolaringologistas, pediatras, neurologistas, psiquiatras e a própria escola, indicadas pelos professores ou equipes técnicas.

## **2.4 Sinais que podem ser percebidos**

Os sinais de deficiência no processamento auditivo central se manifestam quando por exemplo o indivíduo procura pistas visuais no rosto dos falantes, apresenta déficit em entender o que se é falado, tem dificuldade para entender conversas dentro de ambientes ruidosos, dificuldade em memorização, fadiga atencional em aulas ou palestras, troca de letras na fala e na escrita, dificuldade de entender conceitos abstratos ou de duplo sentido, mas também há vários tipos de manifestação no comportamento social como: distração, impaciência, tendência ao isolamento, desorganização, ou desinteressado pelo estudo além disso, pode vir acompanhado de outros distúrbios, como o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), muitas vezes interpretados pelos pais e professores como sendo o aluno uma criança preguiçosa.

## **2.5 Prevenção**

Essa desordem tem tratamento e pode ser tratado se for detectado precocemente por um especialista no assunto que vai estimular as habilidades auditivas, submetendo o indivíduo à terapias que promovem mudanças no substrato neural do sistema nervoso auditivo central (SNAC), com exercícios verbais e não verbais. Porém estes são feitos dentro dos consultórios pelo menos uma vez por semana haja

vista que o conselho federal de fonoaudiologia só permite tal consulta no ambiente clínico porém estes profissionais podem orientar e propor estratégias que auxiliem os alunos no desenvolvimento da linguagem e da aprendizagem, atuando em parceria com a equipe pedagógica da escola nos diferentes níveis de escolaridade em qualquer modalidade de ensino, esse trabalho preventivo pode impedir uma vida inteira de reprovos e dificuldades no ambiente escolar e social, pois o cérebro humano tem durante a infância uma grande capacidade de flexibilidade em seu desenvolvimento, também chamado de plasticidade neural, com o auxílio de um especialista, o cérebro da criança vai sendo treinado e adaptado a compensar as falhas neurológicas das vias auditivas centrais.

### **3. O PAC**

A partir dos 3 anos a criança é capaz de entender tudo, no entanto há erros gramaticais, com 4 anos a criança é capaz de inventar histórias, entende regras e jogos simples, com 5 anos fala frases completas, sons e corretamente. As fases de desenvolvimento apontadas segundo a teoria piagetiana se dividem em: período Sensório-motor (0 a 2 anos), Pré-operatório (2 a 7 anos), Operações concretas (7 a 11 ou 12 anos), Operações formais (11 A 12 em diante). O exame é realizado a partir dos seis anos de idade, pois depende da colaboração da criança, em idades menores podem gerar resultados não conclusivos, nele é feita a avaliação da audição periférica e alguns testes avaliam a função auditiva central. É totalmente indolor, e é realizado dentro da cabina acústica com fones de ouvido. O paciente escutará estímulos verbais e não verbais com distorção. Ele precisará ouvir e produzir oralmente ou apontar uma figura ou palavra escrita para produzir a resposta sensorial envolvida. Segundo Cunha (2002), o desenvolvimento intelectual, segundo Piaget envolve quatro períodos de desenvolvimento experimentado necessariamente de forma sequencial, cada fase dessa prepara e alicerça a fase seguinte, porém é preciso levar em conta fatores biológicos, educacionais e sociais.

#### **3.1 A Adoção do screening como política pública**

Entender políticas públicas como um conjunto de serviços que se destinam a diminuir as desigualdades sociais e promoção do desenvolvimento econômico gerando impactos positivos nas relações sociais seja na educação, saúde, assistência social dentre outros é garantir um futuro digno para as futuras gerações, nesse sentido, devem os atores políticos subsidiar a atuação desses profissionais no cenário educacional, implementando e inserindo a fonoaudiologia nas políticas públicas voltadas à educação escolar, pois esses são capazes de definir as necessidades e as prioridades que possam afetar as condições de saúde auditiva, auxiliando na realização de encaminhamentos de exames específicos, avaliações e acompanhamento terapêutico, elaborando e discutindo as necessidades do aluno e possíveis adaptações, ou seja, promovendo a saúde, com atendimento personalizado aprimorando os processos de ensino aprendizado integrando os setores de saúde e educação. segundo a organização mundial da saúde (OMS), cerca de 3% da população mundial apresenta déficit de atenção esse índice pode dificultar o processo de aprendizagem de crianças e adolescentes.

Para Almeida (2018), “é preciso muita atenção aos principais sinais que se baseiam em um tripé de sintomas, sendo, basicamente desatenção, impulsividade e hiperatividade”. Alerta, também que esses sintomas isolados podem resultar de muitos problemas na vida de relação das crianças com os pais e/ou colegas.

Portanto, fica claro que o diagnóstico deve ser feito por profissional habilitado, mas os educadores podem, e devem, levantar hipóteses levando o caso concreto ao conhecimento do corpo pedagógico da

escola ou conversar com a família, desde que estejam orientados para os sinais de suspeição.

### **3.2 Estruturação da política**

Para discutir esse assunto e implementar uma política pública de prevenção, diagnóstico e tratamento é preciso o envolvimento dos vários atores sociais e políticos, a saber, escolas, ministério da educação, secretarias de educação, conselhos de educação, Ongs, fundações educacionais dentre outros. É muito importante haver uma interface do profissional de fonoaudiologia especializado com o meio escolar, pelo fato deste ter a possibilidade de planejar ações em conjunto com outros profissionais no acompanhamento de alunos, quais sejam, fonoaudiólogos, psicopedagogos, psicólogos, professores, dentre outros, colaborando com a realização de atividades que promovam a saúde, o desenvolvimento e o aprimoramento dos aspectos relacionados à linguagem, oral escrita e audiométricas, sensibilizando a comunidade educacional sobre as interferências dos problemas de saúde relacionados com o processo educacional detectando e tratando a tempo.

### **3.3 Operacionalização da política pública**

Políticas públicas são os meios criados não apenas para garantir a ordem e a segurança social, mas também para promover serviços destinados a diminuir as desigualdades sociais e promover o crescimento econômico, ou seja, compreende o conjunto de intervenções e ações do estado orientadas para a geração de impactos nas relações sociais, sendo as mais conhecidas as políticas de educação, saúde assistência social dentre outros. Para tanto é preciso seguir um rito onde essas ações são organizadas e estruturadas de maneira funcional e sequencial, levando em conta a participação não somente do poder público, mas de toda a sociedade, inclusive do setor privado. Uma das fases do ciclo da criação de políticas públicas é a formação de agenda, onde se percebe o problema existente se analisa os dados e mostram as condições de determinada situação, a emergência e os recursos existentes, ou seja, cabe a seus dirigentes desenvolver projetos, realizar atividades, superar obstáculos e controlar seu ambiente, por meio de especialização de tarefas, coordenando esforços e usando de forma inteligente os recursos em uma relação sadia de planejamento, organização, direção e controle. No caso em estudo deve haver a participação de todos os atores, do local para o geral, ou seja, parte da suspeita dos pais em notar que a criança tem alguma dificuldade de aprendizado, é desatenta nas tarefas básicas, dos professores, do setor público, dentre outros. Pois todos devem participar nas tomadas de decisão e para tanto deve haver um planejamento estratégico onde todas as decisões tem um único propósito, fazer com que todo esforço empregado tenha um resultado mais eficiente e eficaz, direcionando forças e tendo uma visão holística do problema e das soluções. Como explica Santos (2015), o planejamento costuma figurar como a primeira função administrativa, pois serve como base para as demais. Ele determina, antecipadamente, o que deve fazer, quais os objetivos a serem atingidos, quais controles serão adotados e que tipo de gerenciamento será pertinente para alcançar os resultados satisfatórios.

## **4. METODOLOGIA**

O presente artigo foi realizado através de pesquisa exploratória e bibliográfica descritiva. As pesquisas exploratórias, segundo Gil (1995), são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

De acordo com Vergara (2004) uma investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse artigo foi a pesquisa bibliográfica divididas em: resumo, introdução, desenvolvimento, causas, diagnóstico, sinais que

podem ser percebidos, prevenção, o PAC, adoção do screening como política pública, estruturação política, operacionalização, metodologia, discussão e conclusão, onde os autores orbitam em suas particularidades profissionais, porém todos em função de um único objetivo, qual seja, a de tomar as melhores decisões no sentido de detectar, tratar e buscar a forma mais eficiente de prevenir o distúrbio do processamento auditivo central, tratando-o a tempo e buscando uma melhoria no futuro da educação.

Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral, definem os estudos descritivos como destinados a descrever as características de determinada situação.

A pesquisa foi realizada na bibliografia eletrônica do site da Biblioteca da Famipe, nas bases de dados online no site de procura do Google Acadêmico e Scielo e pesquisas em livros, artigos, monografias, a fim de adquirir embasamentos teóricos para dissertação sobre o tema proposto.

Sendo assim como preceitua Freeman (1992) “Sucesso significa diferentes coisas para diferentes pessoas”. Nesse sentido, todos os profissionais devem estar alinhados, direcionados a busca desse objetivo que é a melhoria do ensino aprendido.

## 5. DISCUSSÃO

O transtorno do processamento auditivo central (PAC) pode ser entendido como um problema que limita o processo de ensino aprendizagem do corpo discente, haja vista que as informações recebidas por estes alunos são detectadas, porém a análise, a interpretação e o processamento dessas informações não fazem o caminho correto até o cérebro, levando-os muitas das vezes a abandonar os estudos causando um alto índice de evasão escolar, principalmente por ser um problema que se não for diagnosticado por um profissional a tempo, pode ser confundido como sendo o aluno desinteressado, preguiçoso e futuramente possa trazer problemas adversos incluindo comportamentos sociais, de linguagem, de escrita e leitura.

Diante de tal problemas devem ser adotados e esgotados todos os meios, por parte dos gestores públicos e seus operadores para minimizar esse efeito tão negativo e indesejado na educação brasileira.

A proposta aqui é mostrar que não devemos medir esforços para que haja melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e conseqüentemente da sociedade, este que é e deve ser o objetivo final de todo gestor, o interesse coletivo, ou seja, as políticas públicas são respostas do estado às necessidades do coletivo que por meio do desenvolvimento de ações e programa que objetivam o bem comum e desigualdade social.

Nosso assunto aqui é justamente esse, ou seja, é formar uma agenda governamental, elaborando uma política pública para que possamos trabalhar preventivamente na área educacional, para tratar esses alunos detectados com o transtorno do processamento auditivo central (TPAC), dando-os assim, uma excelência no processo mais importante na vida de cada estudante, esta que é o processo de ensino aprendizagem, assim sendo, a atenção a criança e ao adolescente deve ser prioridade de todos os segmentos de uma sociedade, como forma de promover o bom desenvolvimento do homem e da sociedade no seu conjunto.

Com o advento da lei federal nº 6.965/8 houve a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo com sendo o profissional que atua em pesquisa, prevenção, avaliação, e terapia fonoaudiológica na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões de fala e voz, ou seja, é o profissional capaz de trabalhar os aspectos que envolvem a comunicação e sua relação com o ensino aprendizagem minimizando as possíveis dificuldades nesses processos.

São vários os setores em que este profissional atua ou pode atuar, quais sejam, nas escolas este profissional define o perfil, as necessidades e as prioridades institucionais concernentes aos

aspectos fonoaudiológicos que possam afetar a saúde e a educação, promovendo o desenvolvimento e o aprimoramento da linguagem e da escrita contribuindo para a inclusão efetiva, promovendo a acessibilidade na comunicação, auxiliando na definição dos melhores meios e técnicas de intervenção, sugere estratégias, recursos e adaptações didáticas que favoreçam a aprendizagem, propondo a criação de sala de recursos dentre outros aspectos, podemos notar que são inúmeros os benefícios da inclusão deste profissional voltado exclusivamente na área educacional.

Nesse sentido deve ser criada uma agenda onde os problemas são percebidos onde haverá a avaliação do custo benefício e a avaliação dos recursos, tornando essa uma necessidade pública. A lei federal nº 13.935/2019 publicada no diário oficial da união nº240, de 12/12/2019, dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica em seu artigo 1º diz que “as redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação por meio de equipes multidisciplinares” no parágrafo 1º diz que as equipes multidisciplinares deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

A pergunta é a seguinte: “Se a educação e a saúde são os pilares de um estado de direito, são direitos sociais e a prioridade de todo governante é o interesse público, podemos medir esforços ou meios para minimizar esses direitos?” A resposta é óbvia. Todo recurso voltado para a melhoria na educação seria um mínimo para que tenhamos um país desenvolvido, ou seja, não querendo afastar os demais direitos, temos que refletir que a educação é desenvolvimento, que a educação é excelência.

O desafio aqui é minimizar as desigualdades haja vista que há uma diversidade nos modos de aprender de cada criança e muitas vezes no modelo vigente, não há espaço e nem entendimento que deve haver ajustes nas estratégias que levem em conta que há problemas associados a questões emocionais, ambientais e cognitivas que devem ser levados em conta. Só assim, perseguindo os problemas e tratando-os com eficiência através de ações concretas, atingiremos a excelência na educação, saúde e na segurança, pilares de um país desenvolvido.

## 6. CONCLUSÃO

Buscar uma sociedade mais justa, digna e sustentável, deve ser o objetivo de cada cidadão, sendo assim, minimizar as desigualdades sociais com políticas públicas eficazes capazes de construir uma escola de qualidade capaz de garantir o desenvolvimento do corpo discente, produzindo cidadãos mais críticos e capazes para construção dos pilares de uma sociedade mais justa e igualitária.

## 7. BIBLIOGRAFIA

<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Lei-13935-2019-12-11.pdf>

**ALMEIDA, L. H. ; MOUSINHO, R. .** Análise da escrita de escolares com e sem dificuldades no início da segunda etapa do ensino fundamental. *Psicopedagogia*. Associação Brasileira de Psicopedagogia, v. 35, p. 42-50, 2018.

**ANDRADE, Caio Leônidas Oliveira de et al .** HIPOTIREOIDISMO CONGÊNITO COMO FATOR DE RISCO PARA OS TRANSTORNOS DO PROCESSAMENTO

AUDITIVO CENTRAL. *Rev. paul. pediatri.*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 82-89, jan. 2019. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-05822019000100082&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822019000100082&lng=pt&nrm=iso)>.

A implementação do exame processamento auditivo central (PAC) como política pública - Jonas dos Santos Silveira

acessos em 02 set. 2019. Epub 30-Ago- 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0462/;2019;37;1;00014>.

**ANGELI**, Miguel Luiz de Sant Ana; **ALMEIDA**, Clemente Isnard Ribeiro de; **SENS**, Patrícia M.. Estudo comparativo entre o aproveitamento escolar de alunos de escola de 1º grau e teste de inibição de emissões otoacústicas transientes. *Rev. Bras. Otorrinolaringol.*, São Paulo, v. 74, n. 1, p. 112-117, Feb. 2008. Acesso <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-72992008000100018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72992008000100018&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 Sept. 2019.

**BONUCCI**, M. ; **REIS**, A. C. M. B. ; **MANDRA**, P. P. ; **MENDONCA**, M. P. C. ; Mantello, Erika Barioni . Processamento auditivo: marcadores de tempo por habilidade auditiva. *MEDICINA (RIBEIRAO PRETO. ONLINE)*, v. 48, p. 449, 2015.

**CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA SRTVS** Qd. 701 Bloco E, Palácio do Rádio II, Sala 627 CEP: 70340-902 – Asa Sul – Brasília/DF Tel./Fax.: (61) 3321-5081 fono@fonoaudiologia.org.br [www.fonoaudiologia.org.br](http://www.fonoaudiologia.org.br)

**COSTA-FERREIRA, M.I.D**; **LUZ**, D. M. ; Identificação dos fatores de risco para o transtorno do processamento auditivo (central) em pré-escolares. *Revista CEFAC (Online)*, v. 13, p. 657-667, 2011.

**MARCONI**, Andrade, M. D., **LAKATOS**, Maria, E. Fundamentos de Metodologia Científica, 8ª edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010770/>

**MARTINS, J.S** ; **PINHEIRO, M. M. C.** ; **BLASI, H.** . A utilização de um software infantil na terapia fonoaudiológica de Distúrbio do Processamento Auditivo Central. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (Impresso)*, v. 13, p. 398- 404, 2008.

**MENDONÇA, Júlia Escalda**; **LEMOS**, S. M. A. . Promoção da saúde e ações fonoaudiológicas em educação infantil. *Revista CEFAC (Online)*, v. ahead, p. 000-000, 2011.

**PELOSI**, MIRYAM BONADIU ; **SILVA**, RENATA MOUSINHO PEREIRA DA ; **SANTOS**, GLADIS DOS ; **REIS**, NATHALYA HERZER . Atividades Lúdicas para o Desenvolvimento da Linguagem Oral e Escrita para Crianças e Adolescentes com Síndrome de Down. *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL*, v. 24, p. 535-550, 2018.

**PEREIRA**, Kátia Helena, Manual de orientação: transtorno do processamento auditivo – TPA / Kátia Helena Pereira - Florianópolis: DIOESC, 2014. 62p.: il. color.

**REIS**, T. G.; **DIAS**, R. F. ; **BOSCOLO**, C. C. . O Conhecimento de Professores sobre a Relação entre Processamento Auditivo Central e Aprendizagem Escolar. In: 32º Encontro Internacional de Audiologia, 2017, Gramado - RS. Anais Científicos - 2017, 2017. p. 4004-4004.

**ROMERO**, Ana Carla Leite; **Capellini**, S. A. ; **Frizzo**, A. C. F. . Processamento auditivo temporal em crianças com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade. *Revista CEFAC (Online)*, v. 17, p. 1982-0216, 2015.

**SANTOS M.F.C.** Escuta com dígitos. In; *Processamento Auditivo Central: Barueri: Pró-Fono*, 2011.

**VERGARA**, , S.C. Métodos de Pesquisa em Administração, 6ª edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522499052/>

**VIACELLI**, SANDRA NUNES ALVES & Bovolini, Aline & Sperança, Simone & Faria, Sonia & Oliveira Mello, Ricardo & Felício Nepomuceno, Pablo & Gonçalves, Fátima & Pereira, Liliane. (2018). Percepção dos pais sobre os efeitos do treinamento auditivo acusticamente controlado em crianças. *Distúrbios da*

Comunicação. 30. 542. 10.23925/2176-2724.2018v30i3p-542-550.

**VOLPATTO, F. L.; RECHIA, I. C. ; FERREIRA, M. I. D. C. ; SOLDERA, C. L. C. ;**

LESSA, A. H. ; MACHADO, M. S. . Questionários e checklists para triagem do processamento auditivo central utilizados no Brasil: uma revisão sistemática. In: 33º Encontro Internacional de Audiologia, 2018, São Paulo. Questionários e checklists para triagem do processamento auditivo central utilizados no Brasil: uma revisão sistemática, 2018.

**WIEMES, G. R. M.; KOZLOWSKI, L. ; MOCELLIN, M. ; HAMERSCHMIDT, R. ;**

SCHUCH, L. H. . Potencial Evocado Cognitivo e Desordem de Processamento Auditivo em Crianças com Distúrbio de Leitura e Escrita. Revista Brasileira de Otorrinolaringologia (Online), v. 78, p. 91/4304-97, 2012.

# O PREGÃO ELETRÔNICO E SUAS FUNCIONALIDADES À LUZ DO DECRETO 10.024/2019 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 206/2019

Juliana Maia Arantes<sup>1</sup>, José Carlos Curty Bahia<sup>2</sup>

Aluna, Famipe - Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão Pública,  
julimarantes@yahoo.com.br

Professor, Famipe - Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão Pública,  
bahiam25@gmail.com

**RESUMO.** O objetivo deste artigo é conhecer os fundamentos do Pregão Eletrônico e suas funcionalidades a luz do Decreto nº 10.024/2019 e da Instrução Normativa 206/2019. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, através da busca ativa de informações em livros, revistas, artigos acadêmicos, Leis, Decretos e Instrução Normativa, acerca da temática. A partir do levantamento da literatura revisada, foi possível conhecer os fundamentos e as funcionalidades do Pregão Eletônico a luz do Decreto 10.024/2019 e da Instrução Normativa 206/2019. Verificamos que o Decreto nº 10.024, regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns. A IN 206/2019 estabelece prazos para que órgãos públicos da esfera estadual, distrital ou municipal, utilizem, obrigatoriamente, a modalidade de pregão eletrônico ou a de dispensa eletrônica, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, em consonância com o Decreto nº 10.024/2019.

Palavras-chaves: Pregão. Pregão Eletrônico. Decreto. Instrução Normativa.

## ELECTRONIC PREACH AND ITS FUNCTIONALITIES IN THE LIGHT OF DECREE 10.024 / 2019 AND REGULATORY INSTRUCTION 206/2019

**ABSTRACT.** *The objective of this article is to know the fundamentals of the Electronic Auction and its functionalities in the light of Decree No. 10,024 / 2019 and Normative Instruction 206/2019. For that, a bibliographic research was carried out, through the active search for information in books, magazines, academic articles, Laws, Decrees and Normative Instruction about the theme. From the survey of the revised literature, it was possible to know the fundamentals and functionalities of the Electronic Auction in the light of Decree 10.024 / 2019 and Normative Instruction 206/2019. We note that Decree No. 10,024, regulates bidding, in the auction mode, in electronic form, for the acquisition of goods and the contracting of common services. IN 206/2019 establishes deadlines for agencies, entities of the state, district or municipal public administration, directly or indirectly, to use, necessarily, the electronic auction or electronic dispensation modality, when executing Union resources resulting from voluntary transfers, in accordance with Decree No. 10,024 / 2019.*

*Keywords: Auction. Electronic Auction. Decree. Normative Instruction.*



Maia, Arantes, Juliana

O Pregão Eletrônico e suas funcionalidades à Luz do Decreto  
10.024/2019 e da Instrução Normativa 206/2019 / Arantes, Juliana Maia. -  
Miguel Pereira: Miguel Pereira 2020.  
xvi, 16 f. ; 29,7 cm.

Orientador: José Carlos Curty Bahia.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira 2020.  
Inclui Bibliografias.

1. Pregão. Pregão Eletrônico. Decreto. Instrução Normativa. 2. undefined.  
3. undefined. 4. undefined. 5. undefined. I. Bahia, José Carlos Curty. II.  
Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. INTRODUÇÃO

A Administração Pública, para cumprir suas funções atua nos mais variados segmentos, produzindo bens, serviços e realizando uma série de atividades das mais variadas possíveis. Para manter a satisfação do interesse coletivo e perpetuar seu funcionamento é necessário adquirir bens e serviços dos mais variados possíveis, para isso a Administração pública precisa utilizar-se de compras (NIEBUHR, 2011).

A partir da necessidade de melhor gerir os recursos disponíveis, faz-se muito importante um determinado setor dentro da administração pública, ou seja, o setor de compras e licitações. As compras podem ser realizadas diretamente ou através de licitações. A Lei que rege as atividades de compras de bens e serviços, bem como as contratações feitas pelo Setor Público é a Lei 8.666/93, esta traz todas as formalidades que devem ser obedecidas pelos agentes públicos, nos casos de contratações de serviços e compras e também dos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação (BRASIL, 1993).

A Licitação é o procedimento administrativo obrigatório a ser utilizado pela Administração Pública, para realizar suas contratações, sejam as aquisições de bens e serviços ou as alienações. É regida principalmente pela Lei Federal nº 8.666/93 - Lei de Licitações e Contratos (NASCIMENTO, 2007).

A Lei nº 8666/93, no art. 22, prevê cinco modalidades de licitação, são elas: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão, definindo cada uma das modalidades nos seus parágrafos. No entanto, pela Medida Provisória nº 2.026, de 04/05/2000, foi criado o pregão como nova modalidade de licitação, a ser utilizada exclusivamente pela União. Em 2002, essa medida provisória foi convertida na Lei 10.520, que ampliou o uso do pregão aos outros entes federativos (DINIZ, 2006).

Com as diversas transformações que o setor público vem passando nos últimos anos, houve a necessidade de acompanhar as novas tecnologias, buscando atender a obrigatoriedade do uso de meios eletrônicos. Estas transformações auxiliaram na desburocratização, tornando a administração pública mais eficaz, eficiente e principalmente transparente no que diz respeito aos seus gastos (FERNANDES, 2008).

A temática do presente trabalho está relacionada basicamente na modalidade de licitação pregão eletrônico, trazido pela Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002, bem como as inovações trazidas pelo decreto 10.024/19.

Neste intuito, o presente trabalho buscou aprofundar-se no entendimento, mostrando as vantagens trazidas pela tecnologia no que diz respeito às compras públicas. Ou seja, vem mostrar o funcionamento da modalidade de licitação pregão eletrônico, destinados a aquisição de bens e serviços comuns.

Diante do exposto, considerando que a tecnologia visa aprimorar as atividades realizadas pelo ser humano questiona-se: quais são as inovações a respeito da incorporação do pregão eletrônico nos processos licitatórios executados pelas esferas governamentais?

O objetivo deste artigo é conhecer os fundamentos do Pregão Eletrônico e suas funcionalidades a luz do Decreto nº 10.024/2019 e da Instrução Normativa 206/2019. Os objetivos específicos são: revisar a literatura pertinente ao tema estudado e apontar as vantagens e desvantagens do pregão Eletrônico.

O presente artigo justifica-se pelo fato de a modalidade pregão eletrônico ser um assunto relativamente recente, que vem sendo empregado em corrente evolução pelos órgãos da administração pública, merecendo, portanto, uma investigação mais aprofundada com relação à sua operacionalização. De igual maneira, este trabalho ganha relevância pelo fato de que pode contribuir de maneira diferenciada sobre a temática em questão.

## 2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA LICITAÇÃO PÚBLICA

A licitação foi introduzida no direito público brasileiro com a edição do Decreto nº 2.926, de 14 de maio de 1862, que regulamentava as arrematações dos serviços do então “Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”. De acordo com Andrade (2006) a licitação é um mecanismo legal que as entidades públicas devem promover a fim de

proporcionar uma disputa entre os interessados em negociar com a Administração. O objetivo da licitação é escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas, destinados a aquisição de bens ou serviços para a sua manutenção e expansão. Trata-se da competição entre os participantes do certame que preencheram os requisitos predefinidos no edital, além de se comprometerem a cumprir as obrigações que assumirão em contrato administrativo.

As Modalidade de licitação são os procedimentos para realização da licitação, ou seja, os ritos previstos em lei para o desenvolvimento do processo de seleção do fornecedor para o Estado. Também se defini como a sequência de atos para que a Administração celebre contrato. As modalidades de licitação são as seguintes, conforme o artigo 22 da Lei de Licitações nº 8.666/93:

- I- concorrência;
- II- tomada de preços; III - convite;
- IV- concurso;
- V- leilão.

Neste estudo abordaremos em especial a modalidade Pregão, mais especificamente a modalidade eletrônica.

### **PREGÃO**

O pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço. O Pregão é instituído pela Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, modalidade de licitação que é aberta para todo o público, inclusive via internet, onde qualquer cidadão interessado pode acompanhar o processo licitatório em curso, os valores de cada lance efetuado, o vencedor e até a duração da disputa. Isso aumenta a transparência e o controle social (PAMPLONA, 2013).

No pregão o objeto não sofre limitação de valor. O que determina a sua utilização é o bem ou serviço a ser licitado, independentemente do valor inicialmente estimado pela Administração. O pregão é aplicado para aquisição de bens e serviços comuns, segundo o parágrafo único do artigo 1º da referida lei.

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. (BRASIL, 2002)

Neste contexto, segundo o artigo 1º da Lei nº 10.520/2002, o pregão é cabível nos casos em que a licitação tenha por objeto a contratação de bens e serviços considerados comuns. O pregão pode ter por objeto: a contratação, que é aquela que ocorre na forma clássica, em que à adjudicação sucede a assinatura do contrato; e o registro de preço, no qual após a adjudicação se assina uma ata para contratações futuras (BRASIL, 2002).

De acordo com Moraes (2008) a desburocratização do sistema de compras administrativas, bem como a agilização e diminuição dos custos, constituem-se em objetivos centrais dessa modalidade de licitação.

É notório que o pregão tem ganhado cada vez mais espaço, sendo hoje a modalidade correspondente a mais de 90% (noventa por cento) das licitações federais. Assim, atualmente são licitados por pregão diversos bens e serviços que outrora eram considerados fora do campo de incidência dessa modalidade (AMORIN; OLIVEIRA, 2019).

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

O Pregão Eletrônico trata-se de uma das formas de realização da modalidade licitatória de pregão, apresentando as regras básicas do Pregão Presencial, com procedimentos específicos, caracterizando-se especialmente pela ausência da “presença física” do pregoeiro e dos demais licitantes, uma vez que toda interação é feita por meio de sistema eletrônico de comunicação pela Internet, possuindo como importante atributo a potencialização de agilidade aos processos licitatórios, minimizando custos para a Administração Pública, estando cada vez mais consolidado como principal forma de contratação do Governo Federal (FONSECA, 2013).

O uso do Pregão Eletrônico proporciona impacto nas contratações governamentais, representado em grandes vantagens aos entes públicos, notadamente em virtude de suas características de celeridade, desburocratização, economia, ampla divulgação e publicidade e eficiência na contratação (FONSECA, 2013).

O Pregão Eletrônico é regulamentado pelo Decreto nº 10.024 de 28 de outubro de 2019 que estabelece a exigência de utilização, preferencialmente do pregão eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns com recursos oriundos de transferências voluntárias da União, incluídos os valores da contrapartida oferecida (BRASIL, 2019).

Seguindo os ensinamentos de Oliveira (2011) após a implantação da forma eletrônica, as licitações se tornaram mais ágeis, céleres e transparentes. A evolução das contratações públicas no Brasil propiciou a busca dos princípios constitucionais nas aquisições de bens e serviços comuns. Os princípios da celeridade, transparência, eficiência e publicidade são mais visíveis com início das aquisições através da tecnologia da informação, ou seja, pelo meio eletrônico.

Neste contexto, foi criado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO em parceria com a Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e Gestão – SLTI/MPOG, o Comprasnet que é o sistema do governo federal para o gerenciamento e processamento das licitações, principalmente o Pregão Eletrônico. Com a criação do site do conhecido vulgarmente conhecido como Comprasnet, tornou-se de fácil acesso o acompanhamento, o gerenciamento e a participação dos órgão e dos licitantes nos certames licitatórios, pois o mesmo é realizado remotamente através do meio virtual, que é a internet, evitando também os deslocamentos desnecessários dos possíveis licitantes (OLIVEIRA, 2011).

Com a facilidade e a transparência dos processos, qualquer cidadão pode consultar e acompanhar em tempo real, todas as licitações realizadas pelo Comprasnet. Esta transparência por se tratar de uma forma na qual todo cidadão pode acompanhar através da internet, facilita o trabalho de fiscalização do orçamento e gastos públicos pela população em geral e principalmente pelos órgão de controle (AMORIN;

### **2.2.1 Desvantagens e Vantagens do Pregão Eletrônico**

O pregão eletrônico apresenta algumas desvantagens, melhor dizendo, limitações na sua utilização, ligados principalmente no que se refere à conectividade da internet. Muitos municípios no Brasil ainda sofrem com a deficiência de poder usufruir de internet de alta velocidade. Outro entrave enfrentado é a exclusão digital que ainda existe no país, onde muitos brasileiros não têm acesso às tecnologias digitais. Outros se excluem mostrando resistência na utilização de recursos tecnológicos (FONSECA, 2013).

Estas limitações tendem a desaparecer ao longo do tempo, devido a maior acessibilidade encontrada hoje pelos brasileiros, devido principalmente ao incentivo do governo na busca da inclusão digital. Solucionados os entraves que limitam o pregão eletrônico, o mesmo permitirá o uso de toda a sua potencialidade.

Segundo OLIVEIRA (2011) dentre as vantagens do pregão eletrônico podemos destacar:

- Publicidade e transparência do procedimento – o pregão eletrônico por utilizar de portal na internet, por si próprio já o torna um processo com maior publicidade, além dos avisos da licitação em outros meios de publicidade instituídos em legislação;

- Desburocratização nos processos de julgamento – o pregão em suas duas formas, tanto eletrônico quanto presencial possui processo inverso de julgamento, enquanto nas demais modalidades de licitação primeiramente são analisadas as documentações de habilitação de todos os proponentes, no pregão somente são verificadas o atendimento as exigências de habilitação do licitante declarado vencedor do certame, diminuindo o processo burocrático, economizando tempo, essencial principalmente em municípios pequenos onde pregoeiro e equipe de apoio desempenham além destes, as funções dos cargos para os quais foram contratados;

- Agilidade, celeridade, eficiência e economia nas contratações – o pregão como modalidade de licitação, principalmente na forma eletrônica trouxe agilidade, rapidez e eficiência nos processos de compras, o que não acontecia nas demais modalidades de licitação. Uma das principais vantagens é de cunho econômico proporcionado pelo aumento do número de licitantes.

Como demonstrado, pode-se dizer que certamente o pregão garante a economicidade para a Administração Pública. Sua ampla competitividade, transparência e divulgação permitem a realização de uma das maiores disputas, em se tratando de processo licitatório.

## **3.METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para essa pesquisa tem caráter bibliográfico. A metodologia bibliográfica, conforme Gil (2010), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Os quais são utilizados para embasar este artigo, com o intuito de direcionar e reforçar as ideias expostas.

A metodologia empregada é fundamentada em artigos, livros, Leis e Decretos que tratam exclusivamente da matéria e legislação correspondente.

## 4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

### CONHECENDO OS FUNDAMENTOS E FUNCIONALIDADES DO DECRETO 10.024/2019

O Decreto 10.024, publicado em 23 de setembro de 2019, institui o pregão eletrônico e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica.

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal (BRASIL, 2019)

Segundo Amorim e Oliveira (2019) o texto do novo decreto foi editado em consonância com o decreto federal nº 9.197/2017 que, dentre outros aspectos, determina que os atos normativos devem ser redigidos com clareza, precisão e ordem lógica. A norma também impõe a observação de diretrizes, tais como, a articulação da linguagem mais adequada à compreensão do objetivo, do conteúdo e do alcance do ato normativo; e a evitação de preciosismo, adjetivações e o emprego de expressões que possam conferir duplo sentido ao texto.

De acordo com o supracitado decreto, é notório que o mesmo não apresenta qualquer inovação quanto ao alargamento do uso do pregão, mas, apenas, torna explícita a sua aplicação a serviços comuns de engenharia, conforme a compreensão já enraizada na atividade contratual da Administração (BRASIL, 2019).

O art. 1º, §1º, da redação proposta ao novo decreto 10.024/2019 torna obrigatório o uso do pregão eletrônico pelos órgãos da administração pública federal direta, autárquica, fundacional e os fundos especiais, ao contrário do atualmente estabelecido no art. 4º do Decreto nº 5.450/05 que indica a utilização preferencial da forma eletrônica do pregão para a aquisição de bens e serviços comuns. (BRASIL, 2005; BRASIL, 2019)

Desta forma, os estados, DF e municípios foram afetados nos processos de contratações que envolverem transferências de recursos da União.

Art. 1º (...) §3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse (BRASIL, 2019)

Neste contexto, o §3º do art. 1º torna obrigatória aos estados, Distrito Federal e municípios, a realização de pregão eletrônico para a contratação de bens e serviços “com a utilização de recursos da União oriundos de convênios, contratos de repasse ou de transferências fundo a fundo”. Essa disposição visa a atender a recentes notas técnicas da Controladoria-Geral da União – CGU que apontam diversas fragilidades na forma presencial do Pregão (AMORIN; OLIVEIRA, 2019).

De acordo com o art. 2º do Decreto 10.024/2019, o pregão eletrônico, está condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos. Desta forma, não há mudança significativa, tendo em vista serem princípios indissociáveis aos

processos de contratação pública (BRASIL, 2019).

O texto proposto ao novo decreto apresenta rol de importantes definições como: bens e serviços comuns, bens e serviços especiais, estudo técnico preliminar, termo de referência, serviços comuns de engenharia, dentre outros.

Art. 4º A licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, não se aplica a: I – contratações de obras; II – locações imobiliárias e alienações em geral, e III – bens e serviços especiais, inclusive os serviços especiais de engenharia (BRASIL, 2019)

São apresentadas as hipóteses em que não se permite a utilização do pregão eletrônico: i) para a contratação de obras; ii) para locações imobiliárias e alienações; e para a contratação a aquisição de bens e serviços especiais, inclusive os serviços especiais de engenharia (BRASIL, 2019).

Nesse contexto, as definições apresentadas no art. 3º – especialmente os incisos III, V e VII -, devem ser utilizadas para a aplicação adequada das vedações contidas na norma:

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto consideram-se: (...) III – Bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não possam ser descritos na forma do inciso II deste artigo. (...) V – Obras: toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta. (...) VII – Serviços comuns de engenharia: toda a atividade ou conjunto de atividades que necessite da participação e acompanhamento de profissional engenheiro habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela Administração, mediante especificações usuais de mercado.

O decreto dispõe da utilização obrigatória do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet para a realização das licitações na modalidade pregão. Insere importante diretriz relacionada à obrigatoriedade de os órgãos e entidades da Administração preveja esforços de treinamento para a formação e a atualização técnica de pregoeiros, membros da equipe de apoio e demais agentes encarregados da instrução do processo licitatório (AMORIN; OLIVEIRA, 2019).

Em seus estudos Agnol e Pillatti (2020) relatam que, em relação ao princípio do desenvolvimento sustentável, o Decreto traz um direcionamento das dimensões sociais, políticas e jurídicas, ao determinar que o princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades. Desta forma, os órgãos e entidades devem elaborar planos de gestão logística sustentável, e, com base neles, estabelecer requisitos objetivos e subjetivos de sustentabilidade nos processos licitatórios.

Outro ponto observado no Decreto 10.024/2019, é que o processo de contratação pública sob a submodalidade pregão eletrônico necessita, para a sua segurança, estar munido de alguns documentos essenciais e mínimos, demonstradas no quadro 1:

Quadro 1: Documentos essenciais e mínimos Pregão Eletrônico

Estudo técnico preliminar, quando necessário.
Termo de referência.
Planilha estimativa de despesa.
Previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços.
Autorização de abertura da licitação.
Designação do pregoeiro e da equipe de apoio.
Edital e respectivos anexos.
Minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso.
Parecer jurídico.
Documentação exigida e apresentada para a habilitação.
Proposta de preços do licitante.
Ata da sessão pública.
Comprovantes das publicações.
Ato de homologação.

Fonte: Brasil, 2019

Outra novidade do Decreto nº 10.024/19 é sobre o credenciamento, que é um tipo de registro e autorização para acessar o sistema eletrônico, através de uma chave de identificação e de senha pessoal e intransferível. A solicitação do credenciamento é realizada pela autoridade competente do órgão público ou da entidade promotora da licitação, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio (BRASIL, 2019).

Importante salientar que, na hipótese de pregão promovido por órgão ou entidade integrante do Sisg (Sistema de Serviços Gerais), o credenciamento do licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no Sicaf. O credenciamento no Sicaf permite a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no Sicaf tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal (AMORIN; OLIVEIRA, 2019).

Em relação a capacitação dos agentes envolvidos, o Decreto 10.024/2019, em seu artigo 16, § 3º, trata da obrigatoriedade dos órgãos Públicos em oferecer cursos e treinamentos de atualização e capacitação técnica de pregoeiros, membros da equipe de apoio e demais agentes encarregados do processo licitatório (AGNOL; PILATTI, 2020).

Em seus estudos Agnol e Pilatti (2020) evidenciam que o pregão eletrônico desburocratizou o procedimento administrativo e trouxe economias consideráveis de recursos, tempo e custos. Além do aumento do número de participantes, da maior transparência e conquistas de melhores preços em virtude da quebra das barreiras geográficas com o uso da internet.



Por fim, para esta breve análise, merece destaque uma das noções relevantes do decreto: a de melhor preço. Desta forma, o novo decreto expressamente prevê que a Administração Pública deve buscar sempre obter o “melhor preço”. E melhor preço é aquele que considera os prazos de execução contratual, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de qualidade e desempenho, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições previstas no instrumento convocatório (AGNOL; PILATTI, 2020).

Neste contexto, pode-se inferir que o novo decreto veio com o propósito de instituir uma nova realidade aos diferentes entes federativos ao realizar o pregão na forma eletrônica. Da mesma forma que aprimorou as regras do procedimento, trouxe inovação e mais eficiência nos processos de contratação pública. A mudança mais relevante é para os

Estados e Municípios, pois tornou obrigatória a utilização do pregão eletrônico nos processos licitatórios com recursos por meio de transferências voluntárias da União. Os impactos decorrentes das alterações da nova redação deste decreto são inúmeros, e podemos destacar a obrigatoriedade e a necessidade de adequação, contudo, ainda existe um desconhecimento e resistência de alguns entes federativos a esse regramento (AGNOL; PILATTI, 2020).

## **A INSTRUÇÃO NORMATIVA 206/2019**

A Instrução Normativa nº 206, foi publicada em 21 de Outubro de 2019 e estabeleceu quatro diferentes marcos para que os órgãos e as entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, passassem a utilizar obrigatoriamente a forma eletrônica da modalidade de pregão, nos moldes do decreto nº 10.024/19.

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes prazos para que os órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, utilizem obrigatoriamente a modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou a dispensa eletrônica, observadas as regras previstas no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns: I - a partir da data de entrada em vigor desta Instrução Normativa, para os Estados, Distrito Federal e entidades da respectiva administração indireta; II - a partir de 3 de fevereiro de 2020, para os Municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e entidades da respectiva administração indireta; III - a partir de 6 de abril de 2020, para os Municípios entre 15.000 (quinze mil) e 50.000 (cinquenta mil) habitantes e entidades da respectiva administração indireta; e IV - a partir de 1º de junho de 2020, para os Municípios com menos de 15.000 (quinze mil) habitantes e entidades da respectiva administração indireta. (BRASIL, 2019).

A exemplo do disposto no §4º do art. 1º do novo regulamento do pregão, a instrução normativa prescreve que, nas licitações que utilizarem recursos provenientes de transferências voluntárias da União, será admitida a realização de pregões presenciais, mediante prévia justificativa da autoridade competente, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica (AMORIN; OLIVEIRA, 2019).

A IN nº 206/19 indica, também, que a administração direta e indireta dos estados, DF e municípios poderão utilizar o Sicaf para fins habilitatórios, bem como realizar pregões eletrônicos com a utilização do(s):

–sistema de Compras do Governo federal (“comprasnet”), após a celebração de termo de acesso do ente junto à Seges/ME; ou

–sistemas próprios ou disponíveis no mercado, desde que estejam adequados à regras do decreto nº 10.024/19 e integrados à Plataforma +Brasil.

É importante observar que, em diversas, passagens, a Instrução Normativa aponta que suas regras também deverão ser observadas para a dispensa eletrônica, prevista no art. 51 do decreto nº 10.024/19. No entanto, compreende-se que nenhuma delas haverá de ter aplicação à dispensa eletrônica até que seja publicado o regulamento específico do sistema de dispensa eletrônica, por meio de ato do Secretário de Gestão do Ministério da Economia (art. 51, §1º). Somente após a sua edição é que ocorrerá a efetiva obrigatoriedade da utilização da dispensa eletrônica (art. 51, §2º).

Desta forma é necessário que os municípios façam uma regulamentação específicas de acordo com sua necessidade e peculiaridade, pois a aplicação na integra do decreto regulamentado inicialmente no âmbito federal causa insegurança jurídica, do mesmo modo que, estes demais entes federados perdem a oportunidade de flexibilizar os procedimentos licitatórios de acordo com sua realidade (AGNOL; PILATTI, 2020).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi possível conhecer os fundamentos e as funcionalidades do Pregão Eletônico a luz do Decreto 10.024/2019 e da Instrução Normativa 206/2019.

A partir do levantamento da literatura revisada, verificamos que o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. Revoga, portanto, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

A princípio, o decreto incluiu expressamente a possibilidade de contratação de serviços comuns de engenharia. Muitos órgãos contratavam reformas e serviços de manutenção predial por meio do pregão eletrônico.

Verificou-se que a IN 206/2019 estabelece prazos para que órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, utilizem, obrigatoriamente, a modalidade de pregão eletrônico ou a de dispensa eletrônica, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, em conformidade com o Decreto nº 10.024/2019.

É importante ressaltar que o pregão eletrônico é uma modalidade licitatória mais célere realizada em plataforma WEB para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluindo, hoje, os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

Outro fator observado foi que a implantação do Pregão Eletrônico para os Estados, Municípios e Distrito Federal, ainda se trata de uma inovação e desafio, principalmente cultural por parte dos gestores e até mesmo dos fornecedores, mas é possível verificar uma evolução gradual.

Por fim, espera-se que este trabalho desperte interesse e incentive a realização de novos estudos nesta área. Portanto, relato a necessidade de futuras pesquisas que abordem em específico as funcionalidades do Decreto 10.024/2019 e da IN 206/2019.

## REFERÊNCIAS

- AGNOL, Nádia Aparecida Dall; PILATTI, Jane Mara. Aplicação do Decreto 10.024/2019, para Estados, Distrito Federal e Municípios. Disponível em: file:///C:/Users/MICROPC/Downloads/RESUMO%20EXPANDIDO%201%C2%BA%20Bim%20-%20N%C3%A1dia.pdf. Acesso em: 10 de Maio de 2020.
- AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima de. O novo pregão eletrônico: comentários ao decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. / Rafael Sérgio L. de Oliveira, Victor Aguiar Jardim de Amorim. Recife : Portal L&C, 2019.
- ANDRADE, Robson Braga de. Manual Comentado da Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.fiemg.org.br>. Acesso em 24 de Maio de 2020.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília. 1993.
- . Lei n. 10.520/2002, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial da União n. 137, Seção 1, de 18 de julho de 2002.
- . Decreto n. 5.450 de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisições de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, de 1º de junho de 2005.
- . BRASIL. Decreto n. 10.024 de 20 de setembro de 2019. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. Diário Oficial da União, Seção 1, de 23 de setembro de 2019.
- Instrução Normativa nº 206, de 18 de outubro de 2019. Estabelece os prazos para que órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, utilizem obrigatoriamente a modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou a dispensa eletrônica, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns. Diário Oficial da União, Seção 1, de 21 de outubro de 2019.
- DINIZ, Maria Helena. A Norma Constitucional e seus Efeitos. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FERNANDES, Jorge U. J. Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum. 2008.
- FONSECA, M.A.R; PREGÃO ELETRÔNICO: uma análise de sua evolução histórico- legislativa e das inovações decorrentes do Decreto nº 5.450/2005. 2013.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MORAES, Isaias Fonseca. Manual de direito administrativo. 1. Ed. Curitiba, Juruá editora, 2008, 398p.
- NASCIMENTO, Renato. Licitações e contratos administrativos. 1. Ed. Belo Horizonte, Editora Fórum, 2007, 252 p.
- NIEBUHR, Joel de Menezes. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública. 3. Ed. Belo Horizonte. Editora Fórum, 2011, 328p.
- OLIVEIRA, Margere R. Apostila formação de pregoeiro. EGP – FAMURS. Porto Alegre. 2011. 95 p.
- PAMPLONA, J.; SILVA, G. Manual de pregão: nova modalidade de licitação. 2013

# “PROGRAMA SAÚDE NA PORTA” UMA AÇÃO EMPREENDEDORA NO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA

Larissa Brasil<sup>1</sup>; Paulo Cesar Pereira<sup>2</sup>

1 Faculdade de Miguel Pereira, Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, larissabrasil\_13@hotmail.com

2 Faculdade de Miguel Pereira, Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

**RESUMO.** O empreendedorismo é a arte de inovar, promovendo estratégias para garantir resultados positivos dentro de uma organização. Empreender no setor público depende de uma política pública estruturada. Especificamente na área da saúde, o SUS (Sistema Único de Saúde), considerado uma Política Pública de formato macro em sua estrutura, vem enfrentando dificuldades na execução de suas finalidades, que basicamente é oferecer serviços de saúde a todos os cidadãos brasileiros, porém a realidade de sua prática demonstra insucesso no alcance da sua proposta. O município de Miguel Pereira caminhando na contramão desta realidade nacional, através de uma ação empreendedora lança o Programa “Saúde na Porta”, cujo objetivo é levar os serviços de saúde mais próximos ao conforto dos pacientes. Baseado nesta realidade, este trabalho tem como finalidade avaliar o alcance desse programa, através de uma pesquisa de satisfação aos pacientes atendidos, a fim de investigar e avaliar o grau de empreendedorismo utilizado por este município. Conclui-se que através da análise dos resultados oriundos da pesquisa referente a essa ação itinerante, que esta política pública é um marco empreendedor na forma de gerir a saúde municipal e dar maior visibilidade à cidade de Miguel Pereira.

Palavras-Chave: Empreendedorismo, Política Pública e Atenção à Saúde.

## “SAÚDE NA PORTA” AN ENTREPRENEURIAL ACTION IN THE MUNICIPALITY OF MIGUEL PEREIRA

**ABSTRACT.** *Entrepreneurship is an art of innovating, promoting strategies to ensure positive results within an organization. Entrepreneurship in the public sector depends on a structured public policy. Specifically in the health area, SUS (Unified Health System), considered a public policy of macro format in its structure, faces difficulties in the execution of its purposes, which is essential and offers health services to all Brazilians, however the reality of its practice shows failure in reaching its proposal. The municipality of Miguel Pereira is in control of this national reality, through an entrepreneurial action, it launches the “Saúde na Porta” Program, which aims to bring health services closer to the comfort of patients. Based on this reality, this work is able to evaluate the reach of this program, through a satisfaction survey for patients attended, an end of investigation and evaluation or degree of entrepreneurship used by the municipality. It was concluded that through the analysis of the results from the research related to this itinerant action, that this public policy is an entrepreneurial landmark in the way of executing municipal health and has greater visibility in the city of Miguel Pereira.*

*Key words: Entrepreneurship, Public Policy and Health Care.*

Santana, Larissa Brasil

" Saúde na Porta " uma ação empreendedora no município de Miguel Pereira / Larissa Brasil Santana. - Miguel Pereira: 2020.

i, 19 f. : il. ; 29,7 cm.

Orientador: Paulo Cesar Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo em Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.

Inclui Ilustrações e Bibliografias.

1. Empreendedorismo. 2. Política Pública e Atenção à Saúde. 3. undefined. 4. undefined. 5. undefined. I. Pereira, Paulo Cesar. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## **1.INTRODUÇÃO**

Atualmente a palavra Empreendedorismo tem sido muito cultivada e alimentada em meio à sociedade. Ser empreendedor é ter coragem, ousadia e dotado de inovações para que se possam impactar aqueles que de alguma forma serão alcançados pelo serviço ou pelo produto a ser oferecido, popularmente denominados clientes. Mas e como ser empreendedor dentro de um órgão público? E principalmente, como ser empreendedor dentro de um órgão público voltado para os serviços de saúde?

A saúde é um problema de cunho nacional, onde a falta de zelo dos gestores em cumprir a Constituição Federal de 1988 que garante o direito a saúde a todos os cidadãos tem causado uma série de complicações no que tange a falta de estrutura nos atendimentos aos prontos socorros, as dificuldades em diversas realizações de exames, as ausências de medicamentos, principalmente de uso contínuo, somado a tantas outras dificuldades que os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) enfrentam todos os dias de norte a sul do país.

Em contrapartida, Miguel Pereira em uma ação empreendedora, visando priorizar os serviços de saúde, principalmente a realização dos exames de média e alta complexidade lança o Programa Saúde na Porta, com ações de alcance a todos os municípios dentro do território da cidade. O objetivo é realizar serviços de saúde com qualidade, efetividade e conforto para os usuários, principalmente aqueles que já têm limitações físicas e sofrem com suas debilidades em seu universo cotidiano.

O intuito deste trabalho é pesquisar o funcionamento de uma política pública municipal voltada para a área de saúde, dando ênfase ao empreendedorismo público e ao alcance dessas ações aos envolvidos que são os usuários, que historicamente no âmbito nacional não são tratados com o respeito e cuidado que lhes são de direito.

## **2.REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1.Empreendedorismo Público**

Empreendedorismo Público é a geração de ideia inovadora, a concepção e a implementação dessa ideia no setor público.

Osborne e Gaebler (1992) analisam esse termo a partir da compreensão das ações de instituições empreendedoras/empreendedores públicos. Nesse sentido, explica que eles usam recursos disponíveis e constroem novas maneiras para maximização da produtividade e efetividade organizacional.

Morris e Jones (1999) definem o empreendedorismo público pela perspectiva do processo de criação de valor para os cidadãos, ao reunir uma combinação de recursos públicos para explorar oportunidades sociais.

Dessa forma, o empreendedorismo público implica em um papel inovador e proativo do governo na condução da sociedade para melhoria da qualidade de vida, com a inclusão de geração de receitas alternativas, melhoria de processos internos e desenvolvimento de soluções inovadoras para satisfazer as necessidades sociais e econômicas (DIEFENBACH, 2011).

Sob esse aspecto, o Empreendedorismo Público é definido como um indivíduo ou grupo de indivíduos que se compromete com a atividade desejada para iniciar a mudança dentro da organização, na qual busca adaptar, inovar e facilitar o risco.

As conceituações, metas e objetivos pessoais são menos importantes do que a geração de um bom resultado para a organização pública. Segundo Currie et al. (2008), o empreendedor público é um líder que amplia metas, mandatos, funções e poder de suas organizações de forma não prevista pelos agentes públicos.

Quando uma nova forma de agir é colocada em prática, faz com que, por exemplo, o atendimento ao cidadão seja ampliado, estando diante de uma atitude empreendedora que trouxe lucratividade e reconhecimento da sociedade.

A partir da década de 1990, ficou evidente o fortalecimento do empreendedorismo no contexto do setor público. Com a reforma da administração pública, esse setor ganhou características da administração privada, tornando-se mais flexível e tendo como base para sua atuação uma boa gestão focada em objetivos. O empreendedorismo torna-se então um elemento fundamental para a garantia de um serviço público de qualidade. O ator empreendedor, a partir de suas experiências e vivências profissionais, tem como objetivo transformar organização de modo que esta se desenvolva e esteja sempre acompanhando as mudanças do ambiente e do mercado (Gomes, Lima&Cappelle, 2013).

No Brasil o termo surgiu com a criação do Órgão SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas) que estimula o empreendedorismo nas empresas. Termo que após 1990 se tornou mais presente devido à criação do programa Brasil Empreendedor, do Governo Federal, o avança Brasil com a gestão pública de empreendedores.

Afirma Drucker 1987 p 245:

As instituições de serviços públicos tais como órgãos governamentais sindicatos Trabalhistas, igrejas, universidade, escolas, hospitais, organizações comunitárias, beneficentes, associações profissionais e comerciais e semelhantes precisam ser tão inovadoras e empreendedoras como qualquer negócio.

No Brasil o termo surgiu com a criação do Órgão SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas) que estimula o empreendedorismo nas empresas. Termo que após 1990 se tornou mais presente devido à criação do programa Brasil Empreendedor, do Governo Federal, o avança Brasil com a gestão pública de empreendedores.

O mais importante para a gestão empreendedora é entender as parcerias, conceito segundo o qual toda organização deve trabalhar, interna externamente. A parceria deve ser estimulada, especialmente, na concepção e formulação, etapa em que é recomendável reunir o máximo possível de informações para discutir determinado problema, ampliando o conhecimento dele.

Atualmente, o empreendedorismo tem sido incorporado à gestão pública via *New Public Management*. Segundo Valadares e Emmendoerfer (2015) a partir das reformas administrativas, foram necessários que os governantes propusessem um modelo de administração pública que fosse capaz de promover uma cultura empreendedora nas organizações públicas. Este modelo se orientou para uma prática gerencial no setor público, que teve como uma de suas premissas norteadoras a priorização do alcance de resultados efetivos nas ações do poder público. A aplicação da NPM visa à melhoria da administração pública que possui peculiaridades rígidas, dando a esta gestão características mais flexíveis, eficazes e efetivas. Com isso, o setor público passa a assumir características do setor privado, desenvolvendo uma nova forma de gestão voltada para o atendimento das necessidades da sociedade (Sousa, Junior & Lira, 2010).

## 2.2- Política Pública

As políticas públicas surgem nos Estados Unidos como área de conhecimento e disciplina acadêmica, sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. Para Souza (2005), as políticas públicas seriam como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, e um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, além da soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, que influenciam a vida dos cidadãos e em outras palavras, as definições enfatizam o papel das políticas públicas na solução de problemas.

Segundo Souza (2006), por alguns estágios como: a formulação que tem início nas plataformas eleitorais, na propositura de ações que possam efetivamente alterar o mundo real; a implementação, que é o próprio governo em ação cumprindo o que foi proposto na formulação; e a avaliação, que vai analisar as ações do governo e, quando necessário, propor mudanças no rumo dessas ações para se alcançar os objetivos planejados.

Já para Rodrigues (2010, p.14), política pública é:

[...] o resultado de uma atividade política, envolvendo mais de uma decisão política, que requer várias ações estratégicas destinadas a implementar objetivos desejados. Desse modo, as políticas públicas são ações de governo que dispõem sobre o que fazer aonde chegar e como fazer.

Pode-se observar, tanto na definição apresentada por Souza (2006), quanto na de Rodrigues (2010), uma ênfase no governo (municipal, estadual e federal) como ator principal no âmbito das políticas públicas, uma vez que é de sua responsabilidade, o desenvolvimento de todas as etapas do processo de formulação das políticas públicas, com a devida participação da sociedade civil, pois é para quem as políticas são desenvolvidas.

Para Saraiva e Ferrarezi (2006, p. 28) política pública pode ser definida como:

[...] um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão.

Para (MOTA, 2014), os atores políticos possuem importante participação para a focalização e destinação de recursos públicos para determinada política pública. Além disso, é importante salientar que a implementação das políticas públicas nas sociedades capitalistas também está sujeita a interferência de cenários macroeconômicos de crise ou estabilidade. Durante o ciclo das políticas públicas, atores públicos, compreendidos como os gestores públicos, juízes, burocratas, políticos e outras instituições do Governo, referem-se aos que de fato podem decidir sobre o encaminhamento das políticas.

O governo configura-se como a instância máxima de administração executiva, cuja atribuição principal é direcionar política pública e regular a sociedade politicamente. Nesse sentido, as políticas públicas compõem a forma pela qual o governo executa suas ações.

Rodrigues (2010) evidencia que:



Políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação) (RODRIGUES, 2010, p. 53).

Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

O ato de elaboração das políticas públicas, compreende o esquema de organização de uma política pública através da identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação. As ponderações referentes ao ciclo das políticas possuem grande utilidade prática, pois, são capazes de organizar ideias e apresentar com mais clareza os esboços e intenções políticas aos administradores e outros envolvidos nas ações que compõem o ciclo das políticas. É a etapa em que se busca combinar e conciliar o tempo para a implantação da política com os recursos financeiros e humanos disponíveis para seu cumprimento. Sua implantação deve estar constantemente atendendo aos objetivos previamente estabelecidos. A implementação da política pública, por sua vez, sucede a tomada de decisões e antecede o processo de avaliação.

Lima e D’Ascenzi (2013) explicam que o sucesso da implementação de uma política pública decorre, sobretudo, da clareza dos objetivos, do estilo de implementação a ser adotado e da capacidade de mediar conflitos de interesses. Assim, torna-se imprescindível que os implementadores compreendam perfeitamente a política e saibam exatamente o que se esperar dela, pois a conformação do processo recebe influência das características do plano, da estrutura e da dinâmica dos espaços organizacionais envolvidos – ideias, valores e interpretações dos atores implementadores sobre a realidade.

A crescente importância dos estudos e avaliação das políticas públicas no âmbito acadêmico pode contribuir para que se busquem melhorias tanto em relação à formulação dos programas, quanto na possibilidade de criação de mecanismos que possam despertar no cidadão a necessidade de expor suas demandas e transformá-lo em um indivíduo ativo no contexto em que está inserido. O processo de avaliação de políticas tem como objetivo promover ajustes ou mudanças no sentido de melhorar o desempenho de um programa ou ação para alcançar os objetivos e metas previstas. Dessa forma, as políticas públicas requerem acompanhamento constante para seu crescente aperfeiçoamento frente às mudanças ocorridas na sociedade. Avaliar políticas e programas sociais implica verificar o grau de eficácia (objetivos e metas alcançadas) e eficiência em relação ao impacto dos resultados das ações previstas pelos projetos. Nessa perspectiva, avaliar as políticas públicas significa concretizar os direitos sociais, de modo a promover a cidadania política e social.

### **2.3- Função Saúde como política pública**

A Política Pública de Saúde foi redefinida na Constituição Federal Brasileira de 1988 em seus artigos 196 a 200, onde diz que a Saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantindo políticas sociais

e econômicas que visam à redução de risco de doenças e igualdade completa e absoluta dos indivíduos às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Atualmente, a concepção do campo da Saúde pública, tem o Sistema Único de Saúde como Política Pública, incluindo o individual e o coletivo, com ações de promoção, proteção e recuperação da Saúde em todos os campos e fazendo todos os campos como vigilância sanitária, epidemiológica, saúde do trabalhador, alimentação e nutrição da pessoa portadora de deficiência e todos os procedimentos: consultas, exames, urgência, internações cirurgias, transplantes UTI, etc.

As Políticas Públicas de Saúde correspondem a todas as ações de governo que regulam e organizam as funções públicas do Estado para ordenamento setorial. Referem-se tanto as atividades governamentais executadas diretamente pelo aparato setorial quanto aquelas relacionadas à regulação de atividades realizadas por agentes econômicos. O fundamento desta política é o SUS, um sistema público de ações e serviços, integrada a saúde com direito de todos os brasileiros, com foco na saúde com qualidade de vida, visando à prevenção e a promoção da saúde.

#### **2.4- SUS – Sistema Único de Saúde.**

Conforme Ministério da Saúde, o Sistema Único Saúde é um dos maiores sistemas público, que garante à população assistência integral e completamente gratuito.

O Sistema Único de Saúde foi criado pela Constituição Federal Brasileira de 1988, onde o Estado tem o dever de garantir saúde pública para toda população proporcionando o acesso ao Sistema Público de saúde, sem discriminação. A atenção à saúde passou a ser um direito de todos os brasileiros com foco à saúde com qualidade de vida, visando à prevenção e a promoção da saúde.

Em 1990, o Congresso Nacional aprovou a Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990, que diz as condições para promover e recuperar a saúde, além da organização e o funcionamento dos serviços de saúde. Por meio desta Lei, as ações dos serviços foram regulamentadas em todo território nacional e sendo um direito fundamental do ser humano. A Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990, complementa a Lei nº 8.080, que normaliza como devem acontecer as transparências de recursos financeiros entre os órgãos intergovernamentais e principalmente como deve acontecer à participação e controle social no SUS.

As ações e os serviços de Saúde são solidários e participativos entre atribuições comuns e competências específicas de cada esfera política administrativa da federação brasileira: União, Estados e os municípios. A rede que compõe o SUS é ampla e abrangem tanto ações quanto os serviços de saúde, englobando a atenção primária, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, atenção hospitalar, ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

#### **2.5- Programas de Saúde (Atenção Básica, Atenção hospitalar, Assistência Farmacêutica e Vigilância em Saúde).**

Conforme determinações do Ministério da Saúde foram criados programas de trabalho para uma melhor distribuição dos recursos financeiros.

### **2.5.1– Atenção Básica**

A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Utiliza tecnologias de elevada complexidade e baixa densidade, que devem resolver os problemas de saúde de maior frequência e relevância em seu território. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo, da continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

### **2.5.2– Atenção Hospitalar**

A atenção hospitalar representa um conjunto de ações e serviços de promoção, prevenção e restabelecimento da saúde realizado em ambiente hospitalar. Ela tem sido ao longo dos anos, um dos principais temas de debate no Sistema Único de Saúde. É indiscutível a importância dos hospitais na organização da rede de assistência, seja pelo tipo de serviços ofertados e a grande concentração de serviços de média e alta complexidade, seja pelo considerável volume de recursos consumido pelo nível hospitalar.

O Brasil possui uma rede hospitalar bastante heterogênea do ponto de vista de incorporação tecnológica e complexidade de serviços, com grande concentração de recursos e de pessoal em complexos hospitalares de cidades de médio e grande porte. O desenvolvimento da gestão e do gerenciamento local das unidades hospitalares pode produzir avanços significativos na superação de dificuldades no sistema hospitalar do País. Para tanto, deve-se aprimorar os mecanismos de controle, avaliação e regulação dos sistemas de saúde e, ao mesmo tempo, dotar os dirigentes hospitalares de instrumentos adequados a um melhor gerenciamento dos hospitais vinculados à rede pública de saúde. A política da atenção hospitalar visa a promover de forma definitiva a inserção das unidades hospitalares na rede de serviços de saúde. Alta complexidade, Média complexidade, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

### **2.5.3- Assistência Farmacêutica**

A oferta de medicamentos no Sistema Único de Saúde (SUS) é organizada em três componentes que compõem o Bloco de Financiamento da Assistência Farmacêutica

- Básico Estratégico e Especializado, além do Programa Farmácia Popular. Com exceção da Farmácia Popular, em todos os outros componentes o financiamento e a escolha de qual componente o medicamento fará parte é tripartite, ou seja, a responsabilidade é da União, dos estados e os municípios.

### **2.5.4- Vigilância em Saúde**

A Vigilância em Saúde é responsável por ações de vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis, pela vigilância de fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, saúde ambiental e do trabalhador e também pela análise de situação de saúde da população brasileira.

Diante do novo contexto, em que diferentes estratégias e tecnologias são incorporadas às ações de saúde pública, a vigilância em saúde passa a ser entendida como um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, que visa ao planejamento e a implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde.

Dentro desse contexto, o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), tem a função de coordenar programas de prevenção e controle de doenças transmissíveis de relevância nacional, como AIDS, dengue, malária, hepatites virais, doenças imunopreveníveis, leishmaniose, hanseníase e tuberculose e do Programa Nacional de Imunizações (PNI); investigar surtos de doenças; coordenar a rede nacional de laboratórios de saúde pública; gestão de sistemas de informação de mortalidade, agravos de notificação obrigatória e nascidos vivos, realização de inquéritos de fatores de risco, coordenação de doenças e agravos não transmissíveis e análise de situação de saúde, incluindo investigações e inquéritos sobre fatores de risco de doenças não transmissíveis, entre outras ações.

## **2.6– Programa Saúde na Porta**

O programa, que foi criado através da Lei Municipal nº 3.246 de 05 de Abril de 2018, visa promover saúde a população, articular ações de forma a ampliar e otimizar ações na área de saúde, fortalecendo o enfrentamento das vulnerabilidades no campo da saúde.

São oferecidos 200 exames por dia na Unidade Móvel de Saúde que atualmente trabalha com exames de imagem como raio-X digital, mamografia digital, ecocardiograma, densitometria óssea e ultrassonografia. Todos os exames são solicitados pelo médico do paciente e são previamente marcados na Secretaria Municipal de Saúde e agendados para o bairro do morador.

O objetivo desse modelo é dar mais conforto ao munícipe e amparar de forma rápida e eficaz aqueles que têm dificuldades em sair da cidade para fazer os exames de imagem nos municípios vizinhos, não tendo mais fila de espera em exames de imagem, de extrema importância para a população, com o reflexo do trabalho de prevenção da saúde de forma precoce e priorizando a saúde da população. O diagnóstico aumenta ainda mais as chances de tratamento de diversas doenças. Todos os moradores do município tem acesso ao Programa Saúde na Porta, basta marcar seus exames na Secretaria de Saúde Municipal, mediante o pedido médico. O Programa é de forma itinerante, passando pelo centro do município, levando comodidade, segurança, respeito e humanização aos pacientes que necessitam destes exames. O Município de Miguel Pereira vem realizando diversas frentes de prevenção, tornando assim a saúde mais efetiva e com fila zero em diversas especialidades.

## **3- Metodologia**

Trata-se de uma abordagem qualitativa que tem com método o estudo de caso. A revisão teórica foi construída baseada nas categorias: empreendedorismo e política pública.

A fim de obter através do grau de satisfação dos usuários a comprovação da prática empreendedora e de boa política pública do Programa Saúde na Porta, foi aplicado um questionário com cinco perguntas objetivas, na forma de “SURVIO” (aplicativo de celular, voltado para criação de pesquisas), entre os dias treze e quinze de maio de dois mil e vinte para cem (100) usuários enviados através de um link para os

aparelhos de celulares de vários usuários de diversos bairros localizados dentro do município de Miguel Pereira. Tal questionário foi aplicado desta forma, a fim de manter as medidas corretas de isolamento, uma vez que seria inviável o acesso físico de entrevista aos usuários do Programa Saúde na Porta, conforme atual cenário causado pelo COVID-19 em todo território nacional.

A abordagem foi feita aos usuários do Programa Saúde na Porta, através do referido link. Após, as respostas foram tabuladas e calculadas expostas em forma de gráfico.

#### 4 - Resultados

Na pesquisa realizada através do “SURVIO”, constatou-se que as ações empreendedoras de uma política pública, são de extrema relevância para o alcance da sociedade como todo. Através dos resultados observa-se que apesar do caos que se encontra o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, existem meios pelos quais possam ser desenvolvidas estratégias de saúde a fim de trazer melhorias aos usuários que dependem das ações dos gestores para que os referidos serviços alcancem de fato aqueles que necessitam de tratamento e cuidados com sua saúde.

Desta forma, seguem de forma detalhada os resultados da referida pesquisa:

#### Grau de satisfação do usuário ao Programa Saúde na Porta

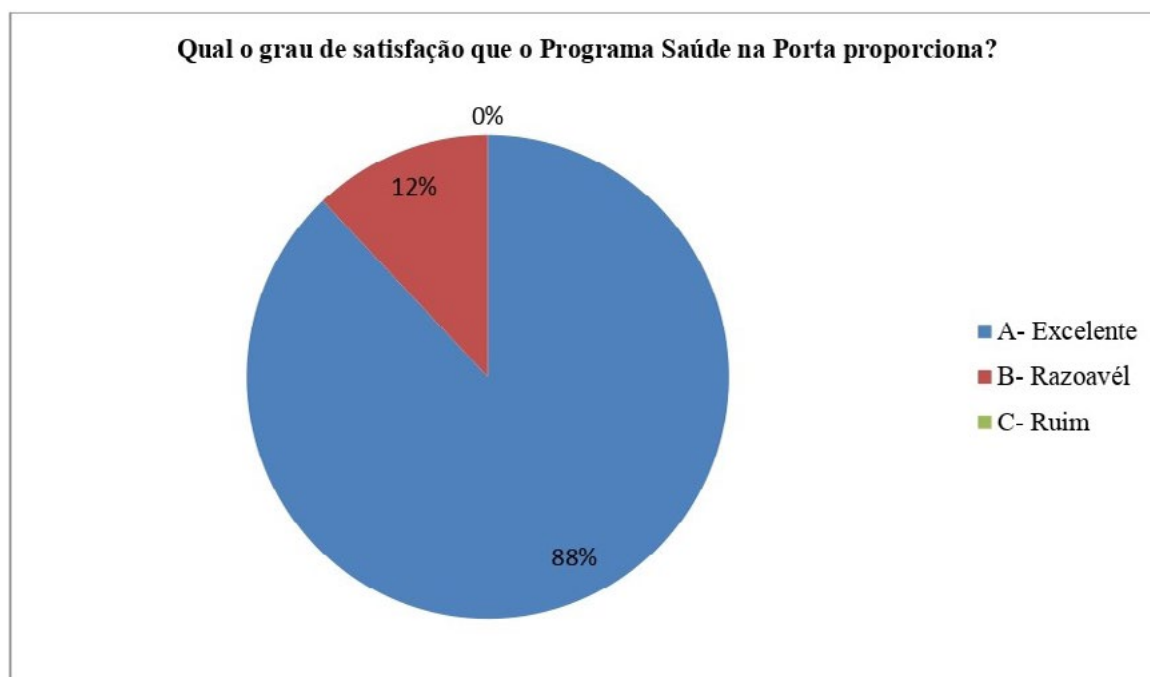


Figura 1 - Fonte: autor

A ideia de uma ação empreendedora de sucesso está ligada diretamente ao grau de satisfação dos clientes envolvidos, e nesse caso especificamente os clientes são usuários, que conforme resultado da pesquisa, a maioria (80%) está satisfeita com o Programa Saúde na Porta, confirmando assim que esta Política Pública foi uma inovação e um avanço no que tange o grau de empreendedorismo público voltado para o setor a saúde de Miguel Pereira. Percebe-se nesta pesquisa ainda uma pequena parte (12%) achou razoável, provavelmente por desejar que sejam realizadas maiores especialidades de exames e atendimentos pelo Programa Saúde na Porta.

Por ser um programa recente as dificuldades de contratação de maiores especialidades atreladas a outras questões como limitações de espaço e disponibilidade profissionais, dentre outros fatores, contribui para limitar maior número de especialidades e atendimentos. Ainda assim de acordo com a pesquisa nenhum entrevistador se encontra insatisfeito com o Programa Saúde na Porta. A aprovação é unânime a esta política pública.

### Acesso aos serviços de exames antes do Programa Saúde na Porta.

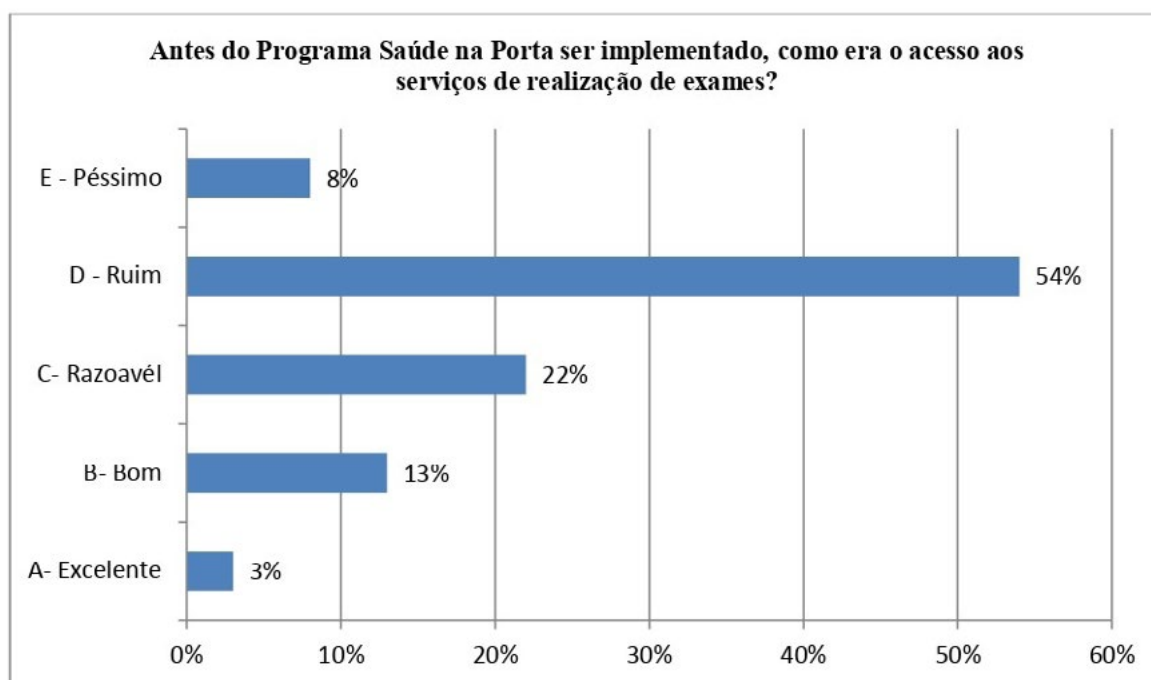


Figura 2 - Fonte: autor

O município de Miguel Pereira por ser uma cidade pequena, localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro, longe da capital, tem limitações nas realizações de exames e tratamentos de alguns usuários que dependem de especialidades de maior complexidade. Desta forma o município demanda seus usuários para tratar e realizar os serviços saúde mais complexo em outros municípios, causando assim um desgaste maior para os usuários que estão debilitados ou que precisam deixar sua rotina de trabalho para realizar seus exames ou tratamento em clínicas e hospitais da Baixada Fluminense ou na própria capital do Estado.

Sendo assim explica-se que a maioria estava insatisfeita (54% ruim e 8% péssimo) com a rotina que lhes era oferecida para a realização frequente de seus exames. Já uma pequena parte dos entrevistados que optaram por excelente e bom (3% e 13% respectivamente) são usuários jovens saudáveis que nunca dependeram de exames de média alta complexidade e nem de nenhum tratamento voltado para reabilitação de sua saúde. Por uma parte considerável (22%) de entrevistados numa análise mais crítica optaram por um atendimento regular, porque mesmo com as dificuldades de deslocamento para exames e tratamento o município oferece transporte para realização Comparado com as dificuldades do país de colocar em prática os serviços do SUS e os serviços tornou-se um fator positivo para a cidade de Miguel Pereira, no que tange a realização de atendimento aos usuários que depende dos serviços de saúde.

## Mecanismo de inscrição para realização dos exames no Programa Saúde na Porta.



Figura 3 - Fonte: autor

este item observa se que a ideia do programa também é desburocratizar para atender o máximo de pessoas possíveis, demonstrando assim um bom acesso a todos os munícipes da cidade de Miguel Pereira. O programa disponibiliza funcionários nas Unidades de Saúde e também na sede da Secretaria de Saúde para que possam ajustar as inscrições, informar e confirmar aos usuários suas consultas exames para assim facilitar seu atendimento.

Justifica-se, portanto que a maioria (93%) acredita ser de fácil atendimento/acessível às inscrições para os serviços de saúde através do programa saúde na porta. Já uma minoria (7%) subentende-se que o acesso é complexo/ de difícil entendimento, porque como existe um limite de atendimento e um prazo para se inscrever, o mesmo pode ter encontrado dificuldades em uma dessas situações.

## Grau de satisfação em relação à qualidade dos exames realizados pelo programa Saúde na Porta.

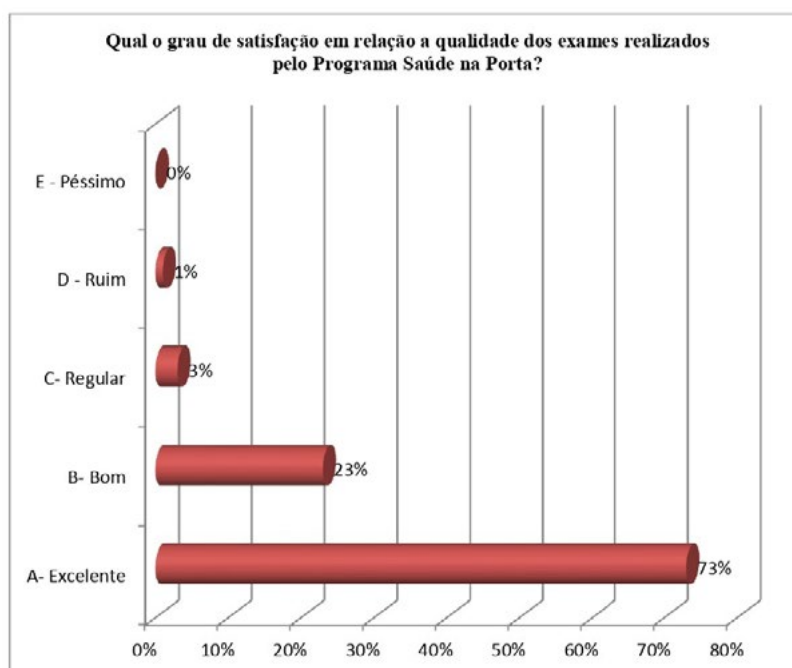


Figura 4 - Fonte: autor

Neste tópico também demonstra que uma atitude empreendedora requer alcance e também qualidade para que sua missão seja completa. Até porque seria incoerente e responsável oferecer exames que não tivessem qualidade para trazer confiança e credibilidade ao usuário. Sendo assim a maioria qualificou como excelente bom (73% e 23% respectivamente), Reagindo de forma satisfatória qualidade os exames. Já uma minoria (3%) Optou por regular, que pode estar ligado diretamente à realização em parte das suas necessidades em relação aos serviços de saúde e (1%) achou ruim a qualidade que não deixa de ser algo normal é quase impossível alcançar (100%) de qualidade quando se trata de diagnóstico. Por isso que a maioria dos profissionais médicos quando se depararam com um resultado suspeito pedem para repetir o exame, com intuito sanar as dúvidas se obter um diagnóstico com o laudo apresentado pelos exames.

### Melhorias nas ações do Programa Saúde na Porta.

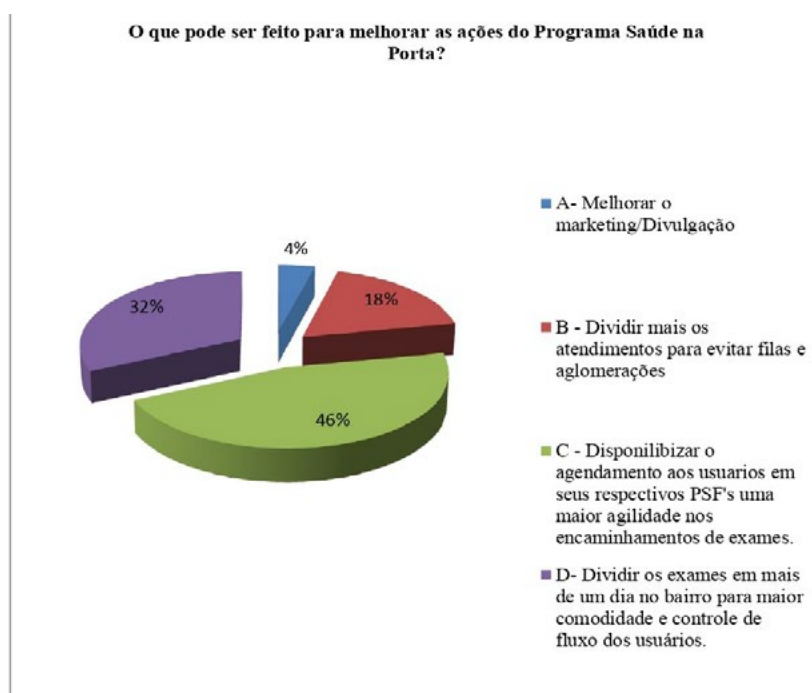


Figura 5 – Fonte: autor

Uma ação empreendedora também requer sugestões para que haja melhor efetivação na realização de seus objetivos. A maioria (46%) Optou em uma maior agilidade no encaminhamento para os exames. Essa situação apresenta um pouco de dificuldade já que para se obter o encaminhamento necessita se uma consulta com o médico a fim de solicite o exame desejado pelo paciente.

Uma considerável parte (32%) dos entrevistados sugere que o Programa Saúde na Porta permaneça por mais de um dia em cada bairro para que sejam realizados mais exames e mais especialidades, para que ainda através dessas ações consequentemente se obterá mais comodidade e controle dos pacientes a serem atendidos.

Já (8%) dos entrevistados, até mesmo pela situação atual do país em relação ao COVID-19, está preocupados com filas e aglomerações, a fim de que o programa Saúde na Porta crie meios de atuação de prevenção e proteção aos pacientes que podem estar expostos a contaminação do referido vírus. Já uma memória de entrevistados (4%) acredita que o marketing e a divulgação precisar ser melhorados, pois existem muitos locais de difícil acesso que precisam que esses usuários também sejam alcançados com as ações de saúde do Programa Saúde na Porta.



#### 4- CONCLUSÃO

O Empreendedorismo tem sido uma característica positiva no setor privado para aqueles que já possuem e uma busca constante das empresas e trabalhadores informais que almejam inovar, levar ideias transformadoras e se solidificar no mercado alcançando e satisfazendo clientes.

Ser empreendedor no setor público é uma tarefa árdua, principalmente no atual cenário nacional de decadência política, econômica e moral. Ter ideias inovadoras que beneficiarão a sociedade como um todo, não é de muito interesse dos gestores, já que, o sistema político tem sido marcado por diversos casos de corrupção e guerra de interesses pessoais e partidários.

As políticas públicas são essenciais para os interesses da sociedade. O SUS (Sistema Único de Saúde) é uma política pública fundamentada na Constituição, e tem sua estrutura voltada para o alcance universal, ou seja, oferece serviços de saúde a todos. Infelizmente a prática diverge da teoria. A sociedade tem encontrado inúmeros obstáculos na manutenção, tratamento e realização dos serviços de saúde, seja no nível simples como nos níveis de média e alta complexidade.

Miguel Pereira tem realizado ações inovadoras na área da saúde. O programa Saúde na Porta é uma ação empreendedora de uma política pública voltada para os serviços de saúde. As filas de outrora existiam no sistema de regulação para realização de exames e algumas especialidades minimizaram até mesmo se extinguiram, afirmando assim o alcance e objetivo do programa citado.

Conclui-se que é possível se destacar no cenário público quando se compreende o sentido de uma política pública e uma associação de atitude empreendedora, especialmente no âmbito do setor de saúde, onde os clientes são usuário, cujo alcance tem

sido satisfeitos na realização de exames e posterior tratamento a uma demanda de cidadãos que de fato a “saúde tem chegado às suas portas”, trazendo assim uma melhor qualidade de vida aos pacientes miguelenses e visibilidade ao novo modelo de gestão de saúde aplicado na cidade.

#### 5- BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Maria Salete Souza; REOLON, Rodrigo. **Gestão Governamental e Políticas Públicas Locais**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 126-140, jan.-jun.2009.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Casa Civil. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização eo funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da união, v. 20, 1990.

BRASIL, Casa Civil. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, v. 1, 1990.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia. **Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas**. Revista Política Hoje. Volume 25, n. 1 (2016) – 71-90.

“Programa Saúde na Porta” uma ação empreendedora no Município de Miguel Pereira - Larissa Brasil

BRASIL, **Ministério da Saúde**. Biblioteca Virtual em Saúde. Sistema Único de Saúde. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sus/comissoes.php>. Acesso em: 24 Mar. 2020.

BRASIL, **Ministério da Saúde**. **Atenção Básica**. Disponível no site: <https://www.saude.gov.br/artigos/770-sistema-nacional-de-saude/40315-atencao-basica>. Acesso em: 20 Maio 2020.

BRASIL, **Ministério da Saúde**. **Atenção Hospitalar**. Disponível no site: <https://www.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/assistencia-hospitalar>. Acesso em: 20 Maio 2020.

BRASIL, **Ministério da Saúde**. **Assistência Farmacêutica**. Disponível no site: <https://www.saude.gov.br/assistencia-farmacutica>. Acesso em: 20 Maio 2020.

BARETA, Ketrin; FREITAS, Cíntia de la Rocha; RICARDO; Gabriela Dalsasso. **Percepção organizacional dos trabalhadores de um complexo esportivo de Santa Catarina**. Revista Brasileira de Ciência do Esporte. Florianópolis, SC, Brasil. Disponível na internet 23 de Janeiro de 2015.

BORGES, Denise Aparecida Hipólito; ROMANIELLO, Marcelo Marcio; BRITO, Mozar José. Empreendedorismo o Setor Público : A influência das características organizacionais. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Capa v.5, n.1 (2016).

EMMENDOERFER, Magnus Luiz; **Inovação e Empreendedorismo no Setor Público**. Brasília – DF. ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. 2019.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à Institucionalização do “campo de públicas”**. São Paulo/SP, Brasil. 5 de Jul. 2016.

LUIZA, Vera Lucia; LIMA, Luciana Dias; RIZZOTO, Maria Lucia Frizon; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; MATTOS, Ruben Araújo. **Saúde em debate**. Revista do Centro Brasileiro de estudos de saúde volume 39, número especial. Rio de Janeiro, Dez. 2015.

PREFEITURA DE MIGUEL PEREIRA. **Lei nº 3246 de 05 de Abril de 2018**. Institui o Programa Municipal Saúde na Porta no Município de Miguel Pereira, e dá outras providências.

PIRES, Eliane Gonçalves. **O empreendedorismo como estratégia de Gestão para a Administração Pública**. Disponível no site: <https://jurisway.org.br> em 01 de Agosto de 2018. Acesso: 12 Mar. 2020.

SANTOS, Hermélio. Políticas públicas, Estado e sociedade. Revista de Ciências Sociais, v. 5 n. 1, Jan- Jun. 2005.

SILVA, Camila de Assis; VALADARES, Josiel Lopes; ANDRADE, Daniela Meirelles. **Ações Empreendedoras na Gestão Pública: análise do programa crédito solidário (PCS) em um município do sul de minas gerais**. Curitiba-PR, Brasil, v. 15, n. 1, p. 55-68, 13 e Setembro de 2016.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. Fundação Luís Eduardo Magalhães, em dezembro de 2002.

SOUZA, Jefferson Lindbergh; JUNIOR, Fernando Gomes de Paiva. **O Empreendedorismo no Setor Público: A Ação Empreendedora da Fundação Joaquim Nabuco**. Vitória/ ES, 28 a 30 de Novembro de 2010.

VALADARES, Josiel Lopes; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; ALVES, Renner Coelho Messias; MORAIS, Matheus Cerqueira Anício. **O Fenômeno do Empreendedorismo Público: Um Ensaio sobre a Aplicabilidade desse Construto na Administração Pública Brasileira**. XXXVI Encontro do ANPAD, Rio de Janeiro/RJ, 22 a 26 de Setembro de 2012.

# AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE OUTSOURCING DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO.

Leonardo Horácio Carvalho de Souza<sup>1</sup>; José Augusto Teixeira de Lima Junior (Orientador)<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Famipe, Miguel Pereira, Gestão Pública, leo.horacio@gmail.com

<sup>2</sup>Famipe, Miguel Pereira, Gestão Pública, junior.jaugusto@gmail.com

**RESUMO.** Este artigo apresenta um estudo, realizado através de uma comparação pré e pós implantação de serviço de outsourcing em município da região sul fluminense, onde foi realizada a implantação de serviço de outsourcing visando, mudar a forma como era gerido o setor de atenção básica do município, onde toda a infraestrutura física e lógica, capacitação de usuário, suporte e manutenção de equipamentos e sistema de gestão, foi passada ao setor privado, ficando a administração pública focada em sua atividade fim.

Palavras-chave: Outsourcing; Administração de TI; Sistema público; Gestão Pública.

## EVALUATION OF THE INFORMATION TECHNOLOGY OUTSOURCING PROCESS IN PUBLIC ADMINISTRATION: A CASE STUDY.

**ABSTRACT.** *This article presents a study, carried out through a comparison of pre and post outsourcing service implementation in a municipality in the southern region of Rio de Janeiro, where the implementation of an outsourcing service was carried out aiming to change the way the primary care sector in the municipality was managed. , where all the physical and logical infrastructure, user training, support and maintenance of equipment and management system, was passed on to the private sector, with the public administration focused on its core activity.*

*Keywords: Outsourcing; IT administration; Public system; Public Management.*

Souza, Leonardo Horácio Carvalho de

Avaliação do processo de outsourcing de tecnologia da informação na administração pública: um estudo de caso. / Leonardo Horácio Carvalho de Souza. - Miguel Pereira: 2020.

i, 22 f. ; 29,7 cm.

Orientador: José Augusto Teixeira de Lima Junior.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.

Inclui e .

1. Outsourcing; Administração de TI; Sistema público; Gestão Pública..  
2. undefined. 3. undefined. 4. undefined. 5. undefined. I. Junior, José Augusto Teixeira de Lima. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. INTRODUÇÃO

Apesar de ser uma ferramenta muito utilizada no contexto das empresas de natureza privada o *outsourcing* ou ainda terceirização de serviços essenciais, assim traduzida para o português, também pode ser utilizada pela administração pública para otimizar suas tarefas, no entanto, deve-se ter atenção para que o serviço contratado atenda ao proposto pela administração.

O processo de *outsourcing* segundo Guarda (2008) não é uma modalidade nova e vem crescendo bastante também dentro da área de TI (Tecnologia da Informação). Tema bastante discutido e pesquisado, o *outsourcing* é visto como ótima alternativa para alguns e risco desnecessário para outros. Porém o *outsourcing* em TI vem contribuindo para produtividade, redução de custos e para a competitividade das organizações. Atualmente a maioria das organizações de médio e grande porte optaram por realizar tal serviço em algumas de suas áreas, entre elas atividades de TI, locação de veículos e mão de obras para serviços gerais e construção.

Para Hendry (1997), o *outsourcing* que demonstra certo crescimento é a área de TI, onde organizações não dependem de grandes custos para montagem de seus parques de máquinas, manutenção de seus equipamentos e capacitação de seus usuários.

Contudo dentro do segmento de TI há muitos serviços que podem ser realizados através do *outsourcing*, como: desenvolvimento de sistemas, manutenção de equipamentos, armazenamento de dados, treinamento, *help-desk*, dentre outros. A principal característica do *outsourcing* é que a empresa “compradora” pode direcionar seus recursos e esforços para o seu “*core business*”, deixando a cargo do provedor de *outsourcing* as ações e decisões operacionais de TI.

### 1.1 Objetivo geral:

Apresentar um estudo sobre o processo de *outsourcing* de TI dentro de um segmento da área de saúde em um município da região centro-sul fluminense.

### 1.2 Objetivos específicos:

- 1– Especificar conceitos relativos ao processo de *outsourcing* de TI voltados para as empresas.
- 2– Aplicar tais conceitos dentro de uma área específica, no caso a saúde, em uma organização pública.
- 3– Avaliar e evidenciar vantagens e desvantagens da implementação do *outsourcing* de TI da área determinada.

### 1.3 Justificativa

Este trabalho foi desenvolvido para que se demonstre mais informações aos gestores sobre uma prática evidentemente produtiva e eficaz, que por muitas vezes, ainda se apresenta caracterizada por grande desinformação, seja jurídica ou prática, à seu respeito. Trazer à tona tal discussão, pode alavancar novas práticas para gestão de recursos tecnológicos, alavancando dessa maneira melhorias em todos os segmentos que produzem informação em organizações públicas.

Através da comparação do antes e do depois da implantação de *outsourcing* em TI em um município

da região sul-fluminense, onde se pode ver as vantagens e desvantagens desse processo propiciando uma avaliação do que é mais adequado para a organização.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta parte do trabalho buscará apresentar o conceito de alguns dos principais pontos relacionados ao outsourcing e sua abordagem para alguns autores na teoria administrativa. Trazendo clareza sobre o que é tal serviço, as suas diferenças quanto ao processo de terceirização e qual a sua função para as organizações. Também será pontuado o outsourcing de TI, tendo como ponto principal a administração pública.

### 2.1 Definindo *outsourcing*

Para Greaver II (1996) o termo *Outsourcing*, quando segregado, significa uma “fonte de fora”. Mesmo de forma simples, já possibilita uma ideia do que esse conceito significa, que seria utilizar de uma mão de obra de outra empresa para ajudar em uma organização.

O outsourcing basicamente é quando uma organização contrata uma outra empresa para, desempenhar tarefas que normalmente não são executados dentro da própria empresa, ou então, funções que já não se encaixam na proposta inicial da empresa e podem ser passadas a terceiros.

De acordo com Albertin & Sanches (2008) assim, o outsourcing se refere mais a processos ligados a administração da organização. Sua principal demanda costuma ser para atividades relacionadas à TI (Tecnologia da Informação), contabilidade e finanças, atendimento ao cliente, RH (Recursos Humanos) e marketing, desde que seja uma demanda voltada àquele que está optando por essa tática.

Normalmente, essa contratação acontece visando uma diminuição de custos dentro da empresa, isso por se tratar da admissão de pessoas ou empresas que tem a experiência e/ou recursos necessários para a realização do serviço, evitando desperdício de tempo e/ou recursos.

### 2.2 História do outsourcing

O termo outsourcing surgiu no final dos anos 80 com o aumento do desejo das organizações em moverem seus sistemas de informação para provedores externos. Segundo Greaver II (1996):

Outsourcing tem conceito similar com subcontratação, e parceria estratégica. O autor cita que o conceito de outsourcing é centenário e indica três situações ocorridas nos EUA: a primeira, quando os fazendeiros contratavam mão de obra de fora para complementar o quadro de trabalhadores das fazendas para atuar em época da safra; a segunda situação citada pelo autor é quando as empresas de construções, contratavam outras empresas de construção de subsistemas: como os elétrico e hidráulico; e, finalmente, o governo norte-americano contratando a produção de equipamentos militares de parceiros estratégicos.

Embora, existam registros de outsourcing nos séculos XVIII e XIX, foi durante a segunda guerra que o processo se formalizou, devido a algumas atividades onde o objetivo principal era aumentar sua capacidade produtiva. Foi a partir da década de 80 que se fortaleceu o uso da terceirização de algumas das atividades da empresa. O principal motivo que levou a essa transferência, é a busca constante por redução de custos e por flexibilidade, e devido à globalização que se tornou ainda mais intensificada.

## 2.3 Diferença entre outsourcing e terceirização

Em muitos casos, o entendimento do conceito de outsourcing, apresenta-se atrelado ao conceito de terceirização em todos os sentidos, todavia o mesmo precisa ser claramente assimilado para que melhor seja conduzido seu processo. Uma clara demonstração disso é exposta por Leite (2009):

O outsourcing pode ser considerado um tipo de terceirização. Terceirização quer dizer contratar um terceiro para fazer um serviço, e outsourcing diz a respeito, principalmente a função burocráticas e administrativas da empresa, então significa que essa contratação é para realizar funções específicas e sempre relacionadas ao funcionamento daquela organização, como é o caso do RH ou da contabilidade. A terceirização se dá quando um indivíduo é contratado para realizar um serviço rotineiro, como limpeza, segurança e até mesmo logística.

Claramente essas tarefas são de suma importância, como em um restaurante, onde as tarefas que poderão ser terceirizadas serão as de transporte, limpeza e segurança e não funções ligadas a cozinha, por exemplo, pois estas representam a base da empresa.

Apesar de serem parecidos, esses termos não são sinônimos. O outsourcing pode até ser considerado um tipo de terceirização, mas ele estará sempre associado fundamentalmente às atividades principais.

## 2.4 Outsourcing e TI

Pode-se ver que *outsourcing*, é uma ferramenta de gestão, voltada a mitigar gastos e focar os esforços da organização para a obtenção de resultados. Porém muitos aspectos devem ser avaliados para evitar problemas, já que existe alguns riscos para a organização. Também se deve acompanhar e fiscalizar, ainda mais serviços de TI onde o volume de gastos é muito alto.

Um outro exemplo, segundo Greaver (1996) seria um banco realizando os reparos nos seus CAA (caixas de autoatendimento) instalados. Para que pudesse realizar esses serviços sem precisar usar a ferramenta de outsourcing, o banco deveria criar uma estrutura de manutenção mínima com:

- I. Técnicos especializados em reparar CAA por todo o país;
- II. Ter um estoque de peças de reposição;
- III. Ter uma central de logística para distribuição de peças para poder atender cidades menores e mais distantes;
- IV. Fazer o controle do estoque de peças de reposição;
- V. Ter um banco de dados dos fornecedores de peças de reposição;
- VI. Realizar capacitação para os técnicos, incluindo, a contratação dos mesmos;
- VII. Ter um sistema de informação para realizar o controle de ordens de serviço.

Com isso, ao invés de gastar seus recursos para estas atividades, o banco pode optar por realizar o outsourcing, contratando uma empresa de TI especializada em manutenção de CAA, que oferece com segurança e agilidade toda mão de obra e equipamentos, proporcionando um serviço de qualidade superior ao que banco desenvolveria. Só é possível, a empresa de TI ter um serviço diferenciado, tendo vários clientes no mesmo serviço, ampliando a janela de negociação com fornecedores de peças, maior número de técnicos capacitados e experiência na realização de tal serviço. É importante frisar que o banco passa a investir em ferramentas e serviços a fim de prestar um melhor atendimento, a atividade principal de seu negócio. Por exemplo, poder investir em mais modernidade, o que de fato vira um diferencial diante de

seus concorrentes. Por outro lado, a empresa de TI investirá em realizar um bom serviço gastando pouco, investindo assim na melhor capacitação de seus técnicos, em realizar um melhor controle de estoques, em ter sistemas que otimizem a operação de campo, no melhor reaproveitamento das peças que foram substituídas, e assim sucessivamente. Cada um se concentrando em um setor específico, propicia uma qualificação maior em seu produto.

## **2.5 Outsourcing de TI na administração pública**

O *outsourcing* pode ser analisado para aplicação em diferentes setores, inclusive na administração pública, já que muitas vezes é mais viável contratar com o particular, a ter, que ela mesma, suprir as próprias necessidades. Dentro desse contexto é oportuno trazer visões bem esclarecedoras sobre tal abordagem:

Segundo Guarda (2012):

A administração pública é um dos principais clientes desse tipo de serviço, fortalecendo assim a terceirização. Esta decisão está alinhada com o Decreto-Lei Nº 200/67, art 10 § 7º, que estabelece que a administração deve concentrar seus esforços nas atividades de gestão e não nas tarefas executivas. Em complemento ao Decreto Nº 2.271/97 definiu que as atividades de informática devem ser preferencialmente contratadas de terceiros.

De acordo com Araújo (2012):

A contratação de serviços de TI precisa, para se tornar mais eficiente, de um grande planejamento que seja capaz de guiar os investimentos e garantir o benefício proposto para o processo de gestão. Esse planejamento deve permear toda a organização concedendo à área de TI a informação necessária para direção e objetivos da organização. Assim sendo, toda contratação de bens e serviços de TI deve possuir como objetivo maior o atendimento estratégico.

Para Hendry (1997):

Existem quatro motivos principais que justificam o outsourcing da TI: diminuição de custos com equipamentos e manutenções, foco na atividade principal da organização, diminuição e desgaste com treinamentos capacitações, e incerteza quanto a vida útil de sistemas. Com tudo é preciso verificar esses motivos na hora de justificar a terceirização, para que não se tenha uma justificativa, fútil por parte da administração pública.

Os autores Albertin & Sanches (2008) acreditam que o *outsourcing* de TI possa evoluir muito nos próximos anos, tendo em vista que muitas empresas estão verificando novas formas de oferecer serviços, e vencendo a resistência que algumas organizações tem em perder o controle sobre processos e informações estratégicas. E segundo Leite (1997), organizações que uma vez, terceirizaram os serviços de TI, dificilmente retoma essa atividade, por isso é uma decisão normalmente definitiva, devendo ser bem avaliada, tendo em vista os riscos no processo.

É notório que o processo de outsourcing agrega valores a uma organização pública, porém vale ressaltar que é necessário que os gestores, acompanhem de perto a qualidade dos serviços prestados, afim de garantir a qualidade esperada no processo.

## **2.6 As vantagens do outsourcing de TI na administração pública**

As principais vantagens que se pode notar com o outsourcing de TI, vem de encontro com o anseio da administração de agilizar seus processos administrativos e minimizar os seus custos.

São várias as vantagens apontadas pelos mais diversos autores para o outsourcing. Prado & Takaoka (2001) destacam que além de simplesmente reduzir custos o que se busca é agregar valor para a organização,



os autores afirmam que o outsourcing é estratégia-chave para responder à rápida internacionalização dos negócios, aumentar o Retorno sobre Investimentos (ROI), se manter atualizado nas evoluções tecnológicas, se diferenciar dos competidores e responder a crescente falta de profissionais qualificados na área de TI.

No estudo realizado pela Frost & Sullivan (2015) e patrocinado pela Unisys fica evidenciado que hoje o outsourcing em TI deixou de trazer apenas benefícios de redução, passando a influenciar positivamente em outros fatores que são:

- Permite focar no próprio negócio e estratégias 71%
- Reduz custos operacionais do projeto 55%
- Menos preocupação em introduzir novas tecnologias 39%
- Melhora a qualidade das funcionalidades de TI 26%
- Dá acesso a capacidades profissionais 23%
- Alinha as operações do negócio 23%
- Permite flexibilidade nos negócios 13%
- Tranquilidade de que o processo está em boas mãos 13%
- Libera Recursos Humanos 10%
- Flexibilidade para estabelecer e demandar sérios por meio de contratos 3%
- Outros 16%

Cabe ressaltar que o percentual deste estudo ultrapassa os 100%, pois a pesquisa é feita de forma conjunta, sendo os dados evidenciados conjuntamente também. Mas é perceptível as diversas vantagens que o outsourcing pode propiciar a empresa de forma geral e não apenas focada em nichos específicos. Tal prática beneficia outros setores, uma vez que qualquer empresa funciona de forma interligada e sempre há reflexo em todos os setores de medidas, boas ou ruins, tomadas pelo seu gestor em qualquer esfera do seu negócio. O fator de maior percentual é um exemplo claro disso, ficou evidente que ao não precisar se dedicar na busca, implementação e manutenção de sistemas de TI próprios, o gestor pode dedicar mais tempo aos seus negócios, bem como a estratégias de expansão e crescimento. Tal dedicação, incidirá sobre os seus números e seus clientes.

Outra vantagem destacada por Bernstoff e Cunha (1999) é que com o outsourcing em TI e outras áreas de serviços da empresa (vigilância, transportes, limpeza) esta se torna mais enxuta, flexível e competitiva, pois ela estará focada em sua atividade central e que nunca deverão ser terceirizados.

## **2.7 Desvantagens:**

O *outsourcing* na administração pública pode ter algumas desvantagens, mas que dependem muito do cuidado da contratação.

Segundo Sanches (2008) uma das desvantagens é a dependência que a organização cria pela empresa prestadora do outsourcing, o que causa certa perda de controle por parte da organização. Com isso é importante que se tenha plano de comunicação eficiente para que a organização não perca sua identidade. Porém o outsourcing não deve tomar a autonomia da organização, mas ser usado como uma ferramenta de auxílio.

Para Hendry (1997) um custo que se tem com o outsourcing é o fato que a organização, investira certo tempo para se encontrar os parceiros ideais. Afinal não é por se tratar de *outsourcing*, que os colaboradores não devam ter comprometimento e se mostrar eficientes.

Uma desvantagem apresentada por Prado (2001) é a qualidade do serviço, já que o serviço contratado nem sempre está à altura do esperado, o que demanda da organização fiscalizar de perto os serviços contratados.

Por vezes, a falta de vínculo que a empresa terceirizada tem com a contratante propicia a alguns gestores a dificuldade de fiscalizar a mão de obra e a qualidade do serviço prestado. O funcionário terceirizado em alguns momentos não se sente parte do local ou da instituição para o qual está prestando serviço, isso, por vezes gera dificuldades para o desempenho do seu papel. Afinal, ele está longe da “sua empresa” e está em um lugar no qual ele “não faz parte”. Além disso, a empresa terceirizada pode não dar o devido valor ao cliente da empresa contratante, dispensando a ele um tratamento inadequado. Como qualquer serviço, o terceirizado exige atenção, monitoramento e fiscalização. Tem de haver um movimento de inserção por ambas as partes, sabendo que a partir do momento em que é contratada, a empresa sendo terceirizada ou não, está oferecendo um serviço que agregará ou manchará o nome da contratante.

### **3.MATERIAIS E MÉTODOS.**

Este estudo é baseado em uma pesquisa qualitativa, focada em um estudo de caso de outsourcing entre uma empresa contratada e uma organização contratante, que nesse estudo é caracterizada por um segmento da administração pública: uma Secretaria Municipal de Saúde do interior do estado do Rio de Janeiro.

O universo da pesquisa foi composto por gestores e funcionários da organização contratante e por profissionais técnicos de diversas áreas da empresa contratada dimensionados como usuários diretos e indiretos.

Foi possível assim analisar os impactos do outsourcing no ambiente público, visando otimizar os serviços prestados aos seus cidadãos e com isso verificar as principais vantagens e desvantagens do processo de *outsourcing* de: infraestrutura física, capacitação de usuário e suporte técnico.

### **4.CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DE ESTUDO**

O estudo de caso ocorreu em um município de aproximadamente 30 mil habitantes da região sul fluminense, na secretaria municipal de saúde, junto a coordenação de Atenção Básica.

O mesmo apresenta um total de 12 USFs (Unidade de Saúde da Família), mais o setor de coordenação de Atenção Básica, que é o setor responsável por gestão desses USFs.

Os computadores e impressoras disponíveis nas unidades estavam em sua maioria sucateados e/ou sem funcionar, o que causava dificuldades para o atendimento das unidades.

O quadro a seguir apresenta uma melhor demonstração da infraestrutura física e lógica encontrada nas unidades, que na ocasião era utilizada para os processos rotineiros diários:

**Quadro 01.** Caracterização de infraestrutura de TI encontrada nas unidades

<b>UNIDADE DE SAÚDE 01 (01 computador)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Dual Core	Sistema operacional	WINDOWS 7 (SEM LICENÇA)
Memória	4GB	Pacote de escritório	OFFICE 2007 (sem licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	Não possui
Impressora	01 jato de tinta	Sistema de informação interno	E-Sus
Conexão de internet: SIM		Link de 600K	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 02 (01 computador)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Dual Core	Sistema operacional	WINDOWS 7 (sem licença)
Memória	4GB	Pacote de escritório	OFFICE 2007 (sem licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	Não possui
Impressora	01 jato de tinta	Sistema de informação interno	E-Sus
Conexão de internet: SIM		Link de 600K	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 03 (01 computador)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Dual Core	Sistema operacional	WINDOWS 7 (sem licença)
Memória	4GB	Pacote de escritório	OFFICE 2007 (sem licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	Não possui
Impressora	01 jato de tinta	Sistema de informação interno	E-Sus
Conexão de internet: SIM		Link de 600K	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 04 (01 computador)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Dual Core	Sistema operacional	WINDOWS 7 (sem licença)
Memória	2GB	Pacote de escritório	OFFICE 2007 (sem licença)
Disco Rígido	500GB	Antivírus	Não possui
Impressora	01 laser	Sistema de informação interno	E-Sus
Conexão de internet: SIM		Link de 600K	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 05 (01 computador)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Dual Core	Sistema operacional	WINDOWS 7 (sem licença)
Memória	2GB	Pacote de escritório	OFFICE 2007 (sem licença)
Disco Rígido	500GB	Antivírus	Não possui
Impressora	Não possui	Sistema de informação interno	E-Sus
Conexão de internet: SIM		Link de 600K	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 06 (01 computador)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Dual Core	Sistema operacional	WINDOWS 7 (sem licença)
Memória	3GB	Pacote de escritório	OFFICE 2007 (sem licença)
Disco Rígido	320GB	Antivírus	Não possui
Impressora	01 laser	Sistema de informação interno	E-Sus
Conexão de internet: SIM		Link de 600K	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 07 (01 computador)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Dual Core	Sistema operacional	WINDOWS 7 (sem licença)
Memória	2GB	Pacote de escritório	OFFICE 2007 (sem licença)
Disco Rígido	320GB	Antivírus	Não possui
Impressora	Não possui	Sistema de informação interno	E-Sus
Conexão de internet: NÃO		Não possui link de internet	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 08 (01 computador)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	AMD Dual Core	Sistema operacional	WINDOWS 8.1 (sem licença)
Memória	4GB	Pacote de escritório	OFFICE 2013 (sem licença)
Disco Rígido	320GB	Antivírus	Não possui
Impressora	1 jato de tinta	Sistema de informação interno	E-Sus
Conexão de internet: NÃO		Não possui link de internet	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 09 (01 computador)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Dual Core	Sistema operacional	WINDOWS 10 (sem licença)
Memória	6GB	Pacote de escritório	OFFICE 2013 (sem licença)
Disco Rígido	500GB	Antivírus	Não possui
Impressora	1 Impressora laser	Sistema de informação interno	E-Sus
Conexão de internet: NÃO		Não possui link de internet	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 10 (01 computador)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Dual Core	Sistema operacional	WINDOWS 7 (sem licença)
Memória	2GB	Pacote de escritório	OFFICE 2007 (sem licença)
Disco Rígido	500GB	Antivírus	Disco Rígido
Impressora	Não possui	Sistema de informação interno	E-Sus
Conexão de internet: NÃO		Não possui link de internet	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 11 (01 computador)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Dual Core	Sistema operacional	WINDOWS 7 (sem licença)
Memória	2GB	Pacote de escritório	OFFICE 2007 (sem licença)
Disco Rígido	500GB	Antivírus	Não possui
Impressora	Não possui	Sistema de informação interno	E-Sus
Conexão de internet: NÃO		Não possui link de internet	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 12 (01 computador)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Dual Core	Sistema operacional	WINDOWS 7 (sem licença)
Memória	4GB	Pacote de escritório	OFFICE 2007 (sem licença)
Disco Rígido	500GB	Antivírus	Não possui
Impressora	Não possui	Sistema de informação interno	E-Sus
Conexão de internet: NÃO		Não possui link de internet	

<b>CENTRAL (03 computadores)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Dual Core	Sistema operacional	WINDOWS 10 (sem licença)
Memória	4GB	Pacote de escritório	OFFICE 2013 (sem licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	Não possui
Impressora	1 multifuncional laser	Sistema de informação interno	E-Sus SIS-AB E-gestor
Conexão de internet: SIM		Link de 10M	

Fonte: Dados levantados pelo autor.

#### **4.1 Cenário pré-implantação**

Devido à falta de ferramenta de gestão e controle, as coordenações não conseguiam acompanhar de perto a produção de suas unidades, o que causava atraso em envio de remessas ao ministério da saúde e impactava diretamente nos indicadores do município o que se refletia nos repasses feitos pelo Estado e União a secretaria de saúde desse município.

Outra dificuldade apresentada no cenário, era a falta de equipamentos e/ou equipamentos sucateados, o que de certa forma acarretava em dificuldade no atendimento ao cidadão.

#### **4.2 Cenário durante implantação**

Durante a implantação, o primeiro passo foi realizar infraestrutura física para instalação de computadores e impressoras.

Após realizar infraestrutura, foi realizada a instalação de hardware e contratação de link de internet e instalação dos sistemas de controle e gestão.

Foi disponibilizado 2 computadores por USF, além de 1 tablet para cada ACS, e também contratação de link de internet de 10mbps para cada unidade. Segue quadro, com as caracterização.

**Quadro 02.** Caracterização de infraestrutura de TI após o processo inicial de outsourcing

<b>UNIDADE DE SAÚDE 01 (02 computadores)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Core i3 5ª geração	Sistema operacional	WINDOWS 10 (com licença)
Memória	8GB	Pacote de escritório	OFFICE 2016 (com licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	McAfee (com licença)
Impressora	01 laser 01 térmica	Sistema de informação interno	Sistema terceirizado de gestão
Tablet	09		
Conexão de internet: SIM		Link de 10M	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 02 (02 computadores)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Core i3 5ª geração	Sistema operacional	WINDOWS 10 (com licença)
Memória	8GB	Pacote de escritório	OFFICE 2016 (com licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	McAfee (com licença)
Impressora	01 laser 01 térmica	Sistema de informação interno	Sistema terceirizado de gestão
Tablet	07		
Conexão de internet: SIM		Link de 10M	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 03</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Core i3 5ª geração	Sistema operacional	WINDOWS 10 (com licença)
Memória	8GB	Pacote de escritório	OFFICE 2016 (com licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	McAfee (com licença)
Impressora	01 laser 01 térmica	Sistema de informação interno	Sistema terceirizado de gestão
Tablet	05		
Conexão de internet: SIM		Link de 10M	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 04 (02 computadores)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Core i3 5ª geração	Sistema operacional	WINDOWS 10 (com licença)
Memória	8GB	Pacote de escritório	OFFICE 2016 (com licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	McAfee (com licença)
Impressora	01 laser 01 térmica	Sistema de informação interno	Sistema terceirizado de gestão
Tablet	06		
Conexão de internet: SIM		Link de 10M	



<b>UNIDADE DE SAÚDE 05 (02 computadores)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Core i3 5ª geração	Sistema operacional	WINDOWS 10 (com licença)
Memória	8GB	Pacote de escritório	OFFICE 2016 (com licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	McAfee (com licença)
Impressora	01 laser 01 térmica	Sistema de informação interno	Sistema terceirizado de gestão
Tablet	05		
Conexão de internet: SIM		Link de 10M	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 06 (02 computadores)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Core i3 5ª geração	Sistema operacional	WINDOWS 10 (com licença)
Memória	8GB	Pacote de escritório	OFFICE 2016 (com licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	McAfee (com licença)
Impressora	01 laser 01 térmica	Sistema de informação interno	Sistema terceirizado de gestão
Tablet	06		
Conexão de internet: SIM		Link de 10M	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 07 (02 computadores)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Core i3 5ª geração	Sistema operacional	WINDOWS 10 (com licença)
Memória	8GB	Pacote de escritório	OFFICE 2016 (com licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	McAfee (com licença L)
Impressora	01 laser 01 térmica	Sistema de informação interno	Sistema terceirizado de gestão
Tablet	07		
Conexão de internet: SIM		Link de 10M	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 08 (02 computadores)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Core i3 5ª geração	Sistema operacional	WINDOWS 10 (com licença)
Memória	8GB	Pacote de escritório	OFFICE 2016 (com licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	McAfee (CL)
Impressora	01 laser 01 térmica	Sistema de informação interno	Sistema terceirizado de gestão
Tablet	06		
Conexão de internet: SIM		Link de 10M	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 09 (02 computadores)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Core i3 5ª geração	Sistema operacional	WINDOWS 10 (com licença)
Memória	8GB	Pacote de escritório	OFFICE 2016 (com licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	McAfee (com licença)
Impressora	01 laser 01 térmica	Sistema de informação interno	Sistema terceirizado de gestão
Tablet	05		
Conexão de internet: SIM		Link de 10M	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 10 (02 computadores)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Core i3 5ª geração	Sistema operacional	WINDOWS 10 (com licença)
Memória	8GB	Pacote de escritório	OFFICE 2016 (com licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	McAfee (com licença)
Impressora	01 laser 01 térmica	Sistema de informação interno	Sistema terceirizado de gestão
Tablet	08		
Conexão de internet: SIM		Link de 10M	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 11 (02 computadores)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Core i3 5ª geração	Sistema operacional	WINDOWS 10 (com licença)
Memória	8GB	Pacote de escritório	OFFICE 2016 (com licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	McAfee (com licença)
Impressora	01 laser 01 térmica	Sistema de informação interno	Sistema terceirizado de gestão
Tablet	06		
Conexão de internet: SIM		Link de 10M	

<b>UNIDADE DE SAÚDE 12 (02 computadores)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Core i3 5ª geração	Sistema operacional	WINDOWS 10 (com licença)
Memória	8GB	Pacote de escritório	OFFICE 2016 (com licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	McAfee (com licença)
Impressora	01 laser 01 térmica	Sistema de informação interno	Sistema terceirizado de gestão
Tablet	07		
Conexão de internet: SIM		Link de 10M	

<b>CENTRAL (06 computadores)</b>			
<b>Infraestrutura física básica</b>		<b>Infraestrutura lógica</b>	
CPU	Intel Core i3 5ª geração	Sistema operacional	WINDOWS 10 (com licença)
Memória	8GB	Pacote de escritório	OFFICE 2016 (com licença)
Disco Rígido	1TB	Antivírus	McAfee (com licença)
Impressora	01 Multifuncional laser	Sistema de informação interno	Sistema terceirizado de gestão
Conexão de internet: SIM		Link de 80M	

Fonte: Dados levantados pelo autor.

Houve implantação de sistema para aumento da produtividade dos servidores das unidades, onde os mesmos não precisariam mais preencher fichas de pacientes de forma manuscrita ou realizar agendamentos em cadernos, além disso as devidas coordenações poderiam acompanhar as produções das unidades em tempo real.

Foi realizada capacitação e acompanhamento dos funcionários, terminando a fase de capacitação se iniciou a fase de manutenção e suporte, o que incluía a manutenção de computadores e impressoras, entrega de suprimentos e acompanhamento dos funcionários capacitados.

#### **4.3 Vantagens apresentadas**

O processo de implantação durou em média 1 ano, e os resultados puderam ser colhidos quase que imediatamente, nos primeiros meses pós implantação os indicadores do município junto os Estado e União aumentaram consideravelmente.

Foi substituído todo o parque de máquinas das unidades de saúde e de sua respectiva coordenação, padronizando todas as máquinas e ao mesmo tempo foi fornecida conectividade a todas as unidades, o que proporcionou acompanhamento em tempo real de produção de cada unidade.

Sanado o problema de falta de suprimentos nas unidades e a falta de mão de obra para realizar manutenção de equipamentos, já que a empresa contratada ficou responsável por todos esses serviços, o que trouxe mais flexibilidade ao responsável pela TI do município, deixando-o a disposição para atender demandas relacionadas diretamente as atividades primárias da SMS.

Houve melhora no atendimento aos pacientes do município, tendo em vista que devido a informatização, muitos processos burocráticos puderam ser excluídos e/ou minimizados, o que gerou um atendimento mais humanizado ao munícipe.

#### **4.4 Desvantagens apresentadas**

Devido a implantação de um sistema de gestão e controle, houve certa resistência por parte de alguns ACS (Agentes Comunitários de Saúde), o que acarretou entraves durante a implantação do modulo de visita domiciliar, modulo no qual, se registrava via geolocalização o local exato onde o profissional registrava a visita do paciente.

O município de certa forma precisou se adequar a certos processos que antes, não existiam.

Como resultado disso houve a necessidade de criação de protocolos para encaminhamentos de pacientes para o setor de regulação, ou então na obrigatoriedade de preenchimentos de campos com dados dos pacientes que antes não eram preenchidos e ainda investimento alto na aquisição do serviço, tendo em vista a robustez do contrato.

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pôde-se observar, melhoras consideráveis para a SMS, após a implantação do outsourcing. A mesma teve todo seu parque de máquinas atualizado e padronizado passando de 15 computadores e 7 impressoras, para 30 computadores e 25 impressoras. Além do fornecimento de tablets aos ACS, que não precisam mais imprimir fichas para realizar sua visitas, diminuindo os gastos com impressão, gerando assim maior economia de recursos e menor impacto ambiental.

Outra medida, essencial para as melhorias, foi a disponibilização de link de internet a todas as unidades. Isto trouxe melhor comunicação entre coordenação e unidades, facilitando o cumprimento das rotinas administrativas internas dos setores.

Observa-se que, o outsourcing em TI é uma ferramenta que veio para auxiliar as organizações públicas e seus gestores, mitigando custos e trazendo mais agilidade e melhorias em seus serviços, uma vez que estes não precisam se preocupar com atividades não essenciais, conseguindo realizar a prestação de um serviço de qualidade à sociedade.

A pesquisa realizada demonstra que, com os cuidados corretos, o serviço de outsourcing se torna muito eficiente para a administração pública. Otimizando os serviços prestados a população e propiciando uma redução de custos, tendo em vista que a empresa contratada se responsabiliza por toda a mão de obra e infraestrutura necessários para o município, e também fornece a SMS as informações necessárias para a tomada de decisões mais eficientes.

Através de informação consciente e consistente o gestor pode se informar e aprofundar seu conhecimento sobre o assunto. Avaliando as vantagens e as desvantagens de tal serviço, ele pode realizar uma boa gestão para reduzir os problemas, que venham a ocorrer durante a utilização dos serviços de outsourcing. Afinal, uma gestão inteligente é a maior ferramenta a ser utilizada por qualquer administração, principalmente a pública. E para administração pública não há nada mais essencial do que diminuir as suas despesas com serviços não essenciais para o setor, deixando o foco dos seus servidores voltado unicamente à atividade a qual o setor público se destina: o bom e eficiente atendimento a população.

## 6- REFERÊNCIAS

- ALBERTIN, A. L.; SANCHEZ, O. P. **Outsourcing de TI: impactos, dilemas, discussões e casos reais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BERNSTORFF, VITOR H.; CUNHA, João C. - **O que as Organizações Buscam e Alcançam com a Terceirização em Tecnologia da Informação (TI)** - Artigo - XXIII EnANPAD – Encontro Nacional de Pós-Graduação – 1999 – Foz do Iguaçu – PR.
- GREAVER II, MAURICE F.. **Strategic outsourcing: a structured approach to outsourcing decisions and initiatives**. New York: American Management Association, 1996.
- GUARDA, G. F.; **Terceirização Estratégica de Tecnologia da Informação no Serviço Público Federal: Um estudo. Monografia de especialização**, 48 p. Departamento de Engenharia Elétrica – Universidade de Brasília, 2008.
- HENDRY, J. **O custo oculto da terceirização**. HSM Management, São Paulo, v. 0, n. 2, p. 82-90, Maio/Jun. 1997.
- LEITE, J. C. **Terceirização em informática no Brasil**. Pág 68-77. Dissertação – Departamento de informática e métodos quantitativos da EAESP/FGV. RAE – Revista de administração de empresas. São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/rae/index.cfm>>. Acesso em: 01 março 2020.
- MARTINS, S. P. **A Terceirização e o Direito do Trabalho**. 13. Ed. São Paulo: atlas, 2014.
- PRADO, EDMIR P. V.; TAKAOKA Hiroo – **Um modelo para Análise da Terceirização da Tecnologia**

**de Informação** – Artigo – V SEMEAD – Seminário em Administração FEA- USP, 2001 - São Paulo, SP.

SANTOS, D. P. F. da. **Terceirização de serviços pela Administração Pública: estudo da responsabilidade subsidiária**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SARATT, N et Al. **Quarteirização: redefinindo a terceirização**. Porto Alegre: Badejo, 2000.

SOUZA R. **Terceirização no serviço público: vantagens e desvantagens da contratação de serviços terceirizados, em uma empresa pública, nas funções administrativas, na percepção de seus gestores** REMAS, V.4, N.5, 2019

# **PLANO DE CARREIRA COMO FATOR DE ESTÍMULO: UM ESTUDO DE CASO DA GUARDA MUNICIPAL DE JAPERI-RJ**

**Lucas de Lima Corrêa da Rosa<sup>1</sup>, Marcelo Augusto de Souza Pena<sup>2</sup> (orientador)**

<sup>1</sup>Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão pública, lucas.11cr@hotmail.com

<sup>2</sup>Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão pública, fisc-marcelo@tresrios.rj.gov.br

**RESUMO.** Este trabalho tem como tema principal apresentar o Plano de Carreira como um fator de estímulo: um estudo com a Guarda Municipal do município de Japeri-RJ. Contribui para a melhoria e entendimento sobre o plano de carreira, gerando alternativas e informações para que o gestor possa utilizar como tomada de decisão. Os guardas municipais almejam valorização profissional, e com isso terem perspectivas de crescimento. O presente artigo tem como objetivo mostrar as vantagens de um plano de carreira para o servidor, bem como para a organização. É uma forma de investir no capital humano e dessa maneira reter talentos dentro da organização, para que a mesma atinja seus objetivos: trabalhar a favor do interesse público, e dos direitos e interesses dos cidadãos. A metodologia aplicada foi através da coleta de dados mediante aplicação de questionário, pesquisa bibliográfica e também pesquisa documental.

Palavras Chave: Plano de Carreira, Estímulo, Guarda Municipal.

## **CAREER PLAN AS A STIMULATORY FACTOR: A CASE STUDY OF THE MUNICIPAL GUARD OF JAPERI-RJ**

**ABSTRACT.** *This work has as main theme to present the Career Plan as a stimulus factor: a study with the Municipal Guard of the municipality of Japeri-RJ. It contributes to improve and understand the career plan, generating alternatives and information for whom the manager can use as a decision-making. Municipal guards are also professionally valued, and with these growth prospects. This article aims to show the advantages of a career plan for the server, as well as for the organization. It is a way of investing human capital and thus retaining talent within the organization, for the same purposes: working in a public interest favor, and public rights and interests. The methodology applied was through data collection using the questionnaire application, bibliographic research and also documentary research.*

*Keywords: Career Plan, Stimulus, Municipal Guard.*

ROSA, LUCAS DE LIMA CORRÊA DA  
PLANO DE CARREIRA COMO FATOR DE ESTÍMULO: UM  
ESTUDO DE CASO DA GUARDA MUNICIPAL DE JAPERI-RJ / LUCAS  
DE LIMA CORRÊA DA ROSA. - Miguel Pereira: 2020.  
i, 22 f. ; 29,7 cm.

Orientador: MARCELO AUGUSTO DE SOUZA PENA.  
Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em GESTÃO PÚBLICA - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.  
Inclui e .

1. PLANO DE CARREIRA. 2. ESTÍMULO. 3. GUARDA MUNICIPAL.  
I. PENA, MARCELO AUGUSTO DE SOUZA. II. Faculdade de Miguel  
Pereira. III. Título.



## 1. Introdução

A garantia de concurso público no Brasil se deu somente a partir de 1988, quando da nova constituição da República Federativa. A administração pública, obedecendo aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, prevê, conforme o Art. 37 Inc. II da Carta Magna:

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. (BRASIL, 1988, Art. 37)

A estabilidade no cargo público é a garantia de que o servidor agirá de acordo com a lei no desempenho de sua função, independente da vontade política, muitas vezes presente nas organizações públicas. Num cenário de instabilidade econômica e altas taxas de desemprego aumentou o número de interessados no concurso público, seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal.

As políticas salariais do setor público podem ser realizadas através de planos de cargos e salários, que são leis que normatizam a promoção e progressão nas carreiras. O plano de carreira visa, portanto, à valorização dos funcionários de forma adequada, permitindo que as práticas salariais sejam revistas e a estrutura salarial seja reavaliada com base na apreciação de cargos, de acordo com o mercado de trabalho, por meio de pesquisa salarial.

A segurança é um direito de todos e formalmente ligado às ações do Estado. Sendo assim a guarda municipal constitui-se nos principais atores na garantia e manutenção da postura municipal, da guarda patrimonial, da segurança da população.

A cidade de Japeri-RJ (2012) através do edital 001/2012, criou a vaga para o cargo de guarda municipal com a particularidade de não ter sido criada a guarda municipal, o que ocorreu somente no ano de 2017 através da Lei Complementar nº 240/2017 que dispõe sobre o estatuto da guarda municipal. (JAPERI, 2017)

É necessário que o meio acadêmico discuta formas de abarcar essa ferramenta de valorização profissional para um grupo de servidores de função social frente à forçeadura que a bem descreve: precária nos investimentos e necessários para o bem estar social.

Esse artigo delimitou-se em fazer um estudo de caso da guarda municipal de Japeri-RJ, em função de ser uma guarda recém criada e com muitos desafios de atuação e cumprimento das previsões legais. O objetivo específico foi buscar o conhecimento das necessidades e dificuldades enfrentadas por ela, muitas vezes desestimulada pela falta de investimento, o que leva a uma rotatividade de funcionários, desvio de conduta entre outras coisas.

Ao longo do artigo discorre-se numa revisão da literatura acerca da importância do plano de carreira para o desenvolvimento de qualquer organização humana, inserindo a análise na administração pública. Levantar-se-á também as leis pertinentes à atuação da guarda.

Realça-se o problema no levantamento feito junto à guarda municipal de Japeri-RJ com os gráficos de perfil social, satisfação com o trabalho executado. Além disso, para que o bojo do presente trabalho seja atingido, mostra-se a discussão dos resultados obtidos.

Por derradeiro, apresentará de forma sintetizada que profissionais da ordem pública anseiam ações que vão ao encontro da valorização profissional e com isso terem perspectivas de crescimento, apresentando o empoderamento como alvo a ser alcançado, garantindo a satisfação do servidor, além da lealdade com a Plano de Carreira como Fator de Estímulo: Um Estudo de Caso da Guarda Municipal de Japeri-RJ / Lucas de Lima Corrêa da Rosa

organização, tendo um envolvimento maior com a instituição e o trabalho, fazendo assim suas tarefas com mais responsabilidade.

## **2. CARACTERÍSTICAS DA GUARDA MUNICIPAL E A CARREIRA NA GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA/LITERÁRIA**

Segundo Carvalho (2007), a Guarda Municipal é um dos poucos órgãos de prestação de serviço público municipal, que está inserida na Lei Suprema, tamanha a sua importância frente à segurança pública local.

De acordo com Brasil (1988), no art. 144, Inc. VIII da Constituição Federal de 1988 é dito que ao estabelecer atividades, órgãos e atuação frente à Segurança Pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio, preconiza-se a responsabilidade de todos, e principalmente do Estado (União, Estados Membros, Distrito Federal e Municípios), sendo um direito e responsabilidade de todos.

Quando o constituinte incluiu os municípios, no capítulo destinado à Segurança Pública, fez considerando-o um ente federado, com sua respectiva parcela de responsabilidade frente à segurança pública, compreendendo e respeitando suas possíveis limitações econômicas, deste modo, facultando ao município a criação da Guarda Municipal.

No ano de 2014, a guarda municipal teve um avanço com a Lei Federal nº 13.022/2014 que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, podendo as cidades criarem seu estatuto próprio, em concordância com o geral (BRASIL, 2014). A Lei Complementar Municipal nº 240/2017 dispõe sobre o Estatuto da Guarda Municipal de Japeri-RJ.

Trazendo o foco para o conceito de carreira, Primak, et al. (2014 apud DUTRA, 1996) a define como sendo sequências de posições e de trabalhos realizados durante a vida de uma pessoa, envolvendo uma série de estágios e a ocorrência de transições que refletem necessidades, motivos e aspirações individuais e expectativas e imposições da organização e da sociedade.

O setor público, a fim de estimular seus funcionários, vem adotando nos últimos anos o plano de carreira, oferecendo perspectivas de crescimento no cargo que desempenham. Um exemplo da aplicação desse plano é a prefeitura municipal de Quissamã- RJ, através da Lei Complementar nº 004/2019 de 15 de março de 2019.

Primak, et al. (2014 apud QUEIROZ, 2010) esclarece que junto à remuneração, o plano de carreiras pode ser uma ferramenta de suma importância para atrair e manter os talentos na empresa, tendo em vista que, um plano de carreiras oferece oportunidades de crescimento profissional. O salário era o principal aspecto observado por candidatos ao emprego. Na visão de Primak, et al. (2014 apud CARVALHO, 2011) atualmente a possibilidade de evoluir na carreira tornou-se mais significativa e frequente. A perspectiva de desenvolvimento nas carreiras caracteriza-se como um dos fatores de maior influência no movimento dos profissionais entre uma empresa e outra.

Nesse contexto, esse mesmo autor afirma que as pessoas entendem que não adianta terem o salário aumentado se não tiverem oportunidades de progresso nessa remuneração recebida, assim como também nos benefícios de programas de participação muito utilizados nas organizações.

A estabilidade deixa de ser o único atrativo, uma vez que o plano de carreira permite ao servidor o crescimento profissional. A retenção na organização é importante, pois diminui significativamente a questão

da rotatividade.

Pereira e Almeida (2017 apud DIEESE, 2011) demonstra que a taxa de rotatividade na Administração Pública direta e autárquica, descontados os desligamentos por transferência, aposentadoria, morte e demissão, ascendeu de 6,6% para 10,6% entre 2001 e 2009.

Segundo Macedo (2015 apud ZIMPEK, 1990), a administração de salários está se constituindo em componente vital, que estimulam o crescimento e progresso da organização. Aliando fatores de controle financeiro ao atendimento equitativo das necessidades humanas das equipes de trabalho, a administração de salários é instrumento que provê meios para a obtenção de melhor produtividade, controles de custo adequados e melhor satisfação profissional.

O plano de carreira se constitui em um benefício para a organização provendo meios para a melhor produtividade, que estimula o crescimento e o progresso da organização.

### **3. A POPULAÇÃO E A AMOSTRA PESQUISADA**

No primeiro trimestre de 2020 iniciou-se a confecção de um questionário a fim de embasar esse artigo. O questionário contém 22 (vinte e duas) perguntas direcionadas para a participação da Guarda Municipal de Japeri.

Numa segunda etapa o questionário foi entregue pelo autor, em mão, a cada um dos entrevistados no início do mês de abril, e recolhidos na semana seguinte. A pesquisa contou com 18 (dezoito) guardas municipais, que representam 94% do efetivo total.

O questionário de pesquisa continha perguntas que tinham como interesse o delineamento da guarda. Sendo assim, levantou: sexo; idade; número de filhos; escolaridade (médio, superior e pós-graduação); satisfação com o cargo; progressão na carreira como fator de estímulo, entre outras.

O município de Japeri pertence a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, localizando-se a 22°38'35" de latitude sul e 43°39'12" de longitude oeste, a 30 metros de altitude. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2019) a população estimada foi de 104 768 habitantes. Emancipou-se de Nova Iguaçu em 1991, ocupando uma área de 82,954 km<sup>2</sup>, limitada pelos municípios de Paracambi, Seropédica, Queimados, Miguel Pereira e Nova Iguaçu. Com orçamento para o ano de 2020 de R\$ 234.032.956,73 (duzentos e trinta e quatro milhões, trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e seis reais e setenta e três centavos), tem aproximadamente dois mil servidores entre comissionados e concursados. A Guarda municipal é composta de 19 (dezenove) servidores, desses, 6 (seis) exerciam a função de Agentes de Trânsito, cargo extinto, tendo sido reaproveitados na guarda municipal, conforme Lei nº 1391/2019. (JAPERI, 2019)

#### **3.1 Instrumento de coleta de dados**

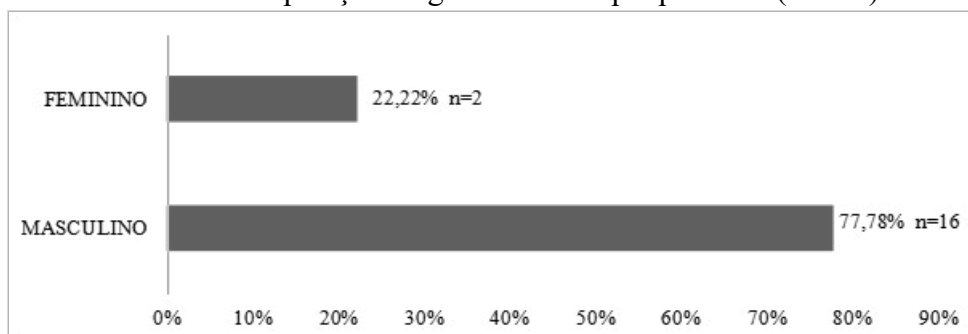
Elaborado com 22 (vinte e duas) perguntas de múltipla escolha e distribuídas em uma folha de papel A4, o questionário foi cuidadosamente elaborado usando vocabulário simples, de fácil entendimento e compreensão buscando o máximo de veracidade nas respostas, com o objetivo de traçar o perfil da guarda municipal, o grau de satisfação profissional e o conhecimento de plano de carreira. Houve uma preocupação com a adesão dos guardas em função da rotina de trabalho, visto que trabalham por escala. Também foi garantido o anonimato.

#### 4. RESULTADOS: O PERFIL DA GUARDA MUNICIPAL DE JAPERI-RJ

Os 6 (seis) primeiros gráficos trazem as respostas das questões relacionadas ao perfil da guarda municipal.

O gráfico 1 demonstra que a maioria, 78% da guarda municipal é composta por homens e 22% por mulheres.

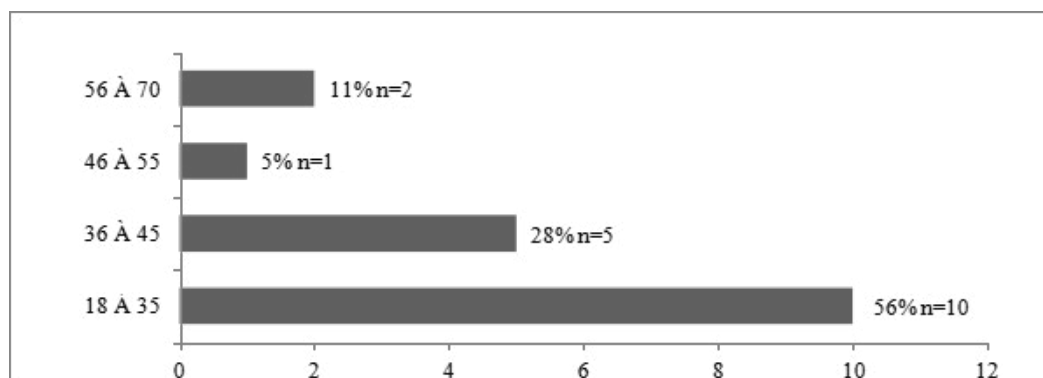
Gráfico 1: Composição da guarda municipal por sexo (n = 18)



Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

No gráfico 2, 56% tem a idade entre 18 a 35, seguido por guardas municipais na faixa etária de 36 a 45 anos com o percentual de 28%. Apenas 5% possuem idade entre 46 e 55 anos e 11% entre 56 a 70 anos. O gráfico 2 demonstra que o percentual de funcionários entre 18 a 45 é de 84%.

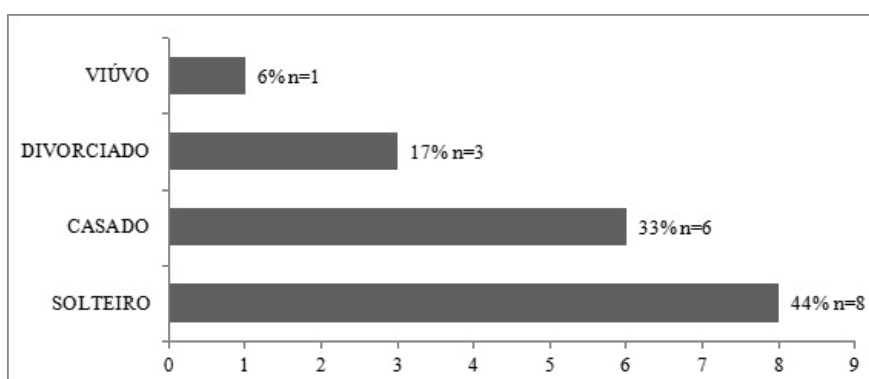
Gráfico 2: Composição da guarda municipal por idade (n=18)



Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

A pesquisa mostra que 44% dos funcionários são solteiros, e 33% são casados, assim caracterizando um menor índice de pessoas com muita responsabilidade, pois não tem uma família para sustentar. Também mostrou que 17% são divorciados e 6% viúvo.

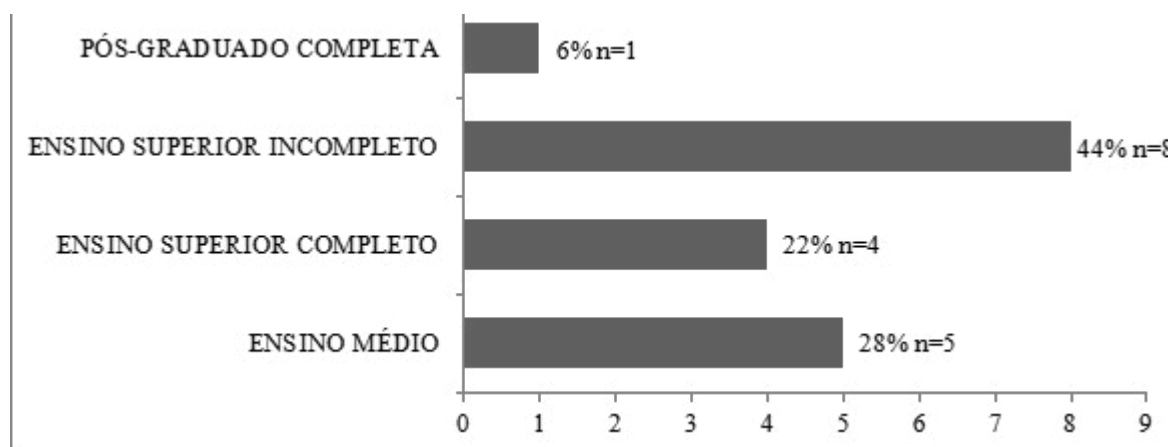
Gráfico 3: Estado civil da guarda municipal (n=18)



Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

Quanto à escolaridade dos entrevistados, 28% aparecem com apenas o nível médio, 22% ensino superior completo, a maioria com 44% ensino superior incompleto, lembrado que estes estão cursando e uma pequena porcentagem com 6% são pós-graduado. Outro dado importante é que os funcionários com ensino superior completo, incompleto ou pós-graduado, 46% destes são solteiros. O gráfico 4 apresenta os dados.

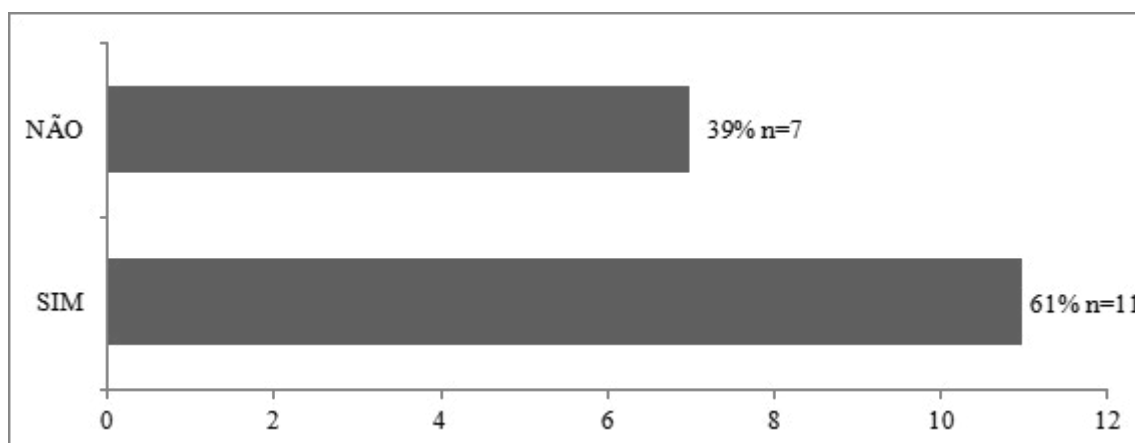
Gráfico 4: Escolaridade da guarda municipal (n=18)



Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

A pesquisa mostra, conforme o gráfico 5, que a quantidade de funcionários que tem filhos é mais elevada, pois constitui um percentual de 61%, infere então que alguns são solteiros, porém tem filhos que dependem do seu sustento. E 39% não tem filhos.

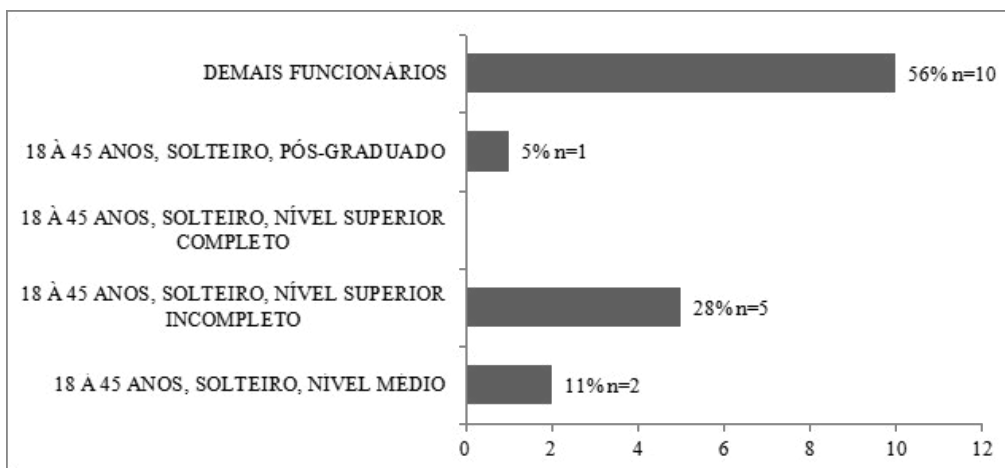
Gráfico 5: Quantidade de guardas municipais que têm filhos (n=18)



Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

O gráfico 6, demonstra que a soma dos funcionários com idade de 18 a 45 anos, solteiro e com nível médio, superior incompleto, completo ou pós-graduado chega a quase a metade dos funcionários, um percentual de 44%.

Gráfico 6: Idade, escolaridade e estado civil da guarda municipal (n=18)

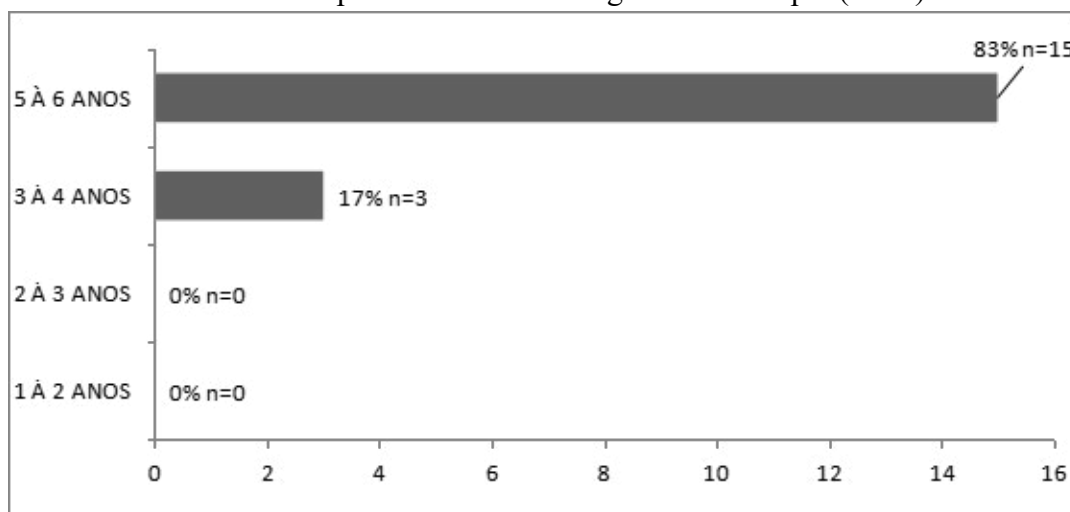


Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

Os próximos (oito) gráficos trazem respostas as questões relacionadas a tempo de trabalho, ao grau de satisfação e realização profissional.

O gráfico 7 demonstra que 83% tem de 5 a 6 anos de tempo de trabalho como guarda municipal.

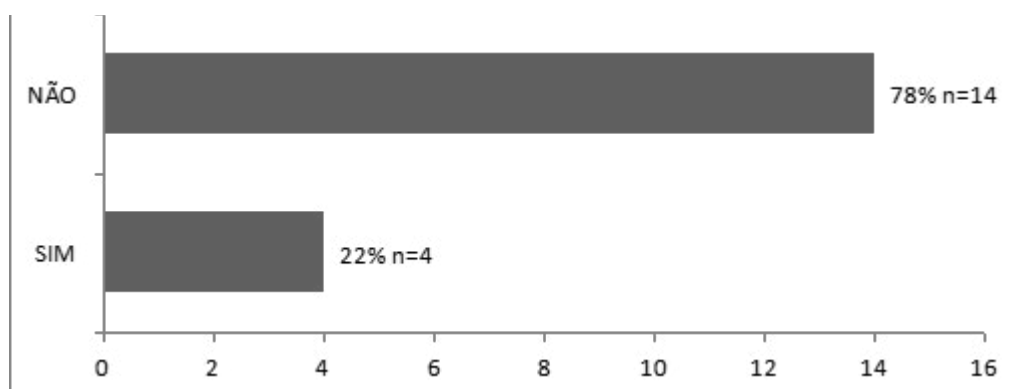
Gráfico 7: Tempo de trabalho como guarda municipal (n=18)



Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

O gráfico 8 mostra que os funcionários, em sua grande maioria, 78%, disseram que não, que o seu trabalho não lhe dá um sentimento de realização profissional, e que estão insatisfeitos com a sua profissão, e apenas 22% disseram que sim, que o seu trabalho de um sentimento de realização profissional.

Gráfico 8: Realização profissional com o cargo (n=18)

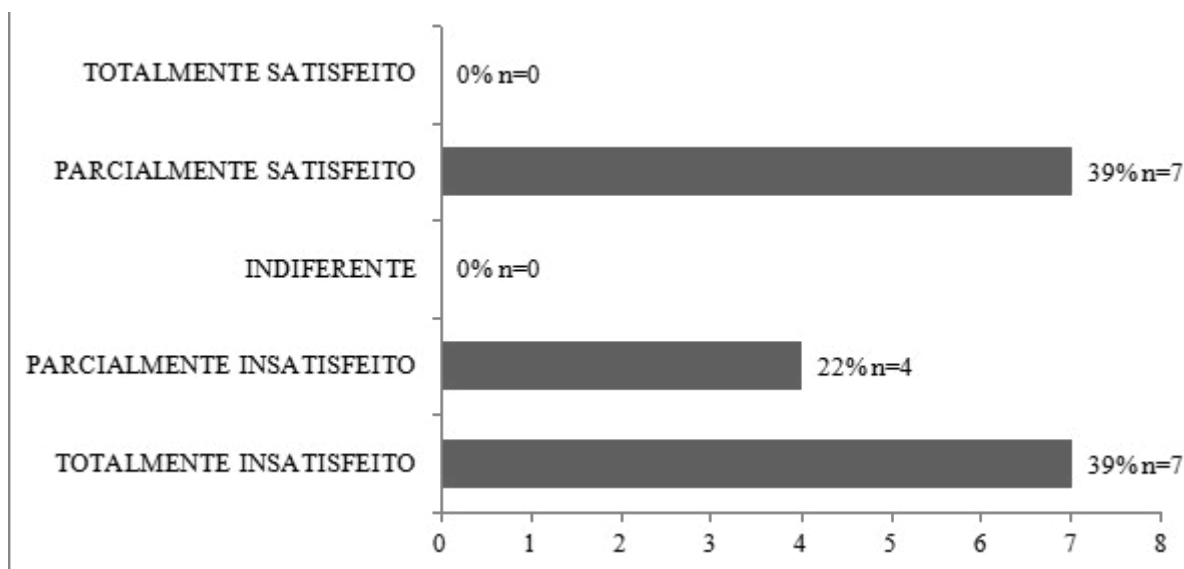


Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

Quanto à satisfação com o cargo, 39% dos funcionários estão totalmente insatisfeitos, 22% parcialmente insatisfeito, 39% parcialmente satisfeito. Dos funcionários totalmente insatisfeitos 71% tem a idade de 18 a 35 anos, 57% são solteiros e 85% com nível superior incompleto ou completo. Dos parcialmente insatisfeito 50% tem a idade de 18 a 35 anos, 75% são solteiros e 100% com nível superior incompleto, completo ou pós-graduado.

Os parcialmente satisfeitos 57% tem idade entre 36 a 70 anos, apenas 14% são solteiros e 57% tem apenas o ensino médio. O gráfico 9 abaixo apresenta os dados.

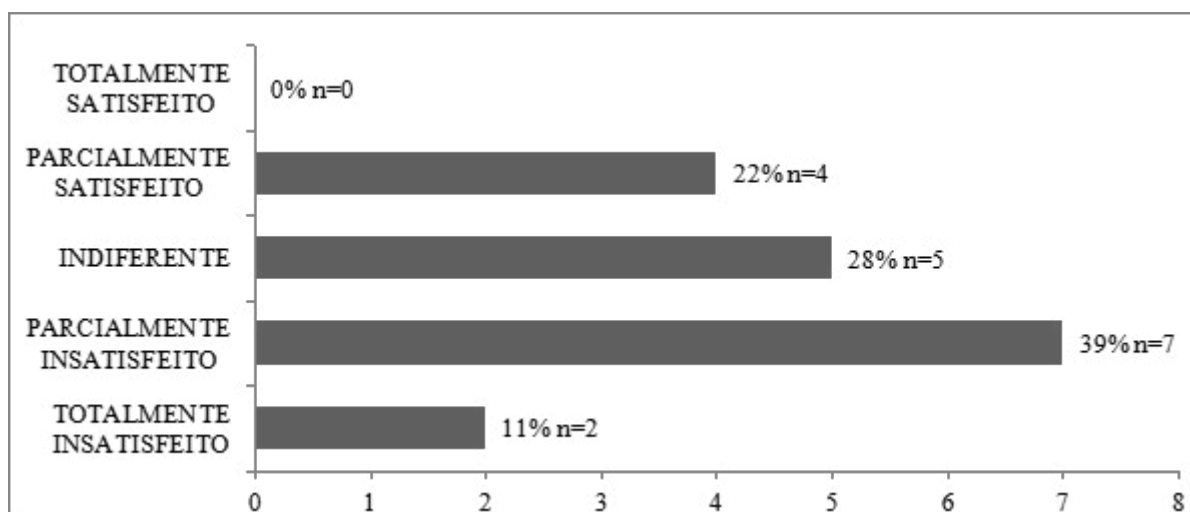
Gráfico 9: Satisfação com o cargo (n=18)



Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

Percebe-se no gráfico 10 que, 11% dos funcionários estão totalmente insatisfeitos com o volume de trabalho que realizam, 39% parcialmente insatisfeito, 28% se mostraram indiferente, apenas 22% parcialmente satisfeito em relação ao volume de trabalho realizado.

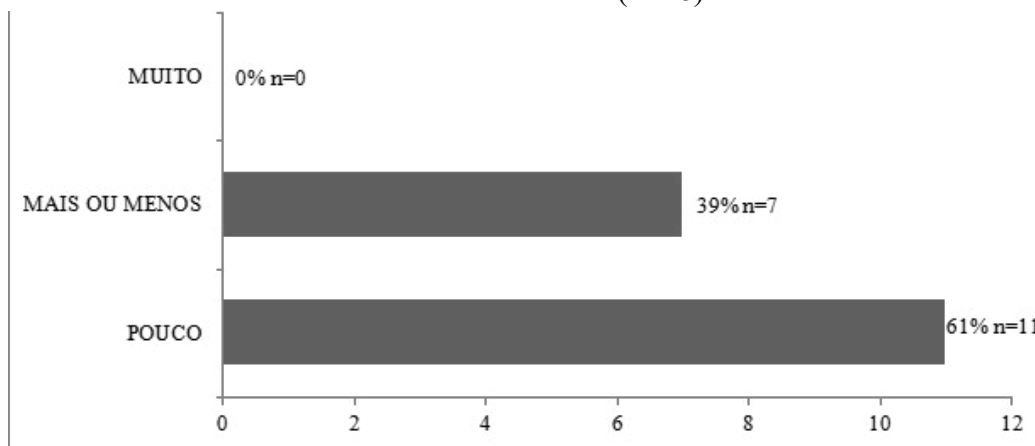
Gráfico 10: Satisfação com o volume de trabalho (n=18)



Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

Sobre este assunto de EPIs, Equipamento de proteção individual, fardamento e equipamentos, mais da metade dos entrevistados, ou seja, 61% disseram ter pouco, 39 % mais ou menos e muito não apareceu na pesquisa. O gráfico 11 apresenta os dados supracitados.

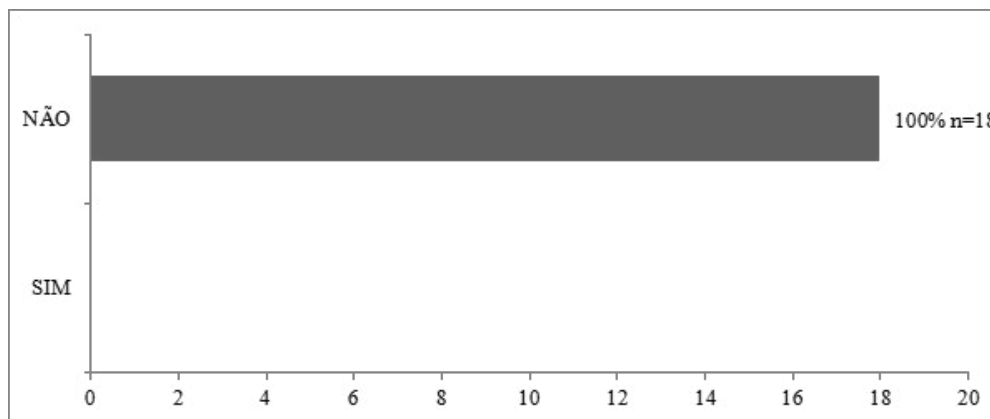
Gráfico 11: EPI (n=18)



Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

Quando foi comentado sobre a satisfação com o salário atual, a resposta foi unânime, os guardas municipais não estão satisfeitos com o salário conforme mostra o gráfico 12 abaixo.

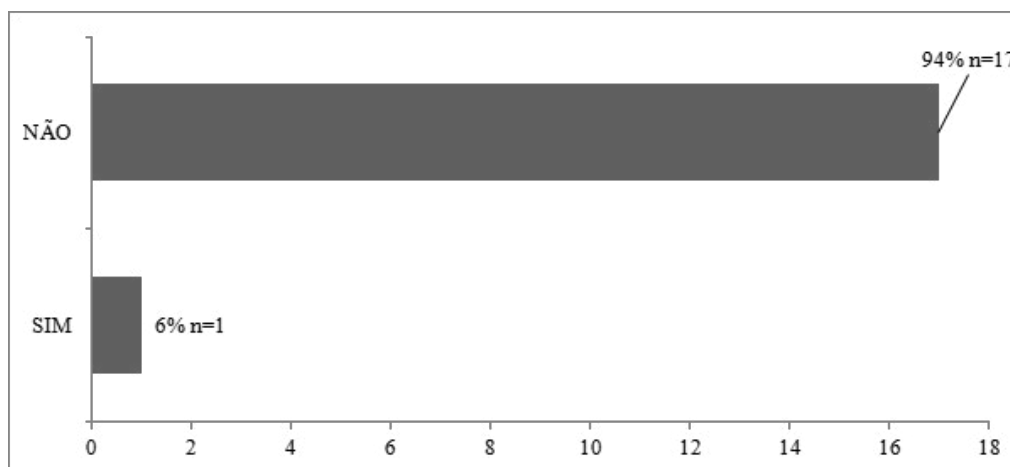
Gráfico 12: Satisfação com o salário (n=18)



Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

Quanto à pergunta sobre a remuneração, se os funcionários achavam adequada ao trabalho, à resposta foi quase unânime 94% respondeu que não, só 6% consideram a remuneração adequada conforme mostra o gráfico 13 abaixo.

Gráfico 13: Remuneração adequada ao desempenho (n=18)

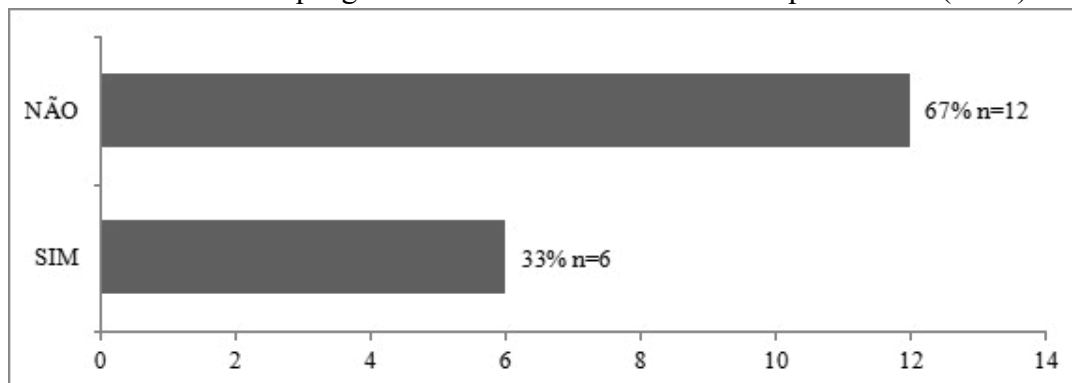


Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

O gráfico 14 mostra que a maioria, 67% respondeu que não gostaria de trabalhar em outro departamento e 33% responderam que sim.



Gráfico 14: Guardas que gostariam de trabalhar em outro departamento (n=18)

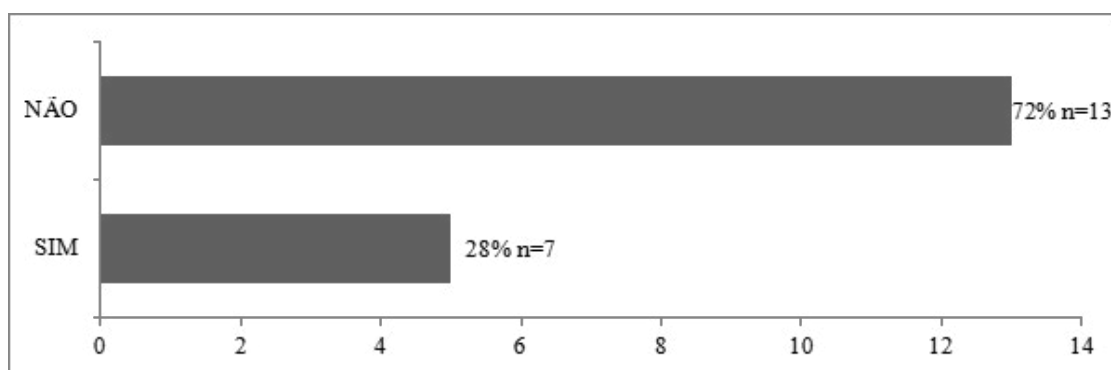


Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

Em seguida os 2 (dois) próximos gráficos trazem respostas para as questões relacionadas a crescimento profissional.

O gráfico 15 mostra que 72% dos funcionários não acreditam no seu crescimento profissional, e 28% acredita nessa oportunidade de crescimento.

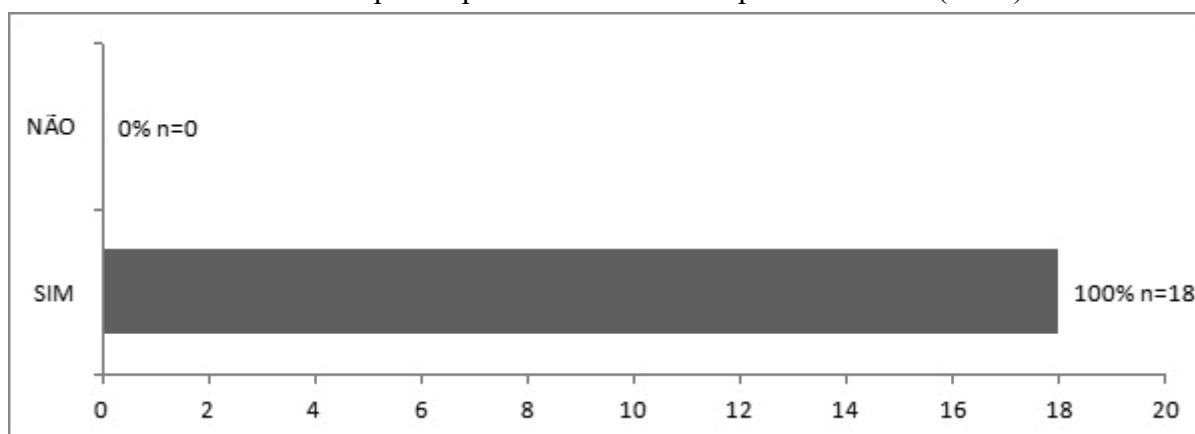
Gráfico 15: Oportunidade de crescimento (n=18)



Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

No que se refere à aptidão para assumir responsabilidades a resposta foi unânime, 100% responderam que se sente apto para assumir mais responsabilidades conforme é apresentado no gráfico 16.

Gráfico 16: Aptidão para assumir mais responsabilidades (n=18)

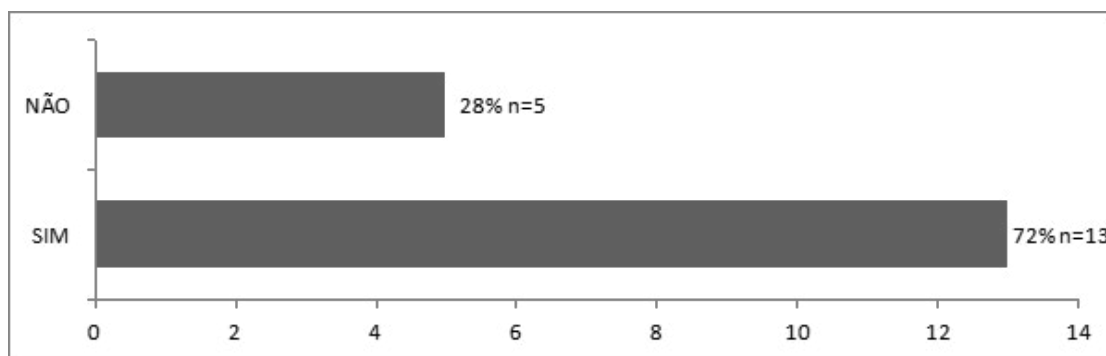


Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

Finalizando com os 3 (três) próximos gráficos trazendo respostas as questões relacionadas sobre plano de carreira e estabilidade.

Os entrevistados em sua grande maioria responderam que sim, 72% sabem o que é o Plano de Carreira, e apenas 28% dos entrevistados responderam que não sabiam. O gráfico 17 mostra os dados da pesquisa.

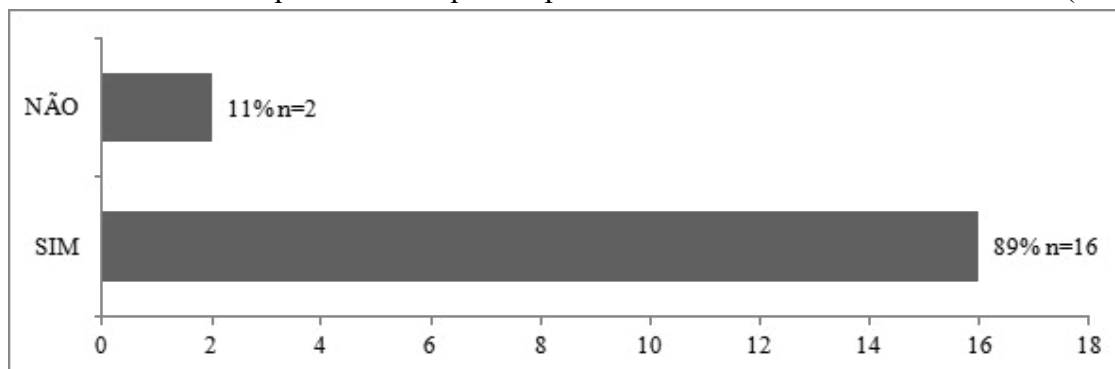
Gráfico 17: Conhecimento sobre o plano de carreira e benefícios (n=18)



Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

Com respeito a ter um plano de carreira a resposta foi quase unânime, pois 89% dos entrevistados responderam que sim, que um plano de carreira é um grande fator de estímulo para o funcionário. O gráfico 18 apresenta os dados.

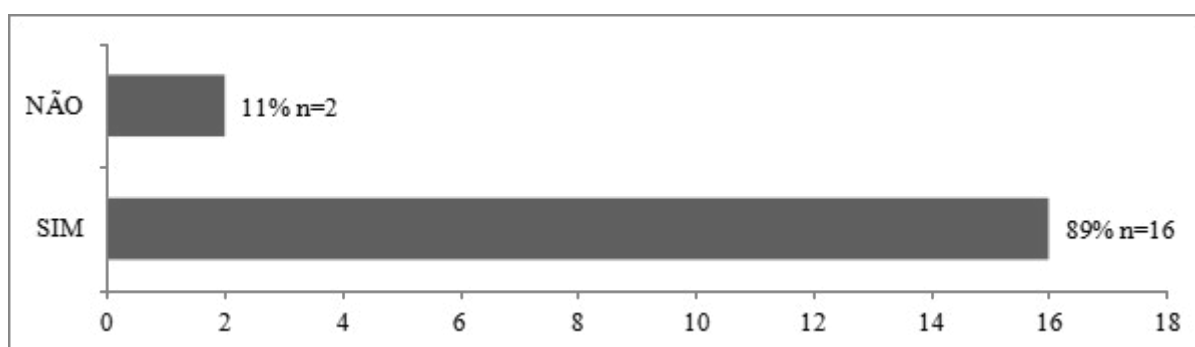
Gráfico 18: Guardas que disseram que um plano de carreira estimula o funcionário (n=18)



Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

Sobre a estabilidade do emprego a resposta que a grande maioria, 89% dos respondentes disseram que a sua estabilidade é o maior fator de estímulo. O gráfico 19 apresenta as informações supracitadas

Gráfico 19: Apresentação da pergunta se a estabilidade é um fator de estímulo



Fonte: Elaborado pelo autor, (2020)

## 5. DISCUSSÃO DOS DADOS

A Guarda Municipal de Japeri-RJ é composta por um efetivo em que a maioria dos guardas municipais tem uma longa vida profissional ativa até a aposentadoria. Quase a metade desse efetivo é de solteiros e  $\frac{3}{4}$  destes não têm filhos, ou seja, mais propensos a buscar novos desafios. A pesquisa mostra que 44% dos funcionários são solteiros, e 33% são casados, assim caracterizando um menor índice de pessoas com muita responsabilidade, pois não tem uma família para sustentar. Também mostrou que 17% são

divorciados e 6% viúvo. Outro dado importante é que dos 44% dos funcionários solteiros, 75% destes não tem filhos. O revés da administração pública é reter esses funcionários na guarda municipal, criando raízes na instituição, reflexo da perspectiva de crescimento e realização profissional. A tendência é prestarem outros concursos e no momento oportuno saírem da instituição, tornando o quadro de pessoal defasado, haja vista que, o preenchimento da vaga somente se dá por concurso público, sendo um processo dispendioso e demorado.

A sobrecarga dos demais funcionários é uma consequência da rotatividade diminuindo a qualidade do serviço prestado a população. Observa-se que, todos os guardas municipais já passaram pelo estágio probatório (período de avaliação do funcionário para identificar se está apto para assumir a função) e já possui estabilidade.

Apesar da subjetividade presente no conceito de satisfação, num aspecto amplo, nota-se que na pesquisa ninguém se intitulou totalmente satisfeito, depreendendo, então, que, os funcionários, em sua maioria, apresentam graus de insatisfação a serem considerados.

A Lei Federal nº 13.022/2014 em seu Art. 7º Inc. II (BRASIL, 2014), assim como também a Lei Complementar nº 240/2017 do município de Japeri no seu Art. 4º (JAPERI, 2017), estabelece o número de guardas municipais de 3% (três por cento) da população, em municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes. A população de Japeri-RJ estimada em 2019 pelo IBGE (2019) é de 104 768 (cento e quatro mil setecentos e sessenta e oito) habitantes, o que demandaria de acordo com leis mencionadas um efetivo composto de 314 (trezentos e quatorze), desses 20% das vagas são reservadas para guardas do sexo feminino, conforme Lei Complementar nº 240/2017. Entretanto a guarnição é de apenas 19 (dezenove) guardas municipais. Assim entendemos o motivo por que estão insatisfeitos com o volume de trabalho, visto que a demanda é muito grande para um efetivo muito pequeno.

Observou-se que a segurança, com o adequado aparato de EPI (Equipamentos de Proteção Individual) também deve ser priorizado pela administração pública. Um funcionário bem apresentável tem a sua autoestima levantada, seu moral elevado perante a sociedade, convergindo para o empoderamento institucional.

A insatisfação salarial pode ser compreendida comparando com o município de Queimados, cidade vizinha, parecida no número de habitantes, com levantamento do IBGE (2019) em 150 319 habitantes, e um orçamento previsto para o ano de 2020 na casa dos 300 milhões, conforme portal da transparência. O salário base do guarda municipal de Queimados é de R\$ 2.242,49 (dois mil duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos), excluindo se os adicionais. Japeri com o número de habitantes e orçamento parecidos tem o salário base de R\$ 1.016,90 (um mil e dezesseis reais e noventa centavos). De fácil compreensão é o nível de insatisfação na casa dos 100%, pois não tem perspectiva de aumento salarial, tendo sido a última revisão no ano de 2015. Numa pesquisa a cidades próximas verificou-se que o salário base está muito defasado em relação a Queimados R\$ 2.242,49, Miguel Pereira R\$ 1.626,38, Paty do Alferes R\$ 1.761,32 e Paracambi R\$ 1.200,00. Ao responderem unanimemente que se sentem aptos para assumir mais responsabilidades, a guarda transparece, mais uma vez a importância do planejamento da vida laboral desses servidores. Exemplo bem sucedido é o plano da guarda municipal da cidade de Quissamã, Lei Complementar nº 004/2019, contendo a progressão horizontal e vertical. Inicia-se no nível I A por um período de 05 (cinco) anos, progredindo verticalmente para o Nível II A, e a cada ano vai progredindo horizontalmente durante 05 (cinco) anos até chegar ao Nível II E, progredindo verticalmente para o Nível III A e a cada ano vai progredindo horizontalmente durante 05 (cinco) anos até chegar ao Nível III E. Trata-

se de uma delimitação de carreira com previsão de crescimento anual e quinquenal, chegando ao final da vida profissional ao Nível VI E.

A estabilidade para a grande maioria é um fator de estímulo, não só pela segurança que sempre terá o emprego garantido perante a lei, em que só perderão essa estabilidade mediante processo administrativo, mas pela garantia de poder desempenhar sua função de acordo com a lei, independentemente da vontade política que muitas vezes se faz presente. Apesar da estabilidade garantida no serviço público, os servidores permanecem em procura de novas oportunidades.

A administração pública precisa mostrar que tem muito mais do que a estabilidade para oferecer aos seus funcionários, executando um verdadeiro processo de gestão de pessoas passando por treinamentos constantes, etapas de desenvolvimento, capacitação; reconhecendo e recompensando o trabalho, organizando a ocupação num plano, estimulando e dando perspectiva de crescimento dentro da organização, retendo assim talentos para si.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de questões apresentadas em um questionário, elaborado com o intuito de responder as questões propostas no objetivo geral, a presente pesquisa fez uma análise com os guardas municipais de Japeri-RJ, descrevendo alguns conceitos sobre carreira e sua importância de um modo sistêmico. Não obstante, foi possível também fazer uma comparação da execução de planos em outros municípios que demonstra a preocupação da administração pública em desenvolver o seu capital humano.

A partir das respostas e confrontação com a literatura, concluímos que um plano de carreira deve ser visto pelos gestores como uma forma de incentivar o servidor público, dando a ele perspectiva de crescimento profissional dentro da organização no cargo que desempenha, retendo assim talentos para si, deixando apenas de ser visto como aumento de salário e conseqüentemente ofertar um serviço de melhor qualidade à população.

A pesquisa mostrou que mais da metade dos entrevistados gostam do seu local de trabalho, e isso é importante ser observado pela administração pública. O funcionário estimulado e satisfeito se sente valorizado e com isso desenvolve melhor a sua função.

Este artigo propõe futuros trabalhos, que venham corroborar com essa importante ferramenta na gestão de pessoas na administração pública.

## 7. Bibliografia

BRASIL. **Constituição** (1988) Art. 37 Inc. II. [S.l.]: [s.n.], 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 04 Junho 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO

DE 2014. [S.l.]: [s.n.], 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113022.htm)>. Acesso em: 04 Junho 2020.

CARVALHO, C.F.D. **DireitoNet**, 2007. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3809/A-guarda-municipal-e-a-Constituicao-Federal>>. Acesso em: 04 Junho 2020.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. [S.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/japeri.html>>. Acesso em: 04 Junho 2020.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. [S.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/queimados.html>>. Acesso em: 04 Junho 2020.

JAPERI. **Concurso Público para Provimento de Vagas em Cargos de Nível Superior e Nível Médio.** Edital 01/2012, de 12 de dezembro de 2012. Japeri: [s.n.], 2012. Disponível em: <[https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-japeri-rj-477-vagas/1191944/c43b78b901/edital\\_completo\\_retificado.pdf](https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-japeri-rj-477-vagas/1191944/c43b78b901/edital_completo_retificado.pdf)>. Acesso em: 04 junho 2020.

JAPERI. **Projeto de Lei Complementar nº 006/2017.** Japeri: [s.n.], 2017. Disponível em: <<http://camarajaperi.rj.gov.br/html/download.php?file=./public/PDFs/executivo/PLC.0006.2017.pdf>>. Acesso em: 04 Junho 2020.

JAPERI. **Leinº 1391/2019.** Japeri: [s.n.], 2019. Disponível em: <<http://siapegov.japeri.rj.gov.br/pmjaperi/websis/siapegov/portal/index.php>>. Acesso em: 04 Junho 2020.

JAPERI. **Portal da Transparência.** [S.l.]: [s.n.]. Disponível em: <<http://siapegov.japeri.rj.gov.br/portal-transparencia/publicacoes>>. Acesso em: 04 Junho 2020.

MIGUEL PEREIRA. **Portal da Transparência. Miguel Pereira:** [s.n.], 2020. Disponível em: <<https://transparencia.pmpm.rj.gov.br/?serv=113>>. Acesso em: 04 Junho 2020.

MACEDO, A. G. D. **Plano de cargos e salários como fator de motivação:** Um estudo com os funcionários públicos municipais da prefeitura de Currais Novos/RN. Currais Novos: [s.n.], 2015. Disponível em: <[https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1193/6/Plano%20de%20cargos%20e%20sal%20a%20l%20rios%20como%20fator%20de%20motiva%20c%20a%207%20c%20a%203o\\_Relat%20b%20rio%20de%20Est%20a%20lgio\\_2015.pdf](https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1193/6/Plano%20de%20cargos%20e%20sal%20a%20l%20rios%20como%20fator%20de%20motiva%20c%20a%207%20c%20a%203o_Relat%20b%20rio%20de%20Est%20a%20lgio_2015.pdf)>. Acesso em: 04 Junho 2020.

PATY DO ALFERES. Diário Oficial. Paty do Alferes: [s.n.], 2020. Disponível em: <<http://patydoalferes.rj.gov.br/wp-content/uploads/2010/09/D.O.-3253-18-03-2020.pdf>>. Acesso em: 04 Junho 2020.

PARACAMBI. **Portal da Transparência.** Paracambi: [s.n.], 2019. Disponível em: <<https://paracambi.ccanet.com.br/transparencia/recursos humanos/padraoemcargosfuncoes>>. Acesso em: 04 Junho 2020.

PEREIRA, E. D. G.; ALMEIDA, C. A. S. D. **Rotatividade do pessoal no serviço público federal brasileiro.** João Pessoa: [s.n.], 2017. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/1187-1201-rotatividade-de-pessoal-no-servico.pdf>>. Acesso em: 04 Junho 2020.

PRIMAK, I. et al. **Administração pública: a importância de uma carreira em uma universidade pública do Paraná.** Revista de Carreiras e Pessoas (RECAP), São Paulo, v. VI, 2014.

QUEIMADOS. **Lei Orçamentária. Queimados:** [s.n.]. Disponível em: <[https://queimados.rj.gov.br/arquivos\\_anexos\\_lei\\_orcamentaria/AnexoLeiOrcamentaria\\_QUADRO%20I\\_15494588235c5add870ee39.pdf](https://queimados.rj.gov.br/arquivos_anexos_lei_orcamentaria/AnexoLeiOrcamentaria_QUADRO%20I_15494588235c5add870ee39.pdf)>. Acesso em: 04 Junho 2020.

QUISSAMÃ. **Lei complementar nº 004 (2019).** Quissamã: [s.n.], 2019. Disponível em: <[https://www.quissama.rj.gov.br/arquivos/legislacao/004\\_2019\\_lei-complementar-n-004---estat.pdf](https://www.quissama.rj.gov.br/arquivos/legislacao/004_2019_lei-complementar-n-004---estat.pdf)>. Acesso em: 04 Junho 2020.

Ramos, Luciano Gaspar

A Equoterapia no setor público de saúde: Um estudo de caso no Centro de Equoterapia em Miguel Pereira/RJ / Luciano Gaspar Ramos. - Miguel Pereira: 2020.

i, 16 f. : il. ; 29,7 cm.

Orientador: Marcelo Augusto de Souza Pena.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.

Inclui Ilustrações e Bibliografias.

1. Equoterapia. 2. Setor Público. 3. Sistema Único de Saúde. I. , Marcelo Augusto de Souza Pena. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

# A EQUOTERAPIA NO SETOR PÚBLICO DE SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE EQUOTERAPIA EM MIGUEL PEREIRA/RJ

Luciano Gaspar Ramos<sup>1</sup>, Marcelo Augusto de Souza Pena (orientador)<sup>2</sup>

1 Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão Pública, lucianogasparmp@gmail.com

2 Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão Pública,  
fisc-marcelo@tresrios.rj.gov.br.

**RESUMO.** A Equoterapia é um método educacional e terapêutico que utiliza o cavalo como instrumento para o desenvolvimento biopsicossocial, dentro de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, sendo indicada para pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais, com a finalidade de potencializar o processo de reabilitação e habilitação. Diante dos benefícios proporcionados, este estudo tem como objetivo avaliar a importância da oferta dos serviços de equoterapia pelo setor público. Para atingir tal finalidade, realizou-se uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo no Centro de Equoterapia em Miguel Pereira/RJ a fim de verificar, a acessibilidade, seus benefícios e melhorias para os usuários. Os resultados foram alcançados, visto que o estudo mostrou que a implantação da Equoterapia como políticas públicas de saúde amplia o acesso a população, promovendo resultados favoráveis aos praticantes.

Palavras-Chave: Equoterapia, Setor Público, Sistema Único de Saúde.

**ABSTRACT.** *Riding Therapy is an educational and therapeutic method that uses the horse as an instrument for biopsychosocial development, within a multidisciplinary and interdisciplinary approach, being indicated for people with disabilities and / or special needs, in order to enhance the rehabilitation and habilitation process . In view of the benefits provided, this study aims to assess the importance of the offer of hippotherapy services by the public sector. To achieve this purpose, a bibliographic review and field research was carried out at the Riding Therapy Center in Miguel Pereira / RJ in order to verify, the accessibility, its benefits and improvements for users. The results were achieved, since the study showed that the implementation of Equotherapy as public health policies expands access to the population, promoting favorable results for practitioners.*

*Key-words: Riding Therapy, Public Sector, Unified Health System.*

## 1. INTRODUÇÃO

A equoterapia pode ser definida como “um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e com necessidades especiais”. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA, 2007, p. 11).

Como política pública de Estado que amplia os direitos sociais e busca assegurar a cidadania, criou-se o Sistema Único de Saúde do Brasil a fim de promover a justiça social e superar as desigualdades na assistência à saúde da população, reduzindo o risco de doença e promovendo acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde. Entendendo-se como saúde não apenas como ausência de doenças, mas sendo compreendida a qualidade de vida. (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

Diante da atuação da equoterapia como um facilitador nos indivíduos com necessidades especiais, promovendo uma série de estímulos integrados, a inclusão da equoterapia como um serviço do Sistema Único de Saúde visa principalmente garantir uma fonte de financiamento público para universalizar a sua oferta, visto que, apesar do aumento significativo no número de pessoas com deficiência que praticam a equoterapia, persistem as dificuldades para atender à crescente demanda. (AZEREDO, 2006).

Assim, este estudo tem como objetivo avaliar a importância da oferta dos serviços de equoterapia pelo setor público. Para alcançar tal finalidade, realizou-se uma revisão bibliográfica, bem como buscou analisar, por meio da entrevista junto aos funcionários e responsáveis dos praticantes do Centro de Equoterapia em Miguel Pereira/RJ, a percepção destes quanto à oferta da equoterapia pelo serviço de saúde.

## 2.0 SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), assegura que a “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. A Lei Orgânica da Saúde (BRASIL, 1990) afirma que esse dever consiste na elaboração e execução de políticas que buscam reduzir os riscos de doenças e outros agravos e que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Assim, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo este definido pela Lei Orgânica da Saúde (BRASIL, 1990) como o “conjunto de ações e serviços de saúde, prestado por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público”.

Esta define ainda os seguintes objetivos do SUS:

Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde; II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social;

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas. (BRASIL, 1990)

Nota-se que a criação do SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, visto que antes da Constituição federal de 1988, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social. (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

A Constituição federal de 1988 e, posteriormente, a Lei Orgânica da Saúde, trazem um novo conceito de saúde, não limitando este apenas a ausência de doença, mas englobando a promoção da qualidade de vida, decorrente de outras políticas públicas que promovam desenvolvimentos econômico e social. (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).



### 3.A EQUOTERAPIA COMO MÉTODO TERAPÊUTICO

A inserção do cavalo em processos terapêuticos data de 458-370 a.C., quando Hipócrates, pai da medicina, fez referência à equitação como tratamento de diversas patologias e para beneficiar a saúde de forma geral. Porém, a designação Equoterapia foi criada pela Associação Nacional de Equoterapia para facilitar o reconhecimento do método terapêutico pelos órgãos competentes e caracterizar todas as práticas que utilizem o cavalo com técnicas de equitação e atividades equestres com a finalidade de promover a educação e a reabilitação de pessoas com necessidades especiais. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA, 2007).

A Lei nº 13.830/2019 (BRASIL, 2019), que dispõe sobre a prática da equoterapia define esta como “o método de reabilitação que utiliza o cavalo em abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação voltada ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência”.

A equoterapia também pode ser conceituada como “um tratamento de reeducação e reabilitação motora e mental, por meio de práticas de atividades equestres e técnicas de equitação”. (UZUN, 2005, p. 10 apud ECKERT, 2013, p. 14).

Segundo Prietsch (2012) a prática de equoterapia foi reconhecida como recurso terapêutico pelo Conselho Federal de Medicina em 1996 e pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia ocupacional em 2008. Porém, sua regulamentação só ocorreu em maio 2019, com a sanção da Lei nº 13.830/2019.

A Lei nº 13.830/2019 (BRASIL, 2019), preconiza que as pessoas com deficiência que realiza atividades de equoterapia devem ser consideradas praticantes de equoterapia e não pacientes, como a maioria das demais áreas de saúde.

De acordo com a Associação Nacional de Equoterapia (2007) a atividade é composta pelos programas de hipoterapia, educação e/ou reeducação, pré-esportivo e prática esportiva paraequestre, assim, a reabilitação não é a sua única finalidade.

#### 3.1.Os programas de equoterapia

A fim de obter o melhor aproveitamento pelo praticante, a equoterapia é dividida em diferentes programas já citada anteriormente. No quadro 1 estes são descritos, sendo elaborada a partir da tabela proposta por Schiavon (2017, p. 19).

Quadro 1: Programas Básicos de Equoterapia

PROGRAMAS	GRAU DE AUTONOMIA	OBJETIVOS	CONCEITUALIZAÇÃO
Hipoterapia	Sem autonomia	Tornar o praticante confiante.	Fase caracterizada quando o praticante necessita de auxílio em suas posições e no montar, assim, a ação do equoterapeuta é essencial, pois dele vem à sensação de segurança. Nesta fase a terapia é voltada para a reabilitação cinesioterapêutica.
Educação e Reeducação	Com semiautonomia	Levá-lo a adquirir independência e dar-lhe a posição regular do cavaleiro.	Neste estágio o praticante já apresenta condições básicas de se manter sozinho sobre o cavalo e consegue interagir na sessão, dependendo menos da equipe multidisciplinar. O cavalo atua como instrumento pedagógico na realização de exercícios nas áreas da reabilitação e na pedagógica.
Pré-esportivo e Esportivo	Com autonomia.	Habilitá-lo a conduzir sua montaria nas três andaduras clássicas: passo, trote e galope.	Neste momento o praticante apresenta condições suficientes para conduzir o cavalo, podendo realizar exercícios específicos da equitação passando a ter maior autonomia. Nesta fase também a terapia se volta para função de inserção social.

Fonte: Adaptado pelo autor. Maio, 2020.

A figura 1 demonstra os Programas de Hipoterapia e Educação e Reeducação no Centro de Equoterapia em Miguel Pereira:

**Figura 1: Programas Básicos de Equoterapia**



Fonte: Elaborado pelo autor. Maio, 2020.

### **3.2.Os benefícios da equoterapia**

O vínculo humano-animal traz diversos benefícios para as pessoas podendo-se observar o aumento do uso terapêutico dessa relação. Assim, em terapias onde o animal é agente facilitador é possível obter melhorias nos aspectos físico, psíquico, cognitivo, emocional e social. (SANTOS, 2006, apud ECKERT, 2013).

Quanto à equoterapia, podem-se relacionar os seguintes benefícios:

Redução dos níveis de triglicédeos, colesterol, pressão sanguínea e estresse, diminuição da incidência de doenças cardiovasculares e facilitação da recuperação em casos de doenças, ampliação do bem-estar psicológico, desenvolvimento psicomotor, apoio e independência de paciente com incapacidade física, aumento do cuidado pessoal e melhora da autoestima, do ânimo e da interação social. (MCGUIRK, 2001; JOFRE, 2005; SANTOS 2006, apud ECKERT, 2013, p.19)

O vínculo humano-animal traz diversos benefícios para as pessoas podendo-se observar o aumento do uso terapêutico dessa relação. Assim, em terapias onde o animal é agente facilitador é possível obter melhorias nos aspectos físico, psíquico, cognitivo, emocional e social. (SANTOS, 2006, apud ECKERT, 2013).

Segundo Keller (2004, apud ECKERT, 2013) os movimentos transmitidos pelo cavalo transmitem estímulos ao praticante, possibilitando o trabalho do equilíbrio do tronco, postura e lateralidade, esquema corporal, psicomotricidade, atividades viso-espaciais, disciplina e outras aquisições relacionadas à aprendizagem e estados físicos.

### **4.A estruturação dos Centros de Equoterapia**

Conforme a Lei nº 13.830/2019 (BRASIL, 2019), para a prática da equoterapia devem-se observar as seguintes condições:

I.Equipe multiprofissional, constituída por uma equipe de apoio composta por médico e médico veterinário;

II.Equipe mínima de atendimento composta por psicólogo, fisioterapeuta e um profissional de equitação, podendo, de acordo com o objetivo do programa, ser integrada por outros profissionais, como

pedagogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e professores de educação física, que devem possuir curso específico de equoterapia;

III. Programas individualizados, elaborados conforme necessidades e potencialidades do praticante;

IV. Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo praticante em prontuário, com o registro periódico, sistemático e individualizado;

V. Fornecimento de condições que assegurem a integridade física do praticante.

Quanto ao cuidado com os equinos, Maioli et al (2009, p.1) afirma que é importante oferecer um local onde as condições psíquicas do animal sejam mantidas e, para que isso ocorra, algumas condições de instalação devem ser cumpridas proporcionando o máximo de bem-estar para o animal, como a presença de baias devidamente dimensionadas e pastos nos quais os animais possam manifestar suas condições naturais, oferecendo assim um relaxamento físico e mental.

Em relação à estrutura física, este mesmo autor relata que deve propiciar o correto desenvolvimento e seja capaz de suprir as necessidades dos praticantes, pois em grande parte dos casos esses apresentam deficiências físicas e/ou mentais. Os Centros de Equoterapia é uma instalação terapêutica sujeita a vistoria do Conselho de Medicina e afins, assim é fundamental o cuidado de eliminar todas as barreiras arquitetônicas que dificultem o acesso da pessoa portadora de necessidades especiais.

Por fim, Maioli et al declara:

De acordo com as normas de filiação da Associação Nacional de Equoterapia – ANDE-BRASIL, as estruturas necessárias para a instalação centro de equoterapia são: local abrigado que possa ser utilizado como sala de espera, instalações sanitárias (adaptadas para pessoas portadoras de deficiência, como as de uso comum), locais adequados para montar e apelar do cavalo (incluindo rampas e/ou escadas), sala para reunião da equipe, sala para atividades pedagógicas e atendimento familiar, baias em quantidade suficiente para alojamento dos cavalos, local para arreamentos e equipamentos (quarto de sela), local para armazenamento de forragem e ração, local para armazenamento de medicamentos veterinários e itens de primeiros socorros, piquetes para que os animais sejam soltos, locais ao ar livre diferenciados e local coberto para a prática de equoterapia. (MAIOLI et al, 2009, p. 2)

Assim, diante do exposto, observa-se que para oferecer um ambiente adequado a prática de equoterapia é fundamental dispor de profissionais com conhecimento técnico sobre o que o espaço deve conter e como este deve ser, visto que a escolha correta dos elementos pode transmitir diferentes sensações e motivar a recuperação dos pacientes. (MAIOLI et al, 2009).

## **5.A equoterapia e o SUS**

Uma das determinações do SUS é que exista integralidade na atenção à saúde, seja pela forma de tratamento ou terapia. Diante disso, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). (PRIETSCH, 2012).

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2006), o campo da PNPIC contempla sistemas e recursos que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. Nesta são inseridas práticas oferecidas, de forma integral e gratuita, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), como apiterapia, meditação, dança circular, acupuntura e entre outras.

Entretanto, observa-se que a equoterapia ainda não está vinculada como práticas complementares nas diretrizes da PNPIC, assim não são oferecidas de forma integral e gratuita pelo SUS, mesmo com sanção da Lei nº 13.830/2019, que dispõe sobre a prática da equoterapia.

## 6. O Centro de Equoterapia Municipal em Miguel Pereira

Por meio da Lei Municipal 3.296, de 28 de junho de 2018, instituiu-se o Programa Municipal de Equoterapia, que “consiste em método terapêutico e educacional, utilizando o equino como instrumento interdisciplinar nas áreas da saúde, educação e equitação”, sendo “coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com as Secretarias de Meio Ambiente, Educação e Assistência Social” (MIGUEL PEREIRA, 2018).

O Projeto Municipal de Equoterapia tem como objetivo:

“A implantação de área específica para o desenvolvimento de um Centro Municipal de Equoterapia com abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, nas áreas de saúde, meio ambiente e educação, buscando, através do cavalo, o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com necessidades especiais, físicas, mentais visuais, auditivas, de aprendizagem e em situação de vulnerabilidade social do município de Miguel Pereira e região.” (MIGUEL PEREIRA, 2018).

Com as atividades iniciadas em 2019, o Centro funciona no Bairro Retiro das Palmeiras, possui uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, fisioterapeutas e profissionais de equitação e promove atendimentos a 19 praticantes.

A figura 2 apresenta algumas imagens do Projeto de Equoterapia Municipal em Miguel Pereira, sendo preservada a identidade dos praticantes.

**Figura 2: Projeto de Equoterapia Municipal em Miguel Pereira**



Fonte: Elaborado pelo autor. Maio, 2020.

Segundo o jornal Entre Rios (LIMA, 2018), o tratamento é inovador na região sendo realizado ao ar livre e proporciona ao praticante à inclusão social, integração na sociedade, a aceleração do aprendizado, melhorias físicas e psíquicas, como: desenvolvimento sensorial, mecânica respiratória, coordenação motora, lateralidade, inibições de padrões patológicos, maior independência e recuperação da autoestima.

## 7.METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo realizou-se uma pesquisa exploratória, utilizando-se o método quantitativo e uma revisão bibliográfica.

Na revisão bibliográfica buscou-se o levantamento de livros, artigos e trabalhos acadêmicos sobre o assunto abordado neste artigo, a fim de fundamentar o conteúdo com posições teóricas de diversos autores.

Como instrumento para a coleta de dados aplicou-se um questionário estruturado proposto por AFONSECA et al (2014) para três (3) colaboradores do Centro de Equoterapia em Miguel Pereira/RJ.

Este é composto por sete (07) perguntas fechadas, como afirmações claras e objetivas e opções de escolha segundo a escala Psicométrica de Likert, conforme apresentado no quadro 2.

**Quadro 2: Questionário aplicado aos funcionários baseado no método de Likert**

AFIRMATIVAS	CT	CP	C	DP	DT
1. Do ponto de vista gestorial, o método de equoterapia ao ser inserido no setor público trouxe benefícios e avanços importantes para o programa.					
2. Os usuários contemplados relatam que com o projeto de equoterapia sentiram-se mais acolhidos e melhor assistidos com o programa sendo conveniado com o setor público.					
3. A verba que é repassada para a manutenção do programa é suficiente para cobrir todas as necessidades da equoterapia.					
4. Existem real capacitação e atividades de educação para os profissionais que atuam no projeto, sendo esses proporcionados pelo setor público de saúde.					
5. A triagem médica que é realizada para a aceitação de novos usuários é feita de maneira correta, visando acima de tudo o bem-estar e a inserção do cliente no programa.					
6. Há satisfação e bons resultados para os usuários e familiares que utilizam o programa de equoterapia.					
7. A estrutura que comporta o programa é de caráter adequado, tanto da parte física como na parte animal, havendo cavalos adequados aos usuários e todo aparato para o funcionamento do projeto.					

Legenda: CT: Concordo Totalmente; CP: Concordo Parcialmente; C: Concordo; DP: Discordo Parcialmente; DT: Discordo Totalmente.  
Fonte: AFONSECA et al (2014).

Utilizando-se o mesmo método, aplicou-se um questionário estruturado adaptado para oito (08) responsáveis pelos praticantes de equoterapia do referido Centro, sendo este composto por cinco (05) perguntas fechadas, exposto no quadro a seguir.

**Quadro 3: Questionário aplicado aos responsáveis baseado no método de Likert**

AFIRMATIVAS	CT	CP	C	DP	DT
1. O método de equoterapia ao ser inserido no setor público facilitou o acesso a esse serviço ao usuário da minha família.					
2. O usuário contemplado está mais acolhido e melhor assistido com o programa sendo conveniado com o setor público.					
3. A triagem médica que é realizada para a aceitação de novos usuários é feita de maneira correta, visando acima de tudo o bem-estar e a inserção do cliente no programa.					
4. Há satisfação e bons resultados para os usuários e familiares que utilizam o programa de equoterapia.					
5. A estrutura que comporta o programa é de caráter adequado, tanto da parte física como na parte animal, havendo cavalos adequados aos usuários e todo aparato para o funcionamento do projeto.					

Legenda: CT: Concordo Totalmente; CP: Concordo Parcialmente; C: Concordo; DP: Discordo Parcialmente; DT: Discordo Totalmente.  
Fonte: Adaptado pelo autor. Maio, 2020.

Ressalta-se que a construção da escala de atitudes do tipo Likert “objetiva verificar o nível de concordância do indivíduo com uma proposição que expressa algo favorável ou desfavorável em relação a um objeto psicológico” (MIRANDA et al, 2009, p. 106).

## 8.RESULTADOS

Os funcionários responderam de forma solícita e voluntária, concordando totalmente com as seguintes afirmações:

a.“Do ponto de vista gestorial, o método de equoterapia ao ser inserido no setor público trouxe benefícios e avanços importantes para o programa”

b.“Os usuários contemplados relatam que com o projeto de equoterapia sentiram-se mais acolhidos e melhor assistidos com o programa sendo conveniado com o setor público.”

c.“Existem real capacitação e atividades de educação para os profissionais que atuam no projeto, sendo esses proporcionados pelo setor público de saúde.”

d.“A triagem médica que é realizada para a aceitação de novos usuários é feita de maneira correta, visando acima de tudo o bem-estar e a inserção do cliente no programa.”

e.“Há satisfação e bons resultados para os usuários e familiares que utilizam o programa de equoterapia.”

f.“A estrutura que comporta o programa é de caráter adequado, tanto da parte física como na parte animal, havendo cavalos adequados aos usuários e todo aparato para o funcionamento do projeto.”

Já em relação à afirmação “A verba que é repassada para a manutenção do programa é suficiente para cobrir todas as necessidades da equoterapia” os interrogados afirmaram concordar parcialmente.

Quanto aos responsáveis dos praticantes, todos responderam que concordam totalmente com as seguintes afirmações:

a.“O método de equoterapia ao ser inserido no setor público facilitou o acesso a esse serviço ao usuário da minha família.”

b.“O usuário contemplado está mais acolhido e melhor assistido com o programa sendo conveniado com o setor público.”

c.“A triagem médica que é realizada para a aceitação de novos usuários é feita de maneira correta, visando acima de tudo o bem-estar e a inserção do cliente no programa.”

d.“Há satisfação e bons resultados para os usuários e familiares que utilizam o programa de equoterapia.”

Em relação à afirmativa “A estrutura que comporta o programa é de caráter adequado, tanto da parte física como na parte animal, havendo cavalos adequados aos usuários e todo aparato para o funcionamento do projeto” um (01) entrevistado concorda parcialmente, sendo relatado que a rampa existente dificulta levemente o acesso. Os demais interrogados concordaram totalmente com a assertiva.

## 9.DISSCUSSÃO

Diante do resultado pesquisa nota-se que a oferta do serviço de equoterapia pelo setor público de saúde proporcionou avanços importantes para o setor, bem como facilitou o acesso a esse serviço. Isso ocorre devido à possibilidade de admissão ao tratamento por pessoas que outrora não poderiam custeá-lo,

umentando assim a demanda e a clientela, proporcionando avanços reais e benéficos.

Os questionados demonstraram concordância com a pergunta que descreve o melhor acolhimento e maior assistência depois do convênio com o setor público. Isso remete a acessibilidade preconizada pelo Sistema Único de Saúde, onde o indivíduo deve ter acesso aos serviços de saúde de forma humanizada e têm o direito ao atendimento de forma integral.

A verba que é repassada para cobrir as despesas do setor demonstra-se suficiente, porém percebe-se que poderia haver uma melhora já que os colaboradores afirmaram que concordam parcialmente, demonstrando uma modesta insatisfação em relação a esse quesito. Severo (2010, apud AFONSECA, 2014, p. 15) afirma que os recursos financeiros repassados para custear o serviço de equoterapia possui um retorno muito grande no que tange a melhora e avanço terapêutico do usuário, e mesmo, por vezes, apresentando um custo elevado, os benefícios são maiores.

O questionário remete a preocupação com a atualização e especialização dos profissionais, no qual deve ser proporcionada pelo serviço público de saúde e também realizada por esse. A educação em saúde, hoje, é pautada e direcionada na vertente da Educação Permanente que é um mecanismo capaz de qualificar o profissional, representando assim uma mudança importante e eficaz nos aspectos relacionados à aprendizagem, trazendo às atividades cotidianas um olhar crítico, incentivando assim mudanças nas estratégias educativas, colocando o profissional para atuar no próprio processo de aprendizado (DAVINI, 2009, apud AFONSECA, 2014, p. 16). Não obstante, é fundamental aprimorar as habilidades com o cavalo e as técnicas para melhor atender os praticantes. É importante o profissional de equoterapia se manter constantemente atualizado, visto que o cavalo é um ser vivo e o animal, assim como a tecnologia, evolui. Apesar do resultado da pesquisa demonstrar que existe a real capacitação e atividades de educação para os profissionais que atuam no projeto proporcionado pelo setor público de saúde, ressalta-se aqui a importância de promover o acesso dos profissionais a novas atividades e estratégias e, conseqüentemente, estes aplicarem e obterem resultados satisfatórios. Os entrevistados também demonstraram que a triagem médica e o encaminhamento para o setor de equoterapia é realizado de maneira satisfatória. A inscrição é efetuada junto a Secretária Municipal de Meio Ambiente, sendo necessário apresentar o laudo de indicação médica, documento de identidade e comprovante de residência. Nota-se que esse método facilita o acesso ao serviço, visto que é um processo simplificado, sem procedimentos redundantes e desnecessários.

Confirmando a literatura utilizada para o embasamento do presente artigo, todos os interrogados concordaram que há a satisfação e bons resultados para os usuários e familiares que utilizam o programa de equoterapia. Tal resultado é reflexo dos benefícios terapêuticos proporcionados em diversas áreas como neuromotora, sensoriomotora, sociomotora, psicomotora e funcionamento do organismo, destacando-se sua importância para o processo de reabilitação.

Houve a concordância dos sujeitos da pesquisa no que diz respeito à estrutura que comporta o programa, sendo este satisfatório, havendo cavalos adequados aos usuários e todo aparato para o funcionamento do projeto, porém foi relatado que a subida de acesso é inadequada. Assim, ressalta-se aqui a importância de eliminar todas as barreiras que dificultam o acesso das pessoas portadoras de necessidades especiais, visto que este é o público-alvo do projeto.

## 10. CONCLUSÃO

São inquestionáveis os benefícios da equoterapia para os seus praticantes. Nesse contexto, na busca por métodos terapêuticos, não farmacológicos e com comprovado sucesso da promoção da saúde

insere-se a equoterapia, que proporciona a reabilitação e a melhoria do padrão de vida dos praticantes de atividades equestres, onde se obtém como resultado mudanças significativas nos aspectos biológicos, psicológicos e sociais.

O estudo buscou avaliar a importância da oferta dos serviços de equoterapia pelo setor público, sendo o objetivo alcançado, visto que a pesquisa demonstrou que quando oferecido este gratuitamente, promove maior acessibilidade para usuários que não poderiam outrora utilizar o serviço.

É notório que o Centro de Equoterapia localizado em Miguel Pereira/RJ desenvolve um importante trabalho terapêutico, educacional e social, de forma multidisciplinar para praticantes que apresentam dificuldades motoras e/ou problemas de saúde mental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos praticantes e conseqüentemente a melhoria da qualidade das relações familiares. Porém, observa-se, a partir da pesquisa, que para manter um serviço qualificado é necessário melhorar a verba que é repassada proporcionando então que o Centro se mantenha e acolha mais praticantes. Ademais é de suma importância adequar o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais para evitar acidentes ou limitações.

Salienta-se, ainda, a relevância da capacitação constante dos profissionais que atuam na equoterapia, para atualização profissional, vislumbrando novas técnicas e procedimentos, e reduzir os riscos de ocorrência de eventos adversos. Além da adequada estrutura e os aparatos para comportar o serviço, visto que deve ser ambientes terapêuticos, a fim de não proporcionar adversidades para os usuários.

Por fim, o estudo mostrou que a inclusão da Equoterapia como políticas públicas de saúde é de suma importância, pois promove a oferta desse serviço de modo integral, universal e igualitário.

## REFERÊNCIAS

AFONSECA, V. B. R.; FERNANDES, M. **A equoterapia no setor público de saúde na região sul-fluminense**. Artigo (Graduação de tecnologia em gestão pública) – Universidade de Severino Sombra, Vassouras, 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA. **Curso básico de Equoterapia**. Apostila. Brasília, DF: 2007

AZEREDO, E. Azeredo: **“persistem as dificuldades para atender à crescente demanda pela equoterapia”**. Agência Senado. Brasília, DF: 2006. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/08/09/azeredo-persistem-as-dificuldades-para-atender-a-crescente-demanda-pela-equoterapia>>. Acesso: em 29 de maio de 2020.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: 1990.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. **SUS: a saúde do Brasil**. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2011. BRASIL. Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019: Dispõe sobre a prática da equoterapia. Brasília, DF: 2019.



ECKERT, D. **Equoterapia como recurso terapêutico: análise eletromiográfica dos músculos reto do abdômen e paravertebral durante a montaria**. 2013. 56 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2013. FONSECA, M. J. A Hipoterapia como Terapia Complementar nas Doenças Neurológicas da Criança e do Jovem: Potencialidades e Limites. In: I Congresso Ibero Americano de Equoterapia, III Congresso Brasileiro de Equoterapia. Salvador, p. 87-95, 2004.

LIMA, Z. **Prefeito André Português implanta tratamento de equoterapia em Miguel Pereira**. *Jornal Entre-Rios*, Miguel Pereira, 30 jun. 2018. Saúde.

MAIOLI, M. A.; TRAVA, C. M.; FERNANDEZ, I. B.; FRUCHI, V. M.; BRANDI, R. A.

**Sugestão de instalações de centro para equoterapia**. V **Simpósio de Ciências da UNESP**, VI Encontro de Zootecnia, Dracena, 2009. Disponível em: <[http://www2.dracena.unesp.br/eventos/sicud\\_2009/anais/bemestar/051\\_2009.pdf](http://www2.dracena.unesp.br/eventos/sicud_2009/anais/bemestar/051_2009.pdf)>. Acesso: em 22 de maio de 2020.

MIGUEL PEREIRA. **Lei nº 3.296**, de 28 de junho de 2018: institui o Programa Municipal de Equoterapia, voltado para crianças e adultos portadores de deficiência física, mental e/ou comportamental no município de Miguel Pereira, e dá outras providências. Miguel Pereira, 2018.

MIRANDA, S. M.; PIRES, M. M. S.; NASSAR, S. M.; SILVA, C. A. J. **Construção de uma escala para avaliar atitudes de estudantes de Medicina**. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 33 (1 Supl. 1), p. 104-110, 2009.

PRIETSCH, D. R. **Grau de satisfação dos acompanhantes de praticantes de um centro de equoterapia em relação ao serviço oferecido**. 2012. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SCHIAVON, A. G. **Projeto Arquitetônico: Centro Hípico destinado ao tratamento equoterápico para atender a população do norte do Espírito Santo**. 2017. 117 f. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdades Integradas de Aracruz, Aracruz, 2017.

# LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Magdalena da Costa Ribeiro<sup>1</sup>; Paulo Cesar Pereira <sup>2</sup>

1 Graduada da Faculdade de Miguel Pereira,

2 Docente da Faculdade de Miguel Pereira - Orientador

**RESUMO.** O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão acerca dos aspectos de sustentabilidade e de que forma estes podem se adequar ou ajustar nas aquisições públicas. O referencial teórico utilizado para embasar o trabalho está dividido em três subcategorias: Licitações, Sustentabilidade e Licitações Sustentáveis. Tem como objetivos específicos ,apresentar e estudar os principais desafios como: Educação para o consumo sustentável; Desenvolvimento de fornecedores aptos para este mercado; Conhecimento do impacto das compras sustentáveis, adquirido pelo estudo amplo do poder de compra do setor público; Introdução de sistemas de gestão ambiental na Administração Pública; Descontinuidade de políticas de governo antigas; e Conscientização dos agentes públicos. A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi uma pesquisa exploratória e bibliográfica descritiva, baseada em artigos recentes com interesse especial nas publicações voltadas para a área pública ,com objetivo de harmonizar desenvolvimento e sustentabilidade onde a Administração Pública é a protagonista dessa relação visto seu elevado poder de compra. Conclui-se que deve-se permanecer na busca de novos modelos de gestão nos órgãos públicos para que aja o rompimento de padrões e hábitos antigos, e o objetivo de alcançar a excelência do serviço.

Palavras-chave: Licitação- Sustentabilidade – Administração Pública

## SUSTAINABLE BIDDING IN PUBLIC ADMINISTRATION

**ABSTRACT.** *The objective of this work is to reflect on the sustainability aspects and how they can be adjusted or adjusted in public acquisitions. The theoretical framework used to support the work is divided into three subcategories: Bids, Sustainability and Sustainable Bids. Its specific objectives are to present and study the main challenges such as: Education for sustainable consumption; Development of suitable suppliers for this market; Knowledge of the impact of sustainable procurement, acquired by the broad study of the purchasing power of the public sector; Introduction of environmental management systems in Public Administration; Discontinuity of old government policies; and awareness of public agents. The methodology used to carry out this research was an exploratory and descriptive bibliographic research, based on recent articles with special interest in publications aimed at the public area, in order to harmonize development and sustainability where Public Administration is the protagonist of this relationship given its high purchasing power. It is concluded that it is necessary to remain in the search for new management models in public agencies so that there is a break with old patterns and habits, and the objective of achieving service excellencet*

*Keywords: Bids, Sustainability and Sustainable Bids.*

Ribeiro, Magdalena da Costa

A administração pública e o compromisso com a sustentabilidade na gestão de recursos: Licitações Sustentáveis na Administração Pública / Magdalena da Costa Ribeiro. - Miguel Pereira: 2020.  
xii, 12 f. ; 29,7 cm.

Orientador: Paulo César Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.

Inclui Bibliografias.

1. Licitação - Sustentabilidade - Administração. 2. undefined. 3. undefined. 4. undefined. 5. undefined. I. Pereira, Paulo César. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é apontar vários desafios encontrados pela Administração Pública a partir da implementação das licitações sustentáveis, onde passaram a ser vistas com a nova redação dada ao art. 3º da Lei 8.666/1993, pela Lei 12.349/2010 na qual implementou ao dispositivo o critério da sustentabilidade, fazendo-se entender que as licitações públicas devem garantir o desenvolvimento nacional sustentável.

A idéia de trazer, nesse trabalho, princípios de sustentabilidade nas aquisições se deu, em primeiro lugar, pelo fato de que ele tem um impacto direto, porque o que se compra pelo público deixa de impactar. Em segundo lugar é o impacto indireto, que é a indução que o privado também passe a ter a preocupação com sustentabilidade.

Enfim, as licitações sustentáveis ganham espaço com total apoio da lei citada acima, e incentivam a preservação do meio ambiente através do processo licitatório, modificando, assim, o padrão de compras do Poder Público.

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi uma pesquisa exploratória e bibliográfica descritiva, baseada em artigos recentes com interesse especial nas publicações voltadas para a área pública. Utilizou-se artigos disponíveis nos repositórios da Web e livros disponíveis em bibliotecas digitais. É impossível esgotar todo esse assunto pelas pressões constantes do meio ambiente e pelas adequações, mas serve de apoio para posterior estudo ou desenvolvimento de ferramentas que garantam que a sustentabilidade seja adotada na Administração Pública.

## 2. CONCEITOS SOBRE O PROCESSO LICITATÓRIO

Segundo Reis (2018), o processo de licitação é uma medida governamental válida para estimular a competitividade entre empresas a fim de prestar serviços e fornecer produtos aos órgãos públicos.

Existe uma pressão social atual na busca de soluções sustentáveis porque nos últimos 50 anos o mundo cresceu muito, ou seja, a população cresceu e o nosso passivo ambiental é cada vez maior.

Por conta disso é necessário que sejam tomadas medidas e mudanças que permitam mostrar atitudes que os cidadãos precisam desenvolver, tanto no plano individual quanto na área pública.

Da mesma forma, Suarez (2019), citando Araújo (2010), aponta que:

O dispositivo é dividido em duas partes: a primeira explicaria a finalidade da licitação, o resultado que se almeja com a sua realização; a última parte enumeraria os princípios que deverá nortear o procedimento, princípio da legalidade, isonomia ou igualdade de todos perante a lei (princípios gerais constitucionais), a impessoalidade, a moralidade, a publicidade dos atos administrativos, a probidade, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo, sem olvidar os princípios correlatos. (Araújo, 2010, p. 495)

A Constituição Federal de 1998 já previa a complementariedade para a realização das aquisições públicas, mantendo os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e a Lei 8666, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública e deu outras providências.

A Lei 8.666/93, em seu artigo 3º, destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável que será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa,

da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (BRASIL, 2013).

O Princípio da Probidade Administrativa exige que o administrador atue com honestidade para com os licitantes, e, sobretudo, para com a própria Administração, e, evidentemente, concorra para que sua atividade esteja de fato voltada para o interesse administrativo, que é o de promover a seleção mais acertada possível. Se, ao contrário, a improbidade frustra o objetivo da licitação, o responsável pela distorção deve sofrer a aplicação das sanções civis, penais e administrativas cabíveis (CARVALHO FILHO, 2017, p.150).

Carvalho (2017) relata que o princípio da moralidade impõe que o Administrador Público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta. Devem não só averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, mas também distinguir o que é honesto do que é desonesto. Tal forma de conduta deve existir não somente nas relações da administração e os administrados em geral, como também internamente, ou seja, na relação entre a administração e os agentes públicos que a integram. Esta norma já sofreu diversas alterações ao longo de sua existência, mantendo o escopo de proteger os princípios constitucionais.

No Brasil, a Lei que trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, é a Lei 8.429, de 2 de junho de 1992. Aqui segue a lei referida apresentando as disposições gerais; atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; atos que causam prejuízo ao erário; atos que são decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário como também os atos que atentam contra os princípios da administração pública.

A Administração Pública deve possuir, previamente à abertura do processo licitatório, um conjunto de informações seguras e o mais precisas possíveis a respeito dos preços dos produtos ou serviços que pretende contratar. Estas informações, que compõem o orçamento prévio a ser apresentado pelo órgão licitante por ocasião da abertura do processo licitatório, servirão de parâmetro para a oferta de preços pelos futuros concorrentes, sendo fator decisivo no julgamento das propostas.

Para Carvalho (2017), “as licitações através de seus atos devem seguir uma sequência lógica após identificação de determinada necessidade a ser atendida até assinatura do respectivo contrato, ou a emissão do documento equivalente”. p.147

Em todo trabalho realizado faz-se necessário o desenvolvimento de tarefas em sequência lógica, após identificação de determinada necessidade a ser atendida até assinatura do respectivo contrato ou emissão de documento equivalente. Existem alguns procedimentos que devem ser adotados antes da contratação, como:

- a) Identificação de necessidade do objeto;
- b) Elaboração do projeto básico (ou termo de referência);
- c) Estimativa da contratação;
- d) Estabelecimento de todas as condições do ato convocatório.

Nessa fase inicial, a Administração Pública terá a oportunidade de corrigir falhas verificadas no procedimento, sem precisar anular atos praticados.

Ao longo do tempo, as atividades relacionadas as aquisições, através das modalidades que a Lei prevê, foi dividida em duas etapas; uma interna e uma externa. Na interna, que inicia-se com a abertura do processo administrativo, determina-se o objeto, indica-se o recurso próprio para eventuais despesas e determina-se a modalidade da licitação.

O processo licitatório da fase interna, apresenta alguns vícios que causam prejuízos ao funcionamento do mesmo. Na Lei 8.666/1993 podemos identificar já seu no artigo 23º onde depreende-se que é vedado o fracionamento nas licitações, no que diz respeito as despesas para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Fonseca (2014) relata que no processo licitatório interno preliminar existem ainda algumas fases que compõem os procedimentos para abertura do mesmo, tais como: elaboração do projeto básico, quando for o caso, o executivo; autuação do processo correspondente que deverá ser protocolizado e enumerado; verificação da adequação orçamentária e financeira em conformidade com a lei de responsabilidade fiscal, quando for o caso; definição da modalidade e do tipo de licitação a serem adotados.

Já na fase externa que inicia-se com a audiência pública, sendo decidida a modalidade concorrência, toda vez que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a cem vezes limite previsto para a concorrência de obras e serviços de engenharia, seguido da publicação do edital ou envio de cartas convite aos interessados, recebimento das propostas, habilitação, julgamento, adjudicação e homologação (BRASIL, 2010).

## 2.1.Sustentabilidade

Mikhailova(2004) relata que, nos dias atuais, reconhece-se que as ciências disciplinares não conseguiram lidar bem com os muitos conceitos ambientais, inclusive o mais importante deles – a sustentabilidade (é a capacidade de se sustentar, de se manter).

Uma atividade sustentável é aquela que pode ser mantida para sempre. Em outras palavras:

“uma exploração de um recurso natural exercida de forma sustentável durará para sempre, não se esgotará nunca Uma sociedade sustentável é aquela que não coloca em risco os elementos do meio ambiente. Desenvolvimento sustentável é aquele que melhora a qualidade da vida do homem na Terra ao mesmo tempo em que respeita a capacidade de produção dos ecossistemas nos quais vivemos”. (Mikhailova,2004, p. 06)

Parte-se da hipótese de que talvez seja necessário organizar uma produção econômica alternativa dentro da lógica do sistema capitalista, tal como expressam Medeiros e Almeida (2010). Uma lógica que nos direcione a inovações éticas e responsáveis quanto à forma de pensar, sentir, ser, de se expressar e se comportar. Aprender ou até mesmo reaprender a viver e não apenas sobreviver, nos libertando das amarras embutidas pelo sistema capitalista, as quais nos sucateiam sutil e constantemente. Para tanto emerge, outra hipótese: é preciso mudar. Mas não de qualquer jeito: mudar de forma positiva, de modo consciente. As ações sustentáveis dependem da percepção da realidade vivenciada, do nível e qualidade da conscientização tanto individual quanto coletiva e também da capacidade em impulsionar mudanças positivas e efetivas. Considerando que Sustentabilidade Humana é transformação do discurso em ação e realização; mudar não é fácil, exige esforço, envolvimento, participação, comprometimento e engajamento.

O desenvolvimento sustentável procura a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes do mundo sem aumentar o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra. Enquanto o desenvolvimento sustentável pode requerer ações distintas em cada região do mundo, os esforços para construir um modo de vida verdadeiramente sustentável requerem a integração de ações em três áreas-chave, conforme Mikhailova(2004):

a)Crescimento e Equidade Econômica – Os sistemas econômicos globais, hoje interligados, demandam uma abordagem integrada para promover um crescimento responsável de longa duração, ao mesmo tempo em que assegurem que nenhuma nação ou comunidade seja deixada para trás.

b)Conservação de Recursos Naturais e do Meio Ambiente – Para conservar nossa herança ambiental e recursos naturais para as gerações futuras, soluções economicamente viáveis devem ser desenvolvidas com o objetivo de reduzir o consumo de recursos, deter a poluição e conservar os habitats naturais.

c)Desenvolvimento Social – Em todo o mundo, pessoas precisam de emprego, alimento, educação, energia, serviço de saúde, água e saneamento. Enquanto discutem-se tais necessidades, a comunidade mundial deve também assegurar que a rica matriz de diversidade cultural e social e os direitos trabalhistas sejam respeitados, e que todos os membros da sociedade estejam capacitados a participar na determinação de seus futuros.

Para Elkington (1994), criador do termo Triple BottomLine, a sustentabilidade é o equilíbrio entre os três pilares: ambiental, econômico e social. A expectativa de que as empresas devem contribuir de forma progressiva com a sustentabilidade surge do reconhecimento de que os negócios precisam de mercados estáveis, e que devem possuir habilidades tecnológicas, financeiras e de gerenciamento necessário para possibilitar a transição rumo ao desenvolvimento sustentável (ELKINGTON, 2001).

Tem-se, portanto, conforme Mikhailova(2004), uma segunda visão, diferente da primeira: o desenvolvimento sustentável é objetivo a ser alcançado e a sustentabilidade é o processo para atingir o desenvolvimento sustentável.

## **2.2.Licitações Sustentáveis**

Dez anos após a Rio-92, a ONU organizou a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburg, África do Sul. O Capítulo III do Plano de Implementação da Cúpula enfatiza a importância de se acelerar uma mudança de padrões de produção e consumo em todos os níveis governamentais. Como resposta a esta chamada, em 2003 a ONU criou em Marrakesh, Marrocos, o Processo Marrakesh, que estabeleceu sete forças-tarefa, com objetivos a serem alcançados sem um período de 10 anos. Uma delas teve como foco as compras públicas sustentáveis.

Em geral, há uma preocupação com o custo de uma compra pública sustentável (CPS), supondo-se que produtos “mais sustentáveis” sejam mais caros. Em muitos casos, uma aquisição sustentável é mais cara no ato da compra, mas essa aquisição trará economia ao longo do tempo.

Biderman afirma que as compras públicas representam uma fatia substancial da economia. Estima-se que o consumo governamental de bens e serviços esteja em torno de 8% a 25% do produto interno bruto (PIB) de um país. No Brasil, estima-se que as compras públicas, nos diversos níveis de governo, movimentem cerca de 10% do PIB (Biderman et al.), 2008).

Dado o volume de recursos envolvidos, o setor público, como consumidor de grande porte, encontra-se em posição privilegiada para criar economias de escala, que alavancam as margens de lucros dos produtores e reduzem seus riscos. Assim, ao aumentar a demanda por determinados produtos, o governo sinaliza favoravelmente aos produtores com um mercado permanente e estável para ofertar seus bens.

As compras públicas também podem estimular a competição e a inovação das indústrias na direção desejada, já que, quando diversas instituições combinam seu poder de compra, podem promover a inovação tecnológica para produzir os bens nos padrões desejáveis.

Devido a esse notável poder de compra, e segundo a estratégia de liderar pelo exemplos governos

em todo o mundo vêm utilizando as compras públicas como ferramentas para promover políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Desta forma, eles exercem um importante papel indutor não apenas ao criar regulações, impostos e incentivos, mas também ao serem os consumidores mais ativos do mercado.

Em linhas gerais, compras públicas sustentáveis (CPS) são aquelas que incorporam critérios de sustentabilidade nos processos licitatórios; ou seja, são consistentes com os princípios abarcados pelo desenvolvimento sustentável – um conceito complexo que busca promover uma sociedade mais justa e equitativa para as gerações atuais e futuras – desenvolvendo-se nos limites (ou na capacidade de suporte) do meio ambiente. Apesar da variedade de termos utilizados, a essência das CPS é que as autoridades públicas deveriam se responsabilizar, em suas próprias práticas de aquisições, por identificar e dar preferência aos produtos e serviços mais favoráveis para uma sociedade sustentável (IPEA, 2011).

Uma das vantagens mais imediatas apontadas para a adoção de CPS é que, com abordagens voluntárias como estas, o Estado pode estabelecer políticas e atingir metas ambientais e sociais sem precisar alocar recursos adicionais em seu orçamento, deixando o mercado livre para buscar a melhor forma de atender à demanda para que estes objetivos sejam atingidos; ou seja, o governo não tem que absorver novos custos para que a sociedade cumpra padrões ambientais e diretrizes sociais por meio de medidas administrativas e instrumentos de comando e controle, pois as forças de mercado trabalham neste sentido (Brasil e Lilei, 2011).

Bränlund et al. (2009) enfatiza que as CPS podem ser utilizadas, também, para reduzir a poluição em outros países, principalmente quando a iniciativa parte daqueles com maior volume de comércio internacional. Isto não acontece com o uso de ferramentas econômicas, como as taxações, que são decididas em nível nacional e tipicamente limitadas as firmas localizadas nas fronteiras dos países que as adotam.

O potencial de alavancar melhorias no âmbito social é outro aspecto das CPS que vem sendo destacado. Por exemplo, garantindo condições de trabalho adequadas aos operários que trabalham em obras públicas ou promovendo novas oportunidades de trabalho para grupos marginalizados.

Embora já se percebam as vantagens e os resultados das experiências de CPS, que crescem em todo o mundo, deve-se reconhecer que ainda existem alguns obstáculos práticos para sua implementação, tais como a percepção de maiores custos, as restrições à competitividade e as ofertas insuficientes nos processos licitatórios, a falta de conhecimento por parte dos licitantes sobre o meio ambiente, bem como sobre a elaboração de critérios de sustentabilidade, e outros obstáculos resultantes da cultura organizacional.

### **3.METODOLOGIA**

O trabalho foi realizado através de pesquisa exploratória e bibliográfica descritiva. As pesquisas exploratórias, segundo Gil (1995), são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. De acordo com Vergara (2004), uma investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

O estudo consistiu no levantamento do conhecimento bibliográfico disponível em produções atuais sobre o tema Licitações Sustentáveis na Administração Pública. Utilizou-se artigos disponíveis em bibliotecas digitais. Buscou-se tratar do tema “Licitações” e “Sustentabilidade” a fim de dar mais clareza ao tema global.

### **4.DISSCUSSÃO**



Devemos considerar a importância e discutir as soluções para que as licitações sustentáveis tornem-se procedimentos naturais no exercício da atividade dos administradores públicos, dentro de qualquer órgão que esteja na composição da Administração Pública, em qualquer esfera do Poder.

Pode-se afirmar que boa parte do PIB Nacional é consumido pela Administração Pública, cerca de 15% do Governo Federal. Com relação aos pequenos municípios, a Administração Pública tem uma representação ainda maior no PIB Municipal.

As licitações sustentáveis são possíveis e, o mais importante, sua aplicabilidade não deve ser apenas mera opção do agente público, mas uma obrigação, visto que seu caráter está vinculado aos princípios fundamentais no seu exercício.

Para que isso se torne realidade, é necessário que a Administração seja mais ativa nesse difícil processo de mudança, pois ainda há muito o que se fazer para atingir o ideal desejado, quer seja de todos os órgãos, em todas as esferas, primeiramente cumprindo o que a Lei exige e conseqüentemente, alcançar o novo padrão de compras públicas sustentáveis.

## 5. CONCLUSÃO

De acordo com tudo que foi citado acima, não há dúvidas que o ser humano não tem tempo para insistir nessa relação sem compromisso, omissa com o meio ambiente. A humanidade já utilizou de forma inconseqüente todos os recursos naturais em busca do desenvolvimento, gerando vários problemas como racionamento de água, aquecimento global dentre outros.

Exatamente por isso houve alterações na Lei de Licitações e Contratos, em seu art. 3º, para adequar o poder de compra na Administração Pública à Sustentabilidade, com objetivo de proteger o que ainda nos resta dos recursos naturais.

A Constituição Federal deixa bem claro quando reconhece o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos,

Enfim, como conclusão dessa pesquisa, considera-se que as licitações sustentáveis no setor público são possíveis, mesmo que ainda encontre-se em fase de adequação, mas tendo ciência que seu exercício é de natureza obrigatória e não de mera escolha do administrador público.

Para isso é necessário um novo modelo de gestão nos órgãos públicos onde aja o rompimento de padrões e hábitos antigos, mas com o objetivo de alcançar a excelência do serviço realizado, do dever cumprido seguindo estritamente o que a Lei impõe, ou seja, aquisições de bens e contratação de serviços alicerçados no critério da Sustentabilidade, implementando dessa forma, as Licitações Sustentáveis.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. N. **Curso de Direito Administrativo**. Saraiva. Rio de Janeiro: 2010.

BIDERMAN, R. et al. (Orgs.). **Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. (Iclei European Secretariat GmbH).

BRASIL, Tribunal de Contas da União. **Licitações e Contratos: orientações e jurisprudência do TCU**. 4 ed. rev., atual e ampl. – Brasília: TCU, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal**, Brasília, DF, Out 1988.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa** no 1, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação Licitações Sustentáveis na Administração Pública - Magdalena da Costa Ribeiro

de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Brasília: MP, 2010. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2010/03/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-01-10.pdf>>.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ICLEI – LOCAL GOVERNMENTS FOR** inabilitatório. Guia de compras públicas sustentáveis para administração federal. MP; Iclei, 2010.

CAMPOS, P. P. T. V. Z.. **Gestão para a Sustentabilidade Humana em uma Sociedade Insustentável: Estudos multidisciplinares com foco no comportamento humano.** In: XXII Encontro de Iniciação Científica, XV Encontro de Pós Graduação, XI Encontro de Extensão Universitária e IX Seminários de Estudos do Homem Contemporâneo, 2016, Bragança Paulista. Casa Comum: A responsabilidade da Ciência e da Tecnologia. Bragança Paulista: USF, 2016.

CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de Direito Administrativo.** 31ª ed./Atual. ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

CARVALHO, F.M. **Licitação: vícios nos procedimentos da fase interna com base na observância dos princípios da moralidade e probidade administrativa.** Artigo científico apresentado no curso de Graduação de Direito do Centro Universitário São Lucas 2017. PORTO VELHO/RO – 2017.

COUTO, H. L. G.; RIBEIRO, F. L. **Objetivos e desafios da política de compras públicas sustentáveis no Brasil: a opinião dos especialistas.** Revista de Administração Pública (Impresso), v. 50, p. 331-343, 2016. Estado do Mundo transformando culturas: do consumismo à sustentabilidade. The WorldwatchInstitute. Uma, 2010.p.4. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/Publicações/100629EstadodoMundo2010.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2011.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, DUSAN. **Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Desvendando as Sobreposições e Alcances de seus Significados.** CADERNOS EBAPE.BR (FGV), v. 14, p. 667-681, 2017.

FONSECA, A. S. **Material didático da disciplina Bases procedimentais da Administração Pública.** Faculdade Paraibana – Curso de Direito, 2014, 1.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Financiando o desenvolvimento sustentável: o papel das compras públicas.** Brasil em desenvolvimento 2011: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2011. v. 2.

MEDEIROS, M.; ALMEIDA, J. **Insustentável sustentabilidade do desenvolvimento.** Revista Uniara, v.13, n.01, p.107-114,2010.

MENDONÇA, R. A. M.; CRUZ, M. V. G.; TEODOSIO, A. S. S.; RASO, L. S. P. **Institucionalização de Compras Públicas Sustentáveis: Uma Análise da Experiência do Governo de Minas Gerais.** READ. Revista Eletrônica de Administração. Porto Alegre Online, v. 23, p. 62-91, 2017.

MIKHAILOVA, I.. **Sustentabilidade: evolução de conceitos teóricos e problemas da mensuração prática.** Economia e Desenvolvimento (Santa Maria), v. n.16, p. 22-41, 2006.

MOURA, A. M.M. **As compras públicas sustentáveis e sua evolução no Brasil.** Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA), v. 1, p. 23, 2013.

REIS, W. S. **Uma Abordagem Teórica dos Princípios de Licitação.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 05, Vol. 03, pp. 84-93, Maio de 2018.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – Saeb ICLEI. **Compras Públicas Sustentáveis: uma abordagem prática.** Organizadores: Florence Karine Laloë, Paula Gabriela Licitações Sustentáveis na Administração Pública - Magdalena da Costa Ribeiro

de Oliveira Freitas. 1ª ed. Salvador, 2012.

SÚAREZ, J. S. M. R. **Consciência ambiental nas licitações como condição sine qua non no desenvolvimento sustentável.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 03, Vol. 08, pp. 100-124. Março de 2019. ISSN: 2448-0959.

# TECNOLOGIA E HUMANIZAÇÃO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS QUE APROXIMAM USUÁRIO E PROFISSIONAL

Marcelo Márcio Fidelis Lima<sup>1</sup>, Marcelo Augusto de Souza Pena<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Miguel Pereira, Gestão Pública, realabutres@gmail.com.

<sup>2</sup>Faculdade de Miguel Pereira, Docente do curso de Gestão Pública,  
fisc- marcelo@tresrios.rj.gov.br

**RESUMO.** A humanização constitui em um atendimento que gera um desafio entre unir o serviço de saúde, o acesso e um atendimento humanizado. O Ministério da Saúde, a fim de aumentar a humanização nos atendimentos, implantou uma proposta voltada para a desumanização em saúde, a Política Nacional de Humanização, o Humaniza SUS. No entanto, levar o atendimento certo, para as pessoas necessitadas gera trabalhos extensos para o governo, destacar áreas importantes e o proporcionar acessibilidade. Logo é importante usar ferramentas de comunicação para alcançar a humanização, o vínculo usuário/ serviço e a acessibilidade de saúde para todos. Com isso o profissional de saúde precisa enxergar de forma minuciosa a necessidade do paciente. Através da tecnologia pode - se planejar as estratégias, ampliar a assistência em saúde, melhorar a qualidade do usuário ao serviço, promove a correta aplicação dos recursos públicos e beneficia na aplicabilidade dos princípios do SUS.

Palavras chaves: Humanização. Tecnologia. Gestor

## TECHNOLOGY AND HUMANIZATION: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW ON TECHNOLOGICAL ADVANCES THAT APPROACH USER AND PROFESSIONAL

**ABSTRACT.** *Humanization, creates a challenge between uniting the health service, access and humanized care. The Ministry of Health, in order to increase humanization in care, implemented a proposal aimed at dehumanization in health, the National Humanization Policy, Humaniza SUS. However, taking the right care for people in need generates extensive work for the government, highlighting important areas and providing accessibility. It is therefore important to use communication tools to achieve humanization, the user / service link and accessibility to health for all. Thus, health professionals need to see the patient's needs in detail. Through technology it is possible to plan strategies, expand health care, improve the quality of the user at the service, promote the correct application of public resources and benefit from the applicability of SUS principles.*

*Keywords: Humanization. Technology. Manage*

Lima, Marcelo Márcio Fidelis

Tecnologia e humanização: Uma revisão bibliográfica sobre os avanços tecnológicos que aproximam usuário e profissional / Marcelo Márcio Fidelis Lima. - Miguel Pereira: 2020.

i, 13 f. : il. ; 29,7 cm.

Orientador: Marcelo Augusto de Souza Pena.

Coorientador: Marcelo Augusto de Souza Pena

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.

Inclui Ilustrações e Bibliografias.

1. Tecnologia. 2. gestor. 3. saúde pública. I. Pena, Marcelo

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho foi construído através de uma revisão bibliográfica e teve como finalidade apontar as tecnologias que auxiliam no acesso saúde e usuário. Os capítulos foram constituídos por uma fundamentação teórica sobre humanização em saúde e acesso à tecnologia e foi subdividido em subseções, onde a primeira aborda a Política Nacional de Humanização (PNH) e os conceitos de humanização e a segunda sobre a associação de humanização, gestão e tecnologia. Em seguida, foi correlacionado aos achados através da pesquisa bibliográfica, obtendo resultados e discussão. Por último a conclusão do estudo.

O Sistema Único de Saúde (SUS) consiste em um dos seus princípios a universalidade, que significa que todos tenham direito ao serviço de saúde. Logo, esta acessibilidade para ser rápida e eficaz, é necessário auxílio tecnológico. As necessidades dos clientes atendidos pelos SUS, correlacionado com o processo de humanização, que requer um atendimento humanitário e ameno, gera um desafio entre unir o serviço de saúde, o acesso e um atendimento humanizado.

Lima et al. 2014, aborda que segundo a pesquisa, a desumanização em saúde, ou seja, ausência de empatia nos atendimentos, consultas rápidas, desorganização em setores são piores que a falta de médicos. O Ministério da Saúde, a fim de aumentar a humanização nos atendimentos, implantou uma proposta voltada para a desumanização em saúde, a Política Nacional de Humanização, o Humaniza SUS. De acordo com o Ministério da Saúde (2013) o Humaniza SUS tem como critério criar laços, entre trabalhadores, gestores e usuários para que se desenvolva melhor o processo de trabalho.

Para Rios e Battistella (2013) o termo humanizar, possui uma definição paralela, tornando o trabalho positivo e um ambiente organizacional, sendo desenvolvidos trabalhos grupais e com resultados otimistas, tornando essa pesquisa relevante, envolvendo os fatores tecnológicos como fonte de auxílio para melhorias. Sendo assim, acarretou o interesse em problematizar: As tecnologias que os gestores utilizam para melhorar o acesso do usuário à saúde.

As ferramentas que buscam uma atenção ao usuário do SUS qualificada, são a partir de dados que simplificam as necessidades desta população. Como aborda Ventura (2010), o direito a saúde é um processo trabalhoso em meio a catástrofes como, as pandemias, onde se usa de atributos como quarentenas e isolamento social, entre outras restrições. No entanto, o trabalho rápido de compilação de dados reais, confiáveis de estatística do público alvo contribui para dilemas do tipo a escolha do melhor método de prevenção ou a qual público se direcionam os leitos hospitalares.

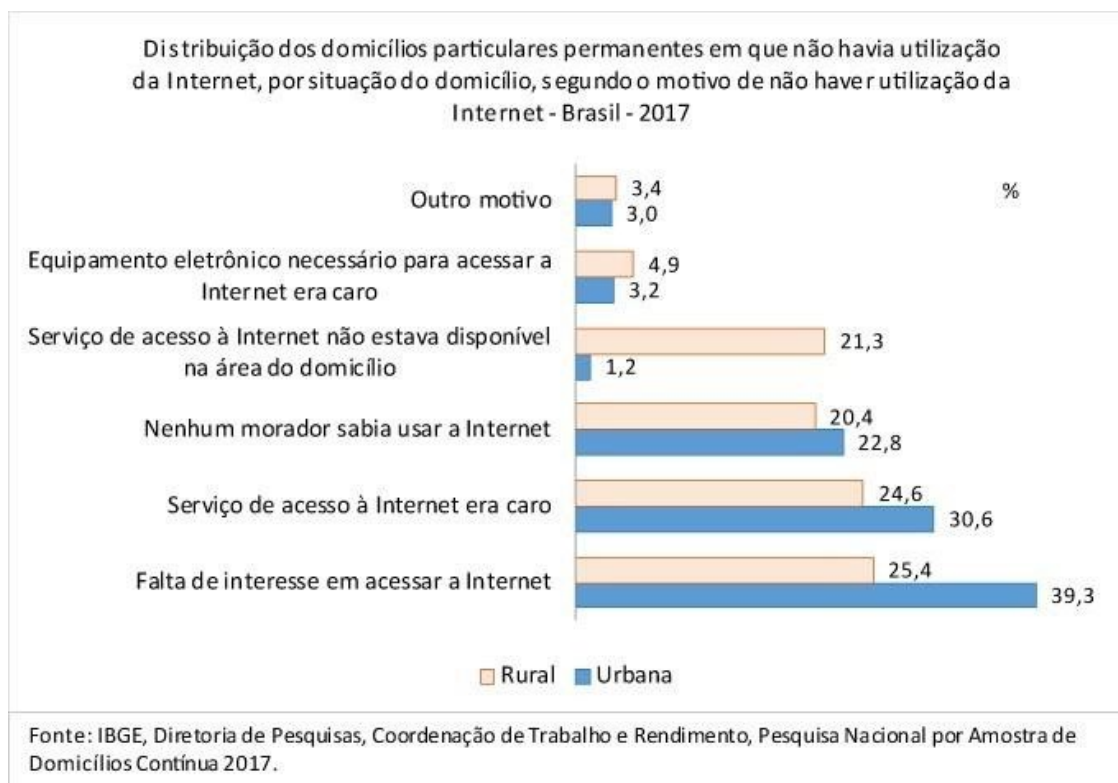
Como Humanizar é incluir as diferenças nos processos de gestão e de cuidado, envolvendo gestores e população, para estimular a produção de novos modos de cuidar e formas de organizar o trabalho, o objetivo geral deste artigo é apontar as tecnologias que os gestores possuem para garantir o acesso saúde e usuário. Em específico, avaliar os perfis desses gestores das redes públicas, apontar os programas da rede de saúde e correlacionar com a literatura pertinente.

## 2- Política Nacional de Humanização (PNH) e os conceitos de humanização.

O Sistema Único de Saúde comporta meios para que boa parte da população tenha acesso rápido e eficaz aos serviços disponíveis pelo governo, porém há uma avaliação criteriosa sobre a experiência cotidiana entre serviço e usuário, tornando avaliativa a satisfação ou insatisfação do público atendido, apesar da tecnologia não ser abrangente em todos os domicílios (Lima et al., 2014).

Distribuição dos domicílios entre rural e urbano e sua acessibilidade a internet, segundo IBGE (2017), como mostra a gráfico:

**Figura (1):**



Nos 17,7 milhões domicílios onde não houve utilização da Internet no período de referência da pesquisa, os motivos indicados pelos entrevistados foram: falta de interesse em acessar a Internet (34,9%), serviço de acesso à Internet era caro (28,7%), nenhum morador sabia usar a Internet (22,0%), serviço de acesso à Internet não estar disponível na área do domicílio (7,5%) e equipamento eletrônico para acessar a Internet ser caro (3,7%).

A indisponibilidade do serviço de acesso à Internet foi o motivo indicado em somente 1,2% dos domicílios da área urbana, contra 21,3% daqueles em área rural.

De acordo com Mangioviet al. (2014) a humanização em saúde busca qualificar seu serviço e atua no melhor desenvolvimento do cuidado, sempre tentando universalizar o direito a saúde e seus serviços. No entanto, levar o atendimento certo, para as pessoas necessitadas gera trabalhos extensos para o governo, destacar áreas importantes e o proporcionar acessibilidade.

Segundo Ministério da Saúde:

A PNH destaca dois grupos de dispositivos de cogestão: aqueles que dizem respeito à organização de um espaço coletivo de gestão, que permita o acordo entre necessidades e interesses de usuários, trabalhadores e gestores; e aqueles que se referem aos mecanismos que garantem a participação ativa de usuários e familiares no cotidiano das unidades de saúde. Um portal colaborativo para produção e difusão de informações em humanização da saúde entre gestores e trabalhadores da saúde, pesquisadores, estudantes e profissionais de diferentes áreas. Todos com um interesse comum: conhecer melhor, ampliar e colocar na roda de conversa virtual o tema da humanização. A Rede HumanizaSUS abre espaço para o protagonismo de seus participantes possibilitando o compartilhamento das vivências, desafios, atualidades e uma série de formas de conhecimento produzido em humanização por meio de textos, vídeos e fotos que constroem a história da PNH (s/p).

A fim de criar propostas para melhorar a acessibilidade ao serviço de saúde, por meio de um melhor atendimento a população, o Humaniza SUS trás ideias que propagam a assistência aos que não somente precisam de atenção hospitalar, como antes já tinha sido criado, em 1999, o Programa Nacional da Humanização da Assistência Hospitalar (PNHAH). No ano de 2003, foi criada pelo Ministério da Saúde (MS) a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão no Sistema Único de Saúde

(PNH), aplicando criteriosamente todos os princípios da rede de saúde: universalidade, equidade e integralidade, como também o fortalecimento do trabalho em equipe (MANGIOVI et al., 2014).

Roseviscet al. 2014:

A humanização, portanto, não pode ser deixada para quando o profissional já tiver desenvolvido sua forma de atuação, mas deve começar no ambiente de ensino, na própria universidade e nas escolas médicas. Desse modo, deveriam ser incluídas na formação médica temas da vida humana, como cultura, religião, morte e filosofia, com a finalidade de cultivar a compreensão da personalidade do outro. Além destes, outros tópicos deveriam estar contidos na base da educação médica, como conhecer o lado humano da medicina, tanto para lidar com os pacientes quanto para o desenvolvimento pessoal, a criação de um ambiente confortável para geração e manutenção de reflexões, o fomento do sentimento de medicina como vocação, frisando o estudo de teorias éticas que também são aplicadas nas decisões clínicas, bem como desenvolver o pensamento de responsabilidade social (p. 67).

Lima et al. (2014) explica que a humanização tem o poder de trazer um atendimento rebuscado e melhor aqueles que necessitam, diminuindo índices de problemas de saúde pública. Apontando casos a serem notificados e prontamente executados a partir de uma assistência qualificada e determinada para aquele agravo. Humanizar é tornar o serviço ameno e satisfatório aquele que necessita.. No entanto é importante avaliar se as regiões tem quantidade de médicos suficientes para suprir as necessidades da população.

O mapa a seguir mostra o número de médicos por região no Brasil, de acordo com o Demográfico de Medicina (2018) :

**Figura (2):**



Observa-se que há uma quantidade relevante em regiões do Sul e Sudeste. Nas regiões norte e nordeste a quantidade se torna inferior a geografia desses estados.

Nogueira et . al 2016 questiona que apesar do quantitativo de profissionais de saúde ter aumentado nos últimos tempos, ainda há uma desigualdade nos serviços de saúde, desencadeando uma carência nas regiões norte e nordeste, onde parte da população reside em áreas com poucos profissionais, principalmente



médicos da Atenção Primária de Saúde. Com isso, foram realizadas diversas estratégias para o provimento de médicos nos serviços de saúde pública, como o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento – PIASS; O Programa de Interiorização do Sistema Único de Saúde – PISUS e o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde.

## **2.2. A associação de humanização, gestão e tecnologia.**

O humaniza SUS sofre por diversas mudanças a partir de atualizações feitas nos últimos anos. Dentre os avanços o serviço conta com treinamentos constantes no intuito de desenvolver profissionais interdisciplinares com uma visão sócio - econômica. . Esses programas contam com processos tecnológicos que facilita o acesso usuário/serviço, afirma Lima et al., 2014.

Roseviscet al. (2014) aponta que é importante usar ferramentas de comunicação para alcançar a humanização, o vínculo usuário/ serviço e a acessibilidade de saúde para todos. Com isso o profissional de saúde precisa enxergar de forma minuciosa a necessidade do paciente. Esta reflexão precisa ser desenvolvida através de estratégias que mostre a realidade da população de forma clara e objetiva, como programas que auxiliam no processo usuário/ serviço, segundo Ministério da Saúde:

Conecte Sus: Ferramenta para tronar digital a tecnologia no Brasil.

A Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS): Migra os dados para os programas.

Informatiza APS: Meio tecnológico que tem como proposta apoiar a informatização das unidades de saúde e qualificar os dados da atenção primária.

Meu DigiSUS, plataforma móvel e digital disponibilizada pelo Ministério da Saúde, tem como garantia dar maior suporte e acessibilidade aos usuários.

O aplicativo e-SAÚDE, é um novo canal que liga o Ministério da Saúde ao cidadão, também usado como aplicativo, oferece informações em saúde de uso pessoal.

Através da tecnologia pode - se planejar as estratégias, ampliar a assistência em saúde, melhorar a qualidade do usuário ao serviço, promove a correta aplicação dos recursos públicos e beneficia na aplicabilidade dos princípios do SUS, segundo o Ministério da Saúde. Logo o Ministro Ricardo Barros destaca: “Atualmente 30% das consultas especializadas não comparecem e não temos agilidade para chamar outra pessoa para ocupar a vaga, e 50% dos exames de análises clínicas não são retirados”.

Ventura (2010) explica que as estatísticas também são favoráveis em pandemias, em que algumas restrições fundamentais são importantes. Neste sentido, o grupo que for considerado de risco, será identificado pelas pesquisas relacionadas, sendo apontado também, o número de pessoas que foram notificadas com os sintomas do problema, os que foram contaminados, os óbitos, dados que são divulgados através de pesquisas epidemiológicas, que são a peça chave no combate a pandemia.

## **3-RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O objetivo desse estudo foi apontar às tecnologias que os gestores possuem para garantir o acesso saúde e usuário, discutir os achados a literatura referente através dos programas disponíveis no SUS.

Nesse contexto, os artigos foram lidos criteriosamente, sendo apontados os principais programas que auxiliam no processo de humanização, através da tecnologia, considerando as deficiências como a falta de tecnologia em determinadas áreas e a escassez de profissionais de saúde como um obstáculo para saúde ser um direito de todos.

A pesquisa parte do princípio que saúde é um direito de todos e um dever do estado, sendo assim, o governo proporciona fatores que melhorem o acesso ao bem estar físico e mental. Constatar os serviços de saúde em todas as áreas, abrangendo povoamento com diversas culturas, pessoas com dificuldade de acesso aos postos de saúde, que mesmo trazendo agentes de saúde como portadores, tornam-se difícil levar o serviço completo a todos os brasileiros.

Como afirma Rosevics et. al (2014) para alcançar êxito nos princípios do SUS, é necessário buscar ferramentas para qualificar o sistema, proporcionando melhorias, almejando a comunicação entre usuário e serviço, onde se contra a humanização. Então é necessário que o profissional de saúde, busque conhecimento sobre a realidade dos seus pacientes, para que planeje assistência de acordo com a necessidade da população.

É correto afirmar que os autores são visionários com os avanços tecnológicos, o Ministério da Saúde trouxe novas ferramentas para atualizar e proporcionar melhorias para a população. De modo, que o acesso seja rápido e eficaz aqueles que necessitam. Além de proporcionar conforto aquele que usa, a estratégia de criar plataformas online, diminuindo filas e atendimentos aos postos de saúde.

Segundo Lima et. al (2014) a humanização se torna presente quando os cuidados a saúde da população são alcançados, enquanto os pacientes enfrentarem filas, complexidades em atendimento, ausência de medicamentos, demora na marcação de consultas e exames, a desumanização ainda se é presente na área. Por isso, para minimizar esses índices é necessário adotar propostas que aproximem serviço e usuário.

Além disso, a tecnologia favorece tornando o serviço mais humanizado, ou seja, com estimativas, pode-se decidir e planejar um tratamento adequado, sem que haja demoras, ausência de serviços e esperas mensais. As plataformas trazem ferramentas que dão índices e medidas que auxiliam na formulação de prevenções e cuidados.

Explica Rios e Battistella (2013) que um conjunto de ações formalizou a humanização de modo que todos pudessem ter acesso a saúde forma coletiva. Esse conjunto se fundiu através da comunicação entre os serviços de saúde e convergências entre ciência e humanidade. Logicamente, utilizando ferramentas atuais que proporcionam a humanização para todos.

Nesse sentido, a humanização consegue ser ampla de forma acessível a todos. Tornar o serviço de saúde prático e rápido é uma função que a tecnologia desenvolveu, gerando boas perspectivas aos profissionais de saúde e usuários.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das atualizações, o processo de humanização sofreu atualizações favoráveis a saúde pública, sendo possível solucionar agravos através de estatísticas. A produção de saúde está altamente ligada com a gestão e um atendimento exacerbado. Ou seja, um gerenciamento de qualidade, apontando características da população de acordo com suas reais necessidades, através da tecnologia, são ferramentas essenciais no processo de cuidado, logo, uma atenção humanizada ao cliente.

#### **5- REFERÊNCIAS**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-Segundo trimestre de 2017. 2017. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Ed. Premium, Tiragem: 1ª edição – 1ª reimpressão – Brasília/DF .2013

- LIMA, C. C. et al. Humanidades e humanização em saúde: a literatura como elemento humanizador para graduandos da área da saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online]. 2014, v. 18, n. 48 [Acessado 17 Fevereiro 2020] , pp. 139-150. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0708>>. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0708>.
- MANGIOVI. Reflexões conceituais sobre humanização da saúde: concepção de enfermeiros de Unidades de Terapia Intensiva - 2014.
- NOGUEIRA, P. T. A. et al. Características da distribuição de profissionais do Programa Mais Médicos nos estados do Nordeste, Brasil. ***Ciência & Saúde Coletiva***, v. 21, p. 2889-2898, 2016.
- RIOS, Izabel Cristina; BATTISTELLA, Linamara Rizzo. Gestão da humanização das práticas de saúde: o caso do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. ***Saúde e Sociedade***, v. 22, p. 853-865, 2013.
- ROCHA, T. A. H. et al. Saúde Móvel: novas perspectivas para a oferta de serviços em saúde. ***Epidemiologia e Serviços de Saúde*** [online]. 2016, v. 25, n. 1
- ROSEVICS, L. et al. ProCura-a arte da vida: um projeto pela humanização na saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 38, n. 4, p. 486-492, 2014.
- SCHEFFER, M. et al. Demografia médica no Brasil 2018. 2018
- VENTURA, D. F. L. Pandemias e estado de exceção. In: *Anais do VII Congresso Internacional de Direito da USJT*. 2010. p. 41-56.

# A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Matheus Valente da Silva Gonçalves<sup>1</sup>; Carlos Eduardo Granadeiro Correa<sup>2</sup>

(1) Graduando da Faculdade de Miguel Pereira

(2) Docente da Faculdade de Miguel Pereira - Orientador

**RESUMO.** A Educação Ambiental no ambiente escolar é indispensável. O referido trabalho justifica-se por mostrar que é no âmbito escolar que começa a surgir a reflexão, logo, a mudança de comportamento para que se crie a consciência ecologicamente correta, o pensamento sustentável e a forma com qual devemos agir. O objetivo desse artigo consiste em ressaltar a importância do processo de entrada da Educação Ambiental no currículo escolar ou até mesmo uma disciplina específica na fase inicial de aprendizagem da criança, no ensino fundamental e médio, integrando-se com outras disciplinas, contribuindo para a formação do jovem e tornando um cidadão com o viés da cultura sustentável.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Cultura; Sustentável; Ambiente Escolar.

## THE IMPORTANCE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

**ABSTRACT.** *Environmental Education in the school environment is indispensable. This work is justified by showing what is the level of education that to begins a reflection, a change in behavior to create an ecologically correct conscience, and sustainable thinking and a way with which to act. The objective of this article is to emphasize the importance of the process of entering Environmental Education in the school curriculum or even a specific subject in the initial phase of the child's learning, in elementary and high school, integrating with other subjects, contributing to the formation of youth and create a citizen with a sustainable culture.*

*Keywords: Environmental education; Culture; Sustainable; School environment.*

Gonçalves, Matheus Valente da Silva

A Importância da Educação Ambiental no Ambiente Escolar / Matheus Valente da Silva Gonçalves. - Miguel Pereira: 2020. , 12 f. ; 29,7 cm.

Orientador: Carlos Eduardo Granadeiro Correa.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020. Inclui Bibliografias e Material Anexo.

1. Educação Ambiental. 2. Cultura. 3. Sustentável. 4. Ambiente Escolar. I. Correa, Carlos Eduardo Granadeiro. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. INTRODUÇÃO

O contato com a natureza é acessível para todos os seres humanos, ele claramente é indispensável, incorporando conceitos de aprendizado com interseções no meio de convívio, o qual o permite ter perspectivas e competências de caráter conservador. Porém, o aprendizado do homem não está ajustado à mesma prática conservadora proposta para a relação com a natureza.

Segundo Marçal (2005):

Indiscutivelmente, a crise ambiental é uma das questões fundamentais enfrentadas pela humanidade e exige a necessidade de uma mudança de mentalidade, em busca de novos valores e uma ética em que a natureza não seja vista apenas como fonte de lucro e passe acima de tudo, a ser enfocada como meio de sobrevivência, para as espécies que habitam o Planeta, inclusive o homem. (MARÇAL, 2005, p. 2)

O contato com a natureza é acessível para todos os seres humanos, ele claramente é indispensável, incorporando conceitos de aprendizado com interseções no meio de convívio, o qual o permite ter perspectivas e competências de caráter conservador. Porém, o aprendizado do homem não está ajustado à mesma prática conservadora proposta para a relação com a natureza.

Com essa afirmação de Marçal, é notório que existe uma necessidade de uma certa consciência em relação ao meio ambiente, transpondo todas as dificuldades da mentalidade dos indivíduos.

Ao longo dos anos, o ser humano vem causando danos à natureza por falta de informação e ações educacionais sobre o meio ambiente, gerando um mal-estar incessante a esse meio. O eixo principal é inserir o quanto antes esse pensamento educacional ambiental para que gerações futuras tenham maior qualidade de vida, sustentabilidade e exerçam um papel para a redução do impacto ambiental, sendo assim, todos esses ideais alinhados podem contribuir com esse árduo trabalho, pois a preocupação atual são as mudanças ambientais que podem causar prejuízos irreversíveis à natureza, degradando o planeta.

A população, além do prejuízo direto à natureza, ainda contribui com fator crucial na atual situação que é o consumismo excessivo, acarretando toneladas de resíduos que podem variar de anos para se extinguir como podem passar gerações futuras, que ainda estarão presente no ambiente.

As modernas populações produzem dejetos em tal quantidade que se torna impossível para os sistemas naturais decompor esses “refugos” da civilização na velocidade necessária a torná-los inócuos e, assim, não comprometê-los. O lixo pode ser a principal gênese da poluição ambiental. (SCARLATO; PONTIN 1994, p. 53)

Além disso, conforme Vidis (2016) apud Santos & Souza (2013) que garantem que a “evolução nos padrões de consumo, principalmente em países como o Brasil que apresenta uma população com poder de compra que tem aumentado gradativamente”, isso mostra que o padrão de consumos do Brasil é acelerado e sem direcionamento específico, produzindo resíduos em grande escala e não tendo o local apropriado para descarte e eliminação.

É notável, que hoje estamos vivendo um mundo capitalista onde o materialismo cresce desenfreadamente, porém não se trata apenas de acabar com o excesso de consumo e sim ensinar como consumir de maneira vital, para que não tenha uma expansão ainda maior, com isso surge o pressuposto de um pensamento de consumismo capitalista que passe para um consumismo sustentável, onde existem práticas individuais e coletivas de ações em prol do ambiente.

O respectivo artigo visa enfatizar a relevância da educação ambiental em levantar reflexões sobre

como proporcionar uma cultura sustentável através da mudança de comportamento. Além disto, irá destacar como a conscientização ambiental pode trazer qualidade de vida para as gerações futuras, abordar sobre a necessidade de reduzir o impacto ambiental e salientar a importância da sustentabilidade.

## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

É colocado em questão, a melhor maneira de como tentar alterar esse paradigma de danos à natureza e ao consumismo, inserindo na sociedade, o conceito de Educação Ambiental através da inserção da informação da mesma no âmbito escolar.

Para que possamos atingir uma consciência ecologicamente correta e a automática reflexão e mudança comportamental, e assim surgir a a cultura sustentável, segundo Weid (1997):

A educação tem como papel fundamental à formação de consciências individuais e coletivas. Quando se trata de Educação Ambiental falamos de uma consciência que, sensibilizada com os problemas socioambientais, se volta para uma nova lógica social: a de uma sociedade sustentável, onde a partir de uma compreensão da interdependência dos fenômenos socio-naturais, humanidade e natureza se reconciliem e busquem uma forma de vida mais harmônica e compartilhada. (WEID 1997, p. 73)

### **2.1 O que é Educação Ambiental (EA)?**

Encontram-se variações de definições de Educação Ambiental na própria Lei nº 9.795/99, art. 1º e também na Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1997):

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida. (Conferência Intergovernamental de Tbilisi, 1997)

A Agenda 21 define a EA como uma ação que busca:

[...] desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos [...] (Capítulo 36 da Agenda 21).

Com base nas referências sobre o que é EA, sabe-se que a formação desse conceito precisa partir do conhecimento e compromisso do cidadão com a natureza, tanto da parte individual quanto coletiva, tornando-os agentes ativos em prol da redução do impacto ambiental e praticando suas virtudes as quais constituíram ao longo dessa consciência.

### **2.2 A Educação Ambiental no ensino escolar**

A escola é o veículo mais acessível a informações orientadas que nós temos, no início de nossa trajetória sobre conhecimento, é uma instituição transformadora em todos os sentidos que vai moldando cada indivíduo juntamente com o laço familiar, construindo conceitos e hábitos. Segundo Cherubini (2013) apud Chalita (2002):

Segundo Cherubini (2013) apud Chalita (2002):

A educação constitui-se na mais poderosa de todas as ferramentas de intervenção no mundo para a construção de novos conceitos e consequente mudança de hábitos. É também o instrumento de construção do conhecimento e a forma com que todo o desenvolvimento intelectual conquistado é passado de uma geração a outra, permitindo, assim, a máxima comprovada de cada geração, que avança um passo em relação à anterior no campo do conhecimento científico e geral. (CHERUBINI, 2013 apud CHALITA, 2002)

A EA (Educação Ambiental) hoje é nitidamente mais falada nas escolas, onde pode adentrar-se com mais êxito em um indivíduo e dele repassar aos que estão ao seu redor, pois tentam viabilizar uma filosofia natural conservadora, que se propõe levar essa consciência de forma solidária a todos que se sintam integrado a esse conceito.

Um dos princípios fundadores da EA é estreitar os laços entre o indivíduo e coletividade. Segura (2001) interpretou este enlace cunhando a seguinte frase: “A motivação pessoal é o reservatório energético de um projeto coletivo” (p. 46).

Com isso, é importante trazer esse conceito para que haja o estímulo desde a fase introdutória da criança nas escolas em vista de seu desenvolvimento, consequentemente, é a melhor idade para se aprender, sendo também o futuro do planeta. Adquirindo hábitos e comportamentos sólidos sobre tal educação como nascendo uma cultura sustentável, sendo difícil descaracterizar, conforme Bigliardi e Cruz (2008) enfatizam que a inserção da Educação Ambiental nos currículos escolares, desde os primeiros anos do ensino formal, é de vital importância na formação do novo sujeito. É mais fácil sensibilizar uma criança do que um adulto. A criança ainda está em formação e é mais fácil moldá-la com conceitos ecologicamente corretos.

Já para Medeiros et al (2001) apud M. Guimarães (p. 2), ressalta a importância de “A educação ambiental deve ser um processo contínuo e permanente, iniciando em nível pré-escolar e estendendo-se por todas as etapas da educação formal ou informal”.

A partir desse contexto, é necessário aptidão para que os professores e os colaboradores construam essa identidade na criança, pois tudo começará a partir dela e será a chave propulsora para um desenvolvimento interno, ou seja, em si, externa, na família, na sociedade e no campo natural, criando hábitos e valores voltados estreitamente ao meio ambiente e começando a surgir uma cultura sustentável.

### **2.3 Educação Ambiental como possível matéria interdisciplinar**

É difícil trabalhar com a E.A de forma segregada, pois não tem sentido único e definitivo, apesar disso a melhor maneira é a “injeção” da E.A é via matéria interdisciplinar, onde poderá se integrar com as outras matérias e fazer trocas entre si, e ser abordada incorporada em cada uma, portanto esse vocábulo interdisciplinar caracteriza-se como:

[...] caracterizar a colaboração existente entre disciplinas diversas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência (Exemplo: Psicologia e seus diferentes setores: Personalidade, Desenvolvimento Social etc.). Caracteriza-se por uma intensa reciprocidade nas trocas, visando um enriquecimento mútuo. (FAZENDA, 2002, p. 41)

Cabe recordar que essa união feita entre elas deve ser de maneira concreta, surgindo um vínculo conceitual entre as disciplinas para que então haja uma fundamentação de conceitos entre as mesmas, criando a compreensão e o desenvolvimento do conteúdo.



A interdisciplinaridade é uma questão epistemológica e está na abordagem teórica e conceitual dada ao conteúdo em estudo, concretizando-se na articulação das disciplinas cujos conceitos, teorias e práticas enriquecem a compreensão desse conteúdo. (VIDIS; MOURA, 2016, p. 5 apud PARANÁ, 2008, p. 27)

## 2.4 Capacitação dos profissionais da educação

Em busca da excelência na área profissional, destaca-se na Lei nº 9.795/99, o art. 8º inc IV e V, que estimula a busca de caminhos metodológicos que qualifiquem o profissional educacional na área ambiental:

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

IV- A formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V- O atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental. (BRASIL, 1999)

O começo para o profissional é criar uma diretriz clara acerca do humano e do ambiente, para que sirva de norte para as práticas ambientais inseridas na conjuntura escolar, mesmo sendo um desafio, deve-se organizar estratégias cabíveis para entrar no quadro teórico para efetuar a interdisciplina.

A capacitação não se solidifica apenas com conhecimentos teóricos, existe um compromisso de um saber metodológico para assimilação e práticas sucessivamente. Pois ele talvez vá reconstruir um conceito já formado pela criança (indivíduo) em questão, onde tenha que romper esse elo e criar a nova conceitual sobre o que seria ecologicamente correto, sobre uma perspectiva sobre qualidade de vida, eliminação de resíduos e consumismo desenfreado.

Segundo Ganzer (2017):

A Educação Ambiental como processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e a adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade devida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado. A Educação Ambiental visa a construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças (minorias étnicas, populações tradicionais), à perspectiva da mulher e à liberdade para decidir caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável, respeitando os limites dos ecossistemas, substrato de nossa própria possibilidade de sobrevivência como espécie. (GANZER apud MEDINA, 1998, p. 46)

Além de todo o engaje do profissional na área, ele ainda tem um papel enriquecedor e fundamental na participação da construção desse conceito na criança (no indivíduo) que é fazer com que incorpore esse conceito, tenha uma reflexão e crie uma análise crítica, despertando a importância da educação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

## 2.5. Conhecendo a consciência sustentável

A partir do trabalho dos profissionais da educação no âmbito escolar sobre a EA, surte na criança o efeito do que é ecologicamente correto a se fazer, também trabalhado como “consciência sustentável”, onde a criança é acompanhada e orientada. Com isso, adquire um senso crítico, que o move dentro e fora de uma unidade escolar a tomar decisões conscientes, cujas tenham valores ecológicos a ponto de garantir a biosfera, preservar a natureza e desenvolver sustentavelmente.

[...] a partir de um enfoque crítico, a Educação Ambiental poderá contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para se decidirem a atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global. (ZACARIAS, 2000, p. 34)

Logo então, percebe-se que foi obtida tal consciência, quando começa emergir a reflexão e a mudança de comportamento a ponto de validar o conceito absorvido dentro de sala de aula.

Segundo Segura (2001, p. 21), “A escola foi um dos primeiros espaços a absorver esse processo de “ambientalização” da sociedade, recebendo a sua cota de responsabilidade para melhorar a qualidade de vida da população, por meio de informação e conscientização”. A importância da informação da EA foi inserida na escola a ponto de começar a conscientizar, pois ali seria o “berço” da qualidade de vida da sociedade, presente e futuro.

## **2.6 Desenvolvimento, Cultura e Pensamento Sustentável**

E será através da EA que chegaremos ao desenvolvimento sustentável, existindo o desenvolvimento andando junto com a proteção ambiental.

O desenvolvimento sustentável veio da Agenda 21, onde consiste em um documento que tenha um compromisso para problemáticas socioambientais existentes, sejam elas, particulares, regionais ou globais, podendo ser definido “como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”. (BRASIL, 2012)

A cultura sustentável é um dos pilares da sustentabilidade, e cada vez que passa é mais conhecida no meio da sociedade. O intuito é destacar o pensamento sustentável, onde mostrar à população que se pode viver uma vida saudável, simples, ou seja, sustentável, sem que atinja o meio ambiente e que traga benefícios para o individual e coletivo.

Para que essa cultura ultrapasse as barreiras, de certa forma foi através da Agenda 21, que consegue transmitir aos órgãos estaduais e municipais “guias” que para práticas de ações buscando o interesse da sociedade e ambiente.

Para chegar a um exemplo concreto de cultura sustentável existem várias maneiras, desde conservar acervos históricos, a produção de materiais reutilizáveis, etc. Até então, a chegar EA que procura o incentivo desde a escola, consolidando a ideia de se viver “de bem com a natureza” e de atribuí-la ao seu cotidiano.

## **3. METODOLOGIA**

O princípio para instalar uma EA na escola desde a fase inicial da criança, partirá de uma sensibilização, um processo de alerta, onde serão mostrados fatos, vídeos impactantes, onde irá despertar a preocupação com o ambiente, mostrando também o consumo consciente e também a forma dos 3R's, Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

Como é retratado pelo Ministério do Meio ambiente no que diz respeito ao Princípio dos 3R's: Reduzir significa consumir menos produtos e preferir aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade. Reutilizar é, por exemplo, usar novamente as embalagens como

a reutilização dos potes plásticos de sorvetes servem para guardar alimentos ou outros materiais. Reciclar envolve a transformação dos materiais para a produção de matéria-prima para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais. É fabricar um produto a partir de um material usado. Podemos produzir papel reciclando papéis usados. Papelão, latas, vidros e plásticos também podem ser reciclados. (BRASIL, 2013)

Para facilitar o trabalho de encaminhar material pós-consumo para reciclagem, é importante fazer a separação no lugar de origem - a casa, o escritório, a fábrica, o hospital, a escola etc. A separação também é necessária para o descarte adequado de resíduos perigosos. Seguindo com os devidos profissionais da área da educação, ministrando os conteúdos teóricos, palestras, etc. para que compreendam o os mecanismos que compõe o sistema natural. Utilizarem de exercícios de fixação, banners, cartazes, filmes para que isso altere sua mudança de comportamento e crie uma responsabilidade, sendo ele o protagonista do meio onde vive. Após todo esse processo de fixação, aprendizado e conscientização, pode-se criar uma “avaliação” com perguntas para que os alunos respondam acerca do assunto falado.

Agindo de forma solidária e cooperativa, pode-se inserir esse pensamento na comunidade, trabalhando de forma unida. Um exemplo é a horta comunitária onde é possível destinar as crianças com os profissionais especializados para que pratiquem suas ações ali, aberto para a sociedade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se afirmar que o vigente trabalho tem como papel mostrar o valor da Educação Ambiental no âmbito escolar, sendo uma ferramenta de reflexão e de mudança comportamental. Essa ideia tem intuito de inserir na criança uma crítica sobre as questões ambientais, onde ela começa ter uma nova visão sobre o meio ambiente e gradativamente se torna um fator transformador em relação à preservação do meio ambiente e o pensamento sustentável.

Com a realização desse trabalho, o foco na criança e que ela seja o gatilho propulsor de uma nova geração ecologicamente correta, também serão o futuro do nosso planeta. Pode-se ver que a conexão entre indivíduo e natureza está em todo nosso cotidiano, onde mostra que devemos nos preocupar com a atual situação do ambiente e futura. Trabalhar com a criança tende a ser mais fácil, pois ainda não foi introduzido esse pensamento sustentável e também conseguimos moldar melhor novos conhecimentos, logo assim, criando uma consciência sustentável, e com esses valores tendem a criar uma nova lógica social, onde a sociedade vai se preocupar com a qualidade de vida futura, onde busca um menor impacto ambiental, um desaceleramento no consumismo e logo uma redução grande nos resíduos sólidos.

Além de benefícios diretos à natureza, a criança criará um “título de ecologicamente alfabetizado” onde terão “afeto” pela natureza, surgindo hábitos e compromissos com a mesma, haverá um ambiente equilibrado, onde o pensamento sustentável será o fator principal, somando a todos esses valores, a criança terá o fator contato, onde irá gostar de conviver com a natureza, por assim visto, desde plantar ou desenvolver uma horta, a ter a consciência de não destruir ou sujar essa biosfera e naturalmente será uma virtude, o pensamento e uma sociedade sustentável. Ou seja, onde todos os indivíduos estarão preocupados com a limpeza, descartando o lixo no recipiente de forma correta para a reutilização do mesmo, e que equilibre suas necessidades para que não falte benefício seja natural ou não.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BIANCHINI, Débora C. et al. **Sustentabilidade e Educação Ambiental na Escola Estadual de Ensino Fundamental Waldemar Sampaio Barros**. Revista Monografias Ambientais, Santa Maria, Edição Especial Curso de Especialização em Educação Ambiental. 2015, p. 188-194.

BIGLIARDI, Rossane Vinhas; CRUZ, Ricardo Gauterio. **Currículo escolar, pensamento crítico e Educação Ambiental**. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 21, julho a dezembro de 2008.

BORGES, Elaine Araújo; OLIVEIRA, Matheus Alves. **Educação Ambiental com ênfase no consumo consciente e o descarte de resíduos – Uma experiência da Educação Ambiental**. II SEAT – Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade. UFG / IESA NUPEAT - Goiânia, maio de 2011.

BRASIL. **Decreto Nº 4.281**, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4281.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm)>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. **Lei No 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Agenda 21. 4 de maio de 2012. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 09 mai. 2020.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente. Conceitos de Educação Ambiental**. In: Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977). Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educac%C3%A7%C3%A3o-ambiental.html>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente. Princípio das 3R's**. 2013. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/consumo-consciente-de-embalagem/principio-dos-3rs.html>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

CHERUBINI, Iris Cristina Barbosa. Brasil Escola. **A Educação Ambiental e a interdisciplinaridade em sala de aula**. 2013. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-ambientalinterdisciplinaridade-sala-aula.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

COIMBRA, Audrey de Souza. **Interdisciplinaridade e Educação Ambiental: Integrando seus princípios necessários**. Faculdade de Educação – FACED – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/03/artigo-1a2.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

CUBA, Marcos Antonio. **Educação Ambiental nas escolas**. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010.

EFFTING, Tânia Regina. **Educação Ambiental nas escolas públicas: Realidade e desafios**. (Monografia apresentada ao Curso de Especialização “Planejamento para o Desenvolvimento sustentável”). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste Campus de Marechal Cândido Rondon. 2007.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologias**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FREITAS, Eduardo de. **Agenda 21**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/agenda-21.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

GANZER, Adriana Aparecida et al. **Educação Ambiental e Meio Ambiente em pauta**.

Universidade FEEVALE. Novo Hamburgo, Brasil/RS. 2017.

A Importância da Educação Ambiental no Ambiente Escolar - Matheus Valente Da Silva Gonçalves

- JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/ 2003.
- MARÇAL, Maria da Penha Vieira. **Educação Ambiental e representações sociais de meio ambiente: uma análise da prática pedagógica no Ensino Fundamental em Patos de Minas-MG (2003-2004)**. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia). Uberlândia-MG, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16066/1/EducacaoAmbientalRepresentacoes.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- MEDEIROS, Aurélio Barbosa et al. **A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais**. Revista Faculdade Montes Belos, v. 4, n. 1, set. 2011.
- NARCIZO, Kaliane Roberta dos Santos. **Uma análise sobre a importância de trabalhar Educação Ambiental nas escolas**. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517- 1256, v. 22, janeiro a julho de 2009.
- PEREIRA, Suelen Silva; CURI, Rosires Catão. **Meio Ambiente, Impacto Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Conceituações Teóricas sobre o Despertar da Consciência Ambiental**. REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – Vol. 2, no 4, p.35-57, Set-Dez/2012. ISSN: 2237-3667.
- SANTOS, Elaine Teresinha dos. **Educação Ambiental na escola: Conscientização da necessidade de proteção da camada de ozônio**. (Pós-Graduação). Santa Maria, RS, 2007.
- SCARLATO, Francisco Capuano; PONTIN, Joel Arnaldo. **Do Nicho ao Lixo Ambiente, Sociedade e Educação**. Ed. Atual, 1994.
- SEGURA, Denise de Souza Baena. **Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. FAPESP. São Paulo, 2001. Disponível em:<[https://books.google.com.br/books?id=NZmTcg-aXK0C&printsec=frontcover&hl=pt-br&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=NZmTcg-aXK0C&printsec=frontcover&hl=pt-br&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- VIDIS, Cilene dos Santos de; MOURA, Jeani Delgado Paschoal. **Educação Ambiental: consumismo e produção de resíduos sólidos**. Versão online. ISBN 978-85-8015-093-3. Cadernos PDE. Volume I. Artigos. 2016. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_geo\\_uel\\_cilenedossantosdevidis.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_geo_uel_cilenedossantosdevidis.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2020.
- WEID, N V D. **A Formação de Professores em Educação Ambiental à Luz da Agenda 21**. In. TABANEZ, M. F.; PADUA, S.M. (org.) **Educação Ambiental Caminhos Trilhados no Brasil**, Brasília: IP, 1997. (p. 73-88)
- ZACARIAS, R. **Consumo, lixo e educação ambiental: uma abordagem crítica**. Juiz de Fora: FEME, 2000.

# CLIMA ORGANIZACIONAL E MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Patricia Silva Carvalho <sup>(1)</sup>, Paulo Cesar Pereira <sup>(2)</sup>

(1) Graduanda da Faculdade de Miguel Pereira,

(2) Docente da Faculdade de Miguel Pereira - Orientador

**RESUMO.** Este artigo tem como objetivo demonstrar a importância do clima organizacional no ambiente de trabalho e nas pessoas. Ele nos permite conhecer um pouco sobre como a organização, os líderes e os recursos humanos papéis de grande valia a serem desenvolvidos no contexto motivacional e, como devem conduzir suas ações com a finalidade de promover engajamento dos colaboradores no dia a dia organizacional. O ambiente de trabalho, a motivação e o clima organizacional são de extrema importância para o contexto das organizações, pois impactam diretamente os colaboradores e suas performances na organização. A metodologia usada foi a pesquisa exploratória da bibliografia eletrônica do site da Biblioteca da Famipe, nas bases de dados online no site de buscas Scielo e pesquisas em livros, artigos, monografias, a fim de adquirir embasamentos teóricos para dissertação sobre o tema proposto. A conclusão que o artigo leva é que tanto os gestores quanto o setor de Recursos Humanos, atuam como facilitadores para o desenvolvimento desse processo, não como únicos responsáveis, visto que também existe o comprometimento e participação dos líderes nesse processo.

**Palavras chaves:** Gestão de Pessoas - Motivação - Recursos Humanos

## ORGANIZATION CLIMATE AND MOTIVATION IN THE WORKPLACE

**ABSTRACT.** *This article aims to demonstrate the importance of the organizational climate in the work environment and in people. It allows us to know a little about how the organization, the leaders and the human resources have very valuable roles to be developed in the motivational context and how they should conduct their actions in order to promote employee engagement in the day-to-day organizational life. The work environment, motivation and organizational climate are extremely important for the context of organizations, as they directly impact employees and their performance in the organization. The methodology used was exploratory research of the electronic bibliography of the Biblioteca da Famipe website, in the online databases on the Scielo search website and searches in books, articles, monographs, in order to acquire theoretical foundations for dissertation on the proposed theme. The conclusion that the article leads is that both managers and the Human Resources sector, act as facilitators for the development of this process, not as the only ones responsible, since there is also the commitment and participation of leaders in this process.*

*Keywords: People Management - Motivation - Human Resources*

Carvalho, Patricia Silva

Clima Organizacional e Motivação no Ambiente de Trabalho / Patricia Silva Carvalho. - Miguel Pereira: 2020.  
i, 18 f. ; 29,7 cm.

Orientador: Paulo Cesar Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo em Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.

Inclui Bibliografias.

1. Gestão de Pessoas. 2. Motivação. 3. Recursos Humanos. I. Pereira, Paulo Cesar. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## **1. INTRODUÇÃO**

O tema tem por finalidade, contribuir na melhoria das organizações. Nos dias atuais o mercado de trabalho é muito competitivo, onde as organizações e seus colaboradores precisam estar se reinventando a cada dia. Para que isso aconteça precisamos estar motivados. O bom desempenho depende da integração entre as partes.

As organizações devem proporcionar um ambiente de trabalho satisfatório aos colaboradores, para que os resultados sejam positivos, além de influenciar beneficemente no marketing. Cada colaborador tem um perfil diferente, onde torna-se necessário que as organizações busquem ferramentas que proporcionem um ambiente favorável as necessidades de seus colaboradores.

O clima benéfico pode influenciar positivamente na motivação e auxiliar no sucesso da organização, já um clima desfavorável traz um desequilíbrio e desmotivação prejudicando as atividades diárias. A melhoria de uma organização aperfeiçoa o ambiente de trabalho, tornando produtivo e possibilitando bons resultados.

Uma ferramenta cada dia mais utilizada é pesquisa de satisfação interna, a importância do estudo e avaliação do capital humano é fundamental para a minimização de doenças ocupacionais, como por exemplo, a depressão.

A metodologia usada foi a pesquisa exploratória da bibliografia eletrônica do site da Biblioteca da Famipe, nas bases de dados online no site de buscas Scielo e pesquisas em livros, artigos, monografias, a fim de adquirir embasamentos teóricos para dissertação sobre o tema proposto.

A conclusão que o artigo leva é que tanto os gestores quanto o setor de Recursos Humanos, atuam como facilitadores para o desenvolvimento desse processo, não como únicos responsáveis, visto que também existe o comprometimento e participação dos líderes nesse processo.

## **3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **3.1 Teorias de conteúdo da motivação**

As teorias motivacionais tem por objetivo, identificar e analisar os fatores que estimulam o comportamento das pessoas. De modo geral, a base dessas teorias tem os filósofos gregos, que enxergavam o comportamento humano como atitudes em busca da realização de algum prazer, considerando três estímulos principais que são: ganho material, reconhecimento social e realização individual.

A maioria dessas teorias foi elaborada para analisar as necessidades internas que influenciam o comportamento do indivíduo. Elas são utilizadas por diversas áreas como ferramentas para melhor compreensão, prevenção e influência das atitudes.

#### **3.1.1 Hierarquia das necessidades de Maslow**

O psicólogo americano Abraham H. Maslow baseia-se na ideia de que cada ser humano esforça-se muito para satisfazer suas necessidades pessoais e profissionais. É um esquema que apresenta uma divisão hierárquica em que as necessidades consideradas de nível mais baixo devem ser satisfeitas antes das necessidades de nível mais alto. Segundo esta teoria, cada indivíduo tem de realizar uma “escalada” hierárquica de necessidades para atingir a sua plena autorrealização.

Maslow definiu cinco necessidades do ser, dispostas na pirâmide da Figura 1 e explicadas uma a uma a seguir:



Necessidades primárias (básicas):e são as fisiológicas e as de segurança e as necessidades secundárias: são as sociais, estima e autorrealização.

**1– Necessidades fisiológicas:** São aquelas que nos mantem vivos, são as funções biológicas que exercemos todos os dias, exemplo: Dormir, alimentar-se, respirar, ter lazer.

Figura 1: Teroria das Necessidades humanas



Texto 1: Fonte: Chiavenato ( 2017)

No trabalho: Necessidade de horários flexíveis, conforto físico, intervalos de trabalho etc.

**2– Necessidades de segurança:** São aquelas que estão vinculadas com as necessidades de sentirem-se seguras: sem perigo, em ordem, com segurança, com estabilidade.

No trabalho: Necessidade de estabilidade no emprego, boa remuneração, condições seguras de trabalho etc.

**3– Necessidades sociais:** São necessidades de manter relações humanas com harmonia: sentir-se parte de um grupo, ser membro de um clube, receber carinho e afeto dos familiares, amigos e pessoas do sexo oposto.

No trabalho: Necessidade de conquistar amizades, manter boas relações, ter superiores gentis etc.

**4– Necessidades de estima:** Existem dois tipos: o reconhecimento das nossas capacidades por nós mesmos e o reconhecimento dos outros da nossa capacidade de adequação. Em geral é a necessidade de sentir-se digno, respeitado por si e pelos outros, com prestígio e reconhecimento, poder, orgulho etc. Incluem-se também as necessidades de autoestima.

No trabalho: Responsabilidade pelos resultados, reconhecimento por todos, promoções ao longo da carreira, feedback etc.

**5– Necessidades de autorrealização:** Topo da pirâmide, necessidades de crescimento. Incluem a realização, aproveitar todo o potencial próprio, ser aquilo que se pode ser, fazer o que a pessoa gosta e é capaz de conseguir. Relaciona-se com as necessidades de estima: a autonomia, a independência e o autocontrole.

No trabalho: Desafios no trabalho, necessidade de influenciar nas decisões, autonomia etc.

### 3.1.2 Teoria ERC (Existência, Relacionamento, Crescimento) de Clayton Alderfer

Essa teoria foi apresentada pela primeira vez em 1969 por Clayton Alderfer, um psicólogo americano, em um artigo denominado “um teste empírico de uma nova teoria das necessidades. Humanas.”.

A ERC tinha como objetivo desenvolver e expandir a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, de Abraham Maslow, abrindo então, possibilidades de flexibilidade entre as necessidades. Nessa teoria, Alderfer põe as necessidades como padrões, diminuindo os níveis para três, já que na teoria de Maslow, ele traz que as necessidades podem variar de um indivíduo para outro.

A sigla ERC vem da abreviação dos três níveis determinados por Alderfer e, esses níveis são: existência, relacionamento e crescimento. Temos como necessidade de existência as necessidades básicas de segurança, como alimentação, abrigo e água. Já as necessidades de relacionamento são as relações sociais e de autoestima externa (amigos, família, meios onde convivem, etc). E por fim, temos as necessidades de crescimento que consistem em autoestima interna e autorrealização, e é considerada a mais abstrata das necessidades.

### **3.1.3 Teoria das necessidades de McClelland**

A teoria das necessidades apresentada por David McClelland, também tem as diretrizes da teoria de Maslow, tendo como pano de fundo a satisfação de necessidades. Nela, a motivação está centrada em um alto ou baixo grau de necessidades, que pode ser adquiridas socialmente mediante a aprendizagem.

Segundo McClelland, os indivíduos são movidos por três conjuntos de necessidades específicas: realização, poder e filiação.

Os conjuntos são separados por realização, filiação e poder. O conjunto da necessidade consiste em: busca da excelência, necessidade de sucesso, de assumir riscos calculados, de ser reconhecido, desenvolver-se para atingir resultados. As pessoas preferem tarefas que sejam desafiadoras, mas realizáveis, controláveis; dão mais relevância às metas do que às recompensas e esperam feedback do seu desempenho.

Já as necessidades de filiação: busca de satisfação das necessidades de relacionamento, de amizade, de compartilhar, estreitar relacionamentos e ser aceito pelos outros. As pessoas com essa orientação preferem valorizar as relações humanas, o contato com as pessoas. E por fim, as necessidades de poder: busca de controle, liderança, influência ou mesmo domínio sobre os outros, busca de status. As pessoas procuram cargos que lhes confirmem poder de influenciar os outros e o ambiente.

### **3.1.4 Teoria dos dois fatores da motivação de Herzberg**

A teoria dos dois fatores foi desenvolvida por Frederick Herzberg, que buscava identificar quais as consequências de determinados tipos de acontecimentos na vida profissional dos entrevistados, que foram 200 engenheiros e contadores da indústria de Pittsburgh. O estudo feito por Herzberg visava determinar os fatores que os deixavam realizados e as que os deixavam infelizes no trabalho. E assim, esses fatores foram denominados como fatores higiênicos e fatores motivacionais.

Os fatores higiênicos ou fatores extrínsecos são os que se localizam no ambiente que os indivíduos estão inseridos, e abrange as condições das quais elas desempenham seu trabalho. Temos como exemplos de fatores higiênicos: as condições físicas, o salário, os benefícios sociais, tipo de chefia ou supervisão que as pessoas recebem dos superiores, diretrizes da empresa, clima das relações entre empresa e os funcionários,

etc. Entretanto, Herzberg alega em sua pesquisa que quando os fatores higiênicos são ótimos, eles apenas evitam a insatisfação e, quando a elevam, não conseguem sustentá-la elevada por muito tempo. Já, quando os fatores higiênicos são péssimos ou precários, eles provocam a insatisfação dos empregados.

Quanto aos fatores motivacionais ou fatores intrínsecos, estão relacionados com o conteúdo do cargo e com a natureza das tarefas que o indivíduo executa. Deste modo, os fatores motivacionais estão sobre controle do indivíduo, pois estão relacionados àquilo que ele faz e desempenha. Esses fatores motivacionais envolvem os sentimentos de crescimentos individuais, de reconhecimento profissional e as necessidades de autorreavaliação e dependem das tarefas que o indivíduo realiza no trabalho.

Após os estudos, Hezeberg concluiu que os fatores que influenciam na produção de satisfação profissional eram desligados ou distintos dos que eram relacionados à insatisfação, sendo assim, os fatores que causavam a satisfação estão relacionados a própria tarefa, realização e natureza da mesma, promoção profissional e capacidade de melhor execução. E, os fatores que estão ligados à insatisfação, são fatores ambientais, isto é, que são alheios à tarefa.

### **3.1.5 Teoria das expectativas**

Em 1964, a teoria das expectativas foi inserida no livro “Work and motivation”, de Victor Vroom, professor de administração

A Teoria da Expectativa argumenta que a força da motivação do indivíduo depende de três relações: expectativa, instrumentalidade e valência. De acordo com Vroom, os líderes precisam colocar em práticas as duas primeiras relações. Já a terceira relação, é criada a partir disso automaticamente.

A relação de expectativa diz que o esforço melhor o desempenho. Já na instrumentalidade diz que o desempenho traz as recompensas e, na valência, diz-se sobre o valor das recompensas adquiridas.

### **3.1.6 Teoria da equidade**

Também chamada como Teoria do Equilíbrio, ela diz que as recompensas devem vir de acordo com o esforço e iguais pra todos. Ou seja, se um grupo realiza o mesmo esforço, todos os indivíduos que nele estão, deverão receber da mesma forma. Essa teoria abre a possibilidade de se aferir o clima no trabalho, permitindo a compreensão quanto à reação das pessoas diante das recompensas que lhe são oferecidas.

Já a percepção individual pode ser vista de forma comparativa, seguindo algumas referências, que são: a própria pessoa, numa posição ou situação diferente na mesma organização, que pode ser percebida como igual, melhor ou pior que a situação atual. Ou a própria pessoa, numa situação diferente em outra organização, que pode ser percebida como igual, melhor ou pior que a situação atual. Outra pessoa ou grupo de pessoas, na mesma organização. Outra pessoa ou grupo de pessoa, em organizações diferentes.

### **3.1.7 Teoria do estabelecimento de objetivos**

O objetivo da teoria criada por Edwin Locke, em 1968, era explicar as ações humanas em algumas situações específicas no trabalho. De acordo com Locke, a motivação do indivíduo para atingir as metas é determinada pelas próprias metas ou simplesmente pelo fato de tê-las estabelecido.

Os objetivos ou metas são o que incentivam o indivíduo a fazer o melhor possível, ter uma aspiração e melhorar o desempenho. De acordo com Locke, os indivíduos buscam e criam suas metas por

meio de decisões prévias apropriadas, e uma vez que essas são estabelecidas, as pessoas se comprometem para alcançá-las.

## **3.2 Clima Organizacional**

### **3.2.1 Clima e cultura organizacional**

O Clima Organizacional é fundamental importância para um bom desenvolvimento das atividades nas organizações. É um conjunto de reflexos, comportamentos e valores dentro de uma organização, a forma com que as pessoas percebem a empresa e como elas reagem dentro dela.

Para Chiavenato (1998) a vida dos indivíduos constitui uma infinidade de interações com outras pessoas e com organizações. O ser humano é eminentemente social, pois não vive isoladamente estando em constante convívio e relacionamentos com seus semelhantes e devido às limitações individuais, são obrigados a cooperarem uns com os outros, formando organizações para alcançar certos objetivos que não atingiriam se estivessem sozinhos, e esta cooperação é essencial para a sobrevivência da organização.

As organizações permitem que os indivíduos satisfaçam diferentes tipos de necessidades: emocionais, espirituais, intelectuais e econômicas. Com as organizações, a limitação para alcançar objetivos humanos não é a capacidade intelectual ou de força, mas a habilidade de trabalhar de maneira eficaz com os outros (CHIAVENATO, 1998).

A cultura organizacional molda atitudes e comportamentos dos colaboradores, ao mesmo tempo em que influencia o modo como a organização interage com seu ambiente. Seguindo para uma estabilidade, mas admiti mudanças de forma lenta, que vão incorporando novos elementos e experiências.

Schein traz a seguinte definição de cultura organizacional: “é um conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao aprender como lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna e que funcionaram bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir em relação a esses problemas.” (SCHEIN apud LUZ, 2003, p. 15).

Nesse sentido, Luz (2003) define como um conjunto de crenças, valores, costumes, rituais, slogans, mitos, tabus, tradições, sentimentos e comportamentos compartilhados pelo membro de determinada organização, enfim, o conjunto de atributos físicos e psicossociais de uma organização que caracteriza o seu modo de ser e sua identidade.

Para Morgan (1996, p. 59), a cultura de uma organização tem como componentes:

a) Normas: são padrões ou regras de conduta nos quais os membros da organização se enquadram. A norma é um padrão que as pessoas obedecem sem levar em conta seu significado, podendo ser explícitas, ou seja, definidas em manuais, estatutos, regulamentos, etc; ou implícitas, quando as pessoas obedecem, mas não possuem consciência das mesmas.

b) Valores: o conjunto daquilo que a força de trabalho considera positivo ou negativo em uma organização constitui o seu sistema de valores.

c) Recompensa: as pessoas tendem a se comportar em função daquilo que receberam em troca, e assim sendo, no desenvolvimento do trabalho os diretores devem buscar estimular os colaboradores.

d)Poder: As organizações possuem distribuições diferentes de poder, ou seja, possuem graus diferentes de centralização ou descentralização da autoridade.

Bowditch (1992) lembra que existem diferenças importantes entre clima e cultura organizacional. O primeiro é uma medida de até que ponto as expectativas das pessoas sobre como se deve trabalhar, em uma organização, está sendo cumprida, portanto, um indicador de que tais crenças e expectativas estão sendo ou não concretizadas. Já a cultura ocupa-se da natureza, das crenças e expectativas sobre a vida da organização.

Segundo Luz (2003) o clima é afetado por diferentes fatores externos à organização, como condições de saúde, habitação, lazer e familiar, e também pela cultura organizacional, que é uma das suas principais causas.

Então, há uma relação de causalidade entre clima e cultura organizacional, onde esta é uma das causas de que o clima é a consequência. Sendo assim, o clima é um fenômeno temporal, referindo-se ao estado de ânimo dos funcionários de uma organização, em um determinado momento, já a cultura organizacional se estabelece ao longo do tempo devido a práticas recorrentes.

### **3.2.2 Indicadores de clima organizacional**

Conhecendo os indicadores do clima organizacional, é possível identificar as mudanças necessárias para conquistar resultados melhores. Neste tópico, serão destacados os principais indicadores.

Um dos indicadores organizacionais é o turnover, esse indicador fala a respeito do fluxo de entrada e saída de colaboradores. Quando esse fluxo está intenso, significa que a empresa passa por problemas, é necessário estar atento, pois ele pode acabar afetando outros pontos dentro da empresa, como por exemplo: a motivação e desempenho dos funcionários.

Temos como outro indicador, o absenteísmo, que costuma ser algo normal dentro das organizações, porém, deve-se estar atento ao aumento dele, pois isso pode indicar problemas no clima organizacional. Caso os colaboradores estejam apresentando atestados ou atrasos com frequência, é preciso estar atento a motivação dos mesmos, que pode estar sendo afetada.

Agora, falando sobre avaliação de desempenho, podemos dizer que a mesma não é uma fonte de informação apenas sobre o desempenho dos colaboradores. O resultado delas também faz com que os gestores e o RH possam avaliar o clima organizacional. Tendo como exemplo que, se uma grande parte dos colaboradores estiver com baixo desempenho, o motivo pode estar relacionada a alguma situação no ambiente de trabalho.

No plano de carreira, os colaboradores tendem a ter mais expectativas, visto que isso abre à eles, possíveis oportunidades dentro da empresa, o que é muito importante dentro do clima organizacional, já que quando o colaborador vê a possibilidade de crescimento, esse tem mas motivação pra realizar o trabalho.

Temos outro indicador que é a qualidade de vida, que nada mais é que o bem-estar do colaborador no ambiente de trabalho, já que através dessa satisfação os resultados são melhores dentro da organização.

A comunicação dentro do ambiente de trabalho deve ser aberta e honesta para todos dentro da empresa, sejam eles colaboradores ou líderes. E, ainda é importante dizer que o líder deve estar apto a responder perguntas e ouvir sugestões.

O incentivo ao crescimento em ambientes organizacional faz com que os colaboradores não se sintam presos com prazos apertados, e faz com que o clima melhore. O incentivo pode vir através programas

de treinamento a promoções, a empresa deve investir em dar chances para os profissionais assumirem responsabilidades e aprenderem coisas novas.

Programas de treinamento e desenvolvimento também são importantes para o engajamento dos colaboradores, já que não havendo isso, os colaboradores podem não enxergar nossas possibilidades no local de trabalho e acabar buscando em outros.

E por fim, mas não menos importante, falamos sobre o ambiente leve e agradável dentro de uma organização, onde a convivência entre colaboradores e líderes se torna tranquila e sadia, que ainda que todos estejam concentrados em suas tarefas tenham a possibilidade de estar em um ambiente descontraído e alegre, sem muitas pressões.

#### **4.METODOLOGIA**

O método para a construção deste artigo foi utilizado à pesquisa bibliográfica mediante o método descritivo. De acordo com Vergara (2015), pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Lakatos e Marconi (2017) definem os estudos descritivos como destinados a descrever as características de determinada situação.

A pesquisa foi realizada na bibliografia eletrônica do site da Biblioteca da Famipe, nas bases de dados online no site de buscas Scielo e pesquisas em livros, artigos, monografias, a fim de adquirir embasamentos teóricos para dissertação sobre o tema proposto.

Decorrente dessa busca científica partiu-se para análise do material, seguindo as etapas: leitura exploratória, procedente da necessidade de conhecer melhor o problema, aprimorar ideias; leitura seletiva, através da qual foram selecionados a literatura pertinente aos propósitos do artigo; leitura analítica dos textos, momento de apreciação e julgamento das informações, evidenciando-se os principais aspectos abordados sobre o tema.

#### **5.DISSCUSSÃO**

Motivação é um fator que está diretamente ligado ao crescimento e desenvolvimento das organizações. De acordo com alguns atores, motivação é a procura pela satisfação de necessidades pessoais e físicas dos colaboradores e cabe as organizações conhecer de perto as necessidades das ferramentas, a fim de obter um clima mais adequado, já que o maior bem da empresa é o seu colaborador.

O gestor não pode ser somente um líder, precisa também participar, ter uma boa comunicação, sabendo ouvir e ser bom mediador de conflitos. Conquistar o cliente interno reflete no atendimento ao cliente externo, aumentando a lucratividade, no caso do sistema privado e trazendo satisfação e bom atendimento, no caso do setor público.

As organizações que capacitam e motivam seus colaboradores, estão mais aptas para enfrentar as mudanças do dia-a-dia, visto que uma boa liderança requer também, uma boa equipe.

#### **6.CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desse trabalho de pesquisa foi possível perceber a importância da motivação para a qualidade da organização e seu desenvolvimento profissional. Já que, para obter colaboradores motivados e dispostos a contribuir e exercer suas atividades de maneira efetiva é necessário que haja um gestor capacitado, que seja um líder motivador.

Analisou-se que a motivação e um bom ambiente de trabalho influenciam diretamente no clima organizacional, através do reconhecimento, recompensa, treinamentos, comunicação, saúde e segurança.

Entendeu-se que as organizações devem estar em sintonia com seus colaboradores para estimular o crescimento e que o gestor tem que ser presente e atuante, sabendo conduzir o setor, pois gestão de pessoas nada mais é que, lidar com seres humanos, não com meros instrumentos de produção.

## 7.BIBLIOGRAFIA

- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria, Processo e Prática**. São Paulo: McGraw-Hill. 1985.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas: um guia para o executivo aprender a lidar com sua equipe de trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. Edição Compactada, 7ª Ed. São Paulo, Atlas 2001.
- FRITZ, Robert. **Estrutura e comportamento Organizacional**. Editora Pioneira Thompson Learning, São Paulo: 2006.
- GRAÇA, Hélio. **Clima organizacional: uma abordagem vivencial**. Brasília: FUNADESP, 1999.
- LUZ, Ricardo. **Gestão do clima organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
- <https://administradores.com.br/artigos/clima-organizacional-a-influencia-na-motivacao-dos-funcionarios>; acessado em 21 de abril de 2020, às 12h30 p.m.
- <https://administradores.com.br/producao-academica/a-importancia-da-analise-do-clima-organizacional>; acessado em 21 de abril de 2020, às 13h00.
- <http://www.sobreadministracao.com/a-piramide-hierarquia-de-necessidades-de-maslow/>; acessado em 21 de abril de 2020, às 14h20.
- <https://administradores.com.br/producao-academica/a-teoria-da-hierarquia-das-necessidades>; acessado em 10 de maio de 2020, às 21h45.
- <https://blog.vb.com.br/conheca-os-7-fatores-que-mais-influenciam-no-clima-organizacional/> ; acessado em 21 de maio de 2020, às 22h50.
- <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/motivao-vs-clima-organizacional/>; acessado em 22 de maio de 2020, às 00h00.
- <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/pesquisa-de-clima-organizacional/15683>; acessado em 29 de maio de 2020, às 20h00

# **FATORES MOTIVACIONAIS NO SERVIÇO PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E HABITAÇÃO DE MIGUEL PEREIRA/RJ**

**Paula Roberta Portella Miranda<sup>1</sup>, Larissa Primo Pereira Lasneau (orientadora)<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão Pública, paulaportellam@gmail.com.

<sup>2</sup> Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão Pública, psi.larissalaneau@gmail.com.

**RESUMO.** A sociedade atual necessita de desempenhos satisfatórios dos serviços públicos, sendo estes relacionados diretamente as ações desempenhadas pelos recursos humanos. Nesse contexto, servidores motivados desenvolvem atividades com qualidade e comprometimento, além de melhorar a produtividade. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo conhecer e analisar os fatores que interferem na motivação para o trabalho dos servidores públicos com subsídios das teorias motivacionais: hierarquia das necessidades, ERG, das necessidades e dos dois fatores. Para a elaboração deste estudo realizou-se uma revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo. O questionário aplicado aos servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Habitação de Miguel Pereira/RJ resultou na identificação dos fatores relacionados à desmotivação: salário, valorização e reconhecimento. Em contrapartida, apontaram os fatores motivacionais: estabilidade, relação interpessoal e autonomia. O estudo demonstra que, apesar dos fatores desmotivacionais, os entrevistados sentem-se motivados para realizar as tarefas do seu trabalho. Por fim, o objetivo foi atingido, demonstrando a importância da implementação e aperfeiçoamento das ações que visam à manutenção de um ambiente motivador.

Palavras-Chave: Serviço público; Comportamento humano; Motivação.

## **MOTIVATIONAL FACTORS IN PUBLIC SERVICE: A CASE STUDY IN THE MUNICIPAL SECRETARIAT OF SOCIAL DEVELOPMENT, HUMAN DIRECTORS AND HOUSING OF MIGUEL PEREIRA.**

**ABSTRACT.** *The current society needs satisfactory performance of public services, which is directly related to the actions performed by human resources. In this context, motivated employees develop activities with quality and commitment, in addition to improving productivity. Therefore, this article aims to understand and analyze the factors that interfere in the motivation for the work of public servants with subsidies from motivational theories: hierarchy of needs, ERG, needs and both factors. For the elaboration of this study, a bibliographic review and a field research were carried out. The questionnaire applied to the employees of the Municipal Secretariat for Social Development, Human Rights and Housing of Miguel Pereira/RJ resulted in the identification of factors related to demotivation: salary, appreciation and recognition. On the other hand, they pointed out the motivational factors: stability, interpersonal relationship and autonomy. The study shows that, despite demotivational factors, respondents feel motivated to perform their work tasks. Finally, the objectives were achieved, demonstrating the importance of implementing and improving actions aimed at maintaining a motivating environment.*

*Key-words: Public service; Human behavior; Motivation.*



Miranda, Paula Roberta Portella

Fatores motivacionais no serviço público: Um estudo de caso na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Habitação de Miguel Pereira/RJ / Paula Roberta Portella Miranda. - Miguel Pereira: 2020.

i, 17 f. : il. ; 29,7 cm.

Orientador: Larissa Primo Pereira Lasneau.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.

Inclui Ilustrações e Bibliografias.

1. Serviço público. 2. Comportamento humano. 3. Motivação. I. Lasneau, Larissa Primo Pereira. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história a relação entre colaboradores e a organização sofreram diversas modificações. Os indivíduos passaram de simples operários – tratados como máquina, sem vontade própria - para seres com capacidades cognitivas e intelectuais. Assim, o atual modelo de Gestão de Pessoas torna o indivíduo parte estratégica da organização, considerando o capital humano essencial para o sucesso. (WYSE, 2015)

Isso demonstra que as empresas necessitam de profissionais motivados, visto que estes proporcionam melhores resultados, sendo este um dos objetivos da Gestão de Pessoas. Na administração pública não é diferente, afinal garantir a qualidade do serviço aos cidadãos é fundamental, assim, a gestão necessita de ferramentas que incentivem os seus servidores a terem um alto desempenho em suas tarefas.

De acordo com Gil (2011, p. 202) “motivação é a força que estimula as pessoas a agir”, decorre que os elementos motivacionais variam de acordo com os fatores internos de cada pessoa, desta forma, entender as causas para as ações humanas não é uma tarefa fácil. Assim, é fundamental que a área de gestão de pessoas identifique os fatores motivacionais dos colaboradores, individualmente e em grupo, para então definir estratégias assertivas, que vão ao encontro do que eles desejam, para se sentirem realmente motivados no dia a dia de trabalho.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é conhecer e analisar os fatores que interferem na motivação para o trabalho dos servidores públicos efetivos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Habitação de Miguel Pereira/RJ com subsídios das teorias motivacionais: a hierarquia das necessidades de Maslow, a teoria ERG de Alderfer, a teoria das necessidades de McClelland, e, por fim, a teoria dos dois fatores de Herzberg.

Para alcançar o objetivo geral, realizou-se uma revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo. Na revisão bibliográfica buscou-se o levantamento de registros sobre o tema abordado neste estudo em livros, artigos e teses, a fim de obter um embasamento técnico e teórico sobre o conteúdo abordado. Já para a pesquisa de campo realizou-se uma entrevista com vinte e dois (22) servidores concursados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Habitação da Prefeitura Municipal de Miguel Pereira/RJ, no período de 22 a 25 de maio de 2020, ressaltando-se que, devido ao isolamento social em virtude da Pandemia de Covid-19, atingiu-se um número de amostragem reduzido.

A Secretaria é um órgão subordinado a Prefeitura Municipal, constituída por seis setores, são eles: dois Centros de Referência de Assistência Social, um Centro de Referência Especializado de Assistência Social, um Centro de Convivência Infância Juvenil, a Central de Programas Municipal e administração; sendo composta por, aproximadamente, 30 servidores público efetivos.

Aplicou-se um questionário composto por onze perguntas fechadas de múltiplas escolhas, baseadas nas teorias motivacionais apresentadas. Selecionaram-se os servidores efetivos, não sendo avaliados os colaboradores de confiança e os contratados, visto que estes trabalham por um período determinado, o que poderia prejudicar a efetividade do resultado da pesquisa.

## 2. GESTÃO DE PESSOAS

O Departamento de Recursos Humanos surgiu no século XIX, com a necessidade de realizar os registros dos trabalhadores e avaliar as faltas e os atrasos. No início do Século XX, com o movimento da

administração científica, marcada por Frederick W. Taylor e Henri Fayol inicia-se a busca pela maximização da eficiência na produção e a divisão das funções do administrador (VISCAINO, 2007).

Após o movimento da administração científica iniciou-se a das relações humanas, nesta, começa a preocupação com o indivíduo e com suas necessidades, comprovando-se que as condições de trabalho e até mesmo as condições psicológicas dos trabalhadores alteram o resultado. (SOUZA, 2012)

Em 1945, surgiram os primeiros estudos sobre a liderança, a democracia no trabalho e a motivação humana. Mais tarde, na década de 1960, a Administração de Recursos Humanos teve seu início, quando essa expressão passou a substituir as utilizadas até então no âmbito das organizações. (GIL, 2009; SOUZA, 2012).

Diversos autores apresentam conceitos para Gestão de Pessoas. Dentre eles destaca-se o atribuído por Ribeiro: “Gestão de Pessoas é uma área ou departamento da organização que se ocupa com um conjunto de atividades relacionadas às pessoas”. (RIBEIRO, 2007)

Já Chiavenato (2010), define gestão de pessoas como a área que constrói talentos por meio de um conjunto integrado de processos – como agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar as pessoas – e cuida do capital humano a fim de proporcionar competências e competitividade à organização.

Em relação à Gestão de Pessoas dentro do Setor Público, Bergue (2007, p. 18 apud ESCULÁPIO, 2013, p. 12) define como “[...] esforço orientado para o suprimento, a manutenção e o desenvolvimento de pessoas nas organizações públicas, em conformidade com os ditames constitucionais e legais, observadas as necessidades e condições do ambiente em que se inserem”. Conhecer e desenvolver uma boa Gestão de Pessoas no Setor Público não é uma tarefa simples. Afinal, neste setor o processo de agregar pessoas é realizado mediante concursos públicos, sendo importante que tal gestão desenvolva mecanismos de capacitação, desenvolvimento e motivação que elevem a competência, comprometimento, participação, envolvimento e autorrealização dos servidores, resultando em melhor qualidade no ambiente de trabalho e no atendimento à população.

### **3.A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO**

Assim, como para a gestão de pessoas, diversos são os conceitos apresentados para motivação, sendo neste estudo apresentado o atribuído por Maximiano (2000 apud MIRANDA, 2009, p.11), que afirma que a palavra motivação é derivada do latim *motivus*, *movere*, que significa mover. Este indica o conjunto de razões ou motivos que explica, induz, incentiva, estimula ou provoca algum tipo de ação ou comportamento humano.

Bergamini (2008, p.108 apud MIRANDA, 2009, p.12), afirma que “a motivação pode e deve ser considerada como uma força propulsora que tem suas fontes frequentemente escondidas dentro de cada um”. Chiavenato (2010) também relata que esta ocorre devido à fatores intrínsecos ao indivíduo, como padrões de comportamento, valores sociais, experiências de vida, entre outros, os quais podem variar com o tempo, produzindo diferentes efeitos na pessoa.

Divergente dos autores supracitados, para Silva (2005, p.141), a motivação ocorre devido a fatores intrínsecos e extrínsecos. A primeira está diretamente vinculada a recompensas psicológicas, como interação social, valorização, responsabilidade e dentre outras e a outra está relacionada a recompensas tangíveis ou materiais, tais como salários, benefícios adicionais, seguros de vida, promoções, contratos de trabalho,

ambiente e condições de trabalho.

Diante dessas afirmativas, percebe-se que a motivação é um fator que varia de acordo com cada indivíduo, pois dependem do que estas pessoas precisam para se sentirem felizes e satisfeitas nas empresas. Assim, a mesma política de gestão de pessoas pode ser vista de formas diferentes como aspecto motivacional pelos os colaboradores, devendo os gestores traçar formas e meios para que a organização ofereça elementos motivacionais.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve à criação do concurso público com o objetivo de que as contratações fossem realizadas de maneira transparente, dando iguais condições de participação aos interessados e sem favorecimento ou perseguições pessoais, combatendo as promessas e favores políticos, bem como o nepotismo. Através destes concursos públicos, as vagas deveriam ser preenchidas por pessoas com boas qualificações e comprometimento para realizar o serviço público. Porém, em alguns casos, a remuneração, os benefícios, a estrutura e outros fatores não são interessantes, ocasionando em alguns problemas de Gestão de Pessoas, sendo um deles a falta de motivação. Diante disso, a área precisa criar estratégias que funcionem de maneira mais efetiva e proporcionem motivação aos seus colaboradores. (CARVALHO et al, 2015).

Quanto ao papel da área de recursos humanos para a motivação do servidor público Carvalho et al, relata o seguinte:

A área de recursos humanos deve criar estratégias que funcionem para reverter esses problemas com a falta de motivação por parte do servidor público, utilizando formas eficientes na alocação das pessoas, realizando uma efetiva identificação da capacitação do colaborador, proporcionando constantes reciclagens e treinamentos dos seus servidores. (CARVALHO et al, 2015, p.7)

Afirma, ainda, que esta área “precisa fazer com que os planos e as estratégias funcionem de maneira mais efetiva, trazendo motivação aos seus colaboradores por meio de remuneração coerente, criação de uma política de formação, capacitação constante, formação de carreira e dentre outras vantagens.” (CARVALHO et al, 2015, p.6)

Diante disso, percebe-se a necessidade da ação do gestor público para promover um ambiente organizacional que propicie a motivação no trabalho, buscando alinhar os objetivos da administração pública e dos servidores, compreendendo as razões que interferem na ação e no comportamento das pessoas. Neste sentido, os modelos teóricos motivacionais podem auxiliar fortemente no entendimento desses fatores.

## **4.TEORIAS MOTIVACIONAIS**

Ao longo do tempo surgiram diversas teorias que tentam explicar os mecanismos de motivação. Porém, para este estudo serão abordadas as seguintes:

- a. Teoria da hierarquia das necessidades de Maslow
- b. Teoria ERC de Alderfer
- c. Teoria dos dois fatores de Herzberg
- d. Teoria das necessidades de McClelland

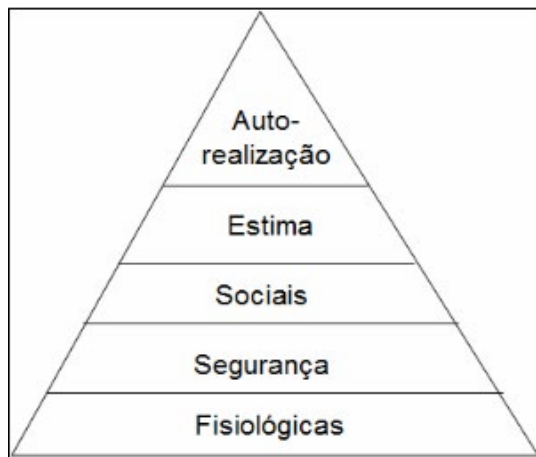
### **4.1. Teoria da hierarquia das necessidades de Maslow**

Bueno (2002) afirma que na teoria de Maslow, desenvolveram-se cinco categorias gerais de necessidades, que ele considerava exaustivas e mutuamente exclusivas: fisiológicas, segurança, sociais, ego (ou estima) e de autorrealização (ou auto-atualização).

Farias relata cada estágio da seguinte forma:

Necessidades fisiológicas, dizem respeito a questões como fome, sede, sono, sexo e outras necessidades do corpo; necessidades de segurança, referentes à segurança e proteção contra danos físicos e emocionais; necessidades sociais, relacionadas a questões de afeição, amizade, aceitação e sentimento de pertencimento ao grupo; necessidades de estima, relativas a fatores internos de estima, como realização e autonomia, e fatores externos, como status e reconhecimento; necessidades de autorrealização, que implicam nos desejos de crescimento, alcance do seu próprio potencial e autodesenvolvimento. (FARIAS, 2015, p.19)

Figura 1: Hierarquia das Necessidades de Maslow



Fonte: Robbins (2005, p. 133, apud FARIAS, 2015, P.20)

Nota-se na figura 1 que as categorias estão dispostas numa hierarquia, sendo a de ordem mais baixa a necessidade fisiológica e mais alta a de autorrealização. Assim, quando um nível é satisfeito, o nível posterior passa a motivar a ação do indivíduo.

#### 4.2. Teoria ERC de Alderfer

A teoria de Alderfer é uma releitura da teoria das necessidades de Maslow, sendo tratada como mais contemporânea. ERC refere-se à existência, relacionamento e crescimento. “O autor sugere que esses três objetivos existam também numa relação sequencial, vindo assim sucessivamente: as necessidades de existência, as necessidades de relacionamento e, finalmente, as necessidades de crescimento”. (BERGAMINI, 1997, p. 75, apud SÁ et al, 2015, p. 16).

Relacionando as duas teorias citadas, nota-se a necessidade de existência corresponde aos dois primeiros níveis da pirâmide de Maslow - as fisiológicas e de segurança-, fundamentais a sobrevivência. A necessidade de relacionamento abrange o terceiro e o quarto níveis da pirâmide de Maslow - necessidades sociais e de ego – que representam às relações interpessoais. Por fim, as necessidades de crescimento referem-se ao desejo de autorrealização, representada pelo topo da pirâmide de Maslow. (SÁ et al, 2015).

#### 4.3. Teoria dos dois fatores de Herzberg

A teoria dos dois fatores de Herzberg relata que existem dois fatores ligados diretamente à motivação: os motivacionais e os higiênicos. Neste sentido, afirma-se o seguinte:

Fatores higiênicos: referem-se às condições que rodeiam o empregado enquanto ele trabalha, englobado as condições físicas e ambientais de trabalho, o salário, os benefícios sociais, as políticas da empresa, o tipo de supervisão recebido, o clima de relações entre a direção e os empregados, os regulamentos internos, as oportunidades existentes etc. Correspondem às perspectivas ambientais. Fatores motivadores: referem-se ao conteúdo do cargo, às tarefas e aos deveres relacionados com o cargo em si. São os fatores motivacionais que produzem em efeito duradouro a satisfação e de aumento de produtividade em níveis de excelência. (CHIAVENATO, 2009, p. 130, apud SÁ et al, 2015, p. 20).

Assim, nessa abordagem, o comportamento humano no trabalho orienta-se por dois grupos de fatores, demonstrados quadro 1:

Quadro 1: Fatores Higiênicos e Motivacionais

Fatores Higiênicos (extrínsecos ao cargo)	Fatores Motivacionais (intrínsecos ao cargo)
Remuneração	Reconhecimento
Supervisão	Crescimento pessoal
Políticas da empresa	Responsabilidade
Condições físicas de trabalho	Realização
Relações interpessoais	Progresso
Segurança no emprego	O trabalho em si

Fonte: Adaptado de Robbins (2005, apud FARIAS, 2015, p. 23).

#### 4.4. Teoria das necessidades de McClelland

A Teoria das necessidades proposta por McClelland enumera três tipos de necessidade: realização, afiliação ou associação e poder.

Segundo Sá (2015), essas necessidades podem ser definidas da seguinte forma:

- a. Necessidade de realização: diz respeito ao desejo de alcançar a excelência e se destacar;
- b. Necessidade de afiliação ou associação: refere-se ao convívio social e contato interpessoal;
- c. Necessidade de poder: trata-se do desejo em controlar e influenciar aos outros.

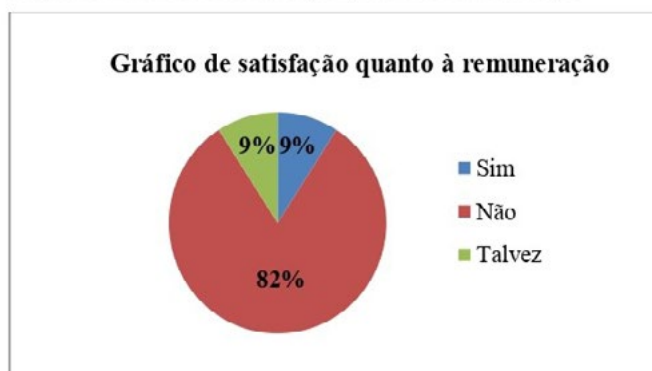
Diferentemente de Maslow e Alderfer, McClelland pressupõe que as necessidades se interagem entre si e se expõem em variados níveis de intensidade nas pessoas, de acordo com seus perfis psicológicos e os processos de socialização vividos (ZACCA, 2010, apud FARIAS, 2015, p. 27).

## 5. RESULTADOS

Na pesquisa os entrevistados foram interrogados acerca das razões que podem interferir no desencadeamento do processo motivacional, conforme as teorias que alicerçam esse artigo, sendo os resultados apresentados a seguir.

Ao serem questionados se julgam que a remuneração é condizente com as atividades desempenhadas, os servidores, em sua maioria (82%) afirmaram que não, 9% apresentaram uma posição de dúvida e este mesmo percentual relataram que sim (figura 2).

Figura 2: Gráfico de satisfação quanto à remuneração



Fonte: Elaborado pela autora. Maio, 2020.

O fator segurança foi questionado relacionando-o com a estabilidade garantida no setor público, sendo avaliado de forma positiva pelos respondentes, onde 68% declararam que consideram que tal estabilidade confere segurança, 27 % não tinham certeza e 5% que não (figura 3).

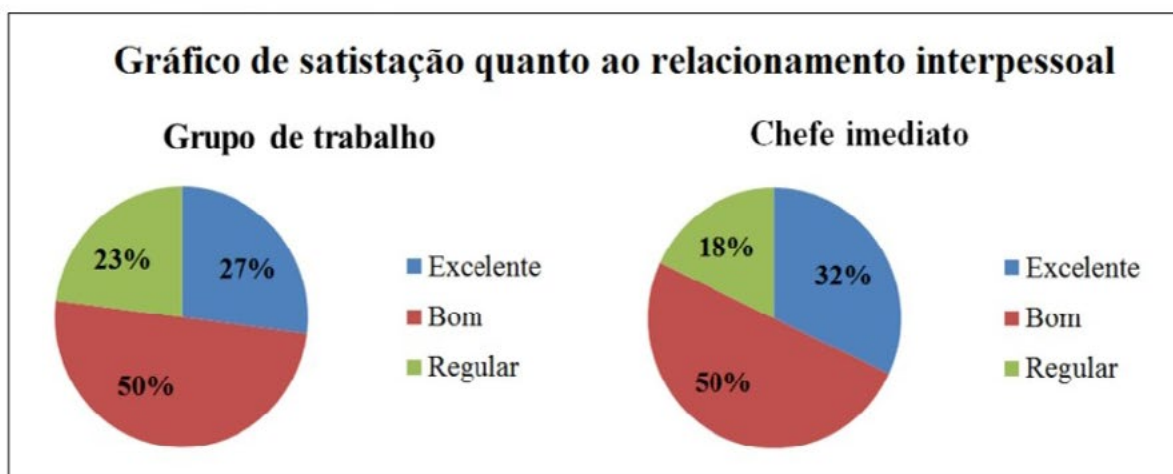
**Figura 3: Gráfico de satisfação quanto à segurança**



Fonte: Elaborado pela autora. Maio, 2020.

Para identificar o relacionamento interpessoal, interrogou-se sobre este elemento em relação ao grupo de trabalho, bem como com o chefe imediato (figura 4). Obtendo-se que 50% dos entrevistados consideram boa a relação com os demais servidores, 27 % excelente e 23% regular. Já em relação ao chefe imediato, 50% consideraram bom, 32% excelente e 18% regular. Nota-se que ninguém considerou o relacionamento ruim.

**Figura 4: Gráfico de satisfação quanto ao relacionamento interpessoal**



Fonte: Elaborado pela autora. Maio, 2020.

Perguntou-se em relação ao reconhecimento e valorização no trabalho. Sendo que 41% demonstraram incerteza quanto a esse fator, 36% insatisfação e 23% satisfação (Figura 5).

**Figura 5: Gráfico de satisfação quanto ao reconhecimento e valorização**



Fonte: Elaborado pela autora. Maio, 2020.

Quanto à oportunidade de o trabalho propiciar o alcance dos objetivos pessoais e profissionais, 41% mostraram-se insatisfeitos, 32% satisfeitos e 27% indecisos, como mostra a figura 6 apresentada a seguir.

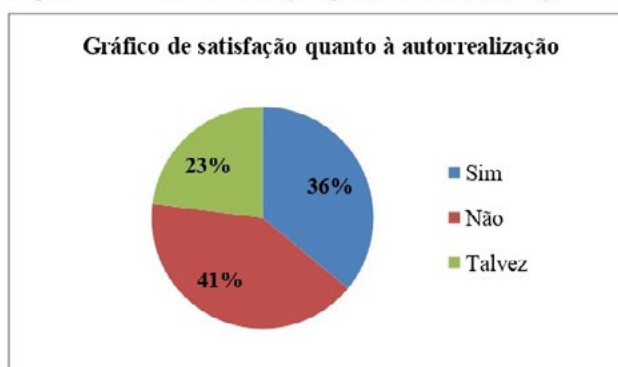
**Figura 6: Gráfico de satisfação quanto ao alcance dos objetivos**



Fonte: Elaborado pela autora. Maio, 2020.

Em relação à autorrealização, 41% dos respondentes consideram que suas atividades profissionais não ocasionam tal sentimento, 36% que sim e 23% apresentaram dúvida (figura7).

**Figura 7: Gráfico de satisfação quanto à autorrealização**

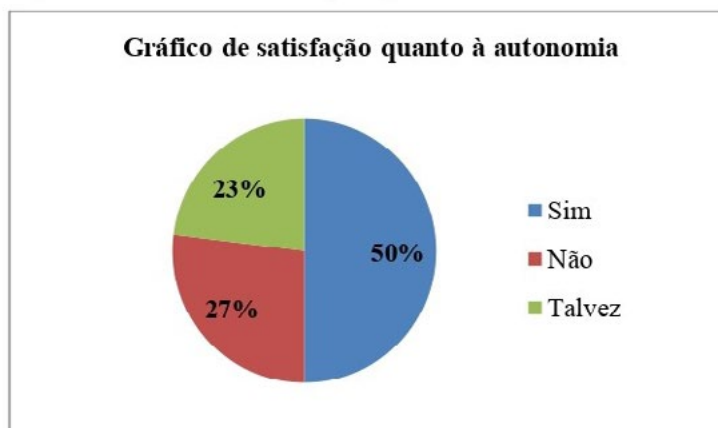


Fonte: Elaborado pela autora. Maio, 2020.



As opiniões sobre a autonomia, ou seja, oportunidade tomar decisões, observadas na figura 8, demonstra o predomínio de 50% que considera satisfatório, 27% insatisfatório e 23% indecisos.

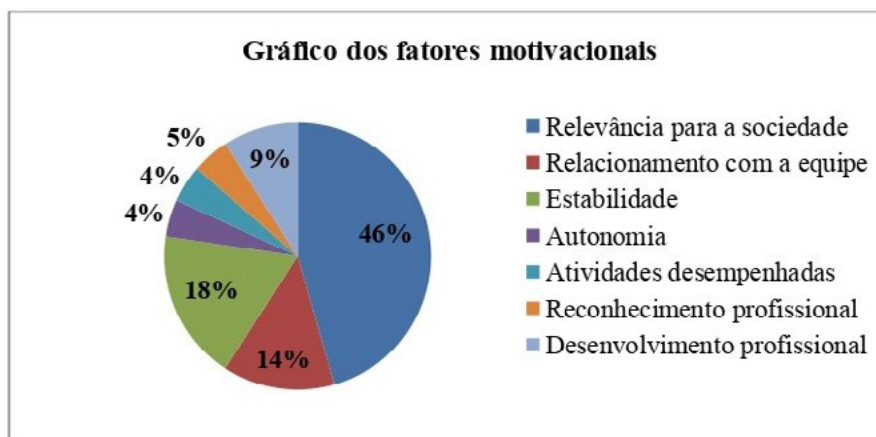
**Figura 8: Gráfico de satisfação quanto à autonomia**



Fonte: Elaborado pela autora. Maio, 2020.

Ademais, os servidores foram questionados sobre os fatores que exercem interferência positiva na motivação para o trabalho. Assim, dentre os listados, que obtiveram maior votação foram: relevância do trabalho para a sociedade (46%); estabilidade (18%); relacionamento com a equipe de trabalho (14%); incentivos para desenvolvimento (9%) profissional; reconhecimento profissional (5%); autonomia (4%); atividades desempenhadas (4%), como mostra a figura 9.

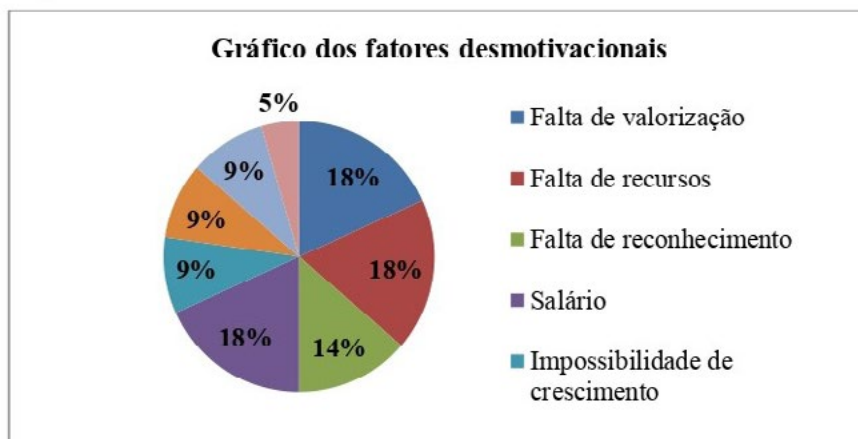
**Figura 9: Gráfico dos fatores motivacionais**



Fonte: Elaborado pela autora. Maio, 2020.

Colocou-se ainda uma pergunta para que os servidores pudessem expor os fatores desmotivacionais, sendo destacados os seguintes: salário (18%); falta de valorização dos funcionários (18%); falta de recursos (18%); falta de reconhecimento (14%); impossibilidade de crescimento profissional (9%); atividades desempenhadas (9%); falta de treinamento (9%); instalações inadequadas (5%), conforme a figura 10.

**Figura 10: Gráfico dos fatores desmotivacionais**



Fonte: Elaborado pela autora. Maio, 2020.

Por fim, quanto à motivação para desempenhar as tarefas do seu trabalho foram percebidos resultados favoráveis, visto que 50% consideram-se motivados, 32% talvez e apenas 18% sentem-se desmotivados (figura 11).

**Figura 11: Gráfico da motivação para o trabalho**



Fonte: Elaborado pela autora. Maio, 2020.

## 6.DISSCUSSÃO

Exploraram-se neste estudo os seguintes fatores higiênicos, conforme a teoria de Herzberg: remuneração, relações interpessoais e segurança.

Ao serem questionados sobre a remuneração, apresentaram-se insatisfeitos. Esse fator não acarreta na motivação, mas podem gerar a falta desta. Esta teoria pode ser confirmada neste estudo, visto que uma parte dos entrevistados aponta o salário como o principal fator desmotivacional.

Com base na pesquisa, é possível inferir que os servidores pesquisados sentem-se seguros com a estabilidade oferecida no serviço público. Apesar de ser uma das principais razões pelas quais muitos prestam concurso público esta não é considerada um fator de motivação, segundo a Teoria dos Dois Fatores, dessa forma, pode, apenas, evitar uma insatisfação.

Diante do resultado apresentado observa-se que as relações interpessoais não representam uma possível causa de insatisfação, uma vez que grande parte afirma ter um bom relacionamento com o grupo de trabalho e com seu chefe imediato. Ressalta-se que, além de representar um fator extrínseco ao cargo na teoria de Herzberg, as relações interpessoais foram identificadas, inicialmente, como uma necessidade

social pela teoria hierárquica de Maslow, como necessidade de relacionamento na teoria de Alderfer e, depois, como necessidades de afiliação, na teoria de McClelland.

Quanto aos fatores motivacionais abordados neste trabalho, destaca-se: Reconhecimento, Realização e liberdade de decidir como executar o trabalho.

Sobre o reconhecimento e a valorização pelo trabalho a maioria manifestou posicionamento dúvida ou se mostraram insatisfeitos. Já quanto à realização profissional, a maioria demonstrou insatisfação, visto que não consideram que trabalho proporciona o alcance dos seus objetivos pessoais e profissionais e não se sentem autorrealizado com seu cargo/função. Esses fatores podem levar a um sentimento de insatisfação com o trabalho, pois estes fatores geram motivação, conforme as teorias apresentadas.

Alinhamento com a teoria de Herzberg - que define a responsabilidade como uma forma de estímulo -, de Maslov - que relaciona com a necessidade de estima - e com a de Alderfer - que elenca este fator com a necessidade de poder -, a autonomia expressa como a liberdade de decidir como executar o trabalho proporciona motivação, sendo demonstrado certo contentamento com o grau de autonomia proporcionado.

Quando questionados sobre os elementos que mais os motivam destaca-se a relevância do trabalho para sociedade, podendo-se inferir que este fator gera sensação de reconhecimento por parte desta, dada a importância do serviço para a população em vulnerabilidade ou risco social.

Já os motivos que causam desmotivação, cabem salientar o salário e a de recursos, que confirma a teoria de Herzberg, a qual afirma que estes fatores podem gerar a falta de motivação, porém ressalta-se que não tem interferência direta sobre a motivação. Além disso, apontou-se neste questionamento a falta de valorização dos funcionários e de reconhecimento, podendo-se depreender que os dois últimos níveis da hierarquia de Maslow não foram alcançados, e a ausência destes interferem diretamente sobre a motivação segundo a Teoria dos Dois Fatores.

Por fim, apesar das diversas razões que causam desmotivação, metade dos entrevistados afirmou estar motivado para realizar as tarefas do seu trabalho.

## 7. CONCLUSÃO

O estudo do comportamento humano pode ser considerado uma tarefa nada simples, pois cada indivíduo é único e reage de variadas formas diante de um mesmo fator ou circunstância. Perante a essa subjetividade, conhecer as necessidades e os motivos que geram ações é importante, especialmente numa organização, visto a importância do capital humano para a eficiência, eficácia e efetividade das empresas.

Considerando a motivação como um aspecto intrínseco a cada um, o presente artigo buscou analisar os fatores que interferem na motivação para o trabalho dos servidores no cenário do serviço público, buscando identificar, especificamente, os fatores de motivação e desmotivação destes, com o amparo de algumas teorias motivacionais.

Sendo assim, à luz da Teoria da Hierarquia das Necessidades observa-se que os entrevistados atingem até o terceiro nível da hierarquia, não obtendo um nível de satisfação desejável quanto ao ego e de autorrealização. Assim, relacionando com a Teoria ERC, nota-se que as necessidades de existência e relacionamento foram alcançadas, permanecendo a necessidade de crescimento.

Em relação à Teoria dos Dois Fatores de Frederick Herzberg, a qual diz que o comportamento humano no trabalho é orientado por fatores higiênicos (extrínsecos ao cargo) e motivacionais (intrínsecos ao cargo), os entrevistados apontaram como elementos que geram desmotivação o salário, falta de

recursos e instalações inadequadas como os fatores higiênicos e a falta de valorização dos funcionários, reconhecimento, impossibilidade de crescimento profissional, atividades desempenhadas e falta de treinamento como motivacionais. Por outro lado, os fatores relevância do trabalho para a sociedade, estabilidade, relacionamento com a equipe de trabalho, incentivos para desenvolvimento profissional, autonomia de trabalho, atividades desempenhadas e Reconhecimento profissional foram apontadas como as principais causas que geram motivação, contrariando parcialmente a teoria referida.

Quanto a Teoria das necessidades, a pesquisa demonstrou que os elementos de afiliação e poder são satisfatórios, porém a falta de valorização, reconhecimento e autorrealização não supre a necessidade de realização.

Por fim, verifica-se que, apesar dos fatores que provocam desmotivação, os entrevistados afirmaram motivados para realizar as tarefas do seu trabalho. Infere-se que isto deve ao fato de que, mesmo reconhecendo a falta de valorização e reconhecimento, os outros elementos motivacionais apontados contribuem para a satisfação no trabalho.

Diante das respostas apresentadas, nota-se que o salário, a valorização e o reconhecimento merecem atenção e ações dos gestores da unidade. Sendo que tais fatores podem interferir na percepção de autorrealização no trabalho, e conseqüentemente, produzir efeito duradouro quanto a satisfação e aumento de produtividade em níveis de excelência.

Os objetivos elencados no início desse estudo foram atingidos, visto que houve uma significativa participação dos servidores públicos efetivos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Habitação de Miguel Pereira/RJ, oportunizando, assim, a viabilização deste estudo, demonstrando neste, a importância da implementação e aperfeiçoamento das ações que visam a manutenção de um ambiente motivador.

## 8. REFERÊNCIAS

BUENO, M. **As teorias de motivação humana e sua contribuição para a empresa humanizada: um tributo a Abraham Maslow**. Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão. Catalão, ano IV, n. 6, 2002. Disponível em <[http://sinop.unemat.br/site\\_antigo/prof/foto\\_p\\_downloads/fot\\_10529as\\_teobias\\_de\\_motivay\\_yo\\_humana\\_e\\_sua\\_contbibiuyyo\\_paba\\_a\\_empbesa\\_humanizada\\_pdf.pdf](http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_10529as_teobias_de_motivay_yo_humana_e_sua_contbibiuyyo_paba_a_empbesa_humanizada_pdf.pdf)>. Acesso em 21 de maio de 2020.

CARVALHO, P. A. S.; TORRES, K. A.; BORBA, E. L.; MARTINS, P. L. **Análise da gestão de pessoas na administração pública: um estudo de caso**. In: XII SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2015, Resende. Rio de Janeiro: Associação Educacional João Bosco, 2015, p. 7. Disponível em:<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/33022365.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2020.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3.ed. rev. Atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ESCULÁPIO, M. **A gestão de recursos humanos no serviço público**. 2013. 34 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

FARIAS, L. T. B. **Fatores motivacionais no serviço público: um estudo de caso em um campus descentralizado de uma universidade pública**. 2015. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Gestão Pública) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

- GIL, A. C. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Profissionais**. São Paulo: Atlas, 2011.
- MIRANDA, C. **O desafio em manter funcionários motivados: os fatores motivacionais para o trabalho**. 2009. 83 f. **Monografia (Especialização em Gestão de Recursos Humanos)** - Escola Superior Aberta Do Brasil, Vila Velha, 2009.
- RIBEIRO, E. I. B. **Gestão de pessoas**. Associação Educacional Leonardo da Vinci (Asselvi). Indaial: Asselvi, 2007.
- SÁ, R. A. C. D; SACHETI, S. B. **Teorias motivacionais versus qualidade de vida no trabalho**. 2015. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Centro Universitário Eurípedes de Marília, Marília, 2015.
- SILVA, R. O. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- SOUZA, A. **Evolução Histórica da Administração de Recursos Humanos**. Administradores.com, 2012. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/evolucao-historica-da-administracao-de-recursos-humanos>>. Acesso em 28 de maio de 2020.
- VISCAINO, C. C. L.; ESTORK, L. A. **Gestão de pessoas: um olhar sobre a evolução histórica do principal ativo das organizações empresariais**. Revista Científica Eletrônica de Administração. Garça, Ano VII– n.13,2007. Disponível em:<[http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/5RcsPl2dJl8KVgB\\_2013-4-30-10-54-58.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/5RcsPl2dJl8KVgB_2013-4-30-10-54-58.pdf)>. Acesso em 28 de maio de 2020.
- WYSE, R. M. **Gestão de Pessoas: dos Primórdios à Atualidade**. Revista de Ciências Gerenciais. Rio Grande,v.19, n.30, p.29-33,2015. Disponível em:<<https://revista.pgsskroton.com/index.php/rcger/article/view/3661/3135>>. Acesso em 20 de maio de 2020.

# A IMPORTÂNCIA DE SEGREGAR OS RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE.

Rafael Constancio<sup>1</sup>; Carlos Eduardo Granadeiro Correa (Orientador)<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Famipe, Miguel Pereira, Gestão Pública, rconstancio25@gmail.com

<sup>2</sup>Famipe, Miguel Pereira, Gestão Pública, dungaeduardo40@gmail.com

**RESUMO.** Os resíduos descartados pela atenção básica (Postos de Saúde, Clínica da Família) são na sua maioria considerados contaminantes, além de oferecer um grande risco à saúde, tem grande impacto negativo no meio ambiente. Quando coletados esses resíduos, uma parcela significativa de material reciclável é perdida por não receber uma atenção correta na hora da segregação. O objetivo deste artigo consiste em apontar caminhos que colaboram para uma destinação mais eficaz desses resíduos, através de medidas simples, obtendo como resultado menores impactos no meio ambiente devido a diminuição das quantidades direcionadas para o descarte final e os reaproveitáveis gerar rendas para os catadores de materiais recicláveis.

Palavras-chave: Resíduos. Impacto. Segregação. Apontar. Destinação.

## THE IMPORTANCE OF SEGREGATING SOLID WASTE RECYCLABLES FROM HEALTHCARE WASTE.

**ABSTRACT.** *The residues discarded by primary care (Health Posts, Family Clinic) are mostly considered contaminants, besides offering a great risk to health, they have a great negative impact on the environment. When these residues are collected, a significant portion of recyclable material is lost due to not receiving correct attention at the time of segregation. The objective of this article is to point out ways that collaborate for a more efficient destination of this waste, through simple measures, resulting in lower impacts on the environment due to the reduction of the quantities directed to the final disposal and the reusable ones to generate income for the collectors of waste recyclable materials.*

*Keywords: Waste. Impact. Segregation. To point. Destination.*

Constancio, Rafael

A importância de segregar os resíduos sólidos recicláveis dos resíduos de serviço de saúde. / Rafael Constancio. - Miguel Pereira: 2020.  
i, 12 f. ; 29,7 cm.

Orientador: Carlos Eduardo Granadeiro Correa .  
Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.  
Inclui e .

1. Resíduos. Impacto. Segregação. Apontar. Destinação.. 2. undefined. 3. undefined. 4. undefined. 5. undefined. I. , Carlos Eduardo Granadeiro Correa. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. INTRODUÇÃO

Os resíduos sólidos em sua maioria representam um risco muito grande para dois grupos: seres humanos e o meio ambiente. Dentre os resíduos os de maior destaque são os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), pois necessitam de um olhar mais específico devido ao grau de contaminação que oferecem. Por ser de grande relevância, essa questão tem tido seu espaço ampliado e despertado a preocupação de pesquisadores da área.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) os define como “todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade”. O descarte desse resíduo não significa que ele não tem mais valor, mas sim que não é mais necessário para quem o descartou. Contudo, existem grandes chances desse resíduo ainda ser útil para outras pessoas, em sua forma original ou transformado. Afinal juntamente com esses resíduos são encontradas embalagens que poderiam ter uma destinação diferente, são elas: as embalagens plásticas ou de papel, que acabam sendo colocadas juntamente com os resíduos infectados na hora da separação. Um importante princípio relacionado à reciclagem e consequentemente à coleta seletiva é o princípio dos 3Rs, que se baseia em: reduzir, reutilizar e reciclar (LIXO.COM.BR, 2005).

Com o objetivo de promover a gestão dos resíduos sólidos, bem como a inclusão social e valorização profissional dos catadores de materiais recicláveis foi promulgada a Lei 12.305, em 2 de agosto de 2010, a qual instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Segundo Rauber (2011) com a sanção da PNRS, o Brasil passa a ter um marco regulatório na área dos resíduos sólidos, promovendo respaldo à luta pela sustentabilidade, prevendo mecanismo para o maior equilíbrio entre o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

No Brasil, 149 mil toneladas de resíduos sólidos são geradas diariamente, das quais cerca de 2.980 toneladas constituem resíduos de serviços de saúde e, destes, no máximo 596 toneladas são resíduos especiais ou resíduos que necessitam de tratamento prévio à disposição final, merecendo desta forma uma atenção redobrada das autoridades competentes e fontes geradoras. (SILVA et al., 2017. p 319-320).

## 2-REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os RSS e, dentre eles, destacados os gerados na USF, expõem seus trabalhadores e meio ambiente a riscos biológicos, físicos e químicos. Essa esfera crescente é decorrente de ações, tanto no âmbito coletivo quanto no individual, visando a proteção, diagnóstico, prevenção, reabilitação, tratamento e manutenção da saúde. “A reciclagem dos RSS é possível, uma vez que entre estes há aqueles do grupo D, classificados como comuns, que incluem os que podem e devem ser reciclados” (SOUZA, 2006, p.6).

Diante dos serviços prestados, entende-se que a segregação e reciclagem dos resíduos comuns nas USFs tornam-se uma excelente alternativa, pois, reduz as quantidades direcionadas ao descarte final. Paschoalin (2014) “além de promover ações de reciclagem, de maneira a valorar os resíduos descartados reduz os volumes enviados para aterros”. Mas, para obter resultados significativos se torna necessário que se evite a mistura dos resíduos no estabelecimento gerador, caso não ocorra, fica inviável a reciclagem dos mesmos.

### 2.1 O QUE É UMA USF

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi proposto como meio de garantir saúde a todos os cidadãos e



ainda toma, de forma ampliada, o conceito de saúde, que passa a ser vista não mais como simples ausência de doença, mas sim de melhores padrões de qualidade de vida. A USF (Unidade de Saúde da Família) é uma estrutura proveniente do modelo SUS, que tem como principal característica o cuidado no atendimento primário, com autonomia de gestão, auxilia no nível de saúde da população inscrita, proporcionando uma melhora na qualidade de vida através dos serviços prestados.

A produção dos RSS na sociedade nos dias de hoje é muito intensa, diante deste fato, precisa ser gerado um olhar atento e sistêmico envolvendo as fontes produtoras e também um despertar de cada indivíduo quanto a sua responsabilidade diante deste fato. Afinal, através da reciclagem podemos reaproveitar vários materiais, utilizando-os como matéria prima na fabricação de novos produtos, essa reutilização é extremamente essencial para manutenção e conservação ambiental.

Com o planejamento, a adequação dos procedimentos de manejo e com o sistema de sinalização é possível reduzir as quantidades de resíduos a serem tratados e ainda promover o reaproveitamento de grande parte deles pela segregação de boa parte dos materiais recicláveis, reduzindo os custos de seu tratamento e disposição final, que normalmente são altos. Os Resíduos de Serviço de Saúde precisam ser tratados para evitar que outras pessoas sejam contaminadas com resíduos biológicos. (FIGUEIREDO 2010)

## **2.2 RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: COMPOSIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E LEGISLAÇÃO.**

Existe uma classificação para todo o lixo, tendo esta várias formas, tendo como base, para tal classificação, a origem deste. Segundo Grippi (2006):

Os resíduos de serviço de saúde constituem os resíduos sépticos os que contêm ou potencialmente podem conter germes patogênicos. São produzidos em serviços de saúde, tais como: hospitais, clínicas, laboratórios, farmácias, clínicas veterinárias, postos de saúde e etc. Este resíduo é constituído de agulhas, seringas, gazes, bandagens, algodões, órgãos e tecidos removidos, meios de culturas, animais usados em teste, sangue coagulado, luvas descartáveis, filmes radiológicos dentre outros.

É necessário que os setores responsáveis, bem como os indivíduos envolvidos no sistema de saúde tenham conhecimento de como funciona a composição e a separação do lixo, para que desta maneira possam realizar a separação, o manuseio e o descarte correto do lixo que produzem. Visando regulamentar tal situação, algumas legislações vem sendo estabelecidas ao longo dos anos para nortear de forma mais específica o descarte deste tipo de resíduos.

O CONAMA publicou a Resolução 358/2005, que classifica os resíduos de serviços de saúde em cinco grupos: A, B, C, D e E.

- Grupo A: os que apresentam risco potencial à saúde pública e ao meio ambiente devido à presença de agentes biológicos, dentre eles, materiais que tenham entrado em contato com secreções e líquidos orgânicos.

- Grupo B: encontram-se os resíduos químicos.

- Grupo C: os rejeitos radioativos

- Grupo D: os resíduos comuns.

- Grupo E: materiais perfurocortantes.

Figura 1 - Modelo de separação.



Fonte: <https://fdocumentos.tips/document/aula-3-radioatividade.html>

### 2.3 GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

O gerenciamento dos RSS faz parte de um conjunto de processos que tem como função diminuir a geração de resíduos e também proporcionar um descarte seguro destes, de forma eficiente, visando a integridade dos trabalhadores sem perder o foco na proteção da saúde, à preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente. Segundo Garcia e Zanetti-Ramos (2004), a adoção de mecanismos prévios de separação e desinfecção permite a reciclagem do papel, dos metais, do alumínio, dos plásticos e do vidro.

Entretanto, a imagem que se tem dos serviços de saúde é que estes apenas geram RSS contaminantes ou de risco biológico. Considerando que parte dos RSS, como, por exemplo, embalagens, materiais de escritório etc., poderá ser reciclada (MANGA et al., 2011, p.112)

### 2.4 SEGREGAÇÃO.

É obrigatória a segregação dos RSS no momento e local de sua geração, de acordo com as características físicas, químicas, biológicas, o seu estado físico e os riscos envolvidos, visando à proteção da saúde, do meio ambiente e da segurança do trabalhador.

Takayanagui (2005) assevera que a segregação deve ser realizada na própria fonte geradora no instante em que os resíduos são produzidos, completando com a identificação. A separação é feita de acordo com as categorias de classificação e tem por objetivo racionalizar os recursos, impedir a contaminação de grande quantidade de resíduos, intensificar as medidas de segurança e facilitar a ação em caso de acidentes ou emergências.

### 2.5 TRANSPORTE.

Os veículos reservados para transporte devem possuir material rígido, lavável, impermeável, possuírem também tampa articulada ao próprio corpo do equipamento, cantos e bordas arredondados, e serem identificados com o símbolo correspondente ao risco do resíduo neles contidos. Devem ser providos de rodas revestidas de material que reduza o ruído. O uso de recipientes desprovidos de rodas deve observar os limites de carga permitidos para o transporte pelos trabalhadores, conforme normas reguladoras do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM.

## **2.6 ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO E DESCARTE FINAL.**

Consiste no abrigo temporário dos recipientes contendo os resíduos já acondicionados, em local próximo aos pontos de geração, visando agilizar a coleta dentro do estabelecimento e otimizar o deslocamento entre os pontos geradores e o sistema de armazenamento final de resíduos. Não poderá ser feito armazenamento temporário com disposição direta dos sacos plásticos sobre o piso, sendo obrigatória a permanência dos sacos plásticos em recipientes de acondicionamento.

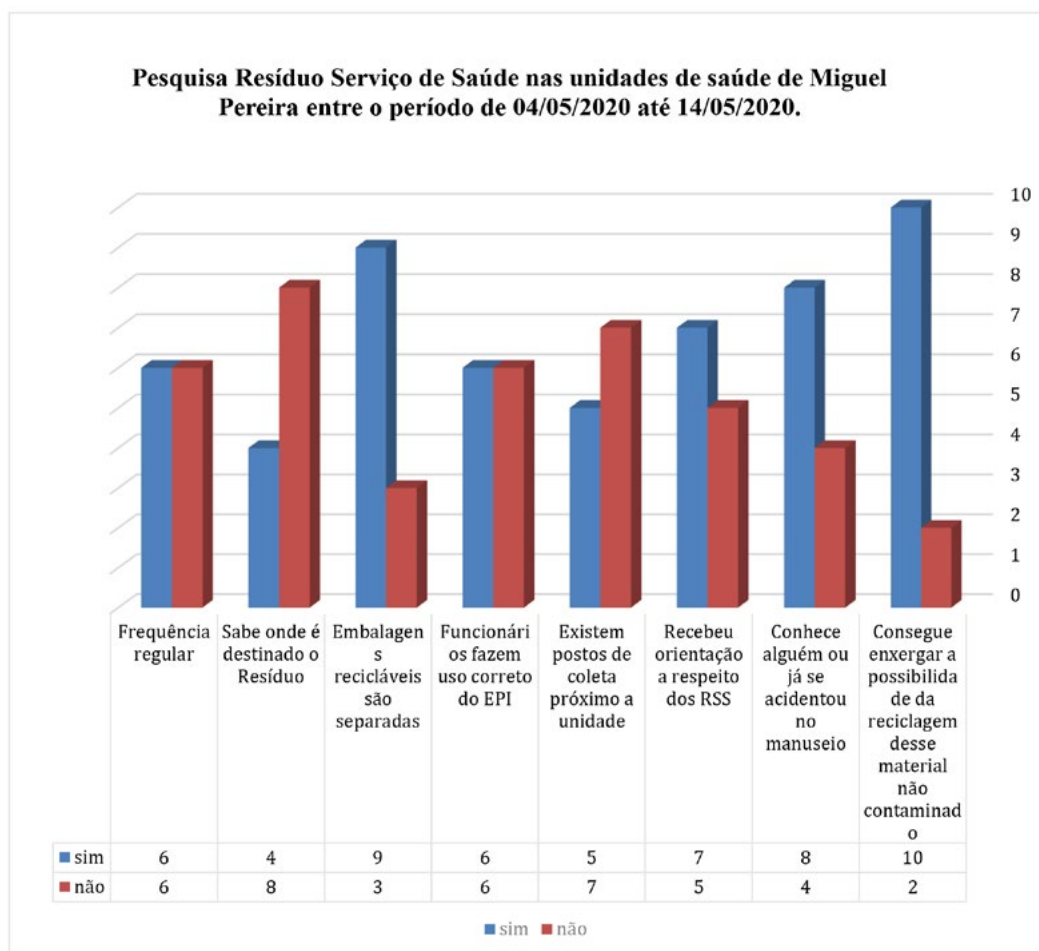
Quando ao descarte final consiste na disposição de RSS no solo, previamente preparado para recebê-los, obedecendo a critérios técnicos de construção e operação adequados, em consonância com as exigências dos órgãos ambientais competentes e a legislação vigente. Assim, há a necessidade de implementar serviços de coleta seletiva, além de promover ações de reciclagem, de maneira a valorar os resíduos descartados e reduzir os volumes enviados para aterros (PASCHOALIN et al., 2014).

## **3-METODOLOGIA.**

A pesquisa é qualitativa e quantitativa, permitindo interpretar os dados à luz da fundamentação teórica selecionada. Trata-se de um Estudo de Caso com referência aos resíduos que podem estar recebendo uma atenção maior da hora do descarte, sendo separados e proporcionando uma forma de serem reaproveitados nas Unidades de Saúde da Família no município de Miguel Pereira, RJ, Brasil.

No presente trabalho foi elaborado um questionário destinado as doze unidades de saúde do Município de Miguel Pereira, onde foi pedido a cada coordenador da unidade responder de acordo com o que era proposto. As perguntas foram referentes aos cuidados, separação, destinação desses resíduos, orientações sobre o assunto e a possibilidade de recuperação do material reciclável. através dos resultados obtidos na pesquisa pode-se avaliar que a grande maioria dos entrevistados não sabem onde este lixo é destinado, quanto aos funcionários responsáveis pela coleta, diante dos itens necessários para realização do transporte, por vezes esses profissionais não estão devidamente equipados, no manuseio dos recipientes muitos profissionais acabam se ferindo, se houver a separação dos materiais nas unidades irão se deparar com a falta de postos de coleta de material reciclável nas proximidades da unidade básica de saúde fazendo com que todo o lixo separado fosse desprezado juntamente com o lixo comum, ainda por cima fazendo com que todo o tempo perdido na separação adequada do material não resultasse em nada.

Abaixo, encontra-se um gráfico referente ao conteúdo da pesquisa que foi realizada entre o período de 04 de maio de 2020 até 14 de maio de 2020, dentre as respostas chegou-se as seguintes informações:



#### 4-DISCUSSÃO

Os RSS obtiveram um grande destaque na década de 90, quando foi aprovada a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) n. 6, de 19 de setembro de 1991, que desobrigou a incineração ou qualquer outro tratamento de queima dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos de saúde e de terminais de transporte, e deu competência aos órgãos estaduais de meio ambiente para estabelecerem normas e procedimentos ao licenciamento ambiental do sistema de coleta, transporte, acondicionamento e disposição final dos resíduos.

A preocupação com os RSS deve impactar tanto os profissionais de campo, como também os indivíduos que estão almejando seguir por este caminho, isto é, os futuros profissionais. Com relação ao exposto, existem estudos que abordam temas ligados a importância do tema Resíduos de Serviços de Saúde nos cursos de graduação da área da saúde na promoção da conscientização dos sujeitos, além de diagnosticarem falhas na formação inicial, principalmente pela instituição não ter uma visão sistêmica sobre o tema.

A partir das informações coletadas pode-se destacar que com planejamento, o correto manejo desses materiais, os cuidados na separação, é possível reaproveitar uma boa parte do material (papel, plástico) que são as embalagens, caixas de medicamento, itens de arquivo, fazendo com que seja possível diminuir os danos no meio ambiente, proporcionando também a reinserção no mercado desses materiais.

#### 5-CONCLUSÃO.

Este Trabalho abordou a relevância dos conflitos socioambientais, envolvendo questões importantes dos RSS, sendo uma problemática que afeta diretamente a Saúde Pública, tornando-se ainda necessário a constante discussão sobre este tema entre os gestores, os profissionais e as instituições de Saúde.

Com a realização desta pesquisa, pôde-se conhecer como a relação saúde e meio ambiente se faz presente no cotidiano dos trabalhadores das Unidades de Saúde. Outro ponto importante é a separação dos resíduos na hora do descarte, visto que, uma parcela significativa pode ser reaproveitada, servindo de matéria prima para geração de novos itens e sem causar dano algum a saúde e ao meio ambiente. Outro fator de extrema importância é com relação as oportunidades de geração de emprego e renda para catadores e cooperativas que de uma maneira correta e sem riscos de acidentes podem estar atuando nessa área. Surgem a partir daí algumas perspectivas entre saúde e direito que dizem respeito à atuação dos profissionais no manuseio e segregação desses resíduos. Os RSS produzidos nas unidades precisam despertar mais a atenção dos gestores no que diz respeito a reutilização correta, onde pouco se sabe como é feito o manuseio desses materiais, levando prejuízos relacionados a contaminação e ocorrências envolvendo profissionais que se acidentaram, mostrando a importância de palestras informativas relacionados aos manuseios quer envolvendo os profissionais, ou também, indivíduos que necessitam manipular os RSS diariamente, em busca de um melhor cuidado com a saúde e do meio ambiente, proporcionando assim novas oportunidades referentes ao descarte destes resíduos.

## 6-REFERÊNCIAS.

- DIAS, G. L.. **Representações sociais sobre saúde e meio ambiente para equipes de estratégia saúde da família.** Scielo, 2020. Disponível em:<<https://scielosp.org/article/sausoc/2018.v27n1/163-174/#>> Acesso em: 20 de março de 2020.
- FIGUEIREDO, J. J. (2010). **Resíduos de Serviços de Saúde. Monografia de especialização Latu Sensu, Conjunto Universitário Candido Mendes,** Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- GARCIA, L. P. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde: uma questão de biossegurança. Scielo, 2020. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csp/2004.v20n3/744-752/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.
- GARCIA, L. P., & ZANETTI-RAMOS, B. G. (2004). **Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde: uma questão de biossegurança. Cadernos de Saúde Pública,** 20(3), 744-752. Hochman, B., Nahas, F. X., Oliveira, R. S., Filho,
- GRIPPI, S. **Lixo, reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileiras. 2 ed. Rio de Janeiro: Interciência,** 2006.
- JR, J. T. (s.d.). **A saúde como direito humano fundamental. Brasil Escola,** 2020. Disponível em: <[https://monografias.brasilecola.uol.com.br/medicina/a-saude-como-direito-humano-fundamental.htm#indice\\_13](https://monografias.brasilecola.uol.com.br/medicina/a-saude-como-direito-humano-fundamental.htm#indice_13)> Acesso em: 23 de março de 2020.
- LEAL, O. L. **Estudo do gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde na atenção básica em campina grande – PB .** Paraíba, Campina Grande, Brasil.
- MAIA , H. J., CAVALCANTE, L. P., SOUZA, M. A., & SILVA, M. M. **A aplicação da lei 12.305/10 como instrumento de inclusão social e reconhecimento** pro. Ibeas, 2020. Disponível em: <<https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/V-017.pdf>> Acesso em: 15 de abril de 2020.

- MAIA, E. M., RAMOS, G. N., ARAÚJO, J. L., RODRIGUES, K. M., & ALMEIDA, T. B. (2016). **Resíduos de serviços de saúde (rss) gerados em domicílio: um problema silencioso.** temas em saúde, P. 10-14.
- MANGA, V.E., FORTON, O.T., MOFOR, L.A., & WOODARD, R. (2011). **Health care waste management in Cameroon: A case study from the Southwestern Region.** Resources, Conservation and Recycling, 57, 108-116.
- PASCHOALIN, J. A. Filho, SILVEIRA, F. F., LUZ, E. G., & Oliveira, R. B. (2014). **Comparação entre as massas de Resíduos Sólidos Urbanos coletados na cidade de São Paulo por meio de coleta seletiva e domiciliar.** Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS, 3(3), 19-33.
- PEIXOTO, K., D’AGOSTO, D.S.C. , M. D., & CAMPOS D. SC., V. B. (S.D.). **A COLETA SELETIVA E A REDUÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS** . Aquarius, 2020. Disponível em: <[http://aquarius.ime.eb.br/~webde2/prof/vania/pubs/\(7\)coletaresiduossolidos.pdf](http://aquarius.ime.eb.br/~webde2/prof/vania/pubs/(7)coletaresiduossolidos.pdf)> Acesso em: 15 de março de 2020.
- RODRIGUES, D. R., FRASSATTI, J. C., NETO, J. G., REZENDE, J. F., & SOUZA, R. C. (2015). **Gestão de resíduos de serviços de saúde: estudo de caso em um hospital do rio grande do norte. Perspectivas Globais para a Engenharia de Produção**, P. 1-13.
- SOUZA, E. L. (2006). **Contaminação ambiental pelos Resíduos de Serviços de Saúde.** Unifafibe, 2020. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/10/19042010093412.pdf>> Acesso em: 13 de março de 2020.
- TIPPLE, A. F., SILVA SOUZA, A. C., RODRIGUES, É. G., REZENDE, F. R., & REZENDE, K. C. (2012). **Manejo de resíduos gerados na assistência domiciliar pela estratégia de saúde da família.** Revista Brasileira de Enfermagem Reben, P. 5-8.

# A MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Renata Mendonça Sabag <sup>(1)</sup>, Paulo Cesar Pereira <sup>(2)</sup>

(1) Graduanda da Faculdade de Miguel Pereira,

(2) Docente da Faculdade de Miguel Pereira - Orientador

**RESUMO.** Este trabalho trata-se de uma percepção da maioria das pessoas do atendimento no serviço público, através disso podemos observar a importância do clima organizacional nas instituições, é um assunto de suma relevância, mais ainda pouco valorizado e pouco posto em prática. Esse estudo nos traz um material muito rico de autores ,que também se atentaram para este assunto, pois os colaboradores são fundamentais para o avanço de uma administração mais humana e eficiente. Tendo em vista que os colaboradores são os principais participantes de qualquer melhoria que desejamos fazer em um ambiente de trabalho , então precisamos cuidar desses colaboradores e de seus conflitos. Olhando para o lado emocional de cada colaborador com um olhar exclusivo e minucioso , vamos conseguir ajudar a cada um em sua necessidade específica e com isso melhorar o clima organizacional da empresa ou órgão público e isso automaticamente vai refletir no atendimento. Todos são movidos as nossas emoções, se elas forem bem gerenciadas e saudáveis, vamos ser melhores em todos os aspectos da nossa vida.

Palavras Chave: Clima Organizacional, Gestão de Pessoas, Administração Pública

## IMPROVING THE ORGANIZATIONAL CLIMATE IN PUBLIC ADMINISTRATION - A REVIEW

**ABSTRACT.** *This work deals with the perception of the majority of people who work in the public service, so you can see the importance of the organizational climate in institutions, it is a matter of paramount importance, even less valued and little used in practices. This study brings a very rich material from authors, which is also available for this subject, as collaborators are fundamental for the advancement of a more humane and efficient administration. Bearing in mind that employees are the main participants in any improvement you want to make in a work environment, then you must take care of these employees and their conflicts. Looking at the emotional side of each employee with an exclusive and thorough look, we will help to help you use your need and thereby improve the organizational climate of the company or public agency and this will reflect on the service. Everyone is moved like these emotions , if they are well managed and healthy, we will be the best in all aspects of our lives.*

*Keyword: Organizational Climate, People Management, Public Administration*

Sabag, Renata Mendonça  
A MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL NA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- UMA REVISÃO / Renata Mendonça  
Sabag. - Miguel Pereira: 2020.  
i, 10 f. ; 29,7 cm.

Orientador: Paulo Cesar Pereira.  
Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública - Faculdade de Miguel  
Pereira, 2020.  
Inclui Bibliografias.

1. Clima Organizacional. 2. Gestão de Pessoas. 3. Administração Pública.  
I. Pereira, Paulo Cesar. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.



## 1. INTRODUÇÃO

O clima organizacional é considerado a alma da organização, é o conjunto dos sentimentos e emoções e vivências que as pessoas que trabalham na organização trazem para o ambiente e para o dia a dia. Claramente a obtenção de um clima organizacional traz produtividade, agradabilidade ao trabalho e conseqüentemente estar no trabalho é muito mais do que somente ganhar dinheiro e prover a sua subsistência. Por algum tempo a identificação da melhoria do clima organizacional vem sendo buscada pelas organizações mais com o foco na produtividade e na competitividade do que na própria vivência das pessoas envolvidas. O presente trabalho propõe discutir a adoção de ferramentas que melhorem o clima organizacional na administração pública. A administração pública ainda muito mediada por modelo burocrático, não tem ainda um foco muito no modelo que desenvolva o clima organizacional. Quando se pretende avançar para uma reforma administrativa transformando do modelo burocrático para o modelo gerencial naturalmente se pensa que as pessoas envolvidas no trabalho devem ser tratadas de maneira a se sentir parte da organização. Esse trabalho é baseado em bibliografia consultada em livros artigos pela internet e em bibliotecas públicas e pretende discutir as dificuldades e as necessidades de implementar modelos de mudança de clima organizacional nas organizações públicas.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Bueno(2003) define cultura organizacional como sendo um conjunto de mecanismos reguladores e adaptativos a pessoas ou grupos, a determinados ambientes, em determinados tempos. Portanto, as pessoas regem seus comportamentos segundo os ditames da cultura do ambiente.

Sendo assim, entender sua intenção é que nos leva, não aos efeitos, mas as causas determinantes da qualidade de vida da organização ou da ausência dela.

Tem aumentado, nos últimos tempos, o interesse pelo assunto em virtude da crescente tomada de consciência da sua relação com o desempenho e resultados das organizações. (RESENDE E BENAITER, 1997 P.50).

Lacombe(2005,p.236) considera que o clima organizacional reflete o grau de satisfação do pessoal com o ambiente e a qualidade do ambiente de trabalho percebida pelas pessoas da empresa. Está vinculado à motivação, à lealdade e a identificação com a empresa, à colaboração entre as pessoas ao interesse no trabalho, à facilidade das comunicações internas, aos relacionamentos entre as pessoas, aos sentimentos e emoções da equipe entre outras variáveis e é fortemente influenciada pela cultura da empresa.

Para Neri (2003), quando se fala de clima organizacional faz-se referência à atmosfera coletiva do ambiente de trabalho, incluindo: atitudes, percepções, dinâmicas que afetam a maneira de como as pessoas se comportam diariamente. Sabemos que ele é único em cada organização e todos estão envolvidos e são responsáveis em criar o clima de sua organização.

Para Oliveira(1995), o clima é o potencial que uma organização tem em termos de comportamento afetivo uma vez que a presença de um potencial afetivo a ser administrado, de lideranças e práticas organizacionais otimizadoras são componentes necessários para a realização dos objetivos da organização. Para ele, a capacidade técnica é essencial para o sucesso da organização, mas depende do clima organizacional se esta capacidade será ou não canalizada para as atividades produtivas de modo que a premissa é que o clima pode contribuir para o uso eficaz do potencial da organização ou então limitar esse uso, sendo um

indicador do sucesso potencial da organização.

A gestão do clima, Matos (1993), afirma que existem certos elementos que podem interferir no ambiente interno da organização, e que podem tanto motivar, quanto estimular e/ ou satisfazer (ou não) os funcionários. Esses elementos na gestão do clima envolvem os processos de liderança, as forças motivacionais, as comunicações e os relacionamentos interpessoais existentes, e as tomadas de decisão, de controles, políticas e programas de recursos humanos (MATOS, 2003).

A gestão do clima organizacional constitui-se em importante ferramenta para o monitoramento do comportamento humano nas organizações, uma vez que, permite avaliar os processos de comunicação, trabalho em equipe, liderança, tomada de decisões, comprometimento, além das condições físicas do ambiente de trabalho, variáveis que influenciam as atitudes, a conduta, a satisfação, a produtividade e a motivação das pessoas.

Na opinião de Chiavenato (1994, p.53), “o clima organizacional é favorável quando proporciona satisfação das necessidades pessoais dos participantes, produzindo elevação do moral interno. É desfavorável quando proporciona frustração daquelas necessidades.”

O clima organizacional influencia de forma direta e indiretamente os comportamentos das pessoas dentro da organização seja ela de natureza pública ou privada (PEREIRA,NASCIMENTO et al, 2014)

Para Bueno(2003), o clima organizacional é uma variável que influi diretamente na produtividade, pois o grau de salubridade de uma organização depende de sua atmosfera psicológica.

Litwin e Stringer (1968 apud RIZZATTI, 1995), por exemplo, conceituam o clima como conjunto de propriedades psicológicas mensuráveis do ambiente de trabalho, que são percebidas diretas ou indiretamente pelas pessoas que vivem e que trabalham neste ambiente.

“O clima representa o ambiente psicológico e social que existe na organização e que condiciona o comportamento de seus membros.” (CHIAVENATO, 2004, p. 99)

Chiavenato (2012) diz que clima organizacional constitui o meio interno de uma organização, a atmosfera psicológica, pois o clima não pode ser tocado ou visualizado, apenas percebido pelas pessoas que nela trabalham.

Com o processo seletivo no setor público se dá por intermédio de curso, o quadro funcional é totalmente miscigenado, o que torna o ambiente interno ainda mais diversificado no que se refere ao perfil dos servidores, sendo um verdadeiro universo de diferentes interesses e maneiras de encarar os fatos, de modo que não se encontrará nenhuma empresa com conceitos e valores uniformizados. Não é correto acreditar que todos dentro da organização frente às suas políticas normas e costumes interpretem e reajam da mesma maneira, tenham os mesmos valores e a mesma intensidade de aceitação ou rejeição sobre os mesmos aspectos ou acontecimentos da vida profissional e pessoal.

Para Pereira (2009), cultura organizacional pode ser entendida como o sistema de significados compartilhados pelos membros de uma organização, que lhes dá algum tipo de identidade coletiva; a cultura das organizações públicas é marcada pelo modo como se instituíram entre Estado e sociedade, bem como as relações do sujeito com a coisa pública.

Segundo Corrêa (1993), o papel social da organização pública é a prestação de serviços com qualidade, responsabilidade pelo atendimento ao público e a economia de seus recursos em sintonia com seus princípios fundamentais como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A importância em se estudar o clima organizacional em organizações públicas faz parte da identificação da situação atual da administração e sua conseqüente concomitante percepção pelos

colaboradores, podendo ser importante instrumento na tomada de decisão dos gestores, para mensurar a qualidade de vida no trabalho (MARTINS, 2008)

### **3. METODOLOGIA**

O trabalho foi realizado através de pesquisa exploratória e bibliográfica descritiva. As pesquisas exploratórias, segundo Gil (1995), são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

De acordo com Vergara (2004) uma investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

O estudo consistiu no levantamento do conhecimento bibliográfico disponível em produções atuais sobre o tema Clima organizacional nas organizações. O tema é especificamente tratado em suas relações com a prática dos trabalhos nas organizações públicas.

De acordo com os autores pesquisados e por experiência vivida no setor público, conseguimos observar e escrever este trabalho. Acredito na grande necessidade de um gerenciamento no clima organizacional nos setores públicos, manter um nível de satisfação dos colaboradores.

### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Conforme vimos pelas opiniões dos autores existem diversos aspectos de fator organizacional, produtividade, psicológico, e etc.

Entretanto a meu ver a questão emocional, o desenvolvimento emocional, é a espinha dorsal de todo o clima organizacional. Se as pessoas não tiverem mobilizado ou bem resolvidas suas questões emocionais que também deve ser de interesse das organizações é muito difícil mudar o clima organizacional.

As pessoas são de suma importância para as instituições, sem elas as empresas não andam, contudo porque não damos a devida atenção, estamos em um tempo muito corrido onde o que importa é o resultado final, precisamos entender que se conseguirmos ter um olhar voltado para as pessoas vai com certeza ter um resultado melhor nas empresas.

Em algumas situações, as pessoas podem estar emocionalmente confusas por suas relações pessoais e por seus sentimentos. Neste aspecto, o comprometimento com a qualidade de seus serviços poderá ser afetado.

De outra forma, pode-se observar que as pessoas emocionalmente equilibradas elevam seu grau de profissionalismo e eficiência no trabalho, podendo estar sempre melhorando a qualidade das relações entre os membros de uma organização e isso automaticamente reflete no atendimento ao público.

No setor público observamos que as pessoas em geral já têm um pré-conceito sobre o atendimento ao público, embora um pouco de verdade, essa realidade ainda sonda os setores públicos. Observamos vários motivos pelos quais isso acaba acontecendo em sua maioria: o fato de serem efetivo, deficiência na reciclagem dos funcionários, um olhar mais apurado para o clima organizacional e outros.

Acredito que se olharmos para os colaboradores com um olhar mais humanizado e der uma importância para sua vida secular e sua saúde emocional vai conseguir obter ótimos resultados e mudar essa realidade hoje vivida em muitas instituições públicas.

A saúde emocional traz um grande papel na vida da pessoa, pois só conseguimos estar satisfeitos quando estamos bem emocionalmente, dessa forma lidamos melhor com as outras pessoas e o ambiente ao nosso redor.

## 5. CONCLUSÃO

Conforme vimos pelas opiniões dos autores existem diversos aspectos de fator organizacional, produtividade, psicológico, e etc.

Entretanto a meu ver a questão emocional, o desenvolvimento emocional, é a espinha dorsal de todo o clima organizacional. Se as pessoas não tiverem mobilizado ou bem resolvidas suas questões emocionais que também deve ser de interesse das organizações é muito difícil mudar o clima organizacional. Com adoção de melhorias no clima organizacional focado na pessoa pode contribuir muito para a Administração pública.

As pessoas são de suma importância para as instituições, sem elas as empresas não andam, contudo porque não damos a devida atenção, estamos em um tempo muito corrido onde o que importa é o resultado final, precisamos entender que se conseguirmos ter um olhar voltado para as pessoas vai com certeza ter um resultado melhor nas empresas.

Em algumas situações, as pessoas podem estar emocionalmente confusas por suas relações pessoais e por seus sentimentos. Neste aspecto, o comprometimento com a qualidade de seus serviços poderá ser afetado.

De outra forma, pode-se observar que as pessoas emocionalmente equilibradas elevam seu grau de profissionalismo e eficiência no trabalho, podendo estar sempre melhorando a qualidade das relações entre os membros de uma organização e isso automaticamente reflete no atendimento ao público.

## 6. BIBLIOGRAFIA

Antunes, R. F. L.; Mouro, S. M. **O estudo do clima organizacional e os efeitos da ressocialização no ambiente de trabalho.** 2008. 162 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração/ Habilitação em Administração Geral)- FIB. Bauru, 2008.

Chiavenato I. **Introdução a Teoria da Administração** 7º Ed- Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Farias, Ana Paula da Silva- **O clima organizacional da Prefeitura de Triunfo/ PE: um estudo com base na percepção de seus empregados.** Revista FOCO. Periódico dos Programas de Graduação e Pós- Graduação em Administração e Recursos Humanos.

Fernandes, L.D.R. **A motivação e sua influência no comportamento do servidor e os reflexos no ambiente de trabalho.** Curso de Graduação em Administração- Faculdade Cenecista de Capivari- FACECAP.

Ferreira, Geovani Batista- **A importância da qualidade de vida no trabalho e da motivação dos colaboradores de uma organização-** Psicologia e Saúde em Debate, Dez, 2012.

Luz, R. **Gestão do clima organizacional.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2012. Marques, P. S. **Aspectos Motivacionais e de engajamento: um estudo de caso de uma empresa de pequeno porte da construção civil-** Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Moreira, Jussara. **A importância dos fatores motivacionais na produtividade dos colaboradores de organizações esportivas da cidade de Curitiba- Paraná.**

Neves, José Gonçalves das. **Clima Organizacional, Cultura Organizacional.** RH Editora, 2000.

Oliveira, V.S.D. **Especialização em Gestão Pública Programa Nacional de Formação em Administração Pública empresa pública- como manter as pessoas no trabalho.** Maringá 2011.

Pereira, B.S. (G- Universidade Estadual de Maringá- UEM)- **Conflitos Organizacionais: como os padrões comportamentais influenciam no desenvolvimento das organizações.**

Segalla, Felipe Munõz- **Pesquisa de Clima Organizacional em uma empresa fornecedora de merenda escolar** (SEGeT).

Souza, A.B.D. **Clima Organizacional: Fatores que influenciam na empresa XYZ**, Universidade Federal do Piauí- UFPI- Curso de Bacharelado em Administração.

Vedovello, J. G.- **A influência da liderança no clima organizacional das micro e pequenas empresas da região metropolitana de Campinas**- Faculdade Campo Limpo Paulista- FACCAMP- Programa de Mestrado em Administração- Campo Limpo Paulista – SP (2012).

Warmling, A. C.D.; **A importância do clima organizacional para melhoria da produção e da qualidade dos produtos em uma indústria no ramo de confecções**. Universidade do extremo Sul Catarinense- UNESC- Curso de graduação em ciências contábeis. Criciúma, Julho de 2010.

# GESTÃO DE FROTA DE TRANSPORTE ESCOLAR EM MIGUEL PEREIRA/RJ

**Robson Campos da Costa<sup>1</sup>, Marcelo Augusto de Souza Pena<sup>2</sup>**

Aluno, Famipe - Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão Pública,  
robsoncampos80@gmail.com

Professor, Famipe - Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão Pública

**RESUMO.** O objetivo deste artigo é demonstrar o funcionamento da Gestão de Frota de Transporte Escolar na rede pública municipal de ensino, especificamente no município de Miguel Pereira/RJ, bem como a sua dinâmica. Para tanto, o estudo valeu-se de pesquisa bibliográfica qualitativa com base em dados quantitativos. É indiscutível a importância social e de integração do Transporte Escolar, que consiste em um dos principais meios, senão o único, para atender às necessidades de deslocamento dos alunos residentes em áreas rurais para chegarem às escolas. Desta forma, através dessa pesquisa verificamos que o município de Miguel Pereira tem uma boa política de oferta e gestão do transporte escolar para garantir a efetivação do direito ao acesso à educação.

Palavras-chaves: Gestão de Frota. Miguel Pereira. Transporte Escolar.

## SCHOOL TRANSPORT FLEET MANAGEMENT IN MIGUEL PEREIRA / RJ

**ABSTRACT.** *The objective of this article is to demonstrate the functioning of the School Transport Fleet Management in the municipal public school system, specifically in the municipality of Miguel Pereira / RJ, as well as its dynamics between. Therefore, for this study will be used the research, bibliographic, qualitative based on quantitative data. The social and integration importance of School Transport is undeniable, which is one of the main means, if not the only one, to meet the displacement needs of students residing in rural areas to reach schools. Thus, through his research we found that the municipality of Miguel Pereira has a good policy of offering school transport to guarantee the realization of the right to access to education.*

*Keywords: Fleet Management. Miguel Pereira. School bus.*

costa, Robson Campos da

Gestão de frota e transporte Escolar em Miguel Pereira - RJ / Robson Campos da costa. - Miguel Pereira: 2020 - 01.

i, 23 f. ; 29,7 cm.

Orientador: Marcelo Pena.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo em Tecnologia em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020 - 01.

Inclui Bibliografias.

1. Gestão de Frota. Miguel Pereira. Transporte Escolar.. 2. undefined. 3. undefined. 4. undefined. 5. undefined. I. Pena, Marcelo. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada por profundas diferenças sociais que impossibilitam o exercício de muitos direitos fundamentais do cidadão. Neste contexto, é primordial o desenvolvimento de políticas públicas e ações, no campo educacional, para garantir condições de acesso e de permanência no ambiente escolar (FEIJÓ, 2006)

O acesso dos alunos à Educação constitui-se um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 206, inciso I, complementado pelo artigo 208, inciso VII, garante, entre outros benefícios, o transporte escolar para os estudantes. O Governo Federal, vêm criando políticas públicas, programas e ações direcionadas à educação de qualidade e à democratização do acesso aos sistemas educacionais, abrangendo ações que possibilitem a permanência do aluno na escola. Dentre esses, estão o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Caminhos da Escola, que são políticas públicas de transporte escolar. (BRASIL, 2008)

Quando se trata de transporte escolar, a situação é agravada na zona rural, onde a falta de investimentos ou melhorias em serviços básicos, faz com que o morador do campo percorra grandes distâncias para ter acesso à escola mais próxima, fator esse, que contribui para o êxodo escolar no interior. De acordo com Egami et. al. (2006), muitas vezes, o transporte escolar gratuito fornecido pelo poder público representa a única alternativa que o aluno carente dispõe de chegar à escola. Nestas circunstâncias, o transporte escolar torna-se fundamental no acesso à unidade de ensino.

Nesta perspectiva, o objeto do trabalho nesta pesquisa é demonstrar como está sendo realizado a gestão de frota do transporte escolar no município de Miguel Pereira/RJ, sob a ótica dos atores envolvidos nesta política pública, o que torna indispensável conhecer o perfil dos usuários e a dinâmica da gestão de frota, suas necessidades e assim identificar oportunidades de melhoria.

Diante do exposto acima surge o seguinte questionamento: Como se dá o funcionamento da gestão de Frotas do Transporte Escolar do Município de Miguel Pereira?

O objetivo deste artigo é demonstrar o funcionamento da Gestão de Frota de Transporte Escolar na rede pública municipal de ensino, especificamente no município de Miguel Pereira/RJ, bem como a sua dinâmica. Os objetivos específicos são: realizar um levantamento bibliográfico a respeito da Gestão do Transporte Escolar e compreender e observar o funcionamento da gestão do transporte escolar no município de Miguel Pereira.

Este trabalho justifica-se uma vez que o transporte escolar é um serviço de utilidade pública e direito público do cidadão, ficando evidente que o Poder Público deve oferecê-lo gratuitamente para crianças e adolescentes que não residam próximo a uma escola. Desta forma, é notório a relevância social, econômica e, especialmente, educacional que essa política pública tem para os estudantes que dela necessitam. Nesse contexto, é necessário perceber a gestão do transporte escolar como instrumento indispensável à universalização e qualidade da educação básica, e caracterizá-lo como um dever do Estado; à medida que configura uma garantia de acesso e permanência do estudante no ambiente escolar. (FEIJÓ, 2006)

Para tanto, o presente trabalho inicia-se com uma introdução ao tema, em que se discorre sobre a importância do transporte escolar e sobre a obrigação estatal em fornecer o serviço. Trata do referencial teórico e apresenta os conceitos pertinentes ao transporte escolar e suas características; apresenta os programas governamentais de apoio ao transporte escolar, legislação pertinente e traz um estudo sobre o transporte escolar no município de Miguel Pereira.



## **2.DESENVOLVIMENTO**

### **2.1TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL**

O transporte escolar é um direito dos alunos que estudam longe de suas casas, de responsabilidade dos Estados e Municípios, realizado por veículos próprios ou alugados, ou ainda por meio de passes escolares fornecidos aos alunos (INEP, 2005). Consiste em uma política assegurada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 4, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 54, com o objetivo de promover o acesso do alunado às escolas, condição básica para a garantia do direito à educação. (BRASIL, 1988)

O Transporte Escolar é um serviço que contribui para reduzir a evasão escolar, pois seu principal objetivo é o de garantir que todos os estudantes tenham a possibilidade de acesso à escola. Este serviço pode ser urbano ou rural e público ou privado, sendo este último praticado somente no meio urbano, visto que nas áreas rurais este serviço não é viável devido aos altos custos operacionais proporcionados pela carência de população e das más condições das estradas (SILVA, 2009).

Evidenciam Egami et. Al. (2006) que a execução do serviço de transporte escolar pode ser realizada de forma direta (com veículos e motoristas do serviço público) ou mediante a contratação de particulares ou de empresas prestadoras do serviço (sistema terceirizado).

A Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para garantir aos alunos o transporte escolar gratuito, incumbiu aos Estados e Municípios a responsabilidade do transporte escolar aos alunos de sua rede de ensino, sendo permitida e facultada a parceria e cooperação entre estes.

Vale referir que o inciso VI, introduzido no art. 11 da LDB, pela Lei Federal nº 10.709/2003, deixa clara a responsabilidade do Município no transporte escolar, qual seja, de transportar os alunos matriculados em sua rede ensino, isto é, nas escolas Municipais. (BRASIL, 2003)

De acordo com Feijó (2002) o transporte escolar é primordial para auxiliar o acesso e a permanência dos alunos nas escolas, colaborando para o desenvolvimento da educação em nível nacional, visto que, além de melhorar a frequência escolar, faz com que eles permaneçam no campo, sendo um dos direitos mais relevantes do aluno da zona rural. O transporte escolar é obrigação do Estado e garantia de acesso e permanência do aluno na escola.

Corroboram Tedesco (2008) que o transporte escolar confiável e de qualidade contribui para diminuir a evasão escolar, e serve de estímulo para que um número maior de alunos continue estudando.

### **2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DO TRANSPORTE ESCOLAR**

No Brasil vigoram dois programas de transporte escolar do Governo Federal em funcionamento, o Programa Nacional de Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Caminhos da Escola.

O PNATE foi instituído através da Lei nº 10.880 de 2004, que estabelece no seu artigo 2º que:

Art. 2º. Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei (redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009) (BRASIL, 2009, p.4)

Conforme explicitado acima, o financiamento do PNATE é realizado pelo FNDE, através de assistência financeira automática e descentralizada, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Para essa transferência não há necessidade de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres, sendo o montante dos recursos financeiros repassado em nove parcelas anuais, tendo como base de cálculo o número de alunos do ensino básico público residentes em área rural, conforme informações do Censo Escolar do ano anterior (BRASIL, 2013).

Corroborando Alencar (2013) que o PNATE é um recurso financeiro, que não necessita de convênio ou outro instrumento congêneres, para pagar despesas relacionadas aos veículos utilizados para transportar os alunos da educação pública, residentes em áreas rurais, tais como reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, combustível e lubrificantes, entre outros. Segundo o autor, os recursos também podem ser utilizados para pagamento de serviços terceirizados.

Com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência dos alunos na escola, foi instituído o Programa Caminho da Escola através da Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, disciplinado pelo Decreto da Presidência da República nº 6.768, de 10 de fevereiro de 2009. O programa visa à aquisição de ônibus de transporte escolar, para beneficiar todos os alunos da educação básica das redes públicas dos estados e dos municípios, residentes em áreas rurais (BRASIL, 2007). Esse programa, segundo Alencar (2013) consiste na concessão de linhas de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para a compra de veículos utilizados para o transporte escolar. Segundo o autor supracitado, o Distrito Federal, os Estados e Municípios podem participar do programa, porém é necessário que os mesmos possuam alunos matriculados na educação básica da rede pública e residentes, prioritariamente, na zona rural.

São objetivos do Programa Caminho na Escola:

- renovar a frota, impedindo que alunos utilizem veículos inadequados para o transporte;
- padronizar os meios de transporte utilizados, ou seja, todos os alunos de todos os municípios terão o mesmo modelo de veículo ofertado, garantindo a qualidade e segurança;
- reduzir o preço dos veículos escolares por meio da isenção de impostos e aumentar a transparência na aquisição dos veículos;
- reduzir a evasão escolar garantindo o acesso e permanência dos estudantes residentes na zona rural nas escolas (BRASIL, 2009).

Neste contexto, a criação dessas políticas públicas de transporte escolar, demonstra a importância da valorização do transporte escolar. Como foi apresentado, o PNATE e o Programa Caminho da Escola visam, além do deslocamento dos estudantes e da sua permanência nas escolas, a qualidade nos veículos e a garantia da segurança dos estudantes.

## **2.3 GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR**

De acordo com Magalhães e Yamashita (2015) Gestão é uma função administrativa que organiza atividades e orienta pessoas que atuam em diferentes áreas do conhecimento, em prol de um objetivo comum. Os gestores podem atuar em diferentes áreas: com pessoas, transportes, educação, políticas públicas, empresas, entre outras.

Ainda segundo Magalhães e Yamashita (2015), o gestor de transporte escolar

pode ser o prefeito, um secretário ou um gerente que coordena o trabalho dos outros profissionais envolvidos em cada município. Esse gestor pode executar diretamente

esse serviço ou conceder a realização dessa operação a terceiros. Além de ser responsável por garantir a oferta do transporte escolar, o gestor deve planejar, organizar e controlar toda a operação, executando diversas funções, dentre elas:

- definir diretrizes que especifiquem para quais alunos o serviço será ofertado;
- definir tipos e quantidade de veículos;
- selecionar as rotas que serão percorridas;
- identificar a demanda pelo serviço e as especificidades de cada local;
- fiscalizar a qualidade e regularidade do transporte.

As diversas decisões e práticas envolvidas no processo de gerenciamento do transporte escolar pelos estados, Distrito Federal e municípios, podem ser simplificadas em 5 etapas. São elas: planejamento da operação, delegação do serviço, controle da prestação do serviço, remuneração do prestador do serviço e manutenção dos veículos (MAGALHÃES; YAMASHITA, 2015).

Para um planejamento eficiente de um Sistema de Transporte Escolar é necessário ter conhecimento das crenças morais e culturais da sociedade, bem como a legislação vigente. Os valores e princípios buscam garantir a aceitação das ações de planejamento, além de garantir a integridade das variáveis que não devem ou não podem ser afetadas pelas ações (MAGALHÃES; YAMASHITA, 2015).

As diversas decisões e práticas envolvidas no processo de gerenciamento do transporte escolar pelos estados, Distrito Federal e municípios, podem ser simplificadas nas etapas apresentadas na Quadro 1 a seguir:

**Quadro 1: Etapas do processo de gerenciamento do transporte escolar**

ETAPAS	DESCRIÇÃO
<b>Planejamento da operação</b>	O gestor precisa conhecer o número de alunos que necessita do transporte escolar, escolher o percurso, o(s) tipo(s) e quantidades de veículos que serão utilizados; analisar a distância dos pontos de embarque/desembarque, o tempo de viagem e a infraestrutura das vias a serem percorridas, com objetivo de diminuir o desgaste e aumentar o rendimento escolar dos alunos considerando os recursos disponíveis.
<b>Delegação do serviço</b>	Define-se quem prestará o serviço, podendo ser o próprio gestor (ou seja, nesse caso não há delegação e sim, execução), terceirizado ou misto. Caso haja delegação do serviço para um terceiro, o gestor deve realizar licitação conforme estabelecido na Lei 8.666/93.
<b>Controle da prestação do serviço</b>	Abrange atividades de monitorar, fiscalizar a eficiência e regularidade do serviço prestado, avaliar e identificar ajustes necessários para otimizar o transporte escolar.
<b>Remuneração do prestador do serviço</b>	Etapa realizada quando houver a terceirização do serviço, definindo-se os parâmetros de remuneração.
<b>Manutenção dos veículos</b>	Realização de ações que proporcionem veículos seguros e confortáveis para o transporte dos alunos, minimizando os imprevistos que possam resultar na interrupção do serviço.

Fonte: Adaptado pelo autor de Magalhães e Yamashita (2015)

Desta forma, o resultado e a qualidade do transporte escolar dependem da sua gestão, dos seus processos e dos recursos disponíveis (fatores internos) como também dependem de elementos como a localização das escolas e das residências dos alunos, a cultura, a infraestrutura e condições naturais, considerados fatores externos ao sistema de transporte.

As regras em relação ao transporte escolar são estabelecidas e monitoradas com base no Código de Trânsito Brasileiro, DETRANs e leis municipais vigentes. Em geral, elas podem ser classificadas em duas categorias: veículos e condutor.

Segundo o CTB (1997) em relação aos veículos, todo veículo prestador de transporte escolar deve: estar registrado como tal junto ao DETRAN do Estado onde a atividade está sendo exercida; serem submetidos à inspeção pelo menos duas vezes ao ano, quando serão verificados os itens obrigatórios como cintos de segurança e retrovisores, entre outros; exibir a faixa amarela com a inscrição “ESCOLAR” à meia altura e em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria do veículo; possuir equipamento registrador instantâneo de velocidade e tempo, inalterável e em perfeitas condições de uso; possuir lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha, na extremidade superior da parte traseira; possuir cintos de segurança independentes e em perfeitas condições de uso em cada assento; ser autorizado pelo DETRAN e ter o documento afixado na parte interna do veículo, em local visível, contendo o número máximo de passageiros permitido pelo fabricante; respeitar o limite máximo de passageiros permitido pelo fabricante do veículo.

Ainda segundo o CTB (1997) além das exigências relacionadas ao veículo de transporte escolar, todo condutor deve: ser maior de 21 anos; ser habilitado pelo Detran na Categoria D; estar isento de qualquer infração gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 meses; ser aprovado em curso de especialização; estar em dia com o exame toxicológico de larga janela de detecção.

Neste contexto, a gestão do Transporte Escolar requer muita atenção e deve ser realizado com intuito de garantir segurança e qualidade no transporte de estudantes que necessitam desse serviço, visando a permanência desses alunos na escola, dentro dos recursos disponíveis.

### **3.METODOLOGIA**

A metodologia de estudo consiste em elencar as etapas necessárias para avaliação dos impactos das condições da gestão de transporte escolar. Para tanto, para esse

estudo será utilizada a pesquisabibliográfica qualitativa com base em dados quantitativos.

A pesquisa bibliográfica foi feita através de livros de autores especialistas na área, sites e artigos relacionados sobre o tema. Em seguida, foi realizado um estudo dos principais trabalhos realizados na área de Transporte escolar, a fim de conhecer os principais conceitos e as metodologias utilizadas na área pesquisada e propor uma base teórica sólida para a realização deste trabalho. Foram utilizados para a pesquisa artigos acadêmicos publicados em revistas e eventos, dissertações, teses e sítios eletrônicos.

A pesquisa será realizada através de entrevistas com perguntas abertas e aplicadas ao Gestor do transporte escolar da rede municipal de ensino do município de Miguel Pereira/RJ. Após o recolhimento dos questionários, será realizado a tabulação dos dados coletados e colocados em gráficos e tabelas que posteriormente serão analisados.

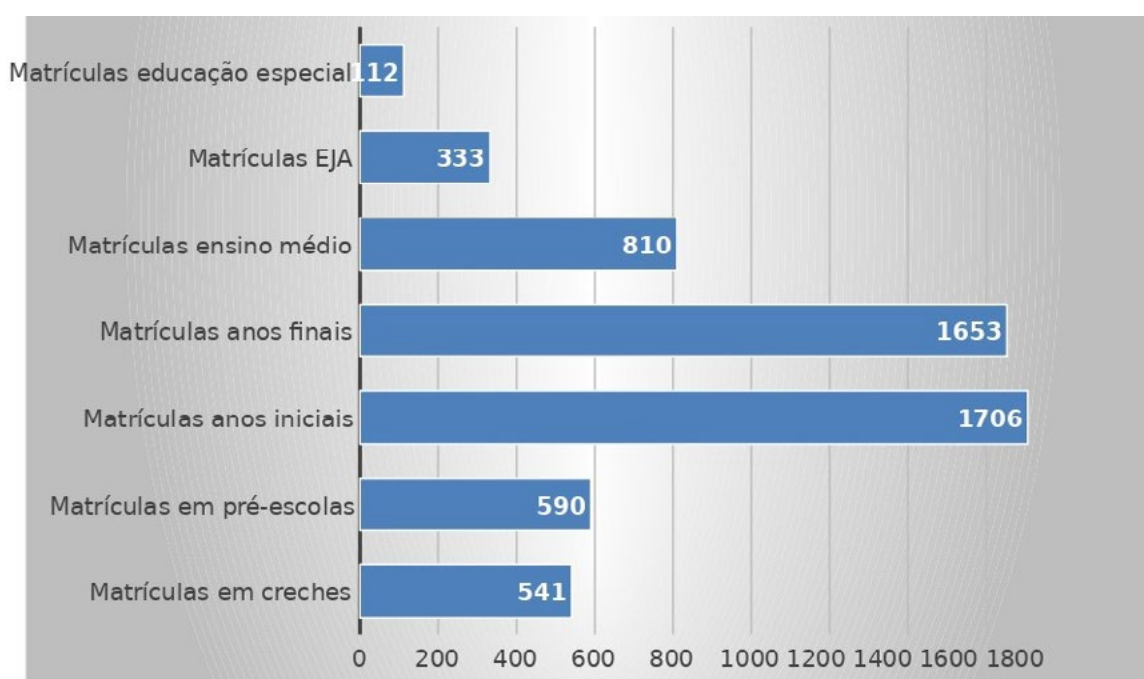
## 4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 O MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA

Miguel Pereira é um município brasileiro do estado do Rio de Janeiro, Região Sudeste do país. O município é uma estância climática situada a 618 metros acima do nível do mar, com uma área total de 289,2 quilômetros quadrados, correspondentes a 9,5% da área da Região Centro-Sul Fluminense.

De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2018, o município de Miguel Pereira possui 25.493 habitantes. Segundo informações do Censo Escolar realizado pelo INEP o número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio (regular, especial e/ou EJA) de Miguel Pereira, em 2018, foi de 3.900 alunos, conforme demonstrado no gráfico 1.

**Gráfico 1: Alunos matriculados no Município de Miguel Pereira**



### 4.2 O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA

O transporte escolar é ofertado pela Secretaria Municipal de Educação de Miguel Pereira/RJ. O município não possui Lei específica que trate sobre transporte escolar, tendo como diretrizes a lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, porém no ano de 2015, foi criada Normas para o Transporte Escolar Municipal.

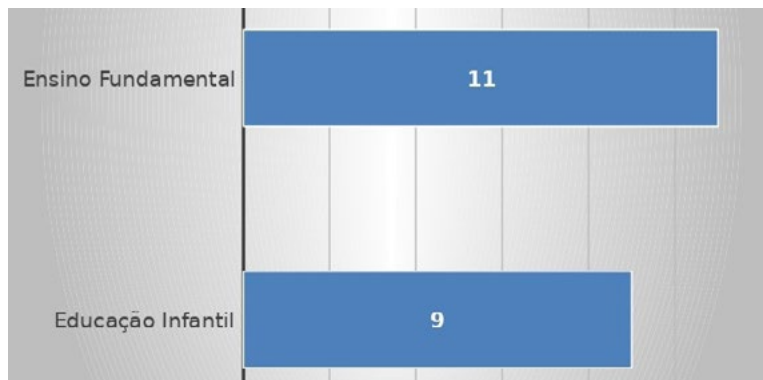
O município fornece transporte escolar aos alunos residentes na área rural do município. Os veículos percorrem diariamente mais de 1620 km transportando alunos. O transporte escolar do município de Miguel pereira atende alunos do pré escolar, fundamental, EJA noturno e diurno, Universitário para Vassouras e Valença no período noturno.

A prestação do transporte universitário não é obrigatória por Lei, porém o município de Miguel Pereira através da Lei nº 12.816/2013 ficou autorizado a subsidiar financeiramente o transporte de estudantes universitários. Mas, para isso, segundo o TCE/RJ, não poderá utilizar os recursos repassados pelo governo federal por meio do Fundeb (que é exclusivo para a educação básica) e nem incluir o valor na composição do

índice mínimo de aplicação de 25% das receitas em educação (estipulado pelo Artigo 212 da Constituição).

Miguel Pereira/RJ possui vinte escolas municipais, distribuídas entre nove escolas de educação infantil e onze do Ensino Fundamental, sendo que dessas onze, quatro escolas funcionam com o Fundamental II, do sexto ao nono ano. A seguir, o Gráfico 1 auxilia na visualização de situar de quais segmentos de ensino são os alunos transportados.

**Gráfico 2: Escolas no Município de Miguel Pereira**



Fonte: Secretaria de Educação, 2020

De acordo com o gráfico 1, pode-se verificar que 55% das escolas do município de Miguel Pereira são do Ensino Fundamental e 45% da Educação Infantil. Desta forma, verifica-se que o maior número está no Ensino Fundamental.

Para eficácia logística no transporte escolar em Miguel Pereira faz-se uma divisão em rotas, que transportam os alunos nos períodos matutino, vespertino e noturno, pelas localidades do município. Segundo dados oficiais da Secretaria de Educação do município, atualmente existem aproximadamente 3400 alunos que dependem do transporte escolar para estudar.

O objetivo do programa de Transporte Escolar de Miguel Pereira é diminuir tanto quanto possível as dificuldades de acesso ao ambiente escolar e garantir a permanência dos alunos do ensino público, residentes ou não na área rural do município, aos estabelecimentos de ensino.

### 4.3 O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR

Há na Secretaria de Educação da Prefeitura de Miguel Pereira um departamento de gestão de transporte escolar, conforme figura 2.

**Figura 2: Departamento de Gestão de Transporte Escolar**



Fonte: Departamento de Transporte Escolar, Miguel Pereira, 2020

O departamento possui um gestor e dois auxiliares para realizarem toda a parte de logística e planejamento. O quadro 2 demonstra as atribuições do departamento de transporte escolar de Miguel Pereira, segundo a entrevista realizada com o gestor.

**Quadro 2: Atribuições do Departamento de transporte escolar**

ATRIBUIÇÕES
Garantir o acesso e permanência do aluno na escola, planejando, implementando, acompanhando e avaliando o transporte escolar de acordo com a demanda e assim oferecer segurança ao nosso alunado;
Proporcionar uma logística de atendimento aos Programas e Projetos institucionais das Escolas Municipais e da Secretaria;
Oferecer aos Professores de Zona Rural um transporte de qualidade e com segurança;
Demarcar e regulamentar os pontos nas rotas do transporte dos alunos, reajustando-os para que os ônibus estejam realmente transportando alunos da zona rural e de difícil acesso;
Organizar, coordenar e orientar a equipe em questões administrativas e de execução de atividades;
Oferecer transporte com qualidade
Exigir cumprimento das normas que constam no Código Nacional de Trânsito
Monitorar e controlar quilometragem diária dos veículos do transporte escolar
Realizar periodicamente serviços de fiscalização nos veículos do transporte escolar; quanto às normas de segurança, de conduta e condições dos veículos
Acompanhar as inspeções semestrais nos veículos que prestam serviço;

Fonte: Entrevista com o gestor, 2020

O município de Miguel Pereira utiliza como critérios para o acesso ao transporte escolar a matrícula e a localização da moradia do aluno em relação à escola. Sendo assim, o aluno deve estar devidamente matriculado na rede municipal de ensino e residir a mais de um quilômetro da escola.

Existem algumas exceções, como por exemplo, os alunos que moram em bairros onde as ruas não possuem calçadas para irem para escola, assim o gestor do transporte entende que por motivo de segurança o aluno mesmo morando a menos de 01 km da escola necessita do transporte escolar.

Esses critérios estão previstos nas Normas de Transporte Municipal de Miguel Pereira, sendo essa regulamentação um dos principais avanços do transporte escolar, segundo o responsável pela gestão de frota do município no ano de 2020.

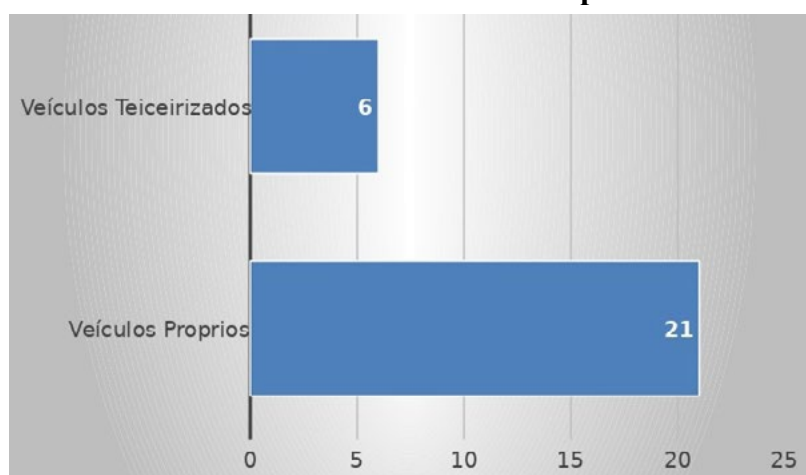
O departamento de transporte escolar de Miguel Pereira realiza cadastramento dos interessados, estudo de roteiros e necessidades de veículos, análise das conveniências funcionais e econômicas para os serviços prestados ou terceirizados, orientação quanto aos processos licitatórios para a contratação de prestadores de serviço para esta finalidade. Cabe ainda ao setor organizar a distribuição dos alunos por roteiro, elaborando a programação e supervisionando sua efetiva execução.

Segundo a pesquisa realizada no departamento, através da entrevista com o responsável, todas as rotas escolares possuem controle de saída e retorno nos três turnos. Há também um controle do consumo de combustível e de cada entrada e saída de peças usada nas manutenções.

#### **4.4 A FROTA DE TRANSPORTE ESCOLAR DE MIGUEL PEREIRA**

Visando o cumprimento de toda demanda por transporte escolar, em Miguel Pereira o transporte é feito por uma frota própria, composta por 21 rotas, e também com parcerias ( via contrato / licitação ) para o atendimento de rotas e linhas específicas. A rota mais extensa feita tem em média 50 km, no entanto nenhum aluno fica por mais de uma hora dentro do transporte escolar.

**Gráfico 3: Veículos utilizados no transporte escolar**

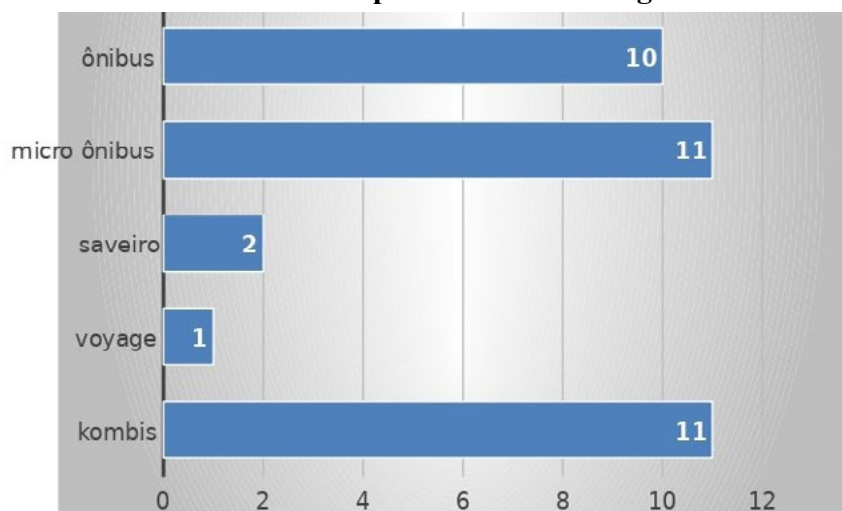


Fonte: O autor, 2020

Segundo o gráfico apenas 22% dos veículos da frota são terceirizados. Desta forma verifica-se grande participação dos veículos próprios na frota do transporte escolar no município de Miguel Pereira/RJ. De acordo com Egami et. al. (2006) a terceirização do transporte acontece de duas maneiras: licitação pública de rotas escolares e aquisição de passagens. A licitação de uma rota escolar é realizada para a localidade do interior que não possui linha de transporte coletivo público, sendo necessária a concessão para uma empresa terceira vencedora da licitação, a qual será remunerada mensalmente pelo trajeto.

A frota utilizada para o transporte escolar no ano de 2020 é composta de 35 veículos, sendo 10 ônibus, 11 micro ônibus, 11 kombis, 01 voyage e 02 saveiros. O gráfico 4 abaixo demonstra os tipos de veículos que fazem parte da frota do transporte escolar.

**Gráfico 4: Frota do transporte escolar de Miguel Pereira**



Fonte: O autor, 2020

Verifica-se que por haver uma grande área rural para atendimento, a logística conta com frota de veículos de pequeno porte.

Outro fator que merece destaque no transporte escolar dos alunos é a presença de monitor e condutor no veículo escolar. O Código de Trânsito, apesar de estabelecer normas para o transporte coletivo escolar, não faz referência à presença de um monitor no veículo, porém o município em questão, visando a segurança de seus alunos adotou a presença de monitores para gerenciar o fluxo dos alunos no veículo e também verificar se todos estão usando o cinto de segurança.

Quanto aos condutores, estes devem ter os requisitos mínimos para atuar no transporte escolar, como ter idade superior a 21 anos, ter habilitação na categoria D, não ter praticado infração grave (CTB,

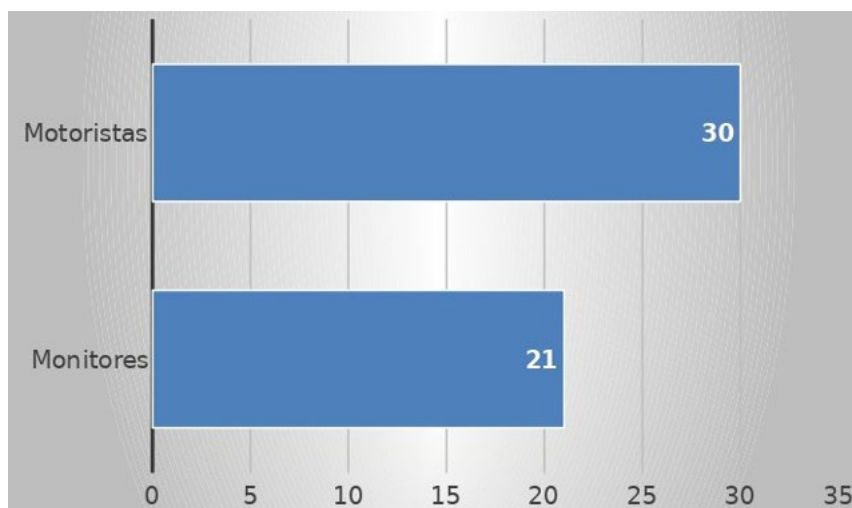


1997). Desta forma verificamos que todos os condutores do município atendem os requisitos estabelecidos pelo Código de Trânsito.

O Detran exige que todos os condutores de transporte escolar tenham cursos de qualificação, regularizado pelo CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito e reconhecido pelo DETRAN - Departamento de trânsito. Segundo a entrevista realizada com o gestor atual do transporte escolar todos os condutores fizeram o curso no SEST SENAT em Três Rios.

Atualmente a Secretaria de Educação conta com recursos humanos dedicados ao transporte escolar, sendo 30 motoristas e 21 monitores, conforme apresentados no gráfico 5:

**Gráfico 5: Recursos Humanos**



Fonte: O autor, 2020

A falta de recursos humanos é um fator que dificulta a gestão administrativa, pois impossibilita que o município, que é o ente mais próximo da realidade, possa conduzir com qualidade o serviço prestado. Segundo a entrevista realizada com o gestor do departamento de transporte, o município já está estudando a realização de um concurso público para suprir esse quesito.

Na entrevista, o gestor de transporte afere que o transporte ofertado é “muito bom”, pois o serviço oferece conforto e segurança para os alunos, destacando como ponto favorável o perfeito estado de conservação dos veículos. Os principais entraves/problemas detectados pelo gestor do transporte em relação à oferta de transporte escolar seria a questão financeira aliada às relações intergovernamentais e a própria cultura local. A figura 2 abaixo demonstra a frota do transporte escolar do município de Miguel Pereira/RJ.

**Figura 3: A frota escolar do município de Miguel Pereira**



Fonte: O autor, 2020

As condições das estradas, segundo o gestor do setor do transporte, estão “boas”; as estradas “deixam um pouco a desejar, as estradas têm buracos e nos dias de chuva pioram”.

Através do programa Caminho da Escola, utilizando financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram adquiridos dois micro-ônibus em 2018, com capacidade para 16 alunos, com acessibilidade, ar condicionado para atender os alunos cadeirantes. Foi adquirido também 1 micro-ônibus 4x4, no mesmo ano, com capacidade para 26 passageiros para atender a zona rural.

De acordo com Tedesco (2008) a idade média da frota veicular é um dos fatores que podem influenciar no conforto dos alunos. Veículos velhos e mal conservados aliado às precárias condições das vias geram viagens desagradáveis. Por sua vez, a Cartilha do Transporte Escolar sugere que a idade máxima ideal para todos os veículos da frota de transporte escolar seja de 7 anos (INEP, 2005).

Dessa forma segundo o gestor de transporte do município de Miguel Pereira, todos os veículos se encontram em acordo com as normas estabelecidas. O mesmo afirmou que os alunos são transportados em veículos que possuem conforto.

Outros fatores estão relacionados com a segurança dos passageiros, como por exemplo, a realização de inspeção do veículo e sua manutenção. A falta de manutenção do veículo aliada as precárias condições das vias pode contribuir para o descumprimentos dos horários de aulas dos alunos. (CEFTRU, 2008).

Neste contexto foi verificado que o município de Miguel Pereira possui oficina própria, com uma estrutura que consegue atender a necessidade da secretaria de educação, ou seja a frota de transporte escolar. Foi verificado que o serviço de borracharia é terceirizado e a equipe que faz parte da oficina é:

- 1 mecânico a gasolina;
- 1 mecânico a diesel;
- 1 auxiliar de mecânica

Por fim, quanto à fiscalização dos recursos do transporte escolar no município de Miguel Pereira, o gestor enfatiza que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) faz sempre uma análise detalhada dos recursos utilizados e descreve como é feito esse diagnóstico:

[...] eles analisam as planilhas, todo o controle dos veículos, quem saiu com os carros, 12 como a prefeitura faz o controle dos veículos, o controle do combustível, das peças, analisam se a prefeitura tem almoxarifado, a questão do estoque de pneus [...].

#### **4.5 DIAGNÓSTICO DA GESTÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR DE MIGUEL PEREIRA**

Apesar do município de Miguel Pereira investir no transporte escolar, ainda há situações que precisam ser aprimoradas, sob pena de prejudicarem a qualidade do acesso dos alunos à rede de ensino. Dentre tais situações, podem-se destacar as seguintes necessidades:

- Melhoria na comunicação na organização;
- Fortalecimento do comprometimento e conhecimento dos servidores em relação aos objetivos da organização;
- Melhoria das condições de manutenção da frota do Transporte Escolar;
- Aquisição de novos veículos;
- Aprimoramento do ambiente saudável de trabalho através da manutenção do bom relacionamento interdepartamental e interpessoal;
- Proporcionar maior fluência de informações entre os diferentes níveis hierárquicos;

- Aquisição de equipamentos eletrônicos para a oficina;
- Qualificação dos servidores;
- Necessidade de mão de obra;

Desta forma, apesar de todas as respostas positivas obtidas por parte da organização, percebeu-se que falta uma certa sistematização e otimização dos recursos disponíveis, aliados à obtenção de dados referentes à realidade dos alunos atendidos pelo serviço de transporte.

Assim, o sistema logístico de transporte escolar carece, entre outras coisas, de um hardware com as especificidades (regionais, geográficas, climáticas ou de ausência de aluno) referentes a cada ponto de parada, atualizadas diariamente de acordo com as informações atualizadas no sistema.

O setor possui pessoal com competência e habilidade, porém está com devasagem de recursos humanos. Portanto, é interessante delinear atribuições (desenho de cargos), para que cada um esteja ciente das responsabilidades e limitações do seu cargo,

evitando acúmulo de tarefas e também há necessidade de realização de um concurso público para suprir a carência de mão de obra.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indiscutível a importância social e de integração do Transporte Escolar, que consiste em um dos principais meios, senão o único, para atender às necessidades de deslocamento dos alunos residentes em áreas rurais para chegarem às escolas. Desta forma, através dessa pesquisa verificamos que o município de Miguel Pereira tem uma boa política de oferta do transporte escolar para garantir a efetivação do direito ao acesso à educação.

Os objetivos inicialmente propostos foram alcançados, uma vez que foram identificadas, pelo diagnóstico qualitativo e quantitativo, as características da realidade do serviço de transporte escolar ofertado aos alunos do município de Miguel Pereira/RJ, bem como as dificuldades enfrentadas por eles.

Por fim, espera-se que este trabalho desperte interesse e incentive a realização de novos estudos nesta área. Portanto, relato a necessidade de futuras pesquisas que abordem em específico a gestão do transporte escolar no município de Miguel Pereira/RJ.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.

Lei 10.880, de 9 de junho de 2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. 2004.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programas de Transporte do Escolar. Brasília: MEC, FNDE, SEED. 2008.

CEFTRU. **Diagnóstico do Transporte Escolar Rural**. Volume II – Apêndices. Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes, UnB, Brasília, DF. 2008

Gestão de Frota de Transporte Escolar em Miguel Pereira/RJ - Robson Campos da Costa

CTB. **Código de Transito Brasileiro.** Lei nº 9.503.1997.

EGAMI, **Cintia Yumiko. et al. Panorama das políticas públicas do transporte escolar rural.** 2006.

Disponível em: [http://www.geperuaz.com.br/arquivos/File/nucleacao/panorama\\_do\\_transporte\\_escolar.pdf](http://www.geperuaz.com.br/arquivos/File/nucleacao/panorama_do_transporte_escolar.pdf). Acesso em 29 abril de 2020.

FEIJÓ, **Patrícia Collat Bento. Transporte Escolar: a obrigação do poder público municipal no desenvolvimento do programa.** 2006.

INEP **Cartilha do Transporte Escolar:** Versão preliminar. Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. Brasília, DF. 2005.

MAGALHÃES, **M.T.Q.; YAMASHITA, Y. Modelo Integrado para o Planejamento de Transportes.** Anais do XXIX ANPET- Congresso Nacional de Pesquisa em Transporte. Ouro Preto. 2015.

SILVA, **A. R. Metodologia para Avaliação e Distribuição de Recursos para o Transporte Escolar Rural.** Tese de Doutorado em Transporte Ambiental – Universidade de Brasília, UnB. Brasília, DF. 2009.

TEDESCO, **G. M. I. Metodologia para Elaboração do Diagnóstico de um Sistema de Transporte. Dissertação de Mestrado em Transporte Ambiental – Universidade de Brasília, UnB. Brasília, DF. 2008.**

# IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FISCAL NA CONSCIENTIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

**Robson Granadeiro Gomes<sup>1</sup>, Marcelo Augusto de Souza Pena<sup>2</sup>**

(1) Graduando da Faculdade de Miguel Pereira

(2) Docente da Faculdade de Miguel Pereira - Orientador

**RESUMO.** O presente artigo tem como núcleo a Educação Fiscal na conscientização da arrecadação de tributos para o exercício da cidadania. O objetivo é, portanto, a importância de uma sinergia entre população e poder público e como isso contribui para a prática cidadã e melhor gestão da arrecadação tributária. Foram realizadas pesquisas bibliográficas passando pela gênese da tributação, alguns fatores que prejudicam na gestão dos recursos tributários, instrumentos que contribuem para melhorar esta gestão e o papel da Educação Fiscal para proporcionar uma cultura de acompanhamento fiscal. A partir das informações coletadas, mostra-se a importância da população em exercer seus direitos e deveres a fim de maximizar a melhor administração dos recursos arrecadados.

Palavras-chave: Educação Fiscal. Tributos. Cidadania.

## IMPORTANCE OF FISCAL EDUCATION IN THE AWARENESS OF TAX COLLECTION FOR THE EXERCISE OF CITIZENSHIP

**ABSTRACT.** *This article focuses on Fiscal Education in raising awareness of the collection of taxes for the exercise of citizenship. The objective is, therefore, the importance that a synergy between population and public power contributes to citizen practice and better management of tax collection. Bibliographic researches were carried out, going through the genesis of taxation, some factors that hamper the management of tax resources, instruments that contribute to improve this management and the role of Fiscal Education to provide a culture of fiscal monitoring. From the information collected, it shows the importance of the population in exercising their rights and duties in order to maximize the best management of the resources collected.*

*Keywords: Fiscal Education. Taxes. Citizenship.*

Gomes, Robson Granadeiro

Importância da Educação Fiscal na Conscientização da Arrecadação de Tributos para o Exercício da Cidadania / Robson Granadeiro Gomes. - Miguel Pereira: 2020.

i, 19 f. : il. ; 29,7 cm.

Orientador: Marcelo Augusto de Souza Pena.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.

Inclui Ilustrações e Bibliografias.

1. Educação Fiscal. 2. Tributos. 3. Cidadania. I. Pena, Marcelo Augusto de Souza. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva provocar a reflexão sobre como a Educação Fiscal pode auxiliar o contribuinte na busca por uma maior sinergia com a administração pública e, desta forma, contribuir para uma gestão de recursos mais eficiente. A colonização portuguesa afetou diretamente a distribuição tributária no Brasil, e por isso, discute-se a necessidade das informações fiscais serem compreensíveis para o público leigo. A proposta, nesse sentido, é de trazer o conceito de cidadania fiscal para o ambiente educacional, como instrumento de transformação social.

Delimitada a abrangência do tema, o trabalho irá abordar algumas causas que levam a má administração do que é arrecadado. Todavia mostrará quais mecanismos e caminhos estão sendo utilizados para que a gestão dos tributos ganhe credibilidade na população brasileira.

No tocante ao problema, discorrerá sobre a ineficiência do sistema educacional brasileiro quanto à instrução da sociedade e aprendizado de disciplinas que são essenciais para o entendimento da cidadania fiscal.

O presente artigo justifica-se pela reflexão do discernimento da população brasileira em não ser somente um agente financiador do Estado, mas também um agente controlador que compreende a cidadania de uma forma mais holística e, desta forma, é responsável em acompanhar todo o sistema e aplicação dos recursos públicos.

O primeiro capítulo discorrerá sobre os primórdios da arrecadação tributária no Brasil bem como a influência portuguesa na distribuição dos recursos.

Por conseguinte, o capítulo dois relatará sobre o perfil educacional e quais problemas prejudicam no aprendizado dos jovens para o fim específico objeto desse artigo.

O capítulo três abordará sobre os motivos que acarretam na deficitária gestão de recursos. Ao longo desse capítulo, passa-se pelos males que a sonegação proporciona tanto para o cidadão, quanto para administração pública.

O quarto capítulo destaca as ferramentas que contribuem para a propagação das informações públicas divulgadas, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal e do controle social na lisura dos atos publicados.

O quinto capítulo evidenciará o papel da Educação Fiscal como ferramenta auxiliadora no exercício da cidadania, além do preceito pedagógico que possui.

O último capítulo do trabalho, concluirá os assuntos abordados no artigo e a opinião crítica do pesquisador.

O respectivo artigo foi desenvolvido através de uma abordagem qualitativa, com objetivo descritivo. Foram realizadas pesquisas bibliográficas em sites, legislações e artigos especializados que abordam sobre o tema em questão.

### **CAPÍTULO 1 – BREVE ABORDAGEM DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Os primeiros registros de arrecadação de tributos que se tem conhecimento, de acordo com SILVA (2019), datam de 3.000 a 2.800 anos A.C. no Egito, onde era cobrada uma espécie de tributação que tinha, como principal objetivo, a garantia do sustento do faraó. Esse tipo de tributação tinha como base, principalmente, a exploração física. Apesar de a referência remontar aos primórdios da arrecadação, não é intenção desse trabalho trazer um levantamento exaustivo sobre esse tema.

No Brasil, como relata SANTOS (2015), os primeiros atos de arrecadação tributária apareceram quando o país ainda era colônia de Portugal. SILVA (2019) ressalta que o primeiro tributo cobrado em terras tupiniquins tinha ligação direta com a exploração da madeira do pau-brasil, gerando grande fonte de lucros para Metrópole.

Outro marco importante para tributação no Brasil foi a vinda da família real portuguesa para o país, em 1808. Sobre isto:

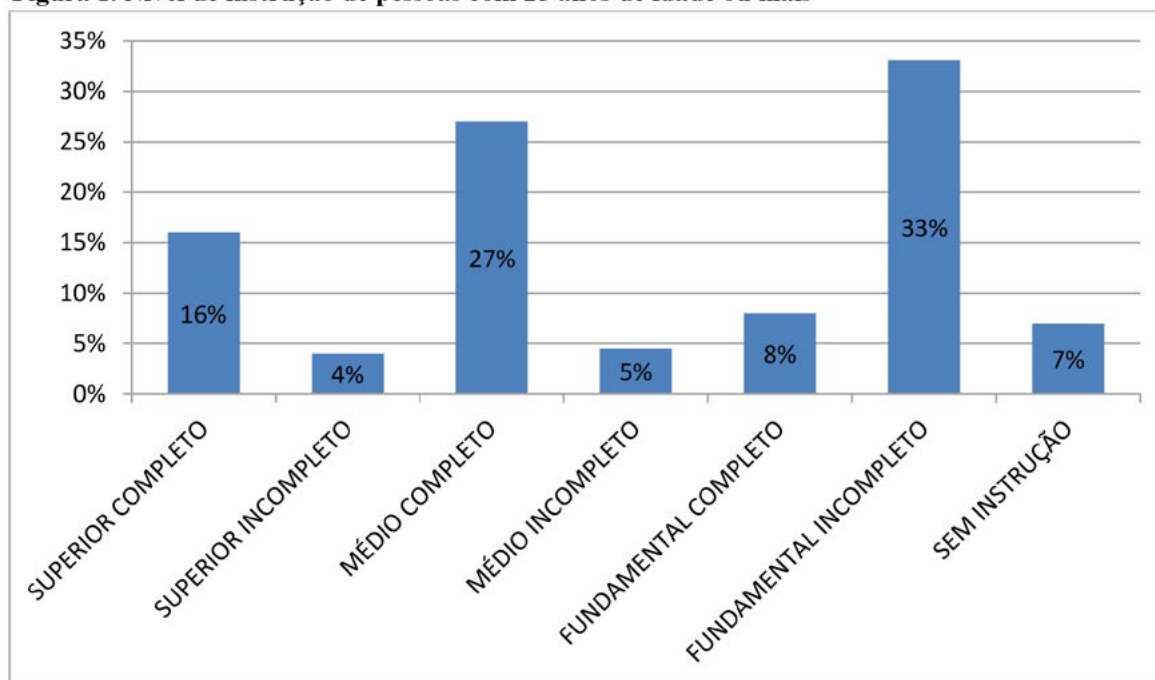
Avançando na linha do tempo, ocorreu a vinda da família real portuguesa para o Brasil, devido ao temor de Napoleão, após a revolução francesa, em 1789. Com isso, fixou-se a sede da metrópole no Brasil e os portos foram abertos para as nações parceiras. Consequentemente, o relacionamento comercial se tornou mais aberto entre outras nações. Decorrente de tal cenário, surgem os impostos de importação, dando ensejo, não apenas, à arrecadação, como também ao protecionismo dos produtos internos ou ao incentivo à exportação. (SEMEGHINI, 2015).

A influência portuguesa afetou diretamente a política tributária brasileira, principalmente por questões econômicas. A despeito do ganho da abertura comercial no período da colonização portuguesa, SANTOS (2015) ressalta que a estrutura econômica e social ao qual o país foi formado, com a ocupação territorial de caráter exploratório, ainda demonstra vestígios na atual organização orçamentária e tributária, não tendo uma preocupação em desenvolver setores importantes da sociedade, como a saúde e educação.

## CAPÍTULO 2 – PERFIL EDUCACIONAL DO BRASILEIRO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua apresentou em 2018, o seguinte gráfico, no estudo do nível de pessoas alfabetizadas até os 25 anos de idade:

**Figura 1. Nível de instrução de pessoas com 25 anos de idade ou mais**



Fonte: IBGE, (PNDA Contínua), 2018.



Apesar da garantia constitucional da educação básica para as crianças e jovens de 4 a 17 anos, como o gráfico 1 apresenta, entende-se que, aproximadamente, 46% de pessoas com 25 anos de idade ou mais não concluíram o ensino médio, considerando a porcentagem de quem, pelo menos, iniciou o ensino fundamental.

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) é um dos indicadores do nível de aprendizado de jovens com 15 anos de idade, ao qual são avaliados o patamar de instrução em matemática, ciências e leitura. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é responsável por estruturar os exames para este programa. No Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é o órgão responsável por organizar e produzir as provas para análise do PISA (INEP, 2007).

O último estudo realizado por este programa, em 2018, mostrou que na média em matemática, ciências e leitura, o Brasil ficou entre os países com as piores colocações no ranking, como destaca BERMÚDEZ (2019). Como forma de compreender melhor esta má posição, a tabela a seguir apresenta a média percentual dos estudantes dos países que fazem parte da OCDE e dos estudantes brasileiros, nos seis níveis de conhecimento em matemática e suas respectivas aptidões para alcance desses patamares:

**Tabela 1. Descrição e percentual de estudantes por nível de proficiência em matemática – PISA 2018**

NÍVEL	PERCENTUAL DE ESTUDANTES NO NÍVEL	CARACTERÍSTICAS DAS TAREFAS
6	OCDE: 2,4% Brasil: 0,1%	No Nível 6, os estudantes evidenciam um pensamento e um raciocínio matemáticos avançados. Conseguem refletir sobre suas ações e formular e comunicar com precisão suas ações e reflexões relacionadas às constatações, interpretações e argumentações que elaboram; são ainda capazes de explicar por que razão estas são adequadas à situação original.
5	OCDE: 8,5% Brasil: 0,8%	No Nível 5, os estudantes são capazes de desenvolver modelos para situações complexas e trabalhar com eles, identificando restrições e especificando hipóteses. Conseguem trabalhar estrategicamente, utilizando um vasto e bem desenvolvido conjunto de habilidades de pensamento e de raciocínio.
4	OCDE: 18,5% Brasil: 3,4%	No Nível 4, os estudantes são capazes de trabalhar de maneira eficaz com modelos explícitos em situações concretas complexas, que podem envolver restrições ou exigir formulação de hipóteses. São capazes de construir e de comunicar explicações e argumentos com base em suas interpretações, argumentos e ações.
3	OCDE: 24,4% Brasil: 9,3%	No Nível 3, os estudantes são capazes de interpretar e de utilizar representações baseadas em diferentes fontes de informação e de raciocinar diretamente com base nelas. Suas soluções indicam que eles se envolvem em interpretações e raciocínios básicos.
2	OCDE: 22,2% Brasil: 18,2%	No Nível 2, os estudantes são capazes de interpretar e reconhecer situações em contextos que não exigem mais do que inferências diretas. Conseguem extrair informações relevantes de uma única fonte e utilizar um único modo de representação.
1	OCDE: 14,8% Brasil: 27,1%	No Nível 1, os estudantes conseguem identificar informações e executar procedimentos rotineiros, de acordo com instruções diretas, em situações explícitas. Conseguem realizar ações que são, quase sempre, óbvias e que decorrem diretamente dos estímulos dados.
Abaixo de 1	OCDE: 9,1% Brasil: 41,0%	A OCDE não desenvolveu.

Fonte: INEP, com base no OCDE, 2019.

Cerca de 68% dos estudantes brasileiros estão no nível 1 ou abaixo dele, estando aquém dos níveis que estimulam um entendimento que contribua para um raciocínio adequado para questões sociais e econômicas.

Esses resultados do PISA possuem relevância não somente por mostrar como estão os níveis de educação nos países membros ou convidados pela OCDE, mas também porque demonstram a importância de desenvolver melhorias nas áreas educacionais. “O objetivo principal do PISA é produzir indicadores que contribuam, dentro e fora dos países participantes, para a discussão da qualidade da educação básica e que possam subsidiar políticas nacionais de melhoria da educação”. (INEP, 2007).

Segundo a pesquisa do movimento Todos Pela Educação (2020), mais da metade das crianças que terminam o ensino fundamental não possuem nível de aprendizado adequado e, no ensino médio, apenas nove de cada cem jovens possuem conhecimento considerado bom para a respectiva etapa de aprendizagem.

De acordo com o estudo *The Learning Curve 2014*, realizado pela organização *The Economist Intelligence Unit*, o Brasil ficou na antepenúltima colocação entre 40 países no desempenho educacional dos alunos entre o quinto a nono ano do ensino fundamental. O país apresentou queda no desempenho escolar e habilidade cognitiva, conforme analisa PINHONI (2014).

Analisando os dados expostos, percebe-se a deficiência do sistema educacional brasileiro em proporcionar o ensino e aprendizado de qualidade, principalmente em disciplinas como a matemática, que serve como base para diversas áreas de atuação profissional como a contabilidade, economia, engenharia. Além disto, os jovens saem do ensino médio não possuindo uma preparação adequada para a inserção no mercado de trabalho, conforme analisa REIS (2015):

Os alunos saem do Ensino Médio sem ter contato com experiências que poderiam colaborar com a decisão sobre sua carreira como, por exemplo, palestras de profissionais de diversas áreas que poderiam apresentar-lhes novas profissões, ou atividades voltadas à orientação vocacional, sem isso, acabam se matriculando em cursos técnicos ou de graduação os quais nem mesmo conhecem, escolhem através do que “ouvem falar”.

Diante do cenário educacional apresentado, os fatores elencados corroboram para que os jovens não compreendam os direitos e obrigações necessários, não entendam como o exercício da cidadania fiscal contribui para uma sociedade estruturada e ciente do seu papel na população.

Salienta-se que este trabalho não tem como objetivo entrar na discussão pedagógica/didática do nível educacional, porém expor os fatos que demonstram a ineficiência do poder público em prover ensino de qualidade.

### **CAPÍTULO 3 – A GESTÃO SOCIAL DOS RECURSOS PÚBLICOS**

Ao longo dos anos, o poder público, nas suas esferas, vem buscando maior controle sobre os gastos públicos. O artigo 37 da Carta Magna brasileira traz os princípios que a administração pública deve obedecer:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

Sobreleva-se o princípio da publicidade pelo seu objetivo educativo, informativo e de orientação social que possui, conforme o §1, inciso XXII deste mesmo artigo.

Em vista disso, cada vez mais a administração pública vem buscando dar transparência pública para seus atos administrativos. A Lei Complementar nº 101/2000 foi uma norma que contribuiu para dar maior ênfase na lisura das informações públicas.

Apesar de ter-se aumentado a transparência pública, o entendimento das informações nos canais de divulgação usados pela administração pública ainda não alcançam a compreensão necessária para o público leigo. Sobre este tema:

[...] o grande problema que envolve a questão da transparência das contas públicas é o tanto de informação com linguagem técnica que envolve a prestação de contas, inviabilizando e dificultando o entendimento e a compreensão dos cidadãos comuns. SANTANA; VIEIRA, [2020] data provável.

Seguindo este entendimento, (ASSIS; VILLA 2003, p. 376-382, apud FIGUEIREDO; SANTOS [2013] data provável, p. 2), afirmam ainda a importância de compreender as informações divulgadas:

[Uma administração transparente permite a participação do cidadão na gestão e no controle da administração pública e, para que essa expectativa se torne realidade, é essencial que ele tenha capacidade de conhecer e compreender as informações divulgadas.

O entendimento das informações públicas demandam habilidades de interpretação em áreas como a matemática, estatística e no campo contábil, que permite a compreensão dos termos técnicos utilizados nessas divulgações pela população. E isso dificulta a interpretação correta da eficácia das intenções públicas, uma vez que o sistema educacional brasileiro não prepara os jovens que terminam o ensino médio com o intuito de acompanhar e compreender estas informações. A falta de entendimento sistemático traz como consequência ações ilícitas contra a ordem tributária.

A sonegação fiscal é um problema que traz como um de seus males, o aumento da carga tributária, conforme destaca LOPES (2007). A Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990, estabelece em seu artigo 1º e incisos as diferentes formas de sonegar e a pena prevista para este delito:

Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: (Vide Lei nº 9.964, de 10.4.2000)

I- omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II- fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

III- falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

IV- elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

V- negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. A falta de atendimento da exigência da autoridade, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência, caracteriza a infração prevista no inciso V.

Conforme divulgação do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz)

em 2018, R\$ 345 bilhões não foram arrecadados no Brasil em virtude da sonegação fiscal. A falta de uma fiscalização mais assídua dos órgãos responsáveis sobre os contribuintes corroborou para esse dano à sociedade, destaca DUTRA (2018).

O crime de sonegação fiscal é usado como uma forma de minimizar os custos. Conforme MORAIS (2014):

A alta carga tributária numa espiral crescente pós CF/1988 aliada aos altos custos para a gestão dos tributos vigente em nosso país levam alguns contribuintes menos avisados a tentar minimizar seus custos com os numerosos tributos e contribuintes através de omissões que culminam na sonegação fiscal, apesar de incorrer em crime tributário.

O dano colocado pela sonegação advém da falta de acompanhamento social, esse derivado da educação apresentar uma estrutura curricular desvirtuada da cidadania fiscal, acabando por diminuir a capacidade de reversão para o bem estar social. O agravo à administração pública, pelo não cumprimento das obrigações fiscais, exige um método eficaz de combate à sonegação fiscal pela gestão pública.

#### **CAPÍTULO 4 – METODOLOGIAS EMPREGADAS NA ARRECADAÇÃO FISCAL**

A associação de gastos públicos à arrecadação, e conseqüentemente à gestão pública, é inevitável.

A modernização na gestão pública traz benefícios na administração do dinheiro público e suas prestações de conta. No governo Fernando Collor de Mello e posteriormente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, quando o processo de gerencialismo passou a ser implementado, buscando uma mudança da reforma do Estado, trabalhando com indicadores de desempenho, descentralização, o uso racional dos recursos, flexibilização dos processos, satisfação do cidadão e melhoria contínua, processos presentes na administração privada.

Antes, em 1967, com o Decreto Lei 200, houve a primeira tentativa de tentar desburocratizar o Estado, sendo este o primeiro ato de gestão gerencial no país. Esse modelo de gestão expôs:

Na década de 90 a discussão da reforma do Estado torna-se um tema central a nível mundial. Verificamos justamente nesse período a introdução da Administração Pública Gerencial no país. O governo do presidente Fernando Collor (1990-1991) acenou com medidas de cunho neoliberal, como o enxugamento da máquina e redução dos gastos públicos. (SANTOS, 2018).

O modelo de gestão com foco no cidadão pode ser um aliado no combate de ilícitos fiscais, conforme SANTOS (2018) destacou a necessidade de implementação de um sistema de gestão focado no cidadão e nas demandas existentes, modernizando o sistema de gestão pública.

Uma das principais características do gerencialismo diz respeito ao controle social. Neste prisma:

O controle social é a participação do cidadão na gestão pública. O termo inclui fiscalização, monitoramento e controle das ações da Administração Pública que a população realiza. É um importante mecanismo de fortalecimento da cidadania que contribui para aproximar a sociedade do Estado. Assim, surge a oportunidade de os cidadãos acompanharem as ações dos governos e cobrarem uma boa gestão pública. Além disso, o controle social representa uma ferramenta indispensável quanto à prevenção da corrupção e mau uso do dinheiro público. (NETO, 2018)

Com relação à implementação do modelo gerencial, ROCHA (2015) destaca o controle, seja ele social ou por resultados, como fator fundamental para estreitar a participação da sociedade e do Estado na

responsabilidade nas decisões políticas.

O controle social, assim apresentado, é uma forma eficiente da sociedade fiscalizar o poder público, observando o montante arrecadado bem como os benefícios voltados para a população, com base no que é arrecadado.

O combate à corrupção passa pela inserção do público, entendam-se pessoas, na peleja contra os ilícitos. Entretanto, mais do que saber a importância do controle social, a compreensão e conhecimento dessas ferramentas, que auxiliam o público a combater irregularidades, é um ponto nevrálgico desta gestão social.

O avanço conquistado pela Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe uma ferramenta, denominada Portal da Transparência, que tem como finalidade dar acesso ao público às informações divulgadas pela administração.

Com relação à importância do Portal da Transparência:

[...] o Portal oferece recursos que permitem ao cidadão melhor acompanhar e compartilhar os dados disponíveis. São ferramentas que permitem entender melhor o funcionamento do governo sob diversas perspectivas; que possibilitam receber notificações em diversas situações; e que oferecem dados e informações de forma fácil para o acompanhamento dos gastos em suas diversas etapas. São muitas as possibilidades de uso do Portal da Transparência (GOVERNO FEDERAL, 2020).

A necessidade de que as informações divulgadas na transparência pública e em seus portais contenham conteúdos didáticos e menos técnicos, promovendo maior entendimento e compreensão para todo o público, deve ser tratada como base de um modelo de gestão com participação social.

A Controladoria Geral da União (2020) afirma que o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) é uma ferramenta que permite a qualquer pessoa, seja jurídica ou física, solicitar acesso a determinadas informações presentes nos órgãos das esferas municipal, estadual ou federal, podendo acompanhar e receber respostas sobre as solicitações, em vista dos ditames da Lei 12.527/2011, a Lei de Acesso às Informações. Vale destacar o que está descrito no Artigo 3º, incisos I ao V:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I- observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II- divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III- utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV- fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V- desenvolvimento do controle social da administração pública.

Sustenta esse último inciso, instruções a serem seguidas, o fato de poder buscar o desenvolvimento do controle social dentro da administração pública.

Como observado, a transparência e controle passam a ser tônicas da nova gestão pública, voltada para o modelo gerencial. A implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, foi mais um passo dado em busca de uma maior legitimidade aos atos públicos:

Em 2000 surgiu a Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal – LRF, que introduziu mudanças na administração das finanças públicas, instituindo mecanismos de transparência fiscal e controle social dos gastos públicos. A LRF cria condições de uma nova cultura gerencial na gestão dos recursos públicos e incentiva o exercício pleno da cidadania, especialmente na participação do contribuinte através do Orçamento Participativo, no acompanhamento da aplicação dos recursos e na avaliação de seus resultados. (SILVA, 2011)

Em seu Art. 1º, §1, este dispositivo salienta a importância de ações transparentes e planejadas no que diz respeito à gestão fiscal. Com relação ao planejamento, a LRF aborda um capítulo específico para disciplinar à administração pública e seus órgãos sobre necessidade de planejar e estruturar os gastos públicos.

Os mecanismos de planejamento são o Plano Plurianual (PPA) elencado no art.165, inciso I, §1 da CF/88 (é através do PPA que a administração pública define as políticas públicas que irá realizar no período de quatro anos); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em que a administração pública compreenderá as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente (Art. 165, inciso II, §2 da CF/88). O Ministério da Economia destaca que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá definir quais prioridades estabelecidas no PPA e quais metas que necessitarão ser atingidas naquele exercício. O art. 165, §5 da CF/88 regula esta ferramenta de planejamento.

Essas ferramentas de planejamento são importantes para que a administração pública possa atingir seus objetivos, conforme o que a legislação regula. Além disto, esses planos podem ajudar os cidadãos a acompanharem o orçamento público, pois devem ser divulgados, conforme define o Art. 48 da LRF 101/2000:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

As versões simplificadas de documentos como o *Relatório Resumido da Execução Orçamentária* e o *Relatório de Gestão Fiscal*, são aliadas no desafio da gestão social. Isso ressalta a necessidade de publicar informações que ajudem o público a compreender aquilo que está sendo divulgado, e conseqüentemente cumprir com o papel de integrante de todo um sistema complexo, composto por processos que vão da arrecadação à medição da eficiência dos gastos públicos

## **CAPÍTULO 5 – CIDADANIA E EDUCAÇÃO – PRECEITOS DA EDUCAÇÃO FISCAL**

A participação social passou a ser mais incentivada no processo de Educação Fiscal. O Governo cria programas a fim de concretizar esta interação entre administração e cidadão. Conforme definição na página inicial da Receita Federal:

A Educação Fiscal é compreendida como um importante instrumento de conscientização da sociedade sobre os seus direitos e deveres fiscais. O Conhecimento da tributação possibilita o fomento da cidadania, proporcionando o aprendizado sobre a função social do tributo, como forma de redistribuição da renda nacional e elemento de justiça social. Dessa maneira, o cidadão é capaz de participar do processo de arrecadação, aplicação e fiscalização do dinheiro público.

O Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) criado pela Portaria Interministerial nº 413, em 31 de dezembro de 2002, tem como objetivo levar para as pessoas uma compreensão mais abrangente da

importância do tributo para a sociedade, conforme destaca LEITE (2014).

A Educação Fiscal ganha força através da Portaria Interministerial nº 896, de 05 de abril de 2012, da Receita Federal, por ser um dispositivo que normaliza a propagação das atividades para este fim. Artigo 3º, parágrafo único:

Art. 3º As atividades relacionadas à Educação Fiscal, de que trata o art. 1º, terão como público-alvo preferencial os cidadãos e os estudantes em geral, em especial os universitários.

Parágrafo único. As atividades de que trata o caput aplicar-se-á também aos servidores públicos, aos contadores e aos despachantes aduaneiros.

Como pode ser observado, este artigo estipula qual público-alvo que deseja atingir com essas atividades, ressaltando a percepção dos estudantes. Desta forma, fica compreensível o entendimento que o Governo Federal tem em se aliar com a educação, principalmente a nível superior, buscando atingir uma compreensão e consciência social para a tributação.

Em 2012 a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), criou o Prêmio Nacional de Educação Fiscal com a parceria da Escola de Administração Fazendária (ESAF). Conforme definição do Portal do Ministério da Educação (2018), esta premiação tem “o objetivo de valorizar as melhores práticas de educação fiscal, a importância social dos tributos e sua correta aplicação”.

A premiação, de acordo com Ministério da Educação (2018), contempla categorias como escolas, desde a educação infantil ao ensino médio, passando por instituições como universidades, entes públicos, organizações não governamentais e profissionais da imprensa, incluindo TV, rádio, internet e estudantes universitários. Em 2019, de acordo com o site do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, a premiação em dinheiro variou entre R\$ 2 mil a 10 mil reais.

A despeito da premiação pecuniária, o foco deste concurso é a conscientização e incentivo para que a sociedade brasileira cumpra com o seu dever fiscal, focando principalmente no público jovem. Com a importância da Educação Fiscal nas escolas, ADOLFO; GRAVE [entre 2013 e 2020] afirmam:

A Educação Fiscal promove a prática da cidadania e possibilita a inclusão social de grande parcela da população que não conhece seus direitos e deveres. E a escola deve primar pelo desenvolvimento integral dos sujeitos inseridos no ambiente escolar, o ensino deve ultrapassar a grade curricular, integrando de fato à vida das pessoas ao seu cotidiano.

A Educação Fiscal nas escolas passa pela interdisciplinaridade, incluindo disciplinas como a matemática, conforme afirma GUIMARÃES (2005). O autor destaca a metodologia utilizada pelo professor de matemática Efler de Medeiros, no Colégio Estadual D. Pedro I, em Pitanga, no Paraná, onde os alunos calculavam o tributo que seria recolhido pelo Estado em cima dos preços dos produtos que formam uma cesta básica.

Já a Prefeitura Municipal de Santa Maria (2015), no Rio de Grande do Sul, vai mais além da sala de aula e da disciplina de matemática. Através do seu Programa Municipal de Educação Fiscal (PMEF), desenvolveu em 2015 oficinas pedagógicas para, entre outras coisas, os professores mostrarem como integraram a Educação Fiscal em disciplinas como história e geografia.

Explorando esta prática da interdisciplinaridade, da matemática à história, calculando tributos como ICMS, entendendo o fato que gera tal imposto, bem como o conhecimento de práticas de arrecadação históricas, fazem com que os alunos em idade de formação, tenham domínio da importância da prática recolhadora de receita orçamentária familiar e produto que o Estado oferece, ou que deveria oferecer.

A Educação Fiscal pode alcançar outros níveis no processo de formação de um cidadão. SILVA

(2012) afirma que:

A Educação Fiscal pode muito contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para participar da vida pública, criando um cenário de diálogo entre o estado e a sociedade civil, diálogo este que é fundamental para a legitimação da cobrança de tributos, concorrendo para o cumprimento voluntário das obrigações por parte dos contribuintes.

Ainda sobre esta ótica, OLIVEIRA (2017) destaca sobre a intenção do Estado em querer incentivar no cidadão, através da Educação Fiscal, o caráter de acionista, pois desta forma, com cada pessoa sendo uma espécie de acionista minoritário, todos iriam possuir uma parcela de responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

No que diz respeito aos direitos e deveres fiscais, destaca-se o consumidor exigir a nota fiscal de compras. Esta obrigatoriedade tem base legal de acordo com a Lei Federal nº 8.846, de 21 de janeiro de 1994, art. 1º:

Art. 1º A emissão de nota fiscal, recibo ou documento equivalente, relativo à venda de mercadorias, prestação de serviços ou operações de alienação de bens móveis, deverá ser efetuada, para efeito da legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, no momento da efetivação da operação.

Vale destacar que, caso o estabelecimento não omita a nota fiscal, estará cometendo um crime, que possui uma pena de reclusão de 2 a 5 anos e multa, conforme estabelecido no art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

Alguns órgãos públicos possuem programas que incentivam o cidadão a pedir algum documento fiscal em suas compras. O Estado de São Paulo (2020) tem o Programa Nota Fiscal Paulista, em que o consumidor solicita o cupom ou nota fiscal no momento da compra, logo após informar o CPF. O estabelecimento recolhe o ICMS do produto e, em seguida, a Secretaria de Fazenda irá creditar a parte do imposto que será devido ao cidadão. O valor creditado poderá ser usado para quitar uma parte do IPVA. A prefeitura de Três Rios (2016), no Rio de Janeiro através de um programa que tem como alicerce a cidadania, denominado Nota Fiscal TRI PREMIADA, estimula aos tomadores de serviços inscritos no sistema da prefeitura a pedirem nota fiscal eletrônica e concorrerem a prêmios. A cada R\$ 30,00 em nota fiscal, o contribuinte tem direito a um cupom para sorteio de prêmios.

Percebe-se que o Governo utiliza-se de programas e ações que busquem incentivar os cidadãos a se conscientizarem da importância de serem mais participativos na gestão dos recursos públicos. A Educação Fiscal, em todas as suas fases, contribui para a melhoria da gestão pública.

## **CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO**

Com base nas pesquisas desenvolvidas em artigos, sites e legislações, o respectivo artigo apresentou fatores que demonstram como a arrecadação tributária ainda possui elementos que prejudicam atingir uma boa gestão, como a maior clareza nas informações divulgadas pelo poder público. Este tipo de cuidado ainda não é muito bem explorado pelas administrações públicas, pois não basta somente divulgar, como previsto em Constituição, mas é necessário transmitir as informações com o objetivo de facilitar a máxima compreensão do público em geral. Desta forma, iria contribuir para que os cidadãos pudessem se interessar em interagir com a gestão pública e cobrar dos representantes o devido retorno das arrecadações tributárias.

Este trabalho apresentou a Educação Fiscal como instrumento primordial na busca da conscientização da população sobre o importante papel de exercer a cidadania de uma maneira mais efetiva, principalmente



tendo o ambiente escolar como um de seus preceitos. Além da inclusão em disciplinas como matemática e até mesmo história e geografia, a escola pode demonstrar o quanto a Educação Fiscal proporciona maior conhecimento de direitos, como exigir nota fiscal nas compras realizadas, e deveres, como o de pagar tributos.

Por mais que existam ferramentas e mecanismos que ajudem a proporcionar maior credibilidade à gestão dos tributos arrecadados, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Portal da Transparência, uma boa administração pública não exercerá a sua eficiência, que é um dos seus princípios básicos, sem a participação dos cidadãos. São para eles que os gestores públicos devem buscar atender às necessidades existentes.

O desafio continua, pois ainda são os primeiros passos da cidadania fiscal. É um processo que precisa ser melhorado, mas que a gestão pública deve-se valer para alcançar a eficiência da gestão, promovendo a Educação Fiscal, principalmente nas escolas, convergindo para um maior nível de conscientização, obtendo assim uma população mais entendedora do seu papel na sociedade, exercendo sua função de cidadã(o) como agente financiador/controlador do interesse coletivo.

## 7 BIBLIOGRAFIA

ADOLFO, Gisele Lauxen; GRAVE, Berta Elisa. **O ensino da educação fiscal em sala de aula como prática de cidadania para os alunos de Quinze de novembro/RS.** [Entre 2013 e 2020] p.6. XVI Seminário Internacional de Educação no Mercosul, 2014.

ASSIS, Marluce Maria Araújo; VILLA, Scatena, Tereza Cristina. **O Controle Social e a Democratização da Informação: Um processo em construção,** 2003. In: FIGUEIREDO, Vanuza da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. *Transparência e controle social na administração pública.* 2013, data provável. p.2.

BERMÚDEZ, Ana Carla. **Pisa: Brasil fica entre piores, mas à frente da Argentina; veja ranking.** Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/12/03/pisa-brasil-fica-entre-piores-mas-a-frente-da-argentina-veja-ranking.htm>. Acesso em 02 jun. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão.** Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>. Acesso em 15 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200,** de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-norma-actualizada-pe.html>. Acesso em 13 abr. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101,** de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm). Acesso em 23 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.137,** de 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18137.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18137.htm). Acesso em 10 mai. 2020

BRASIL. **Lei nº 8.846,** de 21 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e o**

**arbitramento da receita mínima para efeitos tributários, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8846.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8846.htm). Acesso em 10 mai. 2020

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm). Acesso em 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **O que é Lei Orçamentária Anual (LOA)?** Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/leis-e-principios-orcamentarios/o-que-e-lei-orcamentaria-anual-loa>. Acesso em 23 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Inscrições para o Prêmio Nacional de Educação Fiscal** v ã o até de 13 julho. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/43851-educacao-fiscal>. Acesso em 11 mai. 2020.

BRASIL. **Portal da Transparência.** Controle Social. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603399-controle-social>. Acesso em 13 abr. 2020.

BRASIL. **Portaria MF / MEC nº 413,** de 31 de dezembro de 2002. Implementa o Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=27597>. Acesso em 11 mai. 2020.

BRASIL. **Portaria RFB nº 896,** de 05 de abril de 2012. Disciplina as atividades relacionadas à Educação Fiscal no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=37706>. Acesso em 11 mai. 2020.

BRASIL. Receita Federal. **Educação Fiscal – conscientização da sociedade sobre os direitos e deveres fiscais.** Disponível em: <https://www.receita.economia.gov.br/acesso-rapido/direitos-e-deveres/educacao-fiscal>. Acesso em 11 mai. 2020.

DUTRA, Charles. **Sonegação Fiscal.** Disponível em: <https://www.canaltributario.com.br/sonegacao-fiscal/>. Acesso em 10 mai. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Nota Fiscal Paulista.** Disponível em: <http://nfp.fazenda.sp.gov.br/nfo/default.asp>. Acesso em 20 mai. 2020.

GUIMARÃES, Arthur. **Educação fiscal é lição de cidadania e de Matemática.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2701/educacao-fiscal-e-licao-de-cidadania-e-de-matematica>. Acesso em 10 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conheça o Brasil** –População Educação. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em 26 mai. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **O que é o Pisa.** Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/o-que-e-o-pisa/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/o-que-e-o-pisa/21206). Acesso em 03 jun. 2020.

LEITE, Tarcízio. **Educação Fiscal.** Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/educacao-fiscal>. Acesso em 11 mai. 2020.

LOPES, Carlos Côrtes Vieira. **O problema social decorrente da sonegação fiscal.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/9572/o-problema-social-decorrente-da-sonegacao-fiscal>. Acesso em 22 mai. 2020.

MORAIS, Roberto Rodrigues de. **Sonegação fiscal é perigosíssima para o contribuinte.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/31336/sonegacao-fiscal-e-perigosissima-para-o-contribuinte>. Acesso em 10 mai. 2020.

NETO, Eduardo Belém de Andrade. **Controle Social: O que você tem a ver com isso?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/controle-social-o-que-voce-tem-a-ver/>. Acesso em 13 abr. 2020.

OLIVEIRA, Getúlio Tito Pereira de. **Educação fiscal e cidadania fiscal: a participação social na otimização do sistema tributário.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58185/educacao-fiscal-e-cidadania-fiscal-a-participacao-social-na-otimizacao-do-sistema-tributario>. Acesso em 10 mai. 2020.

PINHONI, Marina. **Brasil é 3º pior em ranking de educação, aponta Economist.** Disponível em: <https://exame.com/brasil/brasil-so-nao-pior-em-educacao-que-mexico-e-indonesia/>. Acesso em 02 jun. 2020.

PREFEITURA DE TRÊS RIOS. **Nota TRI Premiada.** Disponível em: <http://www.tresrios.rj.gov.br/noticia/nota-tri-premiada-duvidas-frequentes>. Acesso em 26 mai. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Educação Fiscal é tema nas disciplinas de História e Geografia.** Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/educacaofiscal/noticias/10346-educacao-fiscal-e-tema-nas-disciplinas-de-historia-e-geografia>. Acesso em 10 mai. 2020.

PRÊMIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL. **Histórico.** Disponível em: <https://www.premioeducacaofiscal.org.br/premio-nacional-de-educacao-fiscal-divulga-finalistas-2019/>. Acesso em 11 mai. 2020.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ALUNOS. **Relatório Brasil no PISA 2018 Versão Preliminar.** Diretoria de Avaliação da Educação Básica DAEB. Brasília, 2019. Inep/MEC. **Avaliação de Matemática no PISA 2018.** p. 108-110.

REIS, Elaine Alves Ragassi dos. **Jovens e Mercado de Trabalho: Realidade e Perspectivas.** Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-organizacional/jovens-e-mercado-de-trabalho-realidade-e-perspectivas>. Acesso em 02 jun. 2020.

ROCHA, Jadir Silva. **O controle social da administração pública no Brasil.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/36217/o-controle-social-da-administracao-publica-no-brasil>. Acesso em 13 abr. 2020.

SANTANA, Kelly Naves; VIEIRA, Thamires Fernandes Rosa Vieira. **Falta transparência nas contas públicas.** Disponível em: <https://meuartigo.brasilescuela.uol.com.br/economia-financas/falta-transparencia-nas-contas-publica.htm>. Acesso em 30 mar. 2020.

SANTOS, Ânderson Ferreira dos. **Administração Pública Brasileira: O Modelo Gerencial e as Ferramentas de Melhoria na Gestão Pública.** Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/o-modelo-gerencial>. Acesso em 06 abr. 2020

SANTOS, Valéria de Pina. **A história do Brasil pelos tributos.** Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-tributario/a-historia-do-brasil-pelos-tributos/>. Acesso em 25 mar. 2020.

SEMEGHINI, Victor Theodosio. **A origem da tributação no Brasil.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/39319/a-origem-da-tributacao-no-brasil>. Acesso em 27 mar. 2020.

SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL. **Sonegômetro revela: mais de R\$ 345 bilhões sonegados só em 2018.** Disponível em: <https://www.sinprofaz.org.br/noticias/sonogometro-revela-mais-de-r-345-bilhoes-sonogados-so-em-2018/>. Acesso em 10 mai. 2020.

SILVA, Ana. **A lei de responsabilidade fiscal como instrumento de controle do orçamento público.** Importância da Educação Fiscal na Conscientização da Arrecadação de Tributos para o Exercício da Cidadania - Robson Granadeiro Gomes

Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-lei-de-responsabilidade-fiscal-como-instrumento-de-controle-do-orcamento-publico>. Acesso em 15 abr. 2020.

SILVA, Luiz Felipe Scholante. **Breves Apontamos Históricos sobre Tributação no Mundo e no Brasil.**

Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-tributario/breves-apontamos-historicos-sobre-tributacao-no-mundo-e-no-brasil/>. Acesso em 25 mar. 2020.

SILVA, R. M. A. **Políticas públicas em cidadania fiscal: análise do comportamento do Cidadão usuário do programa todos com a nota, do governo do estado de Pernambuco.** 2012. p.49. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2012.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **The Learning Curve** 2014. Disponível em: <https://eiuperspectives.economist.com/talent-education/learning-curve-2014>. Acesso em 02 jun. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Cenários da Educação.** Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/cenarios-da-educacao>. Acesso em 26 mai. 2020.

# A POLÍTICA DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Thais de Oliveira Maia <sup>(1)</sup>; Paulo Cesar Pereira <sup>(2)</sup>

(1) Graduanda da Faculdade de Miguel Pereira,

(2) Docente da Faculdade de Miguel Pereira - Orientador

**RESUMO.** A proposta desse estudo é apresentar e trazer a reflexão que as dificuldades encontradas pelas Pessoas com Deficiência (PCD), no mercado de trabalho, começam com a falta de oportunidades existentes na inclusão delas desde sua presença nas escolas. Embora tenham sido desenvolvidas e implementadas diversas políticas públicas e a criação de leis que visam garantir a inclusão, tanto nas escolas quanto para garantia de vagas no mercado de trabalho, ainda há muito a fazer. Os registros das primeiras PCD (s) no mercado de trabalho, mostram que o real motivo, foi pelo caráter cruel do mercado de trabalho desejar a mão de obra com salários inferiores aos dos trabalhadores ditos normais. Entretanto, diferente do que se esperava pelas limitações individuais, ao longo das experiências, o que se observou é que o trabalho oferecido se assemelhava aos demais, e em alguns casos, tinha qualidade até superior. Com isso, apesar da origem discutível dos motivos das contratações iniciais, mostrou ao mercado de trabalho que estas pessoas poderiam sim trabalhar como qualquer outra pessoa. O presente trabalho foi realizado com a pesquisa bibliográfica de artigos disponíveis na rede mundial de computadores, em bibliotecas digitais e em consulta de legislações relacionadas. O aprendizado com a realização deste trabalho é de que as políticas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é de que anteriormente, não era um assunto de tanta relevância, mas hoje com as experiências acumuladas, mostram que leis, programas de políticas públicas e acima de tudo, a inclusão pela educação são o caminho para a plena cidadania, a redução do preconceito e segregação e a plena ocupação no mercado de trabalho.

Palavras Chaves: Cidadania; Pessoas com Deficiência; Políticas Públicas.

## THE POLICY OF INCLUDING PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE LABOR MARKET

**ABSTRACT.** *The purpose of this study is to present and bring to the reflection that the difficulties encountered by People with Disabilities (PCD), in the job market, start with the lack of opportunities that exist for their inclusion since their presence in schools. Although various public policies and laws have been developed and implemented to ensure inclusion, both in schools and to guarantee job openings, there is still much to do. The records of the first PCD (s) in the labor market, show that the real reason was due to the cruel character of the labor market to want a workforce with wages lower than the so-called normal workers. However, different from what was expected by the individual limitations, throughout the experiences what was observed is that the work offered was similar to the others, and in some cases, it had even superior quality. With that, despite the questionable origin of the reasons for the initial hires, it showed the job market that these people could work like anyone else. This work was carried out with a bibliographic search of articles available on the world wide web, in digital libraries and in consultation with related legislation. The learning from this work is that the inclusion policies for people with disabilities in the labor market is that previously, it was not a subject of such relevance, but today with the accumulated experiences, show that laws, public policy programs and above all, inclusion through education is the path to full citizenship, the reduction of prejudice and segregation and full occupation in the labor market.*

*Key words: Citizenship; Disabled people; Public policy.*

Maia, Thais de Oliveira

A política de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho  
/ Thais de Oliveira Maia. - Miguel Pereira: 2020.  
i, 14 f. ; 29,7 cm.

Orientador: Paulo César Pereira .

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo  
em Gestão pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.

Inclui e .

1. Cidadania. 2. Pessoas com deficiência. 3. Políticas públicas. I. , Paulo  
César Pereira. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.

## 1. INTRODUÇÃO

Anteriormente, pensava-se que as dificuldades encontradas pelos PCD

(s) (Pessoas com Deficiência), ocorriam somente por causa do preconceito estrutural, que existe em regra, para com as minorias. Mas o que observa-se é que as dificuldades encontradas por eles para ingressarem no mercado de trabalho, se dá pelo fato de não acontecer a inclusão nas escolas desde a alfabetização.

Sendo assim, políticas públicas foram criadas para ajudar na inclusão de PCD no mercado de trabalho, seus objetivos eram que essas pessoas pudessem ter maiores chances para conquistar uma vaga de emprego, assim campanhas foram realizadas para conscientização da população.

As questões encontradas pelos cidadãos com deficiência para conquistar uma vaga no mercado de trabalho se dá pelo fato de não haver um conhecimento sobre as leis. Embora existem leis específicas para a inclusão dessas pessoas tanto nas escolas, quanto para a inclusão no ambiente de trabalho, elas não surtem plenamente resultados.

Conforme OLIVEIRA (2004) apresentou, foi a partir dos anos 50 que passou-se a dar maior relevância ao tema de inclusão de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, para que houvesse mais possibilidade das PCDs obterem uma profissão. Passam a ocorrer, programas de políticas públicas com vistas a inclusão pelo trabalho. E nesta lógica foram adotadas leis direcionadas para ocorrer a inclusão.

Pode-se perceber como ocorreram as primeiras oportunidades de PCD no mercado de trabalho, onde acreditava-se que esta oferecida a eles fossem pelo motivo da mão de obra mais barata. Só que com o desempenho oferecido, perceberam que havia muita qualidade, mesmo diante de tantos empecilhos, e assim essas empresas foram se adequando e oferecendo capacitação para que pudessem se aprimorar, desenvolvendo ainda mais suas habilidades.

O objetivo desse trabalho é conscientizar que deve haver a inclusão tanto nas redes de ensino, quanto ao mercado de trabalho. Independentemente de suas dificuldades, pois tem o mesmo direito especificado em lei, ou seja, inclusão é lei. Para haver essa inclusão é necessário que escolas aceitem alunos com deficiência e o mercado de trabalho também comecem a aceitar funcionários mesmo com algum tipo de deficiência, seja ela física, intelectual, auditiva ou visual. Para aqueles que encontram dificuldades em conseguir uma vaga nas escolas, existem leis que garante a inclusão desses alunos, para que não ocorra a exclusão na alfabetização.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O conceito de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é relativamente novo. Historicamente os primeiros movimentos de inclusão ocorreram a partir dos anos 50 quando, conforme Oliveira (2004), “a partir de 1950, o Estado implanta, não propriamente uma política de educação especial, mas promove tanto a criação de órgãos voltados para o atendimento de ”portadores de necessidades especiais”, quanto o lançamento de campanhas objetivando a sensibilização da sociedade para esses sujeitos que, via de regra, eram encaminhados para instituições particulares, nas quais se mantinham segregados”.

Para MITTLER (2003, p. 139) a inclusão e exclusão começam na sala de aula. Não importa o quão comprometido um governo possa ser com relação à inclusão; são as experiências cotidianas das crianças nas salas de aulas que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências e

de aprendizagem oferecidas em uma escola. As formas através das quais as escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão constituem o cerne da qualidade de viver e aprender experimentado por todas as crianças.

Não se consegue, com exatidão, estabelecer o momento em que se passa a considerar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mas algumas iniciativas, denotam que, pelo menos no Brasil, não é prática antiga.

Em 1957, são introduzidas várias campanhas – Campanha para Educação de Surdos e Mudos; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes de Visão; Campanha Nacional de Reabilitação de Deficientes Mentais que, enquanto campanhas, tinham um caráter episódico e passageiro. (MOURA, S. M., 2009)

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases (Lei 4024/61) avança no sentido de conceber a educação como direito de todos e de recomendar a integração da educação especial, ao Sistema Nacional de Educação. (BRASIL, 1961)

Em 1981, foi instituído o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, apoiado pela ONU (Organização das Nações Unidas), no qual se defendeu a “igualdade de oportunidade para todos”. Esse posicionamento repercutiu e trouxe desdobramentos no Brasil, através da formulação de vários planos, tais como: Plano de Ação da Comissão Internacional de Pessoas Deficientes (1981); Plano Nacional de Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1985). Esses planos provocaram uma mudança, traduzida na ruptura com uma perspectiva de benevolência, e na adoção de uma posição política, centrada na garantia de direitos e de acesso à cidadania, para as pessoas portadoras de necessidades especiais. (BRASIL, 1982).

Oliveira (2004), aponta que: “A Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança (Lei 8069/90) estipularam os Direitos dos Portadores de Necessidades Especiais que passam a ser considerados, não mais como objetos de assistência social, mas como sujeitos de direitos, inclusive, à educação. Em seu artigo 208, essa Lei Maior Brasileira determinou ser dever do Estado, o atendimento educacional especializado, aos portadores de deficiência, na rede regular de ensino.”

Paiva (2017) escreve que em 1994, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) promove a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, da qual participaram noventa e dois países, entre os quais, o Brasil. Desse evento, redundou a elaboração da

“Declaração de Salamanca” que preconizou: o princípio da inclusão e o conseqüente reconhecimento da necessidade dos “sujeitos especiais” serem aceitos, em escolas regulares; a recomendação de uma gestão eficiente, que atenda aos princípios de eficácia e de eficiência. (OLIVEIRA, 2004)

Na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU, aprovada em julho de 2008 pelo Decreto Legislativo nº 186 e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, com equivalência de emenda constitucional, foi outro marco relevante para o movimento das pessoas com deficiência. Devido ao processo de politização e à mudança de paradigma de exclusão para inclusão social, também começaram a mudar os nomes que designavam as pessoas com deficiência, e termos como “aleijado”, “defeituoso”, “incapacitado”, “inválido” foram paulatinamente substituídos pela expressão “pessoa deficiente”. (BRASIL, 2009).

Um avanço dado à utilização do termo “pessoa” para lembrar que, antes de ter uma deficiência, tratava-se de uma pessoa. Aos poucos, entrou em uso a expressão “pessoa portadora de deficiência”, visto que não se tratava de uma pessoa deficiente, e sim de uma condição de deficiência. Essa expressão



foi posteriormente reduzida para “portador de deficiência” e, mesmo que a adoção do termo “portador” demonstrasse a tentativa de diminuir o estigma, quase sempre presente quando o tema da deficiência era abordado, essa determinação não foi totalmente acolhida pelos estudiosos do assunto (PAIVA,2017).

Apesar de o termo ter sido difundido, inclusive em documentos oficiais, a tendência foi cair em progressivo desuso, já que não se trata de uma condição “portada”, e sim de uma característica da pessoa. Desse modo, na década de 1990, entrou em uso a expressão “pessoa com deficiência”, que permaneceu até os dias atuais, sendo considerada a nomenclatura menos estigmatizante (Sasaki, 2003).

Em termos conceituais, pessoas com deficiência são aquelas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores congênitos ou adquiridos, de caráter permanente, e que acarretam dificuldades ou incapacidades em sua interação com o meio físico e social (Sasaki, 2003, Brasil, 2010).

O Decreto nº 5.296, 2 de dezembro 2004 estabeleceu critérios técnicos fundadas em parâmetros internacionais, considerando os seguintes tipos de deficiência: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência intelectual e deficiência múltipla (Brasil, 2010).

Apesar de os avanços médicos, as políticas públicas e os avanços tecnológicos terem possibilitado à pessoa com deficiência, melhorias em suas condições de vida, é importante não perder de vista que a ideia de inclusão está imersa na realidade de exclusão (Sawaia, 2009).

Paiva (2017, apud Satow e Heloani, 2003), um dos modos de sair do estigma (inclusão pela exclusão) é a crença nas potencialidades das pessoas com deficiência, e a melhor forma de exercer essa crença é por meio do trabalho. Esse se configura como principal balizador dos processos de inclusão e de possibilidade de caracterização das pessoas com deficiência como ativas na sociedade.

O autor Silva (1987) diz que, um grande marco na mudança da concepção sobre as pessoas com deficiência remonta a períodos distintos da Era Moderna. Após as Revoluções Industriais na Inglaterra (1760) e França (1789), começaram a aparecer registros de trabalho de pessoas com deficiência, com o aumento do trabalho feminino e infantil. (Paiva, 2010 appud Silva,1987)

Embora o motivo do aparecimento do trabalho das PCD na indústria tenha sido a necessidade de mão de obra barata (Paiva, 2010), atrelado às condições de trabalho insatisfatórias para os parâmetros atuais, ressaltamos a importância desse acontecimento para a compreensão do que se configura como primeiro passo para o fenômeno da inclusão no trabalho, posto que foi um acontecimento que influenciou a percepção de que, apesar da deficiência, era possível que a pessoa exercesse algum trabalho produtivo. No início do século XIX, a criação e o aperfeiçoamento do código Braille e, no início do século XX, os registros de pelo menos 20 instituições destinadas ao atendimento de pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência (Mazzota, 1996), também demonstram maior preocupação acerca dos cuidados com as pessoas com deficiência. O movimento político da inclusão social começou a se evidenciar, de fato, no final do século XX, mais precisamente na segunda metade da década de 1970, nos países mais desenvolvidos, e se difundiu nas décadas de 1980 e 1990 para outros países, inclusive o Brasil (Carvalho-Freitas & Marques 2009).

O que se pode encontrar antes da década de 1970, especialmente no Brasil, são ações assistencialistas e voltadas para atividades de caridade (Paiva,2010). A Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, aprovada pela ONU em 1975, garantiu considerações específicas no planejamento econômico-social (art. 8º) (Paiva, 2010 appud Silva, 1987), contribuindo para a emergência do movimento politizado das PCD. Esse movimento visava não apenas à melhoria das condições de vida das pessoas com

deficiência, mas também à diminuição do estigma de “incapaz” ou “inferior”, presente em alguns discursos e acontecimentos históricos anteriores, e à efetiva inclusão e participação social desse grupo na sociedade. A inclusão, nesse sentido, refere-se à garantia de direitos e remete a uma mudança social acerca do manejo com as necessidades especiais de cada pessoa.

E, dando continuidade aos acontecimentos de 1975, a ONU declarou o ano de 1981 como Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD) (Figueira, 2008), visando promover ações voltadas para esse público, bem como chamar a atenção para a questão da deficiência.

Nesse contexto de mudança de paradigma social, Sasaki (2003) pontua alguns conceitos que devem se fazer presentes na nova perspectiva sobre a inclusão das PCD, como autonomia, independência, empoderamento e equiparação de oportunidades. Segundo o autor, essas noções resumem a ideia de que a pessoa com deficiência deve ter o direito de exercer o controle sobre sua própria vida, ter domínio do espaço físico em que vive, ter condições justas de oportunidades e ter vivências que possibilitem o fortalecimento individual.

Portanto, a inclusão consiste em fazer com que todos os sistemas sociais estejam adequados para o máximo de possibilidades possíveis, de modo que sejam eliminadas as barreiras que impedem que todas as pessoas, com suas particularidades, possam compartilhar os mesmos ambientes e consigam ter acesso às mesmas coisas (Sasaki, 2003).

No aspecto da legislação nacional, a Lei de Benefícios da Previdência Social – Lei 8213/91 | Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, estabelece quantidade de trabalhadores portadores de deficiência que devem fazer parte da força de trabalho.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados. 2%;
- II - de 201 a 5003%;
- III - de 501 a 1.000 4%;
- IV - de 1.001 em diante 5%.

Dessa forma empresas que contém muitos funcionários fica obrigada a obedecer a lei e incluir funcionários com deficiência em seu grupo, sendo assim, pessoas portadoras de deficiência, tem a oportunidade de conseguir uma vaga de emprego.

Como vimos anteriormente as dificuldades dos portadores de deficiência começam nas escolas, onde encontra-se um grande obstáculo para encontrar professores qualificados para ajudar no desenvolvimento desses alunos. Quando se tem um aprendizado de qualidade possui mais possibilidade para conseguir uma vaga no mercado de trabalho, porém quando há impedimentos no aprendizado escolar, não será possível conquistar a oportunidade de um trabalho digno.

### **3.METODOLOGIA**

O método para a construção deste artigo foi utilizado à pesquisa bibliográfica mediante o método descritivo. De acordo com Vergara (2015), pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Lakatos e Marconi (2017) definem os estudos descritivos como destinados a descrever as características de determinada situação.

A pesquisa foi realizada na bibliografia eletrônica do site da Biblioteca da Famipe, nas bases de dados online no site de procura do Google Acadêmico e Scielo e pesquisas em livros, artigos, monografias, a fim de adquirir embasamentos teóricos para dissertação sobre o tema proposto.

Decorrente dessa busca científica partiu-se para análise do material, seguindo as etapas: leitura exploratória, procedente da necessidade de conhecer melhor o problema, aprimorar ideias; leitura seletiva, através da qual foram selecionados a literatura pertinente aos propósitos do artigo; leitura analítica dos textos, momento de apreciação e julgamento das informações, evidenciando-se os principais aspectos abordados sobre o tema.

#### **4.DISSCUSSÃO**

A sigla PCD é referente as pessoas com deficiência visual, auditiva, física ou intelectual. Antes de ficar conhecida como pessoas com deficiência, eram utilizados os termos: aleijado, defeituoso, incapacitado ou inválido, com o passar do tempo esses termos foram substituídos por pessoas deficientes.

É consenso na bibliografia, que a grande dificuldade de PCD começam nas escolas. Percebe-se também que há um conflito em suas famílias até mesmo em aceitar, por não terem acesso às informações, o que possibilitaria um maior entendimento e compreensão, norteando todo o caminho.

Na idade escolar, esse período é agravado, pois nem todos têm capacidade ou estrutura para atender as necessidades de uma pessoa com deficiência. Algumas políticas foram criadas para suprir essas dificuldades, no entanto ainda não foi possível alcançar plenamente esses objetivos.

Antigamente não se tinha tanta informação e nem todas as pessoas tinham acesso a lei, com o passar dos anos se teve a percepção de que precisava-se criar leis mais específicas para atender as necessidades de PCD em encontrar uma oportunidade no ramo de trabalho. Hoje contam com maior facilidade para frequentar uma escola, mas nem todas essas escolas encontra-se professores qualificados em ajudar nas dificuldades desses alunos, para se ter uma maior oportunidade. É preciso que se tenha a inclusão nas escolas, almejando uma maior inserção para o mercado de trabalho.

De acordo com a Lei 13.146 de julho de 2015 em seu Artigo 1º, “É instituída a lei brasileira de inclusão de pessoas com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência), destinada a assegurar e a promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania”. De acordo com a lei todos têm direito a igualdade, inclusão não é favor, é lei.

A partir dos anos 50 que começaram os movimentos que buscavam a implantar políticas públicas, com o objetivo de desenvolver uma educação especial, não só nas escolas, mas com o intuito de promover a aceitação de portadores de necessidades especiais pela sociedade, visto que já era identificado preconceitos com alguns deficientes, e parecerem acreditar que por eles terem algum tipo de deficiência não seriam capazes de se ter uma vida normal, como qualquer outra pessoa. Infelizmente acreditavam que eles não seriam capazes de frequentar uma escola, de não possuir uma formação e não conseguir um trabalho. Por esse e outros motivos começaram a implantar programas de políticas públicas nas redes públicas para que pudessem atender as necessidades desses alunos.

Os primeiros registros de PCDs no mercado de trabalho ocorreram após a revolução industrial na Inglaterra, antes desse período não se tinha nenhum tipo de registro dessas pessoas no ambiente de trabalho. Infelizmente essa oportunidade que encontraram foi por causa da necessidade de mão de obra mais em conta, dessa forma foi possível perceber que essas pessoas tinham sim capacidade para realizar um trabalho

produtivo. E com o passar do tempo as empresas puderam se preparar e se estruturar para atender as dificuldades de seus empregados que possuía algum tipo de deficiência, assim como movimentos políticos foram acontecendo para a inclusão dessas pessoas na sociedade.

Para que haja a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é preciso que ocorra a inclusão nas escolas, para sua formação. A inclusão se dá pelo fato de todos terem direitos iguais, independentemente de suas condições físicas. É preciso que esse processo comece nas escolas para que se possa ter uma oportunidade para ingressar no mercado de trabalho.

Hoje temos estabelecido em lei que empresas com determinada quantidade de funcionários, fica obrigatório a reserva de um percentual de vagas destinadas para pessoas com algum tipo de deficiência. O que permite que essas pessoas tenham uma oportunidade de encontrar uma vaga no ambiente profissional.

De acordo com o artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no primeiro parágrafo, estabelece que a escola tem que ter serviço de apoio especializado, para atender as necessidades dos alunos de educação especial. E a Constituição Federal no artigo 205, refere-se “à educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. ” Sabendo de seus direitos, possuem maiores possibilidades para correr atrás e conseguir uma educação de qualidade garantindo o nível do ensino médio no currículo desses alunos com deficiência, e assim qualificando para conquistar uma vaga no mercado trabalhista.

## **5.CONCLUSÃO**

De acordo com a pesquisa bibliográfica realizada foi possível perceber que a inclusão deve acontecer primeiramente nas escolas, sendo assim poderá haver maior possibilidade de inclusão no mercado de trabalho.

Observou-se que houve a inclusão dessas pessoas com deficiência, depois que políticas públicas foram criadas para que empregadores pudessem incluir funcionários com deficiência em suas empresas, assim que houve a primeira chance deles ingressarem, foi possível a percepção da capacidade que eles possuem. Para que isso se tornasse uma prática comum em nosso ambiente foi preciso haver também a criação de leis.

Observa-se que a criação de leis também foi muito importante na inclusão dessas pessoas ao mercado de trabalho, sendo assim houve mais possibilidade e integração, assim como as leis foram criadas, as empresas também se conscientizaram para que houvesse a capacitação e a adaptação das mesmas, para que pudessem se aperfeiçoar na área de atuação e assim podendo desenvolver suas capacidades.

O objetivo é conscientizar que deve haver a inclusão nas redes de ensino para que esses alunos possam ser alfabetizados, e possuir uma maior chance na conquista de uma vaga no mercado de trabalho, por isso leis foram criadas para ajudar na inclusão tanto nas escolas, como também para possibilitar a inclusão para conseguir uma vaga no ambiente de trabalho. Independente de suas dificuldades, todos tem o mesmo direito especificado em lei, ou seja, inclusão é lei.

Durante a realização desse trabalho não houve tempo adequado para que pudesse se aprofundar um pouco mais do assunto em nosso município, mas em outro momento ou na realização de um outro trabalho mais específico ele poderá ser aprofundado sobre a inclusão ou até na realização de alguma política pública para que haja a inclusão em nosso município.

## 6. BIBLIOGRAFIA

BRASIL (2010). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Recuperado a partir de <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/>

BRASIL. **DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.**, Regulamenta as Leis os n10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília 2000.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base de 1961 - Lei 4024/61 | Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Brasília, 1961

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. **LEI Nº 8.213, de 24 de julho de 1991** Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

CARVALHO-FREITAS, M. N. de & Marques, A. L. (2009). **Pessoas com deficiência e trabalho: percepção de gerentes e pós-graduandos em Administração**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(2), 244-257.

FIGUEIRA, E. (2008). **Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. Giz Editorial, São Paulo.

MARCONI, Andrade, M. D., LAKATOS, Maria, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**, 8ª edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010770/>

MAZZOTA, M. J. S. (1996). **Educação especial no Brasil – História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003

MOURA, S. M. .Cecília Sueko Miyake Fukushima. **Caminhos para inclusão dos surdos na educação de jovens e adultos ouvintes falando com a mãos/Libras**. 2009. Orientação de outra natureza - Universidade Estadual de Londrina. Orientador: Simone Moreira de Moura.

OLIVEIRA, M. A. M.; AMARAL, Cláudia Tavares . **Políticas Públicas contemporâneas para a Educação Especial: inclusão ou exclusão..** In: 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004, Caxambu. 27ª ANPED - Sociedade, Democracia e Educação: qual Universidade?. Rio de Janeiro: ANPED, 2004. v. 1. p. 1-16.

PAIVA, Juliana Cavalcante Marinho; BENDASSOLLIL, Pedro F.. **POLÍTICAS SOCIAIS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, Belo Horizonte , v. 23, n. 1, p. 418-429, jan. 2017 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682017000100025&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000100025&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 04 mar. 2020. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p418-429>.

SASSAKI, R. (2003). **Como chamar as pessoas que têm deficiência? Vida Independente: história**, A política de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho - Thaís de Oliveira Maia

**movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos.** São Paulo: RNR.

SAWAIA, B. (2009). **Psicologia social e desigualdade: um estudo sobre liberdade e afetividade.** *Psicologia Social & Sociedade*, 21(3), 364-372.

VERGARA, , S.C. **Métodos de Pesquisa em Administração**, 6ª edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522499052/>

# ÁREAS VERDES URBANAS EM MIGUEL PEREIRA-RJ: UM ENSAIO SOBRE A RELEVÂNCIA DO PLANEJAMENTO DE ARBORIZAÇÃO

Vânia Maria Barros Brizola Iggnácio<sup>1</sup>, Carlos Eduardo Granadeiro Correa <sup>2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão Pública, vaniabrizola@gmail.com

<sup>2</sup>Faculdade de Miguel Pereira, Curso de Gestão Pública, dunga13@oi.com.br

**RESUMO.** A arborização urbana se caracteriza como o conjunto de áreas públicas e privadas que uma cidade apresenta, cujos benefícios são significativos, principalmente na redução de impactos ambientais. Objetivou-se analisar a revitalização das áreas verdes urbanas no município de Miguel Pereira através da arborização com o uso de espécies nativas. Os procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e o levantamento das características da arborização urbana após investigação em diversos bairros do município. Os resultados apontam que existem espaços que carecem de arborização, como Governador Portela, São Judas Tadeu e alguns trechos no Centro. Nos bairros mais arborizados, Vila Suissa, Vila Margarida e Estância Aleluia, a carência é de manutenção adequada e de projetos específicos para recuperação de calçadas e das margens do rio. No Centro foi observado o plantio de espécie exótica em lugar de espécies nativas. Compreendeu-se o papel essencial da gestão pública na promoção do desenvolvimento sustentável no meio urbano e a necessidade de leis específicas e políticas públicas de arborização e conservação das áreas verdes urbanas.

Palavras-chave: Paisagem Urbana. Arborização. Áreas Verdes Urbanas.

## URBAN GREEN AREAS IN MIGUEL PEREIRA-RJ: AN ESSAY ON THE RELEVANCE OF AFFORESTATION PLANNING

**ABSTRACT.** *Urban afforestation is characterized as the set of public and private areas that a city presents, whose benefits are significant, mainly in reducing environmental impacts. The objective was to analyze the revitalization of urban green areas in the municipality of Miguel Pereira through afforestation with the use of native species. The procedures used were the literature search and the survey of the characteristics of urban afforestation after investigation in several neighborhoods in the municipality. The results show that there are spaces that lack afforestation, such as Governador Portela, São Judas Tadeu and some sections in the Center. In the more wooded neighborhoods, Vila Suissa, Vila Margarida and Estância Aleluia, there is a lack of adequate maintenance and specific projects for the recovery of sidewalks and river banks. In the Center, the planting of exotic species was observed instead of native species. The essential role of public management in promoting sustainable development in urban areas was understood and the need for specific laws and public policies on afforestation and conservation of urban green areas.*

*Keywords: Urban Landscape; Afforestation; Urban Green Areas.*

Iggnácio, Vânia Maria Barros Brizola

ÁREAS VERDES URBANAS EM MIGUEL PEREIRA-RJ: um ensaio sobre a relevância do planejamento de arborização / Vânia Maria Barros Brizola Iggnácio. - Miguel Pereira: 2020.  
, 26 f. : il. ; 29,7 cm.

Orientador: Carlos Eduardo Granadeiro Correa.

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção do Grau de Tecnólogo em Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - Faculdade de Miguel Pereira, 2020.

Inclui Ilustrações e Bibliografias.

1. Paisagem Urbana. Arborização. Áreas Verdes Urbanas.. 2. undefined. 3. undefined. 4. undefined. 5. undefined. I. Correa, Carlos Eduardo Granadeiro. II. Faculdade de Miguel Pereira. III. Título.



## 1. INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que o tema arborização urbana ainda é pouco explorado no Brasil, considerando-se a dimensão do nosso território, e ainda que passa por um lento processo de evolução. Porém, devido à importância da cobertura vegetal, tanto para o meio ambiente quanto para a qualidade de vida das pessoas, existe a necessidade do envolvimento e comprometimento da administração pública e da sociedade, visto que esta exerce importante papel para que se cumpram as propostas.

A arborização urbana se caracteriza como o conjunto de áreas públicas e privadas que uma cidade apresenta, com vegetação predominantemente arbórea ou em estado natural, incluindo as árvores de ruas e avenidas, parques públicos e demais áreas verdes, cujos benefícios são significativos, principalmente na redução de impactos ambientais.

Importante comentar que a crescente concentração de pessoas nas cidades brasileiras por motivos diversos, incluindo as cidades do interior, como Miguel Pereira/RJ, juntamente com a industrialização, o mau uso das tecnologias e a ambição do setor imobiliário, acabam por modificar consideravelmente as paisagens naturais, acarretando preocupantes problemas ambientais, como impermeabilização do solo, elevação da temperatura, redução da fauna, poluição atmosférica, hídrica, sonora e visual, entre tantos outros.

Tome-se como exemplo os acontecimentos trágicos no Estado do Rio de Janeiro nos três primeiros meses de 2020, consequências das fortes chuvas que, mesmo esperadas para a estação do ano, deixaram muitos mortos e desabrigados, observando-se grande e rápida elevação do nível de água dos rios e deslizamentos de encostas. De certo, impactos sobre a cobertura vegetal, mais expressamente a sua falta, somados à carência de planejamento urbano, tem sua parcela de culpa diante desse quadro.

Em termos de gestão e planejamento urbano, a arborização urbana constitui atualmente uma das mais relevantes atividades, devendo fazer parte dos planos, projetos e programas urbanísticos das cidades. Todo o complexo vegetal de uma cidade, seja plantado ou natural, em termos globais compõe a sua massa verde.

Nesse contexto, é notória a necessidade de os administradores municipais criarem leis específicas para a implantação adequada de indivíduos arbóreos e de áreas verdes nos municípios, incluindo o seu manejo correto e de forma profissional, com o uso sustentável dos resíduos. Porém a comunidade também tem a sua responsabilidade, no tocante a cobrar das autoridades públicas e fiscalizar a gestão desses recursos e os impactos da sua má administração.

O presente estudo apresenta como tema a revitalização vegetal em áreas urbanas no Município de Miguel Pereira/RJ. Tal escolha é justificada pelo papel fundamental que as áreas verdes representam na qualidade de vida da população e na redução dos impactos ambientais urbanos, negativos em sua maioria.

A vegetação apresenta aspectos positivos nos ambientes de forma geral, mas, especialmente nos centros urbanos, os quais podem ser não somente percebidos, mas também mensurados, avaliados e monitorados. Dentre tais benefícios, merecem destaque a estabilização do microclima, redução da poluição atmosférica e sonora, melhoria estética das cidades, ação sobre a saúde humana, benefícios sociais, econômicos e políticos, controle da temperatura ambiental e umidade do ar, contribuição para escoamento pluvial, entre tantas outras.

Dessa forma, a cada dia se torna mais necessário a elaboração de planos de recomposição de áreas verdes nas cidades, considerando a correta distribuição de vegetação preferencialmente nativa, principalmente árvores, nas margens das ruas e em outros espaços disponíveis, aproveitando os benefícios

da planta na busca por qualidade de vida.

Nesse cenário enquadra-se o município de Miguel Pereira/RJ que, devido a motivos diversos, vem apresentando uma considerável diminuição de espaços verdes nas áreas urbanas, fato preocupante tanto em termos ambientais quanto para a manutenção da qualidade de vida da população.

Considerando-se a hipótese de que é possível recompor a paisagem urbana do referido município através da restauração de áreas verdes, seguindo um planejamento ambiental correto e específico, baseado na utilização de espécies da vegetação nativa da região, apresenta-se o seguinte questionamento: Como recuperar áreas verdes urbanas no município de Miguel Pereira/RJ, de forma simples e pouco onerosa envolvendo o poder público e a sociedade?

Como objetivo principal, pretende-se analisar a revitalização das áreas verdes urbanas no município de Miguel Pereira através da arborização com o uso de espécies nativas da região. Como objetivos específicos: identificar quais são os benefícios e os conflitos inerentes à arborização urbana; descrever como é feito um planejamento adequado para implementar a arborização urbana; analisar a arborização de certos bairros e sugerir a revitalização ou adequação da vegetação de determinados espaços através de um planejamento adequado de arborização urbana.

Trata-se de um trabalho descritivo-exploratório. Inicialmente será feita a revisão bibliográfica por meio de livros, manuais, artigos e revistas científicas, relatórios técnicos de órgãos oficiais, para levantamento de informações necessárias para melhor discorrer sobre o tema. Em segundo momento, será feita a sondagem sobre as características urbanas do município, que servirão de base para a escolha e sugestão adequada da revitalização para cada local indicado.

## **1 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA**

Diversos pesquisadores das áreas de Meio Ambiente, Ecologia e Recursos Naturais consideram o seguinte conceito de arborização urbana, empregado por Grey e Dakene (1986 apud OSAKO; TAKENAKA; SILVA, 2016, p. 4): “compreende-se como arborização urbana o conjunto de terras, públicas e particulares com cobertura arbórea que uma cidade apresenta”, incluindo as ruas e avenidas, parques públicos e demais espaços com a presença de vegetação.

Nesse item serão abordados sucintamente os aspectos relevantes sobre a arborização urbana, como os seus benefícios e possíveis conflitos, bem como a importância do planejamento para sua execução.

### **1.1 Benefícios proporcionados pela arborização urbana**

A presença de vegetação nos espaços urbanos, em concordância com diversos estudos científicos divulgados (FRANCO et al., 2018; SOUZA et al., 2017) é capaz de assegurar inúmeros benefícios, tanto para a população quanto para o meio ambiente. A sua importância está relacionada diretamente às condições do microclima local, ao ciclo hidrológico e à qualidade do ar, além de contribuir esteticamente, tornando o aspecto “cinza” (em alusão às construções) das cidades mais agradável.

Sobre isso, Franco et al. (2018) mencionam que recentes pesquisas realizadas em cidades da Europa, como Paris e Lisboa, verificaram que os espaços verdes das cidades atuam diretamente na percepção de bem-estar das pessoas, na promoção da saúde e aumento da qualidade de vida.

Dentre outros fatores, a presença de vegetação em ambiente urbano interfere no microclima, amenizando os efeitos prejudiciais comuns nas cidades. A incidência dos raios solares nas vias e construções resulta em aumento da temperatura, mas a vegetação é capaz de suavizar esse efeito, promovendo equilíbrio da temperatura e da amenização da sensação térmica, além de favorecer o aumento da umidade do ar (ALMEIDA, 2009).

Esses efeitos tornam-se facilmente apreciáveis pela população, evidenciando-se a redução da temperatura, o aumento da ventilação e a redução da luminosidade, tornando o ambiente mais agradável. As propriedades do dossel, a localização, o porte e o espaçamento entre as árvores influencia diretamente nesses, especialmente no efeito de resfriamento do ambiente (FRANCO et al., 2018).

A utilização de vegetação nas áreas urbanas contribui também para a drenagem das águas pluviais, pois auxiliam na sua infiltração no solo e diminuem a velocidade com que a água escorre superficialmente, principalmente em casos de chuvas fortes, evitando a erosão do solo. Ocorre que é muito usual a pavimentação das vias e acostamentos com material de pouca permeabilidade, como asfalto e concreto e, como a água não consegue infiltrar no solo, acaba sobrecarregando os sistemas de drenagem, quando esses existem, provocando enchentes e invadindo as redes de esgoto e de fornecimento de água potável, por exemplo. Quando não estão presentes esses sistemas de drenagem, as consequências do acúmulo de água podem ser ainda mais graves.

Dessa forma, contempla-se que

A arborização colabora de forma significativa para a melhoria do conforto urbano. É elemento de contemplação, fornecedora de flores e frutos atrativos, e centro de configuração paisagística, como ponto de referência para orientação e identificação, possibilitando a proximidade e convivência do homem com a natureza no espaço construído (PORTO; BRASIL, 2013).

Porém, conforme Osako, Takenaka e Silva (2016), nas cidades geralmente existe carência de quantidade e variedade de espécies da vegetação, sobretudo de árvores, distanciando-se das condições consideradas ideais para atingir os benefícios almejados. Os mesmos pesquisadores explicam que a escolha mais acertada é a utilização de espécies endêmicas para compor as áreas verdes dentro das cidades. Isto porque essas espécies estão naturalmente adaptadas ao clima e às condições ambientais do local, mesmo que o ambiente urbano forneça circunstâncias adversas devido às ações antrópicas, como a poluição e a modificação da paisagem natural, por exemplo.

Refletindo sobre o exposto, compreende-se a relevância de um planejamento prévio e adequado para se implantar ações de revitalização de áreas verdes através da arborização urbana. Deve-se considerar diversos fatores, como as características próprias de cada espécie, o local apropriado para plantio, necessidades de cada local, facilidade e regularidade de manutenção, medidas de conservação da diversidade, possibilidade de produção própria de mudas e possíveis conflitos e adversidades, como serão abordados nos tópicos seguintes.

## **1.2 Adversidades decorrentes da arborização urbana sem planejamento**

A vegetação pode ser encontrada em diversos ambientes, sejam eles naturais, como bosques e florestas nativos ou forjados pelo homem, a exemplo de jardins residenciais e em áreas públicas, como praças e margens de ruas e estradas. Mas, em termos de arborização urbana, as vias de acesso (ruas, estradas e avenidas) são os locais mais costumeiros para o plantio de árvores, geralmente enfileiradas nas calçadas e acostamentos e, na maioria dos casos, sem planejamento prévio e carente de manutenção adequada (ALMEIDA; RONDON NETO, 2010).

Essa prática comum pode trazer conflitos de diversas naturezas. No caso de bairros residenciais, os problemas podem estar relacionados a falta de manutenção (podas), prejuízo a calçadas e edificações, criação de obstáculos nas calçadas e acúmulo de resíduos, como folhas e galhos que caem. Nessas situações, para evitar adversidades com os moradores, como bem colocado por Almeida e Rondon Neto (2010), o gestor do espaço urbano responsável pela arborização deve fazer uma sondagem do local, para identificar

as suas reais necessidades e implantar a infraestrutura adequada para que o projeto tenha sucesso.

Outro ponto relevante destacado pelos mesmos pesquisadores se refere ao uso excessivo de espécies exóticas, situação identificada em diversas cidades no Brasil e no mundo. Tais espécies podem apresentar certa vantagem em relação às espécies nativas, e podem se tornar verdadeiras pragas, expandindo os contratempos, em vez de promoverem somente os efeitos positivos. Destaca-se, porém que as espécies exóticas, se utilizadas de forma razoável, apresentam pontos positivos, sobretudo nas características paisagísticas.

Dentre os principais pontos negativos, Franco et al. (2018) expõe a redução da flora nativa e da biodiversidade no meio urbano, a proliferação excessiva e descontrolada das espécies exóticas, o aumento da competitividade entre espécies, o que afeta o equilíbrio natural e, em concordância com o já exposto, a ampliação de possíveis problemas.

Em relação aos passeios públicos, a maioria das cidades brasileiras é carente de indicadores de qualidade, por falta de planejamento e deficiências na gestão municipal, incluindo falta de fiscalização e legislação específica. Via de regra, a construção dos passadiços urbanos tem de respeitar, ao menos, três condições, quais sejam acessibilidade dos usuários, conforto e segurança (FRANCO et al., 2018).

Apesar dos benefícios trazidos pela arborização urbana, a vegetação também traz problemas que requerem atenção, que poderiam ser evitados com manutenção adequada e periódica (SOUZA et al., 2017). Dentre tais transtornos, estão os conflitos com as redes de distribuição de telefonia e eletricidade, pois a vegetação se prolifera sobre os postes, fios e cabos, por vezes acarretando prejuízos materiais e interrupções no serviço. Os resíduos, como folhas, galhos e frutos podem se acumular em calhas, encanamentos, bueiros e galerias de escoamento pluvial, causando o seu entupimento e impedindo o fluxo da água. O crescimento do sistema radicular pode vir a prejudicar a estrutura das calçadas e a pavimentação das ruas e danificar encanamentos que estejam mais superficiais. Acidentes a pedestres e ciclistas, por causa de raízes expostas e galhos mais baixos e prejuízos materiais a veículos, pois galhos e frutos podem cair sobre os mesmos.

Observam-se também que a própria vegetação pode ter sua saúde prejudicada, como é o caso de podas incorretas e em momento inadequado do seu desenvolvimento, ataque impetuoso de fungos, pragas, insetos e outros predadores e injúrias físicas, provocadas inclusive pelas próprias pessoas (SOUZA et al., 2017).

Um novo instrumento vem sendo utilizado pelos gestores municipais em algumas cidades do Brasil (SOUZA et al., 2017) para compreender a percepção da população em relação aos benefícios da arborização urbana executada de forma adequada. Com essa prática, espera-se que a sociedade perceba o meio à sua volta de forma mais positiva, entendendo a importância da conservação da vegetação para o aumento da qualidade de vida e que a preservação das áreas verdes é de responsabilidade tanto dos gestores públicos quanto da sociedade. A partir dessa percepção é que seriam implantadas ações de Educação Ambiental voltadas para a arborização adequada e responsável.

### **1.3 Planejamento da arborização urbana**

A vegetação presente no meio urbano cumpre o papel de complementar a paisagem, destacando as formas arquitetônicas, melhorando a estética e tornando o ambiente mais agradável. Quando introduzida através de um planejamento adequado, respeitando as reais carências do local, considerando as suas características e do entorno e as propriedades das espécies escolhidas, as vias de circulação de veículos e de pedestres e os locais de lazer se tornarão bem mais prazerosos.

Conforme explicam Porto e Brasil (2013), em termos de projeto de arborização, deve-se dar importância também à direção e sentido dos ventos predominantes e ao posicionamento relativo da luz solar, já que são fatores naturais que influenciarão diretamente o desenvolvimento das plantas. No mesmo sentido, a vegetação escolhida deve estar de acordo com os tipos de atividades antrópicas exercidas na região, ou seja, é um bairro residencial, centro comercial ou industrial, área turística ou local destinado ao lazer e prática de esportes, por exemplo.

Para melhor compreensão dos locais mais apropriados para revitalizar a vegetação através da arborização urbana, recorreu-se a manuais técnicos (SÃO PAULO, 2015; PORTO; BRASIL, 2013) sobre o assunto, o que possibilitou a categorização desses espaços em calçadas e vias públicas, canteiros centrais, praças, parques lineares e estacionamentos.

O passadiço, passeio público ou calçada pode ser definido como a via na qual o pedestre pode transitar livremente e que, de acordo com as suas características, permite a inserção de mobiliário urbano, vegetação e elementos de sinalização. O porte da árvore está diretamente relacionado às dimensões da calçada, de forma que haja espaço disponível suficiente para harmonia entre a vegetação, as edificações e o mobiliário urbano (PORTO; BRASIL, 2013), respeitando a determinação da norma técnica ABNT-NBR 9050/2015 de que a faixa livre ou passeio deve ter, no mínimo, 1,20 m de largura para trânsito exclusivo do pedestre e 2,10 m de altura livre. Ressalta-se ainda que a vegetação não deve conflitar com o mobiliário urbano e encobrir a sinalização.

Definidas as dimensões da calçada, analisam-se as características da rede elétrica aérea, se possível através do fornecimento dos dados pela concessionária de energia responsável. Busca-se adequar o tamanho da árvore a tais características, de forma que não ocorram prejuízos à prestação do serviço e que a manutenção seja facilitada (SÃO PAULO, 2015).

Os canteiros centrais são as regiões que cumprem o papel de separador das vias de rolamento. Os canteiros com largura inferior a 1,0 metro devem receber apenas plantas rasteiras e arbustos. Com largura entre 1,20 e 4,0 metros, recomenda-se o uso de plantas de pequeno e médio porte e, se a largura for superior a 4,0 metros, é viável o plantio de árvores de grande porte. O responsável pelo planejamento deve atentar-se para a presença de redes subterrâneas e aéreas no momento da escolha das espécies (PORTO; BRASIL, 2013).

Consideram-se como parques lineares as margens dos cursos de água, como rios, córregos e lagos, as áreas centrais e margens das vias com largura acima de 6 metros, nas quais existe a possibilidade de ser utilizada como área de lazer. A prioridade para esses locais é das espécies nativas, sendo que nas margens dos cursos de água, utilizam-se as arbóreas e as herbáceas, enquanto nos demais podem ser plantadas árvores de médio e grande porte, respeitando uma distância mínima entre os indivíduos, para crescimento das copas (PORTO; BRASIL, 2013).

Segundo o mesmo manual, na parte interna das praças, faz-se a arborização com os indivíduos posicionados com espaço suficiente para que as copas não bloqueiem completamente a passagem de luz solar, de forma que a cobertura do dossel seja em média 60% da área total do local. Caso exista rede de distribuição elétrica e tubulações subterrâneas, as regras são as mesmas para os passeios públicos.

Os estacionamentos são espaços reservados para que os veículos fiquem parados, “estacionados”, por períodos de tempo que podem ser longos ou não. As diretrizes de arborização a serem seguidas são as mesmas dos passeios públicos. Os estacionamentos descobertos devem ter, preferencialmente, uma cobertura vegetal de 20% em relação à área total do terreno que seja permeável. São recomendáveis espécies

não frutíferas, de porte médio a grande, com folhagem permanente para proporcionar um sombreamento satisfatório (PORTO; BRASIL, 2013).

Complementando o planejamento, e como forma de desonerar os cofres públicos, podem ser construídos locais específicos para produção das mudas, as quais serão utilizadas no próprio projeto e podem ser doadas à comunidade, sujeitos essenciais para o sucesso da iniciativa. Uma das grandes vantagens da utilização de espécies nativas e da produção própria das mudas é justamente a desobrigação da compra das espécies, economizando valores que poderão ser investidos em outras etapas, enriquecendo o projeto (SÃO PAULO, 2015; ALMEIDA, 2009;

## **2MATERIAIS E MÉTODOS**

Para o presente estudo adotou-se a pesquisa qualitativa, quanto a abordagem, pois buscou-se aprofundar a compreensão sobre a arborização urbana no município de Miguel Pereira, considerando-se seus benefícios. Em relação aos objetivos, caracteriza-se como descritiva- exploratória, visando a proporcionar maior familiaridade com o problema através da exposição de fatos e informações a respeito do alvo do estudo. Os procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e, em segundo momento, procedeu-se com o levantamento das características da arborização urbana do local, de forma a indicar alguns espaços que merecem destaque dentro do contexto proposto.

Foram percorridos diversos bairros dentro do município de Miguel Pereira, incluindo o distrito de Governador Portela, com a intenção de escolher os espaços a serem analisados. Os bairros escolhidos foram: Governador Portela, Barão de Javary, Centro, Estância Aleluia, Vila Suissa, Vila Margarida e São Judas Tadeu. Após a escolha desses espaços, procedeu-se com o registro fotográfico e identificação geográfica por bairro.

Para melhor explorar as características dos locais selecionados, buscou-se seguir os seguintes critérios: 1) espaços que carecem de arborização; 2) espaços arborizados, mas que requerem planejamento ou manutenção; 3) espaços arborizados, mas onde não se priorizou a implantação de espécies nativas.

Para o plantio em calçadas e vias públicas, canteiros centrais, praças, parques lineares e estacionamentos, para efeitos desse estudo, sugerem-se algumas espécies arbóreas (Quadro 1), enfatizando que a seleção mais adequada dependerá do planejamento específico para o espaço que será arborizado ou revitalizado, respeitando as suas características físicas.

Quadro 1 – Espécies arbóreas que podem ser utilizadas na arborização em Miguel Pereira.

Nome Popular	Nome Científico	Porte
Noivinha	<i>Euphorbia leucocephala</i>	Pode alcançar até 3 metros de altura.
Ipê	<i>Tabebuia sp</i>	Atingem de 10 a 35 metros, dependendo da espécie.
Jacarandá Mimoso	<i>Jacarandá mimosaeifolia</i>	Altura de 8 a 15 metros.
Manacá da Serra	<i>Tibouchina mutabilis</i>	Pode alcançar até 6 metros de altura.
Alfeneiro	<i>Ligustrum lucidum</i>	Pode alcançar até 3 metros de altura.
Pata-de-vaca	<i>Bauhinia foficata</i>	Porte médio, com raízes profundas. Sugestões de
Quaresmeira	<i>Tibouchina granulosa</i>	É uma árvore de pequeno porte e raízes profundas.
Dama-da-noite	<i>Murraya paniculata</i>	Pode alcançar até 7 metros de altura.
Ipê-Mirim	<i>Stenolobium stans</i>	Pode alcançar até 7 metros de altura.
Candelabro	<i>Erythrina speciosa</i>	Altura de 4 a 6 metros.
Jasmim-manga	<i>Plumeria rubra</i>	Altura de 4 a 8 metros.
Pau-fava	<i>Senna macranthera</i>	Altura de 6 a 8 metros.

Fonte: <https://blog.plantei.com.br/25-arvores-que-voce-pode-plantar-sem-medo-de-destruir-sua-calcada-e-a-rede-eletrica/>. Acesso: 15 mai. 2020.

## 2.1 Caracterização do Município de Miguel Pereira/RJ

Miguel Pereira pode ser considerado um município jovem, elevado a tal categoria pela lei estadual nº. 2.626 de 25 de outubro de 1955, ano em que foi desmembrado de Vassouras, sede do antigo distrito de Miguel Pereira. Localizado na Região Sul Fluminense, no flanco interno da Serra do Tinguá, dista 116Km da cidade do Rio de Janeiro e é atualmente constituído por três distritos: Miguel Pereira, Conrado e Governador Portela. De acordo com dados do IBGE (2016), o município de Miguel Pereira possui área territorial de aproximadamente 289Km<sup>2</sup> e contingente populacional residente estimado de 4.855 pessoas. Sua altitude é de 618m, temperatura média anual de 20°C, índice pluviométrico de 1750mm<sup>3</sup> e vegetação nativa de Mata Atlântica.

### 2Vegetação

O município de Miguel Pereira é conhecido há décadas por ter o terceiro melhor clima do mundo, sendo este um dos maiores atrativos turísticos da região, apesar de não se ter certeza de quais são os parâmetros considerados para alcançar esse status.

Apesar de, por muito tempo, o município exibir paisagem exuberante e vegetação nativa conservada, a verdade é que o desmatamento pelo qual passou, tanto por causa de queimadas como por empreendimentos imobiliários veio a ameaçar esse título. Durante mais de um século, incontáveis aroeiras, ipês, jacarandás e outras árvores foram derrubadas impiedosamente nas matas do entorno.

A exemplo disso, pode ser mencionada a serra por onde passa a rodovia de acesso à cidade Rio de Janeiro e aos municípios da Baixada Fluminense, um dos cartões postais da cidade, que há aproximadamente sete anos apresentava grandes e visíveis clareiras, fortes indícios de degradação da vegetação e comprometimento ambiental crescente.

Nesse contexto, não se pode deixar de falar sobre o trabalho do Instituto Terra de Preservação Ambiental, o ITPA, “uma organização privada, sem fins lucrativos, que trabalha desde 1998 em favor do desenvolvimento sustentável”<sup>1</sup>. O ITPA é responsável pelo projeto de recuperação dessa vegetação prejudicada, através do de trabalho que, segundo o próprio instituto:

Foram mais de 500 pessoas envolvidas, milhares de postos de trabalho gerados, 600 mil árvores plantadas, toneladas de insumos, materiais e equipamentos. Brigadistas e mais de 80 voluntários da cidade mantém plantões de vigilância e combate aos focos de incêndio florestal, em um movimento que cresce a cada ano (ITPA, 2018)<sup>2</sup>.

Segundo o Instituto, no ano de 2014, a serra de Miguel Pereira foi vítima de uma queimada

significativa, o que causou danos consideráveis em áreas de restauração florestal. Diante de tal situação, persistiram no importante trabalho de preservação ambiental na área, e recomeçaram o plantio da vegetação nativa, alcançando um resultado considerado excelente.

**Figura 1- Vista da serra de Miguel Pereira, após a queimada de 2014 e em 2017, com o reflorestamento.**



Fonte: <http://www.itpa.org.br/?p=3323>. Acesso: 30 out. 2019.

As parcerias do ITPA com a iniciativa privada e organizações internacionais já permitiram, entre outras coisas, o tratamento de 33 milhões de litros de esgoto por ano que antes eram despejados no rio Santana (rio que corta o município) por meio da instalação de sistemas de tratamento de esgoto no bairro de Francisco Fragoso, sem apoio da prefeitura municipal.

Destaca-se que o município de Miguel Pereira recebe anualmente uma média de 5 milhões de reais em decorrência de uma Lei elaborada e regulamentada com o apoio direto de representantes do ITPA junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. A Lei do ICMS Verde reverte recursos significativos para a prefeitura, que poderiam tornar a cidade mais saudável e atrativa com investimentos em saneamento e turismo natural, mas, infelizmente, tal fato não condiz com a realidade (ITPA, 2018).

Importante destacar também o Parque Natural Municipal da Rocha Negra<sup>3</sup>, localizado na serra de Miguel Pereira, com 144 hectares de área. Foi criado através do decreto 3.779, de 30 de dezembro de 2010 e que tem um valor simbólico muito grande para quem luta pela preservação da natureza, inclusive contribuindo significativamente com a arrecadação do ICMS verde para o município.

No local onde se estabeleceu essa unidade de conservação, existia um lixão que era considerado um dos mais impactantes do Estado do Rio de Janeiro. Durante muitos anos esse lixão foi o principal cartão portal da cidade de Miguel Pereira, visto que estava localizado numa encosta logo na entrada do município, dentro da Mata Atlântica.

**Figura 2- Vista do lixão da serra de Miguel Pereira.**



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/lixaoaserra/3392497120/>. Acesso: 02 nov. 2019.



### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro critério estabelecido para a seleção dos espaços a serem analisados foi a carência de arborização. No distrito de Governador Portela, o alvo foi o entorno da antiga estação ferroviária, como mostra a Figura 3, um dos pontos turísticos do município.

**Figura 3- Área no entorno da estação ferroviária de Governador Portela.**



Fonte: acervo do autor.

Esse espaço (Figura 3) foi revitalizado há alguns anos, construindo-se uma praça (lado esquerdo) e uma quadra de areia, mas é evidente que poderia ser bem melhor explorado através de um planejamento para introdução de espécies arbóreas. Analisando-se a região ao lado direito da foto, é possível constatar que não há cabeamento aéreo de rede elétrica e de telefonia, ponto positivo para a introdução de árvores de porte maior.

Tendo em conta a dimensão da área e que não se encontra na fronteira com nenhuma via, ou seja, está longe do contato com veículos automotores, a recomendação seria que se elaborasse um projeto de arborização em conjunto com o setor de planejamento urbano, de forma que fosse constituído um espaço de lazer para a comunidade local. Assim, a população manteria o contato com áreas verdes, o que, em concordância com os estudos de Franco et al. (2018), atua diretamente na percepção de bem-estar das pessoas, na promoção da saúde e no aumento da qualidade de vida.

Ainda no entorno dessa estação ferroviária existe uma via de acesso a outras localidades do distrito, onde há algumas décadas passava a linha férrea, mas que foi aterrada para o tráfego de veículos, como mostra a Figura 4.

Existe certa quantidade de vegetação nativa, principalmente na vila de casas do lado esquerdo dessa via. Porém, lado direito carece de arborização, o que poderia ser resolvido com o plantio de árvores de médio e grande porte, pois as características do local permitem, desde que seja executado um projeto específico, tanto para não comprometer com os cabos suspensos quanto para que sejam escolhidas espécies adequadas ao ambiente.

**Figura 4- Linha férrea aterrada para tráfego de veículos no entorno da estação ferroviária de Governador Portela.**



Fonte: acervo do autor.

Sobre a arborização nessa área, julgou-se ser interessante e viável, já que existe uma escola e uma igreja nas proximidades, concordando-se com as colocações de Franco et al. (2018), que a sombra das árvores proporciona conforto térmico para as pessoas e oferece local para estacionamento dos veículos. O mais acertado seria conciliar o planejamento da arborização com a pavimentação e sinalização da via, buscando melhorar esteticamente o local, garantir maior segurança, evitar danos a construções e preservar a vegetação.

Acredita-se que um resultado mais satisfatório seria obtido se a revitalização dos dois locais relacionados nas Figuras 3 e 4 fossem executados em conjunto, resultando em um ambiente agradável, planejado e seguro, localizado no centro do distrito de Governador Portela e para desfrute da população.

Seguindo em sentido ao Centro de Miguel Pereira, logo após o bairro Barão de Javary, existe uma área em frente à Faculdade de Miguel Pereira, entre a RJ 125, rodovia principal, e a Rua Alvarenga Peixoto, como demonstra a Figura 5.

**Figura 5- Espaço em frente à Faculdade de Miguel Pereira, entre a RJ 125 e a Rua Alvarenga Peixoto.**



Fonte: acervo do autor.

Nessa paisagem identifica-se a necessidade da incorporação de vegetação, especialmente pela ausência da vegetação (mata ciliar) nas margens do rio, por motivos de natureza desconhecida. Apesar de existirem cabos aéreos, nas margens do rio poderiam ser plantadas espécies nativas de pequeno porte, buscando reconstituir a vegetação natural que foi extraída.

Retomando as proposições de Porto e Brasil (2013), as margens de cursos de água são considerados como parques lineares, tal como o local em questão. Dessa forma, o mais indicado seria a utilização de espécies arbóreas e herbáceas, preferencialmente nativas, sempre respeitando o distanciamento mínimo entre os indivíduos para que se desenvolvam de forma satisfatória.

A Figura 6 a seguir aponta um espaço na margem direita da Avenida Roberto Silveira, no centro de Miguel Pereira e próximo à antiga estação ferroviária, onde existia a linha férrea.

Essa linha foi aterrada, sendo comum encontrarmos veículos estacionados, visto que há espaço para tal sem comprometer o tráfego. Levando isso em consideração e observando a inexistência de vegetação nesse trecho, sugere-se que seja feito um projeto para plantio de árvores. Tal como ponderado no caso de Governador Portela, as árvores serviriam para proporcionar sombreamento e também auxiliar na absorção da água da chuva.

**Figura 6- Margem da linha férrea desativada, na Avenida Roberto Silveira, centro de Miguel Pereira.**



Fonte: acervo do autor.

Esse local pode ser enquadrado na categoria “passeios públicos”, de forma que o planejamento deve respeitar as mesmas diretrizes de arborização, atentando-se para o porte e espaçamento entre as árvores e que a vegetação não deve conflitar com o mobiliário urbano ou encobrir a sinalização, de acordo com Porto e Brasil (2013). Como não foi identificada nenhuma rede de cabeamento aéreo (Figura 6), as copas das árvores não atrapalhariam esses serviços, porém recomenda-se uma investigação sobre tubulações subterrâneas, como redes de esgoto, por exemplo, de forma a prever possíveis agravos causados pelo sistema radicular as plantas.

Para essas áreas onde é permitido que veículos estacionem, não são recomendáveis espécies frutíferas, mas podem ser utilizadas árvores de porte médio a grande, com folhagem permanente para proporcionar um sombreamento satisfatório (PORTO; BRASIL, 2013). Atenta-se para o fato de que o local é caracterizado pela presença de asfalto (avenida) e de concreto (calçadas e edificações), de forma que a implantação das árvores asseguraria o sombreamento, auxiliaria na absorção das águas das chuvas, melhoraria a estética local, diminuiria a propagação dos ruídos dos veículos e amenizaria a temperatura.

Voltando a atenção para o bairro São Judas Tadeu, também existe um local que foi revitalizado. Tratava-se de um terreno baldio, onde se acumulavam entulhos e o matagal se fazia constante. Sendo assim, com uma atitude muito oportuna, a prefeitura do município o transformou em uma praquina, evidenciada na Figura 7.

**Figura 7- Praça construída em terreno baldio no bairro São Judas Tadeu.**



Fonte: acervo do autor.

É evidente que o local carece de arborização apropriada, principalmente em termos de amenização da incidência da luz solar e do calor excessivo, para que as pessoas possam usufruir do espaço de forma mais saudável e agradável. Existem hiatos no terreno, como na região do gramado da parte superior, que comportariam apropriadamente árvores de médio porte, de espécies endêmicas, sem atrapalhar a circulação de pedestres ou comprometer a rede elétrica.

Observa-se que foram implantados poucos indivíduos arbóreos, como algumas palmeiras. O uso de espécies exóticas não é recriminado, desde que haja um equilíbrio entre estas e as espécies nativas e, no caso em questão, a maior necessidade é de um tipo de vegetação que proporcione sombreamento, maior ventilação e redução da temperatura, o que não será promovido pelas palmeiras.

Atendendo ao segundo critério, escolheram-se espaços arborizados, mas que requerem planejamento adequado ou manutenção, como podas regulares e convenientes de acordo com a espécie, substituição da sinalização urbana, reforma ou reconstrução do passeio público, por exemplo.

No bairro Estância Aleluia, a vegetação nativa está bastante preservada, inclusive existe uma pequena reserva ambiental, como demonstrado na Figura 8.

**Figura 8- Vegetação nativa preservada em reserva ambiental no bairro Estância Aleluia.**



Fonte: acervo do autor.

A reserva encontra-se à margem da via principal do bairro, a rua Bruno Lucci, pavimentada com asfalto, cuja identificação é feita através de pequenas placas, mas que estão deterioradas e necessitam de substituição. Percebe-se pela imagem (lado esquerdo) que as plantas trepadeiras proliferaram sobre a rede de cabos suspensa, situação que vem sendo amplamente discutida por ser capaz de gerar danos e que deve ser resolvida através de ações manutenção coordenadas pelos órgãos municipais em conjunto com as concessionárias.

Na fronteira entre essa área de reserva ambiental e a via pavimentada encontra-se um riacho (Figura 9), cuja condição remete a situação semelhante à do rio em frente à Faculdade de Miguel Pereira, apresentada na Figura 5.

**Figura 9- Riacho entre a reserva ambiental e a via pavimentada no bairro Estância Aleluia.**



Fonte: acervo do autor.

A vegetação das margens desse riacho, a mata ciliar, foi parcialmente removida no trecho à direita da imagem, ao que consta por “limpeza”, e completamente removida no trecho à esquerda da imagem, provavelmente para dar espaço a passagem de veículos. É relevante mencionar que as matas ciliares são um tipo de vegetação considerada uma Área de Preservação Permanente (APP), pela Lei nº. 12. 651 de maio de 2012, que instituiu o novo código florestal brasileiro (CASTRO et al., 2017).

A ausência desse tipo de vegetação, segundo os mesmos autores, geralmente é causada pela urbanização sem planejamento adequado e configura um fator preocupante, pois pode acarretar diversos impactos, como a escassez de água subterrânea, erosão das margens e assoreamento dos leitos dos rios, causando enchentes, prejuízos à fauna e flora da região, redução da qualidade da água, entre tantos outros. Dessa forma, os gestores ambientais devem promover ações de fiscalização e programas de recuperação e proteção da vegetação às margens dos corpos d’água, como é o caso do riacho mencionado.

O bairro Vila Suíça, apresenta-se bem arborizado de forma geral, inclusive sendo notório o bom sombreamento conferido pelas copas das árvores de médio e grande porte e a temperatura e ventilação mais agradáveis. Porém, foram registrados alguns pontos que podem exemplificar que não basta a presença de vegetação, mas que deve haver planejamento e manutenção apropriados, como demonstrado na Figura 10 a seguir.

Analisando a Figura 10, é possível perceber que existe nesse bairro um grande terreno (à direita da fotografia) coberto por vegetação nativa, com espécies arbustivas e árvores de diferentes tamanhos. Não foi averiguado se a propriedade é particular ou pública, visto que este não é o foco do estudo e considerando que o ideal é que a arborização de uma cidade envolva tanto o poder público quanto a sociedade.

**Figura 10- Arborização em rua do bairro Vila Suíça.**



Fonte: acervo do autor.

É consenso que essa preservação da cobertura vegetal traz diversos benefícios, como amplamente discutido anteriormente, porém aqui também podem ser notados alguns problemas em relação à manutenção. Existe uma rede de cabos aéreos, que atravessa a rua e passa por entre as copas das árvores mais altas, as quais não passaram por podas recentemente.

Observando o lado esquerdo da imagem, as plantas trepadeiras criaram uma espécie de rede sobre os cabos que partem de um poste de iluminação pública, que ficou quase imperceptível por estar encoberto pelas mesmas plantas. Constatou-se a mesma situação para os postes ao longo da extensão desta rua, situação que compromete a qualidade da iluminação oferecida, além da possibilidade de afetar a distribuição de energia elétrica e telefonia (PORTO; BRASIL, 2013).

No canteiro abaixo desse poste, foram plantadas algumas espécies de jardim, geralmente utilizadas

na decoração, evidenciando a participação da comunidade nos cuidados com a preservação da área verde. Como a calçada não está pavimentada, o crescimento das plantas não prejudica a estrutura e vice-versa. Contudo, quando esta pavimentação for executada, deverá ser feito um planejamento meticuloso, procurando preservar ao máximo as espécies já existentes e adaptadas ao local, bem como conservar ao máximo as características naturais desse ambiente.

Em um bairro adjacente, a Vila Margarida, as propriedades paisagísticas são bem semelhantes, com a presença de diversas árvores, tanto no passeio quanto nos quintais das residências (Figura 11).

**Figura 11- Árvores na calçada de rua do bairro Vila Margarida.**



Fonte: acervo do autor.

Com isso, os privilégios de conviver com a vegetação são os mesmos, mas os problemas também são semelhantes em termos de falta de planejamento e manutenção.

Observem-se aqui duas situações, em duas ruas paralelas. A primeira, na rua de cima, árvores de grande porte, imponentes, fornecendo ótimo sombreamento, como visto na Figura 11.

Primeiro ponto considerado, muito recorrente no decorrer desse estudo, é o conflito das copas das árvores com os postes e redes suspensas de distribuição elétrica e de telefonia. Exatamente como nos casos anteriores, essa questão se resolveria com a poda periódica das árvores, seguindo os critérios previstos de acordo com a espécie e com o seu porte.

Outro transtorno perceptível é a avaria causada nas calçadas pelo crescimento do sistema radicular das árvores. Não se tem registro de quando foram plantadas essas árvores, mas existe grande possibilidade de que a calçada tenha sido construída ao seu redor, desconsiderando os critérios para o plantio em passeios e, ainda, o porte das espécies. Segundo Porto e Brasil (2013, p. 16), “no calçamento do passeio público deverá ser mantida uma área livre não pavimentada de, no mínimo, 1,00 m<sup>2</sup> em torno de cada árvore”, parâmetro que não foi atendido. Sobre esse problema, Franco et al. (2018) explica que medidas preventivas devem ser adotadas para tentar reduzir a incidência de danos, aumentar a saúde das árvores e diminuir os custos de substituição do pavimento e da árvore.

A segunda situação percebida está na rua paralela, logo abaixo (Figura 12). No espaço existente entre essas duas ruas foi construída uma área de lazer destinada à comunidade. Recentemente, esse local foi revitalizado pela Prefeitura Municipal, incorporando mesinhas, um ambiente com parque para as crianças e outro para pequenas reuniões ao ar livre, de forma que ficou melhor estruturado para o desfrute das pessoas. Não se teve acesso ao projeto, o que impossibilitou a análise específica em termos de planejamento, porém, nesse cenário, o mais relevante para o nosso estudo foi a preservação da paisagem natural, em especial as árvores nativas, adaptando-se os demais elementos à sua localização e porte.

**Figura 12- Praça revitalizada no bairro Vila Margarida.**



Fonte: acervo do autor.

No que se refere ao cabeamento suspenso, durante a coleta dos dados para a pesquisa, não foram identificados pontos de extremo conflito, como nos relatos anteriores. Tal situação sugere que recentemente houve a poda das árvores, provavelmente durante a obra de revitalização. As luminárias dos postes estão abaixo das copas das árvores próximas, o que não atrapalha a iluminação da via. Foram introduzidas algumas palmeiras, ainda em fase inicial de crescimento, neste momento não concorrendo com as árvores nativas, pois encontram-se abaixo das copas, mas recomenda-se o monitoramento do seu desenvolvimento, para evitar futuras condições adversas.

Comparando esta praça da Figura 12, na vila Margarida, com a praça da Figura 7, no bairro São Judas Tadeu, compreende-se a relevância de se valorizar a arborização urbana, em especial no que diz respeito a proporcionar o contato com elementos da natureza e promover melhor estética, lazer e qualidade de vida nos bairros residenciais, além da educação ambiental na prática.

Por fim, o terceiro parâmetro proposto foi selecionar espaços arborizados, mas onde não foi priorizado o plantio de espécies nativas, e o bairro escolhido para tal demonstração foi o Centro da cidade. O primeiro ponto a ser analisado é o trecho inicial da Rua Áurea Pinheiro (Figura 13), onde a lateral direita é constituída por edificações, predominando as lojas comerciais como atividade principal, apesar de haver algumas residências, apartamentos na maior parte. Na lateral direita, ao longo de toda a rua, foram construídas vagas para estacionamento de veículos e existem postes de iluminação e cabos suspensos de rede elétrica e telefonia.

**Figura 13- Vista lateral da Rua Áurea Pinheiro, no bairro Centro.**



Fonte: acervo do autor.

A partir dessa imagem, nota-se que as árvores são presentes do lado direito da rua, onde existe o estacionamento. Estão presentes árvores nativas, de grande porte, que foram preservadas, mas inseriram-se algumas palmeiras imperiais, espécie que não faz parte da flora regional. Como já disposto anteriormente, não há problema em incorporar espécies exóticas ao ambiente, desde que sejam adequadas e que cumpram o objetivo proposto. Neste caso, por se tratar de área de estacionamento, compreende-se que a prioridade seria uma vegetação capaz de fornecer sombreamento e com altura suficiente para comportar os veículos.

Então, tal qual sugeriu-se nos casos apresentados nas Figuras 4 e 6, o mais oportuno seria elaborar um projeto fazendo uso de árvores de grande porte capazes de proporcionar sombreamento, mas escolhendo espécies adequadas para as características do local, de forma que seu desenvolvimento não cause danos à rede elétrica e à pavimentação da calçada e da via. Retoma-se que existem critérios técnicos a serem seguidos para que também não haja conflitos com o mobiliário urbano e com a sinalização, conforme bem explícito por Porto e Brasil (2013).

Almeida e Rondon Neto (2010) acrescentam que as árvores de grande porte podem ser plantadas abaixo da rede elétrica, desde que a muda não seja plantada no alinhamento da rede e que a copa das árvores passe por processos de poda regulares, de maneira que seja conduzida a não atingir essa rede.

Ainda no Centro da cidade também foram incorporadas palmeiras imperiais à margem direita da Avenida Roberto Silveira, até a entrada de acesso ao Hospital Luiz Gonzaga (Figura 14). Trata-se de um trecho extenso, cujo passeio não está pavimentado, permanecendo com o solo aparente, recoberto por grama e sem a presença de redes suspensas de energia e telefonia, apenas postes de iluminação da via.

**Figura 14- Trecho da Avenida Roberto Silveira onde foram introduzidas palmeiras imperiais.**



Fonte: acervo do autor.

Evidenciando que o mais conveniente em termos de arborização urbana é dar preferência ao cultivo de espécies endêmicas, especialmente em locais que comportem a vegetação sem conflitar com os demais elementos do ambiente, e examinando a quantidade de palmeiras que foram plantadas, considera-se mais oportuno para essa extensão a elaboração de um planejamento de arborização utilizando árvores de grande porte, de espécies da região.

De certo que as palmeiras foram adquiridas com recursos dos cofres municipais, e a utilização das espécies nativas evitariam, ou ao menos reduziriam consideravelmente esse custo, visto que poderiam ser cultivadas mudas de diversas espécies da flora local a serem utilizadas tanto nos projetos de urbanização da competência municipal quanto em possíveis projetos de educação ambiental direcionados às comunidades, como forma de incentivar a preservação ambiental.

Complementando o exposto sobre a arborização no município, julgou-se pertinente expor a paisagem que compõe um trecho da rodovia RJ 125 na altura de Barão de Javary, que pode ser observado na Figura 15.



**Figura 15- Trecho arborizado da RJ 125, localizado em Barão de Javary.**



Fonte: acervo do autor.

Nesse trecho, a arborização na margem da rodovia pode ser considerada como adequada. As espécies arbóreas são nativas da região, o local comporta o porte das árvores, que estão dispostas em um espaçamento adequado, sem conflitar com as redes elétrica e de telefonia, sem prejudicar a iluminação e com um bom desenvolvimento das copas, fornecendo sombreamento ideal. Além da adequação aos critérios propostos para a arborização urbana, é notório o enriquecimento estético, que certamente provoca uma sensação de bem-estar para quem passa por lá.

## **CONCLUSÃO**

O presente estudo teve como foco principal a arborização urbana no município de Miguel Pereira, vislumbrando que o planejamento de arborização urbana adequado e específico é uma ferramenta imprescindível para que se tome o máximo proveito dos benefícios que as áreas verdes podem proporcionar, ao mesmo tempo reduzindo os conflitos e adversidades com os elementos urbanos.

Foi possível compreender que a crescente concentração de pessoas no meio urbano e as atividades antrópicas reduz consideravelmente as áreas de vegetação nativa, potencializando certos problemas que poderiam ser amenizados com a sua conservação. Sendo assim, os benefícios proporcionados pela vegetação estão relacionados diretamente às condições do microclima local, ao ciclo hidrológico, qualidade do ar, regulação da temperatura, redução da erosão e das inundações, redução dos ruídos e transformação estética nas cidades, tornando a paisagem mais agradável.

Para o sucesso de um planejamento de arborização urbana devem ser considerados, sobretudo, as características próprias de cada espécie, as reais necessidades do ambiente, facilidade e regularidade de manutenção, possibilidade de produção própria de mudas e possíveis conflitos e adversidades.

No município de Miguel Pereira, a análise dos ambientes descritos apontou que as regiões mais arborizadas se encontram em bairros economicamente mais favorecidos, como é o caso da Estância Aleluia, Vila Margarida e Vila Suissa. Apesar disso, foram reconhecidos diversos conflitos, principalmente relacionados às redes aéreas de eletricidade e telefonia, danos a calçadas e redução da vegetação nas margens de rios, evidenciando certa carência de manutenção regular e de fiscalização tanto do poder público quanto por parte da sociedade.

Nos bairros mais populares, como São Judas Tadeu, contemplou-se que o déficit de arborização é considerável, especialmente nas margens das vias públicas e calçadas, o que foi evidenciado através da observação da praça que foi construída, mas que certamente requer uma revisão no planejamento para apresentar-se de forma mais proveitosa para a comunidade, em termos de cobertura vegetal.

Percebeu-se também a falta de atuação da administração municipal, e também da comunidade, no que se refere a espaços que poderiam ser revitalizados, conseqüentemente trazendo benfeitorias em termos ambientais e sociais, como é o caso de Governador Portela e de alguns pontos no centro da cidade.

Nos ambientes onde foram priorizadas as espécies exóticas, a exemplo do bairro Centro, entende-se que não está de acordo com os estudos e manuais publicados na área de arborização urbana, que recomendam o uso preferencial de espécies nativas, inclusive através de produção própria de mudas, como forma de reduzir os gastos com a aquisição dos espécimes.

Por fim, infere-se que a gestão pública tem um papel essencial na promoção do desenvolvimento sustentável, em especial no meio urbano. Dessa forma, notou-se a necessidade de que os administradores municipais criem leis específicas e políticas públicas de arborização e conservação das áreas verdes urbanas, fornecendo o suporte, como disponibilização de mudas, suporte técnico e manutenção.

Além da responsabilidade do poder público, percebeu-se a importância da participação ativa da sociedade, tanto no tocante à conservação dos espaços verdes, quanto em cobrar dos gestores uma administração eficiente desses recursos e fiscalização de irregularidades.

Considerando-se a extensão e importância do tema proposto por envolver poder público e sociedade com o propósito de praticar a sustentabilidade e promover a prosperidade em termos de qualidade de vida e preservação do meio ambiente, considera-se oportuna a continuidade da pesquisa em estudos futuros, visto que são possíveis diversas abordagens além da que foi aqui adotada.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Danielucia Noya de Almeida. **Análise da Arborização Urbana de Cinco Cidades da Região Norte do Estado de Mato Grosso**, 2009. Universidade Federal de Mato Grosso.

ALMEIDA, Danielucia Noya; RONDON NETO, Rubens Marques. **Análise da arborização urbana de três cidades da região norte do Estado de Mato Grosso**. Acta Amazônica, v. 40(4) 2010: 647 – 656.

FRANCO, Fernanda Miguel; et al., **Levantamento e análise da arborização urbana da Av. São João na cidade de Cáceres-MT**. Revista Brasileira de Gestão Ambiental, v.12, n.1, p.37 -42, jan - dez, 2018.

INSTITUTO TERRA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. 2018. Disponível em:

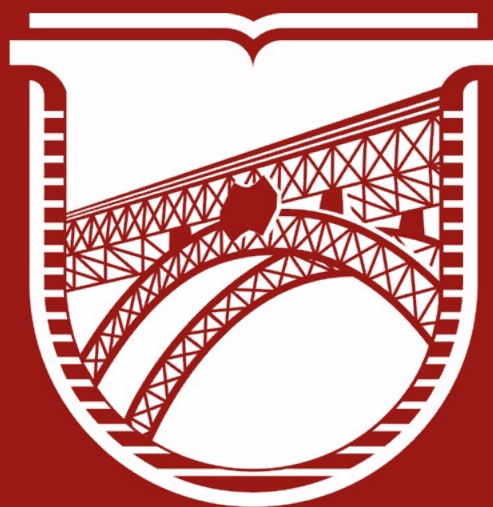
[http://www.itpa.org.br/?page\\_id=3037](http://www.itpa.org.br/?page_id=3037). Acesso: 30 out. 2019.

OSAKO, Luciano Katsumy; TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita; SILVA, Paulo Antonio da. **Arborização Urbana e a Importância do Planejamento Ambiental através de Políticas Públicas**. ANAP Brasil, v. 9, n. 14, 2016.

PORTO, Luis Paulo Monteiro; BRASIL, Heliana Maria Silva (Organizadores). **Manual de Orientação Técnica da Arborização Urbana de Belém: guia para planejamento, implantação e manutenção da arborização em logradouros públicos**. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2013.

SÃO PAULO (Município). **Prefeitura de São Paulo. Manual Técnico de Arborização Urbana**. 2015. Disponível em: [https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MANUAL-ARBORIZACAO\\_22-01-15\\_.pdf](https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MANUAL-ARBORIZACAO_22-01-15_.pdf). Acesso: 02 fev. 2020.

SOUZA, Maria Amélia Santos de; et al. **Percepção da população relacionada à arborização urbana de praças no centro da cidade de Patos-PB**. Agropecuária Científica no Semiárido Centro de Saúde e Tecnologia Rural. UFFCG, 2017. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/acsa/index.php/ACSA/index>. Acesso: 22 jan. 2020.



FACULDADE DE  
**MIGUEL**  
**PEREIRA**